

**Dinâmicas Territoriais:
Portugal na transição do século (XX/XXI)**

Teresa Maria Vieira de Sá Marques

Volume 2

**Faculdade de Letras da Universidade do Porto
2002**



Dinâmicas Territoriais: Portugal na transição do século (XX/XXI)

Teresa Maria Vieira de Sá Marques

Volume 2

Faculdade de Letras da Universidade do Porto
2002



Dinâmicas Territoriais: Portugal na transição do século (XX/XXI)

Teresa Maria Vieira de Sá Marques

**Dissertação apresentada à Faculdade de
Letras da Universidade do Porto, para
Doutoramento em Geografia Humana, sob
a orientação do Prof. Doutor João Ferrão**

**Faculdade de Letras da Universidade do Porto
2002**

Índice Global

Volume 1

Introdução	1
1. A identificação do objecto de investigação	2
2. O método reflecte a teoria	11
2.1. A complexidade territorial e os modelos multidimensionais	11
2.2. A escolha do método principal	12
2.3. Organização das fases de trabalho	14
2.4. Fontes de Informação	22
3. Organização deste documento	25
1º Capítulo - Sistema Urbano e Ordenamento do Território	26
I. Contextualização teórica	27
1. Enquadramento	27
2. <i>Edge cities, outers cities ou pós-subúrbios: designações para os novos espaços urbanizados?</i>	30
3. Da industrialização fordista à metrópole industrial ou à cidade-região	36
4. Como conciliar uma visão hierárquica com uma abordagem reticular	40
5. Transformações e histórias de um rural imprevisível	43
II. Portugal no final do século	49
II. 1. Processos de urbanização na Europa e em Portugal	53
1. Enquadramento	53
2. Portugal na Europa	55
2.1. Originalidade da Europa nos processos de urbanização mundiais	55
2.2. O desenvolvimento das cidades europeias depois de 1950	57
2.3. O desenvolvimento das grandes regiões urbanas	64
3. Processos de urbanização no Continente português: uma análise territorial	67
3.1. O mosaico territorial em transformação – uma análise por freguesias	67
3.2. Sistema urbano e dinâmicas de urbanização	75
II. 2. Retratos e dinâmicas territoriais no final do século	88
1. Estrutura sócio-demográfica dos residentes	89
1.1. Enquadramento	89
1.2. Portugal face à Europa	91
1.3. Década de noventa: ganhos e perdas na estrutura territorial	93
1.4. Análise territorial	98

2. Os espaços de actividades e emprego	109
2.1. Enquadramento	109
2.2. Produtores e actividades agrícolas	115
2.3. Processos de reestruturação industrial e terciarização	129
2.4. À procura das sínteses globais para as <i>Actividades e o Emprego</i>	143
3. Centralidades e redes no comércio e serviços	158
3.1. Enquadramento	158
3.2. Das hierarquias e das redes à concepção de uma matriz de informação ao serviço das políticas territoriais	161
3.3. <i>Análise territorial</i>	176
4. Mobilidade e infra-estruturas de transporte	200
4.1. A abordagem necessária das infra-estruturas em rede	200
4.2. A abordagem possível das infra-estruturas e da mobilidade	201
4.3. Um processo tardio face à Europa	204
4.4. <i>Análise territorial</i>	206
5. Edificação e habitação	212
5.1. Enquadramento	212
5.2. Dinâmicas em curso	216
5.3. <i>Análise territorial</i>	221
6. Substrato agro-florestal	232
6.1. Enquadramento	232
6.2. As raízes dos sistemas agrícolas dominantes	236
6.3. A Política Agrícola Comum (PAC)	241
6.4. <i>Análise territorial: a manutenção dos grandes contrastes territoriais</i>	247
7. Conclusão	258

Volume 2

2º Capítulo - Competitividade, Conhecimento e Inovação	269
I. Contextualização teórica	270
1. Enquadramento	270
2. Avallar a pertinência do conceito "Competitividade Urbana e Regional"	272
3. Como se compete numa economia do conhecimento	278
4. Espessura institucional e governança económica	282
5. As cidades geradoras de consumo e de economias de aglomeração	289
II. Condições territoriais para a competitividade, a inovação e o conhecimento	292
1. Capital Humano e Conhecimento Codificado	298
1.1. Enquadramento	298
1.2. As insuficiências na dotação de recursos para a sociedade do conhecimento face à média europeia e a outros países	300
1.3. Um território a várias velocidades em termos da dotação de recursos para a sociedade do conhecimento	302
2. Investigação e Conhecimento	310
2.1. Enquadramento	310
2.2. Portugal face à Europa	313
2.3. A concentração dos escassos recursos humanos e financeiros	315

3. Amenidades e espaços de vida	323
3.1. Enquadramento	323
3.2. <i>Um milieu local atractivo</i>	326
4. Infra-estruturas físicas e redes	333
4.1. Enquadramento	333
4.2. Portugal no contexto Ibérico e Europeu	336
4.3. Um mapa de síntese	344
5. Densidade Institucional	349
5.1. Enquadramento	349
5.2. Análise territorial	351
6. Dos índices de especialização aos clusters territoriais	357
6.1. Enquadramento	357
6.2. Identificação dos potenciais clusters locais	364
7. Melos Urbanos	371
7.1. Enquadramento	371
7.2. Dimensão do mercado e terciarização da economia: Portugal relativamente à Europa	375
7.3. Terciariação da economia portuguesa	377
7.4. Portugal: uma visão territorial	379
8. Estrutura de actividades	385
8.1. Enquadramento	385
8.2. Portugal face à Europa	389
8.3. Indicadores de enquadramento para Portugal	391
8.4. Estrutura de actividades e território	393
9. Qualificações e Emprego	400
9.1. Enquadramento	400
9.2. As insuficiências e as virtualidades do mercado de trabalho português	402
9.3. Uma visão territorial da qualidade do emprego	405
10. Dimensão e dinâmica do tecido empresarial	412
10.1. Enquadramento	412
10.2. Breve leitura da situação em Portugal	415
10.3. Análise territorial	416
11. Investimentos	425
11.1. Enquadramento	425
11.2. Análise territorial	426
12. Desempenho Económico	431
12.1. Enquadramento	431
12.2. Portugal no contexto europeu	432
12.3. Análise territorial	437
13. Conclusão	443
3º Capítulo - Qualidade de vida e bem-estar	454
1. Contextualização teórica	455
1. Enquadramento	455
2. A Investigação sobre a qualidade de vida	458
3. Enquadramentos conceptuais	461

II. Leituras territoriais da qualidade de vida e do bem estar	470
Enquadramento	470
1. Educação e aprendizagem	476
1.1. Enquadramento	476
1.2. Portugal e a Europa	479
1.3. Análise territorial	481
2. Trabalho e Qualidade do Emprego	488
2.1. Enquadramento	488
2.2. Emprego em Portugal e na Europa	491
2.3. Análise territorial	494
3. Qualidade e acesso à habitação	501
3.1. Enquadramento	501
3.2. Os problemas do acesso à habitação em Portugal	504
3.3. Análise territorial	506
4. Recursos naturais e urbanização	511
4.1. Enquadramento	511
4.2. Ambiente e políticas urbanas na Europa	515
4.3. Uma análise territorial	517
5. Nível de vida e consumo	523
5.1. Enquadramento	523
5.2. Portugal face à Europa	525
5.3. Análise territorial	526
6. Cultura e lazer	532
6.1. Enquadramento	532
6.2. Portugal na Europa	535
6.3. Os recursos e as dinâmicas culturais no território	536
7. Acesso à saúde	542
7.1. Enquadramento	542
7.2. Portugal na Europa	544
7.3. Análise territorial	545
8. Convivência social	550
8.1. Enquadramento	550
8.2. Portugal no contexto Europeu	553
8.3. Análise territorial	554
9. Conclusão	560
Conclusão Global	569
Bibliografia	584
Fontes de Informação	619
Anexo	622
Índice das figuras	626
Índice dos quadros	627
Índice dos gráficos	628

2º Capítulo

Competitividade, Conhecimento e Inovação

I. Contextualização teórica

1. Enquadramento

Raul Lopes publicou em 2001 uma leitura da competitividade territorial que constitui um interessante trabalho de Ciência Económica Regional, tanto pela profundidade da sistematização teórica como pela abordagem empírica realizada sobre o território do Continente português. Poder-se-ia dizer que a tarefa deste capítulo estaria assim facilitada: o que havia para fazer já está feito. Não sendo essa a nossa opção, o desafio será difícil.

A questão central neste capítulo é: como ser competitivo num mundo cada vez mais globalizado e, simultaneamente, mais regionalizado ou localizado? Este esforço para a modernização produtiva tendo em vista a integração na economia mundial evidencia a importância da inovação e da mudança. Este estudo insere-se num contexto geral de transição, de que Portugal não pode alhear-se, de uma sociedade e de uma economia industriais para uma sociedade e uma economia fundadas na aprendizagem e no conhecimento.

A produção e a difusão do conhecimento são processos com implicações no crescimento, no quadro de vida e na evolução do emprego. Possuem também reflexos ao nível das empresas, dos centros de investigação, das escolas, dos departamentos da administração central e local, das instituições intermediárias e dos próprios indivíduos. Partimos do princípio de que os indivíduos e as organizações têm capacidades para desenvolver processos de aprendizagem diversos, criando as suas competências e contribuindo dessa forma para o desenvolvimento (Lundvall e Johnson, 1994).

Os processos de aprendizagem são fundamentais nas vantagens concorrenciais e, por isso, é preciso inovar nas políticas de desenvolvimento urbano e regional. Segundo Storper (1995), a proximidade entre empresas e organizações é fundamental para as trocas de informação e de conhecimentos. Ash Amin (2000) faz uma interessante aproximação às economias de proximidade, enquanto fonte de competitividade urbana ou regional, e às economias da distância, encarando as cidades ou as aglomerações como nós ou sítios de redes mais alargadas.

Na nova economia do conhecimento é, sobretudo, nas cidades que se concentra o maior número de empresas e organizações no seio das quais se produz e difunde conhecimento. O papel das cidades é proporcionar e criar as melhores condições para incrementar os processos de interacção entre indivíduos e organizações. A função das instituições urbanas ou regionais no desenvolvimento económico insere-se assim na perspectiva de que cada lugar tem as suas próprias e específicas instituições e que elas representam um recurso crucial para o desenvolvimento (Amin, 2000).

A OCDE considera que a competitividade é a capacidade para sustentadamente criar emprego e rendimento. Por um lado, só uma pequena parte da economia urbana ou regional (mesmo na maioria das cidades e dos territórios mais competitivos) orienta a sua produção ou os seus serviços para o mercado internacional. Por outro lado, a economia dos serviços às empresas e dos serviços pessoais, o comércio, os serviços públicos e sociais e as actividades de recreio, cultura e lazer são a principal fonte de emprego e de rendimento urbanos. Estes sectores, com uma localização sobretudo urbana, concentram uma grande quantidade de emprego e gerem grandes volumes de rendimentos.

Assim, a abordagem conceptual aqui proposta irá organizar-se em 5 pontos:

1. a pertinência do conceito "competitividade urbana e regional";
2. a importância dos processos inerentes à produção e transferência de conhecimento;
3. a proximidade, o capital relacional e as redes institucionais na economia contemporânea;
4. as questões inerentes aos *clusters* e a certos ambientes empresariais de base territorial;
5. o papel das economias urbanas na geração de consumo e de economias de aglomeração.

Com base nestes tópicos vamos procurar, em primeiro lugar, sistematizar as principais reflexões teóricas relativamente a estes temas. De seguida propomos um quadro analítico que orientará a avaliação da realidade territorial portuguesa.

2. Avaliar a pertinência do conceito "Competitividade Urbana e Regional"

Uma das características mais evidentes do final do século XX é a importância crescente das cidades e das regiões, como espaços essenciais e como actores, na definição de políticas nacionais e na construção de redes globais. Deste modo, regiões e globalização começam a ser vistas paralelamente.

A globalização tornou-se a palavra-chave do final do XX e o novo regionalismo uma nova realidade. A globalização tem impactos a vários níveis: no desenvolvimento social, na reestruturação económica e nos processos urbano-regionais, na formação de regiões globais, numa cidadania transnacional e num poder local mais forte. Perante estas últimas tendências, uns vêem na globalização o fim da geografia, da variedade e da autonomia local. Outros destacam a crescente especificidade e acção locais, realçando a importância desta escala como vantagem competitiva num espaço global tendencialmente homogeneizado. Mas uma coisa parece certa, nos efeitos da globalização aparece em primeiro plano o destaque especial atribuído às cidades mundiais num sistema urbano global.

Cidades e territórios competitivos

Em Maio de 1999 a revista *Urban Studies* dedicou inteiramente um número ao tema das "cidades competitivas", invocando Alfred Marshall e os clássicos dos anos 50 e ainda Michael Porter e Paul Krugman dos anos noventa, para realçar algumas abordagens fundamentais da competitividade económica urbana.

Porter (1993) considera que as cidades e as regiões competem, embora não o façam do mesmo modo que as empresas (buscando a maximização do lucro). As cidades e os territórios competem por: investimento, população, turismo, fundos públicos e eventos. E fazem-no, designadamente, pela oferta de mão-de-obra especializada e instruída, infra-estruturas modernas e eficientes, um sistema local de governança eficiente, um mercado fundiário flexível, padrões ambientais sustentáveis e uma elevada qualidade de vida. Segundo Porter, as cidades e os territórios com sucesso económico têm concentrações de conhecimento especializado, instituições de apoio, empresas rivais, empresas relacionadas e clientes sofisticados. A concentração leva a níveis mais altos de informação e a ambientes mais adequados para inovar.

Por outro lado, Krugman (1991, 1997 e 2000) é mais cauteloso. Considera que as cidades e os territórios, como tal, não competem uns com os outros: são apenas o local onde estão instaladas as empresas que competem entre si. A competição entre empresas baseia-se fundamentalmente na eficiência de custos, na inovação, no *marketing* e noutros factores inerentes à própria empresa. Para este autor, os atributos locativos dos lugares são requisitos básicos ou condições necessárias para o sucesso competitivo, mas não são condições suficientes.

A nova geografia económica de Paul Krugman, com a *Geography and Trade* (1991), o tema da localização da produção no espaço geográfico está no centro do debate económico. A partir dos trabalhos pioneiros de A. Marshall, Krugman concebeu um modelo analítico em que a evolução geográfica da estrutura económica é determinada pelo confronto entre as forças centrípetas, que induzem à concentração espacial da actividade económica e, por outro lado, as forças centrífugas que desfavorecem a concentração. Nas forças centrípetas temos os mercados densos, os *spillovers* de conhecimento e outras economias externas, nas forças centrífugas temos factores fixos ou imobilizáveis, o congestionamento, a poluição e outras deseconomias externas. Porter e Krugman tratam os *clusters* ou as aglomerações como resultado natural das forças de mercado.

Camagni (2001) refere quatro argumentos para contradizer esta visão de Krugman: as empresas utilizam as localizações como instrumentos competitivos e usam a mobilidade global para otimizar os custos de produção e distribuição, logo os territórios são comunidades com agentes económicos próprios que actuam de forma a manter e atrair empresas; as empresas dependem cada vez mais de externalidades, sob a forma de bens públicos e capital social; as empresas procuram determinados bens ou recursos externos, cooperando com outras empresas e com a administração pública para a concepção e provisão desses recursos; os territórios competem e cooperam uns com os outros, construindo as próprias vantagens cooperativas e competitivas.

Globalização e cidades mundiais

Um trabalho de investigação muito interessante sobre a globalização das cidades mundiais tem vindo a ser realizado pelo *Globalization and World Cities Study Group and Network* da Universidade de Loughborough, dirigido por Peter Taylor e John Beaverstock. A produção apresentada no *Research Bulletin* é uma boa demonstração da investigação realizada nos últimos anos sobre as cidades globais. J. V. Beaverstock,

R. G. Smith e P.J. Taylor (1999) consideram que a produção científica desenvolvida sobre esta temática concentrou-se fundamentalmente na construção de *rankings* de cidades, tendo em atenção o seu poder geoeconómico no sistema-mundo. Estes autores identificaram quatro abordagens principais que conduziram ao estabelecimento desses *rankings* standardizados:

- numa primeira fase os *rankings* eram construídos a partir das preferências locativas e das funções das sedes de empresas multinacionais (são citados Hall, 1966; Hymer, 1972; Heenan, 1977);

- a segunda abordagem avalia as cidades mundiais a partir da nova divisão internacional do trabalho, analisando os níveis de tomada de decisão das sedes das empresas multinacionais e propondo níveis de hierarquia global; são citados os trabalhos de Cohen (1981), Friedmann e Wolff (1982), Glickman (1987), Feagin e Smith (1987), Knox (1995) e Thrift (1989);

- a terceira abordagem centra-se nos trabalhos de Sassen (1994), que associa a hierarquia urbana mundial à propensão das cidades para a internacionalização e à concentração de serviços aos produtores dirigidos para a economia mundial;

- a quarta abordagem posiciona as cidades a partir dos *rankings* dos centros financeiros e apoia-se nos trabalhos de Howard Reed (1981).

Como refere o grupo de Loughborough, muitas destas abordagens concentram-se na medição de alguns dos atributos das cidades globais, ignorando a importância da análise das relações entre as diferentes cidades. A importância que é dada aos atributos deve-se à disponibilidade de informação, pois os dados sobre aquelas relações são muito escassos. Nos últimos anos este grupo procurou medir as relações entre as cidades através de várias metodologias: a análise do conteúdo de notícias publicadas na revista *Economist*; as migrações internacionais de trabalhadores altamente qualificados e especializados e de gestores; a análise das filiais das grandes empresas de serviços aos produtores nas áreas da advocacia, da auditoria, finanças e publicidade. O grupo trata as cidades como "sítios de produção pós-industrial", onde as inovações nas finanças e nos serviços às empresas têm sido fundamentais para a reestruturação da economia mundial. Assim, as cidades globais distinguem-se pela concentração de serviços avançados e de serviços às empresas.

Ao analisar os sistemas hierárquicos de cidades globais, Peter Hall (2001) chama à atenção para as cidades europeias. Apesar dos avanços para a integração europeia, a Europa é ainda um sistema de nações separadas, ao contrário dos Estados Unidos e

do Canadá, por exemplo. Há uma combinação entre o poder do Estado, da língua e da cultura que cria sistemas urbanos protegidos. Na Europa há pequenas cidades capitais que comandam os respectivos territórios nacionais de uma forma desproporcionada face à sua dimensão. Há também especialidades tradicionais (por exemplo, a banca de Zurique) que contrariam um padrão hierárquico. Peter Hall concluiu afirmando que na Europa há uma riqueza não hierárquica que não se encontra noutros lugares e que dificulta as comparações das cidades a nível mundial.

Cidade-região global

Uma segunda perspectiva pode ser identificada no grupo de geógrafos regionais de Los Angeles, em particular Allen Scott (1996) e Michel Storper (1997). Estes geógrafos tendem a privilegiar os factores tradicionais de produção: solo, trabalho, capital e informação, em detrimento do capital financeiro. Destacam a tecnologia, as inovações, a iniciativa empresarial e os *clusters* regionais específicos das actividades económicas. Realçam as localizações e as trajetórias ao longo da história e as economias externas em torno dos contactos presenciais, as trocas de informação, as alianças e as decisões estratégicas. É uma economia em torno das regiões e das relações intra e inter-regionais, em função dos recursos locais e numa perspectiva de longo prazo seguindo uma lógica de desenvolvimento sustentável. É uma economia global mas de base regional.

Scott (2001) dá um destaque especial às cidades-região globais. O desenvolvimento das cidades-região é comum quando estas unidades territoriais estão já fortemente urbanizadas e quando há alguma tendência para a polarização de um dado conjunto. Por isso, é vulgar exemplificar-se através de áreas metropolitanas polarizadas pela área central, com um *hinterland* mais ao menos desenvolvido. Mas outra forma também muito frequente é representada pelas *conurbações*, que igualmente têm um extenso *hinterland*. Há, no entanto, casos em que as cidades-região consistem num conjunto de centros urbanos geograficamente distintos mas próximos, que cooperam criando "redes de sinergia" entre cidades médias. Algumas destas redes podem ultrapassar as fronteiras nacionais. Estas áreas funcionam como plataformas territoriais para muita da economia pós-fordista e como "nós" para as operações das empresas multinacionais. São importantes centros para os sectores mais flexíveis e constituem os motores da economia global. Assim, a globalização e o desenvolvimento da cidade-região parecem ser duas facetas de uma mesma realidade integrada.

Existem em todo o mundo, segundo Scott (2001), mais de trezentas cidades-região com mais de um milhão de habitantes. Pelo menos 20 cidades-região têm mais de dez milhões de habitantes. Este conceito está associado às "cidades mundiais" de Hall e de Friedman e às "cidades globais" de Sassen. É um alargamento destas noções pioneiras, fazendo-se ênfase no facto de as cidades-região serem "nós" de um espaço global e actores políticos e económicos no novo cenário mundial.

Como se pode constatar, a globalização da actividade económica traz consigo uma nova estrutura organizacional, que para ser captada implica uma nova arquitectura conceptual. Sassen (2001), num contributo para o desenvolvimento desse referencial, procura demonstrar as diferenças entre cidade global - abordagem em que Sassen foi pioneira - e cidade-região global. Com o conceito de cidade-global pretende-se evidenciar as redes associadas às actividades financeiras e aos serviços especializados e destaca-se a polarização social e económica; o conceito de cidade-região global liga-se à natureza e à especificidade dos padrões de urbanização, tem uma base de actividades mais alargada¹²⁹.

Estas denominações são só uma parte das abordagens conceptuais, porque outros termos relacionados podem ser encontrados, designadamente: cidades mundiais, "supervilles" (Braudel, 1984) ou cidades informacionais (Castells, 1989). Sassen, com o termo cidade global, procurou sobretudo marcar a era da globalização, já que as cidades mundiais existem há séculos.

O conceito de cidade global tende a destacar, sobretudo, a economia em rede devido à natureza das actividades que aí se localizam: serviços financeiros e serviços fortemente especializados e que operam num sistema global. A natureza das actividades pressupõe também uma divisão especializada das funções entre as cidades, mais do que uma lógica de competitividade. Um enfoque nas redes leva-nos para outros domínios – políticos, culturais, sociais e criminais – mais relacionados com a cidade do que com a cidade-região. Por fim, a cidade global espelha uma polarização social e económica mais acentuada, devido à forte concentração de empregos muito bem e muito mal remunerados. O conceito de cidade-região global associa-se a padrões de forte urbanização, a uma base económica mais alargada, a um maior número de actividades e a um grande mercado. Neste conceito dá-se ênfase à competitividade, na medida em que há uma maior identificação entre a competitividade regional e nacional, e realça-se a importância dos grandes

mercados de consumo (onde a qualidade e os preços são importantes) na própria construção da competitividade.

Mas, afinal, as cidades e as regiões competem porquê?

Segundo Lever (1999), as cidades e os territórios competem por vários objectivos. O mais citado é o investimento móvel. Primeiro foi investimento industrial, actualmente é qualquer sector que crie emprego ou riqueza. O segundo objectivo é o aumento do produto interno bruto ou do valor acrescentado bruto, onde estão incluídos o crescimento e a criação de empresas. O terceiro é a competição por população, pois esta representa rendimentos, capital humano e poder político (este objectivo é muito importante para as pequenas e médias cidades e os territórios pouco povoados). O último objectivo visa a captação de fundos públicos.

Apesar da maior ou menor importância do Estado e da economia nacional, algumas funções reguladoras estão a passar para níveis de resolução espacial mais elevados (organizações supranacionais, como a União Europeia) ou mais baixos (regional e local) (Cooke e Morgan, 1998; Scott, 2001). Então, algumas cidades ou regiões têm vindo a desenvolver estratégias muito voluntaristas em torno de certos projectos, acreditando que conseguirão capitalizar benefícios tendo em vista o robustecimento e a inovação das suas economias (Lille, Lyon, Lisboa, Porto, Douro, Catalunha).

Nos últimos anos, as cidades, as regiões ou os países têm vindo a competir também por eventos (Capital da Cultura, Jogos Olímpicos, Campeonatos Internacionais) e certificações mundiais (por exemplo, o estatuto de património mundial). São grandes projectos ou estratégias que envolvem avultados investimentos públicos e privados, apoiados em acções de *marketing* territorial muito fortes e que visam obter benefícios a curto e a longo prazo. Os impactos destas estratégias estão insuficientemente avaliados, sobretudo no que diz respeito à criação de vantagens competitivas, ou seja, à formação de recursos estratégicos regionais tendo como horizonte de tempo a longa duração do desenvolvimento.

É cada vez mais evidente que as cidades e as regiões estão a procurar identificar as suas vantagens competitivas e comparativas para poder competir pelo crescimento económico. Numa economia do conhecimento e da aprendizagem novas estratégias regionalmente mais sustentadas se vão colocar.

¹²⁹ Há um problema de fronteira territorial, tanto na cidade-global como na cidade-região global. Sassen privilegiou na cidade-global o centro da cidade. Na cidade-região global as fronteiras ainda são menos claras.

3. Como se compete numa economia do conhecimento

No seguimento do que foi afirmado no ponto anterior, a capacidade de uma cidade ou de uma região competir reside na inter-relação entre os atributos empresariais e dos outros agentes económicos e as características do contexto espacial. As cidades e os territórios competem cada vez mais e as vantagens comparativas numa economia globalizada e do conhecimento baseiam-se na capacidade de inovação. As sociedades entraram numa nova fase, num novo tipo de economia capitalista, cujo centro é sobretudo o conhecimento.

Trata-se de uma economia baseada na produção, venda e uso do conhecimento. Isto não significa que a indústria desapareceu, mas sim que a produção industrial depende cada vez mais das lógicas e dos poderes da economia cognitiva. É fundamental o conhecimento dos mercados, a capacidade de organização dos processos, a análise dos custos, a coordenação das acções, as estratégias de comunicação, as capacidades de resposta, a concepção de novos produtos, os novos processos e as novas necessidades.

A economia do conhecimento

Epistemologicamente, o conhecimento pode ser dividido em várias dimensões. Polanyi (1966), distingue o conhecimento tácito do conhecimento explícito. Por conhecimento explícito entende-se o conhecimento que foi captado e codificado em manuais, procedimentos e regras. É um conhecimento objectivo e racional que pode ser expresso em livros, bases de dados, abordagens teóricas. O conhecimento tácito é o conhecimento subjectivo, baseado na experiência, que não pode ser facilmente transmitido. Inclui as capacidades cognitivas, como a intuição e os modelos mentais, e as capacidades técnicas, como o *know-how*.

Nonaka (2000) apresenta o conhecimento (tácito ou explícito) como um processo em espiral. Trata-se de um processo de aprendizagem contínuo, porque o conhecimento vai passando e vai sendo incrementado e, por isso, desenvolve-se em espiral. Assim, a aprendizagem organizacional ou colectiva depende da iniciativa e da capacidade de sustentar esse processo de aprendizagem em espiral.

O conhecimento tácito é, por vezes, explicitado e, por isso, é susceptível de ser transmitido (reuniões, bases de dados, emails, etc.). Esse conhecimento pode ser

internalizado, o que significa que pode ser compreendido e absorvido tomando-se conhecimento tácito de um novo indivíduo ou de uma nova organização. Assim consegue-se criar um sistema de redes de conhecimento entre clientes, fornecedores, indústrias, universidades, comunidades locais ou regionais. Este sistema pressupõe um *processo de conhecimento e de aprendizagem*.

O processo de inovação não é simplesmente um processamento de informação, corresponde a um processo de captação, criação e retenção de conhecimento. *A informação é um fluxo e o conhecimento um stock, o que constitui mais do que a simples acumulação de conhecimentos*. Como afirma Nonaka, a informação é passiva e o conhecimento é pró-activo. Assim, um processo de inovação não se limita à criação de informação, pois as ideias originais emanam de indivíduos e são difundidas em equipas, tornando-se em ideias organizacionais.

A produção e a difusão do conhecimento são fundamentais para o desenvolvimento económico e a competitividade. O grupo de Aalborg e especialmente Lundvall (1994) afirmam que hoje em dia "o conhecimento é um recurso estratégico" e a "aprendizagem é o processo mais importante". O conhecimento tem de ser incorporado nas empresas e nas organizações e a organização do trabalho tem de estar preparada para internalizar constantemente os novos conhecimentos, para haver um aumento de produtividade e crescimento económico. Como refere Lundvall, o tipo de conhecimento mais importante é o *know-how* e não o *know-that*. Ou dito de outra forma, o sucesso dos indivíduos, empresas, regiões e países vai reflectir, acima de tudo, as suas diferentes capacidades de aprender.

Aprendizagem interactiva

A capacidade e a competência dos indivíduos e das organizações para desenvolver em processos de aprendizagem são determinantes para o desempenho económico (Lundvall e Johnson, 1994). Florida (1995) sublinha a importância da *aprendizagem individual* e da *aprendizagem das organizações* (empresas, instituições de investigação, agências de desenvolvimento, etc.) e Morgan (1997) realça a necessidade de as organizações possuírem um ambiente interno e externo que favoreça a aprendizagem (trocas de informações e conhecimentos internos e com outras organizações externas).

Nesta *aprendizagem interactiva* entre diferentes empresas, entre empresas e infra-estruturas científicas, entre fornecedores e empresas, entre clientes e empresas, entre empresas e estruturas institucionais de âmbito mais alargado, pode estar a semente do

desenvolvimento regional. A aprendizagem interactiva tem em vista vários objectivos: aprendizagem para a inovação; aprendizagem organizacional (rotinas, bases de dados, difusão de *know-how* interno); aprendizagem Individual.

A aprendizagem sob a forma de educação também é um factor importante (OCDE, 2001). A educação é uma forma de *aprendizagem individual*. Assim, a aprendizagem individual refere-se à aquisição de informação, conhecimentos e competências através de uma formação ou educação formal ou codificada (nos sistemas de educação ou formação existentes) e informal ou tácita (nos locais de trabalho). Os indivíduos qualificados e com capacidade para criar conhecimento novo são constantemente atraídos por outras organizações ou para criar a sua própria empresa. Com a saída destes indivíduos desloca-se o capital que eles representam, e muitas vezes a sua rede de conhecimentos, para outras organizações.

A aprendizagem colectiva ou organizacional amplifica, como já referimos, o conhecimento criado pelos indivíduos. As organizações criam conhecimento novo internamente ou interagindo com outras externas. Podem também apropriar-se do conhecimento existente no exterior. Como refere Lundvall, as qualificações da aprendizagem mudam a capacidade das pessoas para mudar o mundo.

<u>Aprendizagem individual</u>	<u>Aprendizagem colectiva</u>
<p>Difusão de um conhecimento existente Educação, formação profissional, "learning by doing" no posto de trabalho</p> <p>Criação de um novo conhecimento Investigação universitária efectuada pelos estudantes em doutoramento; "learning by doing" no posto de trabalho</p>	<p>Difusão de um conhecimento existente Constituição de bases de dados Criação de programas e manuais Apropriação de licenças tecnológicas pertencentes a outras empresas Recrutamento de pessoal qualificado</p> <p>Criação de um novo conhecimento Investigação realizada nas universidades por grupos de investigação Investigação realizada nas empresas Investigação em colaboração – empresas e institutos de investigação</p>

Fonte: adaptado de OCDE, 2001.

Concluindo, as últimas décadas foram caracterizadas por um novo contexto, a que normalmente se denomina a "economia da aprendizagem" (Lundvall e outros, 2001), onde os processos da aprendizagem têm uma importância crucial no desenvolvimento do desempenho económico. Face a isto, em Portugal é crucial assumir nas diferentes políticas os elementos mais importantes para o desenvolvimento, isto é, para o reforço da capacidade de aprendizagem dos indivíduos, das organizações e das regiões.

Aprendizagem e capital social

A aprendizagem é um processo social. O contexto social, as normas e os valores dos cidadãos e a vontade de encontrar soluções colectivas têm consequências no desenvolvimento económico, sobretudo numa economia onde a aprendizagem é o elemento central da competitividade. Assim, o capital social é um factor essencial nos processos de desenvolvimento e as políticas públicas têm de ter também a função de activar e organizar os processos de aprendizagem colectiva, onde o conhecimento é partilhado eficientemente com os outros.

Em termos puramente económicos, a confiança é um recurso extremamente valioso que se vai conquistando. Assim, Morgan (1997) define o conceito de capital social como um conjunto de características da organização social, tais como as redes, normas e confiança, que facilitam a coordenação e a cooperação para benefício mútuo. O capital social aumenta os benefícios dos investimentos em capital humano ou físico e cada vez mais é visto como um factor vital para o desenvolvimento económico.

Numa sociedade onde a divisão do trabalho é extrema, a coesão das sociedades modernas pode estar em perigo. Quando se perspectiva os problemas de uma forma parcial e restrita, os interesses específicos podem entrar em competição e as trajectórias eventualmente tornam-se insustentáveis. Logo tem de haver instituições que devem contrabalançar e equilibrar perspectivas parciais. Por isso, os processos de socialização, nos quais as normas sociais e o entendimento dos interesses mais alargados estão imprimidos nas pessoas, são fundamentais para a coesão da sociedade. São processos de aprendizagem que ocorrem nas famílias, nas escolas e nas empresas. Como refere Lundvall, a aprendizagem está impregnada e implícita nas pessoas e nas organizações.

Um conceito de sistema de inovação (ou conhecimento estrito) que incida simplesmente sobre o sistema de investigação e sobre o desenvolvimento das inovações na alta tecnologia e na ciência não faz hoje em dia sentido.

Concluindo, é obvio que o mundo real é uma mistura entre acesso à informação, conhecimentos codificados e tácitos e valores éticos, portanto, as políticas de inovação e gestão do conhecimento têm de considerar todos os tipos de conhecimentos. A trajectória do desenvolvimento do conhecimento pressupõe inovação, difusão e absorção (Pavitt, 1984 e 1998). Isto implica uma nova postura política, que articule a política de ciência e tecnologia, a política educativa, a política

industrial, a política de emprego, a política social e a política regional. Concretamente, isto significa novas estratégias de desenvolvimento nacionais com coordenações entre as diferentes áreas políticas (Lundvall e outros, 2001).

4. Espessura institucional e governança económica

Investigações recentes evidenciam que os territórios inovadores e dinâmicos apresentam uma forte e activa base institucional, entendida como capital de aprendizagem. Esta espessura não deve ser confundida com diversidade e profusão de instituições presentes, caracterizando-se antes pelo grau de interações entre as diferentes instituições, pelo grau de especialização e responsabilização funcional e pela identificação estratégica em torno de objectivos comuns (Figueiredo, 1999). Neste referencial, a espessura institucional condiciona o modelo de governança económica. Podemos assim deduzir que os modelos de governança se diferenciam segundo o modo e a intensidade com que internalizam o seu potencial de intervenção.

É um conceito de infra-estrutura alargado ao capital social. Parte-se do pressuposto de que a inovação, e implicitamente o desenvolvimento, é um processo interactivo entre as empresas e as infra-estruturas de base científica, entre as diferentes áreas ou competências dentro de uma empresa, entre os produtores e os fornecedores, entre os produtores e os utilizadores a jusante, entre as empresas e o *milieu* institucional mais alargado. É neste processo de aprendizagem interactivo em que as diferentes estruturas institucionais operam que se coloca a importância de uma espessura institucional activa em torno dos mecanismos de desenvolvimento. Assim, neste pressuposto a inovação deve ser pensada em torno das diferentes rotinas institucionais e convenções sociais.

As políticas de animação económica dirigidas a tecidos empresariais com forte integração territorial ganham em eficácia se forem organizadas e reguladas com base em parcerias estratégicas, através de uma contratualização que envolva as instituições com melhor capacidade de representação de interesses empresariais comuns. Neste sentido, as políticas de animação económica poderão ser mais eficazes se houver uma dinamização do tecido institucional local/regional em torno de projectos e estratégias comuns. Em termos de desenvolvimento, este referencial aposta na capacidade de aprendizagem e acumulação de conhecimento estratégico dos ambientes institucionais locais e regionais. Isto no pressuposto que as

empresas cooperam em torno de determinados factores e há outros que fazem parte do "segredo do negócio", os quais as empresas não partilham (factores "rivais"); assim, os factores não rivais podem e devem ser partilhados.

Morgan (1997) refere que há uma falta de cultura de rede na União Europeia. Existe uma clara dificuldade, comparativamente com os Estados Unidos e o Japão, de transferir conhecimento dos laboratórios para as empresas e das empresas para outras empresas. Há uma dificuldade de colaborar para conseguir conhecimentos e benefícios em comum. Embora existam excepções, verifica-se uma forte necessidade de promover fluxos inter-organizacionais de informação, conhecimento e competências. Ao nível das empresas, os japoneses têm uma maior capacidade de resolver problemas comuns, e fazem-no recorrendo a uma série de inovações institucionais (associações que divulgam as melhores práticas ou através de um sistema eficiente de aprendizagem interactiva).

Como acentuam Amin e Cohendet (1999), não se deve separar ou privilegiar um dos dois tipos de conhecimento: o conhecimento tácito e o conhecimento codificado ou explícito. Numa situação de mudanças radicais no mercado ou na tecnologia, o conhecimento tácito e a aprendizagem incremental podem não ser suficientes para fazer face a alterações radicais. Assim, as vantagens competitivas das empresas são influenciadas crucialmente pela capacidade de as empresas mobilizarem e integrarem formas de conhecimento diversificadas e fragmentados e não pela especialização de uma dessas formas.

A "economia da aprendizagem", que combina conhecimento, informação e inovação, envolve, em termos de políticas, muito mais do que o reforço das infra-estruturas físicas e técnicas. Estes novos factores não são típicos das regiões mais desfavorecidas, dado que aí dominam as indústrias tradicionais e há uma quase ausência de densidade institucional. A própria política da Comissão Europeia tem uma visão limitada, centrada sobretudo nas empresas, e tecnocêntrica, pois as soluções que sugere para as regiões menos favorecidas baseiam-se na criação de indústrias de alta tecnologia e na capacidade de investigação em vez de desenvolverem o potencial de aprendizagem e a adaptação de *clusters* e de recursos já existentes.

As cidades, ao concentrarem um grande número e uma grande diversidade de instituições, merecem um enfoque especial também neste domínio. Na economia do conhecimento, a cidade é o local onde se concentra um maior número de instituições ligadas ao conhecimento codificado (Knight, 1996), *nas áreas da ciência e tecnologia das empresas, nos centros de investigação, nas organizações de ensino superior, nas*

estruturas culturais e artísticas e nas indústrias de edição e média. Estas instituições são centros de sociabilidade, de espaços de encontro e de troca de informações.

Claro que as externalidades associadas ao capital humano não é apenas uma questão de densidade institucional. As cidades são importantes palcos de práticas institucionalizadas muito diversificadas e específicas. Estas práticas (Amin, 2000 e 2002) oferecem bens colectivos (locais de encontro, serviços colectivos, associações) e proporcionam redes de contactos informais. Estas práticas não são centrais em relação às actividades empresariais mas podem ter fortes implicações pelos serviços que prestam ou pelas oportunidades económicas que suscitam. A intensidade institucional que está presente nas cidades liga-se aos grupos de interesse, aos partidos políticos, às organizações de assistência, às associações, aos diferentes órgãos de poder que aí estão aglomerados. As cidades são também centros de sociabilidade e espaços de encontro profissional, e isso torna-as particulares. Como afirma Amin, as cidades são amálgamas de instituições de poder, de representação e de sociabilidade. É importante frisar que algumas destas instituições são organizações fundamentais para manter a máquina económica.

É difícil explicar o modo como o conhecimento tácito é gerado nas empresas ou nas instituições urbanas e como pode traduzir-se em benefícios económicos locais, mas o que tem verdadeiro significado económico é a variedade de conhecimento institucionalizado localizado nas cidades e o que isso pode representar em termos de trocas. Tudo isto não significa que as cidades sejam sempre "convenções e concentrações de redes de confiança local", pois a densidade institucional não é necessariamente sinónimo de interacção e de trocas de conhecimento. O que queremos afirmar e reconhecer é a importância das instituições urbanas e das práticas institucionais específicas de cada cidade ou de cada região para a competitividade económica¹³⁰.

Concluindo, são necessárias reformas institucionais capazes de promover as renovações económicas, diminuindo as dependências em relação ao Estado e o isolamento institucional. A constituição da cidade-região económica tem de envolver a base institucional e o poder político locais. É necessário um "capital social"

¹³⁰ Segundo Scott (2001), muitas das mudanças políticas que estão actualmente a suceder nas grandes cidades mundiais mostram a necessidade de criar estruturas de governança capazes de garantir e melhorar as vantagens competitivas na nova ordem económica globalizada. Independentemente da forma institucional que a gestão destes espaços assuma (agências de desenvolvimento, parcerias público-privadas, associações, etc.), a sua legitimidade está na capacidade de coordenação dos sistemas económicos regionais. Segundo Soja (2000), o novo poder territorial baseia-se num sistema nacional de cidades-estado encarregadas de manter a geografia política e a integridade desses territórios enquanto espaços económicos e culturais, reais ou imaginados.

desenvolvido que assegure e promova os benefícios económicos, mas não se deve apostar num optimismo paroquial centrado numa excessiva confiança nas capacidades locais, pensando que estas são suficientes por si só para garantir um bom posicionamento nas redes globais (Amim, 1998). O sucesso está na capacidade de antecipar e responder às circunstâncias externas em constante mutação. Portanto, há que gerir as redes de conectividade institucional, a nível regional e numa Europa mais alargada.

Cartografar os clusters

Muitas das vantagens competitivas nas economias avançadas têm origem em certos factores específicos inerentes aos *clusters*. Os *clusters* são concentrações geográficas de empresas interrelacionadas, de fornecedores de matérias-primas, equipamentos e de serviços, de empresas que desenvolvem actividades inter-relacionadas e de instituições associadas (universidades, centros de investigação, associações empresariais, etc.). O conceito de *cluster* pressupõe a concentração de várias empresas inter-relacionadas, a existência de externalidades entre as várias actividades e a importância dessa concentração para a competitividade do conjunto. Assim, a produtividade depende da qualidade e quantidade das empresas e instituições locais. Um *cluster* facilita a melhoria contínua, reforça a diferenciação estratégica face ao conjunto e favorece e encoraja a inovação (Porter, 2001).

Os *clusters* regionais atraem os académicos e políticos desde os anos setenta e oitenta. A "Terceira Itália" para os produtos mais tradicionais e o "Silicon Valley" para os produtos de alta tecnologia são os exemplos mais divulgados na bibliografia sobre o tema. Nos anos noventa, os *clusters* ganham um forte reconhecimento mundial e são vistos como forma de estimular a inovação e o reforço de produtividade.

Um dos objectivos a atingir para a análise dos *clusters* é a própria cartografia dos mesmos, ainda que para isso seja necessário procurar a definição estatística das suas fronteiras. A essência de um *cluster* assenta nas externalidades que se desenvolvem desde os fornecedores até aos serviços a jusante. Os *clusters* são especializados num pequeno número de actividades. Há uma aglomeração de actividades económicas, empresariais e tecnológicas em determinados sectores específicos. Estas concentrações podem desenvolver sistemas de produção local, incorporando empresas contratantes e subcontratadas e/ou admitindo sistemas de cooperação horizontal entre diferentes empresas. Porter (1998) alarga o conceito ao incorporar no seu seio as instituições empresariais ou de apoio técnico e tecnológico. Nem todas as definições de *cluster* incorporam instituições.

A Comissão Europeia (2002) sistematiza de uma forma muito clara a abordagem dos *clusters regionais*. Apresenta quatro perspectivas para interpretar o processo de *clustering regional*, que de seguida se sintetizam.

Os *distritos industriais* (Becattini, 1991) contêm economias externas, relacionadas com uma lógica de divisão do trabalho baseada em redes de pequenas empresas especializadas. Há uma confiança mútua e uma "atmosfera industrial" que são fundamentais para desencadear processos de inovação incremental nas empresas locais. Portanto, nos distritos industriais há *capital social*, uma espécie de atmosfera socio-cultural local que é crucial para o desenvolvimento e o sucesso empresarial.

A "Escola Californiana" destaca a necessidade de haver uma desintegração da estrutura vertical das cadeias produtivas, de forma a reduzir os custos de transacção e aumentar a flexibilidade do sistema produtivo. Assim, desenvolve-se um mercado de trabalho local muito especializado que se rege por um conjunto de regras informais e sobretudo hábitos. Storper (1997) realça a importância dessas "interdependências não mercantis", pois elas são fundamentais na coordenação dos actores económicos num momento de grandes incertezas.

A "Escola Nórdica" da economia da aprendizagem, com Lundvall e Johnson, realça a inovação como factor fundamental para a competitividade das empresas. A inovação parte de um processo interactivo onde a proximidade favorece a cooperação e a confiança. Os sistemas institucionais têm um papel central nestes sistemas produtivos. Alguns conhecimentos trocados são informais, enquanto outros são codificados. Há um forte enraizamento espacial da informação que é trocada.

Nos *clusters* industriais, Porter (desde 1990) faz uma abordagem mais instrumental, sobretudo baseada nas economias externas que se desenvolvem favorecidos pela proximidade e nas relações que se estabelecem entre fornecedores e clientes. Utilizando a correlação locativa do emprego das diferentes actividades identificou 50 *clusters* nos Estados Unidos, depois de excluir o emprego nos ramos inerentemente locais (por exemplo, os restaurantes, o comércio e serviços locais). Portanto, tratam-se de *clusters* de actividades que não se dirigem para o mercado de consumo local ou regional, mas que visam a produção de produtos ou serviços que serão comercializados em outros mercados. A cartografia dos *clusters* nos Estados Unidos evidenciou fortes concentrações de emprego em certos *clusters* regionais ou urbanos. Os mapas evidenciam quocientes de especialização superiores a 1 (o quociente de localização é superior a 1 se a proporção de emprego de uma determinada actividade num determinado condado é superior à proporção registada a nível

nacional). Esta metodologia permite analisar a evolução dos *clusters* ao longo do tempo e o desempenho económico, designadamente em termos de crescimento de emprego, salários médios e níveis de instrução.

Segundo Porter (2001), a capacidade inovadora de uma área económica depende de três elementos. O primeiro recai sobre as universidades, os centros de investigação, as instituições de extensão e as políticas de incentivo à inovação (por exemplo, regulamentação da propriedade intelectual). O segundo elemento insere-se na problemática dos *clusters*, na medida em que a capacidade de inovação liga-se às condições ou características dos próprios *cluster* (fornecedores especializados, procura exigente, instituições de apoio técnico e tecnológico muito qualificadas). A forte concentração espacial dos diferentes estabelecimentos leva à concentração das actividades mais inovadoras, as quais tendem a alimentar-se e a arrastar a inovação para as demais. O terceiro elemento depende da qualidade das ligações, pois quanto melhores forem os canais de circulação de informação, conhecimento e alastramento das competências próprias dos *clusters*, melhores são as condições de interacção colectiva.

Em termos de políticas económicas é necessário dar uma maior atenção às condições micro-económicas. No actual cenário de competição global, as áreas económicas tendem a especializar-se e a prosperidade depende da capacidade micro-económica das diferentes áreas, quer em termos de produtividade quer em termos de capacidade de inovação. Como já se referiu, cada vez mais se reconhece que o sucesso de uma empresa está também relacionado com o que está fora da empresa, das relações com os fornecedores e das parcerias que vão sendo construídas. Assim, os *clusters* são territórios cruciais numa política de desenvolvimento económico.

Cidade-região: um *cluster* urbano

O referencial da cidade-região mencionado atrás concorre também para o conceito de *cluster*. Cada uma das cidades-região constitui um *cluster* com uma localização específica, uma trajectória histórica e um conjunto de economias externas. É um *cluster* urbano, com uma forte densidade de empresas e instituições e onde a aprendizagem individual e colectiva é facilitada pela densidade de recursos presentes e pela densidade e facilidade de contactos de proximidade. Neste *cluster* urbano há uma grande diversidade de empresas, mas há também uma forte concentração de funções inovadoras, com uma intensa presença de TIC e novas actividades nas áreas da cultura e do lazer e do ambiente. A aglomeração urbano-regional proporciona a

massa crítica e a qualidade fundamentais a qualquer processo de inovação e de globalização.

Ash Amin (2000) refere que as aglomerações na geografia económica contemporânea podem ser motores da competitividade económica explorando e articulando duas dimensões: as economias de proximidade e as economias da distância. As cidades são vistas como centros ou *clusters* territoriais de organização da produção e das actividades económicas. Elas proporcionam uma proximidade ao mercado e uma dimensão de mercado a não negligenciar, permitem uma redução dos custos de transacção e de informação, uma oferta de qualificações especializadas e um leque diversificado de recursos humanos com capacidades e competências diversificadas, concentram *know-how* e permitem o desenvolvimento de redes de proximidade baseadas no contacto directo. A densidade urbana e a proximidade espacial permitem o desenvolvimento de economias de aglomeração e de redes locais.

Segundo Camagni (1991, 1998, 2001), pode haver o desenvolvimento de um *milieu* urbano que proporciona um contexto psicológico e sinérgico para o estabelecimento de processos de aprendizagem de longo prazo e as condições para a selecção e reprodução de elites de decisão globais nas sociedades democráticas. Produz-se uma "atmosfera urbana" (assim como há uma atmosfera industrial para os distritos industriais) onde emergem e renovam-se competências e novos espaços de trabalho.

Ao colocar-se a inovação e os processos de aprendizagem no centro do debate do desenvolvimento económico traz-se também para a reflexão as dinâmicas territoriais, pois são elas que condicionam os processos interactivos da aprendizagem colectiva. Ferrão (2001) apresenta um esquema territorial em função de dois tipos de externalidades de proximidade: as externalidades de comunicação e as externalidades pecuniárias. As externalidades de comunicação traduzem as interacções induzidas pela proximidade física e seguem as normas sociais e as práticas inter-empresariais num determinado contexto social. As externalidades pecuniárias contemplam a aquisição de bens e serviços especializados induzida pela proximidade física dos agentes, em função da diversidade e dimensão do mercado local. A partir deste referencial Ferrão constrói um esquema, onde posiciona diferentes realidades territoriais (centros das grandes aglomerações, áreas rurais periurbanas, áreas tradicionais de industrialização rural difusa, distritos industriais tecnológicos, áreas rurais marginais de base agrícola, subúrbios industriais tradicionais, subúrbios residenciais) em

função da maior ou menor dominância das externalidades de proximidade apresentadas. Por exemplo, neste esquema os centros das grandes aglomerações maximizam as externalidades pecuniárias e as externalidades de comunicação, enquanto os subúrbios residenciais encontram-se no outro extremo porque não usufruem de nenhum tipo de externalidades. Esta caracterização de diferentes realidades territoriais segundo o tipo de externalidades que possuem permite também propor trajectórias de evolução em função de estratégias a assumir no futuro, tendo em consideração as debilidades actualmente existentes.

As cidades, sobretudo as grandes, criam diversificados meios profissionais, alguns dos quais mais marcados pela inovação e a abertura institucional, designadamente os meios da moda e os meios científicos. A gama de competências e tipos de emprego nas grandes cidades estão em permanente evolução: novas actividades, actividades mais ou menos precárias, actividades artísticas e tecnológicas, entre outras. Alguns investigadores estão a concentrar as suas atenções nas grandes extensões urbanas periféricas. As periferias serão, ou não, os futuros espaços de emergência e de inovação? O seu disfuncionamento e as suas crises poderão ser sementes de inovação? Mas, simultaneamente, é também no meio urbano, e designadamente em alguns espaços periféricos, que se concentram as exclusões e o desemprego. O que nos reserva o futuro para esta geografia das competências e da inovação?

5. As cidades geradoras de consumo e de economias de aglomeração

Só uma pequena percentagem de empresários e de empresas estão envolvidos directamente na competitividade internacional (Amin, 2000 e Amin e Thrift, 2002). As fontes de emprego e os rendimentos urbanos estão associadas, de uma forma significativa, à economia de serviços à produção local, ao comércio e serviços à população, aos serviços públicos e sociais e às actividades de lazer, turismo e cultura. As cidades são, desta forma, geradoras de procura e, por isso, possuem também um poder económico associado à dimensão de consumo e à circulação de bens e serviços que geram. Assim, está a evidenciar-se a dimensão do mercado e os padrões de procura urbana no desenvolvimento das economias urbanas ou regionais.

As cidades são aglomerações designadamente de pessoas, bens, capitais, empresas, serviços e edifícios. Esta economia de consumo não pode ser explicada pela economia da competitividade (que pressupõe uma componente de internacionalização). Em 1997, Paul Krugman destacou a importância das cidades

pela capacidade de consumo que concentram. Parte da procura é gerada pelas oportunidades de mercado que emergem ou que são proporcionadas pela aglomeração. As populações geram mercados de consumos de grande dimensão e forte diversidade e as empresas e as instituições activam também os mercados em torno dos serviços às empresas. A heterogeneidade social e cultural fomenta a diversificação da procura e da oferta e a dimensão urbana gera a extensão do próprio mercado (Amin, 2000 e Amin e Thrift, 2002).

A rede de trocas presentes nas cidades, por sua vez, alimenta a rede global. Poucas actividades económicas consumidas quotidianamente nas cidades dependem só dos circuitos de oferta e procura local. Assim, estas actividades económicas devem ser também consideradas na teorização económica. Da mesma forma, a economia da cidade é também conduzida por bens públicos e de assistência (designadamente a educação, saúde e o apoio social). As cidades, pela concentração e dimensão da procura, são importantes espaços de oferta de educação, investigação, *know-how*, tecnologia, etc.. Muitos destes bens e serviços são oferecidos por organizações do Estado. Com esta abordagem Amin (2002) não quer sobrevalorizar o papel do Estado, mas não deixa de considerar a necessidade de se ter em conta este sector, pois pode ter implicações nos retornos económicos das economias internacionais.

Por outro lado, a concepção que encara os serviços como actividades passivas, dependentes dos sectores produtivos, especialmente da indústria, e não comercializáveis à distância não corresponde à realidade actual. Mas continua a haver uma certa dificuldade em analisar em termos teóricos e empíricos o papel que o sector de serviços vem assumindo na economia, cada vez mais dominada pela tecnologia e pelo conhecimento. É difícil avaliar o desempenho e a produtividade neste sector (Veltz, 2000), sobretudo recorrendo às metodologias utilizadas nos sectores produtivos. São várias as questões que se colocam: como se avalia o conhecimento dos indivíduos de uma organização? como se estima o talento dos indivíduos para incrementar o conhecimento? como se mede a capacidade de transferir conhecimento individual tácito para conhecimento organizacional? Etc..

Considerando o papel das economias de aglomeração na produção de serviços, a importância da centralidade urbana ganha uma nova força nas lógicas de localização destas actividades: as novas centralidades comerciais vão-se localizar nas novas áreas residenciais periféricas; as cidades concentram um grande número de serviços turísticos de apoio aos negócios e ao sector financeiro; a oferta de cultura e lazer prefere as grandes cidades; as companhias de seguros, os bancos, os serviços de

informática e a consultoria continuam a ser actividades claramente urbanas. Concluindo, tudo isto tem um importante significado económico, pela massa de recursos humanos, financeiros, empresariais e institucionais que concentra e pelas redes/trocas que mobiliza.

II. Condições territoriais para a competitividade, a inovação e o conhecimento

Proposta de abordagem analítica

Este capítulo procurará, com as limitações impostas pela informação estatística acessível e pela própria escala da abordagem, analisar as condições territoriais para o desenvolvimento económico e a governança do conhecimento, num contexto caracterizado pela globalização e pelo conhecimento interactivo, elementos centrais nos processos de inovação e de crescimento económico. Esta nova economia é uma *economia aprendente*, onde a sucessiva integração de novos conhecimentos permite o reforço da competitividade económica. Tudo isto relaciona-se com as teorias do conhecimento tácito e codificado, com as teorias da aprendizagem interactiva e os sistemas de inovação.

Estas teorias vieram mudar claramente as medidas de política usadas. A teoria do capital humano, de finais dos anos cinquenta e inícios dos anos sessenta, centrava-se na ideia de que o crescimento em geral partia de uma política de educação, que reduzia as desigualdades através de um forte investimento em capital humano. A política de educação baseava-se num princípio de educação básica generalizada para toda a população. Esta abordagem é muito linear face às novas teorias sobre a expansão do conhecimento. As apostas em termos de investimento dirigiam-se para as universidades e centros de investigação e privilegiavam-se as formações universitárias. Esta fase associou-se ao crescimento da produção e do consumo de massa, aos anos de glória do Fordismo, ao pleno emprego e ao crescimento dos níveis de vida das populações em geral.

A evolução em curso nas economias e sociedades dos países economicamente mais desenvolvidos fundamenta-se nas Economias baseadas no Conhecimento ("Knowledge Based Economies") e nas Sociedades preparadas para a Aprendizagem ("Learning Societies"). Hoje em dia, as "tecnologias da informação" estão no centro da vida em sociedade e do desenvolvimento económico, com implicações de várias ordens mas que se podem sintetizar num reforço da importância da informação, da criatividade e da qualidade.

O objectivo é, como temos vindo a referir, a avaliação das condições para o desenvolvimento territorial, o que significa, neste capítulo, as condições para a

competitividade, o conhecimento e a inovação, factores cruciais para a nova economia. Actualmente dá-se uma grande ênfase à economia baseada no conhecimento, mas há ainda muitas dificuldades em operacionalizar as novas dinâmicas e realidades, de caracterizar conceitos como competências, conhecimento, aprendizagem e outros mais. Podemos criar medidas que avaliem a intensidade do capital humano mas é muito mais complexo criar formas de avaliação da intensidade do conhecimento.

Objectivo global desta abordagem: Avaliar de que forma o território português está a construir uma nova geografia da competitividade, do conhecimento e da inovação. Ou, dito de outra forma: como e porquê os diferentes tipos de produção ocorrem em diferentes lugares, com maior ou menor intensidade, e como é que um determinado território pode condicionar a nova geografia da competitividade, do conhecimento e da inovação.

Procurámos estruturar esta abordagem em torno de vários pilares, organizados em quatro objectivos:

- *Objectivo 1:* análise das externalidades enquanto condicionadoras de uma nova economia;
- *Objectivo 2:* análise da proximidade e do capital interactivo enquanto potenciadores de uma economia aprendente;
- *Objectivo 3:* análise do tecido produtivo existente enquanto embrião de uma nova economia do conhecimento e da inovação;
- *Objectivo 4:* análise dos resultados enquanto avaliação das capacidades de criação de emprego, rendimento e inserção internacional.

Objectivo 1: análise das externalidades enquanto condicionadoras de uma nova economia

No espaço económico ocorrem numerosas externalidades que determinam benefícios ou custos às empresas. Uma externalidade é qualquer ocorrência ou actividade que escapa ao controlo da empresa, mas que tem efeitos sobre a produção interna. As externalidades podem ser negativas (por exemplo, a poluição atmosférica, a má preparação escolar dos jovens, a fragilidade das infra-estruturas portuárias/aéreas,

etc) ou positivas (por exemplo, a disponibilidade de infra-estruturas de qualidade para a localização empresarial, escolas que formam recursos humanos com competências essenciais para a nova economia, investigação pública de qualidade e orientada o tecido produtivo).

Para a concretização deste objectivo organizaram-se 4 domínios de análise:

-dois domínios orientados para a capacidade de absorção e construção do conhecimento (sob a alçada da intervenção predominantemente pública): *Capital Humano e Conhecimento Codificado; Investigação e Conhecimento*.

-dois domínios preocupados em avaliar as infra-estruturas sociais e físicas de suporte ao desenvolvimento: *Amenidades e Espaços de Vida; Infra-estruturas Físicas e Redes*.

Como já referimos, há uma importância crescente do conhecimento e da criatividade nos processos económicos. Estes factores imateriais desenvolvem-se segundo processos lentos de aprendizagem, alimentados pelos canais de informação e pelos investimentos de longo prazo na educação e na investigação. É sobre a importância destes dois factores que iniciamos esta abordagem ao analisar os recursos locais em termos de conhecimento codificado e as desigualdades em termos de recursos para a investigação. Os recursos de investigação representam os processos de produção de conhecimentos; os conhecimentos codificados transmitem o grau ou a capacidade de transferência do conhecimento. Portanto, vamos tratar a inovação e a difusão de conhecimentos.

As *Amenidades* e os *Espaços de Vida* e a localização das *Infra-estruturas físicas* e das *Redes* são duas dimensões para avaliar as condições imateriais e materiais para o desenvolvimento económico. Empiricamente não está claramente provado que estes elementos sejam factores de crescimento económico. No entanto, presume-se teoricamente, que há uma relação de causalidade significativa. São uma espécie de requisitos fundamentais, as condições necessárias à atractividade dos investimentos móveis. As *Amenidades* privilegiam as condições de vida e as características do "habitat" social, as *Infra-estruturas físicas* orientam-se para a avaliação das *portas* e das *redes* internacionais (portos aeroportos, redes de comunicação).

Objectivo 2: análise da proximidade e do capital interactivo enquanto potenciadores de uma economia aprendente

Os sistemas industriais do século XIX conseguiram produzir alguma variedade de produtos, mas eram limitados em termos de escala de produção. O sistema de produção de massa fordista resolveu o problema da quantidade, mas não o da variedade. O actual sistema de produção flexível (com recurso aos novos meios de comunicação) produz uma grande variedade de produtos e, muitas vezes simultaneamente, em grande escala. Além disso, os sistemas de produção flexível, pós-fordistas, são muito intensivos em transacções e, por isso, privilegiam a densidade, a concentração e a interacção.

Um espaço económico é um espaço de trocas, de interacções e de fluxos, sendo também, por isso, um complexo de redes interpessoais e sociais e, naturalmente, de redes económicas.

Os processos de aprendizagem são por natureza lentos, localizados e cumulativos, porque se incorporam no capital humano e nas redes interpessoais, nos mercados locais de trabalho e nos meios inovadores locais. São muito selectivos em termos de localização. A tecnologia é um factor móvel pois pode-se difundir. No entanto, localmente é necessário haver recursos de qualidade, capazes de internalizarem esses conhecimentos e de os adaptarem. Pode dizer-se que há uma hiper mobilidade de alguns factores de produção e a "ancoragem territorial" de outros. Se é verdade que as tecnologias e os equipamentos tendem a ser comercializados por todo o mundo e que desejavelmente as redes de comunicação se difundem e chegam a todo o lado, não deixa de ser também uma realidade que as competências e o "capital relacional" determinam as diferenças nas formas de uso que as novas acessibilidades determinam. As aglomerações urbanas e/ou os *clusters* territoriais são lugares privilegiados de concentração de "capital relacional".

Para a concretização deste objectivo organizaram-se 3 domínios de análise:

- *Densidade Institucional*
- *Clusters territoriais*
- *Meios urbanos*

Estes domínios convergem para os objectivos enunciados: a "Densidade Institucional" ao analisar a distribuição e a espessura da base institucional para o desenvolvimento económico; os "Clusters Territoriais" procurando os "nichos" de concentração de determinadas actividades produtivas; os "Meios Urbanos" associando-se à importância da Cidade enquanto espaço de concentração de pessoas e serviços (finais e

intermédios) e por isso fomentadora de relações de proximidade. Estes domínios pretendem assim caracterizar os espaços geográficos enquanto locais de trocas e de capital relacional.

Objectivo 3: análise do tecido produtivo existente enquanto embrião de uma nova economia do conhecimento e da inovação

Está a emergir um novo sistema económico e uma nova estrutura de actividades. Como já referimos, o *mapa da geografia económica* actual é um complexo de múltiplos estratos, composto por resíduos industriais que incorporam diferentes épocas ou fases de crescimento económico que buscam a sua integração na economia pós-fordista. A procura destes estratos ainda em laboração e a necessidade de fazer emergir as novas actividades e últimos investimentos vão determinar a concepção deste objectivo.

Assim, procura-se caracterizar o tecido produtivo existente, evidenciando a geografia das actividades, das qualificações, dos investimentos e das dinâmicas empresariais.

Para a concretização deste objectivo organizaram-se 4 domínios analíticos:

- *Estrutura de Actividades*
- *Qualificações do Emprego*
- *Estrutura e Dinâmica Empresarial*
- *Investimentos Produtivos*

Objectivo 4: análise de resultados enquanto avaliação do desempenho económico

Em face dos objectivos propostos, resta fazer uma avaliação do desempenho económico do actual sistema produtivo, entendendo-se por desempenho económico a performance económica e a integração mundial da nossa economia. Este objectivo está organizado em torno de um só domínio analítico.

Face a estes objectivos, foram então identificados doze domínios de análise, que serão desenvolvidos em seguida. Iremos aprofundar os objectivos específicos de cada domínio e a diversidade de indicadores considerados.

1. Capital Humano e Conhecimento Codificado
2. Investigação e Conhecimento
3. Amenidades e Espaços de Vida
4. Infra-estruturas Físicas e Redes
5. Densidade Institucional
6. *Clusters* Territoriais
7. Meios Urbanos
8. Estrutura de Actividades
9. Qualidade do Emprego
10. Estrutura e Dinâmica Empresarial
11. Investimentos Produtivos
12. Desempenho Económico.

Tendo presente os quatro objectivos inerentes a esta abordagem e os doze domínios definidos, vamos procurar sintetizar as condições territoriais para a competitividade do Continente português. Assim, vamos organizar a abordagem analítica em torno dos doze domínios enunciados.

A análise das diferenciações territoriais portuguesas só tem sentido se tivermos uma noção prévia da posição do nosso país no contexto europeu e internacional. Assim, sempre que considerarmos oportuno e a informação disponível nos permitir, cada domínio incluirá uma análise comparativa com a Europa.

Em seguida concentramo-nos na análise global do Continente português para passarmos à análise das diferenciações territoriais. Por fim, iremos procurar sintetizar as principais conclusões no final de cada domínio, de forma a conseguirmos construir um posicionamento estratégico sobre as condições territoriais para a competitividade.

1. Capital Humano e Conhecimento Codificado

1.1. Enquadramento

Hoje em dia a educação formal está fortemente divulgada pelos países europeus, o que significa que uma grande percentagem de população tem acesso a um limiar mínimo de conhecimento codificado. Este conhecimento pode ser transmitido e, portanto, possui uma forte mobilidade.

A teoria do capital humano, promovida em finais dos anos 50 e inícios dos anos 60, centrava-se na ideia da criação do crescimento a partir da educação, promovendo a redução das desigualdades através do investimento em capital humano nas diferentes regiões e indivíduos.

Hoje em dia, em termos económicos e de aprendizagem, o capital humano de uma sociedade ou de uma região continua a ser a essência básica, ainda que não única, do próprio crescimento. O investimento na reserva de capital humano de uma economia desenvolve externalidades cruciais, uma vez que as vantagens conferidas à economia em geral excedem os benefícios concedidos aos particulares (CCE, 2002a). É da inter-relação entre o conhecimento codificado e o conhecimento tácito que nasce um novo conhecimento (Nonaka, 1995). Esta espiral do conhecimento depende naturalmente do ponto de partida em termos de conhecimento codificado.

O capital humano abrange um amplo leque de competências, desde as mais intensivas nas áreas da ciência e da tecnologia até às desenvolvidas com a formação e actualizações ao longo da vida.

Em Portugal os problemas da educação básica estão no centro dos debates da actualidade política e sócio-económica, designadamente os baixos níveis de formação da população portuguesa, os níveis de abandono e de aproveitamento e a formação insuficiente nas áreas das ciências exactas e das ciências vivas.

Ao longo deste capítulo, e para cada um dos domínios de análise, faz-se, em primeiro lugar, uma abordagem genérica à situação de Portugal face à Europa ou a outros países e, em seguida, avança-se para uma análise territorial do Continente. Assim, e no caso do domínio de análise designado *capital humano e conhecimento codificado*, estruturaram-se dois vectores principais a partir dos quais se organizou a informação a tratar:

- dotação ou *stock* de capital humano;
- capital humano em formação no sistema escolar.

Em primeiro lugar, procura-se avaliar os graus de instrução da população residente: níveis básico, secundário (inclui o profissional) e superior. Trata-se de uma análise do *stock* em capital humano, onde se avalia a quantidade e a qualidade dos recursos existentes em cada concelho.

Em segundo lugar, quantifica-se o potencial de capital humano a frequentar o sistema escolar (ensino básico, secundário, profissional e superior), pois a informação sobre a formação ao longo da vida é escassa e dispersa. De modo a aprofundar a análise na componente estratégica das ciências e da tecnologia consideraram-se indicadores relativos a determinadas especializações do ensino superior: peso total de alunos do ensino superior, peso dos alunos do ensino superior inscritos nas áreas científicas e tecnológicas em geral¹³¹ e, em particular, nas Ciências Exactas (matemática e estatística), nas Ciências da Engenharia e da Tecnologia¹³², nas Ciências da Saúde e nas Outras.

Simultaneamente, pretendíamos introduzir variáveis e parâmetros de qualidade e rendimento na aprendizagem para os diferentes níveis de educação. Na ausência de informação e de meios necessários à realização de uma pesquisa mais precisa, optou-se por incluir as taxas de aproveitamento no ensino básico e secundário e as notas obtidas nos exames nacionais do 12º Ano.

A força que a componente formação de capital humano ganha nesta avaliação deve-se ao carácter prospectivo que esta análise pretende ter. Assim, avaliam-se os níveis de escolaridade da população residente e os recursos humanos em formação, pois constituem dois pilares fundamentais para a construção de uma economia do conhecimento.

¹³¹ Inclui Ciência Exactas, as Ciências da Engenharia e da Tecnologia, as Ciências da Saúde e as Ciências Naturais.

¹³² Esta análise devia organizar-se também em torno das outras áreas do saber (designadamente, nas áreas das artes, arquitectura, *design*, etc). No entanto, não foi possível em tempo útil, dada a diversidade de cursos existentes, classificar toda a informação contida na base de dados do ensino superior. Na impossibilidade de estruturar toda a informação disponível, optou-se por seleccionar algumas áreas fundamentais e integrá-las nesta caracterização.

Lista de indicadores identificados:

Dotação ou stock de capital humano

- 3 Quociente de Localização - População residente com o 3º ciclo do ensino básico relativamente à população residente com mais de 15 anos, por concelho, em 2001
- 4 Quociente de Localização - População residente com o ensino secundário ou médio relativamente à população residente com mais de 25 anos, por concelho, em 2001
- 5 Quociente de Localização - População residente com o ensino superior relativamente à população residente com mais de 25 anos, por concelho, em 2001
- 6 População residente com o 3º ciclo do ensino básico, peso no continente, por concelho, em 2001
- 7 População residente com o ensino secundário ou médio, peso no continente, por concelho, em 2001
- 8 População residente com o ensino superior, peso no continente, por concelho, em 2001

Capital humano no sistema escolar

- 1 População residente a frequentar o ensino, peso no continente, por concelho, em 2001
- 9 Alunos do Ensino Superior público e privado por 1000 habitantes, por concelho, no ano lectivo 1997/98
- 10 Alunos do Ensino Secundário e Profissional (público e privado) por 1000 habitantes, por concelho, no ano lectivo 1998/99
- 11 Alunos matriculados no ensino superior, segundo o concelho de residência do agregado familiar, por 1000 habitantes, no ano lectivo 1997/98
- 12 População residente a frequentar o ensino por 1000 habitantes com menos de 25 anos, por concelho, em 2001
- 13 Alunos matriculados no ensino superior, peso no continente, por concelho, no ano lectivo 1997/98
- 14 Alunos matriculados no ensino superior nas áreas das Ciências e Tecnologias, peso no continente, por concelho, no ano lectivo 1997/98
- 15 Alunos matriculados no ensino superior na área das Ciências Exactas (CE) relativamente ao total de alunos nas áreas das Ciências e Tecnologias, por concelho, no ano lectivo 1997/98
- 16 Alunos matriculados no ensino superior na área das Ciências da Engenharia e da Tecnologia (E) relativamente ao total de alunos nas áreas das Ciências e Tecnologias, por concelho, no ano lectivo 1997/98
- 17 Alunos matriculados no ensino superior nas áreas das Ciências e Tecnologias, peso no continente, por concelho de residência do agregado familiar, no ano lectivo 1997/98
- 21 Alunos matriculados no ensino superior nas Outras Áreas, peso no continente, por concelho de residência do agregado familiar, no ano lectivo 1997/98
- 22 Alunos matriculados no ensino superior – total –, peso no continente, por concelho de residência do agregado familiar, no ano lectivo 1997/98
- 18 Média das notas nos Exames Nacionais (8 exames) dos alunos do 12º ano de escolaridade, por concelho, em 2001
- 19 Aproveitamento no ensino obrigatório - Alunos com aproveitamento no ensino obrigatório (total dos 3 ciclos), por concelho, no ano lectivo 1996/97
- 20 Aproveitamento no ensino secundário - Alunos com aproveitamento no ensino secundário, por concelho, no ano lectivo 1996/97

1.2. As insuficiências na dotação de recursos para a sociedade do conhecimento face à média europeia e a outros países

Os níveis de instrução são, como já referimos, o parâmetro mais correntemente utilizada para medir e comparar o capital humano, apesar de todas as limitações que este indicador apresenta (não tem em atenção a qualidade da educação, a oferta de formação, a formação contínua e a aprendizagem ao longo da vida). Trata-se de uma avaliação simples, mas que na prática, permite facilmente fazer análises comparativas entre países e regiões.

A partir de informação disponível pela OCDE (2001b¹³³) é possível enquadrar a situação portuguesa face a outros países, muito especialmente os países da União Europeia. Portugal apresenta níveis muito baixos de instrução, tal como outros países da Europa do Sul, pois em 1999 só 21% da população entre os 25 e os 64 anos completou o segundo ciclo (Turquia-22%; Espanha-35%; Itália-44%). No entanto, no Reino Unido, na Alemanha e na Noruega (tal como nos Estados Unidos ou no Japão) este indicador ultrapassa os 80%. Os indicadores de literacia ainda são mais desfavoráveis para Portugal.

Relativamente ao ensino superior o panorama mantém-se muito alarmante para Portugal. Em termos exemplificativos, e usando a mesma fonte de informação (mas dados referentes a 1996), nos Estados Unidos, Noruega e Países Baixos a proporção de população com mais de 25 anos que realizou estudos universitários foi muito considerável (mais de 20%), enquanto em Portugal (7%), Turquia, Itália e Dinamarca não se chegaram a atingir os 10%.

As despesas na educação por estudante poderão também ser um bom indicador dos recursos que cada país afecta à elevação dos conhecimentos da sua população e à produção de capital humano. As despesas por estudante são muito elevadas nos Estados Unidos e na Suíça. Em contrapartida, nos países da Europa do Sul as despesas são menores, tanto no ensino básico como no superior (em PPS)¹³⁴.

Ainda que em Portugal os últimos 25 anos apresentem uma forte e sustentada evolução na recuperação de um atraso brutal em termos de escolaridade, reparamos que temos ainda um longo caminho a percorrer para conseguir atingir os níveis médios europeus. Num estudo prospectivo coordenado por Roberto Carneiro (2000) afirma-se que, embora se esteja a sentir uma profunda evolução, o nível educativo da população em 2015 pouco terá ultrapassado a situação média registada pelos países parceiros de Portugal no final do século XX, se não se realizarem grandes esforços de requalificação da população activa adulta. Isto reflecte a importância de reforçar as medidas de política que promovam a intensificação da qualificação da nossa população escolar e activa.

Depois de passarmos um período de massificação da educação, que era naturalmente inevitável (de forma a ultrapassar um défice histórico, a responder a uma forte procura da sociedade portuguesa e a permitir a passagem de uma sociedade industrial para uma terciarizada), a contracção demográfica pode permitir

¹³³ OCDE, base de dados da Educação, Maio de 2001.

¹³⁴ Esta questão vai ser novamente tratada no capítulo 3.

uma aposta num sistema educativo mais pluralista, mais individualizado e mais localizado. Isto significa uma maior atenção à qualidade e a uma educação mais aprendente, que melhor prepare a sociedade portuguesa para um futuro incerto e uma economia mais baseada no conhecimento e na inovação.

1.3. Um território a várias velocidades em termos da dotação de recursos para a sociedade do conhecimento

A análise do cartograma "Capital humano e conhecimento codificado" (figura 2.1) permite evidenciar uma profunda divisão territorial do País, que separa: por um lado, um pequeno número de concelhos com uma situação favorável ou intermédia; por outro, uma vasta área do País mal pontuada em termos de recursos fundamentais para o desenvolvimento e para a construção de uma economia do conhecimento.

Aparentemente, um extenso território do País não possui o limiar mínimo de massa crítica, em quantidade e qualidade, necessário para a criação do conhecimento. Por outro lado, há um pequeno grupo de concelhos - Lisboa, Porto e Coimbra - que são, em termos nacionais, os centros principais de concentração de recursos humanos de qualidade.

A consideração de uma síntese mais pormenorizada produz os seguintes elementos de apreciação relativamente aos concelhos com insuficiências de dotação ou produção de capital humano:

- em primeiro e segundo lugares, emergem duas classes que ocupam uma extensa área do país e em que o principal problema é a existência de um *stock* muito limitado de capital humano. São áreas relativamente despovoadas, com poucos jovens em idade escolar e uma escassa população em idade activa. Por outro lado, a população residente apresenta níveis de instrução muito baixos (fracas percentagens de população com o ensino secundário ou superior), o que ainda piora a situação. Estamos a registar o panorama de cerca de 65% dos concelhos do Continente, ocupando preferencialmente o interior, mas fazendo várias incursões até ao litoral. Neste grupo podem considerar-se duas situações: os concelhos que estão muito mal classificados e os que estão mal. As áreas mais problemáticas sofrem em geral de uma interioridade acrescida, sendo, designadamente, os concelhos localizados junto à fronteira, as áreas mais deprimidas de montanha ou os territórios mais marginalizados em termos de acessibilidades;

- em terceiro lugar, aparece isolada uma classe de concelhos (vinte e oito), sobretudo concentrados na região Norte, que está entre um litoral com mais recursos e um interior com escassez. É o Vale do Sousa, o interior do Vale do Ave e do Vale do Tâmega e uma parte do Alto Minho. Nestas áreas não há propriamente um problema de dimensão de *stock*, porque são áreas relativamente povoadas e com muitos jovens em idade escolar. A questão está nos baixos níveis de escolaridade da população residente (3º ciclo ou menos domina claramente) e das saídas precoces da escola da população em idade escolar (fraca percentagem de população jovem no ensino secundário e no ensino superior). Dada a elevada concentração de população residente jovem e tendo em consideração os problemas enunciados, esta área deveria ser objecto de um programa-especial de educação e de formação na vida activa, permitindo ultrapassar os problemas inerentes a uma entrada precoce no mercado de trabalho (insuficiências designadamente ao nível do conhecimento formal).

Podemos ainda aprofundar a classificação:

- em primeiro e segundo lugares (quarta e quinta classes do mapa) surgem duas áreas de transição, a primeira localizada preferencialmente no litoral (30 concelhos) e a segunda representada sobretudo pelos concelhos sede de distrito do interior (doze concelhos).

Relativamente à primeira, localizada em torno das áreas metropolitanas (terceira coroa) e em alguns concelhos relativamente populosos¹³⁵, os *stocks* de capital humano são de dimensão razoável, mas a intensidade de conhecimentos é aparentemente baixa, pois a percentagem de população residente com graus superiores é pouco significativa (abaixo da média do Continente).

A outra classe evidencia-se pela capacidade de produção de capital humano. São concelhos que atraem um número significativo de alunos para o Ensino Superior e têm uma elevada percentagem de população residente jovem a frequentar os diferentes níveis de ensino, designadamente o superior. Concluindo, são importantes recursos de concentração de capital humano nas áreas interiores. Um programa em torno do empreendedorismo poderia ser um importante veículo de formação com vista ao reforço do empreendimento e à criação de novas áreas de negócio, factores cruciais para o

¹³⁵ Vila do Conde, Póvoa do Varzim, Valongo e Espinho na AMP (estendendo-se para sul para Ovar e Oliveira de Azeméis) e Sesimbra, Palmela, Montijo, Barreiro, Moita, Alcochete, Torres Vedras e Mafra na AML. Merece ainda enfoco Elvas, Olhão e Portimão, Chaves e Mirandela, alguns concelhos em torno de Aveiro (Águeda, Anadia, Cantanhede e Ílhavo) e Pombal, Ourém, Torres Novas, Entroncamento, Abrantes e ainda Marinha Grande e Alcobaça.

desenvolvimento económico das áreas mais despovoadas. No futuro, os novos serviços de alto valor acrescentado, que não têm nacionalidade nem território pois mobilizam-se com toda a facilidade, podem vir a ser uma oportunidade para estas áreas.

Em seguida vamos descrever três tipos de territórios relativamente semelhantes e com comportamentos acima da média do Continente:

-Viana do Castelo, Barcelos, Braga, o centro do Ave (Guimarães, Famalicão e Santo Tirso), Viseu, Leiria e alguns municípios da AMP (Matosinhos, Maia, Gondomar, Feira) e da AML (Vila Franca de Xira, Cascais, Oeiras, Amadora, Seixal e Setúbal) reúnem já um stock de recursos humanos muito significativo a nível nacional e apresentam, a maioria deles, um número razoável de alunos a frequentar cursos nas áreas das ciências e tecnologias;

-Loures e Sintra associam-se em torno dos indicadores de stock de dotação capital humano. São áreas fortemente populosas, que concentram elevadas percentagens de população residente com diversificados níveis de escolaridade. Em termos relativos, e comparativamente com o perfil do Continente, são áreas onde residem sobretudo populações com níveis de instrução intermédia (secundário ou profissional) ou superior (com menor intensidade);

-Aveiro e Almada emergem pela capacidade de produção de capital humano que lhes está associada. Nos indicadores referentes à dotação (população residente segundo os níveis de escolaridade) só se evidencia a percentagem alta de população residente com mais de 25 anos com o ensino superior. Em contrapartida, emergem claramente os indicadores referentes aos stocks de alunos nas áreas das ciências e das tecnologias (nas ciências exactas e nas engenharias e tecnologias), o número de alunos a frequentar o ensino, tanto o superior como o ensino secundário e profissional. Podemos concluir que são concelhos onde se apostou claramente nas infra-estruturas da aprendizagem, com especial destaque para o ensino superior e áreas científicas e tecnológicas, e que reúnem, à partida, razoáveis condições, no contexto nacional, para enfrentar os desafios que se poderão colocar no futuro;

Por fim, aparecem os melhores classificados a nível nacional:

- Coimbra e Faro apresentam uma elevada capacidade de produção de capital humano em relação à população residente, o que as individualiza face às restantes classes. Isto justifica-se pela importância que a Universidade assume. Não há grandes volumes de stock de capital humano residencial, há sobretudo capital

humano atraído pelas infra-estruturas de divulgação de conhecimento codificado. Por outro lado, em termos relativos, a população residente possui níveis de instrução elevados;

-Lisboa, Porto e Vila Nova de Gaia emergem no topo da hierarquia, pela concentração de população e alunos residentes. São os principais stocks de capital humano a nível nacional, com maior intensidade de conhecimentos codificados (níveis elevados de formação superior e secundária/profissional e uma percentagem pouco significativa de população com o 3º ciclo). O número de alunos residentes, dos diferentes graus de ensino, é um espelho dos recursos de capital humano em construção para o futuro.

A análise territorial permite evidenciar diferentes realidades e, implicitamente distintos caminhos a prosseguir na construção de uma sociedade preparada para a aprendizagem. A construção dessa aprendizagem talvez venha, ou deva, modelar-se por uma maior ancoragem dos sistemas educativos nas estruturas sociais e económicas locais, permitindo uma cooperação interinstitucional mais fina e mais criativa, uma melhor aproximação aos problemas e aos desafios que se colocam nas diferentes áreas e uma gestão mais eficiente de grandes bacias de recursos de aprendizagem.

Com efeito, é necessário acrescentar que em termos sociais e políticos há, cada vez mais, uma tendência para as famílias e os indivíduos investirem mais na educação (o número de anos na escola tende a aumentar e a formação ao longo da vida também). Mas esta constatação social não tem a mesma intensidade e, além disso, os recursos individuais e familiares não são territorial e socialmente iguais. É imperativo criar uma alavanca que estimule a procura de conhecimento por parte dos indivíduos e das famílias. Não tenhamos dúvidas que é preciso encontrar soluções para ultrapassar estas limitações, de forma a aumentarmos na sociedade portuguesa a percepção do valor do conhecimento e de não hipotecarmos o futuro das novas gerações.

Quadro Síntese 2.1. Capital Humano e Conhecimento Codificado

Cód. indicador	Valor Contínua	Classe Contratista	Indicadores	Classe 1		Classe 2		Classe 3		Classe 4		Classe 5		Classe 6		Classe 7		Classe 8		Classe 9		Classe 10			
				Valor-teste	Modalidade																				
6	7150120	Nº	-	nível 1	14	nível 2	6	nível 4	5	nível 4	4	nível 4	4	nível 6	7	nível 2	3	nível 6	7	nível 2	3	nível 6	7	nível 2	3
6	7150120	Nº	-	nível 1	15	nível 2	11	nível 4	4	nível 3	4	nível 4	5	nível 6	5	nível 0	4	nível 6	5	nível 0	4	nível 6	5	nível 0	3
7	1639438	Nº	-	nível 1	13	nível 2	9	nível 3	10	nível 3	4	nível 3	4	nível 5	6	nível 7	4	nível 5	6	nível 7	4	nível 5	6	nível 7	4
7	1639438	Nº	-	nível 1	15	nível 2	6	nível 4	6	nível 4	4	nível 4	4	nível 6	8	nível 5	4	nível 6	8	nível 5	4	nível 6	8	nível 5	3
8	1065492	Nº	-	nível 1	13	nível 2	5	nível 3	10	nível 3	4	nível 3	4	nível 5	6	nível 7	4	nível 5	6	nível 7	4	nível 5	6	nível 7	4
1	1992448	Nº	-	nível 1	15	nível 2	6	nível 4	6	nível 4	4	nível 4	4	nível 6	8	nível 5	4	nível 6	8	nível 5	4	nível 6	8	nível 5	3
1	1992448	Nº	-	nível 1	14	nível 2	5	nível 3	5	nível 3	5	nível 3	5	nível 5	5	nível 7	5	nível 3	5	nível 7	5	nível 3	5	nível 7	3
5	15,42	%	nível 6	nível 2	5	nível 4	6	nível 6	6	nível 6	4	nível 6	4	nível 8	4	nível 7	3	nível 8	4	nível 7	3	nível 8	4	nível 7	3
5	15,42	%	nível 6	nível 3	5	nível 4	6	nível 6	6	nível 6	4	nível 6	4	nível 8	4	nível 7	3	nível 8	4	nível 7	3	nível 8	4	nível 7	3
4	23,92	%	nível 6	nível 2	8	nível 4	6	nível 6	6	nível 6	4	nível 6	4	nível 8	4	nível 7	3	nível 8	4	nível 7	3	nível 8	4	nível 7	3
3	86,04	%	nível 3	nível 2	8	nível 4	6	nível 6	6	nível 6	4	nível 6	4	nível 8	4	nível 7	3	nível 8	4	nível 7	3	nível 8	4	nível 7	3
13	60076	Nº	-	nível 1	6	nível 1	3	nível 3	4	nível 3	4	nível 3	4	nível 5	6	nível 7	4	nível 5	6	nível 7	4	nível 5	6	nível 7	4
17	10198	Nº	-	nível 1	5	nível 1	4	nível 3	4	nível 3	4	nível 3	4	nível 5	6	nível 7	4	nível 5	6	nível 7	4	nível 5	6	nível 7	4
14	10783	Nº	-	nível 1	13	nível 2	6	nível 4	6	nível 4	4	nível 4	4	nível 6	7	nível 8	4	nível 6	7	nível 8	4	nível 6	7	nível 8	4
14	10783	Nº	-	nível 1	13	nível 2	6	nível 4	6	nível 4	4	nível 4	4	nível 6	7	nível 8	4	nível 6	7	nível 8	4	nível 6	7	nível 8	4
10	40,91	%	nível 6	nível 1	7	nível 1	3	nível 3	4	nível 3	4	nível 3	4	nível 5	6	nível 7	4	nível 5	6	nível 7	4	nível 5	6	nível 7	4
9	36,52	%	nível 6	nível 1	7	nível 1	3	nível 3	4	nível 3	4	nível 3	4	nível 5	6	nível 7	4	nível 5	6	nível 7	4	nível 5	6	nível 7	4
11	5,59	%	nível 6	nível 1	7	nível 1	3	nível 3	4	nível 3	4	nível 3	4	nível 5	6	nível 7	4	nível 5	6	nível 7	4	nível 5	6	nível 7	4
2	67,37	%	nível 5	nível 1	7	nível 1	3	nível 3	4	nível 3	4	nível 3	4	nível 5	6	nível 7	4	nível 5	6	nível 7	4	nível 5	6	nível 7	4
2	67,37	%	nível 5	nível 1	7	nível 1	3	nível 3	4	nível 3	4	nível 3	4	nível 5	6	nível 7	4	nível 5	6	nível 7	4	nível 5	6	nível 7	4
20	53,67	%	nível 3	nível 1	9	nível 1	2	nível 3	4	nível 3	4	nível 3	4	nível 5	6	nível 7	4	nível 5	6	nível 7	4	nível 5	6	nível 7	4
18	-	%	nível 3	nível 1	9	nível 1	2	nível 3	4	nível 3	4	nível 3	4	nível 5	6	nível 7	4	nível 5	6	nível 7	4	nível 5	6	nível 7	4
16	14,00	%	nível 5	nível 1	3	nível 1	2	nível 3	4	nível 3	4	nível 3	4	nível 5	6	nível 7	4	nível 5	6	nível 7	4	nível 5	6	nível 7	4
16	14,00	%	nível 5	nível 1	3	nível 1	2	nível 3	4	nível 3	4	nível 3	4	nível 5	6	nível 7	4	nível 5	6	nível 7	4	nível 5	6	nível 7	4
15	5,30	%	nível 2	nível 1	3	nível 1	2	nível 3	4	nível 3	4	nível 3	4	nível 5	6	nível 7	4	nível 5	6	nível 7	4	nível 5	6	nível 7	4
15	5,30	%	nível 2	nível 1	3	nível 1	2	nível 3	4	nível 3	4	nível 3	4	nível 5	6	nível 7	4	nível 5	6	nível 7	4	nível 5	6	nível 7	4
15	5,30	%	nível 2	nível 1	3	nível 1	2	nível 3	4	nível 3	4	nível 3	4	nível 5	6	nível 7	4	nível 5	6	nível 7	4	nível 5	6	nível 7	4
			Nº de Concelhos incluídos na Classe	101	77	25	30	12	18	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2

Legenda:

PC - Peso no Continente

Sem informação

Classe mais alta

Classe mais alta só para o indicador com o código 18

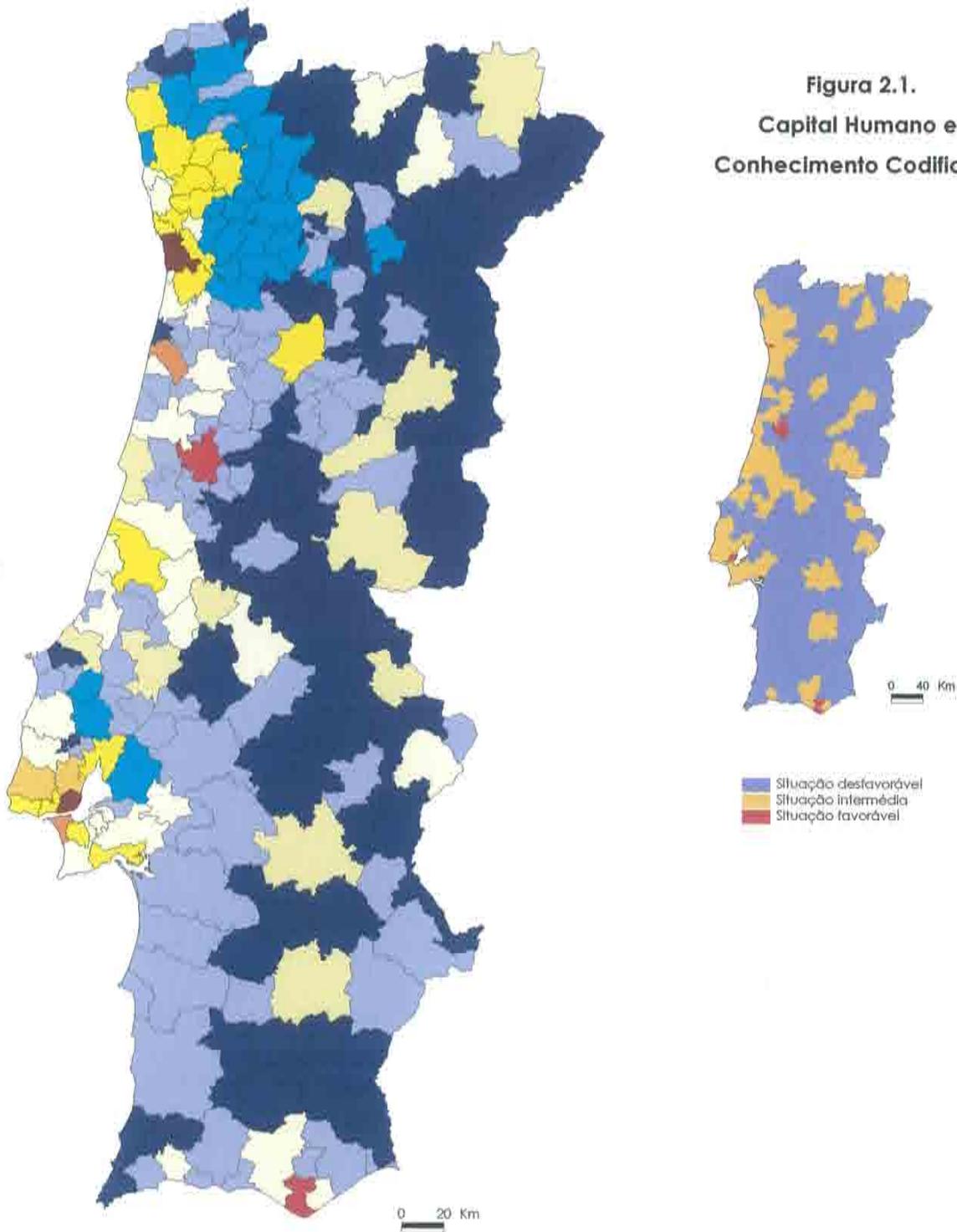
A modalidade ocorre em 50% ou mais das unidades incluídas na classe e o valor-teste é superior ou igual a 2

A modalidade ocorre em 25 a 50% das unidades incluídas na classe e o valor-teste é superior ou igual a 4

Nota:

A designação dos indicadores está descrita de forma mais completa na lista de indicadores.

Figura 2.1.
Capital Humano e
Conhecimento Codificado



- Insignificantes "stocks" de capital humano associam-se a taxas pouco intensivas de formação de capital humano
- Pequenos "stocks" de capital humano associam-se a taxas pouco intensivas de formação de capital humano
- Capital humano com baixos níveis de conhecimento associa-se a taxas pouco intensivas de formação de capital humano
- "Stock" de capital humano de dimensão razoável associa-se a uma intensidade de conhecimento baixa
- "Stock" de capital humano de dimensão razoável associa-se à alta capacidade de formação de conhecimentos
- Grandes "stocks" de capital humano associam-se a uma intensidade de conhecimentos razoavelmente alta
- "Stocks" de capital humano de elevada dimensão e com razoáveis níveis de conhecimento
- Alta intensidade de conhecimentos e de formação de capital humano
- Capital humano com alta intensidade de conhecimento associa-se a uma forte formação de capital humano
- "Stocks" de capital humano de elevada dimensão associam-se à forte formação de capital humano e a uma elevada intensidade de conhecimentos

Algumas conclusões:

- Nas áreas metropolitanas visualizam-se realidades diferentes em termos de dotação de capital humano (dimensão do *stock* e diferentes intensidades de conhecimento). Os novos desafios da economia da inovação e do conhecimento fazem destas áreas os lugares privilegiados de concentração de recursos mais qualificados. Um extenso caminho tem de ser desenhado para que as nossas metrópoles não percam o "comboio" da nova competitividade.
- A geografia dos recursos humanos não nos faz visualizar um "litoral aprendente", porque a inferioridade na falta de recursos qualificados insiste em estender-se até ao litoral, com pequenas "ilhas" a emergir num mosaico mais ou menos submerso em termos de conhecimento codificado.
- Entre o interior despovoado e o litoral populoso e mais qualificado, existe uma área-problema (Vale de Sousa e concelhos a norte e a sul).
- Uma extensa área do país está a ficar irremediavelmente marginalizada, se nada de estruturante vier a ser feito, em termos de conhecimentos básicos. Trata-se de um problema estrutural, devido essencialmente à insuficiente massa crítica de população existente. Estas áreas devem estar integradas nos espaços de acção e de aprendizagem das cidades médias, pois elas congregam a massa crítica mínima necessária para o desenvolvimento de estratégias mais sustentadas para o território. Deve haver espaços de intervenção intermunicipal em termos de aprendizagem assentes em estratégias concertadas interinstitucionais, ancoradas numa cidade média ou num sistema de cidades médias.
- A leitura apresentada realça a importância que o ensino superior está a ter na formação de capital humano, respondendo aos anseios de uma parte da população residente. Hoje em dia, o desemprego nestes estratos populacionais demonstra a urgência de repensar o sistema de ingresso e de apostar claramente numa oferta de ensino pós-secundário e pós-superior orientada para zonas de maior procura.
- Face às novas exigências da nova economia, é crucial no ensino básico aperfeiçoar-se o ensino e a aprendizagem dos conhecimentos básicos (matemática, informática e línguas) e das competências transversais (comunicação, pesquisa, análise, síntese, resolução de problemas, trabalho em equipa), fundamentais para uma economia que promove a criatividade, a inovação e o desenvolvimento do conhecimento. Portugal tem de repensar o "modo como educa" e aumentar a articulação entre a educação formal e a educação profissional.

2. Investigação e Conhecimento

2.1. Enquadramento

Outra dimensão importante a incluir nesta análise são as actividades especificamente vocacionadas para a criação e difusão de conhecimento. O esforço nacional na investigação fornece indicações sobre a disponibilidade ou o compromisso político que é assumido na criação de novos conhecimentos. Estas actividades desenvolvem-se nos centros de investigação das universidades ou nos laboratórios do Estado, ou em unidades inseridas nas empresas, em geral apoiadas por incentivos à criação de novo conhecimento ou ao intercâmbio de conhecimentos.

Ao contrário do que acontece maioritariamente em Portugal, não cabe só ao sistema público nacional a decisão dos investimentos a realizar em matéria de investigação. Pelo contrário, é também da responsabilidade dos empresários, dos grupos financeiros e dos coordenadores de projectos. Nos projectos de investigação, diferentes formas de conhecimentos (existentes nas empresas, nos centros de investigação, nos centros de apoio técnico e tecnológico, nos agentes de comercialização ou nos fornecedores de tecnologia) combinam-se para produzir um novo produto ou para criar um novo processo produtivo, em função de um nicho de mercado a emergir ou para melhorar a eficácia produtiva ou a eficiência organizativa. É nesta interacção entre os diferentes actores económicos que deviam nascer os projectos de investigação e emergir os investimentos.

Asheim evidencia a importância das infra-estruturas do conhecimento ("knowledge infrastructures") na nova economia. São infra-estruturas do conhecimento as universidades, os centros de investigação, as estruturas de formação técnica e as empresas produtoras de conhecimento. São as instituições cuja função é a produção, a manutenção, a distribuição, a gestão e a protecção do conhecimento. Neste domínio, só tratamos algumas destas infra-estruturas, pois a informação disponível e organizada para as restantes é claramente insuficiente face à necessidade de realizar uma avaliação rigorosa¹³⁶.

No entanto, a inovação na economia da aprendizagem deve ser vista como um processo de inovação social e de inovação técnica, um processo interactivo de aprendizagem entre empresas e o seu meio envolvente. Isto pressupõe que a

investigação que será objecto de quantificação neste domínio é só uma parte da questão, também ela crucial, mas claramente insuficiente. Lamentamos sobretudo a impossibilidade de fazer uma análise das redes de investigação (entre empresas e centros de investigação) e da investigação realizada nas empresas, mas a acessibilidade a essa informação foi-nos cortada. Por outro lado, a informação disponível no Ministério da Ciência e da Tecnologia não se apresenta georreferenciada¹³⁷, o que determinou um trabalho árduo, e sobretudo demorado, de codificação geográfica (por concelhos) de todas as instituições financiadas pelo Ministério (laboratórios do Estado, centros de investigação do ensino superior e I&D e instituições sem fins lucrativos).

Concluindo, estando a grande maioria da investigação em Portugal concentrada nos centros de investigação pública, optou-se por individualizar num único domínio toda a informação relativa a essa investigação. Assim, este domínio de análise compreende três vectores:

- financiamentos públicos;
- recursos humanos;
- qualidade da investigação.

Os financiamentos públicos à investigação compreendem os financiamentos aos laboratórios do Estado, aos projectos de investigação e às unidades de investigação. Os recursos humanos existentes contemplam o número de doutoramentos realizados, os doutorados e os investigadores das unidades de investigação. A qualidade da investigação poderá ser testada pela própria avaliação das unidades de investigação, que reflecte os níveis de internacionalização das equipas (designadamente, a capacidade de publicação no estrangeiro), a qualidade da investigação e a ligação ao meio envolvente (sociedade e tecido produtivo). Será ainda de evidenciar que os doutoramentos realizados e o volume de investimentos em projectos de investigação foram organizados por área de investigação (segundo a classificação do Ministério de Ciência e da Tecnologia: ciências exactas¹³⁸, ciências naturais¹³⁹, ciências da saúde¹⁴⁰ e da engenharia e da tecnologia¹⁴¹) para melhor

¹³⁶ Em termos meramente exemplificativos, podemos lamentar a falta de informação estruturada e de qualidade sobre os Centros Tecnológicos e os Centros de Formação Profissional.

¹³⁷ O contacto pessoal com o Ministério, tendo em vista a resolução deste problema, foi inconsequente.

¹³⁸ Matemática, Estatística, Física e Química.

¹³⁹ Ciência Animal e Ciências Veterinárias; Ciências Biológicas: Biologia celular e integrativa; Ciências Biológicas: Biologia de sistemas, biologia marinha e ecologia; Ciências da Terra, do Mar e da Atmosfera; Ciências Agrárias e Florestais: Agro-indústrias, Tecnologias dos Produtos Florestais e Protecção de Plantas; Ciências Agrárias e Florestais: Investigação geral.

precisar os níveis de especialização. As áreas das ciências sociais e das humanidades foram excluídas desta análise.

Esta abordagem aposta nas áreas normalmente designadas da Ciência e da Tecnologia. Gostaríamos de ter tido a possibilidade de dar um enfoque especial às áreas da criatividade. No entanto, como a informação reunida não era suficientemente sólida e abrangente para permitir uma leitura igualmente rigorosa, preferimos deixar para outra oportunidade essa reflexão.

A inclusão deste capítulo parte do pressuposto de que a qualidade das infra-estruturas de investigação pode influenciar positivamente os sistemas produtivos locais, pela interacção que eventualmente se desencadeia, em termos formais e informais, entre os centros de investigação e as empresas. Por um lado, o empreendedorismo académico, a consultoria externa e as actividades de investigação aplicada desencadeiam externalidades locais geradas nas instituições de investigação. Por outro lado, as redes globais, que são alimentadas pelas universidades e centros de investigação constituem espaços de troca e de interacção que geram externalidades globais que podem interagir com as externalidades locais. Desta interacção nascem sinergias e eventualmente novos conhecimentos.

Lista de indicadores considerados:

Financiamentos públicos	
1	Financiamento dos Laboratórios do Estado, peso no continente, por concelho, em 1999
2	Financiamento dos Projectos de Investigação nas áreas das Ciências e Tecnologias, peso no continente, por concelho, entre 1999 e 2001
3	Financiamento dos Projectos de Investigação nas Ciências Exactas (CE) relativamente ao total de Financiamento, por concelho, entre 1999 e 2001
4	Financiamento dos Projectos de Investigação nas Ciências Naturais (CN) relativamente ao total de Financiamento, por concelho, entre 1999 e 2001
5	Financiamento dos Projectos de Investigação nas Ciências da Saúde (CS) relativamente ao total de Financiamento, por concelho, entre 1999 e 2001
6	Financiamento dos Projectos de Investigação nas Ciências da Engenharia e da Tecnologia (E) relativamente ao total de Financiamento, por concelho, entre 1999 e 2001
7	Financiamento das Unidades de Investigação, peso no continente, por concelho, em 1999/2000

¹⁴⁰ Ciências da Saúde: Medicina molecular e genética, e imunologia; Ciências da Saúde: Microbiologia, epidemiologia, medicina das populações e saúde pública; Ciências da Saúde: Farmacologia, Ciências Farmacêuticas e Biomateriais; Ciências da Saúde: Neurociências e Sistemas Endócrinos; Ciências da Saúde: Ciências biomédicas de órgãos e sistemas, e oncologia.

¹⁴¹ Ciências e Engenharia dos Materiais; Engenharia Mecânica; Engenharia Química; Engenharia Civil e Minas; Engenharia Bioquímica e Biotecnologia; Eng^o Electrotécnica e Informática: Electrónica, microelectrónica, sistemas eléctricos e Energia; Eng^o Electrotécnica e Informática: Redes e sistemas de comunicação, processamento de sinal; Eng^o Electrotécnica e Informática: Sistemas de computadores (*hardware/software*); Eng^o Electrotécnica e Informática: Sistemas robóticos, inteligentes e de informação.

Recursos Humanos

- 8 Doutoramentos em todas as áreas das Ciências e Tecnologias (CE, CN, CS e E), peso no continente, por concelho, entre 1970 e 2000
- 9 Doutoramentos nas Ciências Exactas (CE) relativamente ao total de Doutoramentos, por concelho, entre 1970 e 2000
- 10 Doutoramentos nas Ciências Naturais (CN) relativamente ao total de Doutoramentos, por concelho, entre 1970 e 2000
- 11 Doutoramentos nas Ciências da Saúde (CS) relativamente ao total de Doutoramentos, por concelho, entre 1970 e 2000
- 12 Doutoramentos nas Ciências da Engenharia e da Tecnologia (E) relativamente ao total de Doutoramentos, por concelho, entre 1970 e 2000
- 13 Doutorados nas Unidades de Investigação, em todas as áreas das Ciências e Tecnologias (CE, CN, CS e E), peso no continente, por concelho, em 2001
- 14 Investigadores nas Unidades de Investigação, em todas as áreas das Ciências e Tecnologias (CE, CN, CS e E), peso no continente, por concelho, em 2001

Qualidade da Investigação (em todas as áreas das Ciências e Tecnologias (CE, CN, CS e E))

- 15 Unidades de Investigação classificadas de EXCELENTE, peso no continente, por concelho, em 1999
- 16 Unidades de Investigação classificadas de MUITO BOM, peso no continente, por concelho, em 1999
- 17 Unidades de Investigação classificadas de BOM, peso no continente, por concelho, em 1999
- 18 Unidades de Investigação classificadas de FRACO, peso no continente, por concelho, em 1999
- 19 Unidades de Investigação classificadas de EXCELENTE, relativamente ao total de unidades, por concelho, em 1999
- 20 Unidades de Investigação classificadas de MUITO BOM, relativamente ao total de unidades, por concelho, em 1999
- 21 Unidades de Investigação classificadas de BOM, relativamente ao total de unidades, por concelho, em 1999
- 22 Unidades de Investigação classificadas de FRACO, relativamente ao total de unidades, por concelho, em 1999

2.2. Portugal face à Europa

Em termos de investigadores residentes nos países da OCDE, 37% residem nos Estados Unidos, 28% na União Europeia e 21% no Japão. Portugal aparece na cauda dos países, contribuindo apenas com 0,4% dos investigadores totais da OCDE. Em termos de investigadores por 10 mil activos, Portugal possui 27 investigadores, enquanto a União Europeia tem mais do dobro (52, dados de 1997).

Em termos de investimentos na investigação (em percentagem do PIB), Portugal mantém-se deficitário face aos restantes países da União Europeia. As variações na década de noventa foram muito significativas para os países do sul da Europa (especialmente a Espanha) e para a Irlanda, mas a média europeia está muito longe de ser atingida mesmo que sejam mantidos os ritmos de evolução. Se compararmos os valores de investimento no saber e os investimentos físicos, apercebemo-nos que Portugal mantém uma forte aposta no material, reflectindo o atraso infra-estrutural

ainda existente e uma cultura ainda pouco aberta às novas exigências da economia do conhecimento. Por outro lado, registam-se baixos níveis de participação do sector privado na investigação face aos investimentos realizados pelas empresas (21,3% em Portugal, para 54,1% na União Europeia), como já tínhamos referido.

Em termos de publicações científicas (a forma mais corrente de divulgação da investigação e o principal critério de avaliação dos investigadores na maioria dos países), Portugal apresenta níveis muito baixos no contexto europeu.

Relativamente ao pagamento de *royalties* e *licenças*, Portugal situa-se na média europeia, mas quanto a receitas, os valores são claramente modestos. Isto demonstra a dependência do nosso tecido produtivo relativamente à capacidade de inovação externa. Quanto ao Registo de Patentes Europeias, Portugal confirma a sua incipiente capacidade inventiva com um registo modestíssimo de 30 patentes, numa bolsa de 44775 patentes europeias.

QUADRO 2.1. Quadro comparativo: Portugal relativamente aos países da União Europeia

Indicador	Fonte	Portugal	EU-15	País – Valor Mais Baixo		País – Valor Mais Alto	
Despesas I&D em % do PIB – 1999	a	0,8	1,9	Portugal	0,8	Suécia	3,8
Taxa de crescimento anual do investimento em I&D - 1991/1998	b	5,4	3,1	Itália	-0,6	Irlanda	10,2
Investimento de I&D em capital (físico), em % do PIB - 1998	b	3,7	0,4	Suécia	2,2	Irlanda	10,7
Pessoal afecto à I&D por pessoal empregado (%) - 1999	a	0,7	1,3	Portugal	0,7	Finlândia	2,5
Investimentos das empresas em I&D em % do total de investimento de I&D - 1997	b	21,2	54,1	Portugal	21,2	Bélgica	69,4
Investigadores por 10 000 activos	b	27	50	Grécia	26	Finlândia	84
Cientistas e Engenheiros em I&D por milhão de habitantes 1990-2000	c	1583	2145*	Grécia	1045	Suécia	4507
Técnicos em I&D por milhão de habitantes 1990-2000	c	166	1078*	Portugal	166	França	2878
Alunos de Ciência e Engenharia em % do total de alunos do Ensino Superior 1987-1997	c	36	35*	Dinamarca	25	Alemanha	47
Publicações científicas na área da área da Ciência e Tecnologia - 1997	c	1085	12031*	Portugal	1085	Reino Unido	38530
Registos de patentes europeias - 1999	a	30	44775	Itália e Suécia	29	Alemanha	19522
Registos de patentes por pessoal empregados (milhões) - 1999	a	5,9	260,8	Portugal	6	Alemanha	493
Royalty e licenças – receitas	c	21,0	175,6*	Finlândia	1,1	Bélgica	783,0
Royalty e licenças – pagamentos	c	255,0	241,4*	Itália	1,2	Bélgica	900,0

Fonte: a - Eurostat Yearbook 2002; b - Tableau de Bord de l'OCDE de la Science, de la Technologie et de l'Industrie 2001; c - World Development Indicators 2002.

* - Média calculada a partir dos valores dos diferentes países da União Europeia.

Nos Estados Unidos, a partir dos anos 50, houve uma explosão da importância dada à criatividade. Desde então verificou-se um investimento sistemático na criatividade, sob a forma de despesas em investigação e desenvolvimento. Aumentaram o número de patentes, o número e a proporção de engenheiros e cientistas e o número de profissionais a viver da criatividade artística e cultural. São actividades criativas as que produzem propriedade intelectual sob a forma de patentes, direitos de autor, marcas registadas e "proprietary designs". Assim, os campos da criatividade, que outros poderão designar por inovação, são os novos métodos de produção, as novas tecnologias e os novos produtos. É esta a nova fórmula que sustenta a competitividade desde meados dos anos oitenta, e para a qual Portugal está ainda muito longe de atingir os níveis minimamente satisfatórios.

2.3. A concentração dos escassos recursos humanos e financeiros

Em Portugal as dinâmicas de investigação são quase exclusivamente públicas e a informação, o conhecimento e a criatividade estão longe dos parâmetros europeus.

É praticamente da exclusiva responsabilidade das instituições públicas o desenvolvimento do conhecimento científico, pois a estrutura empresarial está muito pouco habituada a partilhar os riscos e os investimentos no desenvolvimento da ciência e da tecnologia. Há mesmo, por vezes, um "mal-estar" entre as instituições de investigação pública e as estruturas empresariais. Isto é o reflexo de dois contextos: por um lado, as universidades têm vivido dentro dos seus templos, fortemente concentradas e realizadas na produção de capital humano (sobretudo a partir dos anos 60 e 70); por outro lado, as empresas não desenvolveram práticas de aprendizagem interagindo com as instituições de investigação.

Enquanto, por exemplo, nos países nórdicos as questões da aprendizagem na economia nunca foram completamente deixadas às universidades ou às grandes empresas (Brandt, 2001), em Portugal sucedeu exactamente o contrário. Hoje em dia, com as tecnologias de informação, as tecnologias dos materiais e a biotecnologia, há a necessidade de criar mecanismos de interpenetração entre os mundos da investigação e da produção. Mas esta interacção não é exclusiva dos novos sectores, pelo contrário, ela atravessa toda a economia, designadamente os ramos industriais tradicionais¹⁴².

¹⁴² A título meramente exemplificativo, vamos mencionar a experiência da indústria do calçado, porque poderá ser um dos bons exemplos nacionais de concertação institucional, tendo em vista o reforço da

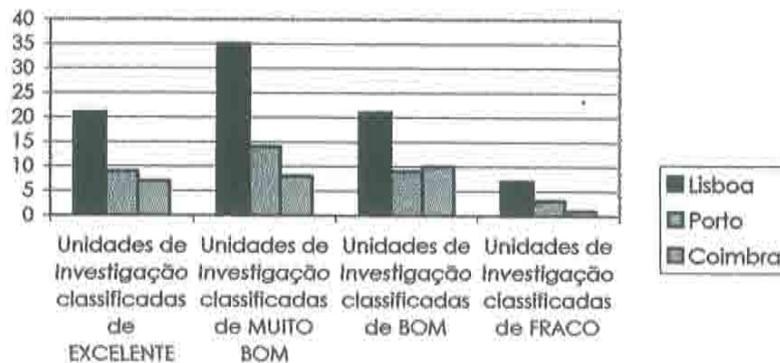
Analisemos os territórios do conhecimento em Portugal (figura 2.2). Como já referimos, só entramos em linha de conta com as áreas das "Ciências Exactas", "Ciências Naturais", "Ciências da Saúde" e da "Engenharia e da Tecnologia", deixando de fora as "Artes e Humanidades" e as "Ciências Sociais".

Lisboa destaca-se em todos os indicadores de representatividade nacional, demonstrando a forte concentração de investimentos e de recursos humanos para o conhecimento. Concentra 39% dos financiamentos dos projectos de investigação (num total de 78 322 917 euros, entre 1999 e 2001), 41% dos investimentos realizados nas Unidades de Investigação (num total de 3 564 338 euros) e um grande volume de investimentos dos Laboratórios do Estado. Em termos de recursos humanos, em Lisboa fizeram-se mais de metade dos doutoramentos realizados nas Universidades portuguesas nos últimos trinta anos (entre 1970 e 2000). Em 2001, as Unidades de Investigação localizadas nesta área do país possuíam 45% dos investigadores doutorados elegíveis (num total de 5729 referente ao total do Continente). A macrocefalia também está expressa no volume de financiamentos à I&D no sector Estatal e na concentração de Unidades de Investigação classificadas pelo Ministério da Ciência e Tecnologia de "Excelente" e "Muito Bom"¹⁴³. Em termos locais, destacam-se o número de doutoramentos nas áreas das Ciências Exactas e das Ciências Naturais, num contexto de grande diversidade.

competitividade do sector. Os centros de investigação nacionais juntamente com os centros tecnológicos e algumas empresas estão a realizar dois projectos de investigação fundamentais para o sector. Segundo a opinião da Associação do sector (APICAPS), os centros de investigação nacionais têm capacidade para responder às necessidades de investigação em termos tecnológicos e ao nível dos materiais. O relacionamento interinstitucional é bom e é o sector privado que é o *pivot* dos projectos. O Projecto FATEC (Fábrica de Alta Tecnologia para o Calçado) consiste no desenvolvimento de novas soluções tecnológicas para o calçado, inovadoras a nível europeu e mundial, mas competitivas em termos de preços e capacidades, e especialmente desenhadas para as necessidades das empresas portuguesas que aspiram à excelência e à liderança. O Projecto SHOEMAT está centrado no desenvolvimento de novos materiais e componentes, importantes no suporte da inovação e da diferenciação da fileira do calçado. Segundo os objectivos deste projecto, esta investigação concertada permitirá criar empresas com elevado conteúdo técnico e tecnológico, mais eficientes em termos ambientais e de segurança, assentes em *know how* desenvolvido em Portugal. Adicionalmente, estes desenvolvimentos poderão potenciar o reforço das competências e qualificações das empresas envolvidas, extensíveis posteriormente às restantes empresas da fileira.

¹⁴³ Nas Unidades de Investigação das áreas científicas seleccionadas (198 unidades), 44 foram classificadas de "Excelente" (21 em Lisboa) e 80 de "Muito Bom" (35 em Lisboa).

GRÁFICO 2.1. Número de Unidades de Investigação segundo a classificação, para Lisboa, Porto e Coimbra



Fonte: Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), 1999.

Porto e Coimbra evidenciam-se pelo elevado número de Unidades de Investigação classificadas de "Bom" e "Muito Bom", pelo número de doutorados existentes nas Unidades de Investigação e pela relevância que as Ciências de Saúde aparentam. Em relação aos financiamentos dos projectos de investigação, as instituições localizadas no Porto e em Coimbra representam respectivamente 15,5% e 9% do total. Relativamente aos doutorados, o Porto concentra 17% e Coimbra 12%. Estes concelhos estão bastante longe dos valores registados por Lisboa, mas para a escala nacional são centros cruciais de investigação e de conhecimento. Se Lisboa possuía quase três mil doutorados elegíveis nas Unidades de Investigação em 2001 (concretamente 2910), o Porto desce para menos de metade (1184) e Coimbra para quase metade do Porto (610).

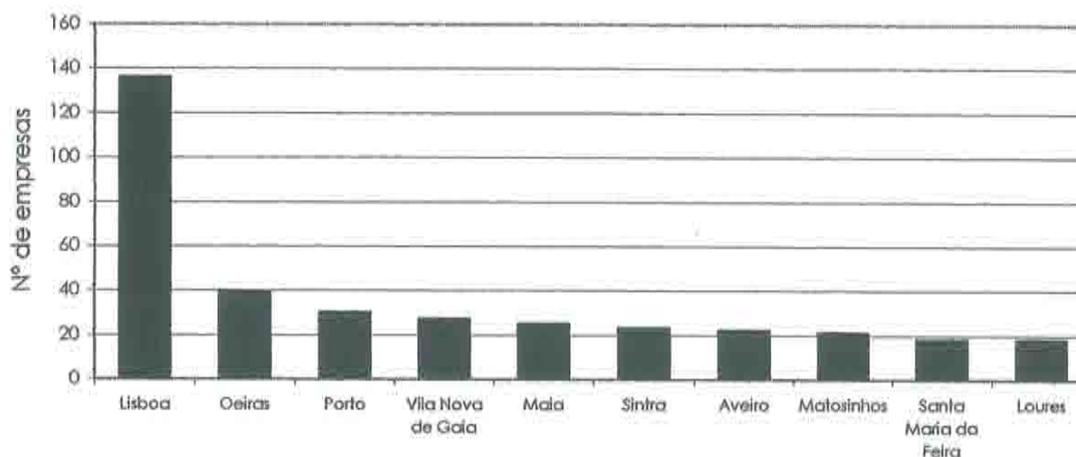
No terceiro patamar surgem Braga-Guimarães, Aveiro, Covilhã, Oeiras e Almada, que têm uma fraca percentagem de Unidades de Investigação classificadas com "Excelente", mas um número muito significativo com "Bom" e "Muito Bom". São estruturas de investigação mais recentes e ainda em crescimento. Neste contexto, Aveiro e Braga evidenciam-se pelo número de doutorados elegíveis nas Unidades de Investigação localizadas nos respectivos concelhos (entre 150 a 300 doutorados).

Vila Real, Évora e Faro aproximam-se entre si pela relevância que as Ciências Naturais adquirem nos três centros. Existe um pequeno número de doutorados e as percentagens relativas de doutorados e de investimento nas áreas da Engenharia e da Tecnologia são claramente muito baixas. Em termos de doutorados elegíveis, as

Unidades de Investigação concentram poucos recursos humanos (123 em Vila Real, 92 em Évora e 64 em Faro).

Bragança, Beja e alguns concelhos periurbanos demonstram uma situação de debilidade em todos os indicadores. O restante território é um extenso vazio.

GRÁFICO 2.2. Concelhos com mais empresas em projectos de I&D, 1999.



Fonte: adaptado de informação do MCT, 1999

A georeferenciação das empresas inseridas em projectos de I&D, a partir da listagem do Ministério da Ciência e da Tecnologia (1999), permitiu apurar a localização de cerca de 750 empresas industriais e de serviços. Não possuímos informação que nos permita adiantar quaisquer comentários para além da distribuição geográfica das mesmas. Assim, estas empresas estão preferencialmente localizadas em Lisboa e no Porto e respectivas áreas envolventes (com destaque para Oeiras, Sintra e Loures, e Vila Nova de Gaia, Maia, Matosinhos e Santa Maria da Feira) e em Aveiro. Neste conjunto, o concelho de Lisboa realça-se claramente com 18% das empresas.

Perante isto, podemos então concluir que Portugal em relação à Europa está mal posicionado e que os escassos recursos existentes estão fortemente concentrados em Lisboa. É preciso clarificar que investimentos devem ser em todas as regiões e especificar quais deverão ser as políticas direccionadas para as regiões mais fortes. O facto de a estrutura empresarial privada estar localizada sobretudo no litoral deveria também significar que parte dos investimentos no conhecimento poderiam ser suportados por procedimentos privados, o que não acontece.

Quadro Síntese 2.2. Investigação e Conhecimento

Cod. Indicador	Valor Continente	Classe Continente	Classe máxima	Indicadores	Classe 1		Classe 2		Classe 3		Classe 4		Classe 5	
					Modalidades	Valor-teste								
7	3564338 €	-	nível 1	PC Total de Financ. às Unid. de Investigação	nível 1	3			nível 2	2			nível 3	5
2	78322917 €	-	nível 1	PC Total de Financ. aos Projectos de Investigação	nível 1	4							nível 3	5
8	5 560 N°	-	nível 1	PC total de Doutor. (CE+CN+CS+E)	nível 1	3	nível 1	3					nível 3	5
13	5 729 N°	-	nível 1	PC doutorados elegíveis nas Unid. de Investigação	nível 1	3							nível 3	5
14	14 189 N°	-	nível 1	PC Investigadores nas Unid. de Investigação	nível 1	4							nível 3	5
17	58 N°	-	nível 1	PC Unid. de Investigação classif. de Bom, 1999	nível 1	4							nível 3	5
16	80 N°	-	nível 1	PC Unid. de Investigação classif. de Muito Bom, 1999	nível 1	4							nível 3	5
15	44 N°	-	nível 1	PC Unid. de Investigação classif. de Excelente, 1999	nível 1	3			nível 1	2			nível 3	5
6	26,50 %	nível 4	nível 4	Financ. proj. investig. Ciênc. da Eng. e Techn. (E) / Financ.			nível 1	3						
3	14,50 %	nível 5	nível 5	Financ. proj. investig. nas Ciênc. Exactas (CE) / Financ.										
4	45,20 %	nível 4	nível 4	Financ. proj. investig. nas Ciênc. Naturais (CN) / Financ.										
5	13,50 %	nível 6	nível 6	Financ. proj. investig. nas Ciênc. Saúde (CS) / Financ.										
12	32,10 %	nível 5	nível 5	Doutor. nas Ciências da Eng. e Techn. (E) / total de Doutor.			nível 1	2						
11	20,00 %	nível 2	nível 2	Doutor. nas Ciências da Saúde (CS) / total de Doutor.							nível 2	3		
9	24,95 %	nível 2	nível 2	Doutor. nas Ciências Exactas (CE) / total de Doutor.									nível 4	4
10	22,90 %	nível 4	nível 4	Doutor. nas Ciências Naturais (CN) / total de Doutor.			nível 3	3					nível 4	4
21	29,30 %	nível 1	nível 1	Unid. de Investigação classif. de Bom (B), 1999					nível 3	2				
20	40,40 %	nível 4	nível 2	Unid. de Investigação classif. de Muito Bom (B), 1999					nível 3	2				
19	22,20 %	nível 4	nível 2	Unid. de Investigação classif. de Excelente (E), 1999					nível 3	4				
Nº de Concelhos incluídos na Classe					13		3		6		2		1	

Legenda:

PC - Peso no Continente

A modalidade ocorre em 50% ou mais das unidades incluídas na classe e o valor-teste é superior ou igual a 2.

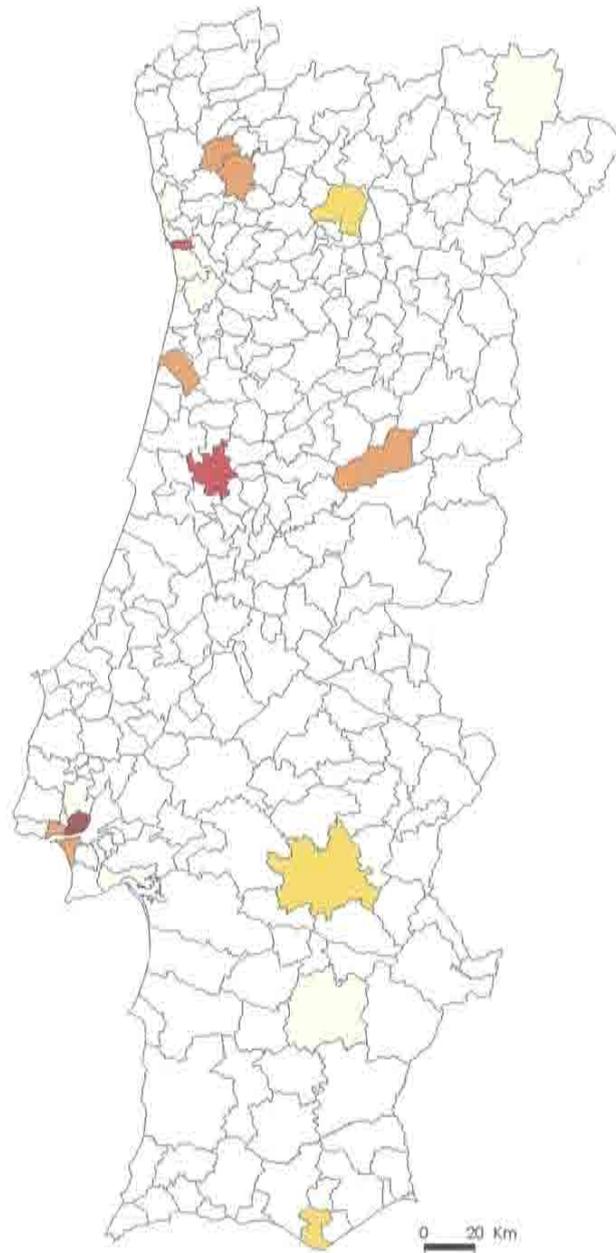
A modalidade ocorre em 25 a 50% das unidades incluídas na classe e o valor-teste é superior ou igual a 4.

Nota:

A designação dos indicadores está descrita de forma mais completa na lista de indicadores

A classe mais alta está designada numa coluna específica

Figura 2.2. Investigação e Conhecimento



- Investigação quase inexistente
- Ciências Naturais dominam, associadas a uma estrutura de Investigação com fraca representatividade nacional
- Classificações de Bom e Muito Bom das unidades de investigação associadas a uma razoável representatividade dos financiamentos na investigação
- Ciências da Saúde dominam, associadas a uma estrutura de investigação com uma presença razoável de doutores e de unidades de investigação classificadas de Bom
- Forte concentração e relevância nacional da Investigação

Algumas conclusões:

- É evidente a macrocefalia do sistema de I&D, em termos da concentração de recursos humanos, financiamentos, unidades de investigação e laboratórios do Estado em Lisboa.
- A área da Saúde evidencia-se no Porto e em Coimbra, devendo por isso constituir um "nicho de excelência"
- É ainda incipiente a articulação entre os sistemas de educação-formação e I&D, o aspecto crucial para garantir uma melhor integração dos novos conhecimentos no processo produtivo e aumentar o seu impacto no desenvolvimento económico.
- A fraca importância que a I&D assume nas empresas em oposição à concentração no sector público debilita de igual forma a integração de novos conhecimentos no sistema produtivo.
- É necessário apostar na capacidade de inovação das empresas e das instituições de I&D, de forma a criar condições para um reforço das actividades e dos segmentos das cadeias de valor mais ricas.
- Tendo presente que a parceria público-privado em matéria de investigação é ainda muito incipiente em Portugal, é necessário criar condições para que uma quota progressivamente mais elevada de investigação científica e tecnológica venha a ser aplicada empresarialmente. Para isto é necessário que se fomente a aproximação entre a I&D e as necessidades do tecido produtivo nacional e se promova a rendibilização de alguma investigação.

3. Amenidades e espaços de vida

3.1. Enquadramento

Admitindo a importância crescente das especificidades locais e realçando a relevância desta escala como vantagem competitiva num espaço global, é de crer que as amenidades e os diferentes *habitats* possam ter um papel importante na criação e diferenciação dos lugares. A própria governança territorial, designadamente a urbana, passa pela criação de condições de vida suficientemente apelativas para atrair capital móvel (o capital humano ou investimentos externos). Assim, é de crer que os potenciais locais de concentração do conhecimento tenham de ser espaços atractivos para os recursos humanos mais criativos e qualificados.

A relação entre as condições e os estilos de vida de um lugar, por um lado, e a escolha/selecção de um determinado espaço geográfico por parte dos agentes económicos ou pelos indivíduos, pelo outro, só está parcialmente comprovada por estudos empíricos (Rogerson, 1999). Teoricamente presume-se que existe uma relação, embora esta não esteja suficientemente provada. No entanto, na promoção dos lugares e no *marketing* territorial os estilos de vida e as amenidades locais têm sempre um enfoque especial. Nos anos oitenta, nos Estados Unidos faziam-se listas de cidades ou lugares ordenados. Eram "rankings" estatísticos com base em indicadores de "qualidade de vida" ou, dito de outra forma, conjuntos de elementos que definem as condições de vida de um lugar.

Neste sentido, há lugar para considerar que numa economia cada vez mais globalizada e mais orientada para a inovação e o conhecimento, se venham juntar aos indicadores dos anos oitenta outros factores que possam contribuir para a construção dos novos espaços da economia do conhecimento. Como afirma Rogerson (1999), a inclusão das condições de vida nos factores criativos de um ambiente competitivo radica na própria espacialidade da sociedade e da economia contemporâneas.

Animação cultural, qualidade dos serviços de saúde, universidades e escolas com projectos alternativos em termos de aprendizagem, ambientes abertos em termos de raças, culturas e vivências urbanas, podem ajudar a atrair e a estimular aqueles que são criativos em termos tecnológicos ou que têm capacidade para criar ideias ou negócios. Trata-se de avaliar o meio social, que proporciona mecanismos de atracção de diferentes pessoas, que pode facilitar a criação e a transmissão de conhecimentos

e ideias e que se mostra atractivo para as classes mais criativas e mais empreendedoras (conjunto de pessoas que trabalham em actividades intensivas em conhecimento, designadamente a alta tecnologia, os serviços financeiros e jurídicos, os profissionais da saúde, da educação e da gestão dos negócios, e ainda os professores universitários, os investigadores, os engenheiros, os artistas, os actores, os arquitectos, os *designers* e os *leaders* dos dias de hoje - políticos, económicos, intelectuais, etc.)¹⁴⁴.

Criam-se ambientes ou estilos de vida que implicitamente proporcionam as melhores condições para atrair as pessoas mais competentes, que valorizam o mérito, a diversidade e a abertura para o desenvolvimento dos seus negócios e das suas actividades profissionais.

Assim, o que se vai fazer neste capítulo não passa pela definição de um *ranking* de cidades ou territórios em função de um conjunto de indicadores de condições de vida. Também não vamos realizar um levantamento das estratégias locais tendo em vista o reforço e a imagem externa dos seus territórios. Vamos limitar-nos a fazer uma selecção de indicadores que avaliam as condições de vida essenciais (segurança, qualidade ambiental, serviços de saúde) e juntar um outro grupo que pode constituir uma primeira e muito limitada abordagem aos novos factores de atractividade dos indivíduos mais empreendedores, competentes e criativos, porque eles constituem um capital essencial para a nova economia.

Assim, o domínio *Amenidades e Espaços de Vida* foi estruturado em dois subdomínios: por um lado, a saúde, o ambiente e a segurança; por outro lado, a densidade, a educação, a cultura e o consumo. No primeiro grupo incluímos indicadores de dotação em termos de equipamentos e recursos humanos na área da saúde e índices de segurança e de qualidade ambiental de forma a traduzir algumas das novas preocupações das pessoas.

No segundo sub-domínio agrupamos indicadores mais orientados para quantificar os espaços geográficos enquanto locais de encontro, de sociabilidade e de consumo: privilegiamos a densidade populacional, as estruturas universitárias, escolas estrangeiras e de artes, museus, galerias, bibliotecas, circuitos de manutenção, piscinas e serviços ao consumidor (seleccionou-se a título indicativo as agências de viagens, as lojas de equipamento informático e as agências de aluguer de automóveis).

¹⁴⁴ Esta questão é abordada também num artigo do *The Economist*, 15/04/2000 intitulado "The geography of cool".

Dentro da informação estatística disponível montámos o quadro possível de indicadores. Temos consciência de que este leque de indicadores é claramente limitado face aos objectivos pretendidos, mas não deixa de ser uma razoável aproximação a uma preocupação que nos persegue quando tratamos a economia do conhecimento e da inovação: de que forma o *habitat social e cultural* ou as novas questões em torno do *ambiente* e da *segurança* são factores que condicionam a atractividade de indivíduos e de capital. Trata-se de uma matéria muito vasta e complexa cuja importância não quisemos deixar de assinalar, mas reconhecemos que a lista de indicadores está ainda longe de conseguir atingir os objectivos pretendidos.

Lista de indicadores identificados:

Ambiente, Saúde e Segurança

- 1 Indicador de poluição estimado - CHHY (Kg/Km percorrido), 1999
- 2 Edifícios não servidos por recolha de resíduos sólidos, por concelho, em 2001
- 3 Alojamentos familiares de residência habitual sem água, por concelho, em 2001
- 4 Alojamentos familiares de residência habitual sem electricidade, por concelho, em 2001
- 5 Alojamentos familiares de residência habitual sem esgotos, por concelho, em 2001
- 6 Superfície agrícola utilizada (SAU) por habitante, por concelho, em 1999
- 7 Superfície de matas e florestas sem cultura sob-coberto por habitante, por concelho, em 1999
- 8 Áreas Naturais (Parques Naturais, Áreas Protegidas), por concelho, em 2000.
- 9 Camas em hospitais por 1000 habitantes, por concelho, em 1998
- 10 Médicos por 1000 habitantes, por concelho, em 1998
- 11 Médicos especialistas por 1000 habitantes, por concelho, em 1998
- 12 Farmacêuticos por 10000 habitantes, por concelho, em 1998
- 13 Total de crimes (P.J, PSP e GNR) por 1000 habitantes, por concelho, em 1999
- 14 Crimes contra as pessoas (P.J, PSP e GNR) por 1000 habitantes, por concelho, em 1999
- 15 Crimes contra o património, a paz e a Humanidade (P.J, PSP e GNR) por 1000 habitantes, por concelho, em 1999
- 16 Crimes contra a vida em sociedade (P.J, PSP e GNR) por 1000 habitantes, por concelho, em 1999
- 17 Óbitos por homicídio por 1000 habitantes com mais de 15 anos, por concelho, em 1998

Educação, Cultura e Recreio

- 18 Densidade Populacional, 2001
- 19 Alunos inscritos no Ensino Superior Público relativamente à população residente dos 15 aos 25 anos, por concelho, no ano lectivo 1997/98
- 20 Número de galerias por população residente, por concelho, em 1998
- 21 Número de museus por população residente, por concelho, em 1998
- 22 Habitantes por biblioteca, por concelho, em 1998
- 23 Habitantes por museu, por concelho, em 1998
- 24 Existência de Escola de música, dança e outras artes, por concelho, em 1998
- 25 Habitantes por piscina coberta ou descoberta, por concelho, em 1998
- 26 Habitantes por circuito de manutenção, por concelho, em 1998
- 27 Número de Escolas Estrangeiras por população residente, 2000

- | | |
|----|--|
| 28 | População residente potencialmente atraída pela(s) Agência(s) de Aluguer de Automóveis, por freguesia com equipamento, em 1998 |
| 29 | População residente potencialmente atraída pela(s) Agência(s) de Viagens, por freguesia com equipamento, em 1998 |
| 30 | População residente potencialmente atraída pela(s) Loja(s) de Equipamento Informático, por freguesia com equipamento, em 1998 |

Este domínio prende-se com a necessidade de criar um *milieu* local que sustente a nova economia. Vamos parcialmente tentar atingir esse objectivo, como já referimos, assumindo as insuficiências desta perspectiva analítica. O Recenseamento da População de 2001 irá brevemente fornecer informação actualizada, que poderá constituir uma outra oportunidade para o enriquecimento deste domínio. Cabe-nos ainda acrescentar que a Segurança e a Qualidade Ambiental são matérias hoje em dia ainda muito pouco analisadas enquanto factores de atractividade económica. Os espaços rurais e/ou os factores ambientais têm sido escassamente investigados enquanto potenciais fontes de inovação.

3.2. Um *milieu* local atractivo

Em Portugal Continental podem identificar-se em termos globais, três tipos de territórios (figura 2.3):

- Uma vasta área aparece caracterizada pela qualidade das amenidades ambientais e pela segurança, mas num contexto de alguma carência de equipamentos e serviços à população. A baixa densidade não proporciona as melhores condições para a troca e para o desenvolvimento do conhecimento, mas as qualidades ambientais e de segurança podem vir a ser no futuro fundamentais para algumas actividades. No entanto, se para o conhecimento é fundamental a densidade e a proximidade, podemos afirmar que nestes espaços não existem muitas oportunidades para o convívio intelectual, técnico ou criativo, pois o baixo número de pessoas residentes, a fraca densidade institucional (escolas, museus, galerias, etc.) e a incipiente oferta de eventos não favorecem o encontro e a sociabilidade;

- Num segundo plano emerge um território com uma razoável oferta de serviços pessoais num ambiente com níveis intermédios de poluição e insegurança. São os territórios de transição;

- Por fim surge uma mancha de concelhos com uma elevada oferta de serviços num ambiente denso e de alguma poluição e insegurança. Destacam-se os seguintes

concelhos: por um lado, Lisboa, Oeiras, Cascais, Sintra, Amadora, Loures, Almada e Setúbal; no Norte, Porto e Matosinhos; e ainda Coimbra, Évora e Faro. A partilha é um processo social e interactivo, e estes territórios apresentam uma densidade populacional e de instituições sócio-culturais (escolas, museus, galerias, bibliotecas, oferta comercial, etc.) capaz de criar algumas condições para a interacção e o convívio social. Isto não significa que por si só estas condições proporcionem a inovação e a criação de uma espécie de *atmosfera para a inovação*. Há densidade de pessoas e serviços, elementos fundamentais para a interacção social, mas fica por provar se há ou não um verdadeiro *millieu* sócio-cultural que favoreça a inovação.

Uma análise mais fina permite diferenciar melhor o território português:

- Lisboa, Sintra, Coimbra e Porto evidenciam-se pela elevada oferta de serviços mas revelam níveis de poluição e insegurança altos no contexto nacional. São, em Portugal, os concelhos que nesta perspectiva reúnem as melhores condições para a criação de *millieu* sócio-cultural especial, isto se os níveis de insegurança e a qualidade ambiental não comprometerem essas aspirações;

- Loures destaca-se pelos níveis de poluição e por algumas carências infra-estruturais, que podem comprometer o bem-estar, as condições de vida e a atracção de actividades e pessoas;

- algumas cidades médias¹⁴⁵ e as coroas metropolitanas correspondem a situações intermédias em termos de amenidades urbanas e ambientais, num contexto de uma densidade razoável;

- por último destaca-se a mancha "amarelo claro" do mapa, com densidades baixas e amenidades ambientais ou culturais nada significativas.

Este mosaíco pode, em função das novas actividades, jogar de diferentes formas na construção de uma nova economia. Embora este leque de indicadores não o permita fazer satisfatoriamente, não poderei deixar de evidenciar a importância da criação de um *millieu* sócio-cultural. Conseguimos, com o leque de indicadores tratado, avaliar os factores sociais e ambientais básicas que possuem um papel significativo na persuasão dos investidores e gestores quanto à escolha da cidade ou região onde investir. A disponibilidade de amenidades cívicas funciona de modo semelhante.

¹⁴⁵ Designadamente, Viana do Castelo, Penafiel, Vila Real, Viseu, Guarda, Castelo Branco, Portalegre, Évora, Beja, e ainda, com um posicionamento no litoral, Braga, o centro do Vale do Ave (Guimarães, Fomalicão), a coroa metropolitana do Porto (excepção para Gondomar e Valongo), Aveiro, Figueira da Foz, Leiria, Santarém, Vila Franca de Xira, parte da coroa metropolitana de Lisboa (Cascais, Oeiras, Amadora, Almada, Seixal e Barreiro), Setúbal, Faro e Portimão.

Informação qualitativa obtida através de diversas entrevistas realizadas a gestores empresariais, mas que precisa de ser melhor testada e comprovada, mostra-nos como Lisboa tem vindo ultimamente a caminhar na construção desse ambiente, mais do que qualquer outra cidade portuguesa. É uma espécie de atmosfera de interacção, de criatividade, de sociabilidade e de inovação que o centro das metrópoles podem proporcionar. O número de eventos culturais, as conferências especializadas nas diferentes matérias, os espaços de encontro proporcionados pelos bares, restaurantes, festas e outros espaços de sociabilidade criam um ambiente de euforia, de criatividade e de êxito que são fundamentais. É a informação que é trocada em qualquer ambiente e que é proporcionada pelo encontro, pela proximidade e pela interacção suscitadas em algumas cidades que se torna fundamental para algumas actividades. São externalidades que advêm da forma de difusão de conhecimento. Podem ser grandes ou médias cidades, mas o aspecto crucial é a criação desse ambiente ou desse *habitat* diferencial. O acesso a vários tipos de redes torna mais fácil aprender com a oportunidade de beneficiar com a experiência dos outros.

Um curioso trabalho de Richard Florida (2002) sobre os Estados Unidos destaca a importância dos estilos de vida e das instituições culturais enquanto factores que ajudam a atrair e a estimular aqueles que criam negócios e tecnologia. O meio social e cultural proporciona também um mecanismo de atracção de novos e diferentes tipos de pessoas e pode facilitar a rápida transmissão de conhecimento e ideias.

"The geography of cool" (*The Economist*, 2000) faz uma viagem à procura das "atmosferas" intra-urbanas de Londres, Nova Iorque, Berlim e Tóquio e da mobilidade que os "cools" têm. O "cool" é jovem, aventureiro, diferente e inovador.

No entanto, verifica-se que, para além de um certo limiar, as economias de escala urbana podem dar lugar a deseconomias que representam elevados custos sociais e ambientais (insegurança, poluição, desintegração social, etc.).

Quadro Síntese 2.3. Amenidades e Espaços de Vida

Cod. Indicador	Valor Contínua	Classe Contínua	Indicadores		Classe 1		Classe 2		Classe 3		Classe 4		Classe 5	
			Modalidades	Valor-teste	Modalidades	Valor-teste	Modalidades	Valor-teste	Modalidades	Valor-teste	Modalidades	Valor-teste	Modalidades	Valor-teste
19	110,4 Nº	nível 4	Densidade, cultura e consumo Densidade populacional											
20	15,29 Nº	nível 4	Alunos ensino superior público / pop 15-25 anos											
21	437 Nº	-	Nº de galerias											
22	287 Nº	-	Nº de museus											
23	30 Nº	-	Nº de Escolas Estrangeiras existentes											
24	5992 Nº	nível 4	Existência Escola de música, dança e outras artes											
25	66719 Nº	nível 6	Habitantes por biblioteca											
26	23804 Nº	nível 5	Habitantes por Circuito de Manutenção											
27	6.270.427 Nº	-	Habitantes por Piscina coberta ou descoberta											
28	6.160.624 Nº	-	Pop. pol. atraída pelas Agências de Aluguer de Automóveis											
29	7,35 %	nível 4	Pop. pol. atraída pelas Agências de Viagens											
8	- Nº	-	Ambiente, Saúde e Segurança % Áreas Naturais (Parques Naturais, Áreas Protegidas)											
1	- Nº	-	CHHY - Indicador de poluição											
1	2,69 %	nível 3	CHHY - Indicador de poluição											
3	1,45 %	nível 5	% alojamentos familiares sem água											
4	3,70 Nº	nível 4	% alojamentos familiares sem electricidade											
9	2,20 Nº	nível 7	Camas hospitalares por 1000 hab.											
11	3,20 Nº	nível 1	Médicos especialistas por 1000 hab.											
10	7,70 Nº	nível 6	Médicos por 1000 hab.											
12	33,76 Nº	nível 6	Farmacêuticos por 10000 hab.											
13	7,44 Nº	nível 5	Total de crimes por 1000 hab.											
14	0,02 Nº	nível 2	Crimes contra as pessoas por 1000 hab.											
17	19,93 Nº	nível 6	Total de óbitos por homicídio por 1000 hab. >15 anos											
15	19,93 Nº	nível 6	Crimes contra o património, a paz e a Humanidade por 1000 hab.											
15	19,93 Nº	nível 6	Crimes contra o património, a paz e a Humanidade por 1000 hab.											
			Nº de Concelhos incluídos na Classe	78	35	1	4	157						

Legenda:



Classe mais alta

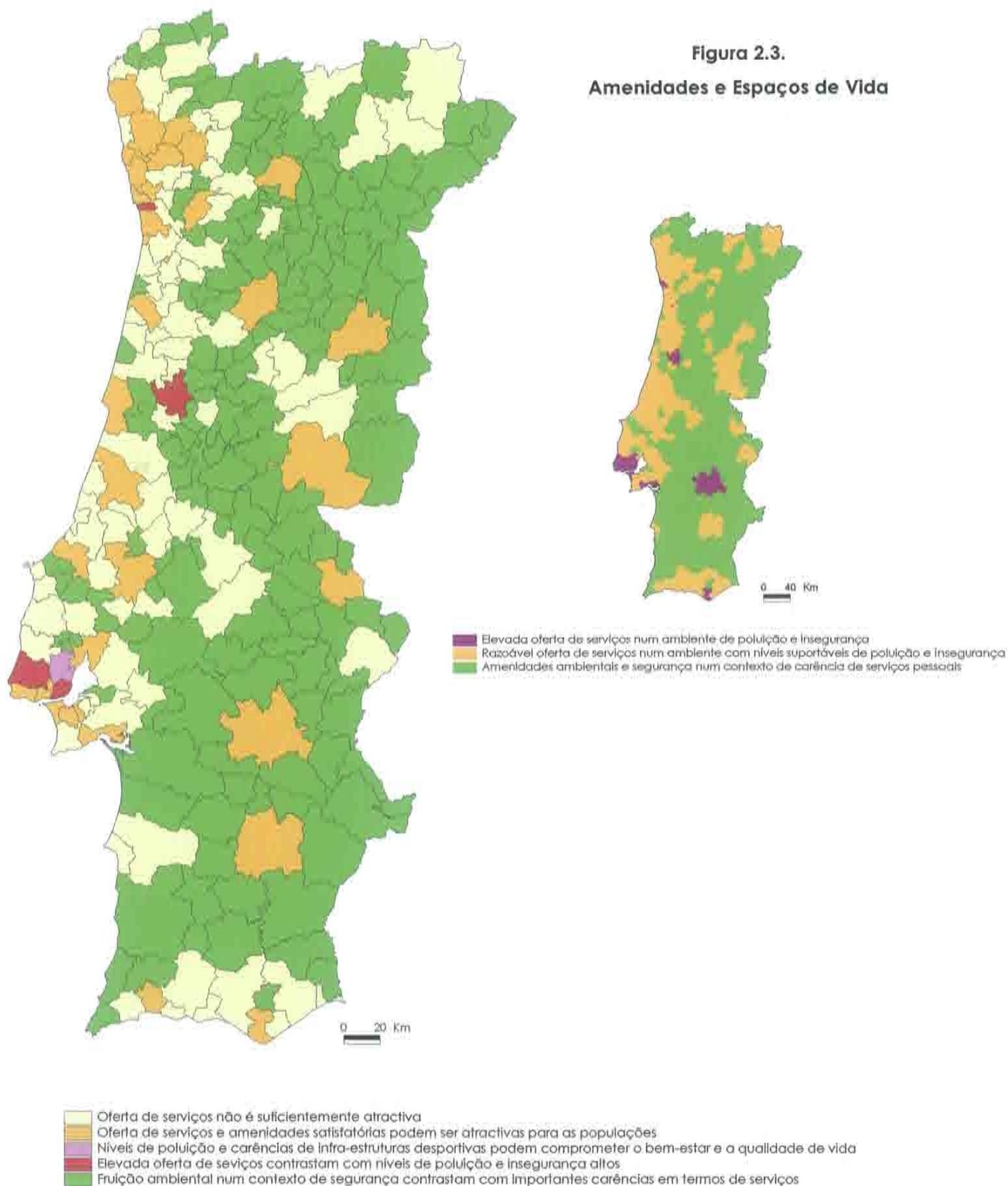
Classe mais baixa

Classe média

A modalidade ocorre em 50% ou mais das unidades incluídas na classe e o valor-teste é superior ou igual a 2

A modalidade ocorre em 25 a 50% das unidades incluídas na classe e o valor-teste é superior ou igual a 4

Figura 2.3.
Amenidades e Espaços de Vida



Algumas conclusões:

- As cidades sofrem de uma ambivalência que resulta das economias e das deseconomias de aglomeração. À medida que a dimensão das aglomerações aumenta melhoram e diversificam-se as ofertas educativas e formativas, habitacionais e de cultura e lazer. Para o mesmo sentido concorre o ambiente sócio-cultural, ao favorecer a criatividade e a inovação. No entanto, as deseconomias surgem associadas à criminalidade, insegurança, poluição e à sobrecarga de alguns equipamentos ou infra-estruturas. É assim que vemos Lisboa, Porto, Sintra, Loures e Coimbra seguindo, logicamente, matizes de problemas e externalidades de aglomeração diferenciadas.
- No outro extremo, temos territórios pouco ocupados, com escassos recursos humanos, que sofrem os custos sociais e económicos da desertificação. Estas áreas possuem qualidade ambiental, segurança e níveis relativamente baixos de ocupação de alguns equipamentos ou infra-estruturas. Eventualmente, se os níveis de desertificação se intensificarem pode ficar comprometida a qualidade ambiental.

4. Infra-estruturas físicas e redes

4.1. Enquadramento

A economia global é eminentemente uma economia em rede e é essa a característica diferenciadora face à economia internacional que conhecemos ao longo dos últimos séculos. Estar fora das redes é impedimos as empresas e os territórios de se desenvolverem. Daqui a pertinência das redes transeuropeias nos processos de desenvolvimento. São as redes de transportes, de telecomunicações e de energia que vão contribuir para a construção do perfil de competitividade dos diferentes territórios. Os esforços de investimento têm de ser simultâneos, porque as redes interagem permanentemente e um défice numa delas repercute-se nas outras.

Há que referir que a maioria dos países têm vindo a abandonar o projecto infra-estrutural que tinha como objectivo a igualização das condições à escala nacional, ou seja a definição de um patamar de igualização de oportunidades a um dado estágio de desenvolvimento. Em vez disso, tem-se vindo a acentuar a importância da promoção das regiões urbanas e implicitamente da sua infra-estruturação. Ao mesmo tempo verificou-se a tendência para a privatização, liberalização e abertura dos monopólios públicos de infra-estruturas aos investimentos privados. Estes operadores privados têm vindo a desenvolver-se em "redes de empresas globais" nas áreas dos transportes, telecomunicações, energia, etc.. Ao mesmo tempo, as áreas desfavorecidas não merecem a mesma atenção por parte dos operadores privados pois estes não sentem a obrigação de subsidiar as redes infra-estruturais nessas áreas geográficas menos rentáveis. Podemos concluir que está em renovação a velha geografia das infra-estruturas, a partir das novas tecnologias e com recursos aos investimentos privados.

Simultaneamente, num contexto de forte globalização, as diferentes regiões ou lugares estão numa situação de forte competição pelos factores de produção móveis (capital privado e trabalho). Neste contexto, os factores endógenos ganham uma nova amplitude e as infra-estruturas podem, ou não, potenciar a mobilização desses recursos para o desenvolvimento económico. Roger Vickerman e outros (1999) afirmam que o papel das infra-estruturas no desenvolvimento económico é um tema ainda muito controverso e de avaliação muito complexa. No entanto, está vulgarmente generalizada a ideia de que uma melhoria nas acessibilidades levará a um maior desenvolvimento económico.

Segundo os documentos da Comissão Europeia (2001:49), "uma adequada dotação de infra-estruturas é uma condição necessária, mas não suficiente, para o desenvolvimento económico e a competitividade de uma região, um factor importante que irá determinar tanto a localização das actividades económicas, como os tipos de actividade e/ou os sectores que se irão desenvolver". Em termos de políticas europeias há um vasto acordo em torno de duas ideias: redes de transporte modernas e eficientes são essenciais para uma Europa a competir na economia global; o investimento em infra-estruturas de transporte é vital para o desenvolvimento de regiões periféricas. No entanto, melhorar as ligações entre as áreas centrais e as áreas periféricas facilita as ligações nos dois sentidos, tanto aproxima as empresas periféricas das áreas de mercado como permite que as áreas menos desenvolvidas sejam invadidas mais facilmente por produtos externos.

Na Europa a disponibilidade de redes rodó e ferroviárias varia consideravelmente entre as regiões mais ricas e as mais pobres. O impacto dessas variações no desenvolvimento regional é, no entanto, difícil de verificar empiricamente. Há uma correlação positiva entre as infra-estruturas de transportes ou a acessibilidade inter-regional e o PIB *per capita*, mas esta correlação pode não significar uma relação causal. Por exemplo, nos países com níveis de acessibilidade muito razoáveis, os investimentos nas infra-estruturas têm impactos muito marginais.

A diminuição global dos custos dos transportes e o reforço da importância da qualidade dos serviços de transporte e da flexibilidade de meios e de horários vieram alterar claramente os impactos directos das infra-estruturas. As telecomunicações determinaram uma diminuição do transporte de alguns bens e de algumas pessoas, mas simultaneamente arrastaram outras necessidades e novos serviços.

Há uma clara dificuldade em definir as medidas que podem ajudar a avaliar os impactos das redes no desenvolvimento económico. Não é objectivo deste trabalho fazer uma avaliação dos impactos, mas simplesmente reflectir acerca da nossa situação em termos de redes nacionais, transeuropeias e internacionais.

Em primeiro lugar, fizemos um levantamento da situação de Portugal das redes transeuropeias, tendo em consideração as infra-estruturas ou redes físicas existentes ou em projecto. Em segundo lugar, em termos territoriais vai-se procurar sintetizar os níveis de acessibilidade (sobretudo rodoviária) existentes às principais "gateways" de internacionalização. Dado que as infra-estruturas de transporte têm uma localização pontual ou se organizam em redes, e alguns projectos infra-estruturais ainda estão em curso, optou-se neste domínio por cruzar a informação qualitativa e quantitativa

existente e procurar fazer um exercício de síntese numa cartografia adequada. As redes de energia e de telecomunicações terão uma análise sobretudo qualitativa.

O objectivo da cartografia realizada é uma tentativa de sistematização da informação existente, na qual se privilegia designadamente o seguinte: a rede principal de transportes rodoviários e ferroviários para a leitura da densidade da malha e dos eixos de ligação externa; as distâncias-tempo aos principais centros de serviços (Lisboa e Porto) e às infra-estruturas fundamentais (portos, aeroportos e plataformas logísticas); a conectividade aérea (voos e destinos europeus e intercontinentais) e posicionamento na rede (*hub-center*, *sub-hub*, *feeder*, etc.); as potencialidades das infra-estruturas portuárias; a localização dos "baldios logísticos", terminais rodoviários e rodo-ferroviários e as plataformas multimodais.

Lista de indicadores identificados:

Níveis de acessibilidades

- 1 Acessibilidade às fronteiras terrestres (distância - tempo, PRN 2000)
- 2 Acessibilidade aos aeroportos internacionais (distância - tempo, PRN 2000)
- 3 Acessibilidade aos portos principais (distância - tempo, PRN 2000)
- 4 Acessibilidade às sedes de distrito e centros equiparáveis (distância - tempo, PRN 2000)
- 5 Acessibilidade à cidade de Lisboa, por concelho, em 1998 (distância - tempo)
- 6 Acessibilidade à cidade do Porto, por concelho, em 1998 (distância - tempo)
- 7 Acessos à Rede Digital com Integração de Serviços (RDIS) por 10000 habitantes, por concelho, em 1998

Infra-estruturas e movimento aéreo

- 1 Capacidade de movimento de aeronaves (aviões/hora), 1997
- 2 Capacidade do terminal (passageiros/hora), 1997
- 3 Movimento de aviões por ano (número), 1997
- 4 Movimento de passageiros por ano (milhões/ano), 1997
- 5 Capacidade de carga (tonelada/ano), 1997
- 6 Área do terminal de carga (m²), 1997
- 7 Número de voos com destino europeu, 2001
- 8 Número de voos intercontinentais, 2001
- 9 Número de destinos europeus, 2001

Infra-estruturas e movimento portuário

- 10 Extensão de cais operacional (metros), 1997/98
- 11 Postos de acostagem (número), 1997/98
- 12 Capacidade nominal carga (toneladas), 1997/8
- 13 Movimento de mercadorias (toneladas), 1997/98
- 14 Número navios por ano, 1997/98
- 15 Número de passageiros por ano, 1997/98
- 16 Tempo médio de espera por navio (horas), 1997/98

Plataformas logísticas

- 17 Área da plataformas logísticas (m²), 1997/98

4.2. Portugal no contexto Ibérico e Europeu

A economia portuguesa é parte integrante do projecto de integração europeia e é, naturalmente, nesse enquadramento que se jogam as questões inerentes às redes de infra-estruturas. Não se pode abordar os condicionamentos territoriais para o desenvolvimento sem analisar as redes que promovem a integração na Europa e sem pensar estrategicamente o papel de Portugal nas redes intercontinentais.

O Relatório da Coesão Económica e Social (2001), sob a coordenação de Michel Barnier, apresenta as redes transeuropeias como factores fundamentais para desencravar as economias mais periféricas. Assim, teoricamente como já referimos, as redes podem contribuir para o "desencravarimento" da economia portuguesa, ainda que empiricamente não esteja comprovado¹⁴⁶.

Parte-se então do pressuposto de que as acessibilidades não são, só por si, suficientes para desencadear os processos de mudança económica, mas que não deixam de ser factores importantes e, por vezes, cruciais para determinados projectos económicos. Como já foi referido, há três tipos de redes fundamentais para uma economia cada vez mais globalizada - transportes, telecomunicações e energia. Analisemos a situação portuguesa.

4.2.1. Redes de transportes

Pode sintetizar-se a situação portuguesa no seguinte:

-Relativamente à rede rodoviária europeia, há uma diferença muito grande de densidade de rede entre a Península Ibérica e a Europa central. Se confrontarmos as densidades demográficas, as diferenças são parcialmente justificadas. Em termos de rede rodoviária, o objectivo é o desenho de uma malha que permita que os principais centros urbanos, localizados no litoral ou no interior, estejam a menos de 40 quilómetros da rede principal. Nos últimos anos houve um considerável reforço de conectividade com a rede espanhola; é de salientar a construção da ligação Lisboa-

¹⁴⁶ António Teixeira (2002) analisa os impactos dos investimentos em infra-estruturas de transporte (1985/1998) nas dinâmicas económicas regionais e averiguar de que forma a redução dos custos de transporte contribuirão, ou não, para uma distribuição económica mais equilibrada. Conclui que a diminuição dos custos de transporte não foram suficientes para contrariar as forças centrípetas existentes e que em certos sectores (*high-tech*, designadamente) levaram a um reforço dos níveis de concentração. Acrescenta ainda que a ideia de que a melhoria das acessibilidades é uma condição suficiente para a atractividade das actividades económicas deve ser moderada.

Elsa Pacheco (2000), no seu estudo sobre a "alteração das acessibilidades e as dinâmicas territoriais na Região Norte", conclui também que, embora se tenham registado melhorias das acessibilidades na grande

Badajoz garantindo o acesso a Madrid; a conclusão da rede Faro-Sevilha; a conexão entre o Porto e Vigo. Estas realizações poderão vir a contribuir para a diminuição dos níveis de saturação do eixo Aveiro – Vilar Formoso;

- Relativamente à rede ferroviária europeia, a situação da Península é muito contrastada face à rede da Alemanha e do Benelux. Além disso, a rede na Península tem uma bitola diferente do resto da Europa que cria descontinuidades na rede¹⁴⁷. Logo, enquanto o centro da Europa tem uma rede inter-operável, na Península Ibérica o mesmo não se verifica, porque há uma descontinuidade física nas redes. Espanha tem vindo a investir largamente na sua rede ferroviária interna e projecta novas ligações do seu território, em bitola europeia, ao resto da Europa. Assim, a nossa integração europeia está dependente das estratégias que Espanha venha a assumir. Em Portugal o TGV ainda é um projecto em aberto, havendo a possibilidade de se criar uma ligação Lisboa-Porto (e talvez com ligação a Vigo) e outra Lisboa-Madrid. Para transporte de mercadorias, Portugal elege a ligação ferroviária pelo Norte da Península Ibérica para os mercados da Europa de Leste e o novo corredor ferroviário de Sines a Madrid (com uma ligação para Vendas Novas, para articular à rede para norte), se estiver assegurada a ligação para lá de Badajoz, em direcção à Europa. Relativamente às ligações à Europa através dos Pirinéus há a hipóteses de duas travessias ferroviárias, uma central e em túnel e outra mais a oriente e junto à costa;

- Relativamente ao sistema de portos europeus, Portugal tem uma fachada marítima muito desimpedida, mais do que a França e a Holanda (que estão perto da saturação na navegação marítima) e condições naturais e infra-estruturas muito favoráveis. Mas o espírito da rede transeuropeia de transportes (RTE-T), que tem como objectivo a melhoria da conectividade, mantém-nos periféricos, não rendibilizando as potencialidades da nossa fachada marítima. A construção em Sines do terminal XXI de *transshipment* de contentores e o projecto de Zona de Actividades Logísticas (ZAL) são apostas fundamentais para reforçar a posição do porto na região do Atlântico e do Mediterrâneo e no sistema de transportes marítimos intercontinentais¹⁴⁸. O porto de Lisboa encontra-se entre os primeiros lugares a nível europeu no domínio dos cruzeiros turísticos. As infra-estruturas portuárias principais¹⁴⁹ (Aveiro, Leixões, Lisboa, Setúbal e Sines) apresentam um potencial não aproveitado devido às carências em matéria de

maioria dos concelhos da região, considerando a dinâmica demográfica e das actividades económicas, os desequilíbrios permaneceram ou acentuaram-se em alguns casos.

¹⁴⁷ Nos países do Leste passa-se a mesma descontinuidade.

¹⁴⁸ O terminal de contentores será operado pela PSA – Sines, que é subsidiária da *PSA Corporation* de Singapura, o que transmite importantes expectativas nesse sentido.

¹⁴⁹ O porto de Setúbal possui uma importante capacidade de movimento a nível de tráfego *roll-on roll-off* e os portos de Lisboa e Leixões possuem infra-estruturas de *roll-on roll-off*.

inter-modalidade, aos congestionamentos que se verificam nas áreas envolventes e aos modelos de gestão adoptados (DGDR, 2000);

- Relativamente à rede aérea, Portugal está numa situação periférica face à Europa, enquanto Madrid encontra-se a construir um novo aeroporto e a reforçar a sua actual posição nas redes europeia e intercontinentais. Relativamente aos demais países periféricos da Europa, Lisboa tem actualmente um posicionamento intermédio nas redes europeias (pelo volume de voos e destinos) e em termos de redes intercontinentais realçam-se as ligações à América Latina (Brasil) e aos PALOP. A estratégia do aeroporto Lisboa passa pela rendibilização da sua localização na fachada atlântica através do seu reforço como *sub-hub* inter-continental nas relações Norte-Sul entre a Europa/América Latina e entre a Europa/África (sobretudo PALOP e África Austral). No entanto, o aeroporto de Lisboa tem um grave problema de expansão, contando-se com a sua saturação em 2010 (está previsto a construção de um futuro aeroporto). O aeroporto do Porto pode vir a beneficiar do facto de a Galiza ter optado por três aeroportos (Corunha, Santiago de Compostela e Vigo) e assim reforçar a sua área de influência, tornando-se o principal aeroporto do Noroeste Peninsular. Actualmente é um aeroporto *feeder* de Lisboa e Madrid e possui voos regulares para os principais *hubs* europeus e voos combinados para a América Latina (Brasil) e Estados Unidos da América. A estratégia no futuro passará (Aerportos de Portugal, 2001) pelo aproveitamento de certos "nichos" de mercado, através de ligações ponto-a-ponto e o fortalecimento das relações com a América do Sul (Nordeste Brasileiro para o turismo e MERCOSUL para as comunidades galegas). A necessidade de realizar um maior número de voos directos é crucial em termos do turismo de negócios e da possibilidade de aumentar a capacidade de atracção de empresas estrangeiras. O aeroporto de Faro tem uma vocação claramente orientada para o turismo, é um aeroporto *feeder* de Lisboa, mas com alguns voos *charter* a transformarem-se em voos regulares.

QUADRO 2.2. Número de voos nos principais aeroportos da Península Ibérica segundo os destinos

Destino	Europa		Intercontinentais	Leste	Total
	nº de voos	nº de destinos			
Origem:					
Madrid	1125	30	295	31	1451
Barcelona	907	32	48	24	979
Lisboa	588	26	86	3	677
Malaga	217	21	41	0	258
Porto	232	17	11	0	243
Bilbao	119	8	1	0	120
Alicante	88	15	5	0	93
Valência	77	9	0	0	77
Sevilha	27	4	0	0	27
Santiago Compostela	22	4	0	0	22
La Coruna	12	2	0	0	12
Vigo	8	2	0	0	8
Múrcia	6	2	0	0	6
Zaragoza	5	1	0	0	5

Fonte: CRPM, 2002.

QUADRO 2.3. Origem e Destino dos voos intercontinentais

Origem	Destino e nº de voos intercontinentais
Lisboa:	África 38; América Latina 29; América do Norte 19; Médio Oriente 0; Ásia Oceânia 0
Porto:	África 0; América Latina 11; América do Norte 0; Médio Oriente 0; Ásia Oceânia 0
Madrid:	África 48; América Latina 149; América do Norte 73; Médio Oriente 17; Ásia Oceânia 8
Barcelona:	África 24; América Latina 0; América do Norte 15; Médio Oriente 9; Ásia Oceânia 0
Málaga:	África 31; América Latina 0; América do Norte 9; Médio Oriente 1; Ásia Oceânia 0

Fonte: CRPM, 2002.

Relativamente aos transportes de Portugal para a Europa, o transporte marítimo regrediu¹⁵⁰, passando de 76% (1985) para 43% (1998), enquanto o meio rodoviário aumentou de 17% para 54% e o ferroviário passou de 7% para 3%. Em termos absolutos o transporte marítimo também aumentou, mas o transporte rodoviário explodiu. O acesso português ao mercado europeu tem sido feito à custa de uma utilização intensiva da rodovia no atravessamento da Espanha e da França, implicando grandes congestionamentos e problemas ambientais. A opção pela utilização do transporte marítimo é estratégica para Portugal, porque significa uma maior autonomia face a Espanha e sobretudo porque os imperativos de ordem ambiental vão-se impor na Europa.

A inclusão das plataformas intermodais e terminais logísticos como parte integrante das Redes Transeuropeias é já uma das preocupações dos diferentes países. É estratégico para Portugal a concretização de um sistema logístico, de plataformas

¹⁵⁰ Fonte: Instituto Nacional de Estatística.

multi-modais e de plataformas logísticas integradas com o sistema de transportes, com sistemas de informação muito eficientes¹⁵¹.

Na actualidade, as infra-estruturas e a capacidade logística em Portugal são o resultado de várias iniciativas privadas. Naturalmente a localização dessas infra-estruturas seguiu objectivos empresariais individuais e o resultado foi um aglomerado relativamente concentrado mas não ordenado nas duas áreas metropolitanas, onde se aglomeram armazéns e outras infra-estruturas logísticas. Assim, evidenciam-se os seguintes eixos: Bobadela/Alverca; Carregado/Azambuja; Colna/Palmela; Leixões/Freixieiro. São os denominados "baldios logísticos" (Henriques, 2001), onde se concentra uma oferta de armazéns e infra-estruturas pouco especializadas.

Cinco infra-estruturas são fundamentais para o Sistema de Logística Nacional: a Zona de Actividades Logísticas de Sines (ZAL); os centros de carga aérea junto aos dois aeroportos (Lisboa e Porto), sobretudo para as rotas intercontinentais; e os Centros de Mercadorias de Lisboa e do Porto. Os portos e os aeroportos têm uma posição fundamental em relação ao Atlântico e essa posição geográfica deve ser rendibilizada na integração nos mercados Ibéricos, europeus e internacionais. Complementarmente vai ser criada uma rede básica com as plataformas de 2º nível, que deverá estar articulada com as infra-estruturas de 1º nível.

4.2.2. Redes de telecomunicações

As cidades "globais" como Londres, Nova Iorque, Tóquio ou Paris são, desde há muito tempo, nós fundamentais de articulação de redes de infra-estruturas. No Reino Unido 55% dos circuitos de telecomunicações terminam em Londres e três quartos do tráfego de dados avançados gerados em França vêm da região de Paris (Finnie, citado por Graham, 2001). Mas, segundo Graham (1999 e 2001), e como já foi referido anteriormente relativamente às infra-estruturas de transporte, não devemos sobrestimar as vantagens locativas que advêm das telecomunicações. Estas infra-estruturas são necessárias mas não são suficientes para sustentar o desenvolvimento económico. As fibras ópticas são apenas um dos elementos de um conjunto complexo de factores que vão interagindo e proporcionando vantagens competitivas. E mesmo as vantagens derivadas das redes de fibras múltiplas vão-se diluindo com o tempo à medida que se vão difundindo.

¹⁵¹ Colaborativos (que comuniquem com outras plataformas logísticas), abertos (que trabalhem também com sistemas operativos feitos com outras tecnologias) e tecnologicamente baseados na internet (canal que permite uma maior vulgarização do acesso).

Mesmo na área das telecomunicações, quando se proclama o fim das "distâncias geográficas", as redes físicas continuam a ser determinantes no acesso ao mercado. Nas grandes cidades mundiais uma das grandes questões da actualidade é a infra-estruturação das áreas urbanas mais congestionadas. Mas, como refere Graham (1999), a dimensão dos mercados de algumas cidades globais faz com que estas grandes concentrações apareçam numa situação sempre mais privilegiada - preços, capacidades, confiança, etc.

QUADRO 2.4. Indicadores de recursos para a sociedade da informação e da comunicação, para Portugal e a União Europeia

Indicadores	Fonte	União Europeia 15		País – Valor mais Baixo		País – Valor mais Alto	
		Portugal					
Número de computadores pessoais por 100 habitantes - 2000	a	10,5	28,6	Grécia	7,1	Suécia	50,7
Número de Internet hosts por 100 habitantes - 2000	a	1,2	2,9	Grécia	1,0	Finlândia	13,6
Utilizadores de internet por 100 habitantes - 2000	a	10	26,3	Grécia	9	Suécia	56
Despesas em Tecnologias da Informação e da Comunicação, per capita - 2000	c	743	1695*	Grécia	659	Dinamarca	2778
Telefones móveis (assinantes) por 100 habitantes - 2000	a	66,5	62,6	França	49	Luxemburgo	87
Tráfego Internacional de telecomunicações com origem no país (minutos por assinante) - 2000	c	118	234*	Itália	101	Irlanda	786
Tarifas de acesso à internet por 40 horas em horário profissional - 2001	b	77,24	65,5	Finlândia	41,2	Luxemburgo	99,9

Fonte: a - Eurostat Yearbook 2002; b - Tableau de Bord de l'OCDE de la Science, de la Technologie et de l'Industrie 2001; c - World Development Indicators 2002.

* - Média calculada a partir dos valores dos diferentes países da União Europeia.

O número *assinantes*¹⁵² de internet por 1000 habitantes dá uma razoável indicação do grau de desenvolvimento das infra-estruturas da *internet* nos diferentes países. Em Outubro de 2000, os Estados Unidos (OCDE, 2001b) ultrapassam todos os países ao apresentar 234 *assinantes* por 1000 habitantes, enquanto a média da União Europeia fica pelos escassos 37. Os países nórdicos aparecem claramente a liderar (Finlândia – 159; Noruega – 117; Suécia – 106; Dinamarca – 73), enquanto os países do sul da Europa raramente ultrapassam as 20 *portas* por 1000 habitantes (Portugal – 13; Espanha – 16; Grécia – 13; França – 19; Itália – 33). Outro indicador normalmente utilizado é o número de sites web activos. A União Europeia (12,7 sites por 1000 habitantes) fica novamente muito aquém dos valores dos Estados Unidos, onde a penetração é muito forte (46.5 sites por 1000 habitantes). Com mais de 20 sites por 1000 habitantes na Europa temos a Noruega (30), o Reino Unido (24), a Alemanha (22)

¹⁵² É um computador ao qual está associado um endereço IP (Internet Protocol).

e a Dinamarca (21). Os países do Sul (Grécia, Portugal, Espanha, França, Itália, por ordem crescente) estão claramente abaixo da média da União Europeia.

Cruzando os *assinantes* por 1000 habitantes com a duração média mensal da ligação, Portugal aparece novamente mal classificado relativamente aos restantes países europeus (mas muito perto da França). Os Estados Unidos descolam relativamente aos países europeus e só os países nórdicos tentam aproximar-se, evidenciando o atraso europeu na utilização das novas tecnologias.

Em termos territoriais, o sector das telecomunicações da rede fixa está dependente da possibilidade de dispor de uma rede de fibra óptica central (*backbone* da rede de telecomunicações) desenhada à escala nacional e que possua a capilaridade suficiente para atingir os utentes a nível regional e local. No sector de telecomunicações para que esteja garantida uma concorrência efectiva é necessário que várias empresas disponham desta rede. Neste momento há uma clara dificuldade das empresas terem acesso à rede energética de suporte ou à rede de transportes (Martins, 2001). Neste sentido, é necessário acautelar a interpenetração das redes pois isso tem grandes implicações ao nível da concorrência e implicitamente em toda a economia e na sociedade em geral.

Assim, em Portugal tem-se observado alguma lentidão na entrada no mercado de novas empresas, em particular no mercado de redes, de circuitos alugados e na construção de infra-estruturas alternativas (Confraria, 2001). Em termos de operadores paneuropeus temos ao nível da Europa redes que já estão activas, redes que estão planeadas e outras que nem sequer estão imaginadas a longo prazo. Por exemplo, as ligações entre o Noroeste da Europa e Lisboa ou Atenas ainda não foram equacionadas. No entanto, o centro da Europa, Londres – Paris – Amsterdão e Bruxelas, Noroeste da Europa e Frankfurt, ou entre Paris e Genebra essas ligações estão definidas e fortemente conectados os nós da rede. Com Madrid as ligações estão numa situação intermédia.

Segundo João Confraria (2001), no mercado único podem prevalecer nas regiões periféricas os “efeitos centrípetos relativamente aos centrífugos” e, portanto, dominarem os processos de divergência relativamente aos de convergência. Nas telecomunicações, devido à importância das economias de escala, pode acontecer que nas regiões periféricas as pessoas e as empresas prestadoras de serviços, por muito eficientes que sejam, venham a ter um custo por *megabit* superior aos custos de uma empresa localizada numa área central. Portugal é um país periférico com um

mercado relativamente restrito, o que se pode traduzir numa desvantagem permanente de custos.

A prova disto é que os países com custos de acesso médios baixos no final da década de noventa, designadamente os Estados Unidos e a Finlândia (OCDE, 2001b), possuem um maior número de acessos à internet. Portugal apresenta um preço médio superior à média europeia e cerca de três vezes mais que os Estados Unidos ou quase o dobro da Finlândia, o que é claramente uma desvantagem competitiva face aos restantes países.

Concluindo, em termos de sociedade de informação e da comunicação estamos muito aquém dos níveis europeus.

4.2.3. Redes de energia

A consolidação progressiva da institucionalização do Mercado Interno de Energia (MIE) está a ser um importante passo pelas implicações que pode ter ao nível da competitividade europeia.

Em primeiro lugar, devemos referir que a energia é comparativamente mais cara em Portugal do que nos restantes países da União Europeia, logo parece-nos necessário reduzir este referencial. O reforço da concorrência no fornecimento de energia às actividades económicas que o MIE vai fomentar tem consequências ao nível da diminuição dos preços.

Outra questão importante neste sector são as implicações do *protocolo de Kyoto*, que exige que as redes de energia criem condições que garantam a competitividade sustentada da economia. Assim, há mais uma razão para se diversificar a oferta de energia e promover o gás natural e as energias renováveis. O gás natural parece ser, neste momento, a única forma de energia que é capaz de conciliar a capacidade de responder às necessidades energéticas do crescimento económico e à sustentabilidade ambiental.

Estes dois objectivos só serão concretizados se forem implementadas as necessárias redes transeuropeias de energia¹⁵³, o que contribuirá claramente para a constituição de um Mercado Interno de Energia e da livre concorrência segundo o princípio de

¹⁵³ Na decisão da Comissão das Comunidades Europeias, Bruxelas, C(2000) 2683 final – PT, estão definidos os seguintes projectos relativamente a Portugal: Inter-ligações eléctricas entre Portugal e Espanha: ligação pelo norte de Portugal e pelo Sul – linha Balboa/Alqueva/Sines; Redes de Gás Natural: terminal GNL em Sines e

sustentabilidade. Relativamente a Portugal é de evidenciar a privatização da empresa pública de fornecimento de energia eléctrica (a REN foi separada da EDP) e os avanços conseguidos em matéria de liberalização do sector. Em termos de gás natural está em construção um terminal de importação de Gás Natural Liquefeito (GNL) em Sines (funcionamento previsto para 2003), uma instalação de armazenagem subterrânea (em funcionamento no Carriço desde 2002), em implantação a rede de gás no país e estão a surgir várias unidades autónomas de re-gaseificação (UAG) em pontos do país cuja distância aos gasodutos inviabiliza o investimento na sua extensão.

Por fim, deve fazer-se referência aos importantes esforços que a União Europeia tem vindo a fazer na construção do Mercado Interno, impulsionando a construção de uma rede transeuropeia eficaz, o que tem exigido a nível central uma maior responsabilização política de coordenação e de regulamentação (Penedos, 2001).

4.3. Um mapa de síntese

De forma a sintetizar a informação descrita foi elaborado um mapa (figura 2.4) onde constam as principais infra-estruturas de internacionalização (portos principais e aeroportos internacionais) e uma síntese exemplificava das diferentes acessibilidades a essas infra-estruturas e às duas metrópoles. Tendo em consideração a importância das novas redes de comunicação, também assinalámos os concelhos com níveis superiores de acesso à Rede Digital com Integração de Serviços (atendendo ao número de habitantes).

Lisboa, Matosinhos/Maia, Faro, Sines, Setúbal, Aveiro e Viana do Castelo e a Figueira da Foz evidenciam-se porque possuem infra-estruturas de internacionalização localizadas nos concelhos (a legenda do mapa descreve sinteticamente as características principais das infra-estruturas aí existentes).

Em termos de acessibilidades podemos sintetizar a situação do seguinte modo.

Em primeiro lugar, destaca-se uma extensa área envolvente a Lisboa com níveis elevados de acessibilidade às principais infra-estruturas (localizadas sobretudo em Lisboa, mas também em Setúbal). Lisboa, Oeiras e Cascais evidenciam-se pela boa acessibilidade às novas redes de comunicação (RDIS e agora ADSL). Em torno desta área desenha-se uma coroa que sinaliza os concelhos que usufruem,

criação de uma rede de gás no país, em especial na costa atlântica; construção de gasodutos para abastecimento de Portugal; construção de uma instalação de armazenamento subterrâneo (Carriço).

simultaneamente, de razoáveis acessibilidades transfronteira e a Lisboa e às infra-estruturas aí localizadas.

Em torno da cidade do Porto também se desenvolve uma coroa de perfil sobretudo longitudinal, que usufrui das diferentes infra-estruturas aí localizadas. Nesta área sobressaem pela boa acessibilidade às novas redes de comunicação, o Porto, a Maia, Coimbra e Aveiro. Em torno desta mancha também se desenha uma coroa com menor acessibilidade ao Porto.

Concluindo, atendendo à localização das infra-estruturas e aos níveis de acessibilidade presentes no território (distância – tempo, simplesmente), os concelhos inseridos nas manchas descritas podem usufruir das principais estruturas e redes de internacionalização sem elevados custos (tempo).

Relativamente às restantes três manchas definidas, a situação é menos favorável, mas em geral satisfatória. Nestas classes evidenciam-se níveis de menor acessibilidade às metrópoles e de maior proximidade à rede de acessibilidades transfronteira e transeuropeia.

Alguns conclusões estratégicas:

- Portugal deve rendibilizar a sua posição privilegiada na "Fachada Atlântica" (uma localização central em relação ao Atlântico e no cruzamento dos corredores marítimos e aéreos).
- Portugal deve dispor de plataformas logísticas multimodais bem inseridas nas rotas de transporte aéreo e marítimo e bem infra-estruturadas em termos de telecomunicações.
- O transporte rápido de pessoas (aéreo e ferroviário) é crucial para uma economia mais orientada para o movimento internacional.
- Portugal deve inserir-se nos corredores transeuropeus de mercadorias (rodo-ferroviário e rodo-marítimo). Deve apostar nos portos associados a transportes inter-continentais de mercadorias e no transporte aéreo de cargas com boas ligações terrestres.
- Na área das telecomunicações ganha relevo o seguinte: o acesso à banda larga por parte do cidadão das grandes cidades; a ligação de um operador português a grandes *Internet Service Providers* ou a operadores IP globais a nível mundial; a ligação de um operador às redes de banda larga por satélite, de forma a satisfazer as regiões mais periféricas.

Quadro Síntese 2.4. Infra-estruturas Físicas e Redes

Infra-estruturas Físicas

Cod. Indicador	Valor Contínua	Indicadores	Restantes concelhos		Viana do Castelo e Figueira da Foz		Aveiro		Setúbal		Sines		Faro		Madeiros		Lisboa	
			Modalidades	Valor-teste	Modalidades	Valor-teste	Modalidades	Valor-teste	Modalidades	Valor-teste	Modalidades	Valor-teste	Modalidades	Valor-teste	Modalidades	Valor-teste	Modalidades	Valor-teste
Infra-estruturas e movimento aéreo																		
1	55 N°	Capacidade de movimento de aeronaves (aviões/hora)	0	2	0	2	0	2	0	2	0	2	18	3	12	3	25	3
2	5200 N°	Capacidade do terminal (passageiros/hora)	0	2	0	2	0	2	0	2	0	2	1600	3	1200	3	2400	3
3	167204 N°	Movimento de aviões/ano (n°/ano)	0	2	0	2	0	2	0	2	0	2	32558	3	42985	3	41561	3
4	14,6 N°	Movimento de passageiros (milhões/ano)	0	2	0	2	0	2	0	2	0	2	4	3	3	3	8	3
5	132912 N°	Carga (ton/ano)	0	2	0	2	0	2	0	2	0	2	2143	3	30814	3	99358	3
6	22840 N°	Área do terminal de carga (m²)	0	2	0	2	0	2	0	2	0	2	740	3	13100	3	9000	3
7	43 N°	N° de destinos europeus	0	2	0	2	0	2	0	2	0	2	Chartres	3	17	3	36	3
8	820 N°	N° de voos com destino europeu (n°/ano)	0	2	0	2	0	2	0	2	0	2	Chartres	3	232	3	588	3
9	97 N°	N° de voos intercontinentais	0	2	0	2	0	2	0	2	0	2	Chartres	3	11	3	34	3
Infra-estruturas e movimento portuário																		
10	98872 N°	Extensão de cais operacional (m)	0	4	460-490	4	900	4	3150	2	2788	2	197	3	4435	3	6142	3
11	104 N°	Postos de ancoragem (n°)	0	4	5 ou 6	4	14	4	34	3	12	3	2	2	7	3	32	3
12	31922 N°	Capacidade nominal carga (ton)	0	2	800 (V.Cant)	2	280	2	292	2	30200	3	350	3	309879	3	103400	3
13	45234322 N°	Movimento de mercadorias (toneladas/ano)	0	2	550000-610000	4	2089597	4	4611000	2	1800000	3	Sem Inf	3	122	3	300	3
14	8091 N°	Número de Navios por ano (n°/ano)	0	2	200-300	4	1092	4	1586	2	877	5	0	2	12435	3	113413	3
15	138853 N°	Número de Passageiros por ano (passageiros/ano)	0	2	0	2	0	2	0	2	0	2	0	2	0	2	3em Inf	2
16	22 N°	Tempo médio de espera por navio (horas)	0	2	5	2	Sem Inf	2	9	3	17	3	Sem Inf	2	4	2	3em Inf	2
Prataformas logísticas																		
17	580000 N°	Área (m²)	0	2	160000	3	0	2	160000	3	0	2	0	2	0	2	0	2

Acessibilidades

Codigo Indicador	Classe indicadora	Classe 1		Classe 2		Classe 3		Classe 4		Classe 5		Classe 6		Classe 7	
		Modalidades	Valor-teste												
5	nível 3	0	4	nível 1	4	nível 1	14	nível 2	6	nível 1	14	nível 3	14	nível 3	4
5	nível 3	0	4	nível 3	6	nível 3	14	nível 2	6	nível 3	13	nível 3	7	nível 1	11
6	nível 3	0	4	nível 4	5	nível 4	14	nível 2	6	nível 2	13	nível 2	7	nível 2	3
6	nível 3	0	4	nível 1	6	nível 1	14	nível 2	6	nível 2	13	nível 2	7	nível 2	3
2	nível 3	0	10	nível 1	10	nível 1	14	nível 2	6	nível 2	13	nível 2	7	nível 2	3
3	nível 3	0	10	nível 1	10	nível 1	14	nível 2	6	nível 2	13	nível 2	7	nível 2	3
3	nível 3	0	10	nível 1	10	nível 1	14	nível 2	6	nível 2	13	nível 2	7	nível 2	3
7	nível 3	0	2	nível 2	3	nível 2	3	nível 2	3	nível 1	4	nível 1	4	nível 2	3
N° de Concelhos incluídos na Classe		45		57		33		40		36		39		25	

Legenda:

0: Valores zero

A modalidade ocorre em 50% ou mais das unidades incluídas na classe e o valor-teste é superior ou igual a 2.

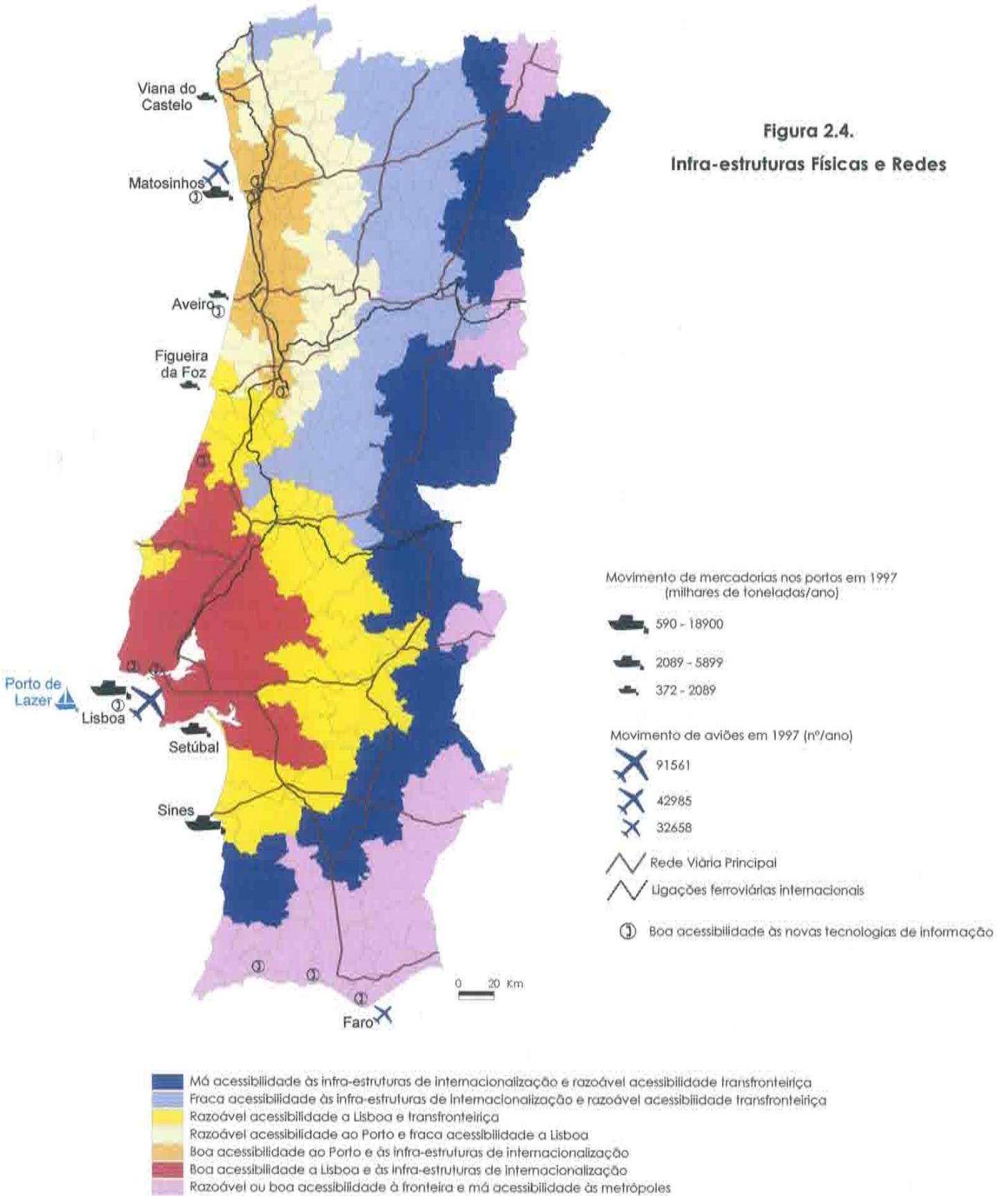
A modalidade ocorre em 25 a 50% das unidades incluídas na classe e o valor-teste é superior ou igual a 4.

Nota:

A designação dos indicadores está descrita de forma mais completa na lista de indicadores.

Optamos por fazer um quadro resumo dos principais indicadores referentes às infra-estruturas existentes no Continente e referir concretamente o valor do indicador e a localização da infra-estrutura.

Figura 2.4.
Infra-estruturas Físicas e Redes



5. Densidade institucional

5.1. Enquadramento

Na economia do conhecimento a cidade é o local onde se concentra um maior número de instituições ligadas ao conhecimento codificado ou tácito, designadamente nos centros de investigação, nas organizações de ensino superior, nas associações empresariais, nas instituições de formação e de apoio técnico. Estas instituições podem ser centros de difusão e troca de informações.

As práticas institucionais fomentam e proporcionam redes de contactos formais e informais. Estas práticas podem ter fortes implicações pelas informações que prestam, pelas experiências que divulgam e pelas oportunidades económicas que podem fazer emergir. Há territórios que são verdadeiras amálgamas de instituições de poder, de representação e de sociabilidade, enquanto outros são autênticos vazios institucionais. Não se trata de ter uma massa institucional de grande dimensão, mas sim instituições que promovem uma forte densidade de relações. Nas grandes cidades o que pode ser significativo é a variedade de conhecimento institucionalizado que pode ser encontrada.

Não é suficiente ter instituições, o que é necessário é fomentar as redes, a cooperação entre universidades, laboratórios de I&D, associações regionais, empresas, etc. Em Portugal não existe informação estruturada sobre as densidades de relacionamento, o que em parte inviabiliza os nossos objectivos centrais.

O domínio intitulado *densidade institucional* concentra-se na avaliação da densidade institucional de apoio ao desenvolvimento económico. Este domínio está estruturado em três sub-domínios:

- Espessura institucional empresarial;
- Instituições de formação e de apoio técnico e tecnológico;
- Instituições de I&D.

Em primeiro lugar faz-se um levantamento da estrutura institucional empresarial. Este vector pretende avaliar a densidade de instituições empresariais e de iniciativa social: associações empresariais sectoriais de âmbito nacional, associações de âmbito regional ou local, fundações com objectivos de desenvolvimento económico e científico e agências de desenvolvimento económico. A densidade de instituições de

formação e de apoio técnico e tecnológico existentes aparece como o segundo factor: infra-estruturas tecnológicas, centros de formação de gestão directa ou participada, centros de formação de iniciativa empresarial, etc.. De seguida avalia-se a espessura das instituições de I&D, segundo uma tipologia já vulgarizada: instituições do Estado, instituições do ensino superior, instituições sem fins lucrativos e empresas inseridas em projectos de investigação financiados pelo Ministério da Ciência e da Tecnologia. Estas empresas foram organizadas por tipos de sectores: ramos industriais de alta ou média intensidade de tecnologia¹⁵⁴; ramos industriais de baixa ou média-baixa intensidade de tecnologia¹⁵⁵; empresas de serviços¹⁵⁶.

Consideramos que as Câmaras Municipais e as instituições de educação (escolas básicas e secundárias, assim como outras instituições de formação, designadamente profissional) vão ser os elementos fundamentais das novas dinâmicas e redes institucionais. A não inclusão dessas estruturas neste domínio deve-se a duas razões: as Câmaras Municipais estão distribuídas por todos os municípios, o que não alteraria os níveis territoriais de densidade institucional; a distribuição das instituições de ensino está implícita quando contabilizamos os alunos a frequentar os diferentes níveis de ensino no domínio "Capital humano e conhecimento". Não queremos, no entanto, deixar de voltar a evidenciar a importância destas instituições na construção de uma "sociedade da aprendizagem" e de uma "economia baseada no conhecimento" e o seu papel na dinamização de redes ou laços de cooperação para o desenvolvimento económico.

Este domínio carece de informação complementar, porque só estão aqui integrados indicadores de densidade e espessura institucional. Detectam-se os actores do desenvolvimento sem se avaliar as suas competências, recursos e redes. Para todo o território português não está organizada informação que permita um aprofundamento

¹⁵⁴ Fabricação de mobiliário; outras indústrias transformadoras, n.e. (CAE 36); Reciclagem (CAE 37); Fabricação de produtos químicos (CAE 24); Fabricação de máquinas e de equipamentos, n.e. (CAE 29); Fabricação de máquinas de escritório e de equipamento para o tratamento automático de informação (CAE 30); Fabricação de máquinas e aparelhos eléctricos, n.e. (CAE 31); Fabricação de equipamento e de aparelhos de rádio, televisão e comunicação (CAE 32); Fabricação de aparelhos e instrumentos médico-cirúrgicos, ortopédicos, de precisão, de óptica e de relojoaria (CAE 33); Fabricação de veículos automóveis, reboques e semi-reboques (CAE 34).

¹⁵⁵ Indústrias alimentares e das bebidas (CAE 15); Indústria do tabaco (CAE 16); Fabricação de têxteis (CAE 17); Indústria do vestuário; preparação, tingimento e fabricação de artigos e peles com pêlo (CAE 18); Curtimenta e acabamento de peles sem pêlo; fabricação de artigos de viagem, marroquinaria, artigos de correio, seleiro e calçado (CAE 19); Indústrias da madeira e da coriça e suas obras, excepto mobiliário; fabricação de obras de cestaria e de espartaria (CAE 20); Fabricação de pasta, de papel e cartão e seus artigos (CAE 21); Edição, impressão e reprodução de suportes de informação gravados (CAE 22); Fabricação de coque, produtos petrolíferos refinados e combustível nuclear (CAE 23); Fabricação de artigos de borracha e de matérias plásticas (CAE 25); Fabricação de produtos minerais não metálicos (CAE 26); Indústrias metalúrgicas de base (CAE 27); Fabricação de produtos metálicos, excepto máquinas e equipamentos (CAE 28); Fabricação de mobiliário; outras indústrias transformadoras, n.e. (CAE 36); Reciclagem (CAE 37).

da análise, por isso a avaliação vai limitar-se às categorias enunciadas. Esta avaliação ganharia maior profundidade se existisse informação disponível sobre os recursos humanos e financeiros ao serviço destas instituições. Por outro lado, era importante, como já referimos ter elementos sobre as redes interinstitucionais e os seus projectos. Esta informação só existe de uma forma dispersa ou de é difícil acessibilidade.

Lista de indicadores identificados:

Espeçura institucional empresarial	
1	Associações Empresariais Sectoriais de âmbito nacional, peso no continente, por concelho, 2000
2	Associações Empresariais Regionais ou Locais, peso no continente, por concelho, 2000
3	Existência de Fundações Económicas ou Científicas, 1996
4	Existência de Agências de Desenvolvimento Económico, 2000
Instituições de formação e de apoio técnico e tecnológico	
5	Existência de Centros Tecnológicos, 2000
6	Existência de Parque de Ciência e Tecnologia, 2000
7	Existência de Centros de Emprego, 2000
8	Existência de Centros de Formação de Gestão Directa, 2000
9	Existência de Centros de Formação de Gestão Participada, 2000
10	Existência de Centros de Formação de Iniciativa Empresarial, 2000
11	Existência de delegações do IAPMEI ou do ICEP, 2000
Instituições de I&D	
12	Instituições I&D, peso no continente, por concelho, em 1999
13	Instituições I&D do Estado, peso no continente, por concelho, em 1999
14	Instituições I&D do Ensino Superior, peso no continente, por concelho, em 1999
15	Instituições I&D sem fins lucrativos, peso no continente, por concelho, em 1999
16	Empresas ligadas à I&D, peso no continente, por concelho, em 1999
17	Empresas pertencentes a uma indústria de alta ou média-alta tecnologia (CAE 24, 29, 30 a 34), peso no continente, por concelho, em 1999
18	Empresas pertencentes a uma indústria de baixa ou média-baixa tecnologia (CAE 15 a 22, 23, 25, 26, 27, 28, 36 e 37), peso no continente, por concelho, em 1999
19	Empresas de serviços (correios e telecomunicações, actividades informáticas e de investigação e desenvolvimento), peso no continente, por concelho, em 1999
20	Empresas com maiores despesas em actividades de I&D, peso no continente, por concelho, em 1999

5.2. Análise territorial

A economia do conhecimento e da inovação nos Estados Unidos é poderosa porque é suportada por uma infra-estrutura eficiente, por um conjunto de instituições que emergiram para sustentar as novas ideias, os novos negócios, os novos produtos, os novos mercados, enfim, para apoiar a criação e os riscos da inovação. Podemos designar estas instituições por estrutura social do conhecimento e da inovação.

As organizações devem ser espaços de criatividade e de inovação. A gestão e o conhecimento não são deixados aos gestores ou aos investigadores, mas devem fazer parte da cultura de todas as organizações e de todos os que aí trabalham. Em

¹⁵⁶ Correios e telecomunicações, actividades informáticas e investigação e desenvolvimento.

Portugal esta prática não está minimamente difundida nas instituições de investigação e ensino superior, nos centros de apoio técnico e tecnológico e nas estruturas associativas. A base institucional está enclausurada dentro dela mesma e permanece ainda pouco aberta aos novos desafios sociais que a nova economia impõe. Temos em Portugal uma base institucional pouco densa e insuficientemente inovadora. Neste sentido, é necessário criar mecanismos de inovação institucional e de fomento de redes de geometria e objectivos variáveis.

Tendo presente esta grande debilidade não quisemos deixar de avaliar em termos territoriais a espessura institucional existente.

Em primeiro lugar, e analisando o pequeno cartograma (figura 2.5) visualizam-se dois pequenos "vulcões" num imenso "oceano" calmo. É Lisboa e o Porto a mostrarem que são praticamente os únicos recursos institucionais com visibilidade nacional. Praticamente todas as instituições seleccionadas fazem questão de se localizarem nas metrópoles. Ganham especial relevo as instituições públicas, as empresas que desenvolvem I&D e as estruturas associativas empresariais.

Uma leitura mais profunda poderá permitir encontrar outras pequenas "ilhas". Assim, a seguir ao Porto e Lisboa temos Coimbra, que se realça também pela força das instituições de I&D e por deter um pequeno número de associações sectoriais de âmbito nacional.

Vila Real, Aveiro, Évora e Faro surgem no terceiro nível da hierarquia, mostrando a importância local das instituições de investigação integradas no Ensino Superior, a existência de Centros de Formação de Gestão Directa e algumas delegações do IAPMEI ou do ICEP.

No quarto nível evidenciam-se um pequeno grupo de 36 concelhos, correspondendo a algumas cidades médias ou concelhos periurbanos, com um pequeno número de instituições de I&D e alguns dispondendo de Centros de Formação, Centros de Emprego ou estruturas associativas de base regional ou local. A partir daqui a espessura institucional é praticamente inexistente.

Faz sentido teorizar sobre o papel económico das cidades em termos institucionais. No território do Continente português, as práticas institucionais específicas associadas às cidades devem contribuir para a mudança desejada. Pretendemos com isto reconhecer a importância da espessura institucional urbana na construção de uma sociedade aprendente e de uma economia urbana competitiva.

Concluindo, Portugal dispõe de uma base institucional com uma espessura muito frágil e concentrada sobretudo nas duas metrópoles. Neste sentido, é fundamental criar mecanismos capazes de fortalecer a estrutura existente e fomentar a "aprendizagem institucional" em torno dos desafios que se colocam no presente, tendo em vista a construção de um futuro diferente. Para isso, é crucial definir o leque de competências a desenvolver nessas instituições e incentivar a própria aprendizagem e a interacção institucional.

Num país onde os recursos institucionais são tão escassos, as estruturas existentes devem ser potenciadas e as escolas, as Câmaras Municipais e o tecido empresarial pode contribuir para a construção de uma sociedade e de uma economia do conhecimento. Não é suficiente as pessoas e as organizações aderirem a uma cultura de aprendizagem, é preciso pensar em novas formas de gestão, participação e colaboração para conseguirem prosperar. A aprendizagem contínua exige culturas organizacionais facilitadoras e encorajadoras.

Algumas conclusões:

- É necessário dinamizar a Rede Institucional, mais ou menos independente do Estado, de forma a criar uma malha institucional organizada, que possa contribuir para os novos desafios (instituições de educação, formação e investigação; associações empresariais sectoriais ou territoriais; centros de apoio técnico e tecnológico, centros de emprego, empresas, etc.).
- Relativamente às debilidades em termos de educação, formação e investigação e às previstas alterações no leque de actividades, é crucial a montagem de uma forte articulação institucional para fazer face às necessidades de formação de novas competências (designadamente na óptica da formação ao longo da vida).
- Nas zonas mais densas, são as áreas metropolitanas que conseguem emergir pela densidade e diversidade institucional. Nos territórios em perda só as cidades médias conseguem aglutinar um número significativo de instituições fundamentais para a sustentação e o desenvolvimento dos vastos territórios envolventes.
- Portugal tem de repensar o seu sistema de interacção institucional, de forma a que o acesso, a distribuição e a absorção dos conhecimentos e das tecnologias por parte das empresas sejam facilitados e obtenham resultados mais convincentes.

Quadro Síntese 2.5. Densidade Institucional

Cod. Indicador	Valor Contínua	Classe Máxima	Indicadores														
			Classe 1		Classe 2		Classe 3		Classe 4		Classe 5						
			Modalidades	Valor-teste													
4	26	Nº		2													
2	130	Nº		9	nível 2	6											
1	129	Nº		5													
3	48	Nº		5													
6	1	Nº		5													
7	87	Nº		8													
8	29	Nº		6													
9	35	Nº		5													
10	12	Nº		5													
5	9	Nº		2													
11	14	Nº		7													
12	1110	Nº		12	nível 2	10	nível 5	5	nível 7	2	nível 8	4	nível 9	4			
13	391	Nº		7													
14	610	Nº		10	nível 1	5	nível 4	5	nível 7	3	nível 8	4	nível 9	4			
15	109	Nº		11	nível 1	6	nível 2	4	nível 3	2	nível 4	2	nível 5	2			
16	756	Nº		7	nível 2	8											
20	55	Nº		5													
				231		36	5	1	2								

Legenda:

PC Peso no Contínua

Zero Valores zero

A modalidade ocorre em 50% ou mais das unidades incluídas na classe e o valor-teste é superior ou igual a 2.

A modalidade ocorre em 25 a 50% das unidades incluídas na classe e o valor-teste é superior ou igual a 4.

Nota:

A designação dos indicadores está descrita de forma mais completa na lista de indicadores.

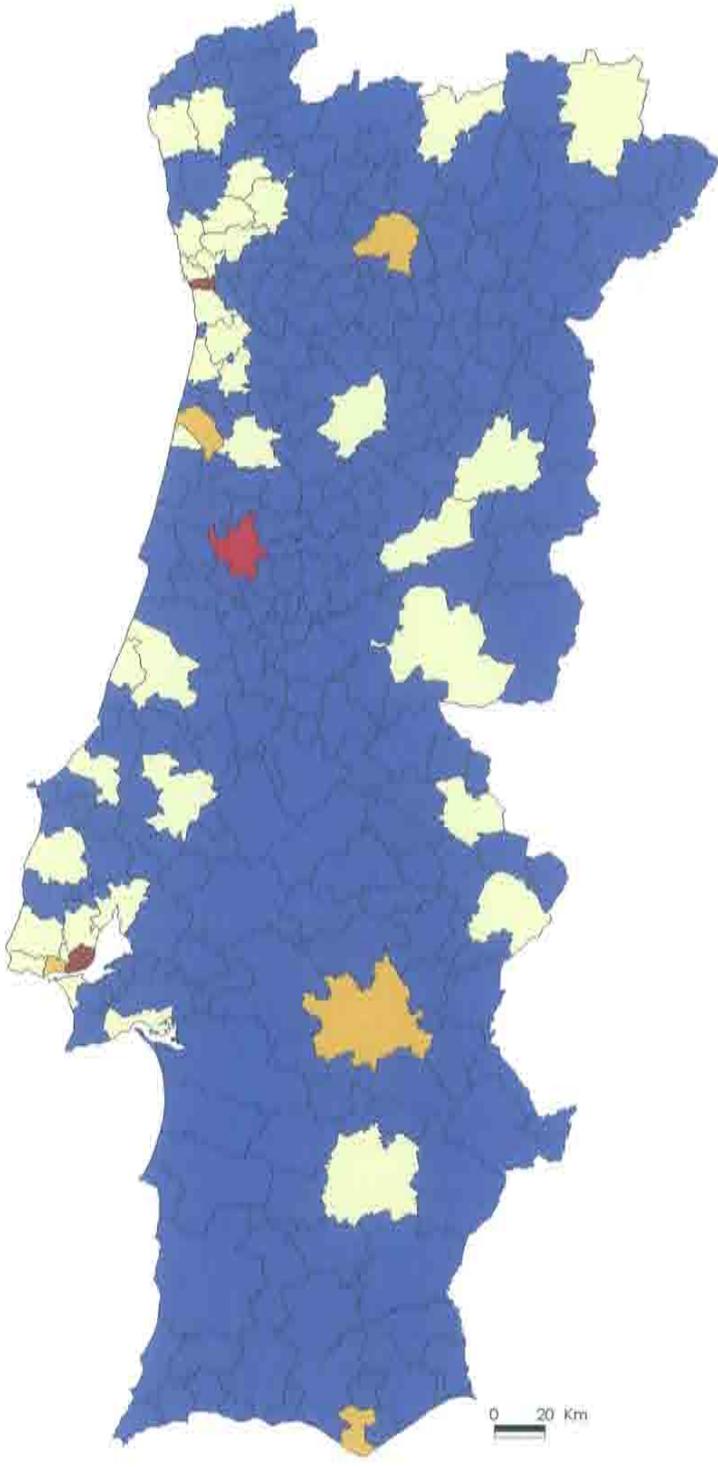


Figura 2.5.
Densidade Institucional



■ Debilidade da base institucional
■ Forte concentração da base institucional

■ Base institucional praticamente inexistente
■ Base institucional pouco densa
■ Base institucional razoável
■ Papel relevante de Instituições I&D
■ Elevada concentração institucional

6. Dos índices de especialização aos clusters territoriais

6.1. Enquadramento

Asheim e Isaksen (2000) identificam duas tendências paralelas na economia global: a substituição dos sistemas locais pelos sistemas globais e a passagem dos sistemas de produção para os sistemas de aprendizagem. Trata-se da transição dos sistemas de produção local em sistemas de aprendizagem global, estruturados por empresas multinacionais. Os *clusters* locais ou regionais podem também evoluir para "centros de excelência" de uma dada indústria, ou grupo de actividades, inserida nas redes globais. Desenha-se assim um mosaico de *clusters* regionais interligados pela troca de produtos, informação e conhecimento.

"Cluster" é entendido, como vimos, como uma aglomeração de empresas que desenvolvem actividades afins, englobando tanto pequenas empresas como grandes estruturas empresariais. Face à crescente globalização económica, o *cluster* evidencia a localização como uma vantagem competitiva. Certas regiões prósperas estruturam as suas economias em torno de *clusters*. Em termos de políticas públicas parte-se de um princípio de intervenção localizada, de forma a favorecer as sinergias locais em termos do desenvolvimento e inovação económica, fomentando o capital interactivo em torno das empresas, universidades, centros de investigação, associações empresariais, centros tecnológicos e diferentes estruturas de formação e apoio técnico e tecnológico. O *cluster* representa uma concentração de capital relacional, de aprendizagem colectiva, de interconexões e de trabalho em rede.

Em Portugal há uma clara falta de informação organizada sobre as redes inter-empresas. Vários trabalhos têm sido desenvolvidos a nível local para a identificação de alguns *clusters* e das redes de suporte. No entanto, não havendo informação disponível para suportar uma abordagem nacional e territorial, optámos por montar uma metodologia de aproximação à selecção de potenciais *clusters* locais.

Vamos, em primeiro lugar, seleccionar as actividades mais significativas no tecido económico português (quadro da página seguinte). Para isso, começamos por apurar os ramos de actividade (CAE a dois dígitos) mais representativos no tecido produtivo, quer em termos de exportações nacionais (sectores mais internacionalizados) quer em termos de emprego. De seguida, procurou-se identificar, no leque de actividades escolhidas, os ramos que apresentavam uma estrutura locativa geograficamente mais

concentrada, através do cálculo dos coeficientes de localização¹⁵⁷, primeiro para o emprego (2º selecção) e depois para os estabelecimentos (3º selecção). Podemos sistematizar o esquema metodológico do seguinte modo:

<p>1ª selecção:</p> <p>a) Ramos de actividade com exportações superiores ou iguais a 5% do total do continente: Alimentares e bebidas (cae 15); Têxteis (cae 17); Vestuário (cae 18); Calçado e couros (cae 19); Madeiras e cortiça (cae 20); Papel (cae 21); Produtos Químicos (cae 24); Máquinas e Equipamentos (cae 29); Máquinas e Aparelhos Eléctricos (cae 31); Equipamentos, Radio, Tv e Comunicações (cae 32); Veículos Automóveis (cae 34).</p> <p>b) Ramos de actividade com o Emprego igual ou superior a 5% do total do continente: Têxteis (cae 17); Vestuário (cae 18); Construção Civil (cae 45); Comércio por grosso (cae 51); Comércio a retalho (cae 52); Hotelaria e restauração (cae 55); Serviços às empresas (cae 74).</p> <p>c) Ramos de actividade que não satisfaçam nenhum dos dois critérios anteriores mas que contribuam para o total das exportações e para o total do emprego com mais de 2,5% respectivamente: Cerâmica e vidro (cae 26); Produtos metálicos (cae 28)</p> <p>2ª selecção: No leque de actividades anteriormente seleccionadas, apurar os ramos de actividade com <i>Coefficientes de Localização, relativamente ao Emprego, superiores ou iguais a 0,5</i>: Têxteis (cae 17); Vestuário (cae 18); Calçado e couros (cae 19); Madeiras e cortiça (cae 20); Papel (cae 21); Produtos Químicos (cae 24); Cerâmica e vidro (cae 26); Máquinas e Aparelhos Eléctricos (cae 31); Equipamentos, Rádio, TV e Comunicações (cae 32); Veículos Automóveis (cae 34).</p> <p>3ª selecção: No leque de actividades anteriormente seleccionadas, apurar os ramos de actividade com <i>Coefficientes de Localização, relativamente aos estabelecimentos, superiores ou iguais a 0,4</i>: Têxtil (cae 17); Vestuário (cae 18); Calçado e couros (cae 19); Madeiras e cortiça (cae 20); Papel (cae 21); Equipamentos, Radio, Tv e Comunicações (cae 32); Veículos Automóveis (cae 34).</p> <p>Repescagem: O sector do Turismo é seleccionado pela atractividade externa e pela importância no emprego. Incluímos neste sector a hotelaria (cae 551) e as actividades culturais e recreativas (cae 92). Estas actividades têm um perfil locativo concentrado, com coeficientes de localização superiores a 0,5.</p>

Com base nesta metodologia foram seleccionados os seguintes ramos de actividade: Fabricação de têxteis (CAE 17); Indústria do vestuário; preparação, tingimento e fabricação de artigos e peles com pêlo (CAE 18); Curtimenta e acabamento de peles sem pêlo; fabricação de artigos de viagem, marroquinaria, artigos de correeiro, seleiro e calçado (CAE 19); Indústrias da madeira e da cortiça e suas obras, excepto mobiliário; fabricação de obras de cestaria e de espartaria (CAE 20); Fabricação de pasta, de papel e cartão e seus artigos (CAE 21); Fabricação de equipamento e de aparelhos de rádio, televisão e comunicação (CAE 32); Fabricação de veículos

¹⁵⁷ Coeficientes de Localização = $\frac{1}{2} * (\sum |X_i - Y_i|) / 100$; os C.L. variam entre 0 e 1, os ramos de actividade com valores mais próximos de 1 apresentam uma distribuição concentrada.

automóveis, reboques e semi-reboques (CAE 34); Estabelecimentos hoteleiros (CAE 551) e Actividades recreativas, culturais e desportivas (CAE 92).

Entretanto, dois ramos foram ao longo dos trabalhos excluídos deste domínio por motivos diferenciados: por um lado, fabricação de obras de cestaria e de espartaria (CAE 20) incorporam uma diversidade de actividades com sistemas produtivos pouco interligados e com perfis locativos muito heterogéneos, o que dificultou a visualização de áreas específicas de concentração produtiva; por outro lado, a indústria do papel está organizada em grandes empresas, não havendo grande integração no meio empresarial envolvente.

Ficamos então com seis áreas de actividade. Relativamente ao total da indústria transformadora, o emprego¹⁵⁸ concentrado nos ramos de actividade industriais seleccionados representa 46% do conjunto do Continente. São actividades muito representativas da base produtiva portuguesa, pelo emprego que absorvem ou pelas exportações que produzem, e simultaneamente estão muito concentradas geograficamente. O objectivo é aproximarmo-nos da localização de *potenciais clusters locais*. São denominados "potenciais" porque a metodologia baseia-se em índices de especialização, que só permitem identificar os locais de forte especialização e onde eventualmente poderão ocorrer redes de cooperação. A esta escala e não havendo disponível em Portugal informação sobre redes não é possível ir mais longe.

Para cada um destes ramos de actividade procurámos construir um conjunto de indicadores: a importância relativa do emprego, os índices de especialização, os valores de natalidade e mortalidade empresarial e os fluxos de emprego. Por outro lado, a partir do levantamento das localizações das estruturas associativas sectoriais, dos centros tecnológicos e dos centros de formação participados foi possível avaliar a proximidade entre as instituições de apoio sectorial e o tecido produtivo especializado. Por fim, foi construído um indicador relativo aos serviços especializados. Dada a proximidade produtiva entre o sector têxtil e vestuário, optámos por analisar os dois ramos em conjunto. Para o sector do Turismo, Cultura e Lazer não foi possível construir uma base de indicadores tão extensa, pois não dispúnhamos de informação tão discriminada.

¹⁵⁸ Emprego registado no Ministério da Segurança Social e do Trabalho e não Emprego Total. Eventualmente podemos designar o emprego com o termo "emprego estrutural" para diferenciá-lo do emprego total. Assim, este termo não tem qualquer base conceptual.

Concluindo, não existe informação estatística disponível que nos permita avaliar as externalidades pecuniárias e as externalidades de comunicação¹⁵⁹, elementos fundamentais para a robustez dos "clusters". Com esta forte debilidade analítica, partimos do seguinte pressuposto: se há uma forte concentração geográfica de empresas e instituições ligadas a um ramo de actividade e se existem fluxos de emprego e taxas de natalidade e mortalidade empresarial significativas, pode deduzir-se que existe uma concentração potencial de "capital interactivo" e de capacidade de aprendizagem colectiva.

A concentração espacial e a densidade são as questões-chave deste domínio. Parte-se do princípio de que a proximidade geográfica aumenta a capacidade de partilha de técnicas e métodos e que a proximidade inter-empresas favorece a partilha de *Know-how*, o que naturalmente facilita o *learning by communicating*. Os fluxos informais de conhecimentos técnicos aumentam à medida que a distância física diminui. A concentração e a densidade podem também determinar maiores níveis de confiança e de permuta, dando origem a ambientes de forte interacção, diminuindo os riscos da inovação (sobretudo incremental e baseada no conhecimento tácito) e aumentando a capacidade de adaptação aos processos externos. Nos *clusters locais* há uma espécie de ambiente que proporciona o *know-how colectivo*, partilhado e reproduzido ou readaptado.

Sabemos que o *conhecimento tácito* local tem em Portugal um papel fundamental em certas actividades económicas. Certas localidades possuem pessoas, empresas, instituições com um conhecimento tácito e outras competências que as torna mais capacitadas para internalizar outros conhecimentos codificados ou tácitos. São áreas que podem possuir uma forte capacidade para aprender, o que pressupõe um ambiente empresarial e institucional propício.

Estudos realizados permitem comprovar a existência de *clusters* territoriais, ou *culturas aprendentes*, no tecido empresarial português. As histórias da têxtil, do calçado, dos moldes ou da cortiça são exemplos de estruturas produtivas que mesmo estando baseadas em recursos humanos pouco qualificados conseguem sobreviver e evoluir. Os pequenos empresários e os trabalhadores vão adquirindo e aplicando constantemente novas competências, adquiridas através da aprendizagem, o que lhes permite ir evoluindo e adaptar-se constantemente às novas exigências

¹⁵⁹ Ferrão (2001) define externalidades pecuniárias: "engloba a aquisição de bens e serviços especializados induzida ou facilitada pela proximidade física dos diferentes agentes, traduzindo a dimensão e diversificação do mercado local". As externalidades de comunicação "inclui todo o tipo de interacções não mercantis que se estabelecem entre diferentes agentes por indução da proximidade física,...".

tecnológicas ou do mercado. Aqui há uma forte socialização dos conhecimentos (através da exteriorização do conhecimento tácito) facilitada pela proximidade. Isto significa que: as relações sociais locais entre os indivíduos facilitam as trocas de conhecimento; que a mobilidade profissional dos trabalhadores (entradas e saídas nas empresas locais) também funciona como um canal de transmissão; que as ligações de subcontratação contribuem para o reforço da confiança colectiva; e que os serviços a montante e a jusante da produção são fundamentais como espaços de aprendizagem pela informação trocada (tecnologia, processos produtivos, mercados potenciais, etc.).

Em Portugal, o Programa Integrado de Apoio à Inovação (PROINOV) define uma tipologia de *clusters*, onde distingue quatro tipos: o *micro cluster* ou *cluster local*; o *cluster industrial*, o *cluster regional* e o *megacluster*. O *cluster local*¹⁶⁰ corresponde a uma concentração de empresas, mais ou menos inter-relacionadas, actuando numa determinada área de actividade; essas empresas poderão eventualmente concorrer entre elas em termos de mercado e/ou desenvolver actividades complementares, reforçando a competitividade da aglomeração. O *cluster industrial* pressupõe um conjunto de empresas inter-relacionadas, de fornecedores, de serviços de apoio e de instituições ligadas (centros de apoio técnico e tecnológico, associações empresariais e centros de investigação), que desenvolvem diferentes actividades e funções de forma a promover a competitividade do conjunto. O *cluster regional* só difere do *cluster industrial* porque pressupõe um contexto regional. O *megacluster* é um conjunto de actividades inter-relacionadas, reunindo uma grande diversidade de funções inter-ligadas, constituindo uma grande "área funcional da procura final"; esta noção pressupõe a possibilidade de se organizarem estruturas de actividade em rede; a partir de um núcleo de actividades centrais forma-se uma malha de outras funções ou competências complementares e assim sucessivamente até ao consumo final. A abordagem das políticas económicas, sobretudo da inovação, a partir dos *megaclusters nacionais* está em fase experimental em alguns países da OCDE (2001c), designadamente em Portugal (Proinov, 2001 e 2002).

A partir da abordagem do *Programa Proinov* em Portugal (Proinov, 2002) identifica-se a estrutura dos *megaclusters*. Os focos centrais dos *megaclusters* do *Proinov* correspondem a algumas das actividades aqui seleccionadas nos *clusters territoriais* ou *locais*. Podemos então deduzir que a intenção de abordar aqui os *clusters locais*

¹⁶⁰ Os "distritos industriais italianos" são um exemplo.

responde à necessidade de identificar geograficamente os focos centrais de alguns dos *megaclusters* do Programa Proinov.

Com base numa lista de indicadores organizada por actividade (quadro seguinte), realizámos seis sínteses sectoriais: Fabricação de têxteis e indústria do vestuário; Indústria do couro e do calçado; Fabricação de equipamentos e aparelhos de rádio, tv e comunicações; Fabricação de veículos automóveis; Indústria da cerâmica e do vidro; Turismo, cultura e lazer.

Em cada síntese sectorial individualizaram-se duas classes: uma classe representa os territórios com uma forte presença e conjugação dos indicadores em análise; a outra classe descreve os restantes concelhos do país, onde as actividades em análise não têm elevado significado. A partir das seis sínteses sectoriais elaborámos um mapa que sinaliza os potenciais locais de "*clustering*" ou *interacção local*.

Lista de indicadores identificados, por ramo/sector de análise:

Têxtil-Vestuário

Fabricação de têxteis (CAE 17) e Indústria do vestuário; Preparação, tingimento e fabricação de artigos e peles com pêlo (CAE 18)

- 1 Índice de especialização na indústria CAE 17, por concelho, em 1998
- 2 Emprego na indústria CAE 17, peso no continente, por concelho, em 1998
- 3 Taxa de Natalidade Anual de Estabelecimentos na indústria CAE 18- Estabelecimentos criados de novo relativamente ao total de estabelecimentos, por concelho, entre 1995 e 1998
- 4 Taxa de Mortalidade Anual de Estabelecimentos na indústria CAE 17- Estabelecimentos encerrados relativamente ao total de estabelecimentos, por concelho, entre 1995 e 1998
- 5 Emprego nas 100 Maiores Empresas (volume de negócios) da Indústria CAE 17, peso no continente, por concelho, em 2002
- 6 Serviços e actividades de apoio à indústria Têxtil e Vestuário (comércio de algodão, máquinas de cortar tecido, de costura, para a indústria têxtil e para fabrico de malhas), peso no continente, por concelho, em 2001
- 7 Taxa de excesso de rotação de emprego na indústria CAE 17, por concelho, em 1998
- 8 Fluxos de Emprego (entradas mais saídas) na indústria 17, peso no continente, por concelho, em 1998
- 9 Índice de especialização na indústria CAE 18, por concelho, em 1998
- 10 Emprego na Indústria CAE 18, peso no continente, por concelho, em 1998
- 11 Taxa de Natalidade Anual de Estabelecimentos na indústria CAE 17- Estabelecimentos criados de novo relativamente ao total de estabelecimentos, por concelho, entre 1995 e 1998
- 12 Taxa de Mortalidade Anual de Estabelecimentos na indústria CAE 18- Estabelecimentos encerrados relativamente ao total de estabelecimentos, por concelho, entre 1995 e 1998
- 13 Emprego nas 100 Maiores Empresas (volume de negócios) da Indústria CAE 18, peso no continente, por concelho, em 2002
- 14 Taxa de excesso de rotação de emprego na indústria CAE 18, por concelho, em 1998
- 15 Fluxos de Emprego (entradas mais saídas) na indústria 18, peso no continente, por concelho, em 1998
- 16 Associações sectoriais - Indústria Têxtil e Vestuário
- 17 Centro Tecnológico - Indústria Têxtil e Vestuário
- 18 Centros de formação de gestão participada - Indústria Têxtil e Vestuário

Calçado

Curtimento e acabamento de peles sem pêlo; Fabricação de artigos de viagem, marroquinaria, artigos de correio, seleiro e Calçado (CAE 19)

- 1 Índice de especialização na indústria CAE 19, por concelho, em 1998
- 2 Emprego na indústria CAE 19, peso no continente, por concelho, em 1998
- 3 Taxa de Natalidade Anual de Estabelecimentos na indústria CAE 19- Estabelecimentos criados de novo relativamente ao total de estabelecimentos, por concelho, entre 1995 e 1998
- 4 Taxa de Mortalidade Anual de Estabelecimentos na indústria CAE 19- Estabelecimentos encerrados relativamente ao total de estabelecimentos, por concelho, entre 1995 e 1998
- 5 Serviços e actividades de apoio à indústria do Couro e do Calçado (peles-armazenistas, Calçado-armazenistas e fabricantes, máquinas para Calçado), peso no continente, por concelho, em 2001
- 6 Emprego nas 100 Maiores Empresas (volume de negócios) da Indústria CAE 19, peso no continente, por concelho, em 2002
- 7 Taxa de excesso de rotação de emprego na indústria CAE 19, por concelho, em 1998
- 8 Fluxos de Emprego (entradas mais saídas) na indústria 19, peso no continente, por concelho, em 1998
- 9 Índice de especialização na indústria CAE 193 (Indústria do Calçado), por concelho, em 1998
- 10 Emprego na indústria CAE 193 (Indústria do Calçado), peso no continente, por concelho, em 1998
- 11 Associações sectoriais - Indústria de Couros e Calçado
- 12 Centro Tecnológico - Indústria de Couros e Calçado
- 13 Centros de formação de gestão participada - Indústria de Couros e Calçado

Cluster da Indústria Automóvel

Fabricação de veículos automóveis, reboques e semi-reboques (CAE 34)

- 1 Índice de especialização na indústria CAE 34, por concelho, em 1998
- 2 Emprego na indústria CAE 34, peso no continente, por concelho, em 1998
- 3 Taxa de Natalidade Anual de Estabelecimentos na indústria CAE 34- Estabelecimentos criados de novo relativamente ao total de estabelecimentos, por concelho, entre 1995 e 1998
- 4 Taxa de Mortalidade Anual de Estabelecimentos na indústria CAE 34- Estabelecimentos encerrados relativamente ao total de estabelecimentos, por concelho, entre 1995 e 1998
- 5 Emprego nas 100 Maiores Empresas (volume de negócios) da Indústria automóvel, peso no continente, por concelho, em 2002
- 6 Taxa de excesso de rotação de emprego na indústria CAE 34, por concelho, em 1998
- 7 Fluxos de Emprego (entradas mais saídas) na indústria 34, peso no continente, por concelho, em 1998
- 8 Associações sectoriais - Indústria Automóvel

Cluster da Cerâmica e do Vidro

Fabricação de outros produtos minerais não metálicos (CAE 26)

- 1 Índice de especialização na indústria CAE 26, por concelho, em 1998
- 2 Emprego na indústria CAE 26, peso no continente, por concelho, em 1998
- 3 Taxa de Natalidade Anual de Estabelecimentos na indústria CAE 26- Estabelecimentos criados de novo relativamente ao total de estabelecimentos, por concelho, entre 1995 e 1998
- 4 Taxa de Mortalidade Anual de Estabelecimentos na indústria CAE 26- Estabelecimentos encerrados relativamente ao total de estabelecimentos, por concelho, entre 1995 e 1998
- 5 Serviços e actividades de apoio à indústria da cerâmica e do vidro (máquinas para o vidro, cerâmicas - equipamentos), peso no continente, por concelho, em 2001
- 6 Emprego nas 100 Maiores Empresas (volume de negócios) da Indústria CAE 26, peso no continente, por concelho, em 2002
- 7 Taxa de excesso de rotação de emprego na indústria CAE 26, por concelho, em 1998
- 8 Fluxos de Emprego (entradas mais saídas) na indústria 26, peso no continente, por concelho, em 1998
- 9 Centro Tecnológico - Indústria da Cerâmica e do Vidro
- 10 Centros de formação de gestão participada - Indústria da Cerâmica e do Vidro
- 11 Associações sectoriais - Indústria de Rochas Ornamentais
- 12 Centro Tecnológico - Indústria de Rochas Ornamentais
- 13 Associações sectoriais - Indústria da Cerâmica e do Vidro

Cluster de Equipamento e Aparelhos Rádio-TV

Fabricação de equipamento e aparelhos de rádio, televisão e comunicação (CAE 32)

- 1 Índice de especialização na indústria CAE 32, por concelho, em 1998
- 2 Emprego na indústria CAE 32, peso no continente, por concelho, em 1998
- 3 Taxa de Natalidade Anual de Estabelecimentos na indústria CAE 32- Estabelecimentos criados de novo relativamente ao total de estabelecimentos, por concelho, entre 1995 e 1998
- 4 Taxa de Mortalidade Anual de Estabelecimentos na indústria CAE 32- Estabelecimentos encerrados relativamente ao total de estabelecimentos, por concelho, entre 1995 e 1998
- 5 Emprego nas 100 Maiores Empresas (volume de negócios) da Indústria CAE 32, peso no continente, por concelho, em 2002
- 6 Taxa de excesso de rotação de emprego na indústria CAE 32, por concelho, em 1998
- 7 Fluxos de Emprego (entradas mais saídas) na indústria 32, peso no continente, por concelho, em 1998

Cluster do Turismo e Lazer

Estabelecimentos hoteleiros (CAE 551) e Actividades recreativas, culturais e desportivas (CAE 92)

- 1 Associações sectoriais - Turismo
- 2 Índice de especialização no sector CAE 551, por concelho, em 1998
- 3 Emprego no sector CAE 551, peso no continente, por concelho, em 1998
- 4 Índice de especialização no sector CAE 92, por concelho, em 1998
- 5 Emprego no sector CAE 92, peso no continente, por concelho, em 1998

6.2. Identificação dos potenciais clusters locais

A cartografia dos núcleos de especialização seleccionados evidencia a importância de 26 concelhos para as actividades industriais fortemente exportadoras (estamos a trabalhar com cerca de metade do emprego nacional da indústria transformadora) e de 7 concelhos para o Turismo, Cultura e Lazer (figura 2.6).

Em primeiro lugar, devemos mencionar o *cluster da Indústria têxtil e o vestuário*¹⁶¹, pela importância no emprego e nas exportações nacionais. São áreas com índices de especialização na indústria têxtil e no vestuário muito elevados, que concentram uma grande percentagem de emprego estrutural nestes sectores, com um número considerável de grandes empresas pertencentes a estes sectores e com taxas de natalidade e de mortalidade de estabelecimentos têxteis e de vestuário razoáveis. Nesta área estão localizados o Centro Tecnológico da Indústria Têxtil e Vestuário e algumas associações sectoriais. Além disso, há uma forte presença de comércio especializado de apoio às actividades produtivas (comércio de algodão, de máquinas de cortar tecido e de costura, máquinas para a indústria têxtil e para o

¹⁶¹ Madalena Fonseca (2001: 328) conclui o seu estudo sobre "A indústria têxtil algodoeira no Norte de Portugal" com a seguinte afirmação: *A indústria têxtil do noroeste de Portugal pode ser o eixo estruturante, a espinha dorsal de um distrito industrial ou de um sistema produtivo local ou mesmo, um meio local de inovação se admitirmos como inovação, as sucessivas estratégias de sobrevivência da fileira no quadro regional. A autora sustenta o seu trabalho em torno da ideia de que a indústria têxtil tem sobrevivido no contexto internacional da fileira com base num quadro territorial específico. Assim, a "região aprendente" é*

fabrico de malhas), demonstrando o interesse de uma localização de proximidade. Como podemos verificar, empresas industriais e de serviços e estruturas institucionais de apoio ao sector têxtil/vestuário concentram-se em Barcelos, Guimarães, Vila Nova de Famalicão e Santo Tirso, um núcleo de concentração de 55% do emprego da têxtil e de 30% da indústria do vestuário. O concelho da Covilhã, também pertencente a esta classe, demonstra a importância destas indústrias na estrutura produtiva local. Podemos dizer que, sobretudo no Ave, estão criadas as condições territoriais para o desenvolvimento de culturas de aprendizagem de proximidade, de conhecimento tácito, permitindo o desenvolvimento das competências individuais e empresariais.

A indústria do calçado e dos couros¹⁶² está fortemente concentrada no Entre-Douro-e-Vouga (Santa Maria da Feira, S. João da Madeira e Oliveira de Azeméis) e em Felgueiras. Cerca de 53% do emprego deste ramo de actividade está aqui concentrado. Os níveis de especialização são elevados, as taxas de rotação do emprego são razoáveis, as taxas de natalidade e mortalidade são relativamente baixas. Por outro lado, esta área caracteriza-se por uma elevada concentração de serviços especializados no sector (designadamente, armazenistas de peles, armazenistas de calçado e empresas de comercialização de máquinas para calçado), pela presença de um Centro Tecnológico e de um Centro de Formação de gestão participada.

A indústria automóvel¹⁶³ ocupa neste momento o segundo lugar das exportações, depois da têxtil/vestuário, e está fortemente concentrada em Palmela¹⁶⁴, Vila Nova de

aquela que vai gerindo a acumulação do Know-how, saber-fazer, adaptando-o a cada novo desafio de cada época histórica (Fonseca, 2000: 325).

¹⁶² Um estudo realizado pela Universidade Católica (Roberto Carneiro, 2001) demonstra que a indústria do calçado é um sector que conseguiu prosperar graças à formação de empresas competitivas, à introduziu de equipamentos críticos em tecnologia avançada, ainda que tenha criado, sobretudo, empregos com baixo nível de educação. Em termos de processos de aprendizagem este sector recorreu a métodos informais de acumulação de conhecimento (*learning by doing*, essencialmente).

A recente evolução do sector reflecte uma crescente procura de competências ao nível da gestão e de novas áreas orientadas para funções diversificadas e mais exigentes. Isto deve-se a um aperfeiçoamento tecnológico das cadeias de valor, sobretudo nas empresas inovadoras. Pode deduzir-se do estudo que uma potencial estagnação do crescimento do sector proporcionada pela dinâmica do aprender-fazendo pode vir a induzir um crescimento de níveis de educação formal mais elevados, de forma a que o sector possa adquirir os recursos "cognitivos" necessários para lidar com os novos conhecimentos.

¹⁶³ Devemos aqui realçar uma interessante metodologia experimentada para a identificações do *cluster* automóvel, realizada por Ângela Lobo e Margarida Melo, Ministério da Economia – Gepe (2002).

¹⁶⁴ A instalação da Auto-Europa (AE) em Palmela proporcionou a formação de um *cluster* automóvel em Portugal. Seguindo os estudos desenvolvidos por Mário Vale (1999 e 2001), a AE possui com os seus fornecedores um sistema de comunicação que se tornou muito eficiente na divulgação do conhecimento codificado, mesmo para as empresas com uma localização mais distante. No entanto, a proximidade geográfica dos fornecedores do parque industrial de Palmela é um factor crucial para o sistema da AE. Os fornecedores de segunda linha estão menos dependentes dessa proximidade, no entanto beneficiam do conhecimento partilhado localizado, que está naturalmente associado à forte especialização industrial que se verifica em Palmela. O conhecimento tácito externo é construído sobretudo a partir de uma base territorial, o que significa sustentado por uma elevada proximidade e densidade de interacções. Os Centros de I&D e os centros de formação profissional têm aqui um papel fundamental na difusão de conhecimento

Gaia e Azambuja. Estão aqui cerca de 43% do emprego registado na indústria automóvel (só Palmela possui 23%). Os índices de especialização são altos, há uma grande concentração de emprego em grandes empresas e o fluxo de emprego (entradas e saídas) é elevado.

O turismo, cultura e lazer focaliza-se sobretudo em Lisboa e na Região do Algarve (Loulé, Albufeira, Silves, Lagoa, Portimão e Vila Real de Santo António). Os índices de especialização são altos para o turismo e para as actividades recreativas, culturais e desportivas e a concentração de emprego nestes concelhos é muito significativa (33% do emprego nos estabelecimentos hoteleiros).

A indústria do equipamento e aparelhos de rádio, tv e comunicações evidencia-se em Braga, Ovar, Amadora, Seixal e Palmela. Aqui concentra-se 65% do emprego deste sector, num contexto de fortes índices de especialização. Palmela associa uma forte especialização neste sector com a elevada presença da indústria automóvel.

Por fim, a indústria da cerâmica¹⁶⁵ e do vidro está sobretudo concentrada na área envolvente à Marinha Grande (Leiria, Alcobaça, Porto de Mós, Caldas da Rainha), em Coimbra e entre Aveiro, Águeda e Anadia. Aqui concentra-se 43% do emprego deste sector. Os índices de especialização são altos, há uma razoável concentração de grandes empresas e os fluxos de emprego são significativos. Relativamente aos serviços especializados de apoio às indústrias da cerâmica e do vidro (designadamente a comercialização de máquinas para o vidro e de equipamentos para a indústria da cerâmica), há uma razoável oferta nestes ambientes geográficos. As taxas de natalidade e de mortalidade são relativamente significativas.

Esta metodologia mostra-se insuficiente para encontrar os *clusters*, devido ao conteúdo de rede e de interacção que está associado a este conceito. No entanto, os resultados evidenciam focos de elevada concentração de algumas actividades, industriais e de serviços, que podem desenvolver uma cultura de aprendizagem de proximidade e de conhecimento partilhado. A aglomeração de empresas e de emprego, em termos de política económica, pode vir a permitir o direccionamento e a concentração de esforços tendo em vista o desenvolvimento dos referidos potenciais *clusters*.

codificado para o exterior. Os mecanismos de auditoria e os processos de inovação tecnológica desencadeados associam-se a trocas de conhecimento codificado a partir da AE.

¹⁶⁵ Paulo Areosa Feio publicou em 1998 um importante contributo para a análise do território nos processos de internacionalização do sector da cerâmica.

Quadro Síntese 2.6. Clusters Territoriais

Fabricação de têxteis (CAE 17) e Indústria do vestuário; preparação, tingimento e fabricação de artigos e peles com pelo (CAE 18)

Cód. indicador	Indicadores	modalidades	valor teste
1	Índice de especialização CAE 17	nível 6	5
9	Índice de especialização CAE 18	nível 6	4
10	PC emprego CAE 18	nível 6	5
2	PC emprego CAE 17	nível 7	5
2	PC emprego CAE 17	nível 7	3
8	PC Fluxos de Emprego (entradas+saídas) CAE 17	nível 6	3
15	PC Fluxos de Emprego (entradas+saídas) CAE 18	nível 6	3
5	PC Emprego 100 Maiores Emp. Ind. CAE 17	nível 7	3
11	Taxa de Natalidade Anual de Estabelecimentos CAE 18	nível 4	3
3	Taxa de Natalidade Anual de Estabelecimentos CAE 17	nível 5	2
12	Taxa de Mortalidade Anual de Estabelecimentos CAE 18	nível 3	3
4	Taxa de Mortalidade Anual de Estabelecimentos CAE 17	nível 2	2
4	PC Serviços especializados CAE 17 e 18	nível 7	4
14	Associações sectoriais - Indústria Têxtil e Vestuário	SA	3
17	Centro Tecnológico - Indústria Têxtil e Vestuário	SA	2

Curlimento e acabamento de peles sem pelo; fabricação de artigos de viagem; marroquinaria; artigos de coureiro, saia e calçado (CAE 19)

2	PC emprego CAE 19	nível 6	4
6	PC Emprego 100 Maiores Emp. Ind. CAE 19	nível 6	3
4	PC Emprego 100 Maiores Emp. Ind. CAE 19	nível 6	3
10	PC Emprego CAE 193	nível 6	4
1	Índice de especialização CAE 19	nível 7	5
9	Índice de especialização CAE 193	nível 7	4
9	Índice de especialização CAE 193	nível 5	2
8	PC Fluxos Emprego (entradas+saídas) CAE 19	nível 6	3
6	PC Fluxos Emprego (entradas+saídas) CAE 19	nível 7	3
7	Taxa de excesso de rotação de emprego CAE 19	nível 3	3
7	Taxa de excesso de rotação de emprego CAE 19	nível 4	2
4	Taxa de Mortalidade Anual de Estabelecimentos CAE 19	nível 2	4
3	Taxa de Natalidade Anual de Estabelecimentos CAE 19	nível 2	4
5	PC Serviços especializados CAE 19	nível 6	3
11	Associações sectoriais - couros e calçado	SA	2
12	Centro Tecnológico - couros e calçado	SA	5
13	Centros de formação participada - couros e calçado	SA	2

Fabricação de veículos automóveis, reboques e semi-reboques (CAE 34)

1	Índice de especialização CAE 34	nível 6	4
2	PC Emprego CAE 34	nível 7	4
3	Taxa de Natalidade Anual de Estabelecimentos CAE 34	nível 2	2
4	Taxa de Mortalidade Anual de Estabelecimentos CAE 34	nível 2	4
5	Emprego nas 100 Maiores Emp. Ind. CAE 34	nível 7	3
7	PC Fluxos de Emprego (entradas+saídas) CAE 34	nível 6	3
8	Associações sectoriais - Indústria Automóvel	SA	2

Estabelecimentos hoteleiros (CAE 551) e Actividades recreativas, culturais e desportivas (CAE 92)

2	Índice de especialização CAE 551	nível 7	5
2	Índice de especialização CAE 551	nível 6	2
4	Índice de especialização CAE 92	nível 7	4
3	PC Emprego CAE 551	nível 7	5
3	PC Emprego CAE 551	nível 8	4
5	PC Emprego CAE 92	nível 6	2
1	Associações sectoriais - Turismo	SA	2

Fabricação de equipamento e aparelhos de rádio, televisão e comunicação (CAE 32)

1	Índice de especialização CAE 32	nível 7	4
2	PC Emprego CAE 32	nível 8	3
3	Taxa de Natalidade Anual de Estabelecimentos CAE 32	nível 5	3
4	Taxa de Mortalidade Anual de Estabelecimentos CAE 32	nível 4	3
5	PC Emprego nas 100 Maiores Emp. Ind. CAE 32	nível 6	4
7	PC Fluxos de Emprego (entradas+saídas) CAE 32	nível 7	4

Fabricação de outros produtos minerais não metálicos (CAE 26)

1	Índice de especialização CAE 26	nível 8	3
1	Índice de especialização CAE 26	nível 6	2
2	PC emprego CAE 26	nível 7	3
2	PC emprego CAE 26	nível 8	3
4	PC Emprego 100 Maiores Emp. Ind. CAE 26	nível 6	5
4	PC Emprego 100 Maiores Emp. Ind. CAE 26	nível 4	4
8	PC Fluxos de Emprego (entradas+saídas) CAE 26	nível 8	2
8	PC Fluxos de Emprego (entradas+saídas) CAE 26	nível 7	4
5	PC Serviços especializados CAE 26	nível 4	3
5	PC Serviços especializados CAE 26	nível 6	2
3	Taxa de Natalidade Anual de Estabelecimentos CAE 26	nível 3	4
4	Taxa de Mortalidade Anual de Estabelecimentos CAE 26	nível 4	3

Legenda:

PC Peso no Continente

Classe mais alta

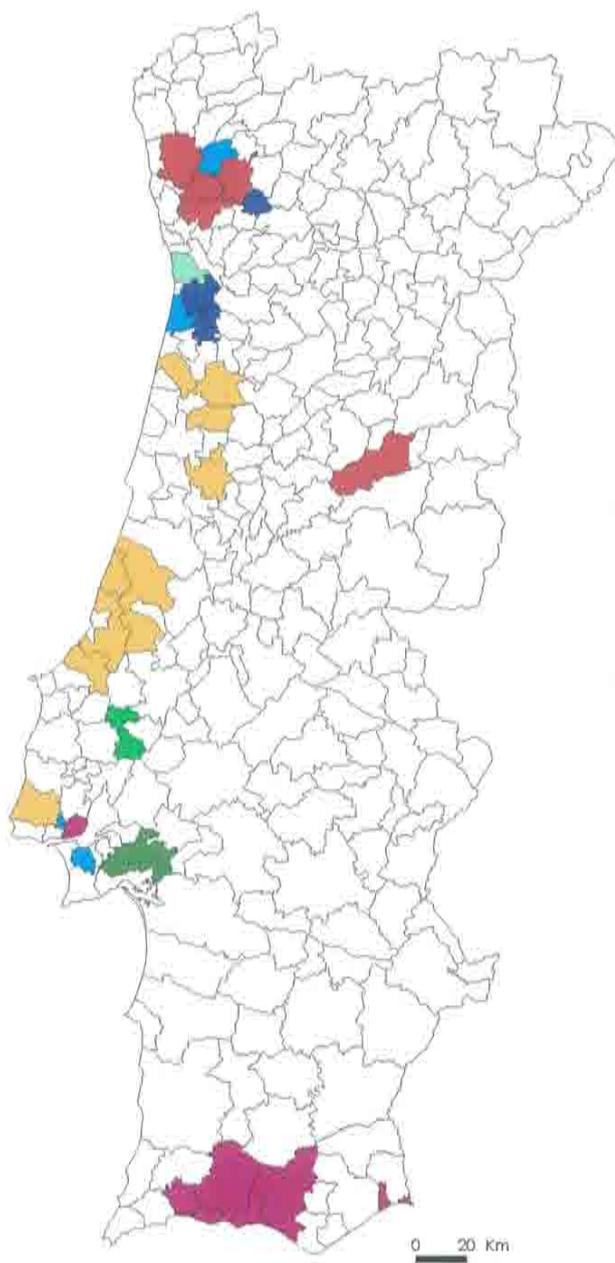
A modalidade ocorre em 50% ou mais das unidades incluídas na classe e o valor teste é superior ou igual a 2

A modalidade ocorre em 25 a 50% das unidades incluídas na classe e o valor teste é superior ou igual a 4

Nota:

A designação dos indicadores está descrita de forma mais completa na lista de indicadores

Figura 2.6. Clusters Territoriais



- Fabricação de têxteis (CAE 17) e Indústria do vestuário; Preparação, tingimento e fabricação de artigos e peles com pêlo (CAE 18)
- Curtimenta e acabamento de peles sem pêlo; Fabricação de artigos de viagem, marroquinaria, artigos de couro, selo e calçado (CAE 19)
- Fabricação de outros produtos minerais não metálicos (CAE 26)
- Fabricação de equipamento e de aparelhos de rádio, televisão e comunicação (CAE 32)
- Estabelecimentos hoteleiros (CAE 551) e Actividades recreativas, culturais e desportivas (CAE 92)
- Fabricação de veículos automóveis, reboques e semi-reboques (CAE 34)
- Fabricação de veículos automóveis, reboques e semi-reboques (CAE 34) e Fabricação de equipamento e de aparelhos de rádio, televisão e comunicação (CAE 32)
- Fabricação de veículos automóveis, reboques e semi-reboques (CAE 34) e Fabricação de outros produtos minerais não metálicos (CAE 26)

Algumas conclusões:

- Há núcleos de forte especialização que são, ou podem vir a ser, espaços de aprendizagem e de conhecimento tácito. A proximidade entre trabalhadores e empresários facilita a divulgação do conhecimento e o aperfeiçoamento constante das competências. Em termos de políticas económicas são locais privilegiados para a concentração de iniciativas, pela concentração empresarial e de emprego que representam na economia portuguesa.
- A aprendizagem contínua exige cultura empresarial que encoraje e que crie mecanismos eficientes que facilitem a aprendizagem. Assim, estes núcleos de especialização podem constituir, ou são, espaços privilegiados para o desenvolvimento desses mecanismos. No entanto, há escassez de cultura organizacional o que constitui um crucial entrave à inovação e ao desenvolvimento destas estruturas locais.
- A inovação nos *clusters* pode advir da compra de equipamento, de contratos de transferência de tecnologia ou mesmo do *catching-up*.
- A trajectória histórica dos *clusters* demonstra que existem localmente capacidades de utilização da inovação externa, o que significa capacidade de absorção. A indústria têxtil do Ave ou a indústria dos moldes em Oliveira de Azeméis e na Marinha Grande, por exemplo, são bons exemplos da capacidade de aprendizagem e de adaptação dos tecidos produtivos locais.
- Quando os *clusters* não conseguem evoluir e adaptar-se às evoluções dos mercados, às mudanças tecnológicas, aos processos de produção, etc. correm o risco de estagnarem e ficarem condenados à crise e ao desemprego. Por exemplo no calçado, o *cluster* de Felgueiras está a responder de uma forma mais eficaz às novas exigências do mercado externo que o de S. João da Madeira; a sobrevivência da têxtil/vestuário no Ave, em crise há vários anos, também é uma incógnita que se coloca para o futuro.

7. Meios Urbanos

7.1. Enquadramento

Este domínio segue duas questões fundamentais: por um lado, a cidade é geradora de procura e por isso possui um poder económico que está associado à dimensão, à capacidade de consumo e à circulação de bens e serviços; por outro lado, a cidade é um *milieux urbano* (Camagni, 1998) porque possui uma grande densidade de empresas e uma grande diversidade de actividades, o que facilita os contactos e as trocas dada a proximidade física entre os agentes.

Este domínio pretende interpretar uma parcela da economia urbana. Procura-se recuperar o papel da procura e do consumo, hoje raramente discutidos devido à primazia da competitividade como condição para a sobrevivência e o crescimento das empresas. Tradicionalmente, a teoria económica urbana não negligenciava o papel de factores como a dimensão do mercado e os padrões da procura local, mas actualmente parece que a sua discussão perdeu alguma importância. No entanto, só uma pequena proporção do emprego urbano, mesmo nas cidades mais globais, está directamente ligada à competitividade internacional. A OCDE considera que a competitividade é a capacidade para sustentadamente criar emprego e rendimento, como já referimos. Mesmo as actividades não exportadoras estão sujeitas à competitividade no próprio mercado interno. A economia dos serviços (de distribuição, aos particulares, sociais e às empresas) constitui uma fonte de emprego e de rendimento urbano e um importante espaço de trocas e de interacção.

As cidades são pelo menos aglomerações de pessoas, edifícios, tecnologias, redes de comunicações, escritórios, casas, parques, etc.. Esta densidade de presenças não pode ser explicada só em termos da economia da competitividade (internacional). Em vez disso, é para a economia de consumo que temos de nos voltar. A cidade é também um grande centro de trocas e de consumo.

Paul Krugman (1997) destaca o papel económico das cidades como grandes mercados: uma população crescente sustenta mercados variados de bens de consumo, enquanto a proliferação de empresas e instituições gera mercados diversificados de serviços às empresas; por seu lado, a heterogeneidade social e cultural da cidade faz emergir diversos mercados que por sua vez fomentam a diversificação da oferta.

Tal como do lado da oferta, no campo do consumo a cidade é um sítio inserido em circuitos mais alargados de oferta. A procura resultante da aglomeração e da densidade populacional não é preenchida apenas através da oferta local, mas também pela externa. A escala da procura é muito alargada em termos de actividades e territoriais. Assim, existe uma vasta rede de actividades que alimenta a cidade, para produzir, distribuir e vender. Cada passo envolve uma forma de transporte, de armazenamento, de negociação, de consultoria, de serviços de distribuição, até ao produto surgir num local de consumo. Esta rede é constituída por indivíduos e empresas.

Esta rede complexa dá benefícios elevados para as empresas e intermediários que as constituem. Assim, o consumo local alimenta a rede global.

Nesta linha de pensamento organizámos o domínio intitulado "Meios Urbanos", que procura avaliar o consumo final e o consumo intermédio, pois é sobretudo nos espaços urbanos que está concentrada a oferta e é satisfeita a procura. O domínio está organizado em dois subdomínios: consumo final e consumo intermédio. Caracterizámos a dimensão do mercado e a estrutura de serviços, pois deste modo estamos a visualizar um extenso e complexo campo de trocas económicas.

No consumo final avaliou-se a dimensão da procura final e da oferta de serviços existentes. Para isso, em primeiro lugar, definiram-se um conjunto de indicadores que traduzissem o nível de vida e a dimensão e capacidade de consumo final. Em segundo lugar, avaliou-se a importância do emprego nos serviços de distribuição¹⁶⁶, nos serviços aos particulares¹⁶⁷ e nos serviços sociais¹⁶⁸, de forma a termos uma avaliação da representação destes sectores no emprego.

No consumo intermédio organizou-se uma base que traduzisse a diversidade e a importância dos diferentes serviços de apoio ao sector produtivo, compreendendo as seguintes actividades¹⁶⁹: serviços técnicos e profissionais¹⁷⁰; consultoria

¹⁶⁶ Os serviços de distribuição compreendem as seguintes actividades (OCDE, 2001a): Comércio, manutenção e reparação de veículos automóveis e motociclos e com. Combustíveis (CAE 50); Comércio por grosso e agentes de comércio (CAE 51); Comércio a retalho e reparação de bens pessoais e domésticos (CAE 52); Transportes terrestres; armazenagens e telecomunicações (CAE 60); Transportes por água (CAE 61); Transportes aéreos (CAE 62); Actividades anexas dos transportes; agências de viagens e de turismo (CAE 63); Correios e telecomunicações (CAE 64).

¹⁶⁷ Os serviços aos particulares compreendem as seguintes actividades (OCDE, 2001a): Alojamentos e restauração (CAE 55); Actividades recreativas, culturais e desportivas (CAE 92); Outras actividades de serviços (CAE 93); Famílias com empregados domésticos (CAE 95).

¹⁶⁸ Os serviços sociais compreendem as seguintes actividades (OCDE, 2001a): Administração pública, defesa e segurança social (CAE 75); Educação (CAE 80); Saúde e acção social (CAE 85); Saneamento, higiene pública e serviços colectivos, sociais e pessoais (CAE 90); Actividades associativas diversas (CAE 91); Organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais (CAE 99).

¹⁶⁹ Dado que o *Inventário Municipal* (publicado pelo Instituto Nacional de Estatística) possui um leque pouco diversificado de funções, optou-se por tratar a lista de clientes das Páginas Amarelas da empresa PT

organizacional¹⁷¹; ensino superior e apoio técnico¹⁷²; serviços financeiros¹⁷³; seguros¹⁷⁴; contabilidade e consultoria fiscal¹⁷⁵; transportes e serviços relacionados¹⁷⁶; telecomunicações¹⁷⁷; comércio grossista¹⁷⁸; serviços de publicidade, *marketing* e relações públicas¹⁷⁹; dactilografia e processamento de textos¹⁸⁰. Por fim, ainda neste subdomínio avaliou-se a importância dos serviços às empresas¹⁸¹ em termos de emprego.

Comunicações. A diversidade de serviços é muito grande e além disso compete a cada serviço definir a sua classificação (tipo de serviço que presta). O principal inconveniente desta informação é que cada estabelecimento está repetido em função do número de ligações que possui ou está inscrito. Considerou-se, no entanto, que o número de ligações também podia traduzir a dimensão dos estabelecimentos de serviços em 1998 (em 2002, com os telemóveis, talvez a situação se tenha alterado) o que em parte não deixa de ser uma informação relevante. Concluindo, os indicadores construídos a partir das Páginas Amarelas traduzem a oferta de serviços existente em termos do número de clientes desta empresa.

¹⁷⁰ Desenho Assistido por Computador - Equipamentos e Serviços; Desenho - Artigos e Equipamentos; Economistas; Electrónica - Estudos e Equipamento; Engenheiros Agrónomos; Engenheiros Electrotécnicos; Engenheiros Mecânicos; Engenheiros Químico-Industriais; Engenheiros Técnicos; Engenheiros de Minas; Estafetas - Serviço; Estilistas; Gravação de Som e Imagem - Estúdios e Produtores; Informática - Centros - Projectos e Instalação; Microfilmagem; Tradutores e Intérpretes; Videoconferência - Equipamentos e Serviços; «Factoring»; Som - Equipamentos; Aluguer e Materiais.

¹⁷¹ Agências de Informações; Auditores; Consultores; Pessoal - Recrutamento e Selecção; Organização de Empresas.

¹⁷² Ensino Superior; Centros Tecnológicos; Geotecnia - Estudos e Serviços.

¹⁷³ Corretores de Bolsa; Financiamentos e Investimentos; Gestão de Património; Mediadores Oficiais.

¹⁷⁴ Seguros - Corretores; Seguros - Peritagem.

¹⁷⁵ Cobranças - Empresas; Revisores Oficiais de Contas.

¹⁷⁶ Logística - Empresas; Navegação - Agências; Navegação - Companhias; Operadores Portuários; Terminais de Carga; Transitários; Transportes Frigoríficos; Transportes Internacionais; Transportes Marítimos; «Couriers» - Serviços; «Ship - Chandlers»; Automóveis - Aluguer comercial e sem Condutor.

¹⁷⁷ Internet - Serviços; Robótica; Telecomunicações; Telemarketing; «Paging».

¹⁷⁸ Acessórios para Indústria; Agentes Comerciais; Agentes de Compras; Algodão; Amianto; Aquecimento Industrial; Armazéns «Cash and Carry»; Artes Gráficas - Artigos e Equipamentos; Aço; Bronze; Calçado - Armazenistas e Fabricantes; Cobre; Componentes Electrónicos; Conservas - Máquinas e Equipamentos; Contabilidade - Máquinas e Sistemas; Controles e Sistemas de Controle; Corantes e Pigmentos para Tintas; Corantes para Plásticos; Curtumes; Dentistas - Equipamentos e Materiais; Embalagens - Artigos e Equipamentos; Escadas Rolantes; Espumas Sintéticas; Exportadores e Importadores; Ferramentas de Corte; Ferramentas de Precisão; Flores - Armazenistas; Fornos Industriais; Frigoríficos - Armazéns; Frigoríficos Industriais; Frutas Frescas - Armazenistas; Frutas Secas - Armazenistas; Frutas Tropicais - Armazenistas; Fundições - Artigos e Equipamentos; Gás Industrial e Medicinal; Hidráulica - Equipamentos e Componentes; Hospitais - Artigos e Equipamentos; Laboratórios - Artigos e Equipamentos; Lactínios - Máquinas e Equipamentos; Leitores Ópticos; Madeiras - Exportadores e Importadores; Manutenção Industrial; Mecânica de Precisão; Medicina - Artigos e Equipamentos; Microscópios; Moagens - Máquinas e Equipamentos; Máquinas - Ferramentas; Máquinas Florestais; Máquinas Industriais; Padarias e Pastelarias - Máquinas e Equipamentos; Papel - Máquinas e Equipamentos; Peixe - Exportadores e Importadores; Perfumes e Cosméticos - Armazenistas e Fabricantes; Perfumes e Cosméticos - Matérias-Primas; Pesca - Artigos e Equipamentos; Pneumática - Equipamentos e Componentes; Pontes Rolantes; Radar - Equipamentos; Raios X - Aparelhos e Artigos; Relógios - Ferramentas e Peças; Sauna - Artigos e Equipamentos; Soldadura - Artigos e Equipamentos; Tintas e Esmaltes - Armazenistas e Distribuidores; Torrefacções - Máquinas e Equipamentos; Tradução Simultânea - Equipamentos; Tubos de Aço; Vácuo - Equipamentos; «Palettes» e Estrados; «Trading»; Óptica - Artigos e Instrumentos.

¹⁷⁹ Congressos e Festas - Organização e Serviços; Publicidade - Agências e Serviços; Publicidade - Análise e Controlo; Relações Públicas - Serviços; Direct Marketing; Estudos Económicos e de Mercado; Exposições - Montagem e Stands; Feiras Internacionais e Representantes; Brindes Publicitários e Promocionais.

¹⁸⁰ Dactilografia e Processamento de Texto - Serviços; Fotocomposição.

¹⁸¹ Os serviços às empresas compreendem as seguintes actividades (OCDE, 2001a): Intermediação financeira (CAE 65); Seguros, fundos de pensões e outras actividades complementares (CAE 66); Actividades auxiliares de intermediação financeira (CAE 67); Actividades Imobiliárias (CAE 70); Aluguer de máquinas e de equipamentos sem pessoal e de bens pessoais e domésticos (CAE 71); Actividades informáticas e conexas (CAE 72); Investigação e Desenvolvimento (CAE 73); Outras actividades de serviços prestados principalmente às empresas (CAE 74).

Concluindo, este domínio pretende reflectir a importância das economias urbanas enquanto aglomerações de capacidades de consumo e de oferta de serviços (mais ou menos intensivos em conhecimento ou em tecnologia) e, por isso, de trocas e de interacção, fundamentais à inovação económica e à construção de uma nova economia.

Lista de indicadores identificados:

Consumo Final	
a) Dimensão da procura	
1	População residente, peso no continente, por concelho, em 2001
2	Índice de poder de compra per capita, por concelho, em 2000 (Nacional=100)
3	Trabalhadores por conta de outrem com uma remuneração mensal superior a 400.000\$00 (€1995,19), por concelho, em 1998
4	Empregados públicos com uma remuneração mensal superior a 287.400\$00 (€1433,55), por concelho, em 1996
5	Remuneração média mensal por trabalhador por conta de outrem, por concelho, em 1998
6	Imposto sobre o Rendimento Singular (valor líquido) por agregado familiar, por concelho, em 1999
7	Consumo doméstico de electricidade por 1000 habitantes, por concelho, em 1998
8	Montante de levantamentos em caixas multibanco por 1000 habitantes, por concelho, em 1998
9	Crédito hipotecário concedido a particulares por 1000 habitantes com mais de 25 anos, por concelho, em 1998
10	Receitas dos Municípios - Imposto sobre veículos automóveis per capita, por concelho, em 1998
11	Taxa de motorização - Número de veículos ligeiros e mistos (média 1998/99) por habitante com mais 25 anos, por concelho, em 1998
12	Número de veículos ligeiros e mistos (média 1998/99) por família em 2001
b) Oferta de serviços	
13	Quociente de localização - Emprego nos Serviços de Distribuição relativamente ao Emprego total(CAE 50, 51, 52, 60, 61, 62, 63 e 64), por concelho, em 1998
14	Quociente de localização - Emprego nos Serviços aos Particulares relativamente ao Emprego total(CAE 55, 92, 95 e 93), por concelho, em 1998
15	Quociente de localização - Emprego nos Serviços Sociais relativamente ao Emprego total(CAE 75, 80, 85, 90, 91 e 99), por concelho, em 1998
16	Emprego nos Serviços de Distribuição (CAE 50, 51, 52, 60, 61, 62, 63 e 64), peso no continente, por concelho, em 1998
17	Emprego nos Serviços aos Particulares (CAE 55, 92, 95 e 93), peso no continente, por concelho, em 1998
18	Emprego nos Serviços Sociais (CAE 75, 80, 85, 90, 91 e 99), peso no continente, por concelho, em 1998
19	Emprego Público nos Ministérios da Saúde, Educação, Equipamento Social, Trabalho e Solidariedade, peso no continente, por concelho, em 1999
Consumo Intermédio	
a) Oferta de serviços de apoio às actividades produtivas	
20	Quociente de localização - Assinantes (Páginas Amarelas) nos Serviços Técnicos e Profissionais relativamente ao total de assinantes nos serviços às actividades produtivas, por concelho, em 1999
21	Quociente de localização - Assinantes (Páginas Amarelas) nos Serviços de Publicidade, Marketing e Relações Públicas relativamente ao total de assinantes nos serviços às actividades produtivas, por concelho, em 1999
22	Quociente de localização - Assinantes (Páginas Amarelas) nos Serviços de Consultoria Organizacional relativamente ao total de assinantes nos serviços às actividades produtivas, por concelho, em 1999

- 23 Quociente de localização - Assinantes (Páginas Amarelas) nos Serviços de Ensino Superior e I&D relativamente ao total de assinantes nos serviços às actividades produtivas, por concelho, em 1999
- 24 Quociente de localização - Assinantes (Páginas Amarelas) nos Serviços de Transportes e Serviços relacionados relativamente ao total de assinantes nos serviços às actividades produtivas, por concelho, em 1999
- 25 Quociente de localização - Assinantes (Páginas Amarelas) no Comércio Grossista relativamente ao total de assinantes nos serviços às actividades produtivas, por concelho, em 1999
- 26 Quociente de localização - Assinantes (Páginas Amarelas) nos Serviços de Contabilidade e Consultoria Fiscal relativamente ao total de assinantes nos serviços às actividades produtivas, por concelho, em 1999
- 27 Quociente de localização - Assinantes (Páginas Amarelas) nos Serviços de Dactilografia e Processamento de Textos relativamente ao total de assinantes nos serviços às actividades produtivas, por concelho, em 1999
- 28 Quociente de localização - Assinantes (Páginas Amarelas) nos Serviços Financeiros, por concelho, em 1999
- 29 Assinantes (Páginas Amarelas) nos Serviços Técnicos e Profissionais, peso no continente, por concelho, em 1999
- 30 Assinantes (Páginas Amarelas) nos Serviços de Publicidade, Marketing e Relações Públicas, peso no continente, por concelho, em 1999
- 31 Assinantes (Páginas Amarelas) nos Serviços de Consultoria Organizacional, peso no continente, por concelho, em 1999
- 32 Assinantes (Páginas Amarelas) nos Serviços de Ensino Superior e I&D, peso no continente, por concelho, em 1999
- 33 Assinantes (Páginas Amarelas) nos Serviços de Transportes e Serviços relacionados, peso no continente, por concelho, em 1999
- 34 Assinantes (Páginas Amarelas) nos Serviços de Telecomunicações, peso no continente, por concelho, em 1999
- 35 Assinantes (Páginas Amarelas) no Comércio Grossista, peso no continente, por concelho, em 1999
- 36 Assinantes (Páginas Amarelas) nos Serviços de Contabilidade e Consultoria Fiscal, peso no continente, por concelho, em 1999
- 37 Assinantes (Páginas Amarelas) nos Serviços de Seguros, peso no continente, por concelho, em 1999
- 38 Assinantes (Páginas Amarelas) nos Serviços de Dactilografia e Processamento de Textos, peso no continente, por concelho, em 1999
- 39 Assinantes (Páginas Amarelas) nos Serviços Financeiros, peso no continente, por concelho, em 1999
- 40 Diversidade funcional - Percentagem de funções existentes, por concelho, em 1999
- 41 Peso Funcional - Número de Unidades Funcionais (Assinantes inscritos), peso no continente, por concelho, em 1999
- b) Emprego nos serviços às empresas**
- 42 Quociente de localização - Emprego nos Serviços às Empresas relativamente ao Emprego Total (CAE 71, 72, 73, 74, 65, 66, 67 e 70), por concelho, em 1998
- 43 Emprego nos Serviços às Empresas (CAE 71, 72, 73, 74, 65, 66, 67 e 70), peso no continente, por concelho, em 1998

7.2. Dimensão do mercado e terciarização da economia: Portugal relativamente à Europa

No ano 1998 em Portugal, segundo o *World Bank* (2002), 6,4 milhões de pessoas residiam em áreas urbanas (64% da população do país) e 57% da população do país em cidades com mais de 1 milhão de habitantes. Estes valores são insignificantes quando comparados com a dimensão do mercado urbano da Alemanha (71,9 milhões de população residente em áreas urbanas – 88%) ou do Reino Unido (53,5

milhões – 90%). No entanto, no contexto europeu, sobretudo comparando com os países nórdicos, Portugal tem uma dimensão urbana intermédia.

Por outro lado, nas duas metrópoles, segundo a mesma fonte, reside 57% da população do país, o que significa cerca de 5,7 milhões de habitantes, um valor demonstrativo de alguma bipolarização urbana do país. Assim, Portugal é um país com um mercado urbano relativamente restrito, mas possui uma forte concentração da população nas duas metrópoles, o que numa economia que privilegia as grandes cidades é um bom indicador.

Em termos de capacidade de consumo, a situação não é muito favorável, já que 22% das pessoas vivem em famílias com baixos rendimentos (Eurostat, 2002: 133). Este valor é dos mais altos da União Europeia, onde a média é 17%, e onde o Reino Unido atinge os 19%, a Alemanha fica-se pelos 16% e a Áustria pelos 13%. Podemos deduzir que o mercado urbano português demonstra uma fraca capacidade de consumo quando comparado com os níveis médios europeus.

Por outro lado, devemos confrontar o valor bruto da produção nas diferentes actividades de comércio e serviços na União Europeia e em Portugal. No final dos anos 90 (OCDE, 2001b), os serviços (incluindo os serviços públicos) representavam na União Europeia 69% do valor bruto da produção e em Portugal 66%¹⁸². Em Portugal, o sector dos serviços é predominantemente orientado para o mercado interno, com excepção do turismo que é uma actividade geradora de receitas externas.

As actividades de serviços colectivos, sociais e pessoais (os serviços públicos têm aqui uma grande importância) apresentam um valor percentual muito elevado (24,1%) no contexto da União Europeia e da OCDE¹⁸³. Aparentemente somos um país do sul da Europa com uma economia social com valores percentuais próximos das economias dos países nórdicos. Mas, o que isto verdadeiramente representa é uma fraca importância relativa dos serviços às empresas, que são os serviços mais intensivos em conhecimento.

Em Portugal as actividades financeiras, seguros, imobiliário e serviços às empresas, sectores mais inseridos na economia mundial, têm uma fraca expressão na estrutura do valor bruto da produção (17,8%, enquanto a União Europeia regista 26,0%)¹⁸⁴.

¹⁸² Enquanto a indústria transformadora tinha valores muito semelhantes: na U.E. 20% e 19% em Portugal.

¹⁸³ Relativamente semelhante aos Estados Unidos (23%), Bélgica (23,5%), França (23,6%), Noruega (22,6%) e só ultrapassado pela Dinamarca (26,6%) e a Suécia (25,6%).

¹⁸⁴ Em termos comparativos podemos referir os valores elevados registados na Alemanha (29,2%), França (29,2%), Reino Unido 26,3, Suíça 28,7, Bélgica (27,6%) ou nos Estados Unidos (28,1%) e no Japão (26,1%).

O comércio, hotelaria e restauração são um sector muito importante para a economia portuguesa, o que reflecte a importância da indústria do turismo e do comércio a retalho e por grosso (14,6% para a União Europeia e 17,9% para Portugal). Trata-se de um sector intensivo em trabalho, com baixos níveis de habilitações escolares, o que indicia uma economia de serviços pouco inovadora.

Podemos verificar que Portugal, face à União Europeia, tem uma economia de serviços pouco orientada para as áreas mais internacionalizadas e de maiores níveis de conhecimento.

7.3. Terciarização da economia portuguesa

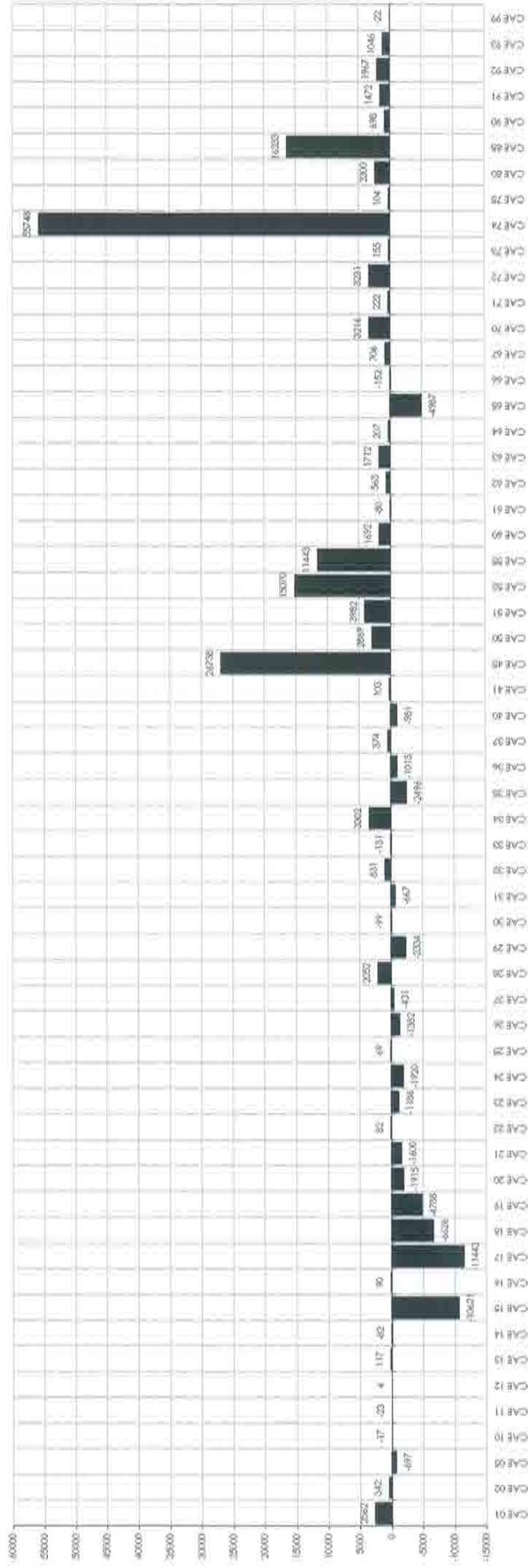
Os processos decorrentes da reestruturação económica em curso têm particular incidência na indústria e estão a provocar uma intensa terciarização da economia portuguesa. Entre 1991 e 1998, relativamente ao emprego, a indústria transformadora passou de 43% do emprego total para 37%, enquanto o comércio e os serviços aumentaram de 43% para 51%.

As dinâmicas registadas no final dos anos noventa (entre 1995 e 1998) no emprego nos serviços evidenciam um reforço significativo dos serviços às empresas (gráfico 2.3) e nos serviços de distribuição (CAE 52 e 55 sobretudo). Os serviços sociais continuam a aumentar mas a ritmos moderados, no entanto os serviços de saúde e acção social evidenciam-se claramente.

Em termos de rotação de emprego, as taxas indiciam um período de forte turbulência no mercado de trabalho, reflectindo as elevadas taxas de crescimento e destruição de trabalho. O sector da distribuição é o que evidencia fluxos de emprego (entradas e saídas do mercado de trabalho) mais fortes, traduzindo as grandes alterações verificadas no comércio a retalho e por grosso. Os fluxos de trabalhadores na indústria transformadora foram em termos absolutos negativos e de grande dimensão (gráfico 2.3), o que é um bom retrato das grandes alterações que se estão a operar no mercado de trabalho português. Tendo presente que as taxas de desemprego são baixas, podemos afirmar que a flexibilidade do mercado de trabalho é assinalável.

A partir dos cálculos realizados ainda concluímos que a capacidade de ajustamento anual revelada pelo mercado de trabalho nos serviços às empresas se deve fundamentalmente à rotação de trabalhadores nos estabelecimentos existentes.

GRÁFICO 2.3. Variação absoluta de trabalhadores por conta de outrem, por ramo de actividade (CAE 2 dígitos), entre 1995 e 1998



Fonte: M33, 1995 e 1998.

Assim, a criação e destruição de estabelecimentos corresponde a 39% dos fluxos de emprego, valor que se aproxima dos valores internacionais de referência para o conjunto das actividades e que pode ser exemplificativo de alguma consolidação do mercado de trabalho nos estabelecimentos existentes.

No final da década de noventa (1998), o Continente tinha uma estrutura de actividade já marcada pelos serviços. Assim, relativamente ao emprego nas empresas, 51% do emprego distribuía-se pelos quatro tipos de serviços considerados: 25,1% para os serviços de distribuição, 11,9% para os serviços às empresas, 7,8% serviços aos particulares e 6,1% serviços sociais.

7.4. Portugal: uma visão territorial

Numa visão global do Continente, Lisboa e Porto destacam-se claramente do resto do território (figura 2.7). Em segundo plano surge uma classe que engloba um grande número de concelhos, desenhando uma mancha relativamente contínua ao longo do litoral e salientando sobretudo as cidades médias no interior. Em último lugar ficam os concelhos com uma oferta e uma procura diminutas em termos de comércio e serviços às empresas ou às pessoas.

De forma a obtermos uma leitura mais profunda e cuidada das discontinuidades espaciais verificadas neste domínio, optamos por seleccionar um maior número de classes.

Em primeiro lugar, um total elevado de concelhos não possuem uma massa crítica suficiente para dinamizar o mercado de consumo final ou intermédio. São territórios com uma fraca densidade de indivíduos e empresas e, por isso, incapazes de dinamizar uma estrutura empresarial que satisfaça as necessidades pessoais e que responda à procura de serviços desencadeada pelos tecidos produtivos envolventes. Cerca de 77% dos concelhos estão numa situação desfavorável face aos valores médios do Continente (33% muito mal; 24% mal; 20% razoavelmente mal).

Nestes territórios só destoam as cidades médias (Bragança, Vila Real, Viseu, Guarda/Covilhã/Castelo Branco, Évora e Beja), que se destacam por terem com uma oferta razoável de serviços dirigidos ao consumo final e intermédio, associada a uma significativa capacidade de consumo. Évora e Viseu evidenciam-se perfeitamente neste conjunto de cidades e nos territórios em perda.

No Algarve, a situação não é muito favorável. No entanto, Faro, Loulé, Albufeira e Portimão (Lagos e Lagoa razoáveis) aparecem na mesma classe, reflectindo uma estrutura policêntrica na oferta e procura de bens e produtos. O Alentejo está claramente debilitado e só Beja e, sobretudo, Évora conseguem resistir num imenso território com níveis baixos de oferta e procura de serviços. O Norte interior apresenta a mesma paisagem, pois só Bragança e Vila Real se destacam. No Vale do Douro desenha-se um imenso "vazio" de serviços. A Região Centro evidencia uma estrutura policêntrica, relativamente hierarquizada. Fora das áreas metropolitanas só se diferenciam pela positiva Braga (com Guimarães e Famalicão com valores próximos), Coimbra e Leiria.

Lisboa e Porto e as respectivas coroas metropolitanas demonstram a centralidade destas duas cidades e a força de consumo que conseguem ter. Nas duas cidades há um nível médio de vida superior (as famílias têm mais automóveis e de superior cilindrada, recorrem ao crédito com maior intensidade, têm maior poder de compra, pagam mais IRS e levantam no multibanco mais dinheiro) e uma oferta de serviços muito forte (serviços aos particulares, serviços sociais e serviços de distribuição). Os serviços de consumo intermédio estão claramente concentrados aqui, tal como o comércio por grosso, os serviços de transporte e comunicações, os serviços financeiros e os seguros, a consultoria organizacional e fiscal, os serviços técnicos e profissionais, a publicidade, o *marketing* e as relações públicas. Em termos de especialização destacam-se o emprego nos serviços às empresas e a disponibilização de serviços técnicos e profissionais.

As coroas metropolitanas também se evidenciam num segundo patamar, mas com perfis diferenciadas:

- em Cascais a consultoria organizacional, a contabilidade e a consultoria fiscal e os serviços técnicos e profissionais conjugam-se com elevados níveis de IRS por agregado e uma forte presença dos serviços aos particulares, reflectindo um perfil especializado nos serviços às empresas e uma capacidade de consumo motivada pelo tipo de população residente;

- em Oeiras os serviços às empresas, a publicidade e o *marketing* e os seguros conjugam-se com altos rendimentos do trabalho e de IRS líquido por agregado, reflectindo nomeadamente a dinâmica empresarial desencadeada pela existência de diferentes espaços qualificados de acolhimento de actividades de serviços (*office-parks, Tagus Park, etc.*) e pela atractividade residencial que estes serviços podem estar a desencadear;

- em Vila Nova de Gaia o comércio grossista e os serviços financeiros associam-se a uma elevada concentração de população residente, reflectindo sobretudo um tecido de serviços pouco inovador;

- em Loures os transportes e serviços relacionados conjugam-se com altos valores de emprego nos serviços de distribuição, num contexto de grande concentração de população residente, reflectindo a especialização local nas áreas de distribuição;

- depois surgem Matosinhos, Sintra, Amadora, Almada e Setúbal, que se distinguem pelos altos níveis de vida da população residente (no contexto português), pela elevada oferta de serviços ao consumidor final e pela importante presença de serviços às actividades produtivas.

Algumas conclusões:

- Porto e Lisboa são os principais centros de serviços e, por isso, os principais pólos de dinamização de externalidades de comunicação e pecuniárias. Reúnem a maior concentração de interações induzidas pela proximidade física entre os agentes. Uma grande capacidade de consumo induzida pela população residente garante um mercado diversificado e de razoável dimensão. Por outro lado, as principais centralidades de serviços intermediários demonstram capacidade de aquisição de bens e serviços especializados, traduzindo a dimensão e a diversidade da procura local.
- Nas coroas metropolitanas começam a visualizar-se algumas especializações no comércio e serviços às empresas: Oeiras apresenta um perfil interessante de serviços, podendo ser um indício de processos de inovação e de concentração de conhecimento; Loures afirma-se pelos serviços de transporte, distribuição e logística; Cascais demarca-se pela consultoria e a fiscalidade; Vila Nova de Gaia pelo comércio grossista.
- Almada, Setúbal, Sintra, Amadora, Leiria, Coimbra, Matosinhos e Braga parecem demonstrar níveis significativos, no contexto nacional, de oferta e procura de comércio e serviços, demonstrando a importância destas centralidades e a concentração de externalidades relevante de comunicação e pecuniárias.
- Podemos ainda realçar, nas áreas em perda, a importância de Évora e Viseu, centros polarizadores de serviços e dinamizadores de externalidades de proximidade. No Algarve, o tecido de serviços segue a estrutura linear e policêntrica do povoamento.
- De forma a tornar as aglomerações urbanas mais eficientes, era importante analisar a sua organização local e avaliar as formas de maximizar as externalidades positivas e minimizar as externalidades negativas.

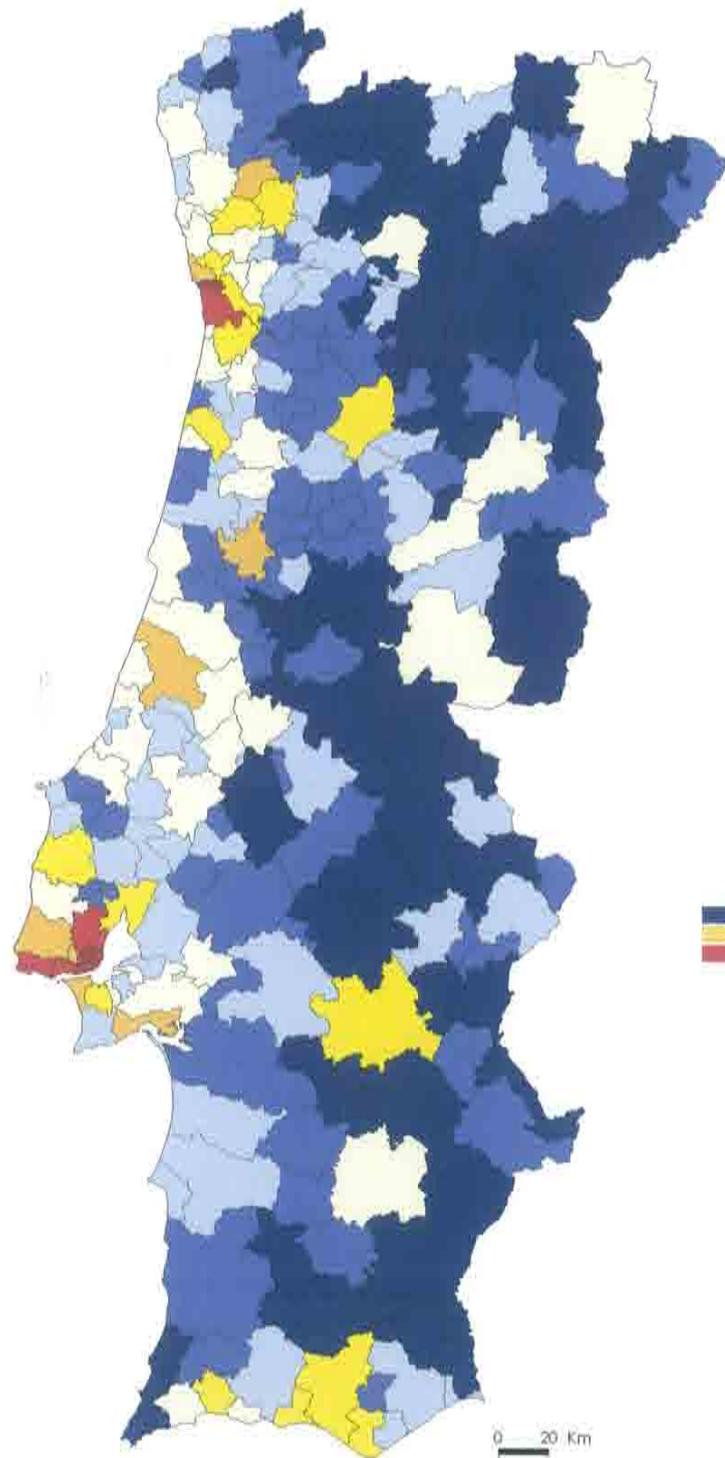
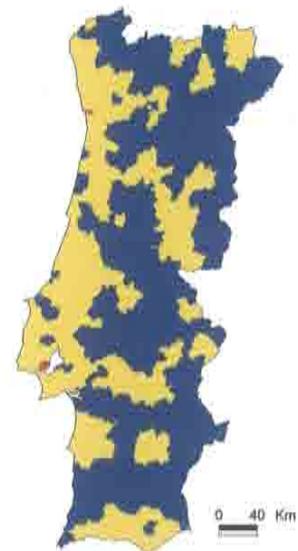


Figura 2.7.
Meios Urbanos



- Oferta de serviços incipiente conjuga-se com uma procura frágil
- Oferta de serviços razoável conjuga-se com uma capacidade de consumo intermédia
- Oferta de serviços e capacidade de consumo altas

- Enorme fragilidade na oferta de serviços dirigidos ao consumo final ou ao consumo intermédio
- Grande fragilidade na oferta de serviços dirigidos ao consumo final ou ao consumo intermédio
- Fragilidade de oferta de serviços dirigidos ao consumo final ou ao consumo intermédio
- Oferta de serviços dirigidos ao consumo final ou ao consumo intermédio razoável, associada a uma capacidade de consumo razoável
- Oferta de serviços dirigidos ao consumo final ou ao consumo intermédio muito razoável, associada a uma capacidade de consumo superior
- Oferta de serviços dirigidos ao consumo final ou ao consumo intermédio muito razoável, associada a uma capacidade de consumo alta e a serviços especializados
- Oferta de serviços dirigidos ao consumo final ou ao consumo intermédio alta, associada a uma capacidade de consumo elevada e ao reforço da oferta de determinados serviços
- Máximo na hierarquia de oferta de serviços, associada a elevadas capacidades de consumo

8. Estrutura de actividades

8.1. Enquadramento

Alguns dos autores que melhor conciliaram a geografia económica com os estudos de inovação foram Storper e Scott, através da compreensão da emergência das economias regionais face à tendência para a globalização. Scott (2001), diferencia, em termos muito esquemáticos, dois tipos de actividades produtivas em qualquer sistema económico avançado, que se organizam em dois tipos muito diferenciados de redes globais.

Por um lado, há um conjunto de actividades produtivas actualmente muito rotinizadas e que podem localizar-se onde entenderem. Estas actividades assentam predominantemente em conhecimento codificado, nos quais os processos produtivos são repetitivos, a aquisição das matérias-primas pode planear-se e a produção pode ser de grande escala. Isto significa que os *inputs* necessários às actividades produtivas e os materiais produzidos podem ser transportados à escala global com um custo suportável. Isto significa também que estas actividades produtivas têm uma grande liberdade para escolher a melhor localização, muitas vezes em função dos custos de trabalho e dos níveis de flexibilidade laboral.

Mas, por outro lado, há certas actividades em que não é possível rotinizar as diferentes fases produtivas, onde há uma forte interacção entre as diferentes fases e onde a localização e a concentração é fundamental. Tratam-se de actividades muito confrontadas com modificações de base tecnológica, muito dependentes das alterações e dos interesses dos clientes ou sustentadas em fortes recursos de criatividade. Nos serviços avançados os produtos são muito dependentes dos clientes e de uma mão-de-obra muito especializada e nem sempre disponível em abundância. Outras actividades dependem dos mercados e dos efeitos da moda e, por isso, têm de estar preparadas para mudar os equipamentos e a mão-de-obra e sempre prontas para monitorizar as mudanças no mercado, muitas vezes diárias. Nestas circunstâncias é crucial a existência de redes locais ou regionais (integradas em espaços mais alargados), que facilitem as mudanças requeridas pelo mercado. Aqui o conhecimento subjacente é sobretudo tácito e a eficiência e rapidez da resposta depende da rede de conhecimentos, das relações humanas e da capacidade para decifrar o mercado e monitorizar a produção. Assim, a produtividade e o desempenho

podem, em algumas situações, ser melhorados pela concentração urbana ou regional¹⁸⁵.

Asheim (2001), citando vários autores, faz referência à necessidade de diferenciar distintos sectores no que diz respeito à origem e ao carácter da criação do conhecimento. Assim, tendo em conta a origem do conhecimento podem distinguir-se as indústrias tipicamente *high-tech* (baseadas na investigação académica) das indústrias de média e baixa tecnologia, nas quais o conhecimento é, sobretudo, o resultado das capacidades de aperfeiçoamento e de destreza e da competência técnica nas áreas da engenharia tradicional.

Podemos também preferir uma diferenciação entre as actividades em função da maior ou menor importância da inovação incremental¹⁸⁶ ou da inovação radical¹⁸⁷. Todas as actividades económicas estão baseadas no conhecimento, que pode ser codificado (fruto do conhecimento científico) ou tácito (fruto de rotinas e práticas técnicas) ou da combinação entre eles.

Como já referimos, o mapa da geografia das actividades económicas é um complexo *palimpsesto* composto por resíduos de actividades de diferentes épocas ou fases de crescimento económico que estão a procurar reestruturar-se ou a integrar-se na economia pós-fordista. Ao mesmo tempo sente-se o despontar um novo sistema económico, com uma nova estrutura de actividades. É à procura deste mapa complexo de actividades económicas que surge este domínio de análise.

Para uma real compreensão dos fenómenos em causa deveríamos ter em consideração os valor brutos de produção e o emprego por actividades. Não possuindo Portugal estatísticas por concelho relativamente ao valor bruto de produção, optou-se por concentrar a análise sobretudo no emprego.

¹⁸⁵ Pavitt (1984) considera que há quatro tipos de sectores em função da origem da inovação (dos processos e dos produtos): a inovação está no produto final (vestuário e calçado) e as empresas importam a inovação de outras empresas (os criadores de moda, as *tradings* responsáveis pela comercialização e também organizadoras dos processos produtivos a montante); a inovação de processo ligada a sectores onde os factores de escala são importantes (transformação alimentar, cimentos); a inovação de produtos através da colaboração entre fornecedores especializados e clientes (engenharia, instrumentos técnicos); novos produtos e novos processos surgem nos sectores de produção de base científica (química, biotecnologia, electrónica) onde há uma ampla colaboração com as universidades e os centros de investigação. Esta classificação é complementar da anterior, na medida em que identifica as redes de interacção onde a concentração espacial ou empresarial são mais importantes. Os novos meios de comunicação vieram, no entanto, alterar as noções de proximidade geográfica.

¹⁸⁶ Introdução de novos processos de produção e melhoria da qualidade de produtos que já estão em produção e no mercado.

¹⁸⁷ Introdução de novos produtos e/ou novos processos de produção, registando-se uma ruptura com os conhecimentos e as tecnologias existentes.

Em primeiro lugar, calculámos a distribuição sectorial do emprego na indústria transformadora seguindo uma classificação por *factores – chave de competitividade* (OCDE, 1987). Esta classificação organiza as indústrias em cinco grupos, segundo os factores que influenciam a competitividade de cada actividade:

- Indústrias de forte intensidade em recursos naturais, cuja competitividade se realiza pela acessibilidade os recursos naturais¹⁸⁸;

- Indústrias de forte intensidade em mão-de-obra, cuja competitividade se realiza pelo custo do factor trabalho¹⁸⁹;

- Indústrias de economias de escala, cuja competitividade se realiza à custa da extensão da série produtiva¹⁹⁰;

- Indústrias que apostam na diferenciação do produto, porque a competitividade se realiza pela adaptação dos produtos às características diversificadas do mercado¹⁹¹;

- Indústrias de forte intensidade de I&D, cuja competitividade se realiza à custa da aplicação dos progressos científicos¹⁹².

Com esta estrutura de actividades industriais obtemos o mapa dos factores de competitividade da indústria portuguesa, procurando as indústrias mais intensivas em investigação ou mais orientadas para o desenvolvimento do produto.

Por outro lado, na actualidade os principais focos de produção são também grandes aglomerações de conhecimento e criatividade, de elevada capacidade tecnológica e de tecnologias da informação e comunicação. A importância crescente do conhecimento, dos elementos imateriais de ordem cultural, do gosto e da criatividade, dos valores ambientais e das novas formas de comunicação têm vindo a suscitar o despontar de novas actividades. Assim, as áreas da cultura e lazer¹⁹³, do ambiente¹⁹⁴, dos serviços de forte intensidade de conhecimento¹⁹⁵, das actividades

¹⁸⁸ Compreende os produtos alimentares, bebidas, tabaco, couro, madeira, papel, refinação de petróleo, cimento e argila.

¹⁸⁹ Compreende os têxteis, vestuário, calçado, mobiliário, metais não ferrosos, obras em metal.

¹⁹⁰ Compreende a impressão, produtos químicos, borracha e plástico, cerâmica e vidro, siderurgia, material ferroviário, construção naval, automóveis e outros transportes.

¹⁹¹ Compreende as máquinas não eléctricas com excepção de equipamento informático, máquinas eléctricas excluindo material de telecomunicações e semicondutores.

¹⁹² Compreende os produtos farmacêuticos, informática, material de telecomunicações e semi-condutores, construção aeronáutica, instrumentos científicos e outros produtos químicos.

¹⁹³ Compreendem as actividades artísticas e do espectáculo (CAE 923); actividades das bibliotecas, arquivos, museus e outras actividades culturais (CAE 925); actividades desportivas (CAE 926); outras actividades recreativas (CAE 927) e actividades inseridas na orgânica do Ministério da Cultura.

¹⁹⁴ Compreende a reciclagem (CAE 37); saneamento, higiene pública e actividades similares (CAE 90) e as actividades inseridas na orgânica do Ministério do Ambiente.

TIC¹⁹⁶ e das actividades *hith tech*¹⁹⁷ vão organizar um conjunto de indicadores que procuram traduzir a dimensão e as estruturas locativas destas novas actividades, mais exigentes em tecnologia ou conhecimento.

A distribuição destas actividades mais intensivas em conhecimento ou em tecnologia é crucial pois elas armazenam uma importante capacidade de "amarrar" e desencadear processos de inovação. O aumento de trocas de conhecimento tácito desencadeado pela oferta de serviços de apoio técnico e de consultoria (serviços financeiros e seguros, aluguer e venda de máquinas e apoio técnico, actividades informáticas e serviços de apoio, consultoria organizacional, etc.) aumenta a interacção entre os agentes, promove as trocas de experiências e favorece assim a aprendizagem interactiva.

Lista de indicadores identificados:

Emprego segundo os factores de competitividade na Indústria

- 1 Quociente de localização - Emprego nas actividades de "forte intensidade de recursos naturais" relativamente ao emprego total, por concelho, em 1998
- 2 Quociente de localização - Emprego nas actividades de "forte intensidade de mão-de-obra" relativamente ao emprego total, por concelho, em 1999
- 3 Quociente de localização - Emprego nas actividades de "fortes economias de escala" relativamente ao emprego total, por concelho, em 2000
- 4 Quociente de localização - Emprego nas actividades com "aposta na diferenciação de produto" relativamente ao emprego total, por concelho, em 2001
- 5 Quociente de localização - Emprego nas actividades de "forte intensidade de I&D" relativamente ao emprego total, por concelho, em 2002
- 6 Emprego nas actividades de "forte intensidade de recursos naturais", peso no continente, por concelho, em 1998
- 7 Emprego nas actividades de "forte intensidade de mão-de-obra", peso no continente, por concelho, em 1999
- 8 Emprego nas actividades de "fortes economias de escala", peso no continente, por concelho, em 2000
- 9 Emprego nas actividades com "aposta na diferenciação de produto", peso no continente, por concelho, em 2001
- 10 Emprego nas actividades de "forte intensidade de I&D", peso no continente, por concelho, em 2002

¹⁹⁶ Seguindo a nomenclatura da OCDE (2001^a) os "serviços intensivos em conhecimento" compreendem: correios e telecomunicações (CAE 64); intermediação financeira (CAE 65); seguros e fundos de pensão (CAE 66); actividades auxiliares de intermediação financeira (CAE 67); aluguer de máquinas e de equipamentos (CAE 71); actividades informáticas e conexas (CAE 72); I&D (CAE 73); serviços às empresas - outras actividades (CAE 74).

¹⁹⁶ Seguindo a nomenclatura da OCDE (2001^b) as actividades TIC compreendem: fabricação de máquinas de escritório e de equipamento para o tratamento automático da informação (CAE 300); fabricação de fios e cabos isolados (CAE 313); fabricação de Componentes Electrónicas (CAE 321); fabricação de aparelhos emissores de radio e de televisão e de aparelhos de telefonia e telegrafia por fios (CAE 322); fabricação de aparelhos receptores e material de radio e de televisão, aparelhos de gravação ou de reprodução de som e imagens e de material associado (CAE 323); fabricação de equipamento de controlo de processos industriais (CAE 333); comércio por grosso de máquinas e de equipamentos (CAE 516); telecomunicações (CAE 642); aluguer de máquinas e equipamentos (CAE 713); actividades informáticas e conexas (CAE 72).

¹⁹⁷ Incluímos aqui as empresas com mais de 100 trabalhadores pertencentes a seis sectores, segundo o código SIC (Standard Industrial Classification): Biotecnologia e medicina: 283, 384, 385; TIC e serviços: 357, 361, 365, 366, 367, 489, 737; Instrumentos e máquinas de alta tecnologia: 351, 353, 356, 362, 363, 364, 369, 382, 386; Defesa e actividades aeroespaciais : 348, 372, 376, 381; Energia e químicas: 131, 281, 282, 286, 289, 291; I&D: 873.

Novas actividades e emprego

- 11 Quociente de localização - Emprego nas actividades TIC (CAE 300, 313, 321, 322, 332, 333, 516, 642, 713 e 72) relativamente ao emprego total, por concelho, em 1998
- 12 Emprego nas actividades TIC (CAE 300, 313, 321, 322, 332, 333, 516, 642, 713 e 72), peso no continente, por concelho, em 1998
- 13 Quociente de localização - Emprego nos serviços de forte intensidade de "conhecimento" (CAE 64, 65, 66, 67, 71, 72, 73 e 74) relativamente ao emprego total, por concelho, em 1998
- 14 Emprego nos serviços de forte intensidade de "conhecimento" (CAE 64, 65, 66, 67, 71, 72, 73 e 74), peso no continente, por concelho, em 1998
- 16 Quociente de localização - Emprego nas actividades do sector Ambiente (CAE 37, 5157 e 90) relativamente ao emprego total, por concelho, em 1998
- 17 Quociente de localização - Emprego nas actividades do sector Cultural (CAE 552, 923, 925, 926 e 927) relativamente ao emprego total, por concelho, em 1998
- 18 Emprego nas actividades do sector Ambiente (CAE 37, 5157 e 90), peso no continente, por concelho, em 1998
- 19 Emprego nas actividades do sector Cultural (CAE 552, 923, 925, 926 e 927), peso no continente, por concelho, em 1998
- 20 Emprego nas actividades do sector Ambiente, na Administração Pública (Ministério do Ambiente), peso no continente, por concelho, em 1999
- 21 Emprego nas actividades do sector Cultural, na Administração Pública (Ministério da Cultura), peso no continente, por concelho, em 1999
- 22 Total de empresas (Base I&D), peso no continente, por concelho, em 1999
- 23 Empresas (Base I&D) dos serviços de forte intensidade de conhecimento (CAE 64, 65, 66, 67, 72, 73 e 74), peso no continente, por concelho, em 1999
- 24 Empresas (Base I&D) da indústria transformadora, peso no continente, por concelho, em 1999
- 25 Emprego nas actividades "high-tech" (SIC-Standard Industrial Classification), peso no continente, por concelho, em 1997
- 26 Número de empresas com actividades "high-tech" (SIC-Standard Industrial Classification), por concelho, em 1997

8.2. Portugal face à Europa

No final dos anos 90 (OCDE, 2001b), os serviços (incluindo os serviços públicos, mas excluindo o comércio e os hotéis e a restauração) representavam na União Europeia 55% do valor bruto da produção e em Portugal 49%. Portugal apresenta valores percentuais mais elevados que a União Europeia nas actividades menos intensivas em conhecimento e tecnologia (agricultura e construção), com um perfil muito semelhante ao de Espanha. A importância que o sector da construção evidencia no sul da Europa (Portugal, Espanha e Grécia com cerca de 7%) reflecte os fortes investimentos em infra-estruturas físicas. A indústria transformadora apresenta valores de produção percentual muito semelhantes à média da União Europeia, mas internamente dominam as actividades menos intensivas em tecnologia.

QUADRO 2.5. Quadro comparativo: Portugal relativamente aos países da União Europeia

	Fonte	Portugal	EU 15	País - Valor mais Baixo		País - Valor mais Alto	
Emprego na Agricultura - % - 2000	a	12,5	4,3	Reino Unido	1,5	Grécia	17,0
Emprego na Indústria - % - 2000	a	34,9	29,0	Luxemburgo	21,0	Portugal	34,9
Emprego nos Serviços - % - 2000	a	52,6	66,8	Portugal	52,6	Luxemburgo	76,8
Emprego na indústria de alta e média/alta "technology manufacturing" em % do total do emprego - 2000	a	3,66	7,64	Luxemburgo	2,0	Alemanha	11,2
Emprego no sector dos serviços de "conhecimento intensivo" em % do total de emprego - 2000	a	18,88	32,31	Portugal	18,9	Suécia	45,7
Valor acrescentado nas indústrias têxteis e vestuário, em % do total industrial - 1999	c	15 (21 em 1990)	5,6*	Suécia	1,0	Portugal	15,0
Valor acrescentado nas máquinas e equipamentos de transporte, em % do total industrial - 1999	c	15 (13 em 1990)	23*	Grécia	15,0	Suécia	38,0
Valor acrescentado nas ind. de alta tecnologia (CITI - 2423, 30, 32, 33, 353), em % do total - 1999	b	1,2	2,2	Grécia	0,6	Bélgica	8,3
Valor acrescentado nas indústrias de média-alta tecnologia (CITI - 24 (sem 2423), 29, 31, 34, 352+359), em % do total - 1999	b	3,2	6,2	Grécia	1,2	Alemanha	9,6
Valor acrescentado nos serviços de correios e telecomunicações (CITI - 2423, 30, 32, 33, 353), em % do total - 1999	b	2,9	2,4	Bélgica	1,6	Portugal	2,9
Valor acrescentado nos serviços financeiros e de segurança (CITI - 65-67), em % do total - 1999	b	5,8	5,3	Suécia	3,5	Bélgica	6,9

Fonte: a - Eurostat Yearbook 2002; b - Tableau de Bord de l'OCDE de la Science, de la Technologie et de l'Industrie 2001; c - World Development Indicators, 2002.

* - Média calculada a partir dos valores dos diferentes países da União Europeia.

As indústrias transformadoras de alta e média-alta intensidade tecnológica (segundo a mesma fonte estatística) representavam no final dos anos 90 na União Europeia cerca de 8,4% do valor bruto da produção, enquanto em Portugal detinham 4,4%. Em termos comparativos é de referir o caso da Irlanda, que apostou recentemente muito nas indústrias de maior intensidade tecnológica, as quais representam actualmente mais de 16,4% do valor bruto da produção, duplicando o valor europeu.

No entanto, nos serviços de correios e telecomunicações e nos serviços financeiros e seguros Portugal apresenta uma percentagem que já ultrapassa o valor europeu (7,7% para a União Europeia e 8,7% para Portugal). Para a maior parte dos países europeus são sobretudo os serviços às empresas que representam a maior parcela do valor bruto da produção (para a União Europeia 10%¹⁹⁸).

Um dos indicadores mais utilizado na avaliação dos níveis tecnológicos das diferentes economias é a dimensão e o crescimento do sector das TIC. Portugal, Espanha e Itália aparecem na cauda dos países da União Europeia nas indústrias TIC, pois evidenciam uma fraca importância na indústria transformadora (a Irlanda lidera os países

¹⁹⁸ Não há informação sobre Portugal relativamente a esta matéria.

européus). Relativamente aos serviços TIC, Portugal está razoavelmente pautado num contexto em que são os países nórdicos que lideram a tabela da Europa.

8.3. Indicadores de enquadramento para Portugal

Em termos globais, Portugal sentiu ao longo da última década a diminuição do contributo do sector primário para o total do emprego e do VAB, uma tendência regressiva do sector industrial e uma progressiva "terciarização" da economia. Em termos industriais houve um reforço do sector automóvel e das máquinas e do material eléctrico no perfil das exportações, enquanto o vestuário e o calçado têm vindo a decrescer abruptamente (sobretudo o vestuário).

Depois desta visão global em termos de evolução das exportações, passemos a avaliar as dinâmicas no mercado de trabalho em torno da estrutura de actividades, dando especial atenção às novas actividades.

A nossa abordagem territorial vai organizar-se em torno de duas questões:

- as áreas da produção industrial privilegiam que factores de competitividade e que expressão tecnológica têm nos finais dos anos noventa?
- as novas actividades em emergência (de base tecnológica, intensivas em conhecimento, ou respondendo às novas exigências em termos de protecção ambiental e promoção cultural) que dimensão e expressão territorial apresentam?

1. Relativamente à indústria transformadora, se optarmos por uma classificação baseada nos factores-chave de competitividade (OCDE, 1987) continuam a ser os ramos mais intensivos em mão-de-obra que têm a quota mais representativa de emprego (16,7% do emprego total), seguidos das indústrias com uma forte intensidade de recursos naturais (9,9%). As indústrias que apostam na diferenciação de produto são pouco significativas no emprego (3,6%) e as indústrias de forte intensidade de I&D são insignificantes (0,5%).

GRÁFICO 2.4. Emprego nas actividades Industriais segundo o factor de competitividade (% do emprego estrutural total)



Fonte: MSST, 1998
Nota: Cálculos do autor

Se optarmos por uma classificação baseada na tecnologia (OCDE, 2001b), verificamos que a indústria de fraca tecnologia representa 68% do emprego industrial, enquanto a indústria de alta ou média-alta tecnologia somava 17%. Em termos globais, a indústria transformadora registou, entre 1995 e 1998, uma variação líquida de -3,7%, revelando as fortes perdas que o sector industrial está a sentir. Mas foram sobretudo as indústrias menos intensivos em tecnologia que registam as quedas mais elevadas -4,6%, enquanto as mais intensivas em tecnologia aumentaram ligeiramente (+1,6%).

2. Em termos de actividades em emergência podemos sistematizar as seguintes conclusões:

- Relativamente ao terciário, analisemos os serviços de elevada "intensidade de conhecimento", indicador fundamental face aos objectivos desta análise. Em 1998, representavam 12,5% do emprego e registavam taxas líquidas de crescimento na ordem dos 2,8% (entre 1995 e 1998). No contexto nacional, é um sector em forte turbulência, onde em cada 100 postos de trabalho 36 são criados ou destruídos anualmente, reflectindo a própria instabilidade e efervescência inerente às novas actividades;
- Os sectores menos intensivos em conhecimento e tecnologia continuam a ter uma forte importância na nossa economia, designadamente o sector da construção;

▪ Analisando as variações absolutas do emprego, de 1995 para 1998, podemos adiantar algumas conclusões complementares (gráfico 2.3, já referido):

- na indústria transformadora só o fabrico de produtos metálicos (CAE 28) e a indústria automóvel (CAE 34) aumentam de emprego de uma forma significativa;

- as variações absolutas negativas registaram-se em praticamente todos os ramos da indústria transformadora, mas com maior incidência na indústria alimentar, têxtil e vestuário e calçado, sectores tradicionais;

- no sector terciário só os serviços de intermediação financeira (CAE 65) perdem emprego;

- as variações absolutas positivas sentiram-se sobretudo nos serviços às empresas (CAE 74), que ganham 56 mil empregos, nas áreas da saúde e acção social (CAE 85), com mais 16 mil, no comércio a retalho (CAE 52), com mais 15 mil empregos, e nos alojamentos e restauração (CAE 55) com uma subida de 11 mil empregos. Só estes quatro ramos de actividade somaram uma variação bruta de mais 100 mil empregos, reflectindo o reforço das actividades terciárias;

- as variações positivas na construção civil e obras públicas (CAE 45), sector que aumentou cerca de 27 mil empregos, reflectem um mercado imobiliário muito activo e os volumes de investimentos físicos que estão a ser executados com o apoio financeiro da União Europeia.

8.4. Estrutura de actividades e território

Numa análise selectiva em termos de actividades, verificamos que a maioria do território nacional está muito afastado da economia do conhecimento e da inovação (figura 2.8).

Em termos territoriais, em primeiro lugar, procurámos encontrar as grandes fracturas e os "nichos" de excelência. Assim, segmentámos o Continente em três blocos:

- Lisboa e Porto evidenciam-se pela principal concentração de actividades intensivas em conhecimento e tecnologia;

- 17 concelhos têm um desempenho razoável: 7 localizados na AML, 3 na AMP, 2 no Vale do Ave, e ainda Braga, Ovar, Aveiro, Coimbra e Leiria;

- os restantes concelhos não apresentam uma estrutura vocacionada para a nova economia.

Em segundo lugar, procurou-se aprofundar a estrutura territorial e seleccionaram-se sete perfis de actividades.

Um extenso território (161 concelhos) está excluído de oportunidades de emprego e implicitamente de qualquer actividade mais ou menos intensiva em conhecimento ou tecnologia. No degrau seguinte aparece um grupo de 67 concelhos também relativamente mal pontuados. Estas duas classes compreendem 83% do território continental.

No seio desta mancha azul aparecem novamente pequenas "ilhas" (Vila Real, Viseu, Guarda, Castelo Branco, Évora e Faro e Loulé), que têm uma fraca expressão de actividades de base tecnológica ou intensivas em conhecimento mas que mesmo assim emergem positivamente num contexto global muito pouco favorável. As tradicionais zonas industriais também se inserem nesta classe, designadamente parte do Vale do Ave, o Entre-Douro e Vouga, Ovar e Águeda, Pombal-Marinha Grande – Leiria, Torres Novas, Santarém e Caldas da Rainha e alguns dos concelhos pertencentes às duas metrópoles.

É interessante a aproximação que se verifica entre estes dois grupos de concelhos: o primeiro marcado pelas actividades terciárias e o segundo mais orientado para o sector industrial. A semelhança (em 50 a 100% dos concelhos desta classe) está na pequena importância do emprego nos serviços intensivos em conhecimento, na fraca presença de actividades culturais e na incipiente estrutura de empresas *high-tech* ou de I&D. Independentemente do ramo de actividade em presença, o que se realça é a fraca expressão das actividades tecnológicas, criativas ou do conhecimento.

Com Braga, Famalicão, Maia, Vila Nova de Gaia e Aveiro entramos no grupo de concelhos mais privilegiados pelo desenvolvimento económico. Aumentou o emprego nos serviços intensivos em conhecimento e em I&D, as empresas inseridas em projectos de I&D e o emprego nas empresas cujo factor de competitividade é o desenvolvimento do produto.

As áreas metropolitanas mantêm um mosaico diversificado, comprovando algumas das afirmações já realizadas:

- Lisboa afasta-se do Porto e dos restantes municípios ao apresentar uma estrutura em torno das novas actividades e mais intensiva em conhecimento e

tecnologia. O Porto aparece no degrau abaixo, devido, sobretudo, à menor importância da I&D (menos empresas industriais ou de serviços inseridas em projectos de I&D e uma fraca presença de emprego em actividades de "forte intensidade de I&D"), traduzindo um perfil de actividades mais tradicional;

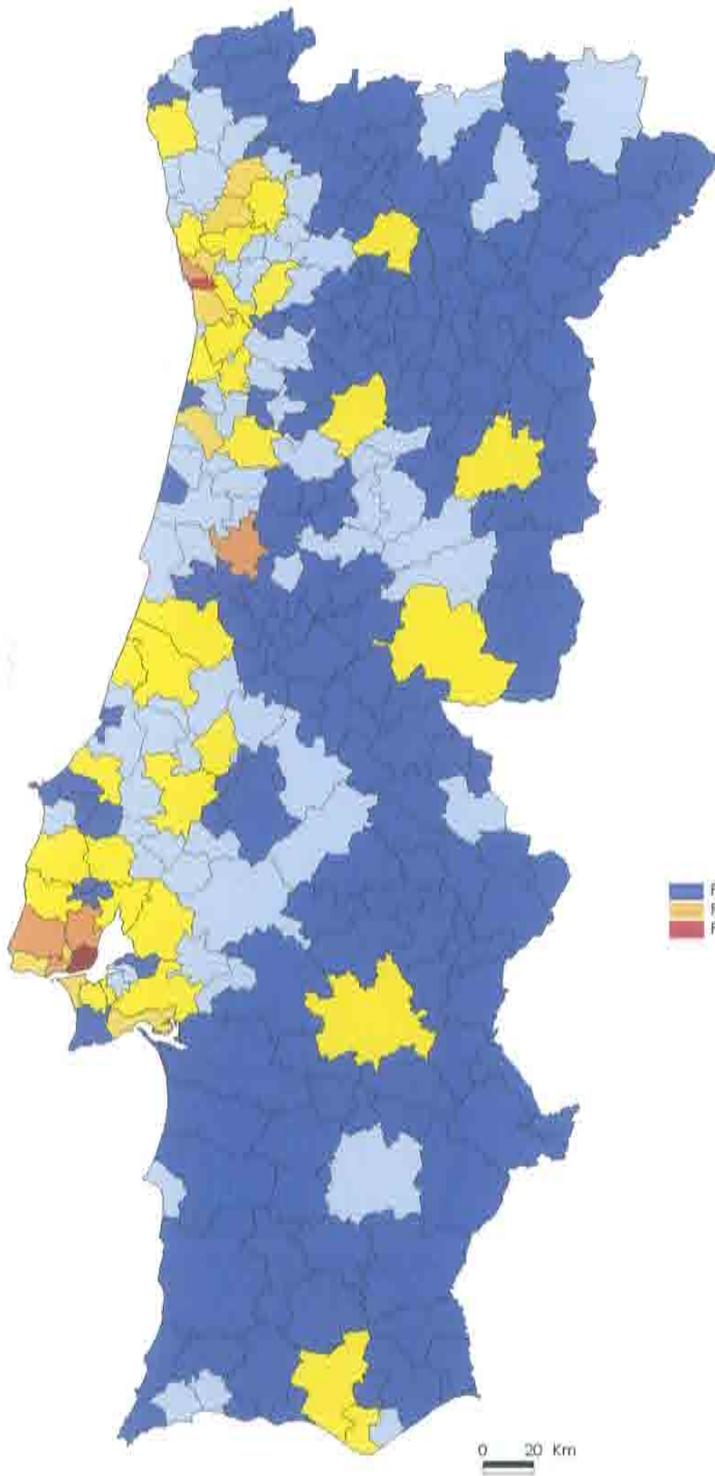
- nas coroas metropolitanas evidenciam-se os concelhos de Matosinhos, Loures e Sintra, com uma estrutura de actividades diversificada, onde se realçam, numa óptica nacional, os serviços do conhecimento, as actividades nas áreas do ambiente e as que privilegiam as economias de escala ou a I&D;

- na AML ainda se realçam alguns concelhos - Oeiras (sobretudo com os serviços do conhecimento e as actividades TIC), Cascais (sobretudo as actividades da cultura), e ainda Amadora, Almada e Setúbal. Na AMP temos Vila Nova de Gaia (com um perfil diversificado mas mais vocacionado para as actividades sobretudo industriais – orientadas para a diferenciação do produto ou baseadas em economias de escala) e Maia (indústrias orientadas para a competitividade pela diferenciação do produto).

Fora das áreas metropolitanas merece uma menção especial Coimbra (com os serviços do conhecimento e as actividades na área do ambiente), Braga (actividades TIC e indústrias intensivas em mão-de-obra ou orientadas para a diferenciação de produto) e ainda Aveiro e Vila Nova de Famalicão.

As estruturas de actividades mais tradicionais e intensivas em mão-de-obra (sobretudo industriais, designadamente em Barcelos, Guimarães, Vila Nova de Famalicão, Santo Tirso e Vila Nova de Gaia) devem merecer uma atenção especial pelas perdas de emprego que estão a registar e pela necessidade de criar um programa de re-inserção na vida activa da mão-de-obra menos qualificada. Uma formação orientada para as novas actividades, designadamente os serviços menos exigentes em qualificações, pode vir a constituir uma nova oportunidade (os serviços de apoio às famílias ou à comunidade, a manutenção urbana, a segurança, a protecção ambiental, etc.).

Figura 2.8.
Estrutura de Actividades



- Fraca concentração de actividades intensivas em conhecimento ou tecnologia
- Razoável concentração de actividades intensivas em conhecimento ou tecnologia
- Forte concentração de actividades intensivas em conhecimento ou tecnologia

- Rarefação de actividades e emprego
- Muito fraca expressão de actividades de base tecnológica ou mais intensivas em "conhecimento"
- Fraca expressão de actividades de base tecnológica ou mais intensivas em "conhecimento"
- Alguma expressão de actividades de base tecnológica ou mais intensivas em "conhecimento"
- Razoável expressão de actividades de base tecnológica ou mais intensivas em "conhecimento"
- Elevada expressão de actividades de base tecnológica ou mais intensivas em "conhecimento"
- Muito elevada expressão de actividades de base tecnológica ou mais intensivas em "conhecimento"

Algumas conclusões:

- Em termos de estrutura de actividades, Portugal está a fazer alguns esforços de reestruturação da sua economia, mas nos finais do século XX apresenta ainda claramente um leque de actividades fortemente marcado pelas actividades menos intensivas em conhecimento e tecnologia.
- Os processos de reestruturação podem obrigar a contemplar aprendizagens de gestão da mudança – pessoal e institucional – de forma a controlar tensões normais em processos de mutação.
- As Regiões Urbanas do Porto e de Lisboa devem criar as condições necessárias para atrair saberes, competências e infra-estruturas de comunicação que assegurem uma maior capacidade de atracção de actividades em crescimento e permitam uma maior integração internacional.
- Aparentemente, as regiões com estruturas de actividades mais vocacionadas para as actividades tradicionais e pouco orientadas para a economia global serão as áreas mais afectadas pelo desemprego e a emigração dos mais jovens.
- Relativamente às actividades tradicionais, orientadas para o mercado global, estão, e continuarão, a sentir uma diminuição dos quantitativos de emprego. O futuro também dependerá do desenvolvimento interno das actividades mais intensivas em conhecimento (*design*-moda e *marketing*) e da imagem externa do país (necessidade de reforçar a imagem de um país desenvolvido, com uma indústria de qualidade e não de baixo preço).
- É importante diversificar o leque de actividades e fomentar o crescimento de áreas mais adaptadas à procura mundial e melhor posicionadas nas cadeias de valor, de forma a acelerar a evolução da produtividade, a criação do emprego e o crescimento das qualificações.
- Dada a dimensão e a dinâmica do sector da construção civil é fundamental qualificar o sector e integrá-lo nas novas exigências técnicas, arquitectónicas e funcionais. É necessário sensibilizar e orientar o sector para a reabilitação urbana, para a recuperação de centros históricos e para a construção da segunda habitação. Além disso, as infra-estruturas de transporte (auto-estradas, TGV, aeroportos, nós intermodais), do ambiente, do desporto e do lazer (estádios, equipamentos multiusos, etc) arrastam novas exigências técnicas e laborais que podem resultar numa requalificação do sector.
- Na agricultura é fundamental uma orientação para as produções competitivas e ecologicamente sustentadas (horto-fruticultura, vinhos, olivicultura, carne de raças autóctones, lacticínios) e da agrobiologia (agricultura biológica, reprodução de sementes, culturas para fins cosméticos e farmacêuticos, etc.).
- É crucial a reciclagem de trabalhadores (pouco qualificados ou muito especializados) libertos das actividades em regressão para novas actividades pouco exigentes em qualificação.

9. Qualificações e Emprego

9.1. Enquadramento

Em termos de produtividade não é claro que os níveis de instrução superiores (detenção de diplomas de ensino superior) correspondam a níveis mais altos de produtividade. Em *Cities and Regions in the New Learning* (OECD, 2001) faz-se um interessante ensaio em termos da correlação entre os níveis de instrução da população (secundário e superior) e os níveis de PIB/*per capita*, concluindo que os valores de correlação variam segundo os países e, no mesmo país, segundo as regiões. Portanto, não há uma relação causal evidente entre estas duas variáveis. Trata-se de uma avaliação genérica, que não tem em conta a diversidade sectorial, e que prova que causalidades directas entre as duas variáveis, sem se considerarem outras variáveis, são muitas vezes abusivas. As actividades económicas têm níveis de exigência diferenciados, o que naturalmente compromete uma avaliação estatística de natureza genérica (através de medidas de correlação), que não atenda à diversidade territorial e económica existente.

Mesmo tendo presente este pressuposto, os níveis de instrução e os níveis de qualificação dos trabalhadores (emprego público e trabalhadores por conta de outrem) não deixam de ser indicadores razoavelmente rigorosos na avaliação dos recursos humanos activos existentes num território. Os níveis de qualificação da mão-de-obra produtiva podem ser factores importantes na avaliação da capacidade de utilização da inovação. A construção de uma economia mais criativa e mais inovadora depende designadamente do capital humano existente nas organizações empresariais e nas instituições públicas. Ao avaliarmos os níveis de instrução estamos sobretudo a visualizar os níveis de conhecimento codificado da população empregada; ao visualizarmos os níveis de qualificação profissional devíamos estar a aproximarmo-nos das capacidades e das competências dos trabalhadores; ao analisarmos as dinâmicas de instrução dos trabalhadores procuramos perspectivar o futuro do mercado de trabalho.

Convém, no entanto, referir que os níveis de qualificação profissional em Portugal estão muito longe de serem bons avaliadores de competências dos recursos humanos. Segundo Roberto Carneiro (2000), um trabalhador do conhecimento é aquele que acrescenta valor à sua empresa, demonstra capacidade para se posicionar face às necessidades do mercado, que se identifica com a empresa ou organização e que tem conhecimentos operacionais. Não é isto que pretendemos avaliar neste domínio,

pois não possuímos de forma alguma informação disponível para o fazer. O que pretendemos, simplesmente, é caracterizar o mercado de trabalho (nas empresas e nas instituições públicas), de forma a obtermos um retrato da situação actual em termos de recursos activos para a construção de uma economia diferente.

Concluindo, partindo dos pressupostos apresentados para a construção de uma economia do conhecimento, cabe-nos neste momento analisar as qualificações existentes no mercado de trabalho e as dinâmicas em curso.

Lista de indicadores identificados:

Emprego e níveis de instrução

- 1 Quociente de Localização - Emprego (TPCO) com o nível de instrução básico (Nível I) relativamente ao emprego total, por concelho, em 1998
- 2 Quociente de Localização - Emprego (TPCO) com o nível de instrução secundário (Nível II) relativamente ao emprego total relativamente ao emprego total, por concelho, em 1998
- 3 Quociente de Localização - Emprego (TPCO) com o nível de instrução superior (Nível III) relativamente ao emprego total, por concelho, em 1998
- 4 Emprego (TPCO) com o nível de instrução básico (Nível I), peso no continente, por concelho, em 1998
- 5 Emprego (TPCO) com o nível de instrução secundário (Nível II), peso no continente, por concelho, em 1998
- 6 Emprego (TPCO) com o nível de instrução superior (Nível III), peso no continente, por concelho, em 1998

Emprego público e níveis de instrução

- 7 Quociente de Localização - Empregados públicos com o ensino básico ou menos (9ºano ou menos) relativamente ao emprego total, por concelho, em 1999
- 8 Quociente de Localização - Empregados públicos com o ensino secundário ou médio (11ºano, 12ºano ou curso técnico) relativamente ao emprego total, por concelho, em 1999
- 9 Quociente de Localização - Empregados públicos com o ensino superior (bacharelato ou licenciatura) relativamente ao emprego total, por concelho, em 1999
- 10 Empregados públicos com o ensino básico ou menos (9ºano ou menos), peso no continente,, por concelho, em 1999
- 11 Empregados públicos com o secundário ou médio (11ºano, 12ºano ou curso técnico), peso no continente,, por concelho, em 1999
- 12 Empregados públicos com o ensino superior (bacharelato ou licenciatura), peso no continente,, por concelho, em 1999

Dinâmicas no emprego (TPCO) por níveis de instrução

- 13 Variação absoluta do emprego com o nível de instrução básico (nível I), por concelho, entre 1991 e 1998
- 14 Variação absoluta do emprego com o nível de instrução secundário (nível II), por concelho, entre 1991 e 1998
- 15 Variação absoluta do emprego com o nível de instrução superior (nível III), por concelho, entre 1991 e 1998
- 16 Variação relativa do emprego com o nível de instrução básico (nível I), por concelho, entre 1991 e 1998
- 17 Variação relativa do emprego com o nível de instrução secundário (nível II), por concelho, entre 1991 e 1998
- 18 Variação relativa do emprego com o nível de instrução superior (nível III), por concelho, entre 1991 e 1998

Qualificações do emprego

- 19 Níveis de qualificação profissional do emprego (TPCO) - Taxa de alta qualificação (Quadros Superiores e Médios, Encarregados, Contramestres, Mestres, Chefes de Equipa e Profissionais Altamente Qualificados), por concelho, em 1998
- 20 Níveis de qualificação profissional do emprego (TPCO) - Taxa de baixa qualificação (Profissionais Não Qualificados), por concelho, em 1998
- 21 Emprego (TPCO) com alta qualificação (Quadros Superiores e Médios, Encarregados, Contramestres, Mestres, Chefes de Equipa e Profissionais Altamente Qualificados), peso no continente, por concelho, em 1998
- 22 Emprego (TPCO) com baixa qualificação (Profissionais Não Qualificados), peso no continente, por concelho, em 1998
- 23 Emprego (TPCO) com média qualificação (Profissionais Semi-qualificados), peso no continente, por concelho, em 1998

9.2. As insuficiências e as virtualidades do mercado de trabalho português

A informação dos Quadros de Pessoal (MSST – Ministério da Segurança Social e do Trabalho) permite avaliar o sentido da evolução mais recente da estrutura de habilitações e de qualificações do emprego declarado por conta de outrem.

A evolução estrutural sentida entre 1991 e 1998 é tardia e lenta mas já evidente, sobretudo ao nível das estrutura de habilitações e das qualificações. Por razões que naturalmente decorrem do ritmo de substituição demográfica (as novas entradas no mercado de trabalho dos mais jovens e a saída dos mais velhos), as alterações no mercado de trabalho não são imediatas nem rápidas. Assim, no mercado de trabalho tem-se sentido um processo de substituição de gerações implicando uma dinâmica de melhoria dos indicadores de escolarização, que reflecte a própria evolução no *stock* de capital humano existente na população:

- a quota de emprego com habilitações médias (nível II - ensino secundário e médio ou profissional) aumenta de 11,1% para 15,6%;

- o peso das habilitações superiores (nível III – bacharelato e licenciatura) sobe de 3,2% para 6,7%;

- relativamente às habilitações inferiores (nível I), o peso do 1º ciclo ou menos passa de 48,3% para 38,2%, enquanto o 2º e 3º ciclos aumentam de 26,2% para 37,4%. Embora entre 1991 e 1998 tivesse havido uma melhoria nas habilitações de nível inferior, este estrato continua a ter uma importância muito alta em 1998 (representa 75% do total);

- a evolução operada nos níveis de qualificação profissional também vai no mesmo sentido. O peso dos profissionais mais qualificados (quadros superiores, quadros médios, encarregados e profissionais altamente qualificados) sobe de 12,4% para 17,8%. Os profissionais menos qualificados (profissionais semi-qualificados, não qualificados e aprendizes) descem de 40,4% para 37,7%.

Parece evidente que o país não pode esperar que se produza a lenta substituição da população em actividade (que se processa pela base da pirâmide etária e que ao longo dos anos se vai reproduzindo para os escalões etários seguintes) por uma outra geração com níveis de escolaridade médios e superiores. A necessidade de intervenções em matéria de qualificação ou requalificação da população em actividade parece evidente.

Globalmente, a partir dos dados dos Quadros de Pessoal, entre 1991 e 1998, houve um ligeiro aumento do emprego (cerca de 156 mil, 7,8%). A partir de uma classificação dos estabelecimentos em três categorias (criados no período em análise; encerrados no mesmo período; sobreviventes durante o período), podemos concluir que a evolução registada nestes anos resultou sobretudo de um saldo positivo entre o emprego criado pelos novos estabelecimentos (4,7%) e o emprego destruído pelos estabelecimentos que abandonaram a actividade (3,6%). O saldo verificado pelos estabelecimentos que permaneceram é aparentemente muito restrito (os estabelecimentos que cresceram registaram uma variação líquida de 0,4% e os que diminuíram -0,8%, o que dá um saldo de -0,4%). Devemos salientar que estes cálculos não contabilizam as entradas e saídas de trabalhadores nas empresas durante este período, logo são saldos que escondem dinâmicas fortes como vamos confirmar.

Uma análise mais cuidada e pormenorizada às dinâmicas verificadas entre 1995 e 1998 em termos de trabalhadores, leva-nos naturalmente a ter uma noção mais clara das mudanças operadas no mercado de trabalho. Neste período houve uma ligeira diminuição do número de trabalhadores (a taxa líquida de variação é -2,1%). A taxa líquida anual de criação de trabalho em novos estabelecimentos é de 4,2%, e foram destruídos 7,3% nos estabelecimentos que entretanto encerraram, o que dá um saldo de -3,1%. Nos estabelecimentos que permaneceram foram admitidos 8,3% e saíram 7,2%, o que dá um saldo de 1,1%.

Em termos comparativos, as taxas anuais médias de rotação de postos de trabalho em Portugal são altas¹⁹⁹ (entre 1995 e 1998, foram na ordem dos 27%) mesmo quando comparadas com os Estados Unidos, Canadá e a Dinamarca (Varejão e Carneiro, 2000). A capacidade de ajustamento anual revelada pelo mercado de trabalho em Portugal deve-se maioritariamente às entradas e saídas de trabalhadores nos estabelecimentos existentes, que respondem a cerca de 57% dos fluxos de emprego, enquanto a criação ou encerramento de estabelecimentos anda na ordem dos 43%. No entanto, comparativamente com outros países este último valor é bastante elevado (o valor de referência internacional é um terço), revelando que a rotação de trabalhadores nos mesmos postos de trabalho é pouco relevante em Portugal. Na perspectiva do CETE (CETE e outros, 2000), estes valores podem revelar uma fraca capacidade de ajustamento a choques temporários (que determinariam uma rotação mais elevada de trabalhadores nos estabelecimentos existentes), embora

¹⁹⁹ Embora a nível trimestral, os valores obtidos pela investigação realizada pelo CETE (Varejão, 2000), são claramente muito inferiores aos países de referência, demonstrando, portanto, uma menor flexibilidade do mercado de trabalho português.

haja um forte poder de ajustamento a choques duradouros ou a variações sazonais da procura (pois a capacidade de criar e destruir estabelecimentos é grande). Esta flexibilidade do mercado de trabalho deve-se também a uma estrutura empresarial dominada pelas PME (questão que será desenvolvida mais à frente).

Tendo presente estas dinâmicas e os baixos níveis de desemprego registados em Portugal (comparativamente com a União Europeia), pode afirmar-se que a economia portuguesa na década de noventa demonstrou uma razoável capacidade de adaptação às importantes mutações ocorridas em termos de enquadramento macroeconómico (Figueiredo, 2000). Recordando algumas das grandes crises industriais anunciadas, designadamente nas indústrias ditas "tradicionais", verificamos que as perspectivas mais pessimistas em termos da queda do emprego e de subida do desemprego não se concretizaram, evidenciando uma elevada capacidade de adaptação do mercado de trabalho.

Voltando às dinâmicas registadas na última década (entre 1991 e 1998), verificamos que, em 1998, 45,7% do emprego estava concentrado em estabelecimentos criados depois de 1991, demonstrando a elevada taxa de natalidade. Esta turbulência no emprego também está evidenciada na destruição de estabelecimentos, que arrasou neste período 37,3% do emprego existente em 1991. Assim, na última década o mercado de trabalho foi aparentemente "revolvido", sem que isso tivesse implicado aumentos significativos nas taxas de desemprego e melhoramentos significativos na qualidade do mercado de trabalho.

Aparentemente o mercado de trabalho português parece transparecer uma flexibilidade (deduzida da "turbulência" e não traduzida no desemprego) que poderia ser um importante trunfo no futuro. No entanto, Portugal não dispõe de uma economia virada para a inovação e para o conhecimento, e ainda tem de fazer um grande esforço de requalificação da população em actividade. Roberto Carneiro (2000) estima que dois terços da população em actividade carece urgentemente de formação avançada. Situação difícil de ultrapassar pois há ainda uma fraca participação da população activa nos processos de formação ao longo da vida.

A competitividade da economia portuguesa vem também sendo afectada pelo quadro legal que rege as relações laborais nas empresas, quer no que diz respeito às condições de trabalho quer no que diz respeito à negociação e fixação de salários.

No momento em que a globalização da economia exige maior versatilidade e flexibilidade nas relações laborais, ao mesmo tempo que reclama esquemas salariais

que premeiem e diferenciem os melhores e os mais empenhados, as empresas e os trabalhadores vivem em Portugal num conflito latente que perturba uma organização de trabalho mais capaz de responder aos desafios da competitividade da mão-de-obra nacional.

A criatividade, a qualidade, a dedicação e a exigência são valores que na legislação laboral portuguesa foram substituídos pela segurança e a estabilidade no trabalho, não conseguindo as organizações patronais e os sindicatos ultrapassarem uma postura marcadamente ideológica, alcançando a desejada bissectriz entre aqueles valores aparentemente conflituosos.

Enquanto isto, o baixo custo da mão-de-obra do continente asiático e a oferta crescente da mão-de-obra mais qualificada proveniente da Europa de Leste põem em causa os tradicionais factores competitivos dos recursos humanos nacionais²⁰⁰, exigindo uma nova direcção estratégica para o seu desenvolvimento. A competitividade dos recursos humanos nacionais é assim matéria que deve ser urgentemente considerada na reforma laboral portuguesa.

9.3. Uma visão territorial da qualidade do emprego

Num quadro de evolução económica em que as perspectivas de crescimento do emprego são muito limitadas e em que o sector terciário possui as melhores margens para uma evolução positiva, iremos ter necessariamente assimetrias em termos de distribuição territorial, o que significa diferentes cenários de emprego criado e destruído e de desemprego. Não podemos pensar que vai haver uma substituição directa dos empregados não qualificados ou instruídos por empregados com qualificações médias e superiores. Sendo previsíveis importantes alterações na estrutura de actividades e nas organizações produtivas, é necessário preparar as empresas e os trabalhadores para os novos desafios.

A análise da figura 2.9 (mapa pequeno) permite distinguir três níveis: Lisboa e Porto descolam do restante território pela dimensão da dotação de emprego e pela qualidade face aos restantes concelhos; uma extensa área de transição estende-se ao longo do litoral deste (entre Setúbal e Caminha) e na costa algarvia, ou incide pontualmente nas áreas interiores; por fim, um extenso território está "marginalizado" da empregabilidade.

²⁰⁰ Como demonstra o número de empresas estrangeiras que encerraram em Portugal e optaram recentemente por uma relocalização nos Países do Leste Europeu.

Concluindo, enquanto um vasto território do Continente não possui o limiar mínimo de massa crítica de emprego, em quantidade e qualidade, necessário para sustentar uma economia tradicional ou do conhecimento, os centros das duas metrópoles constituem os pólos de excelência para a nossa dimensão. Nesta abordagem territorial deve ter-se sempre presente os níveis baixos que Portugal apresenta relativamente à média da União Europeia. Assim, a média do Continente significa uma situação razoável a nível nacional, mas claramente precária no contexto europeu.

Analisando a estrutura do emprego mais aprofundadamente, podemos apresentar os seguintes elementos de avaliação territorial (figura 2.9):

1. Um vasto território nacional tem estado "marginalizado" das oportunidades de emprego. A dotação de emprego é muito limitada (independentemente da instrução e da qualificação) e o crescimento do emprego é pouco significativo. Esta área compreende duas classes, ambas com indicadores abaixo das médias do Continente; uma dispersa por 152 concelhos (mais de metade do país – 55% dos concelhos) e pior classificada; a outra, incorporando 22,5% dos concelhos, um pouco melhor pontuada;

Emergem nesta extensa área "submersa" algumas – mas não todas – cidades médias, que conseguem apresentar um perfil relativamente semelhante aos valores médios do Continente (Vila Real, Viseu, Guarda, Covilhã, Castelo Branco, Évora e Beja) e constituem uma estrutura crucial para a sustentação dos territórios envolventes. As cidades médias de Bragança, Mirandela, Chaves, Portalegre e Elvas mostram algumas fragilidades neste domínio.

Algumas cidades médias do interior (por exemplo, Bragança, Mirandela, Chaves, Peso da Régua, Lamego, Portalegre e Elvas) são áreas com uma fraca dotação de emprego.

2. A localização do trabalho e as diferentes intensidades de conhecimento que lhe estão associadas criam espaços urbanos metropolitanos economicamente muito heterogéneos.

Lisboa e o Porto são claramente os centros de hierarquia superior a nível nacional, tanto no emprego como no emprego público, independentemente dos níveis de instrução. Na década de noventa os perfis de emprego qualificaram-se, pois os trabalhadores com níveis de instrução inferiores diminuíram, enquanto os mais escolarizados (bacharelato ou licenciatura) aumentaram. Em termos relativos, o total de emprego manteve-se dentro da mesma ordem de grandeza entre 1991 e 1998.

As coroas metropolitanas apresentam nos finais dos anos noventa uma dotação de capital humano em actividade muito considerável. São claramente, a seguir aos centros das metrópoles, os principais centros de emprego. Nestas áreas dominam os trabalhadores com níveis de instrução Intermédia e os níveis de instrução superiores apresentam patamares semelhantes ao valor médio do Continente. Por outro lado, a criação de emprego é muito significativa em termos absolutos, sobretudo nos níveis de instrução intermédia, mas também superior. Lisboa aparece rodeada de uma massa de emprego em Oeiras, Cascais, Sintra e Loures, enquanto no Porto a mancha é mais circunscrita (Matosinhos e Vila Nova de Gaia). Concluindo, as coroas metropolitanas são, com Lisboa e Porto na primeira linha, os principais centros de mais-valia nacional na dotação e qualidade do capital humano em actividade.

A juntar a este painel aparece um grupo de concelhos fortemente empregadores e com uma estrutura de emprego marcada pelas instruções intermédias (secundário ou ensino profissional). É uma espécie de segunda coroa metropolitana, localizada preferencialmente na margem sul da AML (Setúbal, Palmela, Almada e Seixal a sul, e a norte Vila Franca de Xira) e no Porto representada por Maia e Feira.

Nem sempre as áreas metropolitanas significam oportunidades de emprego, pois vários concelhos apresentam uma estrutura de emprego frágil ou intermédia. Como podemos confirmar pela observação do mapa, internamente as duas áreas metropolitanas apresentam estruturas muito diversificadas de dotação de emprego. Sesimbra, Alcochete, Montijo, Moita, ou mesmo Mafra e Torres Vedras, na AML e Gondomar, Valongo, Vila do Conde e Póvoa do Varzim na AMP, aparecem pior posicionados em termos de dotação e qualidade de emprego.

3. Fora das áreas metropolitanas e das áreas mais marginalizadas em termos de emprego surge um território de transição, mais ou menos qualificado.

Em primeiro lugar, há um grupo de concelhos que se evidenciam a nível nacional, nomeadamente o centro do Vale do Ave (com Guimarães, Vila Nova de Famalicão e Santo Tirso). Depois visualizam-se Aveiro, Coimbra e Leira, a estruturar a mancha litoral do Centro, e Faro, a emergir num Algarve pouco promissor em termos de dotação e qualidade de emprego.

Em seguida surge uma mancha que faz a transição entre a classe anterior e os concelhos com uma dotação significativa de emprego no contexto nacional. Não é uma mancha contínua, mas sim relativamente recortada, contribuindo para a construção de núcleos mais ou menos extensos de localização de emprego.

Quadro Síntese 2.9. Qualidade do Emprego

Cod. Indicador	Valor Contínente	Classe Contínente	Indicadores							
			Classe 1	Classe 2	Classe 3	Classe 4	Classe 5	Classe 6	Classe 7	
			Modalidade dos Valor-teste							
21	145262 Nº	-	nível 1 17	nível 2 13	nível 3 10	nível 4 8	nível 5 7	nível 6 2	nível 7 2	
21	145262 Nº	-			nível 4 5			nível 7 3		
23	337470 Nº	-	nível 1 18	nível 2 14	nível 4 5	nível 5 7	nível 6 4	nível 7 2		
23	337470 Nº	-			nível 3 5			nível 6 3		
22	1638107 Nº	-	nível 1 16	nível 2 7	nível 4 7	nível 5 4	nível 6 4	nível 7 2		
22	1638107 Nº	-		nível 3 5		nível 7 5		nível 6 3		
19	17,8 %							nível 3 2		
20	13,5 %							nível 3 2		
6	145262 Nº	-	nível 1 17	nível 2 13	nível 3 9	nível 5 8	nível 6 7	nível 7 3		
4	145262 Nº	-			nível 4 5			nível 7 3		
5	337470 Nº	-	nível 1 17	nível 2 13	nível 4 6	nível 5 9	nível 6 4	nível 7 4		
5	337470 Nº	-			nível 3 7			nível 7 4		
4	1638107 Nº	-	nível 1 16	nível 2 8	nível 4 7	nível 5 4	nível 6 4	nível 7 4		
4	1638107 Nº	-		nível 3 5		nível 6 4		nível 7 4		
3	6,7 %				nível 3 5			nível 6 3		
2	15,6 %				nível 3 5			nível 6 3		
1	75,6 %				nível 2 4			nível 1 3		
12	245490 Nº	-	nível 1 15	nível 3 5	nível 4 6	nível 5 4	nível 6 4	nível 7 3		
12	245490 Nº	-			nível 3 5			nível 6 4		
11	180256 Nº	-	nível 1 15	nível 2 7	nível 3 6	nível 4 5	nível 5 4	nível 6 3		
10	257421 Nº	-	nível 1 13	nível 3 6	nível 4 6	nível 5 5	nível 6 3	nível 7 1		
15	75944 Nº		nível 1 15	nível 2 10	nível 3 9	nível 5 7	nível 6 6	nível 7 2		
15	75944 Nº				nível 4 7			nível 7 2		
14	97348 Nº		nível 1 11	nível 3 9	nível 4 7	nível 5 4	nível 6 4	nível 7 3		
14	97348 Nº				nível 4 7			nível 7 3		
13	23280 Nº		nível 4 9	nível 5 4	nível 2 4	nível 3 3	nível 4 4	nível 5 2		
18	107,6 %				nível 2 4	nível 3 3	nível 4 2	nível 5 2		
			182	62	38	14	7	2		

Legenda:

PC
Peso no Contínente

Classe mais alta

A modalidade ocorre em 50% ou mais das unidades incluídas na classe e o valor-teste é superior ou igual a 2

A modalidade ocorre em 25 a 50% das unidades incluídas na classe e o valor-teste é superior ou igual a 4

Nota:

A designação dos indicadores está descrita de forma mais completa na lista de indicadores.

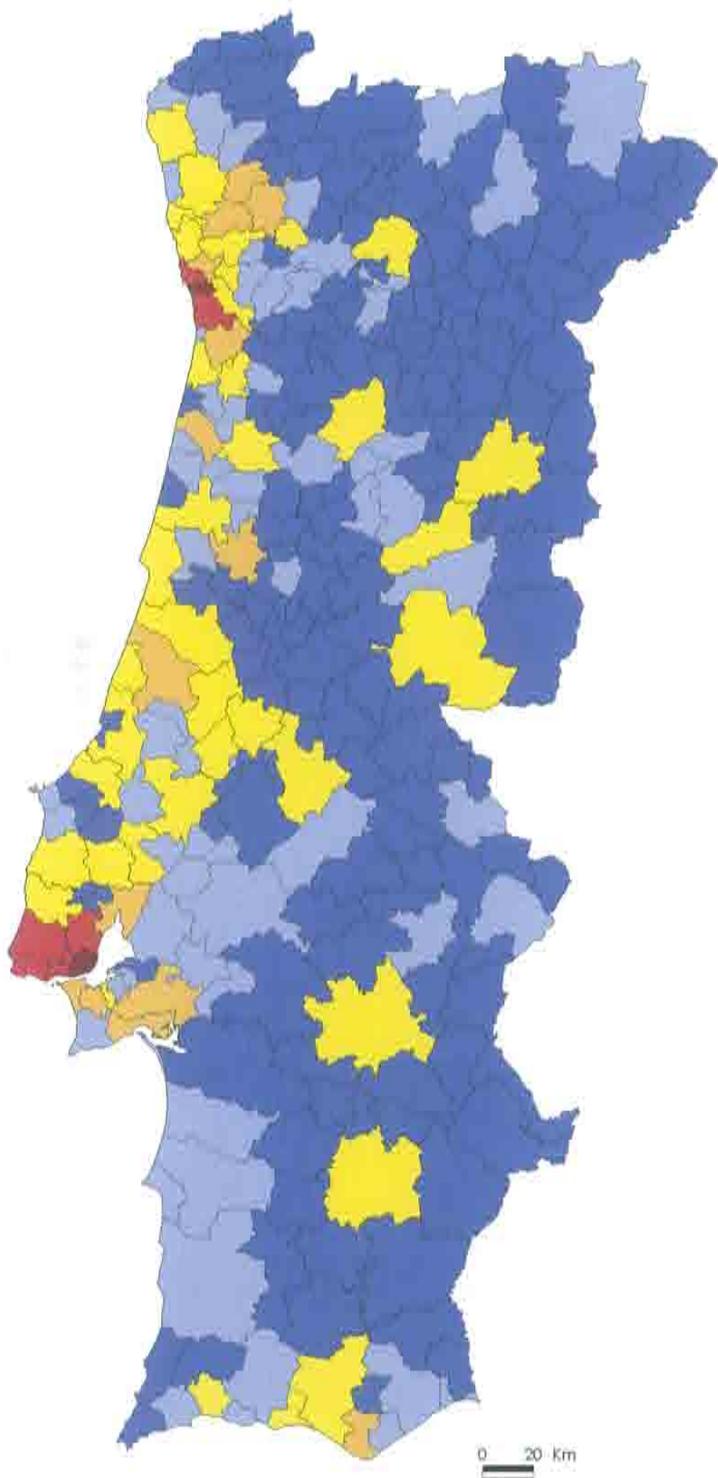
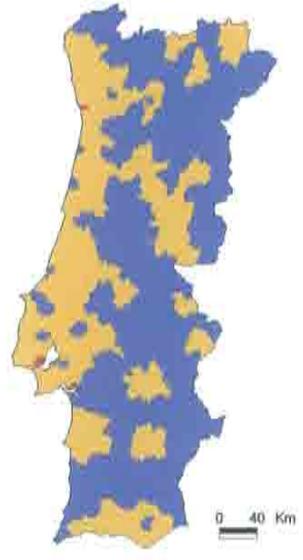


Figura 2.9.
Qualidade do Emprego



■ Situação desfavorável
■ Situação Intermédia
■ Situação favorável

- Fraca empregabilidade num contexto de apatia empresarial
- Pequenos "stocks" de emprego associam-se a processos de mudança muito lentos
- "Stocks" de emprego de dimensão razoável associam-se a processos de mudança lentos
- Grandes "stocks" de emprego associam-se a uma qualidade do emprego razoável e a processos activos de criação de emprego
- "Stocks" de emprego de elevada dimensão associam-se a uma qualidade do emprego superior e a processos activos de criação de emprego com níveis de instrução médios e superiores
- "Stocks" de emprego de elevada dimensão associam-se a uma qualidade do emprego relativamente superior e a processos muito activos de criação de emprego com níveis de instrução superiores

Algumas conclusões:

- Desenha-se um "mancha" de emprego, com algumas "clareiras", ao longo do litoral oeste entre Viana do Castelo e Setúbal, estruturada pelas duas metrópoles. Nas áreas em perda, algumas cidades médias destacam-se claramente de um contexto envolvente muito pouco favorável.
- Se considerarmos os indicadores da União Europeia, os níveis de instrução do emprego estão claramente abaixo dos valores necessários. Assim, Portugal tem de conseguir implementar uma estratégia de qualificação que abarque uma elevada percentagem da população activa.
- A análise evidencia uma forte importância dos escalões de educação superior na definição de uma hierarquia territorial. Tendo presente que as diferentes actividades exigem níveis de instrução diversificados e não necessariamente superiores, é claro, como já foi referido, que estamos face a uma estratégia de educação-formação desadaptada das reais necessidades da estrutura produtiva e completamente desfasada dos desafios de uma economia do conhecimento.
- Ouvindo as históricas e permanentes lamentações dos dirigentes empresariais relativamente à escassez de pessoal intermédio com qualificações profissionais, cada vez é mais urgente regular o acesso ao ensino superior (cujos licenciados estão já a começar a sentir níveis de desemprego preocupantes em algumas áreas) e passar a oferecer uma alternativa pós-secundário, diversificada e orientada para a formação de "quadros intermédios" e "pessoal altamente qualificado". Esta estratégia permitiria adaptar as necessidades da procura à oferta.
- É necessário também difundir e reforçar a capacidade empresarial e a criação do auto-emprego nos universitários e bacharéis no quadro de diferentes oportunidades detectadas a nível macro ou micro, designadamente tendo em vista a necessidade de fomentar a criação de *novos negócios* em torno das *novas actividades*.
- Por outro lado, a formação ao longo da vida deverá ter uma componente territorial, de forma a que a oferta se aproxime mais das necessidades inerentes aos mercados de trabalho regionais. Por outro lado, é necessário criar incentivos à aprendizagem ao longo da vida, de forma a acelerar os processos de aprendizagem e qualificação.
- Os processos de reestruturação sectorial e/ou redimensionamento empresarial, associados à existência de uma massa de activos sem qualificações e incapazes de serem integrados nas novas actividades em gestação, poderão arrastar desemprego de longa duração em algumas regiões. Neste sentido, é essencial difundir e reforçar a capacidade empresarial tendo em vista a criação de auto-emprego ou de trabalho independente, fundamentais para a viabilidade e sobrevivência das novas iniciativas. As "mulheres" têm aqui uma importância crucial dada a quantidade de programas e instrumentos de política existentes e a elas direccionados.

10. Dimensão e dinâmica do tecido empresarial

10.1. Enquadramento

O novo mapa da geografia económica é também um complexo *palimpsesto* de empresas de diferentes épocas ou fases de crescimento económico. É uma espécie de "agenda histórico-estrutural". Nesta agenda temporal algumas empresas são muito recentes, outras não conseguiram sobreviver e adaptar-se, e por isso desapareceram entretanto, outras reestruturaram-se e vão-se integrando. Em termos de dimensão as empresas também registam uma estrutura complexa. É à procura do mapa das empresas, das novas às antigas ou das grandes às pequenas, que este domínio se desenvolve.

Competitividade e inovação podem encontrar-se nas maiores ou pequenas empresas, não havendo uma correlação positiva ou negativa em função da dimensão. No entanto, as pequenas empresas ganharam um estatuto que nos anos 60 e 70 não tinham. Hoje em dia, alguns estudos atribuem uma grande importância às PME no sentido de lhes associar capacidade de iniciativa empresarial, reestruturação das economias industriais e flexibilidade. Assim, a estrutura empresarial e a dinâmica empresarial aparecem como características do tecido produtivo que devem ser avaliadas em estreita relação com as actividades económicas, com os diferentes nichos de especialização, com a qualidade do mercado de trabalho, etc.. De que forma há ou não uma interacção entre este domínio e os restantes é uma questão pertinente para Portugal em termos de política económica. Numa coisa estão todos os autores de acordo, a flexibilidade económica é facilitada por um tecido de PME dinâmicas e com grandes capacidades de reestruturação.

A importância das PME tem vindo a ser sucessivamente evidenciada pela União Europeia. A Carta Europeia das Pequenas Empresas²⁰¹ aconselha os Estados – Membros e a Comissão a tomar medidas no sentido de apoiar as pequenas empresas, evidenciando o seu papel no crescimento da economia europeia. A maioria dos países da União Europeia tem vindo a apoiar e a facilitar o início de novas actividades e a criar mecanismos para o reforço da capacidade tecnológica. O *Plano de Acção para Promover o Espírito Empresarial e a Competitividade* e os objectivos do *Programa*

²⁰¹ Comissão das Comunidades Europeias, Comunicação da Comissão, Carta Europeia das Pequenas Empresas – Relatório Anual de Implementação, COM(2001)122 final, Bruxelas, 7.3.2001.

*Plurianual para a Empresa e o Espírito Empresarial*²⁰² são também compatíveis com os princípios enunciados na Carta.

Vítor Corado Simões, no seu trabalho *Inovação e a Gestão em PME* (1997), conclui designadamente o seguinte:

- os modelos de gestão e a propriedade das empresas são mais relevantes que a dimensão enquanto factores motivadores de inovação;

- as empresas criadas recentemente parecem estar mais propensas para a inovação, porque em certas empresas o passado é um entrave à mudança; refere, no entanto, que há bons exemplos de capacidade de reajustamento e de dinamização de empresas criadas há muitos anos;

- taxas de início de actividade altas e taxas de sobrevivência elevadas são características desejáveis.

Com estas reflexões partimos para a construção da base de dados. Em primeiro lugar, fizemos um painel com as maiores empresas do país; em seguida, construímos um quadro de indicadores para o comércio e serviços e outro para a indústria transformadora procurando que reflectissem as diferentes estruturas empresariais; por fim, juntámos um leque de variáveis que visam retratar a dinâmica e a sobrevivência empresarial.

Lista de indicadores considerados:

Grandes Empresas	
1	Número de empresas na lista das 500 maiores empresas portuguesas (por facturação), peso no continente, por concelho, em 2001
2	Nº de empresas da Indústria transformadora na lista das 500 maiores empresas portuguesas (por facturação), peso no continente, por concelho, em 2001
3	Nº de empresas de Comércio e Serviços na lista das 500 maiores empresas portuguesas (por facturação), peso no continente, por concelho, em 2001
4	Total de emprego nas 100 maiores empresas portuguesas, peso no continente, por concelho, em 2002
Dimensão das Empresas de Comércio e Serviços	
5	Empresas de Comércio e Serviços com zero pessoas ao serviço, peso no continente, por concelho, em 1997
6	Empresas de Comércio e Serviços com 1 a 9 pessoas ao serviço, peso no continente, por concelho, em 1997
7	Empresas de Comércio e Serviços com 10 a 49 pessoas ao serviço, peso no continente, por concelho, em 1997
8	Empresas de Comércio e Serviços com 50 a 99 pessoas ao serviço, peso no continente, por concelho, em 1997

²⁰² Decisão do Conselho, de 20 de Dezembro de 2000, relativa a um programa plurianual para a empresa e o espírito empresarial, em especial para as pequenas e médias empresas (PME) (2001-2005) (2000/819/CE).

- 9 Empresas de Comércio e Serviços com 100 a 199 pessoas ao serviço, peso no continente, por concelho, em 1997
- 10 Empresas de Comércio e Serviços com 200 a 499 pessoas ao serviço, peso no continente, por concelho, em 1997
- 11 Empresas de Comércio e Serviços com mais de 500 pessoas ao serviço, peso no continente, por concelho, em 1997
- 12 Empresas de Comércio e Serviços com zero pessoas ao serviço, por concelho, em 1997
- 13 Empresas de Comércio e Serviços com 1 a 9 pessoas ao serviço, por concelho, em 1997
- 14 Empresas de Comércio e Serviços com 10 a 49 pessoas ao serviço, por concelho, em 1997
- 15 Empresas de Comércio e Serviços com 50 a 99 pessoas ao serviço, por concelho, em 1997
- 16 Empresas de Comércio e Serviços com 100 a 199 pessoas ao serviço, por concelho, em 1997
- 17 Empresas de Comércio e Serviços com 200 a 499 pessoas ao serviço, por concelho, em 1997
- 18 Empresas de Comércio e Serviços com mais de 500 pessoas ao serviço, por concelho, em 1997

Dimensão das Empresas da Indústria Transformadora

- 19 Empresas da Indústria Transformadora com zero pessoas ao serviço, peso no continente, por concelho, em 1997
- 20 Empresas da Indústria Transformadora com 1 a 9 pessoas ao serviço, peso no continente, por concelho, em 1997
- 21 Empresas da Indústria Transformadora com 10 a 49 pessoas ao serviço, peso no continente, por concelho, em 1997
- 22 Empresas da Indústria Transformadora com 50 a 99 pessoas ao serviço, peso no continente, por concelho, em 1997
- 23 Empresas da Indústria Transformadora com 100 a 199 pessoas ao serviço, peso no continente, por concelho, em 1997
- 24 Empresas da Indústria Transformadora com 200 a 499 pessoas ao serviço, peso no continente, por concelho, em 1997
- 25 Empresas da Indústria Transformadora com mais de 500 pessoas ao serviço, peso no continente, por concelho, em 1997
- 26 Empresas da Indústria Transformadora com zero pessoas ao serviço, por concelho, em 1997
- 27 Empresas da Indústria Transformadora com 1 a 9 pessoas ao serviço, por concelho, em 1997
- 28 Empresas da Indústria Transformadora com 10 a 49 pessoas ao serviço, por concelho, em 1997
- 29 Empresas da Indústria Transformadora com 50 a 99 pessoas ao serviço, por concelho, em 1997
- 30 Empresas da Indústria Transformadora com 100 a 199 pessoas ao serviço, por concelho, em 1997
- 31 Empresas da Indústria Transformadora com 200 a 499 pessoas ao serviço, por concelho, em 1997
- 32 Empresas da Indústria Transformadora com mais de 500 pessoas ao serviço, por concelho, em 1997

Data de criação e dimensão dos estabelecimentos

- 33 Estabelecimentos existentes em 1998 e criados entre 1991 e 1998 relativamente ao total de estabelecimentos, por concelho, em 1998
- 34 Estabelecimentos existentes em 1998 e criados antes de 1991 relativamente ao total de estabelecimentos, por concelho, em 1998
- 35 Estabelecimentos existentes em 1998 e criados entre 1991 e 1998, peso no continente, por concelho, em 1998
- 36 Estabelecimentos existentes em 1998 e criados antes de 1991, peso no continente, por concelho, em 1998
- 37 Dimensão média dos estabelecimentos existentes em 1998 e criados entre 1991 e 1998, por concelho, em 1998
- 38 Dimensão média dos estabelecimentos existentes em 1998 e criados antes de 1991, por concelho, em 1998

10.2. Breve leitura da situação em Portugal

A estrutura de trabalhadores por conta de outrem por dimensão da empresa em Portugal (1998) evidencia a importância, em termos de volume total de empregos dos escalões de empresas com 20 a 49 pessoas ou com mais de 1000 pessoas ao serviço (gráfico 2.5).

As pequenas empresas (menos de 50 pessoas ao serviço) empregam 43% do total dos trabalhadores por conta de outrem, as empresas de dimensão intermédia (entre 50 a 500 trabalhadores) somam 33% e as empresas com mais de 500 pessoas totalizam 23%. Entre 1991 e 1998 houve um ligeiro aumento do pessoal nas pequenas empresas (de 41% passou para 43%) e uma ligeira diminuição no escalão das grandes empresas (de 24% passou para 23%). Os escalões compreendidos entre 50 e 500 pessoas ao serviço mantiveram-se ao mesmo nível (34,7% em 1991 e em 1998).

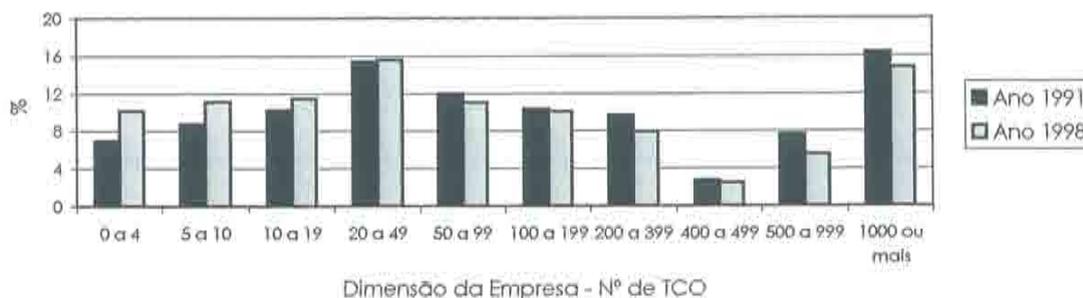
A estrutura das empresas por dimensão demonstra que entre 1991 e 1998 não houve alterações significativas.

Em termos de empreendimento e capacidade de iniciativa, alguns números poderão ajudar a dimensionar e a reflectir sobre esta temática:

- relativamente aos estabelecimentos existentes nos Quadros de Pessoal de 1991, 47% não se encontravam nos Quadros de 1998, tendo aparentemente desaparecido durante o período (1991 e 1998);

- relativamente aos estabelecimentos existentes em 1998 nos Quadros de Pessoal, 66% não se encontravam nos Quadros de 1991, tendo aparentemente sido criados durante o período (1991 e 1998).

GRÁFICO 2.5. Trabalhadores por conta de outrem, por dimensão da empresa



Fonte: MSST, 1991 e 1998

A turbulência no emprego, referida anteriormente, reflecte naturalmente a turbulências na criação e destruição de estabelecimentos. Estes números significam capacidade de iniciativa empresarial, necessidades de reestruturação de uma economia muito industrial, uma flexibilidade em certa medida potenciada pela importância das PME, mas também a fragilidade do tecido empresarial português. O importante não é criar empresas, mas sim criá-las e conseguir que elas sobrevivam.

A elevada taxa de natalidade e de mortalidade de estabelecimentos e a expansão do emprego nas empresas criadas são uma almofada social que tem reflexo nos níveis baixos de desemprego.

Os estabelecimentos criados entre 1991 e 1998 (e que sobreviveram até 1998), embora tendo uma dimensão média de apenas 6 pessoas ao serviço, asseguravam em 1998 45,7% do emprego total do Continente. Isto significa que a capacidade de empreendimento mostrou-se capaz de criar um volume de emprego muito apreciável.

Assim, pensamos que em Portugal há uma capacidade de empreendimento que pode ser fundamental numa perspectiva de inovação incremental e que nas novas gerações, mais instruídas, pode vir a ser canalizada para a criatividade e para a criação de projectos empresariais inovadores. Já vimos que as novas iniciativas empresariais têm tido uma importante papel no crescimento do emprego, na reestruturação das actividades e na introdução de novas actividades. Podemos então reafirmar que esta dinâmica empresarial e a importância das PME são uma característica do tecido produtivo português, relevante pela capacidade de iniciativa que parecem demonstrar, mas que só por si não significam uma capacidade de empreendimento num economia do conhecimento e da criatividade. O empreendedorismo não pode ser só avaliado através da capacidade de criar empresas, mas sobretudo a partir do talento de as manter em funcionamento. Por outro lado, essa capacidade aparentemente intrínseca a certos territórios deve ser apoiada por estruturas institucionais, de forma a ser canalizada para novas áreas de negócio identificadas a outros níveis e possivelmente em outros contextos institucionais.

10.3. Análise territorial

A análise do pequeno mapa é bem ilustrativa da matriz territorial em termos de dinâmica e estrutura empresarial (figura 2.10). Lisboa e o Porto destacam-se pela forte concentração empresarial, independentemente da dimensão das empresas e do ano de início de actividade. Em seguida, só se evidencia um pequeno núcleo de

concelhos (20 concelhos) com uma estrutura empresarial relativamente densa, independentemente da dimensão das empresas. Os restantes concelhos mostram uma fraca concentração empresarial, que corresponde sobretudo a pequenas empresas.

Depois deste retrato genérico podemos passar a uma leitura mais fina. Num imenso território interior onde a capacidade de iniciativa é praticamente inexistente ou tem uma fraca expressão através das pequenas empresas, só sobressai Évora no Alentejo e Viseu na Região Centro. Em Trás-os-Montes e Alto Douro nem Vila Real e Chaves se evidenciam convenientemente. Na Região Centro regista-se um eixo entre Castelo Branco, Guarda e Viseu, demonstrando um tecido empresarial não muito espesso e de pequena dimensão. No Alentejo, exceptuando Évora, só Beja, Portalegre e Santiago do Cacém conseguem ter uma pequena expressão.

Na faixa litoral entre Viana do Castelo e Setúbal visualiza-se um tecido empresarial mais ou menos espesso. Nesta faixa duas manchas individualizam-se, uma em torno de Lisboa e outra em torno do Porto, e fora disto só Aveiro, Coimbra e Leiria se conseguem autonomizar. No Algarve a densidade empresarial é relativamente baixa.

A estrutura e a dinâmica empresariais na Área Metropolitana de Lisboa são relativamente heterogéneas:

- Lisboa destaca-se com uma estrutura empresarial densa. É aqui que se concentram as maiores empresas do país (criadas recentemente ou não). No entanto, na estrutura local dominam as empresas constituídas antes de 1991. Em termos sectoriais (indústria transformadora ou comércio/serviços) Lisboa atrai sobretudo empresas de comércio e serviços, de qualquer dimensão empresarial, enquanto na indústria transformadora só têm expressão as empresas com 10 a 49 pessoas ao serviço. Em termos de dimensão média dos estabelecimentos verifica-se que os estabelecimentos mais antigos (criados antes de 1991) têm uma dimensão média ligeiramente superior ao valor do Continente (Lisboa; 14,3 pessoas ao serviço; Continente; 13,4), mas os estabelecimentos criados recentemente têm uma dimensão significativamente superior à média do Continente (Lisboa 8,6 para 5,9 no Continente);

- Oeiras evidencia-se ao concentrar o maior número de grandes empresas nacionais (inferior a Lisboa mas superior ao Porto). Na estrutura empresarial dominam as empresas de comércio e serviços, evidenciando-se localmente a importância das empresas com 100 a 199 pessoas ao serviço ou com mais de 500;

- Loures aparece evidenciando uma menor concentração das grandes empresas nacionais. Em termos sectoriais surge novamente o comércio e serviços, sobretudo com dimensões inferiores a 500 pessoas ao serviço. Em termos industriais regista-se alguma concentração de empresas com 100 a 199 pessoas ao serviço. Além disso, em Loures existe um número muito significativo de empresas constituídas nos últimos anos (entre 1991 e 1998) ou mais antigas (antes de 1991);

- Cascais, Sintra, Amadora, Vila Franca de Xira, Almada, Seixal e Setúbal aparecem na mesma classe. São concelhos onde se concentra um número razoável de empresas com menos de 100 pessoas ao serviço (de comércio, serviços e indústria). Em alguns concelhos, o sector do comércio e serviços realça-se localmente pelo número de empresas com 10 a 49 pessoas. A dimensão média dos estabelecimentos criados recentemente (entre 1991 e 1998) é semelhante à registada no total do Continente (6 pessoas ao serviço);

- os restantes concelhos apresentam uma estrutura empresarial menos densa e menos dinâmica. Neste contexto, Mafra e Torres Vedras destacam-se dos restantes.

Relativamente à Área Metropolitana do Porto, na estrutura demarca-se:

- o concelho do Porto, que partilha a classe com o concelho de Lisboa. As estruturas são muito semelhantes, só se evidencia no Porto uma menor concentração das maiores empresas nacionais.

- Matosinhos, Maia, Santo Tirso, Vila Nova de Famalicão e Vila Nova de Gaia apresentam numa estrutura marcada pela indústria transformadora, com uma forte presença de PME (empresas com 10 a 49 pessoas ao serviço). Relativamente ao comércio e serviços estes concelhos concentram um número razoável de empresas, com dimensões relativamente semelhantes à média do Continente. Em termos globais, a dimensão dos estabelecimentos é ligeiramente superior ao total do Continente (para as empresas recentes ou antigas). Esta classe, constituída por cinco concelhos, só ocorre aqui.

- Braga, Guimarães e Feira apresentam uma estrutura semelhante à descrita para os concelhos de Cascais, Sintra, Amadora, Vila Franca de Xira, Almada, Seixal e Setúbal. Relativamente à classe anterior, são concelhos com uma estrutura empresarial mais diversificada, menos marcada pela presença do sector industrial.

Em face deste padrão territorial podemos fazer as seguintes reflexões.

Há uma clara concentração das sedes das grandes empresas nacionais nas duas metrópoles ou nos concelhos vizinhos. Esta aglomeração em torno das metrópoles, sobretudo de Lisboa, evidencia um movimento de concentração das sedes das grandes empresas²⁰³. Este facto é fundamental para a construção de uma nova economia porque as decisões estratégicas são tomadas nas sedes das empresas, onde está o poder de gestão, de inovação e em geral a força financeira da empresa ou do grupo. Nas sedes das grandes empresas ou grupos concentram-se ainda as actividades mais intensivas em conhecimento, tais como os serviços financeiros e jurídicos e a gestão de negócios. Com isto não queremos dizer que grandes empresas significam empregos criativos ou de elevado valor, porque hoje em dia nos serviços estão também a aumentar os empregos mais mal pagos e com menor autonomia (empregados da restauração em grupos de *fast-foods*, seguranças e profissionais de limpezas em grandes empresas, etc.).

Em termos de estrutura local, o centro das metrópoles evidencia também uma estrutura heterogénea onde as PME de serviços têm uma forte implementação. Também aqui a heterogeneidade pode ser grande, desde as PME especializadas na consultoria organizacional ou no *design* de moda, por exemplo, até ao pequeno estabelecimento de comércio ou de restauração. O leque de actividades possíveis é grande e ser PME não significa à partida capacidade de inovação.

Por outro lado, as duas metrópoles evidenciam um forte domínio de estabelecimentos criados antes de 1991 (relativamente aos criados entre 1991 e 1998). Se admitirmos que a antiguidade pode, em alguns casos, ser um factor de entrave à mudança²⁰⁴, então podemos afirmar que na estrutura de Lisboa e do Porto algumas empresas/estabelecimentos podem sentir ou vir a sentir algumas dificuldades de adaptação a uma nova economia. Convém, no entanto, referir que é nas duas metrópoles que mais empresas recentes existem (criadas entre 1991 e 1998), o que demonstra a *turbulência* empresarial (criação e destruição de estabelecimentos) nestas áreas e a flexibilidade que pode daqui advir.

²⁰³ Esta concentração foi sobretudo evidente em Lisboa (veja-se a localização das empresas de serviços estrangeiras ou as sedes dos grupos financeiros).

²⁰⁴ Em termos meramente exemplificativos, relativamente à antiguidade das empresas e à maior ou menor relutância à mudança, veja-se em Portugal o exemplo da indústria do calçado em S. João da Madeira e em Felgueiras. A indústria do calçado em S. João da Madeira é mais antiga e está mais vocacionada para o mercado nacional. Em contrapartida, em Felgueiras a indústria é mais recente e mais orientada para o mercado externo. Em Felgueiras há uma maior abertura à inovação e à adaptação às novas exigências do mercado; localmente há um ambiente social mais propício à interacção e à troca de experiências e conhecimentos.

No Noroeste há uma forte concentração de PME em torno do sector industrial, evidenciando-se as pequenas empresas (10 a 49 pessoas ao serviço). Além disso, o tecido concentra um grande número de estabelecimentos criados nos últimos anos (entre 1991 e 1998), o que tem sido fundamental para a reestruturação do tecido industrial existente. O declínio da classe trabalhadora na indústria, que está a afectar a economia dos países mais desenvolvidos, pode nesta área ter consequências marcantes, pois ter uma estrutura de PME não é condição suficiente para amenizar as consequências sociais de uma mudança brusca e não acautelada.

Em linhas gerais, no Continente os estabelecimentos criados entre 1991 e 1998 apresentam uma localização geográfica que acompanha de perto os estabelecimentos existentes em 1991, não se perspectivando alterações significativas no mapa de localização dos estabelecimentos e das empresas.

Fora das regiões urbanas (do Porto e Lisboa) só os concelhos de Aveiro, Coimbra e Leiria possuem uma estrutura empresarial razoavelmente densa e dinâmica. Uma grande parcela do Continente pode no futuro ficar excluída dos processos de inovação e do desenvolvimento porque não possui uma densidade empresarial suficiente para fazer emergir processos de aprendizagem colectiva.

Quadro Síntese 2.10. Estrutura e Dinâmica Empresarial

Cod. Indicador	Valor Contínua	Classes Contínuas	Indicadores													
			Classe 1	Classe 2	Classe 3	Classe 4	Classe 5	Classe 6	Classe 7	Classe 8	Classe 9					
			Modali- dade	Valor- teste												
1	500	Nº	nível 1	4												
1.1	100	Nº	nível 1	2												
2	1.86	Nº	nível 1	3												
3	315	Nº	nível 1	4												
5	3.600,28	Nº	nível 1	2	nível 2	2	nível 3	2	nível 4	2	nível 5	2	nível 6	2	nível 7	2
6	24.511,5	Nº	nível 1	3	nível 2	3	nível 3	3	nível 4	3	nível 5	3	nível 6	3	nível 7	3
7	15.669	Nº	nível 1	3	nível 2	3	nível 3	3	nível 4	3	nível 5	3	nível 6	3	nível 7	3
8	11.111	Nº	nível 1	3	nível 2	3	nível 3	3	nível 4	3	nível 5	3	nível 6	3	nível 7	3
9	492	Nº	nível 1	3	nível 2	3	nível 3	3	nível 4	3	nível 5	3	nível 6	3	nível 7	3
10	207	Nº	nível 1	3	nível 2	3	nível 3	3	nível 4	3	nível 5	3	nível 6	3	nível 7	3
11	112	Nº	nível 1	4	nível 2	4	nível 3	4	nível 4	4	nível 5	4	nível 6	4	nível 7	4
12	57,96	%	nível 4													
13	39,53	%	nível 4													
14	2,49	%	nível 4													
15	0,18	%	nível 5													
16	0,07	%	nível 5													
17	0,03	%	nível 3													
18	0,02	%	nível 3													
19	400,28	Nº	nível 1	4	nível 2	4	nível 3	4	nível 4	4	nível 5	4	nível 6	4	nível 7	4
20	520,69	Nº	nível 1	4	nível 2	4	nível 3	4	nível 4	4	nível 5	4	nível 6	4	nível 7	4
21	1.005,2	Nº	nível 1	4	nível 2	4	nível 3	4	nível 4	4	nível 5	4	nível 6	4	nível 7	4
22	1.924	Nº	nível 1	4	nível 2	4	nível 3	4	nível 4	4	nível 5	4	nível 6	4	nível 7	4
23	848	Nº	nível 1	4	nível 2	4	nível 3	4	nível 4	4	nível 5	4	nível 6	4	nível 7	4
24	435	Nº	nível 1	4	nível 2	4	nível 3	4	nível 4	4	nível 5	4	nível 6	4	nível 7	4
25	131	Nº	nível 1	4	nível 2	4	nível 3	4	nível 4	4	nível 5	4	nível 6	4	nível 7	4
26	49,46	%	nível 4													
27	12,4	%	nível 6													
29	1,83	%	nível 4													
30	0,81	%	nível 4													
31	0,41	%	nível 3													
32	0,12	%	nível 2													
36	82.342	Nº	nível 1	10	nível 2	10	nível 3	10	nível 4	10	nível 5	10	nível 6	10	nível 7	10
35	1.622,26	Nº	nível 1	10	nível 2	10	nível 3	10	nível 4	10	nível 5	10	nível 6	10	nível 7	10
34	34,4	%	nível 4													
33	63,6	%	nível 4													
38	13,43	%	nível 3													
37	3,92	%	nível 3													
Nº de Conceitos Incluídos na Classe			104	69	48	32	13	5	1	1	1	2				

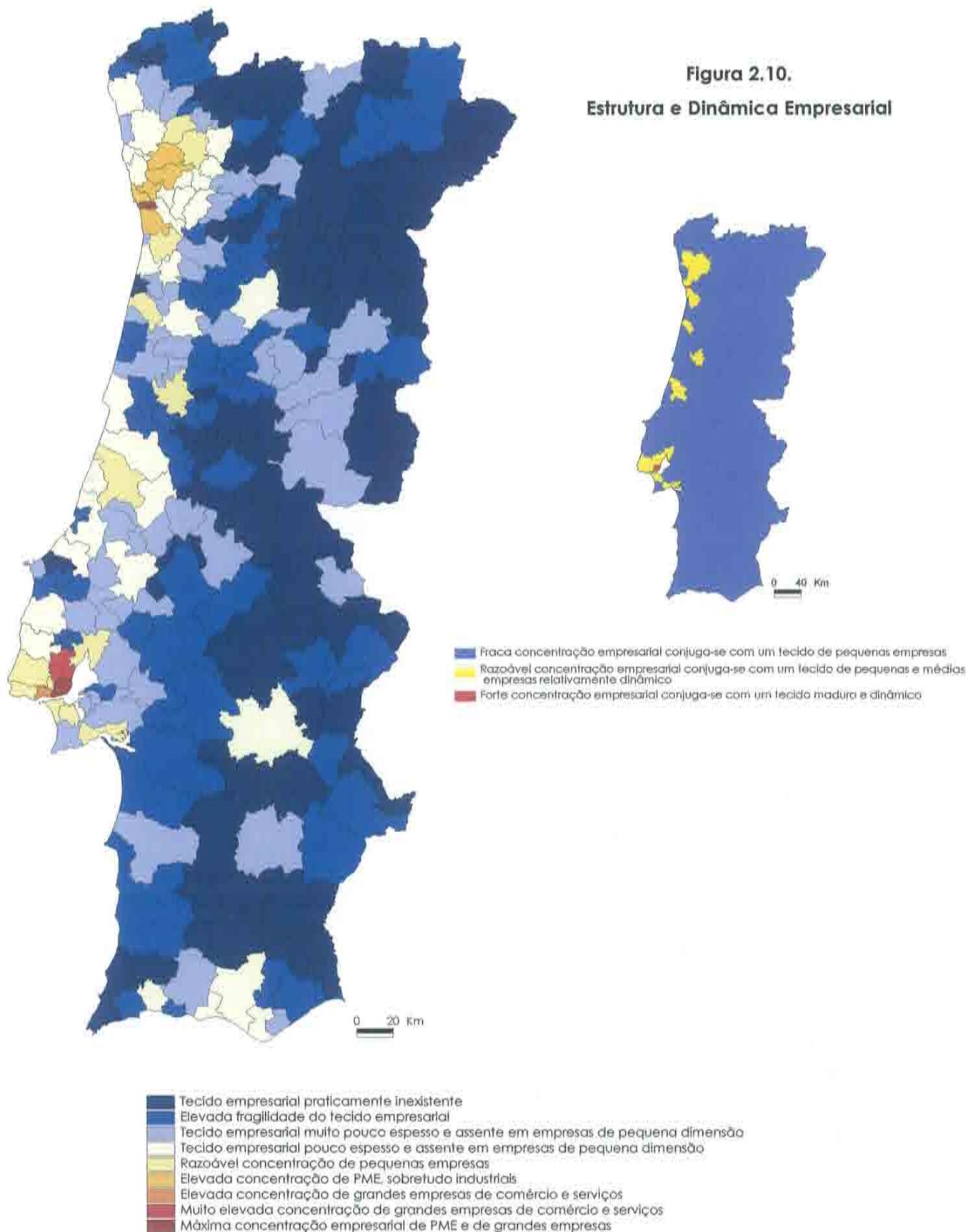
Legenda:

- PC: Peso no Contínua
- Sem Informação
- Classe mais alta
- IND: Indústria transformadora
- CS: Comércio e Serviços

A modalidade ocorre em 25 a 50% das unidades incluídas na classe e o valor-teste é superior ou igual a 2.
A modalidade ocorre em 50% ou mais das unidades incluídas na classe e o valor-teste é superior ou igual a 4.

Nota:
A designação dos indicadores está descrita de forma mais completa na lista de indicadores.

Figura 2.10.
Estrutura e Dinâmica Empresarial



Algumas conclusões:

- Estamos perante áreas territorialmente muito diferenciadas em matéria de enraizamento da capacidade empresarial: uma área em que a cultura empresarial está fortemente enraizada e dinamiza diferentes mecanismos de criação de empresas (o litoral mais industrializado e terciarizado) e outra que tem escassez de cultura e capacidade empresariais endógenas.
- É necessário reforçar a capacidade de intervenção das instituições (Associações Empresariais, Universidades e Politécnicos, Centros de Formação Profissional e outras estruturas organizativas de apoio ao sector produtivo) em matéria de dinamização e incubação de nova capacidade empresarial. É preciso dotar as instituições de recursos humanos e técnicos que permitam consolidar a promoção de empreendedorismo e de *spin-off's*.
- Face aos níveis de empreendedorismo que certas áreas demonstram, é fundamental haver instituições que apoiem e orientem essas capacidades para novas áreas de negócio, identificadas às escalas macro ou micro. O empreendedorismo não deve ser exclusivamente avaliado pela capacidade de criar empresas (por vezes abrem e fecham logo em seguida), mas sobretudo pela faculdade de abrir empresas e mantê-las em funcionamento.
- Nas áreas com escassez generalizada de capacidade empresarial endógena, é fundamental injectar, sobretudo nas cidades médias, capacidade técnica e de gestão, de forma a desencadear processos de *endogeneização* de nova capacidade empresarial. A tão divulgada "multifuncionalidade" das zonas rurais pode vir a constituir uma oportunidade para se desenvolverem novas políticas que promovam negócios e iniciativas empresariais.
- Nas áreas mais dinâmicas e em certas estruturas empresariais pode ser incentivado o "intrapreneuship", o que significa a criação e o desenvolvimento de espírito empresarial no interior das organizações, de forma a incentivar a origem de "spin-offs". Para certos sistemas produtivos e algumas empresas, esta poderá ser uma via para a reestruturação, a gestão de recursos humanos e de competências e a criação de novos negócios mais sustentados.

11. Investimentos

11.1 Enquadramento

Concretamente, o que gostaríamos de fazer neste capítulo era uma avaliação dos investimentos, tanto dos físicos como imateriais. Gostaríamos de avaliar os investimentos, o rácio do investimento em capital físico face ao investimento em capital humano. Em Portugal insiste muito nos investimentos de ordem física e não na construção de uma sociedade da aprendizagem e do conhecimento.

Por outro lado, a informação sobre os investimentos públicos permanece no "segredo dos deuses", só sendo facultada a algumas instituições externas no momento das avaliações dos investimentos comunitários. Esta falta de transparência e acessibilidade à informação parece reflectir a ausência de um sistema de informação global, a forte compartimentação sectorial das políticas públicas e a insuficiente sensibilidade territorial.

Não dispondo de informação para satisfazer os objectivos enunciados, optámos por seleccionar nos Sistemas de Incentivos do QCA II e nas Iniciativas Comunitárias um conjunto de medidas²⁰⁵ que incluíssem investimentos regionalizados (por concelho) em infra-estruturas produtivas fundamentais para o reforço da competitividade territorial, a modernização do tecido económico (indústria, turismo e comércio e serviços), a revitalização do sector têxtil, a criação e apoio às PME e a promoção do potencial de desenvolvimento regional. Procurámos com este pequeno pacote de investimentos,

²⁰⁵ Incluímos informação referente a:

- Modernização do tecido económico - Indústria - PEDIP 2 (Promoção e Consolidação das Infra-estruturas de Apoio Técnico e Tecnológico (FEDER); Dinamização dos Mecanismos Complementares da Engenharia Financeira Empresarial (FEDER); Consolidação e Reforço das Estratégias Empresariais (FEDER); Promoção das Estratégias de Produtividade Qualidade e Internacionalização (FEDER));
- Modernização do tecido económico - Turismo e Património Cultural (Modernização e Diversificação da Oferta Turística de Alojamento e Animação (FEDER));
- Modernização do tecido económico - Comércio e Serviços (Desenvolvimento Internacional de Comércio e Serviços (FEDER); Modernização do Comércio - Procom (FEDER); Mercados Abastecedores e Projectos Especiais (FEDER));
- Iniciativa Comunitária Retex - Acesso aos Capitais (Acesso aos Financiamentos);
- Iniciativa Comunitária Retex - Internacionalização e Promoção da Imagem (Apoio a Programas anuais de marketing e design; Apoio a Projectos de internacionalização; Acções colectivas de Conhecimento dos Mercados e Promoção da Imagem);
- Iniciativa Comunitária Retex - Produtividade e Assistência Técnica (Estudos de diagnóstico de estratégia; Acções de melhoria da produtividade);
- Iniciativa Comunitária RESIDER II (Apoio à Criação de Pequenas e Micro Empresas (FEDER));
- Iniciativa Comunitária PME's;
- Promoção do Potencial de Desenvolvimento Regional - Incentivos Regionais e Locais (Apoios ao Investimento - SIR e RIME (FEDER));
- Bases do Conhecimento e da Inovação - Ciência e Tecnologia - Praxis (Mobilização da Capac. Cient e Tecn p/ a Inov. e Des. Reg.(FEDER)).

que somam um total de 2.353.421.090 contos, construir um conjunto de indicadores e ter uma noção geográfica dos principais destinos dos investimentos produtivos. Esta base está longe de nos satisfazer, refere-se sobretudo a investimentos físicos (apoiados pelo FEDER), mas é a possível a partir da informação que conseguimos aceder.

Lista de indicadores identificados:

1	Investimentos ao abrigo do <u>Apoio ao Turismo</u> , peso no continente, por concelho, entre 1996 e 1999
2	Investimentos ao abrigo do <u>PEDIP</u> , peso no continente, por concelho, entre 1996 e 1999
3	Investimentos ao abrigo do <u>PME</u> , peso no continente, por concelho, entre 1996 e 1999
4	Investimentos ao abrigo do <u>RETEX</u> , peso no continente, por concelho, entre 1996 e 1999
5	Investimentos ao abrigo do <u>RIME</u> , peso no continente, por concelho, entre 1996 e 1999
6	Investimentos ao abrigo do <u>SIR</u> , peso no continente, por concelho, entre 1996 e 1999
7	Investimentos dirigidas ao <u>Comércio</u> , peso no continente, por concelho, entre 1996 e 1999
8	Total de investimentos , peso no continente, por concelho, entre 1996 e 1999

11.2. Análise territorial

Já vimos que as actividades mais inovadoras tendem a concentrar-se nas áreas mais densas e de maior intensidade de interacção entre produtores e utilizadores de conhecimento e onde há uma maior disponibilidade de recursos humanos qualificados. Vamos agora analisar a geografia dos investimentos. Convém novamente referir que se trata de uma informação limitada, sobretudo apoiada pelo FEDER²⁰⁶. São, segundo as palavras de Braga de Macedo (jornal *Público* de 4/11/2002), os investimentos nas "pedras mortas" e não nas "pedras vivas". Esta debilidade analítica tem naturalmente reflexos, porque vamos privilegiar o que no fundo é talvez menos estratégico para o futuro. Continuamos a insistir nos investimentos de ordem física ou nos incentivos cuja capacidade de aumentar a competitividade ou preparar o futuro não está comprovada.

Observando a figura 2.11 evidencia-se claramente a importância de Lisboa e do Porto e de Palmela (o investimento da *Autoeuropa*) no padrão de investimentos territoriais. Depois disso, aparece numa classe inferior um grande número de concelhos, que desenham três manchas mais ou menos contínuas, alguns pequenos eixos ou pequenas "ilhas". Por outro lado, um vasto território está praticamente excluído dos principais investimentos seleccionados.

²⁰⁶ São sobretudo investimentos físicos, embora possam contemplar aspectos imateriais relevantes em matéria de produtividade e organização.

Uma análise mais profunda e mais fina permite visualizar um território mais diferenciado (figura 2.11).

Lisboa, Porto e Palmela conseguem absorver os volumes de investimentos mais significativos do PEDIP, PME, RIME e Apoio ao Comércio. Os investimentos favoreceram sobretudo Palmela (com 10,4%) e Lisboa (com 9,7%), e só depois o Porto (com 3,2%). Os investimentos ao abrigo do PEDIP favorecem claramente Palmela (com 16% dos investimentos realizados no Continente), Lisboa (6%) e Porto (4,5%). Face a isto podemos dizer que Portugal apostou em termos sectoriais claramente no sector automóvel e territorialmente nas duas metrópoles (com especial destaque para Lisboa).

Em segundo lugar evidenciam-se os concelhos de Braga, Leiria, Marinha Grande, Santarém, Sintra e Loures pelos elevados investimentos do PEDIP, PME e RIME. Em seguida temos uma segunda fatia de concelhos (29) também apoiados pelos mesmos incentivos mas com quantidades financeiras claramente inferiores. Por fim, aparece uma grande classe, que envolve níveis muito baixos de investimento e que normalmente anda associada ao PEDIP e ao RETEX.

A mancha dos territórios excluídos mantém-se inalterável. São cento e oitenta concelhos, cerca de 65% do total, que no QCA II foram contemplados com volumes de investimento muito escassos quando comparados com outros concelhos do Continente.

Algumas conclusões:

- Os investimentos em torno do *cluster* automóvel tiveram um forte impacto na distribuição dos investimentos físicos (designadamente em Palmela).
- Lisboa e Porto lideram a capacidade de acesso aos financiamentos produtivos.
- O padrão de localização dos investimentos segue, em linhas gerais, a distribuição do emprego e das actividades.

Quadro Síntese 2.11. Investimentos Produtivos

Cod. Indicador	Valor Contínente	Indicadores											
		Classe 1		Classe 2		Classe 3		Classe 4		Classe 5			
		Modalidades	Valor-teste	Modalidades	Valor-teste	Modalidades	Valor-teste	Modalidades	Valor-teste	Modalidades	Valor-teste		
1	1.48.551.007	nível 1	4										
2	1.647.178.275	nível 1	15	nível 2	9	nível 5	5	nível 6	3	nível 8	4		
3	31.638.466	nível 1	10			nível 5	5	nível 7	6	nível 8	4		
4	137.490.038	nível 1	9	nível 2	4								
5	108.227.812	nível 1	8			nível 5	4	nível 7	4	nível 8	4		
6	152.256.400	nível 2	5			nível 1	5	nível 1	3	nível 1	2		
7	133.079.092	nível 1	11			nível 6	5			nível 8	4		
8	2.353.421.090	nível 1	14	nível 3	11	nível 5	9	nível 6	5	nível 8	5		
		180		57		29		6		3			
		Nº de Concelhos incluídos na Classe											

Legenda:

PC Peso no Contínente

Classe mais alta

A modalidade ocorre em 50% ou mais das unidades incluídas na classe e o valor-teste é superior ou igual a 2

A modalidade ocorre em 25 a 50% das unidades incluídas na classe e o valor-teste é superior ou igual a 4

Nota:

A designação dos indicadores está descrita de forma mais completa na lista de indicadores.

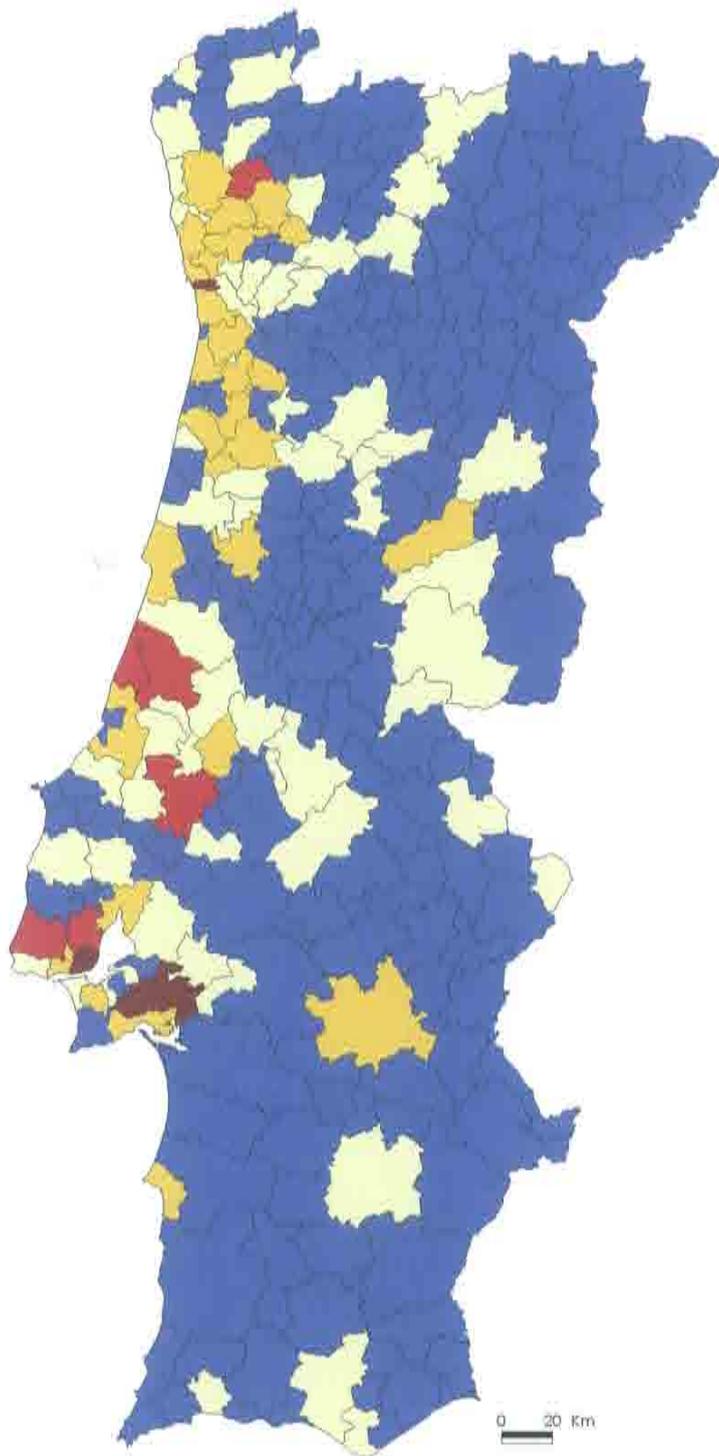
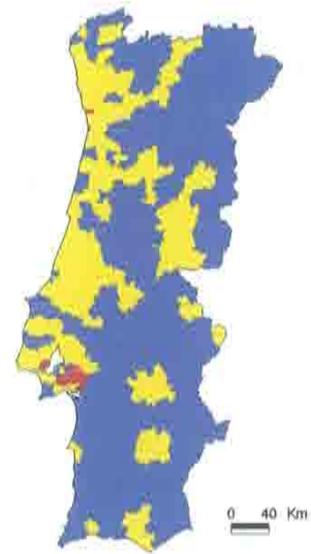


Figura 2.11.
Investimentos Produtivos



■ Volume de Investimentos insignificante
■ Volume de Investimentos razoável
■ Grande volume de Investimentos

■ Muito fracos níveis de investimento
■ Fracos níveis de investimento
■ Razoáveis níveis de investimento
■ Forte concentração de investimentos
■ Máxima concentração de investimentos

12. Desempenho Económico

12.1. Enquadramento

Naturalmente que não vamos avaliar o desempenho económico de uma economia do conhecimento, porque infelizmente Portugal ainda fez muito pouco nesse sentido. Uma economia do conhecimento parte do princípio de que a produção, a divulgação e a utilização do conhecimento são as fontes de criação e exploração da riqueza. Estamos ainda muito longe de ter uma cultura de aprendizagem ou uma economia do conhecimento, ainda que a evolução dos *clusters* seja o produto de uma aprendizagem articulada com reequipamento. É na forma como as sociedades e as economias vão lidar com o conhecimento que estarão as diferenças de performance no futuro.

Podemos avaliar o desempenho económico de um tecido produtivo local/regional: por um lado, pelo emprego que ele gera e pelos níveis de vida que proporciona à população residente; por outro lado, pela intensidade e diversidade de trocas internacionais. Troca-se tudo, produtos, capitais, ideias e tecnologia. O mundo das redes só é possível graças à revolução tecnológica nas áreas da informação e da comunicação e à diminuição dos custos de transporte. Estamos a estimar a dimensão global da competitividade territorial.

Com estas duas dimensões, local / global, fechamos o leque de perspectivas de análise da competitividade territorial.

Assim, foi organizada uma base de informação estruturada em dois subdomínios, onde constam indicadores de performance (produtividade, importância do desemprego, dinâmica do emprego e do desemprego e criação de empresas) e de integração mundial (investimento directo estrangeiro, grau e taxa de abertura da economia, força das exportações e atractividade turística).

Vamos continuar a trabalhar com o emprego nas empresas porque não temos o emprego total. No entanto, optámos neste domínio por juntar o emprego público porque algumas economias locais/regionais estão demasiado dependentes desta oferta de emprego, demonstrando a fraca empregabilidade do sector estrutural.

Lista de indicadores considerados:

Performance económica

- 1 Produto Interno Bruto (euros) por habitante, por concelho, em 1994
- 2 Desempregados registado relativamente à população residente em idade activa (15 aos 64 anos), por concelho, 1998 a 2000
- 3 Desemprego registado de longa duração (inscritos há mais de um ano) relativamente ao total dos desempregados, por concelho, média anual, 1998 a 2000
- 4 Desemprego registado, peso no continente, por concelho, média anual (1998 a 2000)
- 5 Emprego público (1999) relativamente à população residente em idade activa (dos 15 aos 64 anos, em 2001), por concelho,
- 6 Emprego (TPCO, em 1998) relativamente à população residente em idade activa (dos 15 aos 64 anos, em 2001), por concelho, em 1998
- 7 Emprego público (em 1999) relativamente ao total do emprego público (1999) mais o emprego (TPCO, 1998), por concelho
- 8 Taxa de crescimento de estabelecimentos, por concelho, entre 1995 e 1998
- 9 Variação relativa do desemprego registado, por concelho, entre 1998 e 2000
- 10 Variação relativa do emprego público, por concelho, entre 1996 e 1999
- 11 Variação relativa do emprego (TPCO), por concelho, entre 1995 e 1998
- 12 Variação relativa líquida do emprego (TPCO), por concelho, entre 1995 e 1998
- 13 Variação absoluta do emprego (TPCO), por concelho, entre 1991 e 1998

Integração mundial das actividades económicas

- 14 Investimento Directo Estrangeiro (média de 1996 a 2001), peso no continente, por concelho
- 15 Grau de abertura = $((\text{Importações} + \text{Exportações}) / 2) / \text{PIB}$, por concelho, em 1999
- 16 Total de exportações e expedições, peso no continente, por concelho, em 1999
- 17 Taxa de cobertura = $(\text{Exportações} + \text{Expedições}) / (\text{Importações} + \text{Chegadas})$, por concelho, em 1999
- 18 Total de exportações e expedições relativamente ao PIB, por concelho, em 1999
- 19 Dormidas de hóspedes sem residência em Portugal em estabelecimentos hoteleiros (média de 1995 a 1999), peso no continente, por concelho

12.2. Portugal no contexto europeu

12.2.1. Integração mundial

Em termos de comércio de produtos, a redução das barreiras alfandegárias, designadamente no espaço europeu, facilitou e contribuiu para a ampliação das trocas internacionais. Na estrutura de trocas internacionais, o comércio de produtos ainda é quatro vezes mais elevado do que a troca de serviços, apesar destes terem aumentado claramente no último decénio (OCDE, 2001b). Portugal no contexto europeu está razoavelmente integrado na economia mundial. Em termos de produtos, as exportações e as importações representam 29% do PIB, ultrapassando a média da União Europeia (25%) e de outros países, designadamente Espanha, Alemanha, Reino Unido, Itália, França, etc.. A Irlanda ultrapassa todos os países europeus, com 59%. A comercialização de serviços é menos favorável para Portugal, mas mantém-se nos níveis europeus (em torno dos 7%), tal como Espanha. A Irlanda volta a ultrapassar as barreiras mais altas ao registar 22%.

Relativamente ao crescimento anual médio, Portugal está mal posicionado, porque apresentou uma taxa anual de crescimento entre 1990/99 (comercialização de bens e serviços) de 0,5%, claramente aquém da média europeia (1,6%). No entanto, será de evidenciar algum esforço desenvolvido por Portugal já que, após um período regressivo em termos de trocas internacionais (1990/95), os níveis subiram e aproximaram-se um pouco mais dos níveis europeus na segunda metade da década.

A estrutura de exportações/expedições portuguesas evidencia a importância do têxtil/vestuário e do calçado (cerca de 25% do total), da indústria automóvel (com 14%), das máquinas e aparelhos eléctricos (7%) e dos equipamentos e aparelhos de rádio, televisão e comunicação (7%). Num segundo nível aparecem os produtos da madeira e cortiça (5%), da pasta, papel e cartão (5%) e dos produtos químicos e fibras sintéticas (6%) e os produtos alimentares (6%). Trata-se de um perfil de exportações relativamente diversificado, baseado em diferentes factores de competitividade.

A evolução das exportações entre 1993 e 2000 (gráfico 2.6) reflecte uma viragem dos sectores tradicionais para as áreas industriais mais inovadoras, demonstrando alguma capacidade de reestruturação das organizações empresariais e de direccionamento para novos mercados. Enquanto que o vestuário e o calçado perdem representatividade, indústrias mais intensivas em tecnologia ganham importância.

Relativamente aos produtos tradicionais, designadamente têxtil/vestuário e calçado, Portugal tem apostado num reforço da qualidade, no entanto é ainda necessário promover externamente a imagem do País, porque se torna mais fácil aceder a novos mercados quando já há contactos, projectos ou uma relação de confiança pré-estabelecida²⁰⁷. As redes precisam de tempo para crescerem e para traduzirem-se em confiança²⁰⁸. Por outro lado, em termos de mercado a imagem externa do País é crucial, pois deve transmitir confiança, qualidade, prestígio.

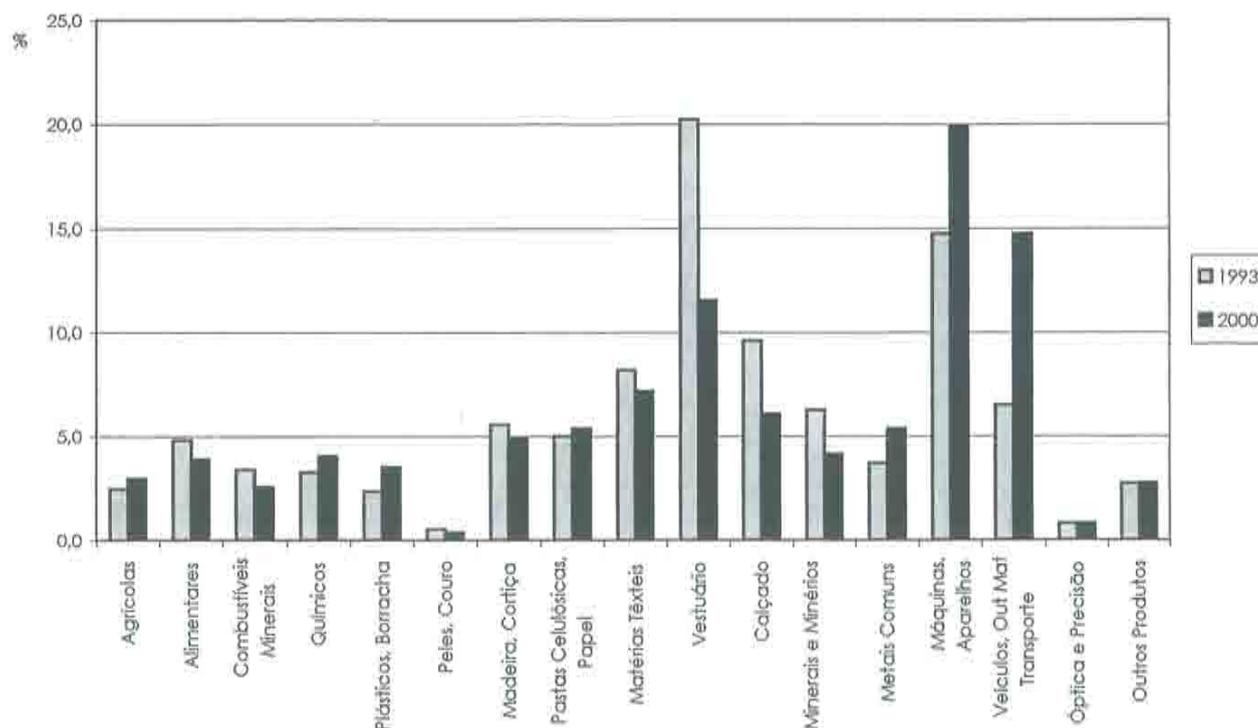
No entanto, Portugal apresenta uma fraca capacidade de atracção de investimento estrangeiro e de investimento no exterior, com os fluxos de entradas a dominar sobre os das saídas. Em termos comparativos, Espanha atrai 4,8 vezes mais e investe no

²⁰⁷Entrevista realizada em Maio de 2002, ao Presidente da APICAPS, no âmbito do estudo *A contribution to a polycentric approach of EU spatial planning – the case of the urban systems in Portugal*, inserido no Study on the construction of a polycentric and balanced development model for the European Territory", sob a coordenação de Rui Azevedo e Philippe Cichowlaz, no âmbito da CRPM.

²⁰⁸As experiências de visitas de empresários e de troca de informação ou de outras acções do mesmo tipo apoiadas pelo ICEP poucos resultados práticos têm dado. Os resultados positivos, isto é, as acções de parceria entre empresas localizadas em diferentes regiões da União Europeia, surgem sobretudo quando permitem concretizar estratégias que já se encontravam definidas e alinhadas pelas empresas antes de estabelecidos os contactos institucionais.

estrangeiro 5,3 vezes mais que Portugal²⁰⁹. Mesmo assim, as filiais estrangeiras em Portugal têm uma considerável expressão nos volumes de venda das actividades de serviços (11,7%) e das actividades industriais (13,4%).

GRÁFICO 2.6. Estrutura do comércio internacional de Portugal por grupos de produtos – Saídas em 1993 e 2000



Fonte: INE
Nota: Cálculos do autor

Nos últimos anos a globalização da economia portuguesa esteve marcada sobretudo: pelos investimento da *AutoEuropa* e início da formação do *cluster* automóvel; pela dinâmica do sector do calçado (designadamente a partir do *cluster* de Felgueiras), contrariando a queda do sector na Europa; pelo reforço da indústria dos moldes (sobretudo em Oliveira de Azeméis e Marinha Grande); pelo surgimento de um conjunto de empresas do "*cluster*" *software/serviços* de informática fortemente internacionalizadas; pelo esforço do investimento em direcção ao Brasil por parte grandes empresas de electricidade, telecomunicações, ambiente e vias de comunicação; pela dinâmica interna e de internalização do turismo e hotelaria.

²⁰⁹ Cálculos realizados a partir dos dados da OCDE (OCDE, 2001b).

Segundo Mário Vale (2001), nos países da União Europeia houve uma diminuição dos investimentos estrangeiros orientados para a exploração de recursos naturais e de mão-de-obra mais barata, e a *AutoEuropa* é um bom exemplo das novas formas de relacionamento entre o capital estrangeiro e o tecido produtivo local. Recentemente alguns concelhos ressentem-se do desinvestimento estrangeiro nas indústrias mais intensivas em mão de obra²¹⁰.

Vitor Corado Simões (1997) chama a atenção para a importância das redes de cooperação na afirmação das empresas portuguesas na esfera internacional. Estas parcerias facilitam a incorporação de competências, a proximidade com o associado pode arrastar vantagens para ambas as partes e permitir a consolidação da reputação internacional e a concertação de complementaridades. Os riscos aparecem quando se estabelecem laços de dependência só com um parceiro. Para as empresas portuguesas explorarem as vantagens da cooperação internacional têm de aprender a "pensar numa dimensão internacional". Além disso, a aprendizagem depende do modo de cooperação estabelecido. Em princípio, quanto maior for a proximidade entre os parceiros maior será a probabilidade de aprendizagem.

12.2.2. Performance económica

Em 1999, os Estados Unidos atingiam os níveis mais altos da OCDE (2001b) em termos de PIB por habitante (numa escala em que a EUA=100), enquanto Portugal apresentava cerca de metade (Portugal=49) do valor registado pelos Estados Unidos. No contexto europeu (União Europeia=66), a Espanha e a Grécia estão relativamente próximas de Portugal, enquanto a Irlanda (índice 75), os países nórdicos, a Alemanha e o Reino Unido ultrapassam a média europeia. Em termos de produtividade do trabalho (PIB por hora trabalhador), a União Europeia aproxima-se dos Estados Unidos (91, numa escala em que o EUA=100), mas Portugal²¹¹ mantém-se claramente abaixo da fasquia (índice=53), enquanto que a Irlanda sobe em termos de produtividade (índice=93) e os países nórdicos ultrapassam mesmo os Estados Unidos.

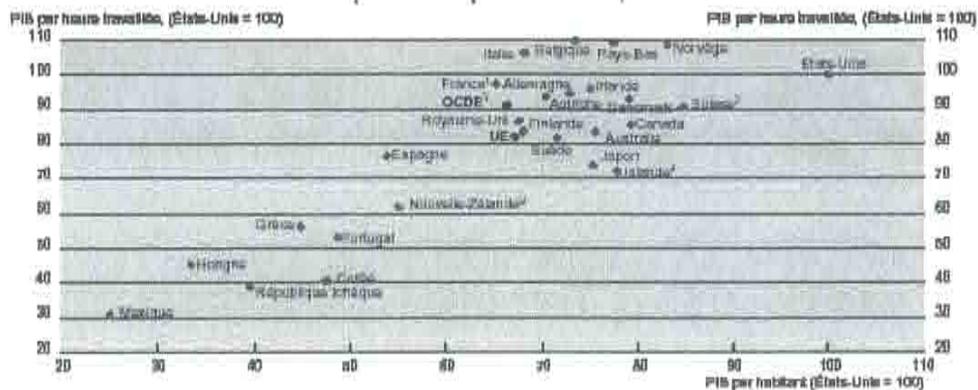
O cruzamento do PIB por habitante e por hora de trabalho é uma razoável ilustração da performance económica de cada país. Como podemos verificar (gráfico 2.7) Portugal está claramente deslocado do grupo central, evidenciando os baixos níveis

²¹⁰ Deslocalização para Países do Leste Europeu, com mão de obra qualificada e com menor custo.

²¹¹ O ritmo de convergência da produtividade do trabalho de Portugal com a União Europeia tem vindo a esbater-se pois Portugal apresenta taxas de crescimento cada vez mais próximas da União Europeia.

de produção por habitante e de produtividade do trabalho, o que significa baixos níveis de vida e baixa produtividade.

GRÁFICO 2.7. PIB por habitante relativamente ao PIB por hora de trabalho (Estados Unidos=100)



Fonte: OCDE, 2001b: 119.

NOTA: PIB por habitante (Estados Unidos = 100); PIB por hora de trabalho (Estados Unidos = 100)

Por outro lado, a análise das tendências gerais dos países por índices de inovação (CCE: 2001), que observa o comportamento de 17 indicadores no período entre 1995/97 e 1999/2000, mostra-nos a fragilidade da situação portuguesa ao encontrar-se no grupo dos mais atrasados e num posicionamento perfeitamente periférico.

Concluindo, no contexto europeu apresentamos no final do século XX níveis de vida e de produtividade baixos e, simultaneamente, os indicadores de inovação estão muito aquém das nossas necessidades.

QUADRO 2.6. Quadro comparativo da performance económica e dos níveis de integração mundial de Portugal relativamente à União Europeia

Indicador	Fonte	Portuga l	EU-15	País - Valor Mais Baixo	País - Valor Mais Alto
Performance económica					
Produto Interno Bruto per capita (PPS) - 2000	a	16770	22 530	Grécia	Luxemburgo
PIB por habitante (Estados Unidos = 100) - 1999	b	49	66,0	Portugal	Luxemburgo
PIB por hora de trabalho (Estados Unidos = 100)	b	53	91,0	Portugal	Luxemburgo
PIB por pessoa empregada (Estados Unidos =100) - 1999	b	50	79,0	Portugal	Luxemburgo
Custo médio horário do trabalho na indústria. (Un.ECU/EUR) - 1998	a	6,28	21,45	Portugal	Alemanha
Evolução do crescimento do PIB por hora de trabalho (1995-1999)	b	2,20	Espanha	Irlanda e Luxemburgo
Integração mundial das actividades económicas					
Grau de abertura ao exterior - Média de Importações e Exportações de bens relativamente ao PIB nominal (%) - 1999	b	28,9	24,7	Espanha	Irlanda
Taxa de cobertura das transacções correntes, em % - 1999	a	82	100	Grécia	Finlândia
Taxa de cobertura - bens e produtos - (Exportações e Expedições) por (Importações e Chegadas) - 2000	c	61,0	99,7*	Grécia	Irlanda
Exportações - de produtos e serviços, % do FBC (Formação bruta de capital) - 2000	c	31	43,6*	Grécia	Irlanda
Importações - de produtos e serviços, % do FBC (Formação bruta de capital) - 2000	c	43	42,3*	Itália e França	Bélgica
Taxa de cobertura - serviços - (Exportações e Expedições) por (Importações e Chegadas) - 2000	c	129,7	110,1*	Irlanda	Grécia
Investimento directo estrangeiro - % da formação bruta do capital - 1990	c	13,2	7,1*	Áustria	Reino Unido
Investimento directo estrangeiro - % da formação bruta do capital - 2000	c	21,1	38,0*	Áustria e Itália	Dinamarca
Nº de dormidas (hóspedes não residentes) em Estabelecimentos Hoteleiros por 100 000 habitantes - 2000	a	258	219	Alemanha	Áustria

Fonte:

a - Eurostat Yearbook 2002;

b - Tableau de Bord de l'OCDE de la Science, de la Technologie et de l'Industrie 2001;

c - World Development Indicators 2002.

* - Média calculada a partir dos valores dos diferentes países da União Europeia.

12.3. Análise territorial

Numa primeira leitura do desempenho económico e procurando encontrar as grandes clivagens a nível nacional, surgem-nos três classes (figura 2.12). Em primeiro lugar, vinte e nove concelhos destacam-se na linha da frente pela concentração de emprego e pelo valor de exportações (expedições para a União Europeia) que emanam. Entre 1991 e 1998 registaram-se perdas absolutas de emprego significativas. A atractividade turística, a capacidade de atracção dos escassos investimentos externos que se dirigem para Portugal e o índice de abertura ao exterior evidenciam a importância

nacional deste concelhos na integração mundial. Os concelhos desta classe desenham (a vermelho no mapa):

- uma mancha em torno do Porto, estendendo-se para norte até Braga e para sul até Aveiro-Águeda;

- uma mancha em Lisboa e na coroa norte metropolitana (com Oeiras, Cascais, Sintra, Odivelas, Amadora e Loures);

- alguns concelhos dispersos pelo Continente, como Azambuja, Marinha Grande, Palmela, Vila Viçosa e Sines.

Em segundo lugar, surge uma classe onde estão posicionados cento e cinquenta e três concelhos (55,6% do total), que fazem a transição para os concelhos pior pontuados. O que caracteriza fundamentalmente estes concelhos são os baixos níveis de integração externa. Temos tecidos produtivos pouco exportadores e com índices de abertura ao exterior e taxas de cobertura baixos. A importância do emprego na população em idade activa é relativamente fraca (um pouco abaixo do valor médio do país).

Em terceiro lugar surgem os concelhos com desempenhos muito baixos. São 34% dos concelhos do Continente, localizados preferencialmente no interior do país. A inexistência de registos referentes a exportações, os baixos níveis de atractividade turística, a fraca concentração de emprego contrastando com a importância local do emprego público são algumas das características destes concelhos.

Uma leitura aprofundada permite-nos classificar o território de uma forma pormenorizada. Na mancha dos desempenhos mais elevados, descrita anteriormente, Lisboa destaca-se dos restantes pelos índices de integração mundial (relevo das exportações, do investimento directo estrangeiro e da atractividade turística) e pela importância que o emprego assume relativamente à população residente activa, evidenciando os níveis de atractividade e os fluxos quotidianos de casa-trabalho em direcção a Lisboa. Por fim, destacam-se as perdas absolutas de emprego entre 1991 e 1998 (cerca de 123 mil empregos), revelando a reestruturação do tecido económico do centro da metrópole e/ou a desconcentração do emprego para os concelhos periféricos vizinhos. Os restantes concelhos bem pontuados (24 ao todo) apresentam as características assinaladas acima e mantêm-se unidos na mesma classe.

Depois temos os territórios de transição. Sobressaem os concelhos com uma razoável concentração de emprego e de abertura ao exterior, criando uma mancha que inclui

os concelhos com maior desempenho económico (a vermelho na figura 2.12) e que se estende entre Viana do Castelo e Setúbal, ainda que pelo meio se possam evidenciar algumas clareiras. Além disso, salientam-se algumas cidades médias (como Vila Real, Guarda, Covilhã²¹², Portalegre e Évora), Viseu e concelhos envolventes e a mancha definida pelo triângulo Pombal-Abrantes-Caldas da Rainha.

Relativamente às áreas mais frágeis em termos de desempenho económico devemos realçar o seguinte:

- um extenso território (setenta e seis concelhos) apresenta níveis de performance económica e de integração mundial claramente insignificantes. O volume de exportações foi exíguo, o investimento estrangeiro foi insignificante ou inexistente e o emprego pouco se alterou na década de noventa;

- alguns concelhos evidenciam uma dinâmica empresarial e de criação de emprego com algum significado nos anos noventa, reflectindo o impacto de incentivos dirigidos às áreas de interior;

- a continuidade da mancha dos concelhos pior classificados (no extenso Vale do Douro, no Pinhal interior e no norte e sul Alentejano) pode evidenciar fragilidades decorrentes da localização geográfica, com destaque para os concelhos fronteiriços e as áreas de montanha.

Algumas conclusões:

- Os indicadores de produtividade, nível de vida e internacionalização relativos a Portugal, no contexto da União Europeia, demonstram a fragilidade em que nos encontramos face aos novos desafios.
- Só uma parcela restrita do território consegue emergir num contexto territorial pouco favorável. Lisboa destaca-se claramente pela quantidade de emprego, níveis de internacionalização e atractividade turística.

²¹² Castelo Branco nas estatísticas apresenta níveis de integração menores, pois não possui dados sobre as expedições, embora existam aí empresas exportadoras (por exemplo, uma unidade que fabrica cablagens). Relativamente aos outros indicadores está razoavelmente pontuada. Pensamos que há aqui um problema estatístico.

Quadro Síntese 2.12. Desempenho Económico

Cod. Indicador	Valor Contínente	Classe Contínente	Indicadores	Classe 1		Classe 2		Classe 3		Classe 4		Classe 5		Classe 6		Classe 7			
				Modalidades	Valor-teste														
7	18,8 %	nível 4	<p>Performance económica:</p> <p>Emprego público/ total de empr. público+empr estrutural ;</p> <p>Emprego público relativamente à pop. pol. activa ;</p> <p>Emprego estrutural relativamente à pop. pol. activa ;</p> <p>Desemprego de longa duração/ total desemprego ;</p> <p>PC desemprego (1998 a 2000) ;</p> <p>PIB por habitante ;</p> <p>Varição relativa emprego estrutural, 1995/98 ;</p> <p>Varição relativa emprego estrutural, 1995/98 ;</p> <p>Taxa de crescimento dos estabelecimentos, 1995/1998 ;</p> <p>Varição relativa líquida do emprego estrutural, 1995/98 ;</p> <p>Varição absoluta do emprego estrutural, 1991/1998 ;</p> <p>Integração mundial</p> <p>Grau de abertura = [(Importações+Exportações)/2]/PIB ;</p> <p>Grau de abertura = [(Importações+Exportações)/2]/PIB ;</p> <p>PC Dormidas (média 1995 a 1999) ;</p> <p>PC Dormidas (média 1995 a 1999) ;</p> <p>PC Investimento Directo Estrangeiro ;</p> <p>Exportações e das expedições/ PIB ;</p> <p>Exportações e das expedições/ PIB ;</p> <p>PC exportações e das expedições ;</p> <p>PC exportações e das expedições ;</p> <p>Taxa de cobertura = (Export+Expedi)/(Import+Chegada)</p>	nível 7	4	nível 7	4	nível 5	3	nível 7	4	nível 7	4						
5	11,7 %	nível 5		nível 1	5	nível 6	5	nível 6	5										
6	41,1 %	nível 8		nível 1	5	nível 6	5	nível 6	5										
8	46,3 %	nível 6		nível 1	5	nível 6	5	nível 6	5										
3	349613 N°	-		nível 1	3	nível 6	5	nível 6	5										
4	1463 N°	nível 6		nível 7	4	nível 6	5	nível 6	5										
11	4,7 %	nível 3		nível 7	4	nível 6	5	nível 6	5										
11	4,7 %	nível 3		nível 7	4	nível 6	5	nível 6	5										
8	9,1 %	nível 3		nível 7	4	nível 6	5	nível 6	5										
12	-2,1 %	nível 4		nível 5	3	nível 6	5	nível 6	5										
13	155879 N°	-		nível 5	3	nível 6	5	nível 6	5										
15	0,09 N°	nível 5		nível 1	3	nível 6	5	nível 6	5										
15	0,09 N°	nível 5		nível 1	3	nível 6	5	nível 6	5										
19	24930688 N°	-		nível 1	3	nível 6	5	nível 6	5										
19	24930688 N°	-		nível 1	3	nível 6	5	nível 6	5										
14	1269839468 €	-		nível 1	3	nível 6	5	nível 6	5										
18	0,3 N°	nível 4		nível 1	3	nível 6	5	nível 6	5										
18	0,3 N°	nível 4	nível 1	3	nível 6	5	nível 6	5											
16	4482147061392 €	-	nível 1	3	nível 6	5	nível 6	5											
16	4482147061392 €	-	nível 1	3	nível 6	5	nível 6	5											
17	0,6 %	nível 2	nível 1	3	nível 6	5	nível 6	5											
				75	20	76	5	74	24	1									

Legenda:

PC - Peso no Contínente

Sem informação

Classe mais alta

A modalidade ocorre em 50% ou mais das unidades incluídas na classe e o valor-teste é superior ou igual a 2

A modalidade ocorre em 25 a 50% das unidades incluídas na classe e o valor-teste é superior ou igual a 4

Nota:

A designação dos indicadores está descrita de forma mais completa na lista de indicadores

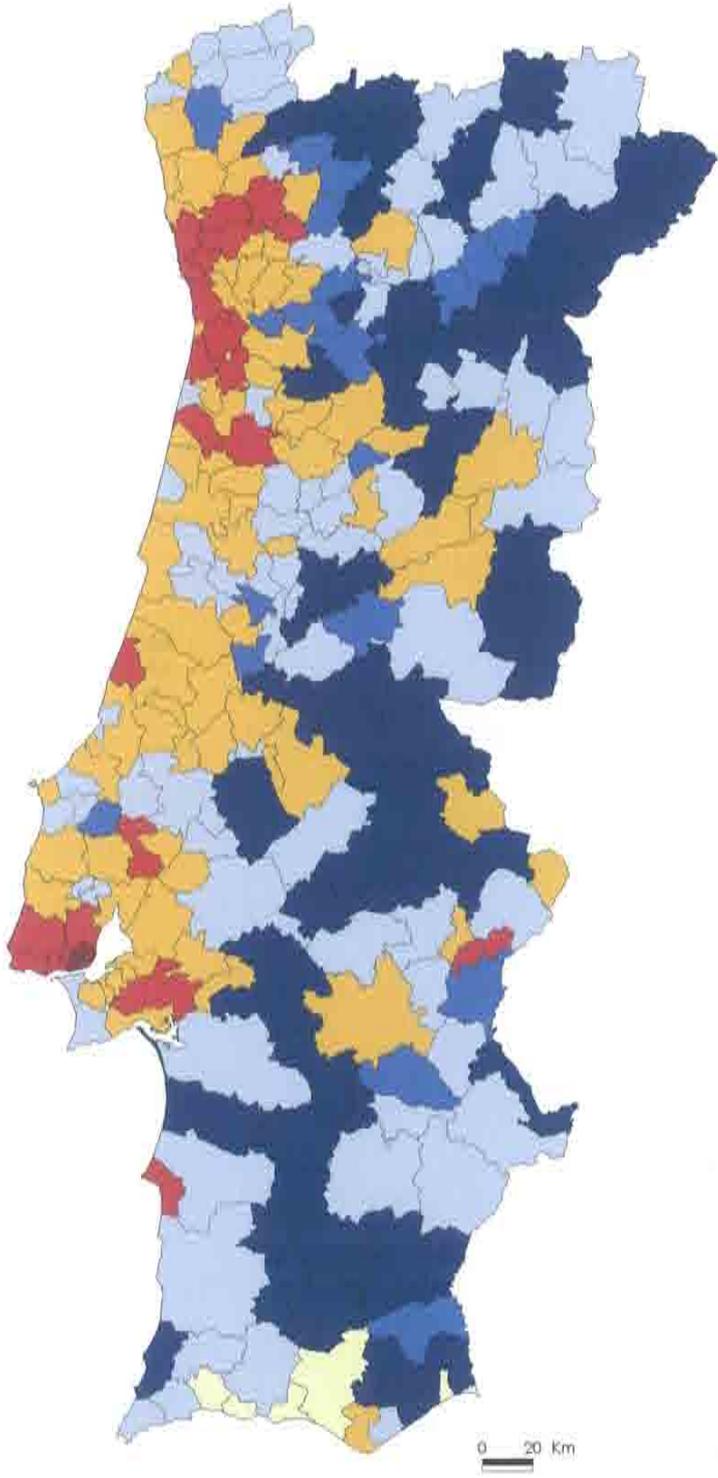
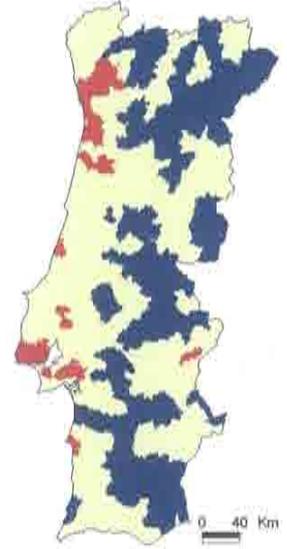


Fig 2.12.
Desempenho Económico



■ Fracos níveis de desempenho económico
■ Razoáveis níveis de desempenho económico
■ Elevados níveis de desempenho económico

■ Muito fracos níveis de desempenho económico
■ Criação de emprego estrutural destaca-se num ambiente de fraco desempenho económico
■ Fracos níveis de desempenho económico
■ Razoáveis níveis de desempenho económico associam-se a um contexto de elevada atracção turística e de investimentos externos
■ Razoável concentração de emprego estrutural em bases produtivas com alguma abertura à economia mundial
■ Elevada concentração de emprego estrutural em bases produtivas razoavelmente integradas na economia mundial
■ Máxima concentração de emprego estrutural em bases produtivas fortemente integradas na economia mundial

13. Conclusão

É na interacção dos doze domínios enunciados que podemos avaliar as actuais condições territoriais para a construção de uma economia competitiva, baseada no conhecimento e na inovação, e assim responder ao desafio da globalização.

Em alguns territórios, e sobretudo nas duas metrópoles, existe uma *pool* de recursos humanos com vários níveis de qualificação e com uma diversidade de competências profissionais; localizam-se aí as instituições de formação e investigação que podem permitir a construção de uma *sociedade aprendente*, que se renova e adapta aos desafios que surgirão no futuro; há uma acumulação de actividades diversificadas, que podem permitir o desenvolvimento de diferentes competências e a interacção e a aprendizagem colectiva (dentro das organizações e através de redes privadas e públicas). Só alguns territórios possuem as infra-estruturas de informação e comunicação mais desenvolvidas, que permitem uma forte integração na economia mundial e uma inserção nas redes internacionais de trocas de capitais, mercadorias e informação. Nos últimos anos temos vindo assistir à privatização, liberalização e abertura aos privados de antigos monopólios públicos (energia, telecomunicações, água, etc.). Face a esta nova realidade, o capital privado pode fazer as suas opções e seleccionar os territórios a privilegiar.

As Cidades Médias das áreas interiores são pequenos "pólos" de concentração de alguns dos recursos económicos essenciais, num contexto envolvente escasso em recursos humanos e institucionais.

Até há pouco tempo as políticas de desenvolvimento regional assentavam largamente nas empresas, baseadas em incentivos, conduzidos pelo Estado e estandardizadas. Eram políticas de cima para baixo aplicadas universalmente em todo o tipo de regiões. Nos últimos anos foi redescoberta a *região* como uma base importante de organização económica numa economia globalizada. Isto deve-se ao sucesso de algumas economias regionais e à dinâmica dos "clusters". Em Portugal, as regiões urbanas são as principais concentrações de externalidades, de capital relacional e de estruturas produtivas; além disso, os *clusters locais* são concentrações de conhecimento tácito e de capital relacional, mesmo em actividades tradicionais suportadas por trabalhadores com baixos níveis de escolaridade.

Mas o que está também em jogo na economia portuguesa é a maior ou menor capacidade de as empresas incorporarem conhecimento nas organizações e nas

respectivas cadeias de valor. No futuro, o emprego será mais flexível, criativo e temporário, funcionará mais em teletrabalho e nas PME.

Uma vez que o conhecimento é gerado e transmitido mais eficientemente pela proximidade, as actividades económicas baseadas em novo conhecimento têm propensão a aglomerar-se numa região. Isto levou a uma mudança fundamental nas políticas públicas, pois passaram a direccionar-se para a capacitação de conhecimento, designadamente incentivos à I&D, aos investimentos de capital de risco e à criação de novas empresas²¹³.

Para aparecerem novos negócios é necessário que haja por detrás da economia uma estrutura social fortemente inovadora ou criativa. Por outro lado, é necessário haver empresas financeiras de capital de risco. São empresas com capital para arriscar em negócios inovadores (que têm associada uma margem de incerteza muito grande) e são catalisadoras de ideias que procuram trazer para o mercado comercial. Relativamente a este ponto, Portugal tem vários problemas: uma estrutura social pouco incentivada ou motivada para a inovação ou a criatividade (veja-se o número de patentes de nacionalidade portuguesa); uma estrutura financeira relativamente frágil, com uma fraca capacidade de investimento nos negócios de grande risco; uma estrutura empresarial ainda muito tradicional, que arrisca pouco nos novos negócios e que prefere imitar ou adaptar (*catching up*) mais do que propriamente criar de novo (inovação).

Análise territorial

Passemos a uma análise mais cuidada das condições territoriais para a competitividade. Há um conjunto de factores que se cruzam e interagem na construção de diferentes condições territoriais para a competitividade, o conhecimento e a inovação. Que leitura territorial fazemos disso?

²¹³ As economias mais desenvolvidas têm vindo a abandonar o projecto infra-estrutural ideal de "Igualar as condições de vida à escala nacional" e têm apostado na promoção de *regiões urbanas* e *clusters locais* para a implementação das políticas. Enquanto que Krugman (1998) é contido no que diz respeito às políticas públicas e Porter (1998) centraliza as políticas na educação, nas infra-estruturas físicas e nas regras de concorrência, Scott (1998) e Camagni (2002), entre muitos outros, enfatizam a importância do apoio do sector público.

Os factores de competitividade são claramente selectivos relativamente ao território (figura 2.13). Assim, só um pequeno número de concelhos se evidencia a nível nacional. Lisboa aparece a liderar: é a maior concentração nacional de actividades de base tecnológica, de indústrias e serviços "intensivos em conhecimento" e de I&D; possui um *stock* de capital humano muito expressivo e com um perfil mais elevado e diversificado de conhecimentos codificados, o que é um bom tradutor da existência de sistemas de difusão do conhecimento; os *stocks* de emprego têm uma elevada extensão e uma qualidade média alta, o que proporciona uma melhor capacidade de aprendizagem e de utilização da inovação; representa a maior concentração institucional do país; possui uma base de serviços pessoais e de apoio ao sector produtivo muito diversificada e especializada; os investimentos produtivos na última década foram elevados para o contexto nacional; o turismo, a cultura e o lazer representam um *cluster* urbano em crescimento; dispõe de infra-estruturas produtivas (aeroporto e porto) ou está relativamente acessível às principais infra-estruturas nacionais; e, por fim, pode usufruir de um ambiente urbano denso que pode potenciar o desenvolvimento do capital relacional, ainda que os níveis de insegurança e criminalidade sejam já preocupantes.

Aparece a reforçar esta polarização uma periferia relativamente bem cotada nos factores de competitividade. Assim, na Área Metropolitana de Lisboa destaca-se Lisboa e, depois, Oeiras e Loures em primeira linha, Cascais, Sintra, Amadora, Vila Franca de Xira, Almada, Seixal e Setúbal num segundo patamar, e finalmente Mafra, Torres Vedras, Palmela e Barreiro. A diversidade metropolitana é evidente, mas a margem norte do Tejo apresenta-se mais preparada para os desafios económicos que a margem sul. Na última década Oeiras desenvolveu uma política de atractividade de novas actividades, sobretudo na área dos serviços, de estruturas universitárias e de investigação e reforçou a sua base institucional para o desenvolvimento económico. Loures destaca-se dos concelhos envolventes pela dinâmica e pela estrutura empresarial que possui e pelos investimentos produtivos realizados, embora os níveis de poluição e algumas carências infra-estruturais devam ser equacionados em termos de medidas de política, de forma a não travarem as dinâmicas competitivas. A região de Lisboa, embora sendo a maior concentração de actividades e de I&D a nível nacional, mostra um potencial de actividades *high-tech* e de I&D ainda muito frágeis no contexto europeu.

Nos últimos anos esta área tem vindo a progredir para um modelo mais desconcentrado, sobretudo visível em termos de emprego, mas manifestando-se também nas estruturas de I&D e na realocação das sedes de algumas grandes

empresas. A emergência destas novas centralidades metropolitanas é claramente positiva para um bom funcionamento desta estrutura espacial. Devemos, no entanto, registar a ausência de um sistema de governança regional, traduzindo a insuficiente cultura de parceria e uma prática precária de concepção de estratégias inter-municipais.

Por outro lado, em termos de infra-estruturas fundamentais para a internacionalização da base produtiva há vários problemas: insuficiências em matéria das plataformas logísticas e de intermodalidade; o aeroporto de Lisboa tem problemas na logística, uma pequena dimensão e está pouco conectado nas redes internacionais; não há uma clara especialização portuária; a rede ferroviária não possui bitola europeia e a construção do TGV está atrasada, etc. Devemos ainda realçar que estamos numa posição periférica no contexto europeu e, relativamente a Madrid, Lisboa tem dificuldade em atrair empresas estrangeiras interessadas no mercado Ibérico. Em termos de redes internacionais, Lisboa joga uma posição interessante nas redes transcontinentais baseadas na língua portuguesa e a tradição multiculturalista pode tornar-se um recurso estratégico no contexto europeu.

A norte do país destaca-se o Noroeste. O Porto, Matosinhos, Maia e Vila Nova de Gaia e, mais a norte, o triângulo Braga – Guimarães – Vila Nova de Famalicão com os concelhos envolventes constituem uma importante estrutura territorial de concentração de recursos económicos. Assim, ao contrário de Lisboa que evidencia uma estrutura polarizada e hierarquizada, a Região envolvente ao Porto organiza-se em torno de dois núcleos. O Porto exerce uma força de capitalidade insuficiente e não consegue dinamizar um sistema de governança regional assente num sistema polinucleado. A fragmentação definida pelos diferentes sistemas produtivos locais também pode contribuir para esta falta de cultura de parceria e de projecto comum.

A estrutura de actividades evidencia níveis de especialização elevados nos sectores tradicionais, o que se traduz numa competitividade baseada nos factores custo da mão-de-obra. As infra-estruturas tecnológicas e de I&D são ainda frágeis. Devemos salientar pela positiva a capacidade de aprendizagem da mão-de-obra, mesmo nos estratos menos qualificados, uma cultura empreendedora da classe empresarial e os esforços desenvolvidos em I&D direccionado para os sectores tradicionais. A indústria automóvel na Galiza pode vir a constituir um factor de parceria económica transfronteiriça. Diversos esforços têm sido desenvolvidos na cooperação, sobretudo com a Galiza.

Em termos infra-estruturais há uma forte dependência dos aeroportos de Lisboa e de Madrid, as infra-estruturas logísticas intermodais estão ainda atrasadas e o porto de Leixões mostra dificuldades de funcionamento e de resposta eficaz às necessidades regionais.

A *Região de Lisboa* em termos económicos é mais densa, mais heterogénea internamente e possui uma maior força competitiva. A *Região do Porto* é mais estendida, menos polarizada e mais dispersa.

Entre as duas Regiões aparece Aveiro-Águeda, Coimbra e um conjunto de concelhos à volta da Marinha Grande com razoáveis indicadores de competitividade.

A Marinha Grande e os concelhos envolventes na última década reforçaram a sua importância e dinâmica económica. A estrutura produtiva aqui existente apresenta uma forte acessibilidade a Lisboa, podendo, assim, usufruir das infra-estruturas e dos serviços especializados aí existentes e entrar no espaço de concertação regional.

Fora deste contexto aparece um extenso território submerso onde só algumas cidades médias – Vila Real, Viseu, Guarda-Covilhã-Castelo Branco, Évora e Beja - conseguem emergir. Nestes centros há alguma concentração de factores competitivos, sobretudo de capital humano, emprego, estruturas produtivas e diversidade de comércio e serviços especializados. São focos de pequena dimensão, mas são nós cruciais para a estruturação e sustentação económica das áreas envolventes.

No Algarve, Portimão, Albufeira, Loulé e Faro podem ser focos dinamizadores de uma região especializada na fileira turismo, cultura e lazer.

Depois desta leitura territorial, é oportuno voltarmos à discussão da competitividade territorial e da utilidade das políticas públicas.

Em primeiro lugar, realçamos a importância das infra-estruturas e de alguns serviços (transportes, telecomunicações, energia, portos e aeroportos, estruturas logísticas) e dos investimentos a realizar nestas áreas. Estes serviços são fundamentais para a competitividade das empresas no mercado internacional e, por isso, não devem ser negligenciadas.

Scott (1998) define três vectores essenciais para as políticas:

-a primeira tem como objectivo o fornecimento de comércio e serviços fundamentais para as actividades locais ou regionais, como, por exemplo pesquisa tecnológica aplicada a produtos ou processos de produção locais, formação de

trabalhadores de forma a serem suprimidos os problemas de escassez de determinadas qualificações, informação sobre os mercados e *marketing*;

-a segunda tem por objectivo o apoio à cooperação entre empresas, de forma a aumentar a eficácia no mercado internacional. Trata-se de uma cooperação inter-empresas tendo por objectivo a organização de uma *pool* de tecnologias e trabalho especializado;

-o terceiro tem como objectivo uma governança local ou regional, de forma a proporcionar um aumento da *eficiência colectiva*.

Camagni (2002) é muito claro ao afirmar que numa economia global os territórios, e não só as empresas, concorrem no mercado internacional de bens e de factores produtivos. Esclarece que os territórios intra-nacionais não competem com base nas vantagens comparativas, mas a partir de vantagens absolutas, logo tem sentido o desenvolvimento de medidas de política direccionadas para a competitividade territorial.

Hoje em dia, os factores cruciais para o desenvolvimento são o conhecimento, a criatividade, a capacidade de utilização dos *stocks* de tecnologia, a inovação, o capital relacional, etc., tudo elementos pouco comuns e, em geral, concentrados. Neste sentido, ganham consistência as medidas de política que têm como objectivo a sua promoção em determinadas áreas específicas e de uma forma concentrada.

Os processos de aprendizagem são determinantes nas vantagens concorrenciais, o que determina uma nova forma de diferenciação regional. Com a globalização a diferenciação regional não está a desaparecer, antes pelo contrário. As especificidades das cidades e das regiões, neste caso da sua estrutura económica, da sua base de I&D, do capital humano e social que concentram, dos esquemas de relacionamento institucional, da diversidade sócio-cultural, são determinantes na construção de uma diferenciação ou de uma especificidade urbana ou regional. Cooke e Morgan (1998) consideram que os níveis local e regional são os mais interessantes para a concepção de estruturas de governança económica e que as organizações têm de ser "aprendentes" (Morgan, 1997). Assim, a inovação também depende do ambiente institucional existente, que pode favorecer as trocas de informação e as necessárias cooperações entre organizações (públicas e privadas), numa base de relacionamentos estáveis e de grande confiança.

Do que foi referido parece-nos oportuno evidenciar a pertinência destes conceitos e processos nas estratégias de reforço da competitividade territorial. Consideramos que em Portugal seria importante para o desenvolvimento da competitividade nacional se as duas cidades-região desenvolvessem esforços de reorganização institucional interna, em prol de relacionamentos institucionais mais estáveis e da construção de um ambiente de confiança. Gostaríamos de ser optimistas relativamente a este caminho, mas os indicadores relativos à espessura institucional, à cultura de parceria, e às capacidades de inovar e construir projectos colectivos estão insuficientemente presentes na nossa sociedade. Estamos ainda muito longe da construção de duas "regiões aprendentes", uma em torno de Lisboa e outra do Porto. Por outro lado, discursos de concorrência podem ser contrariados por estratégias concertadas no reforço das complementaridades e sinergias.

Devemos salientar que mesmo com este contexto institucional não favorável, a produtividade e a *performance* económica parecem vir a par com a concentração urbana:

- em primeiro lugar, a concentração assegura a eficiência global do sistema económico;

- em segundo lugar, intensifica a criatividade, a aprendizagem e a inovação, quer pelo aumento das trocas entre produtores que possibilita, quer pelo enorme fluxo de ideias e conhecimentos que podem ocorrer.

Assim, as *cidades-região* e os *clusters locais* estão cada vez mais ligados a mercados mundiais, estimulando um maior crescimento e encorajando o aparecimento de produtores especializados. É nestas áreas que estão concentrados os nossos escassos recursos e será também aí que as políticas territoriais para a competitividade se devem orientar. Então a principal questão é: será que as nossas duas *cidades-região* têm uma dimensão ou podem vir a ter um sistema de *eficiência colectiva* que lhes proporcione um crescimento e uma maior inserção no mercado internacional? Será que os nossos *clusters locais* vão evoluir para sistemas inter-institucionais que favoreçam a eficiência colectiva?

Nas regiões menos favorecidas as políticas públicas tiveram resultados modestos em termos de estimular melhorias sustentáveis na competitividade económica das regiões. Ultimamente tem-se vindo a privilegiar a mobilização do potencial endógeno regional, através do reforço das infra-estruturas de apoio ao empreendedorismo. Estas acções baseiam-se em políticas de baixo para cima, que reconhecem a importância da base social ou colectiva na construção de um novo comportamento económico e de um

novo desafio às estruturas institucionais regionais. Por outro lado, as cidades médias podem vir a constituir importantes pólos de dinamização e cooperação regional, se para isso também houver vontade e capacidade de construir e impulsionar um projecto regional. Se não houver essa capacidade e disponibilidade para cooperar em torno da promoção dos recursos endógenos, o futuro destas áreas poderá ser o despovoamento, o desemprego e o abandono. O reforço da investigação aplicada nas Universidades, a formação para o empreendedorismo, a promoção de serviços e de formação orientada para as necessidades regionais, a informação sobre os mercados e os apoios a estratégias de *marketing* devem ser organizados em torno das cidades médias, procurando-se incentivar sinergias e estratégias regionais.

No Algarve, dada a especialização e o grau de internacionalização da base produtiva regional, tem também sentido promover a organização de *um sistema de aprendizagem colectiva regional em torno do cluster turismo, cultura e lazer*.

O objectivo é a construção de *competências institucionais locais/regionais* ou reunir, informalmente, unidades territoriais fragmentadas para conseguir obter vantagens mútuas à escala local/regional face aos desafios colocados pela globalização. São *sistemas regionais de aprendizagem*. Tem de haver um esforço de construção de *bases interterritoriais de identidade e de acção colectiva*. Nesta construção colectiva e numa lógica de concertação institucional variável, deve haver uma forte articulação entre as estratégias das regiões urbanas e as regiões interiores, através de um espaço de cooperação e de inovação a desenvolver em torno da complementaridade de projectos.

Quadro Síntese 2.13. Competitividade: Síntese Global*

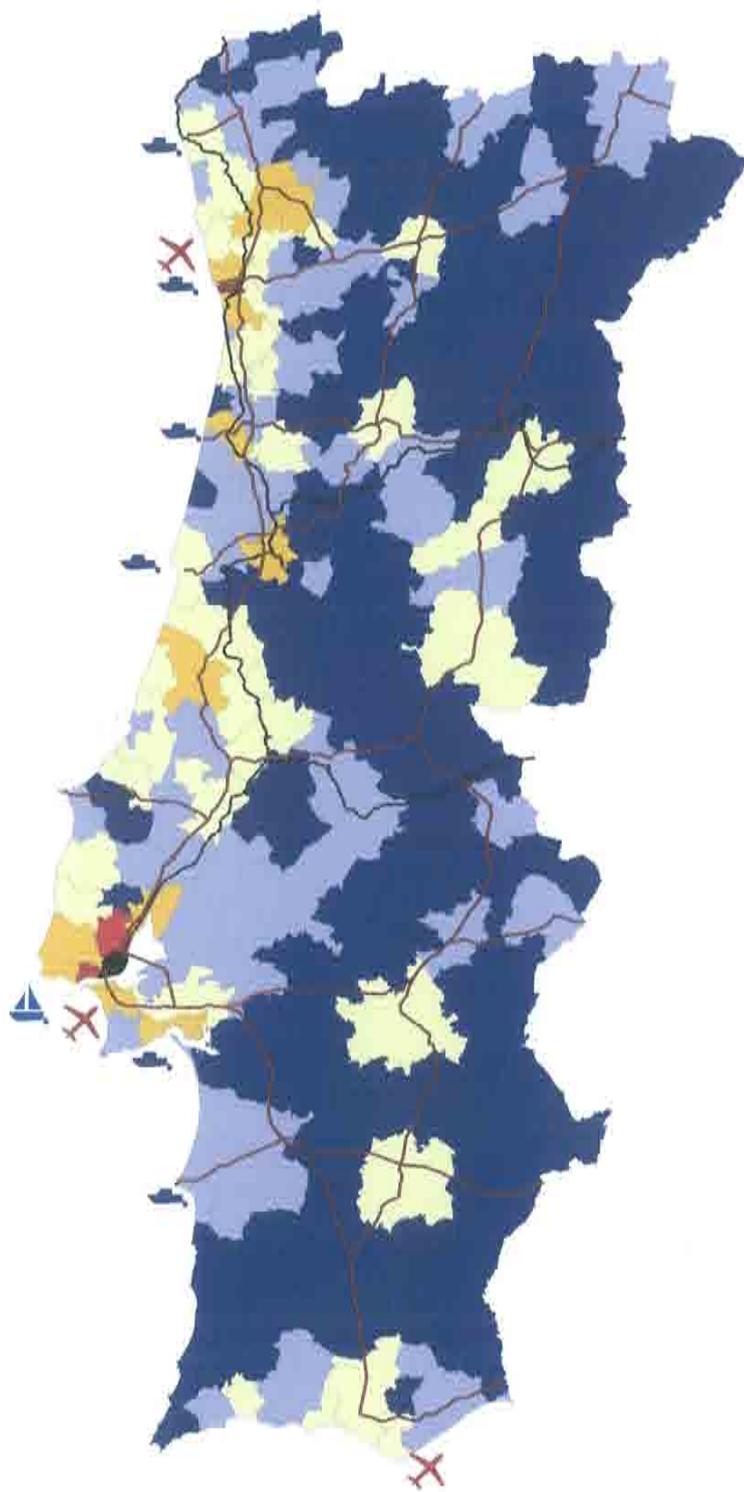
Domínios	Classe 1		Classe 2		Classe 3		Classe 4		Classe 5		Classe 6		Classe 7		Classe 8	
	Classe	Valor-feste														
Capital Humano e Conhecimento Codificado	1	16	2	11	5	9	8	7	7	7	8	4	3	4	3	4
Investigação e Conhecimento		5		2				4								
Amenidades e Espaços de Vida	5	16	1	10	2	5	2	8	3	3	4	4	5	4	5	4
Amenidades e Espaços de Vida / Infra-estruturas Físicas e Redes				3												
Densidade Institucional	3	8			2	5	2	6	3	2	3	4	4	2	4	4
Clusters Territoriais		7														
Meios Urbanos	1	12	3	10	4	9	6	6	7	3	7	4	8	4	8	4
Meios Urbanos	2	6			5	4	5	4								
Estrutura de Atividades	1	15	2	10	3	8	4	7	5	2	5	2	6	2	7	2
Estrutura de Atividades																
Qualidade do Emprego	1	18	2	15	3	13	4	8	5	2	5	4	6	4	5	4
Qualidade do Emprego																
Estrutura e Dinâmica Empresarial	1	13	3	10	4	10	5	8	6	3	6	4	7	4	8	4
Estrutura e Dinâmica Empresarial																
Investimentos Produtivos	1	12	2	5	3	4	3	6	4	4	3	4	5	4	5	4
Investimentos Produtivos																
Desempenho Económico	1	10	5	5	5	4	5	5	4	2	4	2	4	2	4	2

Nota:

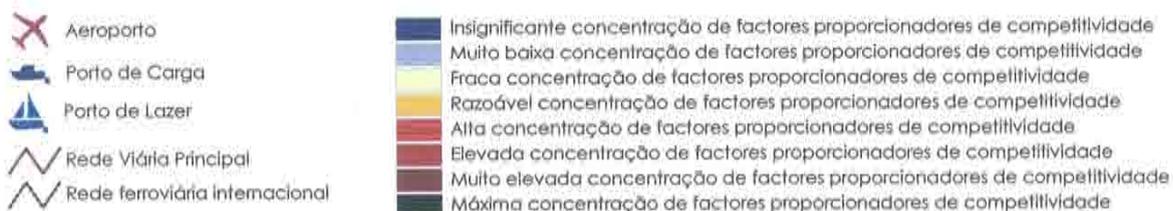
* Síntese dos domínios: Capital Humano e Conhecimento Codificado, Investigação e Conhecimento, Amenidades e Espaços de Vida, Infra-estruturas Físicas e Redes, Densidade Institucional, Clusters Territoriais, Meios Urbanos, Estrutura de Atividades, Qualidade do Emprego, Estrutura e Dinâmica Empresarial, Investimentos Produtivos e Desempenho Económico.

Legenda:

- As cores atribuídas às classes deste quadro correspondem às cores das mapas dos respectivos domínios
- A modalidade ocorre em 50% ou mais das unidades incluídas na classe e o valor-feste é superior ou igual a 2
- A modalidade ocorre em 25 a 50% das unidades incluídas na classe e o valor-feste é superior ou igual a 4
- Valores nulos



**Figura 2.13. Competitividade:
Síntese Global**



3º Capítulo

Qualidade de vida e bem-estar

I. Contextualização teórica

1. Enquadramento

Nos finais do século XIX, os trabalhos da *Statistical Society of London* – "The Condition of the People"²¹⁴ – e a obra de Charles Booth sobre Londres (citados in Grayson e Young, 1994) foram marcos significativos da importância das primeiras abordagens sobre a qualidade de vida.

A questão da qualidade de vida e as questões ambientais não são novas na história urbana. Os higienistas do século XIX sonhavam com uma cidade de densidade razoável, com as actividades e habitação dispersas e com uma boa rede de vias de comunicação. Os problemas da insalubridade estão no centro do debate da qualidade de vida urbana. As cidades-jardim inglesas são um modelo urbano que procura responder às preocupações da qualidade de vida (jardins, bom ar, casas individuais e calma garantiam uma boa qualidade de vida aos seus habitantes). Já nessa altura a cidade era pensada na sua globalidade, como uma entidade viva e interactiva.

Mas é a partir de 1930, com o reforço económico dos países europeus, que as preocupações sobre as desigualdades entre os lugares ganha importância analítica e política. Com os modernistas, herdeiros dos higienistas, aparece a racionalidade pretensamente ao serviço de *necessidades* omnipresentes e iguais para todos. Corbusier foi o mestre desta nova cidade desenhada, construída também em torno de ideais urbanos (a verticalidade dos edifícios favorece a luz, o sol, a qualidade do ar e liberta o solo para os espaços verdes e as vias hierarquizadas), organizada a partir de *zonamentos* monofuncionais. Segundo os modernistas, o dever do planeamento era a satisfação das *necessidades* fundamentais dos homens: alojamento, trabalho e recreação. As funções urbanas tinham de responder às *necessidades* dos indivíduos e, para isso, era imperioso legislar, definir a ocupação do solo e organizar a sociedade. Assim, durante decénios esta concepção de "necessidade" marcou as ciências sociais e os planeadores do território.

A partir de meados dos anos sessenta/setenta as análises urbanas começam a dominar nos estudos sobre a qualidade de vida. A partir daí houve um forte

²¹⁴ Termo utilizado na altura para designar a qualidade de vida.

reconhecimento das diferenças inter-urbanas e intra-urbanas, marcando uma nova fase na análise das condições de vida urbana. O estudo "Areas of urban deprivation in Great Britain", publicado na *Social Trends* (1975, citado por Grawson e Young, 1994), marca o início de uma nova fase na análise das condições de vida na Grã-Bretanha. Nos finais dos anos setenta surgiram as análises multi-factoriais da pobreza, contrapondo às assunções mais simples e focalizadas nos centros das cidades dos anos anteriores, e surge o reconhecimento dos problemas inerentes aos espaços urbanos periféricos. Nos anos oitenta, as políticas urbanas vão destacar e reflectir a importância dos indicadores sociais.

A partir dos anos noventa, os discursos em torno da competitividade impõem-se e as análises da qualidade de vida remetem sobretudo para a caracterização dos espaços ou grupos excluídos. As preocupações sobre a qualidade de vida reflecte alguma inquietude da sociedade contemporânea. Nos últimos anos emergiram no debate, para lá das preocupações materiais, as necessidades imateriais, admitindo que nem todas as pessoas têm as mesmas necessidades básicas e que há cada vez mais pessoas sensíveis a outros valores e com outras exigências não básicas (a emergência de uma sociedade pós-materialista). Além disso, com a globalização surgem os discursos sobre a intensificação das desigualdades sócio-económicas inerentes aos novos processos de urbanização.

A diferença entre os mais ricos e os mais pobres aumentou em praticamente todos os países desenvolvidos, a sociedade conhece cada vez mais a violência e a incivildade e os discursos em torno das exigências de segurança e de um Estado de direito forte estão em crescimento. Por outro lado, as cidades aparecem como grandes consumidoras de recursos e espaços de desintegração social, onde é fundamental estruturar as redes de infra-estruturas, organizar a mobilidade, proteger o património construído e as paisagens urbanas e promover a coesão social. Os objectivos em torno do desenvolvimento urbano são globalmente consensuais nos discursos, mas a prática mostra outra realidade.

Devemos frisar, no entanto, que as sociedades ocidentais parecem estar a prosseguir o seu desenvolvimento de forma a ultrapassar as necessidades essenciais. Isto não é verdade para todas as sociedades, o que não quer dizer que na sociedade ocidental todas as pessoas já tenham satisfeito as suas necessidades básicas. Mas a noção de qualidade de vida é claramente uma noção ocidental.

As necessidades não são por definição válidas de uma forma única e atemporal. O nosso problema na actualidade está na dificuldade em operacionalizarmos um

conceito que depende de uma multiplicidade de factores e, sobretudo, da própria individualidade que caracteriza a sociedade contemporânea. Para Castells (1983), a verdadeira qualidade de vida verifica-se quando nós estamos preparados para fluir a vida e aproveitar as nossas experiências sem medo e limites. Esta é uma verdade que continua com grande actualidade.

Podemos dizer, como João Ferreira de Almeida (1993), que existe "uma infinita variedade subjectiva de necessidades, dos desejos e das opções a respeito do modo como as pessoas vivem ou gostariam de viver". Edgar Morin (1984) também considerou algumas componentes do bem-estar e da qualidade de vida, que enunciamos de seguida: as utilidades/comodidades alcançadas através do uso de aparelhos cujo objectivo consiste na redução de esforços físicos, como, por exemplo, o automóvel e toda a panóplia de electrodomésticos; a multiplicidade de alternativas de consumo; as liberdades e facilidades nos tempos livres e nas férias; as condições de conforto domésticas; a satisfação obtida através de um *gadget* psicológico e/ou físico; e a existência de uma nova postura perante a vida, que permite uma estratégia de investimento na identidade pessoal e social. Não podemos ainda deixar de referir que a própria relatividade da noção de qualidade de vida e a sua mutabilidade em função das diferenciações sociais e culturais tornam difícil a elaboração de um conceito unívoco e universal de bem-estar (Guerra, 1998).

Mas, afinal, pode medir-se a qualidade de vida? Até aos anos noventa, as análises privilegiaram as seguintes opções conceptuais (Grayson e Young, 1994):

- as abordagens em torno do bem-estar pessoal, que procuram medir a satisfação das pessoas em relação aos lugares;

- as abordagens em torno da comparação das condições de vida (*liveability*), que comparam lugares ou áreas urbanas a partir de um conjunto de indicadores que se presume que poderão reflectir as diferenças de qualidade de vida;

- as abordagens numa lógica de mercado, que dão sobretudo ênfase às diferenças de rendimentos e às capacidades de consumo;

- as abordagens em torno das tendências evolutivas das comunidades, que privilegiam as análises dos processos de evolução das comunidades e integram a qualidade de vida nesse sistema. Os factores de política local são aqui fundamentais.

Se analisarmos o conceito "qualidade de vida", verificamos que a sua raiz está ligada a um sentido de bem-estar. Neste contexto, a qualidade de vida pode seguir três vectores distintos de abordagem:

- uma condição objectiva – a qualidade da habitação, as oportunidades de emprego, os níveis de segurança, etc.;

-uma condição subjectiva – o modo como as condições objectivas são sentidas, interpretadas e tidas em consideração;

- uma condição idílica – a capacidade em acreditar que as condições indesejáveis podem vir a ser transformadas pela acção pessoal ou política e as desejadas podem vir a ser atingidas.

Como as formas de interpretação ou as formas de reacção dependem de pessoas, lugares, famílias ou crenças, a percepção da qualidade de vida é muito variável. Esta interacção ou variabilidade nunca pode ser captada com os *rankings* de cidades ou lugares.

Alguns estudos de carácter empírico têm evidenciado a necessidade de ter em linha de conta, na elaboração do conceito de qualidade de vida, factores diversificados, tais como: as condições de habitação, a protecção social, a qualidade do ambiente e da paisagem, a dotação de equipamentos sociais e recreativos, a dinâmica de animação sociocultural, a qualidade dos serviços públicos, as condições sociais de apoio às famílias, a participação na vida colectiva, etc.. Poderíamos acrescentar a esta listagem indicadores mais subjectivos e simbólicos, como a satisfação psico-social dos diferentes grupos etários da população, a realização pessoal e psicológica, entre outros. Portanto, subjectivo e objectivo, material e simbólico, quantitativo e qualitativo dão pares de adjectivos que caracterizam uma noção multidimensionalmente vivida de qualidade de vida.

2. A investigação sobre a qualidade de vida

Muitos dos estudos realizados ao longo dos últimos trinta ou quarenta anos carecem de um enquadramento conceptual e de uma filosofia subjacente. Foram conduzidos a partir da disponibilidade dos indicadores e não a partir de um entendimento sobre o que constitui o bem-estar. Os *rankings* elaborados foram muitas vezes produzidos com base num número limitado de indicadores, de fácil acesso. Seleccionavam-se indicadores e determinavam-se pesos em função dos interesses da investigação e não a partir de um conhecimento das percepções da qualidade de vida.

Uma vez que os indivíduos e os grupos sociais atribuem diferentes pesos ou importâncias às dimensões da qualidade de vida, a utilização de medidas subjectivas veio legitimar algumas abordagens. Há um direccionamento na investigação da qualidade de vida, procurando-se aproximar as avaliações dos aspectos comuns mais significativos para as pessoas. Estas análises dão credibilidade aos resultados e permitem a sua utilização por parte dos planeadores e gestores do território.

Os estudos conduzidos por Tony Champion e Anne Green – *Booming Towns*²¹⁵ – para o *Sunday Times Magazine* concentraram-se, sobretudo, na performance económica local e não se debruçaram sobre questões mais abrangentes da qualidade de vida.

Em meados dos anos oitenta, a Comissão Europeia financiou um programa de investigação, coordenado por Paul Cheshire, Dennis Hay e Gianni Carbonaro (1987 e 1990), que compara 103 Regiões Urbanas Funcionais da União Europeia em termos de indicadores compósitos. Os quatro indicadores construídos foram: rendimento, desemprego, migração líquida e procura turística. Independentemente dos problemas estatísticos na uniformização dos dados dos diferentes países, a equipa conseguiu construir cerca de 200 indicadores. Os resultados não permitem compreender os factores determinantes das disparidades, mas são uma descrição sistemática das diferenças de incidência dos diferentes problemas. Em 1990, a equipa alargou o estudo às cidades espanholas e montou uma base de dados mais alargada. Esta investigação foi importante para o desenvolvimento do pensamento sobre a *Europa das grandes cidades* como complemento da *Europa das regiões*.

Os estudos das *Booming Towns* e de Cheshire *et al* não tinham implícitas preocupações de natureza política. Pelo contrário, o *Quality of Life Group*, criado em 1986²¹⁶ por Allan Findlay, Arthur Morris e Roger Rogerson (Departamento de Geografia da Universidade de Strathclyde, Glasgow), veio privilegiar a combinação de medidas objectivas e subjectivas e integrou preocupações de intervenção política. Os trabalhos de Michael Pacione (1982, 1989), da mesma universidade, distinguiram-se dos anteriores porque se concentraram na análise de uma cidade (Glasgow),

²¹⁵ Segundo Grayson e Young (1994), os primeiros estudos em 1987 empregaram uma combinação de cinco indicadores estáticos e dinâmicos: taxa de desemprego, variação da população, variação do emprego, número de famílias com dois ou mais automóveis. A taxa de desemprego teve um duplo peso, pois era o critério mais usado para a identificação de áreas necessitadas de assistência da política regional. O segundo estudo (1991) abandonou a utilização de pesos diferenciados e aumentou o número de indicadores (preço médio da habitação, taxa de actividade económica e percentagem de emprego nos serviços à produção e nas indústrias de alta tecnologia). A *Booming Towns Mark III* (1993) usou o mesmo tipo de abordagem para explorar a recuperação económica da segunda metade da década de oitenta. Estes estudos foram considerados avaliações sobre a qualidade de vida, ainda que os seus autores o fivessem negado sempre; foram muito publicitados e atraíram as atenções de instituições financeiras, dos meios académicos, do sector empresarial e das autoridades locais.

²¹⁶ Em 2002 o grupo ainda mantém a área de investigação sobre qualidade de vida.

privilegiando as abordagens em torno da pobreza em detrimento das análises económicas ou ambientais. Pacione desenvolve a sua investigação a três escalas: macro (cidade), para detectar a natureza e a distribuição dos diferentes níveis de qualidade de vida; meso (sub-áreas), para identificar concentrações significativas de pobreza múltipla e aguda; micro, para analisar a estrutura e o padrão de qualidade de vida no interior de áreas pobres, recorrendo ao uso de medidas objectivas e subjectivas.

Nos finais dos anos noventa, o projecto da União Europeia – *Urban Audit (Assessing the Quality of Life of Europe's Cities)* vai aproximar as questões da qualidade de vida às necessidades de intervir nas cidades (CE, 2000). Foi uma iniciativa coordenada pela Direcção-Geral da Política Regional e pelo EUROSTAT. Não se tratou de uma avaliação realizada exclusivamente por um conjunto de especialistas, mas sim de uma experiência fortemente participada pelos representantes institucionais de cada cidade europeia. Esta forma de elaborar o diagnóstico permitiu uma discussão e uma interiorização dos valores de referência que estavam em jogo em matéria de qualidade de vida urbana na Europa, e simultaneamente, uma constatação da especificidade de cada realidade local face às demais cidades Europeias²¹⁷. O resultado foi a elaboração de um retrato estático, baseado numa bateria de indicadores, que exclui as abordagens intra-urbanas e as percepções individuais. Neste momento está em lançamento o *Urban Audit II*.

Não podemos ainda deixar de referir a existência de territórios pautados por grandes debilidades em termos de qualidade de vida. Com isto estamos a salientar a particular vulnerabilidade a situações de carência (não só económica) de um conjunto cada vez maior de indivíduos. Isto conduz-nos a repensar a exclusão social e a atribuir particular atenção às suas incidências no território (Guerra, P., 2002). Neste caso, o grande desafio que se coloca é o da inserção, na medida em que "inserir é devolver uma margem de escolha a indivíduos que pensam nada ter a esperar" (Guerra, I., 1994: 14).

Nos Estados Unidos as abordagens metodológicas têm-se orientado sobretudo em dois sentidos: as comparações de condições de vida em diferentes locais, representada pelo *Places Rated Almanac*²¹⁸; as abordagens ao mercado representadas por Berger *et al.* (1987). A primeira abordagem está sobretudo representada por geógrafos, responsáveis pela selecção dos indicadores e dos respectivos pesos; a segunda parte

²¹⁷ Entre 1998 – 2000 participaram 58 cidades europeias, das quais 3 são portuguesas (Lisboa, Porto e Braga).

²¹⁸ Com várias edições.

dos economistas, que optam por indicadores do mercado de trabalho e da habitação. Em 2000 publica-se o volume inicial *Calvert-Henderson Quality of Life Indicators* (Henderson, Lickerman e Flynn) sobre a qualidade de vida nos EUA, análise efectuada a nível nacional, usando uma abordagem sistémica (*systems approach*). É uma análise que se auto-intitula de sistémica e, por isso, interactiva, pois integra diferentes perspectivas analíticas. As doze dimensões da Qualidade de Vida Calvert-Henderson procuram integrar indicadores menos tradicionais, enquadra a qualidade de vida num contexto mais alargado, faz uma avaliação da informação estatísticas disponível e identifica domínios em que é necessário investir na recolha de novos dados. Nesta análise, o conhecimento, o capital intelectual e os recursos humanos e sociais, bens mais intangíveis, aparecem como novas dimensões da qualidade de vida. Esta transição é também acompanhada por um conhecimento mais cuidado dos processos naturais, dos temas ecológicos e dos serviços que a natureza fornece. Trata-se de novas medidas para novas preocupações.

A qualidade de vida na nova economia está claramente a emergir na investigação desenvolvida nos últimos tempos (*National Governors Association; Arizona State University; Richard Florida; etc.*), mas integra sobretudo a forma de *milieu* para a inovação. O que significa uma avaliação dos territórios, sobretudo urbanos, enquanto fomentadores de criatividade e capacidade de inovar. Como já referimos no capítulo anterior, por outro lado, têm-se vindo a acentuar as perspectivas mais orientadas para a avaliação das políticas em função de critérios associados à promoção da qualidade de vida e do bem-estar individual e social.

3. Enquadramentos conceptuais

No capítulo anterior procurou-se fazer uma síntese de algumas abordagens realizadas em torno da qualidade de vida na Europa e nos Estados Unidos. Não houve a preocupação de apresentar uma história exaustiva, mas sobretudo de evidenciar algumas questões conceptuais que estavam presentes nos diferentes estudos ou avaliações. Agora vão-se privilegiar a investigação realizada na última década e as abordagens que contribuíram mais aprofundadamente para as opções conceptuais a adoptar neste estudo.

Em 1993, Martha C. Nussbaum e Amartya Sen publicam *The Quality of Life*. Este livro resulta de uma Conferência realizada em Helsínquia em Julho de 1988, no seguimento

de um estudo para o *World Institute for Development Economics Research* (WIDER) da United Nations University. É um tratado interdisciplinar, onde estão sobretudo representados os filósofos e os economistas, mas também sociólogos, matemáticos e outras áreas das ciências sociais e das humanidades de diversos países - Estados Unidos, Canadá, Inglaterra, Alemanha, Holanda, Finlândia, Suécia e México.

Esta obra apresenta um interessante debate das abordagens utilitaristas e das abordagens das capacidades: o bem-estar tem sido visto em termos da satisfação das necessidades (abordagem da utilidade) ou procurando saber a capacidade de as pessoas acederem aos recursos (abordagem das capacidades). Defendeu-se que há uma clara necessidade de ultrapassar as visões materialistas e centra-se a discussão conceptual no modo como está distribuída a riqueza e na maior ou menor possibilidade de as pessoas conduzirem as suas vidas (em termos de saúde e serviços médicos; esperança de vida; natureza e qualidade da educação; natureza e recompensa do trabalho, privilégios legais e políticos, relações familiares e entre sexos; o lugar da emoção e do sentimento, ou seja, o que as pessoas podem ter, fazer e ser).

A abordagem da utilidade e a abordagem das capacidades não são suficientemente capazes de elucidar o conceito de qualidade de vida, na medida em que a liberdade, a capacidade e a escolha genuína não estão tão generalizadas como se crê (Cohen, 1993). Daí a proposta do conceito de "acesso às vantagens" parecer por vezes mais realista (Rawls, citado por Cohen, 1993). A preocupação fundamental é a igualdade, o que na qualidade de vida só pode significar que o mais importante é saber o que as pessoas precisam de ter em termos de equidade de acesso.

As abordagens de Sen e Allardt, entre muitos outros autores, são inspiradas nas características humanas universais desenvolvidas por Aristóteles. Nussbaum (1993) apresenta uma lista das funções humanas básicas – de Aristóteles – válidas para todos os seres humanos: mortalidade (independentemente do seu significado, todos os seres humanos sabem que têm de enfrentá-la), o corpo (designadamente o facto de os desejos associados a um enfermo estarem muito diminuídos), o prazer e a dor (características primitivas e universais), a capacidade cognitiva (todos os seres humanos buscam o conhecimento), a filiação (os humanos são por natureza animais sociais), o humor (humor e jogo são necessidades da vida), a razão prática (todos os seres humanos, qualquer que seja a sua cultura, tentam planificar e administrar as suas vidas, a forma como devem viver e actuar) e as experiências na primeira infância (as experiências de desejo, prazer, perda, sofrimento, dor, gratidão). Nussbaum (1993) afirma ainda que Aristóteles, ao referir-se às funções de governo, considera que a sua

tarefa principal é tornar disponíveis a todos e a cada um dos membros da comunidade as condições básicas necessárias para o desenvolvimento das capacidades para optar e viver uma boa vida humana (tendo em conta as funções humanas referidas).

Amartya Sen e a noção de *capacidade e de liberdade*

Amartya Sen parte de um princípio central: a liberdade humana é a coisa mais valiosa que há, o desenvolvimento é um processo de expansão dessa liberdade e qualquer reflexão sobre desenvolvimento deve ter em consideração a melhoria da qualidade de vida e das liberdades individuais. A liberdade ocupa, assim, um lugar central no processo de desenvolvimento por duas razões:

- qualquer julgamento sobre o progresso só faz sentido se for relacionado com as próprias liberdades individuais;
- o avanço no desenvolvimento depende da possibilidade de as pessoas se tornarem agentes desse mesmo desenvolvimento.

Hoje em dia há um nível incrivelmente elevado de privações de todos os tipos, de miséria e de opressão. Esses problemas e privações encontram-se quer nos países ricos quer nos países pobres. Ultrapassar estas deficiências constitui uma tarefa central do desenvolvimento, na qual a acção dos indivíduos torna-se indispensável. Mas a liberdade de acção individual é necessariamente determinada ou limitada por questões de ordem social, política e económica. Tem de se reconhecer o carácter crucial da liberdade individual e a força das influências sociais em que aquela se exprime ou desenvolve. A liberdade individual significa, então, um compromisso social. Nesta perspectiva, a liberdade individual aparece como um objectivo do desenvolvimento, mas também como o seu principal meio. Enfim, a economia moderna deve incorporar a dimensão moral do comportamento e das escolhas pessoais e colectivas.

O desenvolvimento consiste em ultrapassar todas as formas que restringem as opções individuais e reduzem as suas possibilidades de agir. Entre os diversos tipos de liberdades, as relações são causais e empíricas. Por exemplo, a liberdade política e a liberdade económica beneficiam uma da outra. Uma análise do desenvolvimento deve integrar as questões políticas, económicas e sociais. Assim, os indivíduos são definidos como actores de mudança e não como destinatários passivos das estruturas.

Existem semelhanças entre as perspectivas do desenvolvimento fundadas nas liberdades e a noção de qualidade de vida. Nos dois casos dá-se prioridade às existências individuais e ao modo como estas se desenvolvem. Sen faz uma abordagem ao bem-estar e ao conceito de *capacidade*, para representar as combinações que cada pessoa *pode fazer ou ser* na sua vida. A *capacidade* reflecte a liberdade de a pessoa escolher entre diferentes modos de vida (liberdade de escolha).

Esta abordagem distingue-se da análise utilitarista, porque aí os objectos valorizados andam em torno de utilidades individuais, como prazer, felicidade, satisfação de desejos. Na abordagem das *capacidades* são valorizadas as várias liberdades e não tanto os meios de vida ou os meios da liberdade (ex. rendimento ou recursos). *Quando se fala em capacidades e realizações/sucessos não se pretende afirmar que estas acontecem sempre por mérito pessoal, pois podem ser facilitadas ou dadas por políticas. O que está em causa é os indivíduos poderem ou não ter qualidade de vida, e não tanto ver se aproveitam as possibilidades que têm ou tinham. Quando não aproveitam, não têm mais qualidade de vida porque não querem – mas a capacidade existe.*

Para Sen não há uma visão unidimensional das motivações humanas. Numa comunidade as pessoas não agem só por motivações de bem-estar individual. Há inúmeras situações em que os objectivos individuais são menos realizáveis porque as escolhas seguem uma diversidade de lógicas. No entanto, as realizações individuais e colectivas são mais realizáveis se das acções resultarem benefícios individuais para todos. Este bem-estar individual e social tem uma dimensão que não se resume logicamente, à produção de riqueza.

Recentemente, fala-se muito da importância da existência de *capital humano*. Mas este é um conceito diferente do conceito de *capacidade humana*. Quando se fala em capital humano, privilegia-se a função dos indivíduos enquanto agentes com capacidade produtiva. O conceito de *capacidade* em Amartya Sen valoriza a faculdade (isto é, a liberdade substancial) que as pessoas têm de viver a sua vida como desejam e a necessidade de melhorar os recursos à sua disposição para o conseguirem. *Apesar de o humano ser o mais importante nos dois conceitos e de ambos valorizarem a aquisição de competências e saberes-fazer, os seus objectivos são diferentes.*

Resta afirmar que os conceitos *liberdade* e *capacidade* são ambíguos e, por isso, difíceis de medir. A dificuldade tem origem nas seguintes interrogações: em que medida é possível dizer que um dado estado da sociedade é melhor que outro?; em que medida é possível julgar se determinados estados de qualidade de vida são melhores que os outros?; como montar um sistema de avaliação centrado nas liberdades, em detrimento (ou não) da abordagem económica, que privilegia os rendimentos, e da abordagem utilitarista, que privilegia a satisfação mental? Uma coisa é certa: constata-se correlações inegáveis entre rendimentos, faculdades e satisfação. A pobreza é a privação das capacidades de base, das capacidades de autonomia, de auto-confiança e do próprio equilíbrio psicológico. A avaliação consiste, antes de mais, em estimar os entraves à liberdade, as realidades e os processos em curso que afectam os membros de uma dada sociedade.

Allardt e a noção de bem-estar (*well-being*)

Erik Allardt aborda as questões da qualidade de vida a partir da experiência escandinava. Nos anos setenta foram realizados estudos de âmbito nacional sobre o nível de vida e a qualidade da mesma em todos os países escandinavos, sobretudo com a preocupação de cobrir os elementos básicos do *bem-estar* das sociedades avançadas (Allardt, 1993: 88-94)²¹⁹. A palavra *bem-estar* significa *estar ou sentir-se bem*. Allardt (1993) descreve brevemente os princípios básicos e as opções teóricas da abordagem de um *Estudo Comparativo do Bem-estar Escandinavo*.

Sistematiza as questões da qualidade de vida em torno de três conceitos: *Ter, Amar e Ser*. Cada um possui um sistema de indicadores próprios.

O *Ter* remete para as condições materiais (nutrição, ar, água, protecção face ao clima, ambiente, etc.) e pode ser medido através de indicadores relativos a: recursos económicos (rendimento e riqueza); condições da habitação (amenidades e espaço disponível); emprego (ausência de emprego ou qualificações); condições de trabalho (ruído, temperatura no local de trabalho, rotinas físicas, medidas de *stress*); saúde (ausência ou níveis de saúde, apoios à saúde); educação (anos de educação formal). Estes indicadores foram idealizados para sociedades desenvolvidas. Mais importante que os valores médios são os indicadores abaixo de um tecto mínimo

²¹⁹ Allardt refere um primeiro trabalho realizado por Sten Johansson em 1968 sobre o nível de vida sueco e um segundo estudo escandinavo em 1972 pelo *Research Group Comparative Sociology* da Universidade de Helsínquia. Este último aplicou, em cada país, 1000 entrevistas a habitantes – Dinamarca, Finlândia, Noruega e Suécia.

aceitável. Nesta lista Allardt (1993) ainda acrescenta indicadores de ambiente (grau de deposição de enxofre no ar, acidificação do solo, etc.).

O conceito *Amar* (ou *Estar*) liga-se à necessidade de relacionamento com os outros e de formação de identidades sociais: relacionamentos e contactos na comunidade local, ligações à família e parentes, padrões activos de amizade, convivência com colegas de trabalho. Dimensiona a interacção social.

O *Ser* relaciona-se com a necessidade de integração na sociedade e de viver em harmonia com a natureza. Pode ser medido através da participação nas actividades políticas, das oportunidades para actividades de lazer, das oportunidades para um vida de trabalho com significado, das oportunidades para apreciar e usufruir a natureza, da participação activa na vida familiar e social.

Para cada um dos três conceitos são utilizados indicadores objectivos (seleccionados pelo investigador) e indicadores subjectivos (satisfação ou insatisfação e felicidade ou infelicidade manifestados pelos inquiridos).

QUADRO 3.1. Indicadores de bem-estar:

Elemento a medir	Indicadores objectivos	Indicadores subjectivos
<u>Ter</u> (necessidades materiais e pessoais)	1. Medidas objectivas do nível de vida e das condições ambientais	4. Sentimentos subjectivos de insatisfação/satisfação com as condições de vida
<u>Amar</u> (necessidades sociais)	2. Medidas objectivas das relações com as outras pessoas	5. Infelicidade/felicidade; sentimentos subjectivos face às relações sociais
<u>Ser</u> (necessidades de crescimento pessoal)	3. Medidas objectivas da relação das pessoas com a sociedade e com a natureza	6. Sentimentos subjectivos de alienação ou crescimento pessoal

Fonte: Adaptado de Allardt, E. (1993: 93).

Roque Amaro (2000), referindo-se à exclusão social, exprime seis dimensões principais do quotidiano individual: *Ser* (dignidade, personalidade, auto-estima, auto-reconhecimento); *Ter* (rendimento, poder de compra, acesso ao consumo); *Estar* (redes de pertença social, desde a família às redes de vizinhança, interacção social); *Fazer* (tarefas realizadas e socialmente reconhecidas – emprego remunerado ou trabalho voluntário); *Criar* (capacidade de criar iniciativas, concretizar projectos, etc.); *Saber* (acesso à informação escolar ou não). Entende que exclusão social é *não ser*,

não ter, não estar, não fazer, não criar e/ou não saber. A exclusão social é um conceito abrangente que se distingue da pobreza, que é sobretudo um conceito sobre o *não ter*.

Cobb (2000), referindo-se à avaliação da qualidade de vida ou do que ele designa como a teoria do desenvolvimento humano, aborda um modelo de "having, doing, and being" algo inspirado na abordagem de Allardt.

A coesão territorial nos discursos comunitários

A coesão aparece no plano comunitário como um dos pilares da construção europeia: um objectivo político que se apoia não só numa base moral, mas também numa base económica relevante. Na Europa encontramos-nos perante situações em que há uma redução do bem-estar colectivo. Verificamos uma sub-utilização de recursos relevantes, humanos e materiais, como acontece nas regiões menos favorecidas, e uma sobre-utilização de recursos nas áreas urbanas. É, portanto, necessária uma nova solidariedade: "uma solidariedade menos passiva" entre regiões ricas e regiões pobres ou em dificuldades, como referem os documentos comunitários (CE, 2001; CE, 1996).

As conclusões e as análises mais recentes sobre as tendências dos desequilíbrios regionais na União Europeia mostram que a coesão é um desafio difícil. Os desequilíbrios inter-regionais aumentaram ligeiramente na primeira parte dos anos 80; posteriormente estabilizaram ou reduziram-se ligeiramente mas, observando bem, este facto pode ser atribuído à grande performance de economias relativamente menos prósperas, como as da Irlanda, Espanha e Portugal.

Nos últimos anos, aumento do clima de competição no seio da União Europeia, o pleno desenvolvimento do novo paradigma das "tecnologias da informação" (que está a alterar as características dos processos produtivos e da procura de trabalho, favorecendo as regiões mais avançadas) e a intensificação dos processos de globalização vão provavelmente ter consequências nas áreas mais débeis do espaço comunitário (Camagni, 1997). O objectivo da coesão permanece, assim, central. As cidades apresentam-se como pontos de força relativamente às regiões mais débeis. Sobre elas deve orientar-se uma política de solidariedade activa, com instrumentos – económicos, infra-estruturais, culturais – favoráveis à modernização e à integração dos territórios mais débeis e periféricos no seio do espaço europeu.

"Ville éclatée" ou "société éclatée"?

O livro *La Ville Éclatée* (May et al, 1998) traz para o debate várias questões pertinentes para a abordagem da qualidade de vida. Uma das questões é esta: as organizações espaciais urbanas são um factor específico de fragmentação social ou será que os problemas denominados por "urbanos" não são só a manifestação, a projecção espacial ou a concentração de problemas mais gerais, como o desemprego, a exclusão, etc.? A outra questão prende-se com o sentido da noção de "igualdade territorial". A redução das desigualdades territoriais ainda está no centro dos discursos em torno das políticas de ordenamento, como se o objectivo se traduzisse numa uniformização territorial. Com a individualização, a diversificação das trajectórias individuais e o reforço da mobilidade, as noções de equilíbrio e de igualdade devem ser usadas com prudência, designadamente em termos territoriais. Está a falar-se de pessoas ou de territórios? Esta divergência existe, quer se queira quer não, e tem implicações cruciais. Deve redefinir-se o direito à acessibilidade aos serviços e aos equipamentos, mais do que dar continuidade aos discursos em torno da "igualdade" territorial e social.

A noção de "equidade" territorial significa que a localização não pode constituir uma barreira ou obstáculo no que se refere à capacidade de as pessoas terem acesso a uma vida de bem-estar individual e social. Voltando ao que já afirmámos, temos de fazer uma análise focalizada nas pessoas (pois são elas que fazem as suas opções individuais) e na sociedade (que deve criar as condições para o exercício dessas liberdades). Sendo assim, o território (em grande medida fruto de uma sociedade) não pode ser um entrave ao exercício das escolhas individuais e das opções colectivas, e isto significa a existência de capacidades de acesso e de uma diferenciação desejada.

David Harvey e a noção de justiça social

David Harvey (1997) aborda as questões da justiça social num período de *desconstrução do universalismo da racionalidade social* (designado por alguns, como já referimos, de pós-modernismo). Segundo o autor, não se devia cair no erro de negar a validade de alguns apelos de justiça e racionalidade social.

Young (citado e adoptado por David Harvey, 1990), em *Justice and the Politics of Difference*, redefine a justiça para além de um simples modo redistributivo do Welfare State e apresenta cinco formas de opressão: a *exploração*, a *marginalização*, a

fraqueza, o imperialismo cultural e a justiça. Harvey (1990) acrescenta as *consequências ecológicas.*

A *exploração* pode acontecer no local de trabalho e na esfera doméstica. Neste sentido, Harvey (1990) considera que as práticas políticas e o planeamento têm de se confrontar com este problema e criar formas de organização social e política e sistemas de produção e consumo que minimizem a exploração do trabalho. Relativamente à *marginalização*, as práticas políticas e o planeamento justo devem promover o desaparecimento da exclusão. Relativamente à *fraqueza* (incapacidade de expressão política ou incapacidade de participação), as práticas políticas e o planeamento justo devem promover novas formas de participação e de representação. Relativamente ao *imperialismo cultural*, as práticas políticas e o planeamento devem promover culturas alternativas, desde a concepção de projectos urbanos até às novas formas de consulta pública. As diferentes formas de *violência* devem ser controladas (não excluindo e não militarizando as intervenções) sem limitar as capacidades individuais e a livre expressão. Por fim, as *consequências ecológicas* devem também ser consideradas de forma a que as gerações futuras e as outras populações não sofram os impactos negativos das acções actuais.

Trata-se de uma abordagem às questões da justiça social na actualidade, assente na necessidade de se recriarem novos discursos e posturas num período de crise do universalismo e da racionalidade. A principal mensagem é esta: no mundo contemporâneo, a fragmentação e a heterogeneidade dos discursos e interesses individuais e sociais não podem pôr em causa a validade dos valores de justiça social. Trata-se de uma *justiça social enquanto ideal básico universal*. Os conceitos de justiça não desapareceram, só que são cada vez mais difíceis de definir.

II. Leituras territoriais da qualidade de vida e do bem estar

Proposta de abordagem analítica

Hoje em dia, as crises sociais e económicas levaram a que conceitos como pobreza e exclusão social tenham ganho uma maior preponderância. As fragmentações culturais, sociais, ambientais e económicas determinam uma segmentação ou uma pulverização dos contextos de "qualidade de vida". E isto diz respeito às populações e, implicitamente, aos territórios.

Os processos de urbanização levaram naturalmente o debate da qualidade de vida para a cidade ou para o urbano, onde se concentra a maioria da população. Em termos absolutos, é nos centros das cidades ou nas periferias urbanas que se concentram os níveis mais intensos de desintegração social; mas, em termos relativos, a qualidade de vida está fortemente comprometida nas áreas despovoadas. A leitura destas duas dimensões é crucial e precisa de ser aprofundada; é nas zonas urbanas que se concentra um maior número de populações que têm as suas capacidades e oportunidades de vida mais limitadas; nas zonas menos densas e povoadas as populações estão mais limitadas nas suas capacidades individuais de escolha.

Se as políticas para a qualidade de vida são para as pessoas e se é necessário garantir a equidade de oportunidades individuais, então tem de construir-se as duas abordagens analíticas e questionar as duas perspectivas de intervenção.

Como vimos, "qualidade de vida" é um conceito muito lato onde as definições estão longe de ser consensuais. Ao mesmo tempo, é um conceito que afecta o quotidiano das populações e os seus diferentes ciclos de vida. Pode mesmo afirmar-se que é o que verdadeiramente interessa às pessoas e que é sobre elas que os indivíduos têm uma maior consciência relativa. Por isso, esta análise está focalizada nas pessoas, enquanto indivíduos com capacidades para livremente definirem os seus percursos de vida e enquanto elementos sociais de uma sociedade que deve criar-lhes as condições necessárias para o exercício dessas liberdades e capacidades.

A qualidade de vida depende da interacção entre o indivíduo e a sociedade: o indivíduo com liberdade e capacidade de escolha e a sociedade com vocação para organizar as condições que permitam as escolhas a todos, seguindo a abordagem de Sen. Neste sentido, há que maximizar as oportunidades que a sociedade abre para as escolhas individuais e há que maximizar as capacidades dos indivíduos para fazerem as suas próprias escolhas. Capacidade de acesso conjuga-se com diferenciação desejada e não igualização.

Com o contributo de Allardt (1993), o *Ser* pode desenvolver-se a partir de um conjunto de capacidades individuais (ou competências), potenciadas pela instrução, informação, qualificações, mobilidades, entre outras, que permitem aos indivíduos ter uma maior liberdade para fazer as suas escolhas. Sen, nos seus conceitos de liberdade e de capacidade de escolha individual, privilegia claramente este posicionamento para a avaliação da qualidade de vida. Os níveis de instrução e qualificações, o acesso à cultura e à política, a saúde e a integridade física, entre outros, implicam capacidades individuais muito diferenciadas. A partir daí, o *Ser* é medido pela participação nas actividades políticas, pelas oportunidades e práticas culturais e de lazer, pelas hipóteses de trabalho interessantes e pelas possibilidades de usufruto da natureza.

O *Ter* de Allardt liga-se à abordagem utilitarista e tem aqui uma grande abrangência. Não se trata só de avaliar os níveis de rendimento e consumo, mas também o acesso à habitação e às condições ambientais. São medidas objectivas do nível de vida, das condições ambientais e do grau de satisfação com as condições de vida. *Ter* (ou não) alimentação, saúde, habitação, educação, riqueza, acessibilidade, condições de trabalho e recursos naturais são algumas das medidas a implementar na avaliação. Trata-se de medir a satisfação, o prazer, de *Ter*...

O *Amar*, pode preferir-se *Estar*, procura medir os relacionamentos com as outras pessoas e as redes de sociabilidade. Trata os relacionamentos no seio familiar, no local de emprego e no ciclo de amigos mais próximos. A segurança e os níveis de justiça são determinantes para os diferentes tipos de relacionamento. As infra-estruturas sociais podem melhorar as condições básicas para o exercício da cidadania nos diferentes estratos sociais da população. As famílias destruídas ou constituídas, as famílias formadas só por um elemento, os níveis de despovoamento que acarretam níveis de isolamento muito graves, os desempregados sem o seu espaço de integração social (o emprego), são alguns exemplos de medida deste conceito.

Não se trata de construir uma sociedade ou um território igualizado, mas sim de criar as condições sociais, económicas e ambientais necessárias para que os indivíduos possam exercer livremente as suas capacidades e liberdades de escolha de vida.

A avaliação da qualidade de vida é mais abrangente do que a análise dos processos de pobreza e de exclusão social, pois não se trata de uma pesquisa em torno dos limiares básicos de sobrevivência, mas sim de uma observação que procura captar a complexidade e a diversidade de situações existentes. Parte-se do pressuposto de que o desenvolvimento não deve excluir, antes pelo contrário, pode proporcionar uma qualidade de vida cada vez maior a um número superior de pessoas. Parte-se ainda do pressuposto de que não é só o Estado Social o responsável pelos processos de integração, mas que no conceito de sociedade deve estar também implícita uma noção de mercado integrador.

As análises objectivas da qualidade de vida (através de indicadores seleccionados a partir dos princípios teóricos anunciados) devem ser completadas por análises subjectivas das avaliações individuais da qualidade de vida. Estas últimas, que procuram sobretudo encontrar os níveis de satisfação ou insatisfação ou os níveis de felicidade ou não, não estão contempladas neste estudo.

É uma abordagem que se pretende multidimensional (cultural, ambiental, económica, política e social), que procura medir existências, mas também satisfações e aspirações que traduzem necessidades que podem, ou não, estar a ser satisfeitas em função das oportunidades e, sobretudo, dos recursos que a sociedade proporciona.

Da reflexão teórica à construção da base analítica

Temos consciência de que a proposta teórica é ambiciosa e de difícil concretização. Mesmo sabendo que vamos ficar aquém dos nossos objectivos, não quisemos deixar de realizar esta investigação. Partimos de uma matriz que sintetiza os domínios temáticos de análise que foram definidos para avaliar a qualidade de vida. A sua decomposição em sub-domínios procurou reflectir, sobretudo, duas dimensões das concepções teóricas apresentadas anteriormente:

- a avaliação das capacidades individuais e da liberdade de escolha em confronto com as condições proporcionadas (pelo Estado ou pelo mercado) para o exercício dessas liberdades;

- *Ter, Ser e Estar* como dimensões pertinentes de reflexão para a abordagem analítica a realizar.

A partir daqui foi estruturada uma bateria diversificada de indicadores, organizando, por conseguinte, um sistema de informação pertinente para a avaliação da qualidade de vida e de bem-estar. Devemos desde já evidenciar que é extremamente complicado diferenciar estas três dimensões de reflexão (*Ter, Ser e Estar*), pois elas estão claramente integradas. Mesmo assim, vamos procurar evidenciar algumas das reflexões que estiveram por detrás da construção da matriz de informação, ainda que correndo o risco de fazer raciocínios relativamente simplistas. Mais à frente serão desenvolvidas com maior profundidade as perspectivas e os conteúdos analíticos de cada domínio.

Foram considerados os seguintes domínios temáticos, a partir dos quais vamos organizar as respectivas abordagens analíticas:

1. Educação e Aprendizagem
2. Trabalho e Qualidade do Emprego
3. Qualidade e Acesso à Habitação
4. Recursos Naturais e Urbanização
5. Nível de Vida e Consumo
6. Cultura e Lazer
7. Acesso à Saúde
8. Convivência Social

No domínio da *Educação e Aprendizagem* considerámos três vectores de análise: oferta educativa e formativa; avaliação dos percursos educativos; níveis de instrução da população. O que significa uma avaliação do seguinte: o *ter* maior ou menor acesso à oferta educativa e formativa; a avaliação dos percursos educativos como integradores do *ter* acesso (ou não, incluindo a maior ou menor qualidade da oferta) com o *ser* capaz ou *ter* vontade de usufruir da oferta; os níveis de instrução como factores proporcionadores de liberdade e capacidade individual (promove o *ser*).

No domínio do *trabalho e qualidade do emprego* definimos dois vectores: qualidade e satisfação no emprego; dinâmica do emprego e ausência de emprego. O que significa uma avaliação do seguinte: o *ter* maior ou menor acesso ao trabalho; a qualidade do trabalho que se interliga com a dimensão da satisfação (*ser e ter*). A qualidade do trabalho promove a satisfação pessoal e está associada, em geral, a níveis de salariais superiores que promovem outras dimensões da qualidade de vida (incrementa o *ter*)

O domínio da *qualidade e do acesso à habitação* também compreende duas dimensões: oferta e procura; qualidade habitacional. Por um lado, analisa-se a maior ou menor acessibilidade à habitação através do mercado ou da oferta do Estado social (a dimensão *ter*); por outro lado, observa-se a qualidade da habitação pois ela promove uma maior ou menor satisfação individual e colectiva.

O domínio dos *recursos naturais e urbanização* aposta em três vectores: recursos naturais mobilizáveis; consumo e ocupação do solo; despesas municipais. Referencia os bens "naturais" mobilizáveis para o bem-estar individual e social; avalia o consumo e a ocupação do solo como indicadores de lapidação dos recursos; aborda as despesas municipais como indicadores da sensibilidade pública para a gestão dos recursos.

O domínio do *nível de vida e consumo* trata duas dimensões: níveis de rendimento; níveis de consumo. É uma análise direccionada para a avaliação da riqueza: faz-se uma análise criteriosa dos diferentes escalões de rendimentos (privilegiando os que têm mais e menos) e da maior vulnerabilidade para o consumo enquanto factor lapidador de recursos mas também promotor de satisfação pessoal.

O domínio da *cultura e lazer* aborda três dimensões: recursos existentes; despesas municipais neste sector; consumos culturais. Em primeiro lugar observa-se o potencial de recursos existentes, pois eles são elementos condicionadores da procura e do desenvolvimento individual (o ser criador e o bem-estar pessoal); em segundo lugar, precisa-se a disponibilidade do poder local para investir nesta dimensão sócio-cultural; por fim, faz-se a avaliação da procura entendida como uma resposta individual e social a uma oferta organizada.

O domínio da *necessidade de saúde* problematiza uma questão determinante no bem-estar individual e social. Voltamos a equacionar três vectores analíticos: recursos existentes; estatísticas vitais; cuidados com a saúde. Os recursos existentes entendidos como potenciadores ou inibidores do bem-estar; as medidas de morbilidade (a frequência à assistência à saúde) enquanto elementos que podem melhorar ou incrementar esse bem-estar; as estatísticas vitais (indicadores de óbito) como avaliadores da integridade física e dos entraves à continuidade dos indivíduos enquanto seres.

A *convivência social* exprime uma vontade de estar em sociedade e uma valorização de cada indivíduo enquanto *ser social*. Equacionámos três vectores de análise: isolamento e participação cívica; segurança e crime; dependência e infra-estruturas de apoio social. Em primeiro lugar, o isolamento e a participação cívica pretendem

detectar contextos que estão a promover ou a condicionar a convivialidade social; depois, trata-se o crime e a insegurança enquanto factores condicionadores do bem-estar individual e da sociabilidade em geral; por fim, analisam-se os recursos existentes fundamentais para o bem-estar social de grupos mais vulneráveis (jovens e idosos).

Trata-se, como vimos, de uma abordagem desenvolvida em torno das três dimensões definidas – *Ser, Ter, Estar* – que procura avaliar as condições proporcionadas pelo Estado ou pelo mercado para satisfazer interesses e necessidades individuais. As necessidades não são, por definição, válidas de uma forma única e atemporal. A nossa incapacidade está na própria dificuldade em trabalhar com a diversidade e a complexidade, enfim, com a individualidade que caracteriza a nossa sociedade.

Assim, vamos organizar a abordagem analítica que se segue em torno dos oito domínios enunciados. Para cada domínio serão identificados um conjunto de indicadores. Na construção dos indicadores privilegiámos a comparação das estruturas locais (concelhos).

A análise das diferenciações nacionais só tem sentido se tivermos uma noção prévia da posição do nosso país no contexto europeu. Assim, sempre que considerarmos oportuno e a informação disponível nos permitir, incluímos no início de cada domínio uma análise comparativa de Portugal com a Europa. De seguida, concentramo-nos na análise global do Continente português através do estudo das diferenciações territoriais. Por fim, sintetizaremos as principais conclusões no final de cada domínio.

1. Educação e aprendizagem

O acesso ao ensino básico está garantido a toda a população? Os percursos de aprendizagem promovem o aproveitamento escolar e diminuem o abandono da escola? Há desequilíbrios territoriais fortes nos níveis de instrução da população residente? A população jovem está motivada e sensibilizada para a necessidade de melhorar a sua capacidade de aprendizagem e para permanecer na escola?

1.1. Enquadramento

O acesso à Educação é uma das melhores garantias para o futuro dos indivíduos e de uma sociedade, e representa uma abertura no leque de oportunidades de vida e de trajectos sociais. A educação pode ser definida como a aquisição de informação e qualificações e a acumulação de conhecimentos ao longo da vida. A preparação dos indivíduos para o mercado de trabalho não é o único objectivo da educação. No passado, o ensino nas escolas era refém da formação dos trabalhadores necessária ao desenvolvimento económico. Hoje em dia, é importante que os indivíduos estejam bem informados detendo conhecimentos suficientes para poderem usufruir dos seus direitos e participarem de uma forma activa na vida em colectivo. O progresso educativo torna as pessoas mais livres, com maiores capacidades para definirem as suas opções ao longo da vida, o que implicitamente contribui para aumentar o bem-estar de cada indivíduo.

Hoje em dia, os mais jovens permanecem mais tempo na escola, os activos demonstram uma crescente disponibilidade para a formação profissional ao longo da vida e as mulheres são progressivamente mais numerosas nas escolas. No entanto, os países diferenciam-se cada vez mais pelo modo como educam (Costa, 2000), pois o conhecimento tem de ser apreendido e não apenas acedido; já não é só importante a informação e o conhecimento que cada um tem, mas a sua capacidade de o apreender. A aprendizagem é na sua essência um processo interactivo e social, como foi desenvolvido no capítulo 2 deste trabalho. Neste sentido, os raciocínios que apresentamos em torno do capital humano e da sociedade da aprendizagem podem ser entendidos neste capítulo, não numa lógica de desenvolvimento económico (como foi visto anteriormente), mas seguindo objectivos de desenvolvimento individual e social.

A abordagem da *sociedade da aprendizagem* tem algumas raízes nos pensamentos de Sen, na medida que a própria aprendizagem desenvolve as capacidades individuais e transmite uma maior liberdade a cada indivíduo e à sociedade em geral. Roque Amaro fala-nos na necessidade de aumentar as capacidades criativas e de projecto e de desenvolvimento pessoal e comunitário ("ser" e "estar"). A escola é claramente o local privilegiado para o desenvolvimento das competências necessárias para a construção de uma sociedade da aprendizagem. Neste sentido, a aprendizagem liberta as pessoas, permite-lhes desenvolver as suas competências e relacionar-se com os outros.

Este domínio divide-se em três vectores, como já referimos:

- 1.Oferta educativa e formativa
- 2.Percurso educativo
- 3.Níveis de instrução

A oferta educativa e formativa pretende avaliar os recursos educativos existentes: as taxas de cobertura e de ocupação dos estabelecimentos de ensino pré-escolar e básico; a existência (ou ausência) de Centros de Formação Profissional. Queremos saber onde estão os recursos, pois a sua localização determina diferentes níveis de acessibilidade individual. Em Portugal não existe, infelizmente, informação sobre a qualidade desses recursos. A análise dos recursos concorre para a abordagem de Cohen (1993), que propõe o conceito de "acesso às vantagens", o que significa a possibilidade de acesso a recursos independentemente de qualquer esforço individual nesse sentido. As liberdades individuais são determinadas em grande parte pela maior ao menor equidade na localização dos recursos.

Em segundo lugar surge o percurso educativo ou formativo. Em Portugal esta questão é fundamental, dados os níveis de insucesso do nosso sistema educativo. Neste vector analítico tratamos das taxas de abandono, retenção e aproveitamento dos alunos nos diferentes níveis de ensino (1º ciclo, 2º ciclo, 3º ciclo e secundário); avaliamos as taxas de abandono na passagem do ensino básico e obrigatório para o ensino secundário; e, por fim, introduzimos a problemática das necessidades educativas especiais (NEE). Os indicadores sobre o que se aprende na escola são medidas importantes dos resultados da educação e as taxas de literacia da população adulta indicam o nível educativo de cidadania. Os indivíduos com maiores níveis de literacia apresentam maiores probabilidades de votar, de estar empregados, de ganhar salários mais

elevados, ter níveis de instrução mais altos e participar na vida em comunidade. O nível de literacia tende a aumentar com o nível de instrução.

Seria ainda fundamental neste leque de indicadores possuir informação sobre as despesas em educação: custos por estudante; despesas em programas para populações especiais; despesas nos pequenos-almoços e lanches nas escolas; despesas na prevenção da saída da escola, instrução alternativa e aconselhamento; e, por fim, despesas no transporte escolar, desporto, segurança e prevenção da violência. Podia ainda considerar-se as escolas alternativas, as bibliotecas públicas, os programas de educação de adultos, os *forans* públicos, os clubes de livros, a utilização de computadores na escola, as escolas com acesso à Internet, etc.. Em Portugal esta informação é escassa e não está organizada.

O terceiro vector de análise faz uma avaliação dos níveis de instrução da população residente. Uma coisa parece ainda mais ou menos certa: os adultos com níveis de instrução mais elevados têm maiores probabilidades de participar no mercado de trabalho e de receber salários melhores. O nível de instrução também está fortemente relacionado com o comportamento eleitoral, a participação em debates públicos e actividades cívicas, a pertença a organizações, a leitura de jornais e comportamentos associados aos cuidados de saúde. Assim, vamos fazer uma avaliação dos níveis de instrução da população residente relativamente aos níveis secundário e superior, e dimensionar o fluxo de alunos em formação, pois eles são as gerações futuras.

Lista de indicadores identificados:

Oferta educativa e formativa

- 1 Taxa de cobertura do Ensino Pré-Escolar (redes pública e privada), por concelho, no ano lectivo 1998/99
- 2 Taxa de cobertura do Ensino Pré-Escolar (redes pública e privada), por concelho, no ano lectivo 1994/95
- 3 Taxa de ocupação do Ensino Básico (2º e 3º ciclo) e Ensino Secundário (redes pública e privada), por concelho, no ano lectivo 1999/2000
- 4 Taxa de ocupação do Ensino Básico (2º e 3º ciclo) e Ensino Secundário (redes pública e privada), por concelho, no ano lectivo 1993/94
- 5 Alunos inscritos no Ensino Secundário e Profissional (rede pública e privada) relativamente à população residente dos 15 aos 25 anos, por concelho, no ano lectivo 1998/99
- 6 Alunos inscritos no Ensino Superior Público relativamente à população residente dos 15 aos 25 anos, por concelho, no ano lectivo 1997/98
- 7 Existência de Centros de Formação Profissional de Gestão Directa, por concelho, 2000
- 8 Existência de Centros de Formação Profissional de Gestão Participada, por concelho, 2000

Avaliação do percurso educativo

- 9 Abandono escolar no percurso do 1º ciclo - Alunos que abandonaram o 1º ciclo do ensino básico, por concelho, no ano lectivo 1996/97
- 10 Abandono escolar no percurso do 2º ciclo - Alunos que abandonaram o 2º ciclo do ensino básico, por concelho, no ano lectivo 1996/97

- 11 Abandono escolar no percurso do 3º ciclo - Alunos que abandonaram o 3ºciclo do ensino básico, por concelho, no ano lectivo 1996/97
- 12 Abandono escolar no percurso do secundário - Alunos que abandonaram o ensino secundário, por concelho, no ano lectivo 1996/97
- 13 Abandono escolar no percurso do ensino obrigatório - Alunos que abandonaram o ensino obrigatório (até ao 3ºciclo), por concelho, no ano lectivo 1996/97
- 14 Retenção no percurso do 1º ciclo - Alunos que ficaram retidos no 1ºciclo do ensino básico, por concelho, no ano lectivo 1996/97
- 15 Retenção no percurso do 2º ciclo - Alunos que ficaram retidos no 2ºciclo do ensino básico, por concelho, no ano lectivo 1996/97
- 16 Retenção no percurso do 3º ciclo - Alunos que ficaram retidos no 3ºciclo do ensino básico, por concelho, no ano lectivo 1996/97
- 17 Retenção no percurso do ensino obrigatório - Alunos que ficaram retidos no ensino obrigatório, por concelho, no ano lectivo 1996/97
- 18 Retenção no percurso do ensino secundário - Alunos que ficaram retidos no ensino secundário, por concelho, no ano lectivo 1996/97
- 19 Aproveitamento no ensino obrigatório - Alunos com aproveitamento no ensino obrigatório, por concelho, no ano lectivo 1996/97
- 20 Aproveitamento no ensino secundário - Alunos com aproveitamento no ensino secundário, por concelho, no ano lectivo 1996/97
- 21 Alunos inscritos no 10ºAno de escolaridade do ensino secundário no ano lectivo 1996/97 relativamente aos alunos que completaram o ensino obrigatório (3ºciclo do ensino básico) no ano lectivo 1995/96, por concelho
- 22 Média das notas nos Exames Nacionais (8 exames) dos alunos do 12º Ano de escolaridade, por concelho, em 2001
- 23 Alunos com Necessidade Educativas Especiais (NEE), peso no continente por concelho, no ano lectivo 1998/99
- 24 Alunos com Necessidade Educativas Especiais (NEE) relativamente ao total de alunos a frequentar a escolaridade obrigatória (até ao 3ºciclo), por concelho, no ano lectivo 1998/99
- 25 Beneficiários do rendimento mínimo garantido, integrados na área de inserção da Educação, por 1000 habitantes (1998), por concelho, em 2000
- 26 Beneficiários do rendimento mínimo garantido, integrados na área de inserção da Formação Profissional, por 1000 habitantes (1998), por concelho, em 2000

Níveis de Instrução

- 27 Alunos do Ensino Superior público e privado por 1000 habitantes, por concelho, no ano lectivo 1997/98
- 28 Alunos do Ensino Secundário e Profissional (público e privado) por 1000 habitantes, por concelho, no ano lectivo 1998/99
- 29 Alunos matriculados no ensino superior, segundo o concelho de residência do agregado familiar, por 1000 habitantes, no ano lectivo 1997/98
- 30 Alunos matriculados no ensino superior, segundo o concelho de localização do estabelecimento de ensino superior, por 1000 habitantes, no ano lectivo 1997/98
- 31 População Residente com o ensino secundário ou médio por 1000 habitantes com mais de 15 anos, por concelho, em 2001
- 32 População Residente com o ensino superior por 1000 habitantes com mais de 25 anos, por concelho, em 2001
- 33 População Residente a frequentar o ensino por 1000 habitantes com menos de 25 anos, por concelho, em 2001

1.2. Portugal e a Europa

O progresso educativo em Portugal nos últimos vinte anos foi impressionante. O parque escolar cresceu imenso, para dar guarida à vaga de jovens que entraram no ensino obrigatório. A rede de escolas cobre razoavelmente todo o território e responde, em

linhas gerais, aos critérios de qualidade europeus. As autarquias assumiram aqui um papel importante. Hoje a grande maioria dos professores estão profissionalizados e o ensino superior, que se concentrava em três cidades, proliferou pelas principais cidades médias do país.

QUADRO 3.2. Quadro comparativo de Portugal relativamente aos países da União Europeia

Indicador	Fonte	Portugal	EU-15	País - Valor Mais Baixo		País - Valor Mais Alto	
Média de anos de escolaridade – 2000	b	5,90	8,28*	Portugal	5,90	Suécia	11,40
Taxa de illiteracia adulta total (% da pop. mais de 15 anos) – 2000 **	b	7,8	**	Itália	1,5	Portugal	7,8
				**		**	
Despesa pública em educação (% do PIB) - 1998	b	5,7	5,6*	Reino Unido	4,7	Dinamarca	8,2
Despesa por aluno em instituições públicas no ensino básico em PPC (Paridade de Poder de Compra) - 1998	a	3128	3715	Grécia	2564	Dinamarca	6597
Despesa por aluno em instituições públicas no ensino superior em PPC - 1998	a	6642	7357	Grécia	3332	Suécia	12251

Fonte: a - Eurostat Yearbook 2002; b - World Development Indicators, 2002 (não inclui o Luxemburgo).

* - Média calculada a partir dos valores disponíveis dos países da União Europeia.

** Só existe informação disponível para 4 países: Espanha, Grécia, Itália, Portugal.

O número de estudantes aumentou exponencialmente nos últimos vinte anos. O movimento de escolarização obrigatória generalizou-se após o 25 de Abril, primeiro para uma escolaridade de seis anos, mais recentemente de nove anos e, brevemente, para doze anos. Os estudantes do ensino superior quintuplicaram nos últimos 20 anos²²⁰. Actualmente há uma paridade de comportamentos entre os sexos feminino e masculino relativamente à escolarização. Em 2001 as mulheres com o ensino superior já tinham ultrapassado largamente os homens²²¹. No entanto, uma fatia ainda muito baixa de população portuguesa opta pela obtenção de um diploma académico ou de uma qualificação profissional de nível secundário ou médio²²²: em 2001, 20% da população frequenta o ensino e cerca de 16% possui o ensino secundário e 11% o ensino superior.

²²⁰ INE, Base Infoline, Ensino Superior Público e Privado – Valores Nacionais: em 1975 eram 71 mil alunos, em 1994 eram 290 mil e em 1999 cerca de 370 mil.

²²¹ INE: Recenseamento Geral da População de 2001: no Continente 602 624 mulheres com o ensino superior e 475 655.

²²² INE, Recenseamento Geral da População de 2001: Em 2001, 35% da população residente tinha o 1º ciclo do ensino básico, 13% o 2º ciclo e 11% o 3º ciclo.

Todavia, em 2001 ainda 8% da população residente era analfabeta, o que exprime o fraco desenvolvimento económico e social da população portuguesa, numa Europa onde o analfabetismo é um fenómeno em vias de total extinção.

Em Portugal passamos, em média, menos tempo na escola do que os nossos vizinhos europeus e também menos investimos em cada aluno. Por outro lado, nas avaliações padronizadas pelos organismos internacionais obtemos maus resultados em matéria de illiteracia e de conhecimentos de matemática ou outras ciências. Portanto, fomos capazes de massificar o acesso à educação, mas não conseguimos ser eficientes na construção de um sistema de aprendizagem eficaz.

1.3. Análise territorial

Partindo de uma situação claramente desfavorável relativamente à União Europeia, passámos para uma estrutura territorial desequilibrada a nível Nacional (figura 3.1 – mapa pequeno). É verdade que, nos últimos vinte e cinco anos, as novas Universidades, localizadas em diferentes pólos, foram cruciais para o reforço da acessibilidade da população aos diferentes graus de ensino. Assim, evidencia-se uma estrutura policêntrica e relativamente equilibrada, em cujos nós a rede de ensino está concentrada, as taxas de aproveitamento são superiores e a população residente tem melhores níveis de instrução. No entanto, por outro lado, há um extenso território onde a população residente tem níveis de instrução relativamente baixos, em que só uma pequena percentagem da população consegue aceder a níveis de ensino mais altos e onde as taxas de aproveitamento são em geral baixas. Em termos regionais, a maior parte da Região Norte e do Alentejo não está a conseguir garantir as condições mais favoráveis ao desenvolvimento individual, o que compromete a aprendizagem. São áreas pouco povoadas, excluídas de um bem crucial como é o direito à aprendizagem.

De forma a precisarmos melhor as questões, passemos de seguida a uma análise mais aprofundada (figura 3.1).

Em primeiro lugar, evidenciam-se pela negativa um conjunto de concelhos que apresentam fragilidades que resultam de uma rede escolar incipiente associada a uma população residente escassa e de baixo nível de escolaridade. De forma a melhor compreender os problemas, era importante a realização de um levantamento mais preciso e próximo da realidade em causa, para se perspectivarem soluções mais adaptadas às situações. São concelhos que eventualmente não possuem

estabelecimentos de ensino secundário porque a população residente não o justifica e que, relativamente às taxas de aproveitamento e retenção, revelam insuficiências de informação.

Em seguida evidencia-se uma grande mancha com uma rede de infra-estruturas relativamente frágil e com níveis de aproveitamento baixos. A população residente destas áreas possui níveis de instrução abaixo da média nacional. Nestes concelhos existe um número significativo de alunos com necessidades educativas especiais (NEE).

Em terceiro lugar, surge um grupo de concelhos, relativamente povoados, com uma rede de ensino básico com uma taxa de ocupação muito elevada. Os níveis de aproveitamento são baixos e conjugam-se com taxas de abandono muito altas em todos os ciclos do ensino obrigatório. Esta área constitui um grande problema a nível nacional, pois são concelhos muito povoados, na maioria com uma estrutura etária jovem, onde não se está a conseguir garantir minimamente as necessidades básicas em termos de educação. O que aconteceu nos finais dos anos noventa vai, naturalmente, comprometer a qualidade de vida destas populações para o resto das suas vidas.

Estes três conjuntos de concelhos têm problemas diferentes, que exigem medidas de política diferenciadas, mas em comum partilham a necessidade de democratizar o acesso a uma educação e uma aprendizagem que contribuam para o desenvolvimento individual e social destas populações. Não cuidar do acesso à educação é comprometer todo o processo de aprendizagem; não aumentar o leque de competências é não investir nas pessoas enquanto capital social crucial para o desenvolvimento social e económico.

Nestas áreas, as taxas de abandono²²³ e de retenção no ensino obrigatório são claramente preocupantes. As taxas de abandono oscilam predominantemente entre 2 e 7% e as retenções variam segundo os níveis de ensino (no 1º ciclo são muito variáveis, mas há um número significativo de concelhos com taxas entre 10 e 26%; no 2º e 3º ciclo a retenção varia em geral entre 10 e 32%).

No restante território, ainda que com diferenciações internas, a rede de infra-estruturas escolares é mais forte e diversificada, o sucesso escolar aumenta e o abandono diminui, a população jovem está mais motivada para a aprendizagem e a população residente tem, em média, níveis superiores de escolaridade. Como já referimos, a

²²³ O abandono escolar significa o abandono da escola e não obrigatoriamente do sistema de ensino escolar. Eventualmente podem ter transitado para outra escola.

aprendizagem transmite liberdade e capacidade de escolha e isso significa qualidade de vida e bem-estar individual e social.

Porto, Vila Real, Aveiro, Coimbra, Lisboa, Évora e Faro destacam-se a nível nacional nas infra-estruturas escolares, nos indicadores de aproveitamento escolar e de permanência na escola. Isto não significa que nestas áreas a retenção e o abandono estejam resolvidos, pois mesmo nas áreas melhor classificadas a nível nacional é necessário implementar o ciclo da qualidade. Num segundo patamar surgem Braga, Bragança, Viseu, Guarda, Castelo Branco, Tomar, Santarém, Portalegre e Beja, com características semelhantes ao conjunto de concelhos anteriores (menos retenção no básico e mais no secundário; taxas de escolaridade altas e população residente razoavelmente instruída).

Nas áreas litorais mais povoadas evidenciam-se duas categorias de concelhos relativamente semelhantes. Um dos grupos, onde estão designadamente incluídas as periferias de Lisboa e Porto e as áreas mais povoadas, apresenta taxas de aproveitamento razoáveis e há um número significativo de alunos (no contexto nacional) que prolongam a escolaridade após ter completado o ensino básico; nestas áreas o número de alunos com necessidades educativas especiais (NEE) é bastante expressivo. A percentagem de população residente com o ensino superior é inferior ao valor de referência do Continente. São áreas onde se concentra um grande volume de alunos (as gerações do futuro) e que devem, naturalmente, merecer um cuidado especial. Dedicarmo-nos à construção de um projecto educativo de qualidade significa contribuirmos para um futuro melhor em termos individuais e colectivos.

Por fim, resta um outro conjunto de concelhos que se afirma pelo relativo sucesso no ensino básico: as taxas de retenção nos diferentes ciclos são baixas, o que determina que a taxa global de aproveitamento no ensino obrigatório seja mais alta que o valor total do Continente. Além disso, as taxas de abandono no 1º e 2º ciclos são, em geral, baixas. No entanto, a população residente tem níveis de instrução inferiores ao Continente.

Quadro Síntese 3.1. Educação e Aprendizagem

Cod. Indicador	Valor Contínente	Classe Contínente	Indicadores	Classe 1		Classe 2		Classe 3		Classe 4		Classe 5		Classe 6		Classe 7	
				Modalidad-ades	Valor- teste												
2	74,8 %	nível 6	Pré-escolar - tx cobertura 1994/95														
1	64,3 %	Nível 3	Pré-escolar - tx cobertura 1998/99														
4	1,1 %	nível 5	Ensino básico (2-3º ciclo) e secundário - tx ocupação 1993/94	nível 2	4												
5	26,3 %	nível 6	Ensino secundário e profissional - tx cobertura	nível 1	8												
5	26,3 %	nível 6	Ensino secundário e profissional - tx cobertura	nível 2	6												
6	15,3 %	nível 4	Ensino superior - tx cobertura	nível 1	3												
7	29 NP	-	Nº CFP Gestão Directa	nível 1	4	nível 1	2										
8	35 NP	-	Nº CFP Gestão Participada	nível 1	2												
9	0,8 %	nível 5	Abandono escolar 1º ciclo 1996/97														
10	1,6 %	nível 5	Abandono escolar 2º ciclo 1996/97	nível 6	3	nível 2	4										
11	2,5 %	nível 5	Abandono escolar 3º ciclo 1996/97	nível 6	3	nível 3	4										
12	10,7 %	nível 4	Abandono escolar secundário 1996/97	nível 7	5												
14	11,8 %	nível 4	Retenção 1º ciclo 1996/97	nível 6	3												
15	12,7 %	nível 4	Retenção 2º ciclo 1996/97	nível 6	3	nível 2	4										
16	16,6 %	nível 5	Retenção 3º ciclo 1996/97	nível 6	3	nível 2	4										
17	13,9 %	nível 5	Retenção ensino obrigatório 1996/97	nível 6	3	nível 2	4										
18	35,6 %	nível 5	Retenção secundário 1996/97	nível 6	3	nível 2	4										
19	84,4 %	nível 5	Tx aproveitamento ensino obrigatório 1996/97	nível 3	4												
20	53,7 %	nível 5	Tx aproveitamento ensino secundário 1996/97	nível 1	13												
21	34,5 %	nível 5	Alun. inscritos 10º ano secund. 96/97 / Alun. obrigatório completo 95/96	nível 1	10												
22	- NP	Nível 3	Média das notas exames nacionais 12º ano (nível 3= 10 valores)	nível 1	12												
28	40,9 NP	nível 6	Alunos no ensino secundário / 1000 hab.	nível 1	8	nível 3	2										
28	40,9 NP	nível 6	Alunos no ensino secundário / 1000 hab.	nível 2	6	nível 5	4										
30	6,1 NP	nível 6	Alunos no ensino superior / 1000 hab.	nível 3	4												
29	5,6 NP	nível 6	Alunos ens. superior / 1000 hab. do agreg. doméstico	nível 1	4												
33	67,3 NP	nível 5	Pop. a frequentar o ensino / 1000 hab. <25 anos	nível 1	4	nível 1	5										
31	199,0 NP	nível 5	Pop. c/ ensino secundário / 1000 hab. >15 anos	nível 1	4												
32	154,2 NP	nível 5	Pop. c/ ensino superior / 1000 hab. >15 anos	nível 2	4	nível 2	4										
26	0,5 NP	nível 5	Beneficiários RMAG formação / 1000 hab.	nível 3	5	nível 3	3										
23	64979 NP	-	PC alunos com necessidades educ. especiais	nível 1	4	nível 3	4										
23	64979 NP	-	PC alunos com necessidades educ. especiais	nível 2	4												
Concelhos incluídos em cada classe				41	94	15	42	67	9	7							

Legenda:

PC: Peso no Contínente

Classe mais alta

Classe mais baixa

Zero ou sem informação

A modalidade ocorre em 50% ou mais das unidades incluídas na classe e o valor-teste é superior ou igual a 2

A modalidade ocorre em 25 a 50% das unidades incluídas na classe e o valor-teste é superior ou igual a 4

Notas:

A designação dos indicadores está descrita de forma mais completa na lista de indicadores

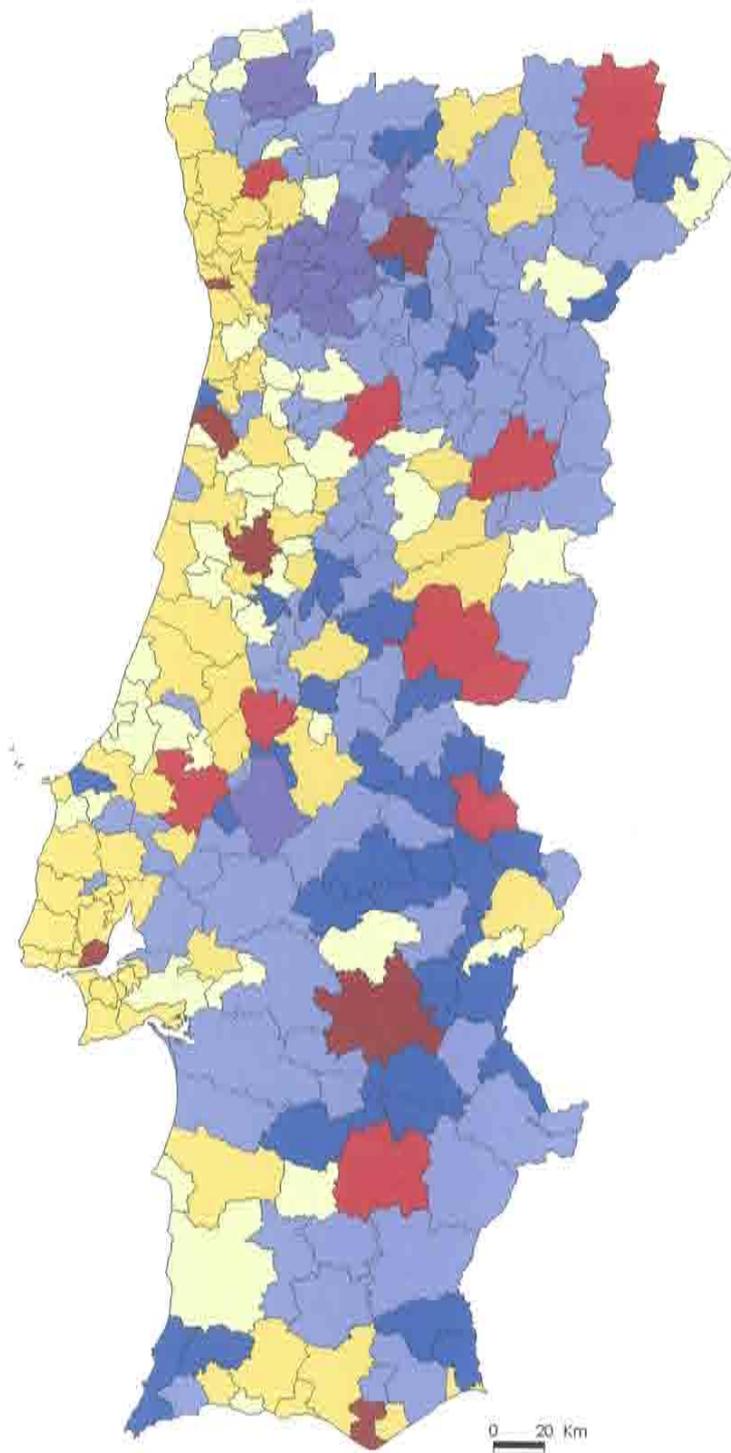
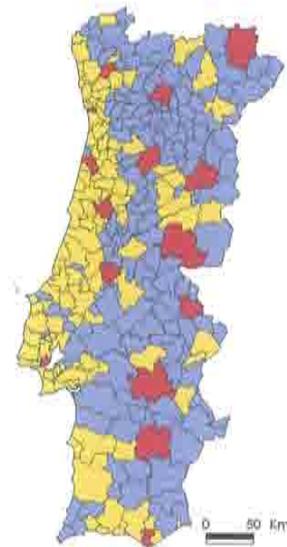


Figura 3.1.
Educação e Aprendizagem



- Situações desfavoráveis a nível nacional
- Situações razoáveis a nível nacional
- Situações favoráveis a nível nacional

- Muito fraca concentração de recursos educativos
- Fraca concentração de recursos educativos associa-se a algum insucesso escolar
- Insuficiências nas infra-estruturas educativas associam-se a abandono e insucesso escolar
- Aproveitamento escolar no ensino obrigatório associa-se a fracas taxas de retenção nos diferentes ciclos de ensino
- Aproveitamento escolar razoável associa-se a uma progressão satisfatória
- Razoável concentração de recursos educativos associa-se a níveis de instrução altos
- Elevada concentração de recursos educativos associa-se a níveis de instrução muito altos

Algumas conclusões:

- Portugal, relativamente aos países europeus, ainda está longe de atingir os níveis desejáveis em termos de escolaridade. Permanecemos menos tempo na escola, investimos pouco na educação e temos piores resultados na aprendizagem e nas competências desenvolvidas.
- Nos últimos anos houve uma forte expansão e extensão da escolaridade básica. O acesso à escola universalizou-se entre os 6 e os 14 anos e houve uma aproximação às médias europeias das taxas de escolarização nos escalões entre os 15 e os 19 anos. O pré-escolar também registou importantes progressos, mas está ainda aquém dos valores desejados.
- A análise territorial regista o resultado do processo de massificação da educação. Chegou o momento de pensarmos na qualidade, para diminuirmos as taxas de retenção e de abandono escolar. Por outro lado, a formação profissional tem de ter um desenvolvimento para quem opta por não seguir o ensino superior.
- Em termos territoriais os avanços em termos de qualidade da educação e da aprendizagem são muito diferenciados. Trás-os-Montes e Alto-Douro e o Alentejo, áreas relativamente pouco povoadas, apresentam taxas de aproveitamento inferiores aos valores de referência do Continente. O abandono escolar não é característica específica destas áreas e, portanto, as questões da aprendizagem devem passar prioritariamente por um incremento da qualidade da educação ministrada. Dada a fragilidade institucional destas áreas e a fraca empregabilidade das mesmas, é necessário envolver mais as autarquias nos projectos educativos. Em termos de formação profissional, após a educação básica, é fundamental promover, designadamente, alguns programas adaptados às realidades e às necessidades das regiões.
- No Vale de Sousa e nos concelhos com características semelhantes devia ser criado um programa especial, tendo em consideração as elevadas taxas de ocupação e os altos valores de abandono e retenção escolar. Inverter as situações que se vêm reproduzindo continuamente passa por uma clara identificação das questões e pelo desenvolvimento de um projecto eficazmente monitorizado e calendarizado.
- Na resto do país as situações são diferenciadas, mas são menos graves. Dada a forte concentração de população nas regiões urbanas, é importante equacionar o problema da educação em função da diversidade dos contextos sociais que a cidade integra.

2. Trabalho e Qualidade do Emprego

O problema essencial da nossa sociedade é a falta de emprego. Quais são os territórios com taxas de desemprego mais altas? Que concelhos apresentam dinâmicas de emprego pouco favoráveis? Quais são os territórios com melhores oportunidades de emprego? Onde se encontram os empregos melhor remunerados e os mais qualificados?

2.1. Enquadramento

O trabalho ocupa hoje em dia um lugar ou uma função central nas ligações sociais e na realização individual. A falta de emprego é um dos principais factores de desintegração social e de desregulação individual. Com um certo extremismo, mas com alguma ponta de veracidade, Chalas (1996) afirma que nas sociedades modernas é possível viver, e mesmo viver bem, sem família, sem amigos, sem qualquer tipo de enquadramento cívico, mas é impossível viver sem emprego. Seguindo Alardt (1993), o *Ter* é aqui assumido na forma de ausência ou existência de emprego; o *Estar* na medida em que o emprego proporciona um espaço de integração social e de inter-relacionamentos pessoal; e na forma de *Ser*, porque o emprego pode proporcionar uma satisfação individual e uma vida com significado.

Estamos numa sociedade em que os indivíduos organizam as suas vidas em função do trabalho. Assim, o trabalho é um factor determinante de integração social enquanto que o desemprego e a ausência de horizontes profissionais são uma fonte de exclusão tanto para os adultos como para os jovens.

O desemprego é uma das principais ameaças à coesão social e territorial. Em Portugal, nos últimos anos, houve um forte reforço da participação da mulher no mercado de trabalho e os jovens à procura de emprego não pararam de aumentar²²⁴; há uma fraca incidência do desemprego estrutural (com algumas excepções), mas tem-se verificado alguma progressão do desemprego de activos qualificados e uma crescente incidência do desemprego de longa duração em categorias específicas de trabalhadores. Por outro lado, há uma desadequação entre a oferta de qualificações e a procura de competências. A oferta de formação é definida e identificada a partir de interesses institucionais e raramente fruto de uma avaliação das necessidades presentes e potenciais da procura. Tem-se apostado em

políticas passivas, viradas para a protecção dos rendimentos, e menos em políticas activas que melhorem as probabilidades de os indivíduos encontrarem ou criarem emprego.

A dinâmica global de funcionamento do mercado de trabalho demonstra, também, processos de segmentação territorializada. O funcionamento do mercado de trabalho em Portugal foi influenciado pelas insuficiências do sistema educativo dos anos 80, que não foi capaz de atrair uma massa importante de jovens ou não os conseguiu reter. O abandono precoce da escola não produziu as qualificações e os níveis de instrução compatíveis e desejáveis para o reforço da instrução dos actuais empregados. Por outro lado, alguns modelos empresariais, passíveis de identificação em termos territoriais, favorecem entradas precoces no mercado de trabalho sem qualificações, que contribuem para a desvalorização da escola e para o abandono e o insucesso escolares. Nestes contextos sociais, os modelos empresariais condicionam as escolhas individuais e contribuem para opções imediatas que limitam as capacidades futuras dos indivíduos. A família tem aqui também um papel inibidor, na medida em que apoia a saída da escola precocemente e não incentiva a permanência e a valorização individual. É uma questão sócio-cultural que uma política assente simplesmente na acessibilidade aos recursos de educação não resolve. Isto contraria a proposta de Erikson (1993) de que os recursos, ao estarem adaptados ao meio social, determinam o nível de vida; neste caso, o meio social "determina" um baixo uso dos recursos educativos e condiciona o desenvolvimento social e económico.

A existência de um grande volume de trabalhadores sem "qualificações alargadas" faz com que, numa situação eventual de desemprego, estes tenham fracas probabilidades de conseguirem integrar novamente o mercado de trabalho. Estão atrofiados nas possibilidades de arranjar um novo emprego minimamente compatível com a situação que tinham anteriormente, o que significa que as liberdades individuais estão em parte comprometidas.

Face a este contexto, organizámos o domínio do *Trabalho e Qualidade do Emprego* em dois vectores analíticos: 1. qualidade e satisfação no emprego; 2. dinâmica e ausência de emprego. A qualidade e satisfação no emprego abrange as qualificações profissionais, a duração média do trabalho, as remunerações e os níveis de instrução dos empregados. Enfim, variáveis que poderão ser indicadores da qualidade e da satisfação no emprego, partindo de um pressuposto simplista, mas em certa medida verdadeiro, que quanto mais qualificado é o emprego e superiores

²²⁴INE, Base Infoline: Estrutura da População Desempregada, valores anuais para o Continente;

forem os salários maior será a satisfação face ao trabalho. Na dinâmica e ausência de emprego têm-se sobretudo indicadores de dinâmica de emprego e as características dos desempregados (idades, instruções, duração do desemprego). Aqui estamos sobretudo preocupados com aqueles que não têm acesso ao trabalho ou oportunidades para encontrar um novo emprego.

Em Portugal há falta de informação organizada nas áreas da precariedade no emprego, designadamente nas formas de emprego não contratuais. No entanto, o novo Recenseamento Geral da População de 2001 permitirá no futuro a organização de uma base de informação mais sólida e com indicadores de dinâmica.

Lista de indicadores identificados:

Qualidade e satisfação no emprego

- 1 População residente desempregada, peso no continente, por , em 1991
- 2 Níveis de qualificação profissional dos trabalhadores (TPCO) - Taxa de alta qualificação (Quadros Superiores e Médios, Encarregados e Profissionais Altamente Qualificados), por concelho, em 1998
- 3 Níveis de qualificação profissional dos trabalhadores (TPCO) - Taxa de baixa qualificação (Profissionais Não Qualificados), por concelho, em 1998
- 4 Duração média mensal de trabalho por trabalhador (TPCO), por concelho, em 1998
- 5 Remuneração média mensal por trabalhador (TPCO), por concelho, em 1998
- 6 Empregados Públicos com uma remuneração mensal até 94.100\$00 (€469,37), no total de emprego público, por concelho, em 1996
- 7 Empregados Públicos com uma remuneração mensal superior a 287.400\$00 (€1433,55), no total de emprego público, por concelho, em 1996
- 8 Trabalhadores (TPCO) com uma remuneração mensal entre 50.000\$00 (€249,40) a 100.000\$00 (€498,80), por concelho, em 1998
- 9 Trabalhadores (TPCO) com uma remuneração mensal superior a 400.000\$00 (€1995,19), por concelho, em 1998
- 10 Níveis de instrução dos trabalhadores (TPCO) - Taxa de alta instrução (Nível III - Instrução superior), por concelho, em 1998
- 11 Níveis de instrução dos trabalhadores (TPCO) - Taxa de baixa instrução (Nível I - Instrução básica), por concelho, em 1998
- 12 Níveis de instrução dos empregados públicos - Taxa de alta instrução (Ensino Superior), por concelho, em 1996
- 13 Níveis de instrução dos empregados públicos - Taxa de baixa instrução (Ensino Básico ou menos), por concelho, em 1996
- 14 Empregados Públicos (1996) por 100 Trabalhadores por conta de Outrém (1998), por concelho
- 15 População residente dos 12 aos 14 anos com actividade económica relativamente ao total de população com actividade económica, por concelho

Dinâmica do emprego e ausência de emprego

- 16 Total de emprego destruído por total de estabelecimentos encerrados, entre 1991 e 1998, relativamente à população potencialmente activa (15 aos 64 anos) em 1998, por concelho
- 17 Total de emprego destruído nos estabelecimentos existentes, entre 1991 e 1998, relativamente à população potencialmente activa (15 aos 64 anos) em 1998, por concelho
- 18 Total de emprego criado nos estabelecimentos criados, entre 1991 e 1998, relativamente à população potencialmente activa (15 aos 64 anos) em 1998, por concelho
- 19 Total de emprego criado nos estabelecimentos existentes, entre 1991 e 1998, relativamente à população potencialmente activa (15 aos 64 anos) em 1998, por concelho

desempregados à procura de novo emprego passaram de 147 mil em 1992 para 252 mil em 1997.

- 20 Taxa de desemprego feminino, por concelho
- 21 Desemprego Registado - Mulheres desempregadas relativamente ao total de desempregados, por concelho, entre 1998 e 2000
- 22 Desemprego Registado - Total desemprego relativamente à população residente em idade activa (15 aos 64 anos), por concelho, entre 1998 e 2000
- 23 Evolução do desemprego registado, por concelho, entre 1998 e 2000
- 24 Desemprego Registado - Desempregados com a escolaridade média e superior relativamente ao total dos desempregados, por concelho, entre 1998 e 2000
- 25 Desemprego Registado - Desempregados sem escolaridade ou com o 1º ciclo relativamente ao total dos desempregados, por concelho, entre 1998 e 2000
- 26 Desemprego Registado - Desempregados de longa duração (inscritos há mais de um ano) relativamente ao total dos desempregados, por concelho, entre 1998 e 2000
- 27 Desemprego Registado - Desempregados inscritos há menos de um ano relativamente ao total dos desempregados, por concelho, entre 1998 e 2000
- 28 Desemprego Registado - Desempregados com mais de 55 anos relativamente ao total dos desempregados, por concelho, entre 1998 e 2000
- 29 Desemprego Registado - Desempregados com mais de 55 anos, entre 1998 e 2000, relativamente à população residente com mais de 45 anos (1991), por concelho
- 30 Desemprego Registado - Desempregados com menos de 25 anos relativamente ao total dos desempregados, por concelho, entre 1998 e 2000
- 31 Desemprego Registado - Desempregados com menos de 25 anos relativamente à população dos 15 aos 25 anos (1998), por concelho, entre 1998 e 2000
- 32 Desemprego Registado - Peso no continente, por concelho, entre 1998 e 2000
- 33 Beneficiários do rendimento mínimo garantido, integrados na área de inserção do *Emprego*, por 1000 habitantes (1998), por concelho, em 2000

2.2. Emprego em Portugal e na Europa

Em Portugal, na segunda metade da década de noventa, o emprego cresceu tentando acompanhar os ritmos de crescimento dos países mais dinâmicos da Europa. A Irlanda tomou a dianteira nas dinâmicas de emprego e a Espanha, o Luxemburgo, a Finlândia e Portugal fazem parte do grupo de países mais activos na criação de emprego. Em 2000, Portugal, comparativamente com a União Europeia, apresentava uma taxa razoável de emprego relativamente à população potencialmente activa, nos diferentes estratos etários²²⁵. Quanto à integração da mulher no mercado de trabalho, Portugal também está relativamente bem posicionado, já que cerca de 60% das mulheres estão empregadas (EU-15 – 53,4%).

Em contrapartida, apresenta um mercado de trabalho muito pouco aberto a formas de trabalho em *part-time*, acompanhando o comportamentos dos países do Sul, Espanha, Grécia e Itália. A flexibilidade nos países do Sul vem sobretudo associada a formas ilegais de trabalho ou a regimes contratuais com duração limitada. A Espanha aparece à frente, com 32% dos empregados com contratos a termo, seguida de Portugal, com 20%.

²²⁵ No grupo etário dos 15-64 anos Portugal apresentava uma taxa de 68,1%, enquanto a União Europeia (EU-15) tinha 63,1%; no escalão dos 15-24 anos, respectivamente 41,9 e 39,9%; no grupo dos 25-49 anos, respectivamente 79,9 e 74,3%; com 50 a 64 anos, respectivamente 59,0% e 49,4%.

Mas o desemprego é o principal indicador de qualidade de vida e de bem-estar. Como já referimos, estar excluído do emprego tem graves reflexos na vida pessoal e colectiva. Em termos oficiais, Portugal está relativamente bem, pois possui uma das taxas de desemprego mais baixas da União Europeia, sobretudo quando comparada com os outros países do Sul²²⁶ - Espanha (14,1%), Itália (10,5%) e Grécia (11,1%). O desemprego em Portugal afecta sobretudo os activos com menores níveis de instrução, o que nos faz prospectivar uma situação mais prolongada de desemprego porque o leque de oportunidades diminuí. No entanto, Portugal apresenta níveis muito semelhantes à União Europeia (43% e 45%, respectivamente) no desemprego de longa duração, sobretudo se compararmos com Itália (61,3%), Alemanha (51,5%), Bélgica (56,3%) e Grécia (56,4%). Os mais jovens (15 aos 24 anos), em 2000, tinham em Portugal menores dificuldades de entrar no mercado de trabalho do que a maioria dos jovens europeus, designadamente os italianos, os gregos, os espanhóis e os franceses²²⁷.

QUADRO 3.3. Quadro comparativo de Portugal relativamente aos países da União Europeia

Indicador	Fonte	Portugal	EU-15	País - Valor Mais Baixo		País - Valor Mais Alto	
Taxa de emprego (% - 15 aos 64 anos) - 2000	a	68,1	63,1	Itália	53,4	Dinamarca	76,4
Taxa de emprego nas mulheres (% - 15 aos 64 anos) - 2000	a	54,3	49,7	Espanha	31,2	Dinamarca	67,0
Emprego em <i>part-time</i> (% do total de emprego) - 2000	a	10,7	18,0	Grécia	4,6	Holanda	41,2
Empregados com contratos a prazo (% do total) - 2000	a	20	12,8	Luxemburgo	3	Espanha	32
Desemprego no total da população activa (%) - 2000	a	4,1	8,2	Luxemburgo	2,4	Espanha	14,1
População dos 10-14 anos no mercado de trabalho (% no grupo de idade) - 2000	b	1,19*	0,10*	Vários Países	0,00	Portugal	1,19
Desemprego por nível de educação - Primário(**) - % do total de desemprego - 1997-99	b	73,9*	41,59*	Reino Unido	9,3	Portugal	73,9
Desemprego por nível de educação - Secundário (**) - % do total de desemprego - 1997-99	b	14,9*	29,23*	Portugal	14,90	Áustria	60,30
Desemprego por nível de educação - Terciário (**) - % do total de desemprego - 1997-99	b	5,8*	13,23*	Áustria	4,6	Grécia	21,90
Desemprego na população de 15-24 anos, em percentagem - 1999	b	8,7*	16,3*	Áustria	5,9	Itália	32,9
Desemprego de longa duração (12 ou mais meses) em percentagem do total de desempregados - 2000	a	42,9	45,2	Dinamarca	20,0	Grécia	56,4
Custo da mão de obra por trabalhador na indústria (dólares por ano) - 1995/99	b	6,24	25,0*	Portugal	6,24	Alemanha	34,95

Fonte: a - Eurostat Yearbook 2002; b - World Development Indicators, 2002 (não inclui o Luxemburgo).

* - Média calculada a partir dos valores dos países da União Europeia; ** Os níveis de educação definidos de acordo com o United Nations Education, Cultural, and Scientific Organization's (UNESCO) International Standard Classification of Education.

²²⁶ A taxa de desemprego feminina também é das mais baixas da União Europeia, sobretudo relativamente aos países do sul: Portugal - 5,1%; EU(15) - 9,7%; Espanha - 20,6%; Itália - 14,4%; Grécia - 16,7%).

²²⁷ Taxas de desemprego nos jovens (15 aos 24 anos): Itália - 33%; Grécia - 30%; Espanha - 29%; França - 27%.

Podemos concluir que no confronto de Portugal com a Europa a nossa situação é favorável quer nas dinâmicas de emprego quer nas taxas de desemprego. No entanto, analisando os custos da mão-de-obra portuguesa comparativamente com os restantes países europeus, conclui-se que Portugal possui emprego de baixo custo e de fraca qualificação. O custo da mão-de-obra na indústria transformadora é um quarto do valor médio da União Europeia. Com a abertura da União Europeia aos países de leste vamos deixar de ter esta vantagem, o que terá implicações brutais no mercado de trabalho e nas oportunidades de emprego. A relocalização das empresas estrangeiras nos países de Leste e o desinvestimento em Portugal já se fizeram sentir nos últimos tempos, designadamente nos sectores tradicionais mais intensivos em mão-de-obra. É nestes sectores, com mão de obra mais desqualificada, que se vai continuar a sentir a contracção do emprego.

Analisando as dinâmicas em curso em Portugal, na última década, no mercado de trabalho, podemos antever os problemas que se avizinham. Nos últimos anos tem-se sentido um processo de substituição de gerações, implicando a melhoria dos indicadores de escolarização, que reflecte a própria evolução do *stock* de capital humano existente na população e alterações significativas na estrutura do desemprego:

-a forte diminuição da taxa de actividade nas idades compreendidas entre os 15 os 24 anos – entre 1990 e 2000 a taxa diminuiu de 58,7% para 47,7 (Eurostat Yearbook, 2002) – reflecte o prolongamento da escolaridade e, implicitamente, da qualidade de vida dos mais jovens;

-a quota de emprego com habilitações médias (nível II - ensino secundário e médio ou profissional) aumenta de 11% para 22% (INE²²⁸); o peso das habilitações superiores na população residente empregada (nível III – bacharelato e licenciatura ou mais) sobe de 8% para 16% (INE²²⁹);

-o desemprego de longa duração (mais que um ano), entre 1992 e 2000, aumentou de 31,1% para 42,9% (Eurostat, 2002); os desempregados com níveis de instrução secundária, média ou superior passaram de 16% para 37% do total de desemprego entre 1991 e 2001 (INE²³⁰), mas as instruções mais baixas continuam a ser a principal fonte dos desempregados.

²²⁸ INE, Recenseamento Geral da População, 1991 e 2001.

²²⁹ INE, Recenseamento Geral da População, 1991 e 2001.

²³⁰ INE, Recenseamento Geral da População, 1991 e 2001.

2.3. Análise territorial

Em primeiro lugar cumpre-nos realçar as grandes clivagens territoriais no Continente português (figura 3.2).

Trás-os-Montes e Alto Douro, por um lado, e o Alentejo, por outro, caracterizam-se por uma situação pouco animadora em termos de oportunidades de emprego. Na primeira região, onde a população agrícola familiar é muito significativa, demonstrando uma forte dependência do sector agro-florestal (em intensa regressão), denotam-se dinâmicas empresariais e de emprego muito baixas. No Alentejo, as taxas de desemprego são muito elevadas.

Em contrapartida, os concelhos das cidades médias do interior e uma faixa que se estende de Setúbal a Valença mostram uma situação razoável nas oportunidades de emprego. Nesta extensa faixa evidenciam-se vinte e quatro concelhos com uma situação claramente favorecida relativamente ao restante território nacional.

Depois deste breve enquadramento é oportuno analisarmos com mais profundidade as assimetrias territoriais.

A continuidade da mancha em Trás-os-Montes e Alto Douro e na Beira Interior (incluindo o Pinhal Interior) volta a realçar as fracas dinâmicas de emprego fruto da baixa iniciativa empresarial e as taxas de desemprego muito baixas. No entanto, a população mais jovem (com menos de 25 anos) apresenta taxas de desemprego muito elevadas, demonstrando a dificuldade em aceder ao mercado de trabalho. O emprego público é o factor fundamental de sustentação da população residente activa de alguns concelhos desta região. A situação aparenta ser mais grave em Trás-os-Montes e Alto Douro do que na Beira Interior.

Em seguida aparece-nos o Alentejo, fortemente representado pelas taxas de desemprego elevadas. São desempregados de todas as idades, novos e velhos, predominantemente com níveis de instrução baixos e desempregados de longa duração. Os desempregados inscritos há menos de um ano ou com níveis de instrução médios ou superiores têm uma fraca expressão nesta região. Na década de noventa (entre 1991/1998), as dinâmicas de emprego estiveram apáticas. As oportunidades de emprego nesta região são escassas e é, sobretudo, o emprego público, com níveis de instrução relativamente baixos e usufruindo remunerações fracas, que sustenta esta vasta região. A situação é mais grave em Mértola, Almodôvar, Ourique, Portel e Mourão, designadamente.

Podemos desde já concluir que numa extensa parcela do território nacional a população residente tem dificuldade em aceder ao mercado de trabalho e que em algumas destas áreas a ausência de trabalho há mais de um ano é sentida por um número significativo de pessoas. Aqui o acesso ao trabalho não está garantida.

Passando agora para o outro extremo, analisemos a situação que afecta as áreas mais urbanas do País. Realça-se uma extensa área envolvente a Lisboa, alguns concelhos no entorno do Porto e de Faro, aos quais se juntam de uma forma dispersa algumas "ilhas" de emprego (Aveiro, Estarreja, Figueira da Foz, Coimbra, Marinha Grande, Alcanena, Constança, Vila Viçosa, Sines e Portimão). Nestas áreas temos níveis elevados de turbulência no emprego, que se manifestam nas altas quotas de emprego criado (em empresas novas) ou nas grandes percentagens de emprego destruído pelo encerramento das empresas (entre 1991 e 1998). Os ganhos e as perdas de emprego nas empresas que permaneceram activas durante o período em análise são igualmente muito relevantes. Por outro lado, é aqui que se encontra a maior quota de trabalhadores com instrução média ou superior, melhor qualificados e naturalmente com remunerações mais altas. Lisboa, Porto e Sines são os concelhos mais bem posicionados nas oportunidades de emprego, demonstrando simultaneamente, valores de desemprego de longa duração muito significativos.

Em termos de qualidade de vida e bem-estar, estes concelhos aparentam situações favoráveis sobretudo para as qualificações e instruções intermédias e superiores. No entanto, e simultaneamente, denotam-se níveis de desemprego significativos e *turbulências* no emprego que podem significar flexibilidade da mão-de-obra ou precariedade no emprego; devemos também referir que as *turbulências* podem facilitar mobilidades sociais e processos de ascensão profissional.

À volta do Porto individualiza-se uma extensa coroa, que se caracteriza por possuir baixas taxas de desemprego (eventualmente alguns concelhos poderão registar níveis mais altos de desemprego de longa duração) mas entradas precoces no mercado de trabalho. Estamos perante uma *bolsa* de emprego pouco qualificada e relativamente mal remunerada.

Por fim, resta-nos uma situação intermédia, ainda que relativamente inferior à média do Continente, -que se localiza nas cidades médias interiores e em alguns concelhos litorais: a quota de desempregados com níveis de escolaridade médios ou superiores é mais elevada do que o valor de referência do Continente; existe um número significativo de desempregados há menos de um ano; as remunerações dos

trabalhadores por conta de outrém são relativamente baixas; a percentagem de trabalhadores com alta qualificação é ligeiramente inferior à média do Continente.

Dadas as disparidades territoriais em termos de dinâmicas de emprego e de taxas de desemprego, pensamos que há espaço para se desenvolverem políticas sociais e de emprego diversificadas e ajustadas às diferenciações espaciais.

Quadro Síntese 3.2. Trabalho e Qualidade do Emprego

Cod. indicador	Valor Contínente	Classe Continente	Indicadores	Classe 1		Classe 2		Classe 3		Classe 4		Classe 5		Classe 6		Classe 7		Classe 8	
				Modalidad	Valor- teste														
83	2,9 %	nível 4	Qualidade e satisfação no emprego	nível 3	4														
14	27 %	nível 4	Beneficiários RMG / 1000 hab.	nível 2	6														
14	27 %	nível 4	Empreg. públicos / 100 TCO	nível 0	5														
7	15,2 %	nível 6	Empreg. públicos / 100 TCO																
6	19,6 %	nível 2	Empreg. públicos remun. altas			nível 1	4												
12	35,2 %	nível 4	Empreg. públicos remun. baixas			nível 0	4												
18	20,9 %	nível 2	Níveis de instrução emprego público - alta inst.			nível 1	4												
10	6,2 %	nível 7	Níveis de instrução emprego pública - baixa inst.			nível 2	4												
11	35,3 %	nível 7	Níveis de instrução TCO - alta inst.			nível 1	3												
15	0,6 %	nível 5	Níveis de instrução TCO - baixa inst.																
2	17,8 %	nível 7	População com act. económ. com 15-19 anos																
3	13,5 %	nível 3	Qualificação profissional TCO - alta qual.	nível 3	4														
5	13,63 %	nível 6	Qualificação profissional TCO - baixa qual.	nível 2	4														
9	3,2 %	nível 6	Remuneração média mensal p/trab.	nível 7	4														
8	51,6 %	nível 2	TCO com remun. altas																
			TCO com remun. baixas																
18	1,4 %	nível 6	Dinâmicas no emprego e desemprego																
16	2,1 %	nível 6	Emprego criado (criação 1991-1998)	nível 1	7														
19	2,5 %	nível 6	Emprego destruído (encerramento 1991-1998)	nível 1	9														
17	2,7 %	nível 6	Emprego ganho (existentes 1991-1998)	nível 10	5														
28	18,3 %	nível 5	Emprego perdido (existentes 1991-1998)	nível 11	7														
29	1,9 %	nível 6	Desempregados com mais de 55 anos	nível 1	8														
31	4,6 %	nível 4	Desempregados com mais de 25 anos / Pop. resid. >45 anos	nível 1	4														
26	46,3 %	nível 5	Desempregados com menos de 25 anos / Pop. resid. 15-25 anos	nível 3	4														
27	53,8 %	nível 3	Desempregados de longa duração	nível 4	4														
24	5,8 %	nível 6	Desempregados inactivos há menos de 1 ano	nível 2	4														
25	8,5 %	nível 4	Desempregados com escolaridade média e superior	nível 3	4														
21	59,3 %	nível 3	Desempregados sem escolaridade ou com o 1º ciclo	nível 4	4														
22	7 %	nível 6	Desempregados multilateres / Tot. desemp.	nível 3	3														
1	349613	nível 6	Desemprego na pop resid em idade activa	nível 2	4														
20	8,8 %	nível 3	PC Desemprego	nível 2	5														
			Taxa de desemprego feminina	nível 1	4														
			Concelhos incluídos em cada classe																
				30	57	9	51	65	28	32	3								

Legenda:

- PC
- Classe mais alta
- Classe mais baixa
- A modalidade ocorre em 50% ou mais das unidades incluídas na classe e o valor-teste é superior ou igual a 2
- A modalidade ocorre em 25 a 50% das unidades incluídas na classe e o valor-teste é superior ou igual a 4

Nota:

A designação dos indicadores está descrita de forma mais completa na lista de indicadores.

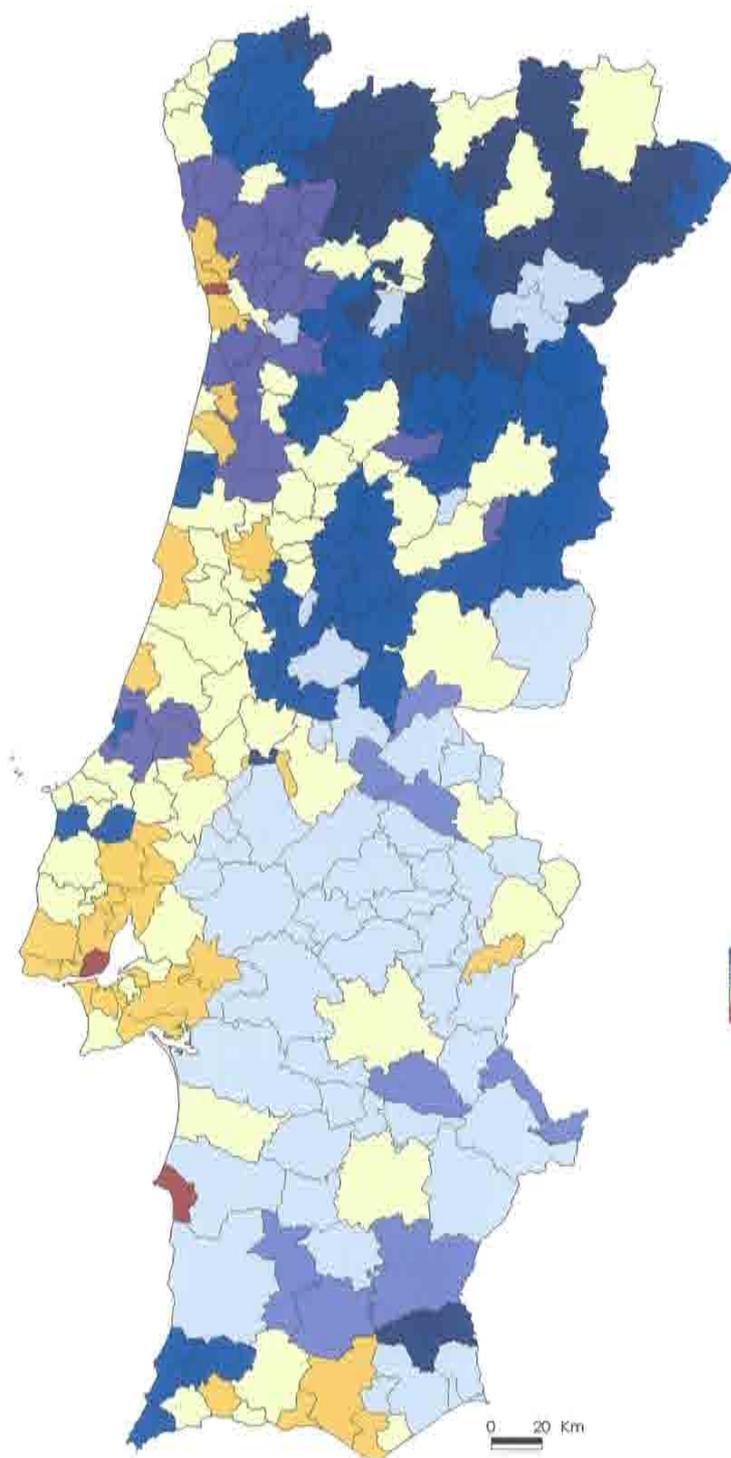
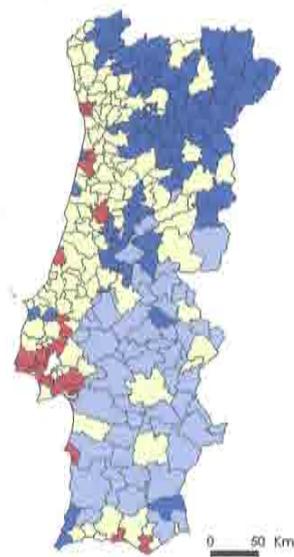


Figura 3.2.
Trabalho e Qualidade do Emprego



- Situações desfavoráveis associam-se a fraca dinâmica empresarial
- Situações desfavoráveis associam-se a forte desemprego
- Situações razoáveis a nível nacional
- Situações favoráveis a nível nacional

- Emprego público realça-se num contexto de imobilismo empresarial e pouca oferta de emprego
- Entradas e saídas no mercado de trabalho pouco significativas traduzem o fraco dinamismo empresarial
- Desemprego muito elevado associa-se a um mercado de trabalho pouco qualificado
- Desemprego elevado associa-se a um mercado de trabalho pouco qualificado
- Desemprego significativo num contexto de mercado de trabalho razoavelmente remunerado
- Baixas remunerações num contexto de entradas precoces no mercado de trabalho
- Remunerações médias mensais e qualificações profissionais relativamente altas
- Entradas e saídas no mercado de trabalho muito fortes num contexto de emprego qualificado e bem remunerado

Algumas conclusões:

- Portugal face à Europa apresenta uma situação favorável relativamente às taxas de emprego e às dinâmicas de emprego. As taxas de desemprego, ainda que tenham aumentado na última década, mantêm-se bastante abaixo dos níveis europeus.
- Portugal apresentou na última década uma forte diminuição das taxas de actividade da população mais jovem, o que reflecte a maior permanência da população na escola e, implicitamente, um reforço da qualidade de vida desses indivíduos. No entanto, o emprego infantil não está banido na sociedade portuguesa, contrariando uma realidade praticamente ausente nos países europeus.
- O desemprego domina nos níveis de instrução mais baixos, mas na última década sentiram-se fortes progressos nas camadas mais instruídas e no sector terciário. Podemos concluir que os níveis de instrução ou de qualificação superiores abrem mais perspectivas e liberdades de escolha aos indivíduos, mas esta situação não significa directamente integração no trabalho. Esta tendência mostra sinais para aumentar nos próximos anos.
- O alargamento da União Europeia aos países de Leste e o reforço da mobilidade dos trabalhadores vão ter impactos significativos no mercado de trabalho, antevendo-se situações de precariedade e desemprego para os próximos anos.
- Os desempregados com níveis de instrução mais baixos vão continuar a mostrar no futuro mais dificuldades em integrar-se.
- Trás-os-Montes e Alto Douro demonstram uma dinâmica empresarial incipiente (trata-se, como já referimos, de uma população ainda muito ligada ao sector agro-florestal). As oportunidades de emprego são escassas e a população parte para outras áreas mais atractivas em emprego ou mantém-se ligada às actividades agrícolas.
- No Alentejo, a grande propriedade agrícola domina e a população desempregada reflecte a libertação de mão-de-obra do sector agrícola. Dominam as taxas de desemprego de longa duração associadas a níveis de instrução baixos.
- No Noroeste, em torno do Porto e entre Esposende e Anadia, evidencia-se uma mancha onde ressaltam as baixas remunerações mensais que se conjugam com entradas relativamente precoces no mercado de trabalho. O problema aqui é diferente: globalmente há oportunidades de emprego, mas dominam empregos mal remunerados no contexto nacional, o que pode comprometer os níveis de satisfação individual e social.
- As cidades médias do interior e alguns concelhos do litoral estão numa situação intermédia a nível nacional. No entanto, nessas áreas as populações com níveis médios ou superiores de instrução apresentam taxas de desemprego relativamente altas. Isto pode indicar poucas oportunidades de emprego para os recursos humanos com qualificação acima da média.
- Um número significativo de concelhos localizados nas áreas metropolitanas acede a empregos mais qualificados e remunerados. No entanto, nesses contextos urbanos as taxas de desemprego de longa duração e o número de desempregados demonstram os desequilíbrios intra-urbanos. Por outro lado, a *turbulência* no emprego pode ter dois significados completamente opostos: facilitam a mobilidade social e, portanto, podem aumentar as oportunidades de ascensão profissional; são um sinal de precariedade no emprego, porque à *turbulência* empresarial estão associados a altos ritmos de criação/destruição de emprego.

3. Qualidade e acesso à habitação

O direito à habitação está garantido a toda a população? Que áreas concentram um maior número de carências? A qualidade habitacional mínima em termos de amenidades está totalmente garantida? Que áreas sofrem mais? A reabilitação do edificado está a contribuir para melhorar a qualidade habitacional?

3.1. Enquadramento

A problemática da habitação não pode reduzir-se a um simples problema de desequilíbrio entre a oferta e a procura. A questão é mais complexa. A habitação é vivida e é nesta dimensão que se constrói a sua própria identidade e a sua função social. Segundo a sistematização de Cortés Alcalá (1998), as funções que a habitação satisfaz são as seguintes:

- é um elemento físico que permite a construção de um espaço onde se reproduz a instituição familiar;
- é um elemento fundamental na construção da personalidade dos indivíduos;
- é um espaço de integração social e de socialização;
- é um lugar de consumo e de produção de bens e serviços;
- é um espaço de ócio e de comunicação.

Em primeiro lugar, precisamos de avaliar se há um equilíbrio entre a oferta e a procura de habitação. Quando encaramos o conceito habitar numa lógica mais abrangente do que a mera função residencial, deixamos de ver a habitação como uma mercadoria. Não podemos esperar que o mercado resolva uma necessidade social de primeira ordem, pois o mercado de habitação é também um negócio e, por isso, um produto a mercantillizar. Hoje em dia, a crise residencial é fruto de três factores fundamentais:

- incapacidade para resolver as necessidades residenciais que surgem na sociedade;
- disfunção no funcionamento do mercado, em que a oferta de habitação não se adequa à actual procura, fazendo com que um segmento da população fique excluído de um bem de primeira ordem;

- preços da habitação não fixados com base numa análise de custos, mas sim como produto da especulação imobiliária.

Se não é o mercado que resolve esta necessidade, devemos-nos questionar sobre o papel das políticas públicas de habitação. Uma política baseada numa forte oferta de habitação em bairros sociais também contribui para a manutenção da situação. O mercado vai continuar a apostar na especulação imobiliária e a dirigir-se só para alguns segmentos da procura. Por outro lado, uma política de forte intervenção pública na cidade histórica também não altera a situação, porque o mercado imobiliário vai continuar a concentrar-se nos territórios mais lucrativos. Esta disfunção só pode ser resolvida com uma intervenção articulada, entre os sectores público e privado. Em Portugal tivemos nos últimos vinte anos diferentes políticas municipais:

- políticas municipais de habitação que procuraram intervir directamente no mercado imobiliário (desenvolvidas designadamente pelos municípios de Lisboa e Braga);

- políticas municipais baseadas numa oferta de habitação em bairros sociais (foi o que proliferou em Portugal);

- políticas locais de habitação mais integradoras (são poucos os exemplos).

Em segundo lugar, devemos ainda observar a população ou as famílias que possuem habitação, mas em que esta não oferece os limiares mínimos de habitabilidade ou não está adequada às necessidades de quem a ocupa. A habitação, ao converter-se num direito, numa necessidade de primeira ordem, dá consistência ao conceito de exclusão residencial, segundo o qual há situações em que estruturalmente certas pessoas são excluídas dos sistemas de aprovisionamento residencial e, assim, não podem usufruir de qualidade de vida e bem-estar individual e social. Estamos-nos a referir a carências ou ausências de infra-estruturas básicas (água, saneamento, electricidade), a problemas associados a residências superlotadas e/ou sem instalações adequadas – banho, aquecimento, cozinha, etc..

Por fim, devemos ainda referir que a crise habitacional acompanha a crise da cidade histórica. O mercado imobiliário desinteressou-se do centro, porque é mais fácil e lucrativo investir nas periferias e construir novos edifícios. E, assim, a cidade central degradou-se e está à espera de ser reabilitada. Entretanto, os mais idosos e os que têm menos recursos, com menor mobilidade, acabam por ficar nas casas degradadas e sentem diminuir o seu bem-estar e a qualidade das suas vidas. Os mais jovens e a

população com rendimentos superiores optam por abandonar a cidade central e deslocar-se para as novas áreas residenciais periféricas.

Face a este enquadramento sintético, era necessário construir uma base de indicadores que traduzisse as nossas preocupações. Começámos por analisar a relação entre a oferta e a procura, mas depressa verificámos que uma abordagem por concelho não evidenciava qualquer desequilíbrio, pois temos um excesso de oferta de habitação em Portugal. Uma análise deste tipo não ressalta a diversidade da procura em função da estrutura de classes sociais e não consegue captar os desequilíbrios intra-urbanos. Assim, optámos por organizar este domínio em torno de dois vectores ou sub-domínios: diversidade da oferta de habitação; avaliação da qualidade residencial. O perfil da oferta está implícito nas obras concluídas para habitação nova ou nos fogos novos ou reabilitados, no número de obras concluídas para habitação só com um fogo e nos fogos comparticipados para realojamento de famílias abarracadas. Para a avaliação da qualidade habitacional observámos as carências infra-estruturais (água e saneamento) e verificámos se as instalações eram adequadas (retrete, aquecimento, cozinha e banho).

O que pretendemos é tipificar os territórios em função dos problemas que as pessoas enfrentam relativamente à habitação.

Lista de indicadores identificados:

Oferta de habitação

- 1 Quociente de Localização - Fogos concluídos de reabilitação (transformação + ampliação) relativamente ao total de fogos concluídos de construção nova, por concelho, de 1994 a 1999
- 2 Obras concluídas para habitação só com 1 fogo, por 100 obras de habitação concluídas, por concelho, de 1994 a 1999
- 3 Fogos sob Contrato de Comparticipação para Realojamento de Famílias Residentes em Abarracados Irrecuperáveis, ao abrigo do PER e de outros Programas, peso no continente por concelho, de 1987 a 2000
- 4 Fogos sob Contrato de Comparticipação para Realojamento de Famílias Residentes em Abarracados Irrecuperáveis, ao abrigo do PER e outros Programas (1987 a 2000), por 1000 famílias residentes em 1991, por concelho
- 5 Alojamentos familiares clássicos VAGOS relativamente ao total de alojamentos familiares clássicos, por concelho, em 2001
- 6 Obras concluídas para habitação só com 1 fogo de 1994 a 1999, por 1000 famílias residentes em 2001, por concelho

Qualidade habitacional

- 7 Edifícios não servidos por recolha de resíduos sólidos, por concelho, em 2001
- 8 Alojamentos familiares de residência habitual sem esgotos, por concelho, em 2001
- 9 Alojamentos familiares de residência habitual sem esgotos, peso no continente por concelho, em 2001
- 10 Pessoas residentes em alojamentos familiares não clássicos (barracas e outros), peso no continente, por concelho, em 2001

- 11 Pessoas residentes em alojamentos familiares não clássicos (barracas e outros) relativamente ao total de pessoas residentes em alojamento familiares, por concelho, em 2001
- 12 Pessoas residentes, em alojamentos familiares ocupados como residência habitual, com água canalizada no alojamento proveniente de rede particular relativamente ao total de pessoas residentes em alojamentos familiares ocupados como residência habitual, por concelho, em 2001
- 13 Pessoas residentes, em alojamentos familiares ocupados como residência habitual, sem água canalizada no alojamento ou edifício relativamente ao total de pessoas residentes em alojamentos familiares ocupados como residência habitual, por concelho, em 2001
- 14 Pessoas residentes, em alojamentos familiares ocupados como residência habitual, sem instalação de banho ou duche relativamente ao total de pessoas residentes em alojamentos familiares ocupados como residência habitual, por concelho, em 2001
- 15 Pessoas residentes, em alojamentos familiares ocupados como residência habitual, sem sistema de aquecimento relativamente ao total de pessoas residentes em alojamentos familiares ocupados como residência habitual, por concelho, em 2001
- 16 Pessoas residentes, em alojamentos familiares ocupados como residência habitual, com água canalizada fora do alojamento mas no edifício relativamente ao total de pessoas residentes em alojamentos familiares ocupados como residência habitual, por concelho, em 2001
- 17 Pessoas residentes, em alojamentos familiares ocupados como residência habitual, sem instalações por 1000 pessoas residentes em alojamentos familiares ocupados como residência habitual, por concelho, em 2001
- 18 Pessoas residentes, em alojamentos familiares ocupados como residência habitual, só com 1 instalação por 1000 pessoas residentes em alojamentos familiares ocupados como residência habitual, por concelho, em 2001
- 19 Pessoas residentes, em alojamentos familiares ocupados como residência habitual, com todas as instalações (electricidade, retrete, água, aquecimento e banho) relativamente ao total de pessoas residentes em alojamentos familiares ocupados como residência habitual, por concelho, em 2001
- 20 Pessoas residentes, em alojamentos familiares ocupados como residência habitual, sem instalações ou só com 1 ou 2 instalações relativamente ao total de pessoas residentes em alojamentos familiares ocupados como residência habitual, por concelho, em 2001
- 21 Pessoas residentes, em alojamentos familiares clássicos ocupados como residência habitual, sem cozinha relativamente ao total de pessoas residentes em alojamentos familiares clássicos ocupados como residência habitual, por concelho, em 2001
- 22 Alojamentos familiares clássicos ocupados como residência habitual, em edifícios construídos antes de 1919, sem instalações ou só com 1 ou 2 instalações relativamente ao total de alojamentos familiares clássicos ocupados como residência habitual, por concelho, em 2001
- 23 Alojamentos familiares clássicos ocupados como residência habitual, em edifícios construídos antes de 1919 relativamente ao total de alojamentos familiares clássicos ocupados como residência habitual, por concelho, em 2001
- 24 Famílias clássicas em alojamentos familiares clássicos superlotados relativamente ao total de famílias em alojamentos familiares clássicos, por concelho, em 2001
- 25 Famílias clássicas em alojamentos familiares não clássicos sem água e electricidade relativamente ao total de famílias em alojamentos familiares, por concelho, em 2001
- 26 Famílias clássicas em alojamentos familiares clássicos partilhados relativamente ao total de famílias em alojamentos familiares clássicos, por concelho, em 2001
- 27 Famílias clássicas, com 1 pessoa com mais de 65 anos do sexo feminino ou masculino, em alojamentos familiares não clássicos relativamente ao total de famílias em alojamentos familiares, por concelho, em 2001

3.2. Os problemas do acesso à habitação em Portugal

Mesmo analisando um leque limitado de indicadores, apercebemo-nos da situação nacional no contexto Europeu. Dos indicadores seleccionados evidenciam-se três tipos de questões em Portugal:

- insuficiências ao nível das três amenidades básicas (banho/duche, retrete com autoclismo dentro da casa, água quente corrente);

- problemas de sobrelotação e falta de espaço habitacional;
- degradação do parque de habitação com valores muito preocupantes.

Portugal, era, nos finais dos anos noventa (1996), o único país europeu com insuficiências graves nas três amenidades habitacionais. Os últimos dez anos absorveram um grande volume de investimentos para as infra-estruturas básicas (redes públicas de água e saneamento) e, naturalmente, observaram-se importantes avanços nesta matéria. Assim, em 1991, no Continente, havia 14,6 mil famílias a residir em alojamentos familiares sem água e sem electricidade (0,48% das famílias) e em 2001 esse valor desce para 4,3 mil (0,12% das famílias). Mesmo assim, Portugal em 2001 apresenta cerca de um quarto dos alojamentos familiares sem todas as amenidades (electricidade, retrete, água e sistema de aquecimento).

A sobrelotação e a degradação do parque habitacional são problemas que se fazem sentir predominantemente nos países do sul da Europa (Portugal, Grécia e Espanha). Entre 1991 e 2001 sentiu-se no Continente português uma evolução muito favorável, mas ainda insuficiente: as famílias a residir em alojamentos sobrelotados passaram de 677 mil para 563 mil; as famílias a residir em barracas de 16 184 para 11 816.

QUADRO 3.4. Quadro comparativo de Portugal relativamente aos países da União Europeia

Indicador	Fonte	Portugal	EU-15	País - Valor Mais Baixo		País - Valor Mais Alto	
Famílias proprietários da própria habitação - 1998	a	66	59	Alemanha	41	Espanha	82
Famílias a residir em habitações - 1998	a	67	52	Itália	33	Irlanda	92
Famílias a residir em más condições - falta pelo menos uma das três amenidades básicas (*) - 1998	a	18	4	Holanda	1	Portugal	18
População que reside em condições de sobrelotação (mais que uma pessoa por quarto) - 1998	a	35	19	Holanda	4	Grécia	42
Famílias que declararam problemas na habitação - falta de espaço - 1996	d	28	15	Luxemburgo	9	Portugal	24
Percentagem de agregados domésticos a residir em alojamento social - 1990-1996	c	3,3	16,9	Portugal	3,3	Holanda	39,6
Famílias que declararam problemas na habitação - degradação no telhado - 1996	d	42	17	Finlândia	7	Portugal	42
Famílias que declararam problemas na habitação - barulho (vizinhos ou exterior) - 1996	d	25	30	Irlanda	13	Itália	36

Fonte: a - Eurostat Yearbook 2002; c - L'Audit Urbain 2000; d - Living conditions in Europe - Statistical pocketbook, 2000.
 * - Três amenidades básicas - banho/duche; retrete com autoclismo dentro da casa; água quente corrente.

3.3. Análise territorial

Como vimos, Portugal apresenta um contexto relativamente negativo, tanto nas amenidades como nos níveis de ocupação e de degradação habitacional. Face a isto, optámos por fazer uma análise territorial focalizando estes aspectos negativos. Vamos, sobretudo, tentar identificar uma tipologia territorial de problemas (figura 3.3).

Nas áreas mais densamente povoadas das duas áreas metropolitanas, com uma maior extensão em Lisboa e concelhos envolventes (à volta do Porto temos só Matosinhos, Maia e Gondomar), o estado de degradação que afecta os edifícios das áreas históricas, mais densas e antigas, não está a ser objecto de reabilitação urbana, o que determina a deterioração da qualidade de vida e do bem-estar familiar. Simultaneamente, a elevada concentração de barracas ou outros alojamentos não clássicos também simboliza a degradação das condições de vida destas populações. Pelo número de pessoas e de famílias que estes fenómenos envolvem, estamos em crer que é aqui que se concentram os maiores problemas e onde não estão garantidos os direitos a uma habitação "digna" a um maior número de pessoas.

O programa de habitação social que os municípios têm vindo nos últimos vinte anos a implementar mostrou-se claramente insuficiente e desadaptado das reais necessidades. Um grande número de famílias passaram das barracas para as grandes concentrações de bairros sociais e, assim, pensávamos estar a resolver um problema essencial e básico das populações (o direito à habitação). Mas como não construímos "cidade, urbanidade e cidadania", estamos no início deste século com graves dificuldades em resolver os problemas dessas áreas (degradação habitacional e urbana, insegurança, criminalidade, toxicodependência e desemprego). Actualmente, técnicos e políticos (uns mais que outros) questionam-se quanto ao destino a dar a alguns bairros sociais, conscientes de que a desintegração social está claramente a demonstrar tendência para a extensão.

Simultaneamente, nas áreas históricas, sobretudo de Lisboa e do Porto, a degradação do parque edificado tem contribuído cada vez mais para a diminuição da qualidade de vida dos residentes dessas áreas. Este fenómeno toma dimensões brutais sobretudo no Porto, contribuindo para a deterioração da qualidade de vida das famílias mais carenciadas e idosas que se mantêm ainda nessas áreas.

Devemos ainda salientar a particularidade das áreas urbanas relativamente densas (Algarve, Noroeste, coroa externa da metrópole de Lisboa, área envolvente a Leiria e Marinha Grande). Aqui há uma grande diversidade de situações, que retratam a conjugação das novas áreas residenciais, onde a habitação unifamiliar tem uma forte

presença e as infra-estruturas e instalações habitacionais estão em geral satisfeitas, com o povoamento tradicional, mal servido de infra-estruturas e, por vezes, sem as condições necessárias de habitabilidade.

Algumas áreas pouco povoadas sentem também com grande intensidade os problemas habitacionais. Estamos-nos a referir, sobretudo, aos concelhos localizados na Serra Algarvia (Odemira, Monchique, Ourique, Almodôvar, Mértola, Alcoutim, Castro Marim, etc.) e em Baião, Cinfães, Resende e Castro Daire, entre outros. Aqui os problemas relacionam-se com as amenidades ambientais (água canalizada, esgotos, instalações de banho e sistema de aquecimento), a que um número relativamente grande de famílias não tem acesso.

Por fim, uma grande extensão do território apresenta algumas carências nas infra-estruturas básicas (esgotos e água canalizada). A situação não é tão intensa como nos concelhos anteriores, mas não deixa de ser relevante. Por outro lado, alguns concelhos interiores destacam-se pela positiva.

Algumas conclusões:

- Nas duas metrópoles, as áreas urbanas mais densas destacam-se nos problemas habitacionais. Um grande número de pessoas não têm acesso a uma habitação condigna e os seus baixos recursos não lhes permitem aceder ao mercado de habitação. Assim, recorrem aos Programas de habitação social e são constringidas a habitar em áreas com uma grande concentração de alojamentos destinadas a famílias de baixos recursos. Da exclusão residencial transitam para a desintegração sócio-espacial (áreas de concentração de desempregados, toxicod dependência, violência, etc.).
- Simultaneamente, a cidade histórica degradou-se e as velhas casas ficaram abandonadas aos mais velhos e à população que não tem recursos suficientes para se transferir para as novas áreas residenciais das periferias. Estas populações não têm direito a uma habitação condigna, dado o elevado estado de degradação física do edificado.
- Algumas áreas interiores evidenciam-se pela quase ausência de infra-estruturas e pelas intensas carências nas instalações essenciais (retrete com descarga, aquecimento de água e instalações de banho) - por exemplo os concelhos da Serra Algarvia e áreas envolventes ou alguns concelhos a ocidente de Lamego.

Quadro Síntese 3.3. Qualidade e Acesso à Habitação

Cod. Indicador	Valor Contínente	Classe Contínente	Indicadores	Classe 1		Classe 2		Classe 3		Classe 4		Classe 5		Classe 6		Classe 7		
				Modalidad	Valor-teste	Modalidad												
1	2,7 %	nível 4	OL Fogos concluídos de reabilitação	nível 1	3													
1	2,7 %	nível 4	OL Fogos concluídos de reabilitação	nível 1	3													
2	82,3 %	nível 4	PC Obras para habitação só com 1 fogo	nível 1	3													
6	42,8 %	Nº	Obras para habitação só com 1 fogo/1000 famílias	nível 7	6													
3	47215 Nº	-	PC Fogos ao abrigo do PER	nível 3	4													
4	2,7 %	Nº	Fogos ao abrigo do PER/ 1000 famílias	nível 3	4													
10	78384 Nº	-	PC Resid. em aloj. fam. não clássicos	nível 2	3													
10	78384 Nº	-	PC Resid. em aloj. fam. não clássicos	nível 2	3													
10	78384 Nº	-	PC Resid. em aloj. fam. não clássicos	nível 2	3													
11	0,6 %	Nº	Resid. em aloj. fam. não clássicos/ resid. aloj. fam. cláss.	nível 3	3													
25	0,1 %	Nº	Fam. em aloj. fam. não clássicos sem água e electricidade	nível 2	3													
24	16,2 %	Nº	Fam. em aloj. fam. clássicos superlotados	nível 2	3													
24	16,2 %	Nº	Fam. em aloj. fam. clássicos superlotados	nível 2	3													
17	1,6 %	Nº	Resid. em aloj. fam. sem instalações	nível 3	3													
37	1,6 %	Nº	Resid. em aloj. fam. sem instalações	nível 3	3													
7	9,5 %	Nº	Edifícios não servidos por recolha de resíduos sólidos	nível 2	3													
8	3,3 %	Nº	Aloj. familiares sem esgotos	nível 2	3													
8	3,3 %	Nº	Aloj. familiares sem esgotos	nível 2	3													
13	1,3 %	Nº	Resid. em aloj. fam. sem água canalizada	nível 1	7													
13	1,3 %	Nº	Resid. em aloj. fam. sem água canalizada	nível 1	7													
14	5 %	Nº	Resid. em aloj. fam. sem instalação de banha	nível 1	7													
15	19,1 %	Nº	Resid. em aloj. fam. só com 1 instalação	nível 1	7													
16	5 %	Nº	Resid. em aloj. fam. sem sistema de aquecimento	nível 1	7													
20	2,3 %	Nº	Resid. em aloj. fam. sem instalações ou só com 1 ou 2 inst.	nível 1	7													
22	1,6 %	Nº	Aloj. fam. clássicos, edif. <1919, sem inst. ou só com 1 ou 2 inst.	nível 1	7													
22	1,6 %	Nº	Aloj. fam. clássicos, edif. <1919, sem inst. ou só com 1 ou 2 inst.	nível 1	7													
23	5 %	Nº	Aloj. fam. clássicos, edif. <1919/ aloj. fam. clássicos	nível 1	7													
19	76 %	Nº	Resid. em aloj. fam. com todas as instalações	nível 1	7													
19	76 %	Nº	Resid. em aloj. fam. com todas as instalações	nível 1	7													
9	115512 Nº	-	PC Aloj. familiares sem esgotos	nível 3	3													
16	0,5 %	Nº	Resid. em aloj. fam. com água canal. fora do aloj.	nível 3	3													
16	0,5 %	Nº	Resid. em aloj. fam. com água canal. fora do aloj.	nível 3	3													
26	3,3 %	Nº	Fam. em aloj. fam. clássicos partilhados	nível 3	3													
27	1 %	Nº	Fam. com 1 pessoa >45 anos em aloj. fam. não clássicos	nível 3	3													
12	18,6 %	Nº	Resid. em aloj. fam. com água canal. rede particular	nível 3	3													
				16		11		14		121		8		51		54		

Legenda:

OL Quociente de localização

PC Peso no Contínente

Classe mais alta

Classe mais baixa

A modalidade ocorre em 50% ou mais das unidades incluídas na classe e o valor-teste é superior ou igual a 2.

A modalidade ocorre em 25 a 50% das unidades incluídas na classe e o valor-teste é superior ou igual a 4.

Nota:

A designação dos indicadores está descrita de forma mais completa na lista de indicadores

Instalações inclui retrete com autoclismo dentro do alojamento, banheiro/chuveiro e água corrente quente

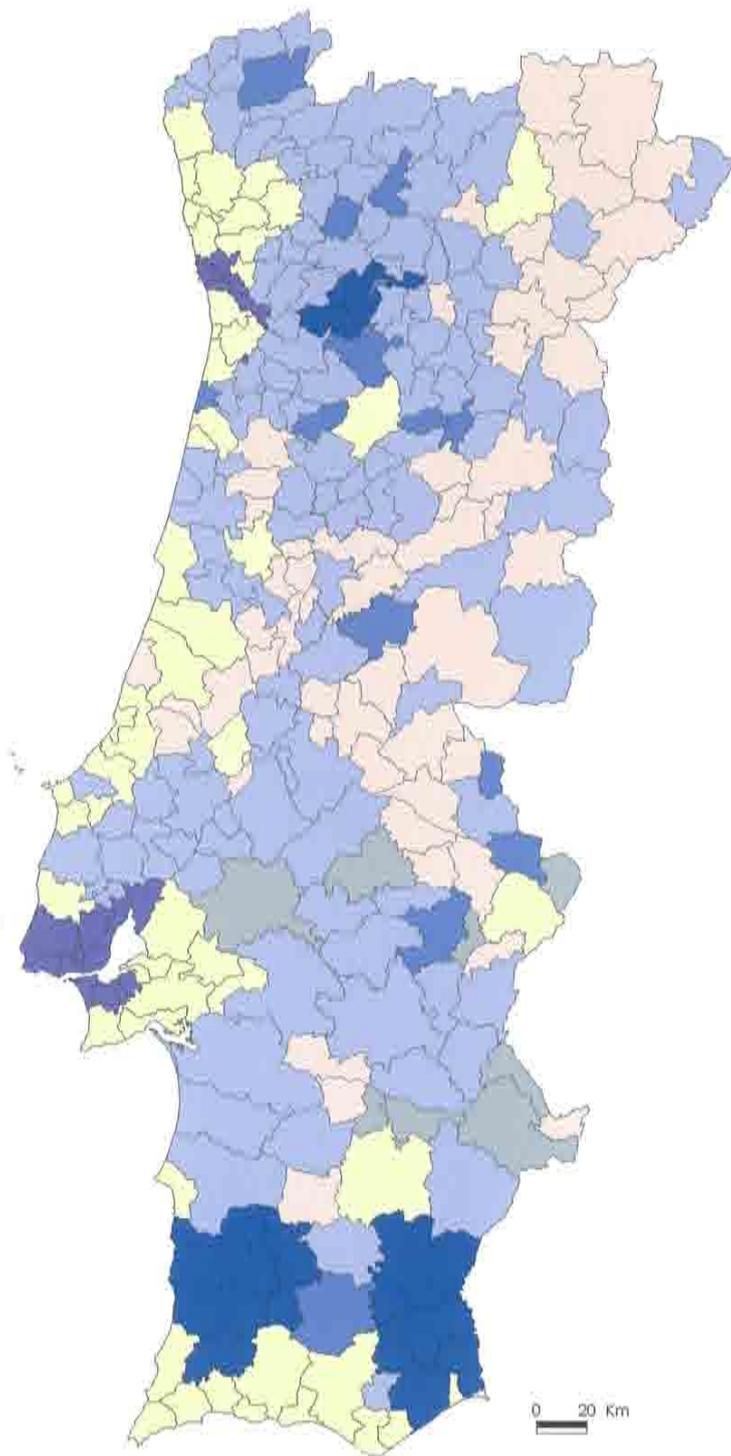
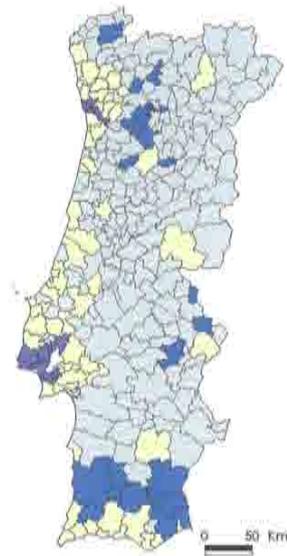


Figura 3.3.
Qualidade e Acesso à Habitação



- Problemas derivados da ausência de reabilitação e existência de alojamentos não clássicos
- Problemas nas infra-estruturas básicas
- Alguns problemas nas infra-estruturas básicas e existência de alguns alojamentos não clássicos
- Fraca concentração de problemas

- Ausência de reabilitação num contexto em que subsistem os alojamentos não clássicos
- Graves problemas nas infra-estruturas básicas
- Problemas nas infra-estruturas básicas
- Algumas carências nas infra-estruturas (água e esgotos)
- Problemas nas infra-estruturas e alguma concentração de alojamentos não clássicos
- Habitação unifamiliar nova num contexto com alguns constrangimentos
- Situação favorável em termos de habitação

4. Recursos naturais e urbanização

Quais são os campos de relacionamento da cidade com o seu espaço de proximidade e com os espaços agrícolas ou naturais? De que forma a qualidade de vida está valorizada por um forte entendimento com a paisagem e os recursos naturais, numa escala em que os relacionamentos são diários e constantes? Haverá uma cuidada articulação entre o equilíbrio do suporte biogeofísico e as expectativas de qualidade de vida e bem-estar em termos ambientais das populações?

4.1. Enquadramento

Podemos definir alguns domínios em que as questões ambientais são susceptíveis de provocar algumas disfunções: qualidade de vida; qualidade ecológica dos espaços; produção de poluição; consumo dos recursos naturais; riscos naturais e sanitários; património cultural e natural. É a qualidade de vida que nos preocupa aqui.

Ordenar um espaço para o tornar mais agradável para viver, edificar uma cidade que favoreça a convivalidade, legislar para proteger o ambiente, afastar todas as agressões da poluição ou transformar as áreas urbanas em espaços excelentes para viver constituem claramente preocupações que não são recentes, mas que se tornam muito difíceis de concretizar.

Temos de ter consciência de que há ainda uma grande distância entre as recomendações (sobretudo comunitárias) ou regulamentações e as decisões para a construção de um modelo de eco-utopia (Pasquot, 1996). Com isto, o que queremos dizer é que em Portugal a investigação está ainda a dar os primeiros passos no estudo das morfologias, densidades e afectação dos solos, procurando encontrar princípios e conhecimentos que nos informem sobre a verdadeira vulnerabilidade do suporte biogeofísico. No entanto, como já referimos, a cidade real está a construir-se a um ritmo que ultrapassa a nossa capacidade de reflexão.

No conceito de desenvolvimento durável, urbanidade e naturalidade não são contraditórios, pelo contrário, podem integrar-se de uma forma harmoniosa. Mas que condições se devem reunir, em particular no domínio dos valores, para que uma utopia possa ser uma alternativa aos processos de urbanização dos dias de hoje?

A natureza está também já urbanizada. Hoje em dia, os modos de vida urbanos impõem-se por todo o lado, as paisagens não param de se modificar e a economia e

o consumo têm um papel central nas nossas vidas. Como é que podemos apreender a natureza?

É com essas múltiplas representações que devemos trabalhar as noções de qualidade de vida, aqui entendida como o acesso ao usufruto da natureza, seja ela mais urbana, mais protegida, mais produzida (a agrícola) ou mais imaginada por cada um de nós.

A questão não está em fazer jardins, mas em permitir às pessoas aceder a um quadro de vida que lhes favoreça o usufruto de uma qualidade de vida ambiental segundo os seus diferentes interesses. O fundamental é tomarmos consciência dessa diversidade e pensarmos que a qualidade de vida contempla diferentes recursos e uma heterogeneidade de visões e expectativas. Assim, a qualidade de vida vai também construir-se a partir da interrelação urbano-natureza.

Campos urbanos e urbanidade rural

Com os novos meios de transporte, é possível residir no campo e ir trabalhar para a cidade. Nesta transformação da forma de residir encontramos um imaginário urbano de natureza que está entre dois protótipos: um mais ligado aos espaços-natureza, das matas e florestas, e outro mais agrícola e pastoral.

Este movimento tem vindo a reforçar-se na última década, criando uma urbanidade rural. É verdade que a cultura rural se tornou sucessivamente menos agrária. Ela procura responder a uma procura de identidade territorial das sociedades urbanas. Está a criar-se uma ruralidade não agrária mas urbana, que procura um quadro de vida perto da natureza, fugindo ao *stress* e à poluição urbana.

Há uma procura social urbana por uma residência num quadro de vida mais agradável, acessível, aonde a natureza esteja presente nas suas diferentes formas (florestada, agrícola ou ajardinada). Estes ideais têm uma tradução territorial que não é a cidade nem o campo. É uma cidade menos densa nas vizinhanças dos espaços agro-florestais. Esta *cidade emergente* já existe, mas não tem sido concebida segundo um novo modelo urbano, reflectido para dar resposta a esta necessidade. Em termos de políticas urbanas é fundamental incorporar este quadro de vida, esta *ruralidade periférica*. No século XXI a cidade tem de ser pensada numa escala mais alargada, com conceitos diferentes da cidade dos séculos XIX e XX (Donadieu, 2000).

Os processos de construção das "metápoles", dos campos urbanos ou de uma urbanidade rural estão em curso. O reforço da mobilidade e um imaginário urbano da natureza contribuem para isto. Este processo de urbanização dos campos introduz a

urbanidade no espaço rural. O modelo a construir (com parques agro-florestais, lazer ao ar livre,...) irá compor uma ruralidade agro-florestal nas áreas urbanas. De uma sociedade que contrapunha a cidade e o campo, estamos a passar para um outro modelo que associará as duas noções na construção dos tecidos urbanos.

Por outro lado, como já referimos, estão a ser construídas novas práticas sociais nos espaços rurais a partir de uma classe de profissionais liberais ou intelectuais da classe média-alta que investem na propriedade rústica (médicos, advogados, gestores, artistas, etc.): as quintas do Noroeste, os montes no Alentejo, a pequena ou média exploração de vinha, o pequeno pomar.... Na maioria das vezes estas práticas representam uma função lúdica e a satisfação de um prazer. Este usufruto do meio rural absorve tempo e dinheiro, e procura preservar as raízes de um imaginário campestre ou recriar um *novo campo*.

No mesmo sentido, existe uma grande massa de população que saiu há quarenta anos dos espaços rurais em direcção às grandes cidades e que entretanto já voltou ou que volta regularmente. Em geral, estas populações mantiveram a posse da terra, os laços familiares e, sobretudo, as raízes. E agora voltam nas férias, nos fins-de-semana, nas festas religiosas, e constroem novas vivências. Arrastam a urbanidade para o campo, como já referimos.

Por fim, as práticas de desportos da natureza ou desportos radicais têm vindo também a promover o usufruto da natureza. Trata-se, novamente, de um quadro de vida que passa por vivências em espaços preferencialmente naturais.

Depois deste enquadramento resta-nos definir a nossa abordagem analítica. Como o próprio título indica, vamos trabalhar à volta do binómio urbano-natureza, pois é aqui que se vão colocar algumas das principais questões intrinsecamente relacionadas com a qualidade de vida. Assim, a base de dados identificada procura em primeiro lugar fazer um levantamento dos recursos naturais mobilizáveis; depois avalia o consumo e a ocupação do solo; para no fim observar as despesas que as autarquias estão a realizar no cuidado com o ambiente.

O levantamento dos recursos mobilizáveis pretende retratar os espaços agrários e naturais em torno dos quais as populações urbanas têm vindo a manifestar um interesse especial. São os múltiplos espaços de vivência e convivalidade natural que podem contribuir para a qualidade de vida da população portuguesa. O consumo e a ocupação do solo pretendem representar a densidade de uso e o consumo de recursos nos espaços urbanos. Na inter-relação entre estes dois domínios vamos encontrar os espaços periféricos, que não são cidade nem campo mas que

representam um quadro de vida que emergiu nos últimos anos. As despesas municipais pretendem medir, de uma forma quantitativa e naturalmente muito grosseira, a predisposição e as capacidades locais para a criação de um desenvolvimento sustentável em termos ambientais, contribuindo deste modo para a melhoria da qualidade de vida dos residentes ou visitantes e das gerações futuras.

Lista de Indicadores Identificados:

Recursos naturais mobilizáveis

- 1 Superfície agrícola utilizada (SAU), peso no continente, por concelho, em 1999
- 2 Superfície agrícola utilizada (SAU) por habitante, por concelho, em 1999
- 3 Superfície de matas e florestas sem cultura sob-coberto, peso no continente, por concelho, em 1999
- 4 Superfície de matas e florestas sem cultura sob-coberto por habitante, por concelho, em 1999
- 5 Área não urbana e não industrial, por concelho, em 1998
- 6 Áreas Naturais (Parques Naturais, Áreas Protegidas), por concelho, em 2000

Consumo e ocupação

- 7 Densidade populacional, por concelho, em 2001
- 8 Densidade de estabelecimentos industriais, de comércio e de serviços, por concelho, em 1998
- 9 Densidade populacional, na freguesia mais densa, por concelho, em 2001
- 10 Fogos por edifício, na freguesia com o valor mais elevado, por concelho, em 2001
- 11 Densidade de alojamentos, na freguesia mais densa, por concelho, em 2001
- 12 Variação relativa dos alojamentos familiares clássicos, por concelho, entre 1991 e 2001
- 13 Variação relativa de edifícios, por concelho, entre 1991 e 2001
- 14 Área industrial relativamente à área total, por concelho, em 1998
- 15 Área urbana ou urbanizáveis relativamente à área total, por concelho, em 1998
- 16 Obras concluídas (construção nova), peso no continente, por concelho, entre 1994 e 1999
- 17 Fogos concluídos (construção nova), peso no continente, por concelho, entre 1994 e 1999
- 18 Quociente de Localização - Fogos concluídos de reabilitação (transformação + ampliação) relativamente ao total de fogos concluídos de construção nova, por concelho, de 1994 a 1999
- 19 Total de obras concluídas (construção nova + ampliação + transformação) de 1994 a 1999, por 100 edifícios existentes em 2001, por concelho
- 20 Indicador de poluição - CHHY (Kg/Km percorrido)
- 21 Consumo doméstico de electricidade (1000 Kwh) por 1000 habitantes, por concelho, em 1998
- 22 Consumo industrial de electricidade (1000 Kwh) por 1000 habitantes, por concelho, em 1998

Despesas Municipais

- 23 Despesas dos municípios no tratamento e controlo de qualidade da água para o abastecimento por habitante, por concelho, em 1998
- 24 Despesas dos municípios nos sistemas de tratamento e drenagem de águas residuais por habitante, por concelho, em 1998
- 25 Despesas dos municípios na recolha e transporte de resíduos sólidos por habitante, por concelho, em 1998
- 26 Despesas dos municípios nas infra-estruturas para tratamento e deposição de resíduos por habitante, por concelho, em 1998
- 27 Despesas dos municípios na protecção da biodiversidade e das paisagens por habitante, por concelho, em 1998
- 28 Despesas dos municípios na protecção da biodiversidade e das paisagens - Incêndios por habitante, por concelho, em 1998

4.2. Ambiente e políticas urbanas na Europa

As políticas ambientais preocuparam-se desde sempre com os recursos naturais, numa lógica de protecção da bio-diversidade, mas também nas vertentes de protecção contra os ataques da poluição e de controlo do consumo desmesurado de recursos.

As questões mais importantes sobre o tema da sustentabilidade surgiram na década de noventa, com a publicação pela Comissão Europeia do *Green Paper on the Urban Environment* (Comissão das Comunidades Europeias, 1990). Aqui é reconhecido o papel do uso do solo na promoção do desenvolvimento sustentável, na integração entre uso do solo, forma urbana, transportes e planeamento de funções urbanas.

A partir da Conferência do Rio de Janeiro em 1992 a problemática do "desenvolvimento sustentável" é reconhecida, mas só muito mais tarde chegará aos discursos políticos. A nível local as políticas de desenvolvimento sustentável vão traduzir-se nas Agendas 21 locais²³¹. Em 1996, o relatório *Cidades Europeias Sustentáveis* (Comissão Europeia, 1996) debruça-se sobre a importância das estruturas institucionais e do planeamento como estímulos para a sustentabilidade. Por outro lado, valoriza a micro-escala e reconhece a diversidade dos problemas e soluções locais. Por exemplo, no capítulo sete encorajava as abordagens ecológicas e um certo distanciamento em relação à análise restritiva do uso do solo. Sugere que o planeamento podia ser limitado pela oferta (*supply-limited*) e não conduzido pela procura (*demand-driven*) e que os planeadores deviam procurar equilibrar os benefícios do desenvolvimento contra os custos do ambiente, definindo capacidades ambientais e prevenindo rupturas.

Em Setembro de 1996 acontece em Lisboa a *Segunda Conferência Europeia das Cidades e Vilas Sustentáveis*. Ainda no mesmo ano, o relatório *Habitat II* (1996) destaca quatro objectivos fundamentais para o planeamento sustentável: conter o desenvolvimento urbano; controlar o desenvolvimento disperso da habitação; promover centros de cidades viáveis; promover o planeamento integrado do uso do solo e dos transportes.

Assim, foi sobretudo desde 1996 que se passou a discutir os benefícios da mistura de usos do solo nas áreas urbanas, a necessidade de controlar os transportes individuais e o trânsito e de acompanhar os processos de difusão do ordenamento.

²³¹ As colectividades locais são incentivadas a propor um programa de acções que contribuam para o desenvolvimento sustentável no século XXI.

QUADRO 3.5. Quadro comparativo de Portugal relativamente aos países da União Europeia

Indicador	Fonte	Portugal	EU-15	País - Valor Mais Baixo		País - Valor Mais Alto	
Poluição atmosférica urbana (**) – partículas suspensas – 1995	b	61,00 Lisboa	62,27*	Paris	14,00	Atenas	179,00
Poluição atmosférica urbana (**) – dióxido de sulfato – 1998	b	8,0 Lisboa	15,46*	Estocolmo	3,00	Atenas	34,00
Poluição atmosférica urbana (**) – dióxido de nitrato – 1998	b	52,0 Lisboa	49,92*	Estocolmo	20,00	Londres	77,00
Poluição das águas – emissão de poluentes orgânicos (Kg/dia) – 1999	b	142,7	229,9*	Irlanda	37,9	Alemanha	811,3
Emissões industriais de CO2 per capita, em toneladas métricas – 1998	b	5,48	8,36*	Portugal	5,48	Holanda	10,44
Terra arável, em hectares per capita – 1999	b	0,20	0,35*	Holanda	0,06	Reino Unido	0,99
Consumo de fertilizantes, em centenas de gramas por hectare de terra arável – 1999	b	1305,89	2617,08*	Suécia	1006,87	Irlanda	6505,58
Área florestal no total da área – 2000	b	40,07	37,43*	Reino Unido	10,70	Irlanda	95,66
Áreas Protegidas Nacionais - % da área total – 1999	b	6,6	10,37*	Alemanha	0,0	Dinamarca	32,5
Média anual de desflorestação – 1990/2000	b	-1,7	-0,7*	Irlanda	-3,0	Finlândia	0,0
Veículos por 1000 habitantes – 1999	a	330	460	Grécia	275	Luxemburgo	610
Tráfego rodoviário (milhões de veículos por Km) – 2000	b	93,02	215,75*	Dinamarca	41,17	Alemanha	589,50

Fonte: a - Eurostat Yearbook 2002; b - World Development Indicators, 2002 (não inclui o Luxemburgo); c - L'Audif Urbain 2000.

* - Média calculada a partir dos valores disponíveis dos países da União Europeia.

** - Os dados analisados referem-se às capitais dos diferentes países da União Europeia.

Analisando agora os indicadores ambientais a nível europeu, podemos em certa medida avaliar a atenção que os espaços naturais têm merecido em Portugal: as áreas florestais ocupam mais ou menos a mesma área que a média europeia; as áreas protegidas abrangem uma menor superfície; a nossa agricultura é muito menos poluente que a média; o tráfego rodoviário, um dos principais poluentes da actualidade, é menos de metade dos níveis europeus e a população portuguesa tem em média menos veículos; a poluição das nossas águas (emissão de poluentes orgânicos) está abaixo da média; mas a desflorestação está a desenrolar-se a um ritmo superior à Europa. Aparentemente, no contexto da União Europeia o nosso país não comprometeu ainda a sua qualidade ambiental. No entanto, os níveis de poluição atmosférica que Lisboa apresenta, relativamente às restantes capitais europeias, parece-nos demonstrar uma situação mais preocupante no domínio da poluição urbana, sobretudo quando observamos comparativamente os valores referentes às cidades dos países nórdicos, designadamente Estocolmo.

4.3. Uma análise territorial

A conjugação dos recursos naturais mobilizáveis para o usufruto da natureza com os processos e a intensidade de urbanização vai resultar num *puzle* relativamente bem arrumado. Assim, em linhas gerais podemos diferenciar o Continente português em três grandes grupos (figura 3.4). O vale do Douro marca e define o desenho de uma extensa mancha verde que se estende desde o norte de Trás-os-Montes e Alto Douro (incluindo, a ocidente, a Peneda-Gerês) até a toda Beira Interior. Depois, outra extensa mancha desenvolve-se desde o Pinhal-Interior até ao Algarve, incluindo praticamente todo o Alentejo. A população portuguesa pode usufruir de um vasto território *agro-natural*, bastante diversificado como vimos no primeiro capítulo.

Uma terceira grande mancha preenche praticamente todo o restante território. São os territórios em urbanização difusa, onde a cidade e o campo se integram na construção de uma nova ruralidade e/ou nova urbanidade. É neste território que se estão a colocar algumas das questões anteriormente enunciadas, na medida em que a urbanização está a invadir o espaço-natureza para construir um novo espaço que não é nem urbano nem rural. Aqui se colocam algumas das grandes questões em termos de qualidade de vida, na medida em que é necessário reflectir sobre as novas urbanidades tendo em consideração esta "nova" necessidade de viver no campo estando na cidade. O exercício de planeamento é complicado, pois estamos ainda muito longe de perceber com clareza os limiares de carga na utilização dos solos e, além disso, ainda não exercitámos suficientemente o planeamento destes "campos urbanos".

Analisemos com mais profundidade esta integração de interesses. O Alentejo e Trás-os-Montes e Alto Douro proporcionam às populações residentes e visitantes um espaço de elevada capacidade de recursos naturais. Grandes superfícies agrícolas conjugam-se com baixas densidades de ocupação do território no Alentejo interior e na faixa fronteiriça da Beira Interior. O Alentejo litoral mostra níveis de consumo doméstico de electricidade superiores e taxas superiores de poluição devido a maior presença da agricultura de mercado e a níveis de rendimento e consumo um pouco mais elevados

São os espaços privilegiados para as populações que pretendem fugir dos espaços urbanizados e procuram áreas pouco povoadas, escassamente edificadas e não poluídas. Em seguida, realça-se Trás-os-Montes e o Alto Douro, ligeiramente mais

povoados e ocupados que o Alentejo, mas igualmente pouco poluídos e com recursos naturais.

Segundo Redcliff (2000), na actualidade há um processo de transferência e revalorização da natureza – a natureza torna-se "socializada" – que pode ser gerido e controlado. Neste sentido, é fundamental em termos de planeamento olharmos para Trás-os-Montes e Alto Douro, Beira Interior e Alentejo como espaços naturais cada vez mais procurados. Segundo Marques (2002) num estudo elaborado em Portugal sobre as representações territoriais²³², ao "campo" ou aos "espaços rurais" vêm associados o *ar puro, o sossego, a tranquilidade, a liberdade, a natureza, a paz, o verde e a agricultura. O colorido das paisagens e as práticas sociais que elas incorporam têm uma força simbólica e uma capacidade identitária que não devem ser, de forma alguma, subestimadas* (Marques,2002:10). Não sendo objecto deste capítulo a avaliação da qualidade ambiental dos espaços enunciados, uma coisa transparece nas descrições: o "campo" integra uma força, um potencial simbólico e uma noção de bem-estar que estão insuficientemente explorados para a promoção da qualidade de vida dos seus residentes e dos que o procuram. Para os portugueses, no domínio das representações territoriais, estes espaços estão associados à qualidade ambiental (ar puro e saúde), à tranquilidade e sossego (paz, calma, descanso), à natureza e agricultura (animais, árvores, espaços, flores) e à liberdade e segurança.

No outro extremo encontramos as áreas densamente urbanas, com fortes intensidades de uso do solo e com valores de poluição elevados. O Porto, Lisboa, Sintra, Loures e Amadora fazem parte desse conjunto. No patamar seguinte aparecem Matosinhos, Maia, Vila Nova de Gaia e Espinho, à volta do Porto, e Cascais, Oeiras, Almada, Seixal e Barreiro, à volta de Lisboa. É nestes concelhos que as densidades de ocupação do solo são mais intensivas e os espaços naturais mais escassos. À volta do Porto emerge o urbano difuso de densidade média, mas com dinâmicas construtivas relativamente significativas. A possibilidade de conflitualidade nos usos do solo determinou que tivessem sido ensaiados processos inovadores de regulamentação urbanística²³³ a nível do planeamento municipal.

Compete ao planeamento urbano gerir os desequilíbrios ambientais e cuidar da *saúde ambiental* dos seus habitantes. Segundo Marques (2002) no estudo referido a

²³² Este estudo baseia-se num inquérito a 2500 pessoas, distribuídas pelo território do Continente português, segundo uma tipologia territorial (as freguesias foram classificadas em nove classes diferentes, desde as áreas centrais históricas, passando pelas periferias urbanas e acabando nas áreas rurais regressivas). Este inquérito dirigiu-se a famílias com filhos no ensino básico, portanto, a pais de família em geral com 35 a 45 anos.

"cidade" ou o "urbano" é *poluição, barulho, stress, confusão, trânsito, trabalho, movimento, comércio, insegurança, divertimento, etc.*. A cidade histórica, densa, compacta, monumental e central, aparentemente perdeu parte do seu carácter simbólico em face da profusão dos problemas ambientais (*poluição, barulho/ruído, stress, confusão*) e da invasão e transformação da cidade pelo automóvel (*trânsito, movimento, carros*). Das vivências analisadas ficaram sobretudo os problemas ambientais e de segurança, e os ritmos (*movimento, agitação*) que marcam os quotidianos urbanos²³⁴.

Algumas conclusões

- Os espaços "naturais" incorporam uma capacidade de atracção de residentes das áreas urbanas que se tem vindo a intensificar nos últimos anos. Trata-se de uma nova "necessidade" das populações aí residentes que concorre para o seu bem-estar e qualidade de vida.
- No domínio das representações, a *cidade* ou o *urbano* passaram a ser *poluição, barulho, stress, confusão, trânsito, trabalho, movimento e insegurança*. Esta percepção ambiental negativa pode colocar em causa a *saúde ambiental* dos seus habitantes.

²³³ O arquitecto Nuno Portas foi o principal impulsionador deste processo de inovação urbanística no Plano Director Municipal de Guimarães.

²³⁴ Segundo o mesmo trabalho (Marques, 2002), cerca de 9% dos residentes nas áreas densamente povoadas (freguesias APU's - áreas predominantemente urbanas) vão regularmente passar o fim-de-semana ao "campo" e ocasionalmente 17%.

Quadro Síntese 3.4. Recursos Naturais e Urbanização

Cod. Indicador	Valor Contínente	Classe Contínente	Indicadores	Classe 1		Classe 2		Classe 3		Classe 4		Classe 5		Classe 6		Classe 7		Classe 8	
				Modalidad-des	Valor-teste														
1	37358 N°	-	Recursos naturais	nível 5	5														
2	42,2 N°	nível 6	PC SAU	nível 3	8	nível 4	4												
3	93,6 %	nível 5	Área não urbana e não industrial	nível 7	11	nível 5	5	nível 1	8	nível 4	9	nível 5	3	nível 3	10	nível 2	7	nível 2	3
4	93,6 %	nível 5	Área não urbana e não industrial	nível 8		nível 6	4												
5	9841	-	PC matos e florestas			nível 6	9	nível 3	5	nível 2	7								
6	11,1 N°	nível 4	Matas e florestas per capita	nível 1	6	nível 1	9												
7	- N°	-	CHRY - indicador de poluição																
8	- N°	-	CHRY - indicador de poluição																
9	- N°	-	Consumo e ocupação do solo																
10	54,6 N°	nível 1	Densidade de alojamentos na freg. mais densa do concelho	nível 1	3	nível 1	6												
11	2,9 N°	nível 2	Densidade estab. industriais e de comércio e serviços	nível 1	8	nível 1	8	nível 2	7	nível 2	7	nível 2	4	nível 4	5	nível 5	4	nível 2	4
12	110,4 N°	nível 1	Densidade pop. na freg. mais densa do concelho	nível 1	7	nível 1	7												
13	110,4 N°	nível 3	Densidade populacional	nível 1	8	nível 1	7	nível 1	3	nível 2	9								
14	110,4 N°	nível 3	Densidade populacional	nível 3															
15	451206 N°	-	PC Fogos novos concluídos	nível 1	8	nível 1	9	nível 2	6	nível 2	6	nível 4	4	nível 3	5	nível 6	4	nível 6	5
16	1,4 N°	nível 2	Fogos por edifício na freg. com valor mais alto do concelho	nível 1	5	nível 1	5												
17	220231 N°	-	PC Obras concluídas construção nova	nível 1	6	nível 2	4	nível 3	4										
18	220231 N°	-	PC Obras concluídas construção nova																
19	9,2 N°	nível 5	Obras construção nova / 100 edif. existentes	nível 5	4	nível 4	5												
20	2,7 N°	nível 2	Obras reabilitação / obras construção nova	nível 1	4	nível 4	5												
21	20,7 %	nível 6	Variação dos alojamentos 1991-2001	nível 1	4	nível 4	5	nível 5	5	nível 5	5	nível 2	3	nível 1	4	nível 1	6	nível 1	4
22	0,7 %	nível 4	Área industrial no concelho	nível 2	6	nível 3	6	nível 5	5	nível 5	5	nível 7	4	nível 7	4	nível 1	6	nível 1	4
23	5,6 %	nível 5	Área urbana no concelho	nível 2	12	nível 3	7	nível 6	10	nível 6	10	nível 5	3	nível 6	6	nível 6	5	nível 6	4
24	888,6 N°	nível 6	Consumo doméstico de electricidade 1000 Kwh/1000 hab.	nível 1	6	nível 1	6	nível 6	4										
25	640 \$	nível 4	Despesas municipais																
26	849 \$	nível 3	Despesas dos municípios / hab. - incêndios	nível 1	4	nível 5	4												
27	3074 \$	nível 5	Despesas dos municípios / hab. - proteção paisagem	nível 1	5														
28	5362 \$	nível 4	Despesas dos municípios / hab. - resíduos sólidos																
29	654 \$	nível 4	Despesas dos municípios / hab. - tratamento águas residuais																
30	654 \$	nível 4	Despesas dos municípios / hab. - tratamento resíduos																
Concelhos incluídos em cada classe				41		62		38		78		9		32		10		5	

Legenda:

PC

Peso no Contínente

Classe mais alta

Classe mais baixa

A modalidade ocorre em 50% ou mais das unidades incluídas na classe e o valor-teste é superior ou igual a 2

A modalidade ocorre em 25 a 50% das unidades incluídas na classe e o valor-teste é superior ou igual a 4

Nota:

A designação dos indicadores está descrita de forma mais completa na lista de indicadores

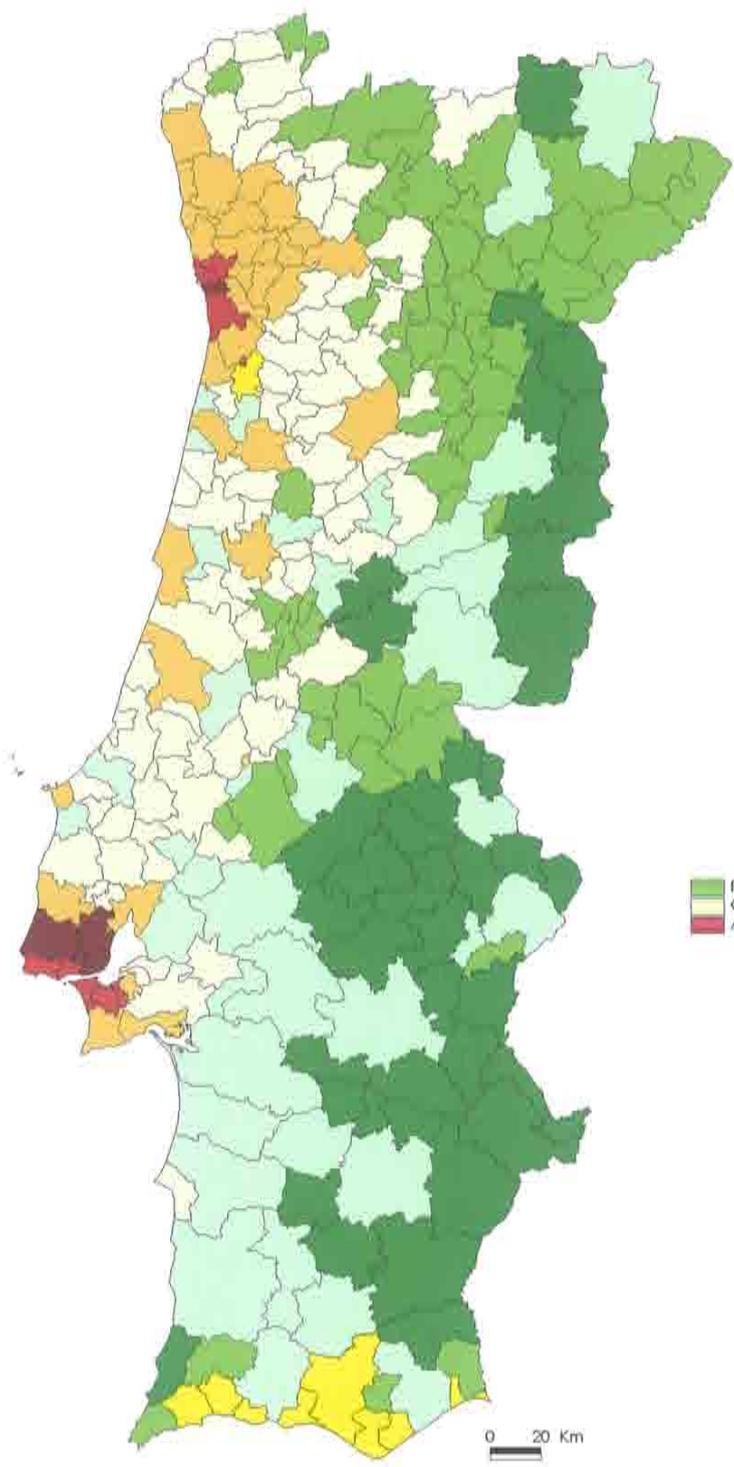


Figura 3.4.
Recursos Naturais e Urbanização



- Recursos naturais e utilização agro-florestal dominam
- Ocupação urbano-industrial e usos agro-florestais competem nos usos do solo
- Altas densidades de ocupação e uso do solo urbano e industrial

- Muito baixos níveis de consumo e ocupação do solo num contexto de grande utilização agrícola e baixos níveis de poluição
- Baixos níveis de consumo e ocupação do solo num contexto de utilização agrícola e baixos níveis de poluição
- Baixos níveis de consumo e ocupação do solo associam-se a índices razoáveis de consumo de electricidade
- Baixos níveis de consumo e ocupação do solo mas uma razoável tendência para a intensificação dos usos do solo
- Razoáveis densidades de ocupação do solo associam-se a índices altos de consumo de electricidade
- Razoáveis densidades de ocupação do solo associam-se a uma dinâmica de construção elevada
- Altas densidades de ocupação e de uso do solo urbano e industrial
- Muito altas densidades de ocupação e uso do solo urbano e níveis de poluição significativos

5. Nível de vida e consumo

5.1. Enquadramento

O Ter de Allardt (1993) remete para as condições materiais. Nessa perspectiva, os rendimentos e a riqueza vão ser agora objecto de análise.

O alargamento dos padrões económicos e imaginários do consumo, o aumento dos tempos livres e a expansão da civilização do conforto criaram, necessariamente, uma nova filosofia do bem-estar e da própria felicidade humana. O carácter efémero dos produtos que consumimos determina a obsolescência instantânea dos mesmos. Se considerarmos que nas actuais sociedades os objectos ou produtos se transformam rapidamente em necessidades, poderemos visualizar o círculo vicioso desta questão. Com efeito, a sociedade do bem-estar cria necessariamente novas e constantes necessidades (Lopes, 2002).

Uma análise baseada nas necessidades individuais ficaria muito dependente das aspirações das pessoas. Não é isso que pretendemos aqui, pois gostaríamos de observar as diferentes capacidades de consumo, mesmo sabendo que com o mesmo rendimento não se consegue aceder sempre, em todos os lugares, às mesmas coisas – pois isso também depende das características pessoais e sociais (Sen, 1993). Além disso, há populações que têm níveis de riqueza relativamente elevados, mas isso não as transforma automaticamente em grandes consumidores, nem significa em si qualidade de vida. Mas não deixa de ser verdade que muitas vezes (ou demasiadas vezes) a falta de capacidades ou oportunidade de vida dependem claramente da ausência de rendimentos para lhes aceder. Claro que isto também não é igual para todos, mas não deixa de ser um importante constrangimento, sobretudo em sociedades, como a nossa, em que o Estado não garante níveis de equidade satisfatórios a todas as pessoas e a todas as áreas geográficas.

Por outro lado, o nível de rendimentos médio das famílias aumentou, mas as diferenças entre os mais ricos e os mais pobres subiram consideravelmente. As situações mais graves nem sempre têm uma forte visibilidade na sociedade portuguesa, porque vários factores entrevêem. Uma estrutura familiar ainda coesa, um mercado de trabalho irregular, populações agrícolas familiares onde a pluriactividade é uma forma de equilíbrio dos rendimentos, a possibilidade de recorrer a uma dupla remuneração (subsídio de desemprego e o "biscate" remunerado), o trabalho extraordinário não declarado e fugindo às tabelas salariais são alguns factores que escondem ou tentam ultrapassar precariamente situações potencialmente complicadas de desemprego de

longa duração ou dificuldades de os mais jovens entrarem no mercado de trabalho. Em 1991²³⁵, a população residente desempregada sobrevivia com o apoio da família (44,8%), do subsídio de desemprego (21,3%) e do trabalho (16,6%); em 2001²³⁶, sobrevivia com o apoio da família (42,1%), do subsídio de desemprego (37,5%) e do trabalho (9%), demonstrando que a família continua a ser o principal alicerce numa situação de crise de emprego, mas que o apoio social tem vindo progressivamente a ganhar importância.

Mais importante do que as medidas de centralidade estatística, o que seria pertinente era a definição de um tecto mínimo, abaixo do qual nenhum indivíduo devia estar posicionado. É nesta lógica que se integra a filosofia do rendimento mínimo garantido (RMG) adaptada por Portugal, porque um país ou uma área podem ter um razoável nível médio de rendimentos mas, simultaneamente, muitos indivíduos a viver abaixo do mínimo aceitável para um ser humano.

Face a este enquadramento, organizou-se este domínio em dois vectores: Níveis de rendimento; Níveis de consumo. Nos rendimentos estão indicadores por patamares salariais no emprego público e no emprego das empresas, beneficiários dos rendimentos mínimos garantidos, rendimentos médios das pensões, famílias sem nenhuma ou só com uma pessoa com actividade económica e impostos declarados. No consumo estão índices de poder de compra e vários indicadores indicativos dos valores médios de consumo (créditos, levantamentos bancários, impostos automóveis, quantidade e diversidade da oferta comercial).

Neste domínio, a partir do Recenseamento da População de 2001 será possível no futuro, organizar um leque mais pormenorizado de indicadores.

Lista de indicadores identificados:

Níveis de rendimento	
1	Famílias residentes apoiadas com rendimento mínimo garantido relativamente ao total de famílias residentes (1991) por concelho, em 2000
2	Famílias residentes apoiadas com rendimento mínimo garantido, peso no continente, por concelho, em 2000
3	Beneficiários do rendimento mínimo garantido, peso no continente, por concelho, em 2000
4	Remuneração média mensal por trabalhador (TPCO), por concelho, em 1998
5	Empregados Públicos com uma remuneração mensal até 94.100\$00 (€469,37), no total de emprego público, por concelho, em 1996
6	Empregados Públicos com uma remuneração mensal superior a 287.400\$00 (€1433,55), no total de emprego público, por concelho, em 1996
7	Trabalhadores (TPCO) com uma remuneração mensal entre 50.000\$00 (€249,40) a 100.000\$00 (€498,80), por concelho, em 1998

²³⁵ INE, Recenseamento da População, 1991.

²³⁶ INE, Recenseamento da População, 2001.

- 8 Trabalhadores (TPCO) com uma remuneração mensal superior a 400.000\$00 (€1995,19), por concelho, em 1998
- 9 Valor de pensões pagas anualmente (contos) por pensionista, por concelho, em 1998
- 10 Índice de poder de compra per capita, por concelho, em 2000 (Nacional=100)
- 11 Percentagem de Poder de Compra, por concelho, em 2000
- 12 Beneficiários do rendimento mínimo garantido com menos de 25 anos relativamente à população residente com menos de 25 anos (1998), por concelho, em 2000
- 13 Beneficiários do rendimento mínimo garantido com 25 a 64 anos relativamente à população residente com 25 a 64 anos (1998), por concelho, em 2000
- 14 Beneficiários do rendimento mínimo garantido com mais de 65 anos relativamente à população residente com mais de 65 anos (1998), por concelho, em 2000
- 15 Famílias constituídas só por 1 pessoa que não possui actividade económica, relativamente ao total de famílias constituídas só por 1 pessoa, por concelho
- 16 Famílias em que nenhuma pessoa possui actividade económica, relativamente ao total de famílias, por concelho
- 17 Imposto sobre o Rendimento Singular (valor líquido) por agregado familiar, por concelho, em 1999
- 18 Imposto sobre o Rendimento Singular (valor líquido) por rendimento colectável, por concelho, em 1999

Níveis de consumo

- 19 Consumo doméstico de electricidade por 1000 habitantes, por concelho, em 1998
- 20 Montante de levantamentos em caixas multibanco por 1000 habitantes, por concelho, em 1998
- 21 Crédito hipotecário concedido a particulares por 1000 habitantes com mais de 25 anos, por concelho, em 1998
- 22 Receitas dos Municípios - Imposto sobre veículos automóveis per capita, por concelho, em 1998
- 23 Taxa de motorização - Nº veículos ligeiros e mistos (média 1998/99) por habitante com mais 25 anos, por concelho, em 1998
- 24 Nº de veículos ligeiros e mistos (Média 1998/99) por família em 2001
- 25 Área comercial em centros comerciais por 100 habitantes, por concelho, em 2000
- 26 Área comercial em centros comerciais, peso no continente, por concelho, em 2000 (m2)
- 27 Funções existentes no domínio do comércio e serviços ao consumidor, por concelho, em 1998
- 28 Unidades funcionais de comércio e serviços ao consumidor por 100 residentes, por concelho, em 1998

5.2. Portugal face à Europa

Os portugueses têm menores rendimentos e possuem uma estrutura de rendimentos mais desequilibrada do que a média europeia. Relativamente aos rendimentos, o PIB per capita (em PPC²³⁷) é bastante inferior à média da Europa (65% da média europeia) e os benefícios sociais per capita (em PPC) são metade dos registados nos países europeus.

Em termos de desequilíbrios sociais, Portugal tem uma distribuição dos rendimentos mais desequilibrada que a média da Europa (*índice de Gini*), sobretudo quando comparamos a nossa distribuição com a dos países nórdicos (veja-se o caso da Dinamarca). O desequilíbrio advém sobretudo da acumulação da riqueza num grupo restrito de população: 10% da população com os rendimentos mais altos concentram 28% dos rendimentos totais (na média europeia o valor desce para 22,5%); Portugal é o

²³⁷ Paridade de Poder de Compra.

país da Europa que possui este valor mais alto e a Suécia fica-se pelos 20% - valor mais baixo).

Além disso, Portugal em 1996 era o país europeu que tinha um número superior de pessoas a residir abaixo do "limiar mínimo de pobreza". Esta situação melhorou um pouco nos últimos anos, pois o Rendimento Mínimo Garantido tem tido como objectivo o apoio às famílias mais carenciadas.

Por outro lado, as famílias dedicam ao consumo final 63% do PIB, valor que se aproxima do Reino Unido e é claramente superior ao valor europeu, e que demonstra níveis de consumo altos face à nossa capacidade de produção.

QUADRO 3.6. Quadro comparativo de Portugal relativamente aos países da União Europeia

Indicador	Fonte	Portugal	EU-15	País - Valor Mais			
				Baixo	Alto		
Despesas de consumo final familiares (% do PIB) - 2000	b	63,28	54,91*	Luxemburgo	40,95	Reino Unido	65,38
PIB per capita PPP (paridade do poder de compra) per capita, em dólares - 2001	b	17,5706	26,721*	Grécia	17,482	Luxemburgo	52,936
Linhas telefónicas por 1000 habitantes - 2000	b	430,3	556,0	Irlanda	419,8	Luxemburgo	750,0
Percentagem de pessoas que vivem abaixo dos "limiares de pobreza" - 1996	d	22	17	Dinamarca	11	<u>Portugal</u>	22
Benefícios sociais per capita em PPC - 1998	a	2713	5315	<u>Portugal</u>	2713	Luxemburgo	8925
Índice de Gini ** - 1987-1996	b	35,60	30,53*	Dinamarca	24,70	Reino Unido	36,80
Rendimentos (% do total) - 10% da população com os rendimentos mais baixos	b	3,1	3,09	Reino Unido	2,30	Finlândia	4,20
Rendimentos (% do total) - 10% da população com os rendimentos mais altos	b	28,40	24,1	Suécia	20,10	<u>Portugal</u>	28,40

Fonte: a - Eurostat Yearbook 2002; b - World Development Indicators, 2002 (não inclui o Luxemburgo); d - Living conditions in Europe - Statistical pocketbook, 2000.

* - Média calculada a partir dos valores disponíveis dos países da União Europeia.

** Índice de Gini - Mede o desvio da distribuição dos rendimentos relativamente à distribuição da população.

5.3. Análise territorial

Em termos territoriais evidenciam-se três grandes áreas (figura 3.5). Um extenso território interior, com baixos níveis de rendimento e fracas capacidades de consumo; uma classe intermédia, que compreende quase todo o litoral e as cidades médias localizadas no interior; uma classe com altos rendimentos e elevadas capacidades de consumo, que se restringe a alguns concelhos metropolitanos e certas cidades médias (Aveiro, Coimbra, Albufeira e Faro). A área classificada com rendimentos e capacidades de consumo intermédios tem um contorno que favorece sobretudo a área envolvente a Lisboa e é mais limitada a norte de Coimbra.

Uma análise mais precisa faz evidenciar uma estrutura mais diversificada. Na áreas mais marginalizadas (Vale do Sousa e ainda Penava do Castelo, Sátão, Moimenta da

Beira e Tabuaço), os rendimentos e a capacidade de consumo são baixos e há uma concentração significativa de indivíduos e famílias dependentes do rendimento mínimo garantido. Os "limiares de pobreza" foram atingidos e o número de pessoas assistidas é, em termos relativos, relevante.

Trás-os-Montes e o Alto Douro apresentam também a particularidade de possuir um número significativo de pessoas abaixo do "limiar de pobreza", mas com uma menor intensidade relativa. Em termos globais, a população tem fracos rendimentos e naturalmente, consome pouco.

Por outro lado, existe um grande número de concelhos (concentrados no norte do Alentejo) que evidenciam níveis de rendimentos e de consumo muito baixos. Nestas populações o Programa do Rendimento Mínimo Garantido não se faz sentir. Além disso, são áreas relativamente pouco equipadas em termos comerciais, o que também é um reflexo do fraco mercado local.

Neste contexto pouco atractivo, só as cidades médias conseguem emergir com razoáveis rendimentos e capacidades de consumo.

Passando agora para as áreas mais favorecidas, devemos em primeiro lugar destacar os concelhos com melhores resultados nos rendimentos e na capacidade de consumo – Lisboa, Oeiras, Cascais, Coimbra e Porto. Os rendimentos do trabalho (público e privado), os impostos declarados e as pensões recebidas atingem os níveis mais elevados do país. Simultaneamente, as pessoas demonstram maior poder de compra, gastam proporcionalmente mais e podem usufruir de uma estrutura comercial diversificada. O número de famílias que recebem o rendimento mínimo garantido é muito alto em termos absolutos, mas em termos relativos não é significativo. As coroa metropolitanas (Vila Nova de Gaia, Matosinhos e Maia, à volta do Porto; Sintra, Amadora, Loures, Vila Franca de Xira, Setúbal, Sesimbra, Almada, Seixal e Barreiro, à volta de Lisboa) apresentam uma estrutura relativamente semelhante aos cinco concelhos acima referidos, mas com valores um pouco inferiores. A coroa metropolitana desenhada é mais favorável a Lisboa do que ao Porto.

À volta da área metropolitana do Porto, cobrindo uma parte do Noroeste, e nas cidades médias portuguesas, os rendimentos e o consumo mantêm valores significativos. À volta de Lisboa desenvolve-se uma extensa mancha que se estende até Évora e Figueira da Foz, provando que nestas áreas os rendimentos são relativamente significativos, ainda que inferiores à média do Continente.

Quadro Síntese 3.5. Nível de Vida e Consumo

Cod. Indicador	Valor Contínente	Classe Coabitante	Indicadores	Classe 1		Classe 2		Classe 3		Classe 4		Classe 5		Classe 6		Classe 7		Classe 8	
				Modalidade	Valor- teste														
6	15,2 %	nível 6	Emp. públicos com altas remunerações / emprego público	nível 1	5														
8	3,2 %	nível 6	TCO com mais altas remunerações																
4	156313 \$	nível 7	Remuneração média mensal dos TCO	nível 2	5														
10	101,7 N°	nível 7	Índice de Poder de Compra p/capita	nível 1	10														
10	101,7 N°	nível 7	Índice de Poder de Compra p/capita																
18	0,2 N°	nível 5	IPS líquido / rendimento colectável	nível 3	3														
17	297204,5 \$	nível 7	IPS líquido por agregado	nível 6	6														
11	96,5 %	nível 7	Poder de Compra	nível 3	4														
11	96,5 %	nível 7	Poder de Compra	nível 2	6														
5	19,6 %	nível 2	Emp. públicos com baixas remunerações / emprego público	nível 3	4														
7	51,6 %	nível 2	TCO com baixas remunerações	nível 2	4														
7	51,6 %	nível 2	TCO com baixas remunerações	nível 2	4														
8	367511 N°	-	PC Beneficiários RMG	nível 1	12														
2	127187 N°	-	PC Famílias RMG	nível 1	12														
14	17,3 %	nível 4	Beneficiários RMG com mais de 65 anos / pop. res. >65 anos	nível 1	5														
12	59,9 %	nível 5	Beneficiários RMG com menos de 25 anos / pop. res. <25 anos	nível 7	7														
13	32,4 %	nível 4	Beneficiários RMG de 25 a 65 anos / pop. res. 25-65 anos	nível 3	8														
1	42,1 %	nível 4	Famílias RMG / famílias residentes	nível 3	9														
16	25,3 %	nível 3	Famílias s/ ninguém com activ. económica / total fam.	nível 1	4														
15	71,6 %	nível 2	Famílias unipessoais sem activ. económica / total fam. unip.	nível 1	5														
9	476,6 \$	nível 7	Valor total das pensões p/ pensionista	nível 1	6														
9	476,6 \$	nível 7	Valor total das pensões p/ pensionista	nível 2	5														
19	888,6 N°	nível 6	Consumo doméstico de electricidade	nível 1	8														
21	354,8 N°	nível 7	Crédito hipotecário a particulares /1000 hab. >25 anos	nível 1	7														
22	1,3 N°	nível 7	Imposto automóvel p/capita	nível 1	8														
20	217,2 \$	nível 7	Levantamentos em Multibanco / 1000 hab.	nível 1	6														
20	217,2 \$	nível 7	Levantamentos em Multibanco / 1000 hab.	nível 2	5														
23	0,6 N°	nível 6	Veículos ligeiros /1000 hab. >25 anos	nível 1	6														
24	1,0 N°	nível 7	Veículos ligeiros p/ família	nível 4	4														
25	25,3 N°	nível 6	Área comercial em centros comerciais /100 hab.	nível 2	4														
28	142380 N°	nível 4	Unidades funcionais comércio e serv. ao consumidor /100 hab.	nível 1	4														
27	26 %	-	Funções de comércio e serviços ao consumidor	nível 4	3														
27	26 %	-	Funções de comércio e serviços ao consumidor	nível 2	5														
25	2396556 N°	-	PC área comercial em centros comerciais	nível 1	9														
			Concelhos incluídos em cada classe																
				53		11		35		66		54		37		14			5

Legenda:

PC : Peso no Contínente

Classe mais alta

Classe mais baixa

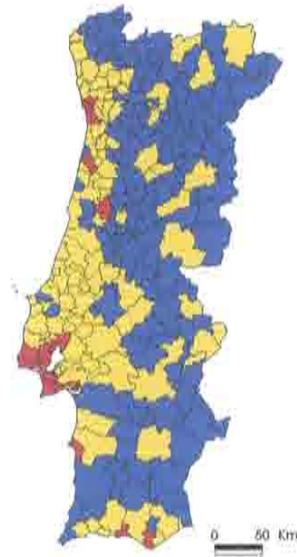
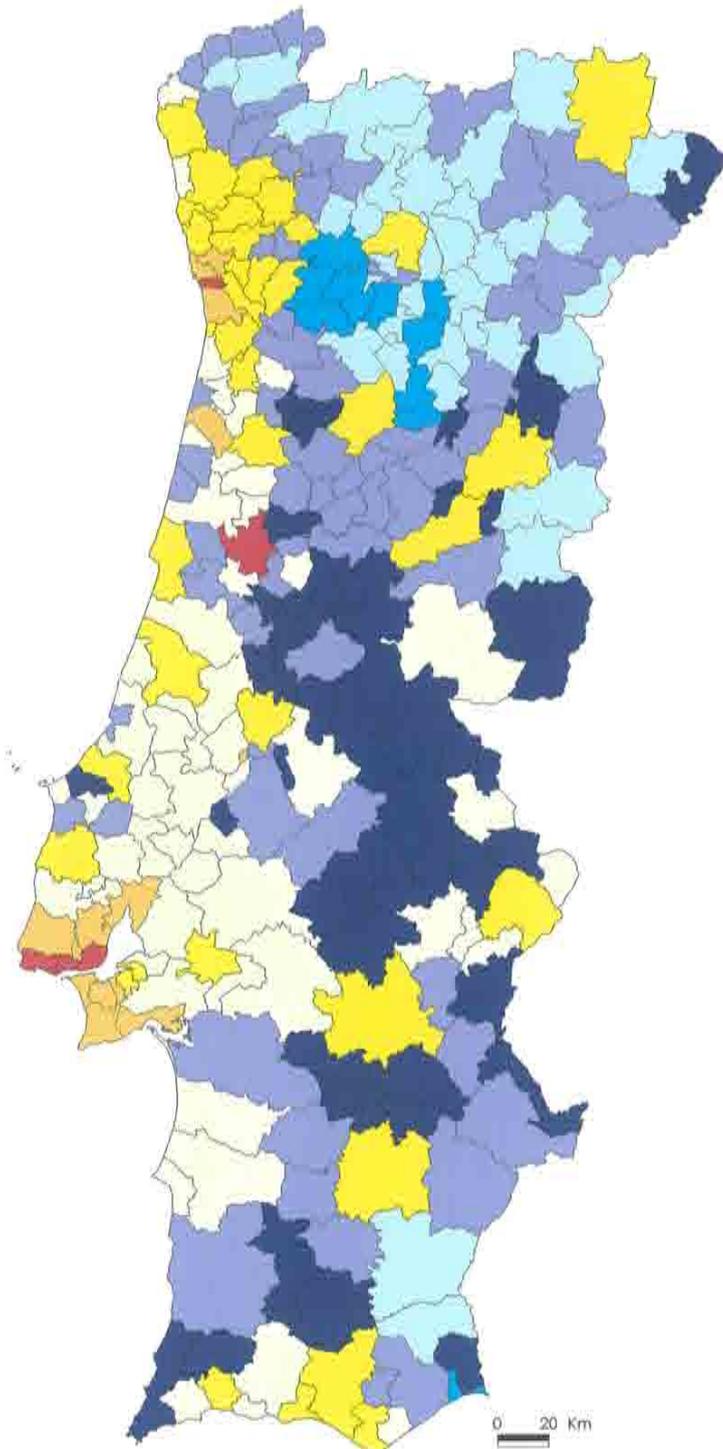
A modalidade ocorre em 50% ou mais das unidades incluídas na classe e o valor-teste é superior ou igual a 2

A modalidade ocorre em 25 a 50% das unidades incluídas na classe e o valor-teste é superior ou igual a 4

Nota:

A designação dos indicadores está descrita de forma mais completa na lista de indicadores

Figura 3.5.
Nível de Vida e Consumo



Níveis de rendimentos e consumo muito baixos
 Níveis de rendimentos e consumo fracos
 Níveis de rendimentos e consumo razoáveis ou altos

Rendimentos muito baixos correspondem a níveis muito fracos de consumo
 Beneficiários do rendimento mínimo garantido em elevado número relativo
 Rendimentos muito baixos correspondem a níveis muito fracos de consumo e a um número elevado de beneficiários do rendimento mínimo garantido
 Rendimentos baixos correspondem a níveis fracos de consumo
 Rendimentos e consumo um pouco abaixo da média
 Rendimentos e consumo um pouco abaixo da média ainda que por vezes contrastem com níveis mais altos
 Rendimentos relativamente razoáveis correspondem a níveis médios de consumo
 Elevados rendimentos correspondem a níveis altos de consumo

Algumas conclusões

- Portugal, face à Europa, demonstra possuir um número significativa de população que está excluída da riqueza mínima necessária para uma sobrevivência condigna. Em contrapartida, possui um número restrito de população que concentra uma parcela muito elevada de riqueza. Estamos perante uma estrutura social desequilibrada nos rendimentos e, implicitamente, na capacidade de consumo e no acesso a outros bens.
- Em termos territoriais os desequilíbrios também são claros. Um pequeno número de concelhos destacam-se neste domínio demonstrando que a riqueza não possui um padrão de distribuição igualmente favorável a todos os territórios. As cidades médias conseguem, neste contexto, continuar a emergir.
- A estrutura de rendimentos e de capacidade de consumo nas áreas envolventes às duas metrópoles é relativamente diferente. No Porto, a mancha é mais restrita mas a coroa externa tem rendimentos razoáveis; em Lisboa, a mancha é mais estendida e a coroa externa tem rendimentos um pouco inferiores à média do Continente. No entanto, na coroa central os rendimentos de topo concentram-se mais em Lisboa do que no Porto.
- Há áreas no Continente que se destacam pela concentração de populações a necessitar de rendimentos de apoio à sua sobrevivência (designadamente, o Vale do Sousa).

6. Cultura e lazer

6.1. Enquadramento

O trabalho continua a ser o modo de inserção social dominante, não obstante o facto de o tempo que cada indivíduo lhe dedica durante a sua vida representar apenas cerca de 13% do total de vida²³⁸. Nos últimos anos houve uma grande valorização do tempo livre e do lazer, e as actividades culturais e recreativas demonstraram uma forte tendência para se desenvolverem: os cidadãos fazem mais desporto, vão mais ao cinema e divertem-se mais. Além disso, o audiovisual adquiriu uma importância central nas diferentes gerações.

A televisão atinge em certos programas quotidianos audiências de 17%²³⁹. Aliás, corroborando estas afirmações, em 1997 cerca de 96% dos alojamentos possuíam televisão²⁴⁰. Em termos de lugares de usufruto de tempos livres, não podemos deixar de ter em consideração que o domicílio é enunciado como um local privilegiado para passar os tempos livres. A importância de que se revestem as chamadas práticas *indoors* vai de encontro a uma tendência generalizada das sociedades actuais e comprovada por diversos estudos (Conde, 1997). Esta orientação traduz alguma privatização dos tempos livres, assumindo-se, neste contexto, a casa como o principal local organizador dos espaços e tempos quotidianos.

Paralelamente, as visitas aos museus²⁴¹, as idas ao cinema, as actividades artísticas e as viagens têm crescido significativamente nos últimos anos. Assim, vamos lentamente assistindo à concretização de uma "cultura de saídas", o que comprova a apetência dos públicos mais jovens para diferentes práticas e consumos culturais e lúdicos.

Deste modo, a cultura aparece aqui, não numa lógica estática de património cultural existente, mas procurando avaliar de que forma as dinâmicas culturais e de lazer estão a ser fundamentais para a melhoria da qualidade de vida da população residente. A mutação crescente dos modos de vida e a consequente individualização/atomização das práticas sociais fazem com que as dinâmicas culturais procurem garantir aos indivíduos liberdade para gerir o seu tempo e fazer as

²³⁸ Num cenário em que cada indivíduo trabalha 40 horas por semana, entre os 20 e os 65 anos, faz um mês de férias por ano e vive até aos 75 anos. Para termos um termo de comparação, se dormirmos em média 8 horas por dia (mais quando somos crianças, mas menos à medida que envelhecemos) ao fim de 75 anos passamos cerca de 33% da nossa vida a dormir.

²³⁹ Novembro de 2002.

²⁴⁰ INE, Indicadores de Conforto das Famílias.

²⁴¹ INE, Base Infoline: o número de visitantes por 1000 habitantes passou de 311 em 1971 para 837 em 1994.

suas opções de tempos livres. A cultura está ao serviço da diferenciação, da realização pessoal e da promoção da capacidade crítica dos indivíduos.

Organizar a qualidade de vida significa impulsionar o desenvolvimento cultural como valor e património acessível a todos os cidadãos. A aspiração crescente dos indivíduos em participarem cada vez mais na criatividade surge como um fenómeno intrínseco nas actividades normais e quotidianas dos indivíduos, nas actividades laborais e profissionais e, logicamente, nas actividades de lazer. Acreditamos que as dinâmicas culturais são um vector fundamental para o desenvolvimento das capacidades criativas, críticas e participativas dos indivíduos. Esta extensão da cultura pressupõe um princípio de qualidade (que tem por base a criatividade). Neste sentido, não podemos aceitar que a cultura "superior" seja para as elites, já que o nosso conceito de qualidade de vida pressupõe a democratização da cultura.

Segundo Madureira Pinto (1997), a democratização e o desenvolvimento cultural passa pela cooperação institucional entre, por um lado, bibliotecas públicas, museus, arquivos históricos, companhias de dança e de teatro e orquestras, e, por outro lado, estabelecimentos de ensino pré-primário, básico e secundário. Estas redes podem contribuir para impulsionar as dinâmicas de formação de públicos e, a prazo, as próprias orientações de produção cultural.

Em termos territoriais, como refere Lopes (2002), não existe nenhuma relação determinista entre dimensão demográfica e dinâmica e investimentos no sector da cultura. José Soares Neves (2000), ao avaliar as dinâmicas das despesas com a cultura entre 1986-97, prova isso mesmo. No entanto, os investimentos realizados dão larga preferência às despesas materiais (equipamentos) comparativamente aos investimentos em animação. Nas reflexões desenvolvidas por José Cabral Ferreira (1999) em torno das políticas locais da cultura, apercebemo-nos da debilidade da cultura nos orçamentos municipais e da própria desvalorização a que esta está remetida pelo poder local.

Não devemos, no entanto, estranhar que a pequena escala se torne um estrangulamento para algumas actividades culturais (Costa, 1999), designadamente ao nível da produção/criação, já que estas estão claramente territorializadas, localizando-se, sobretudo, nas grandes regiões urbanas, onde o "meio" proporciona o desenvolvimento de "clusters" criativos. A proximidade, a densidade de relacionamentos culturais e as trocas de conhecimentos criam ambientes favoráveis ao desenvolvimento destas actividades criativas. É, no entanto, verdade que algumas dinâmicas culturais têm também atravessado alguns concelhos do interior em

determinados períodos criando pequenos "nichos" que se evidenciam em ambientes envolventes inactivos em termos de dinamização cultural.

Em termos nacionais, a repartição das despesas públicas na Cultura (não incluem o desporto) entre a Administração Local e Central demonstra a elevada concentração no poder central das políticas culturais (em 1995, 47% das despesas culturais públicas estavam concentradas na administração central). A cooperação institucional em termos de políticas locais, que Madureira Pinto defende, pode representar uma forma mais eficiente de rendibilização dos escassos recursos e de amarração das políticas centrais às dinâmicas locais.

Face a este breve enquadramento, optámos por organizar a escassa informação existente à volta de três vectores analíticos: em primeiro lugar os recursos, pois eles representam os equipamentos, a base institucional e as dinâmicas da oferta; em segundo lugar as despesas municipais na cultura, porque podem ser um razoável indicador da importância que o nível local atribui ao sector cultural; por fim alguns indicadores de procura (esta informação é escassa em Portugal), de forma a avaliarmos a dimensão dos públicos locais. Não incluímos nesta abordagem as despesas da administração central, pois não existe informação disponível. No entanto, introduzimos neste domínio a informação referente às despesas municipais no sector desportivo, pois este sector ocupa um lugar especial na ocupação dos tempos livres dos indivíduos.

Foram identificados os seguintes indicadores:

Recursos existentes

- 1 Habitantes por biblioteca, por concelho, em 1998
- 2 Número de museus, por concelho, em 1998
- 3 Habitantes por museu, por concelho, em 1998
- 4 Número de galerias, por concelho, em 1998
- 5 Existência de Escola de música, dança e outras artes, por concelho, em 1998
- 6 Habitantes por Piscina coberta ou descoberta, por concelho, em 1998
- 7 Habitantes por Pavilhão Desportivo Polivalente, por concelho, em 1998
- 8 Habitantes por Grande Campo de Jogos (>90 x <45 m.), por concelho, em 1998
- 9 Habitantes por Circuito de Manutenção, por concelho, em 1998
- 10 Número médio anual de sessões de cinema, por concelho, em 1997 e 1998

Despesas municipais

- 11 Despesas dos municípios em cultura, excepto desporto (1995 a 1998) por 1000 habitantes, por concelho, em 1998
- 12 Despesas dos municípios em património (1995 a 1998) por 1000 habitantes, por concelho, em 1998
- 13 Despesas dos municípios em recintos culturais (1995 a 1998) por 1000 habitantes, por concelho, em 1998

- 14 Despesas dos municípios em animação e produção cultural (1995 a 1998) por 1000 habitantes, por concelho, em 1998
 - 15 Despesas dos municípios em jogos e desportos (1995 a 1998) por 1000 habitantes, por concelho, em 1998
 - 16 Despesas correntes na cultura, recreio e desporto per capita, por concelho, em 1997
 - 17 Evolução das despesas correntes per capita na cultura, recreio e desporto, por concelho, entre 1994 e 1997
 - 18 Despesas em Capital na cultura, recreio e desporto per capita, por concelho, entre 1994 e 1997
- Consumos culturais**
- 19 Tiragem média anual de publicações periódicas por habitante, por concelho, em 1997 e 1998
 - 20 Número médio anual de utilizadores (consulta e empréstimo) de bibliotecas por 1000 habitantes, por concelho, em 1997 e 1998
 - 21 Número médio anual de visitantes de museus por 1000 habitantes, por concelho, em 1995 e 1998
 - 22 Número de espectadores de cinema por 1000 habitantes, por concelho, em 1998

6.2. Portugal na Europa

QUADRO 3.7. Quadro comparativo de Portugal relativamente aos países da União Europeia

Indicador	Fonte	Portugal	EU-15	País - Valor Mais		País - Valor Mais	
				Baixo	Alto		
Assinantes de televisão por cabo (por 1000 habitantes) - 2000	b	92,27	163,88*	Espanha	11,82	Holanda	387,81
Número de computadores pessoais por 100 habitantes - 2000	a	10,5	28,6	Grécia	7,1	Suécia	50,7
Utilizadores de internet por 100 habitantes - 2000	a	10	26,3	Grécia	9	Suécia	56
Despesas familiares na cultura e recreação - % do total das despesas - 1998	a	6,2	9,4**	Portugal	6,2	Áustria	11,3
Frequência dos cinemas (por habitante e por ano) - 1994-1997	c	1,1	1,8	Portugal, Holanda	1,1	Espanha	2,6
Frequência dos museus (por habitante e por ano) - 1994-1996	c	0,8	0,9	Itália	0,1	Dinamarca	2,1
Frequência dos teatros (por habitante e por ano) - 1994-1996	c	0,03	0,34	Portugal	0,03	Holanda	0,50
Empréstimo de livros nas bibliotecas municipais (por habitante e por ano) - 1994-1996	c	1,10	5,78	Itália	0,01	Finlândia	15,80

Fonte: b - World Development Indicators, 2002 (não inclui o Luxemburgo); c - L'Audit Urbain 2000.

* - Média calculada a partir dos valores disponíveis dos países da União Europeia.

** - Média calculada a partir da informação disponível para 12 países.

Os portugueses, relativamente às actividades de tempos livres²⁴² (ERICarts, 2001) vêm preferencialmente televisão (97,1%), vão ao cinema (32%), lêem livros (34,6%) e revistas (54,3%), visitam museus e exposições (32,6%), vão a espectáculos desportivos (20,8%) e frequentam bibliotecas (18,9%), etc. A situação não é favorável, como os números parecem transmitir: algumas destas actividades são regularmente realizadas (ver televisão, ler revistas, por exemplo) enquanto a grande maioria poderá ter acontecido uma vez durante o ano (visitar museus, ir a uma biblioteca, etc.). Em termos de ocupações de tempos livres a ida ao cinema é a actividade cultural que teve um

crescimento mais visível nos últimos anos (a lógica da integração dos *multiplexos* nos grandes centros comerciais foi crucial para este acréscimo).

Em Portugal, relativamente à média europeia, há menos famílias com acesso à televisão por cabo, com computadores e ligadas à internet. Concretamente, a sociedade portuguesa, além de estar fechada em casa a organizar os seus tempos livres, demonstra uma menor abertura ao exterior, pois não possui no domicílio as infra-estruturas fundamentais para se conectar com o mundo externo. Por outro lado, vamos menos ao cinema, a museus, ao teatro e recorremos menos vezes a empréstimos de livros nas bibliotecas municipais. Enfim, além de estarmos pouco aberto à informação e ao conhecimento externo temos poucos hábitos de fruição da cultura, da arte e do espectáculo.

6.3. Os recursos e as dinâmicas culturais no território

Independentemente das conclusões que possam advir de uma análise territorial (figura 3.6) claramente limitada pela natureza e pelo número de indicadores de que dispomos no nosso país, devemos desde já evidenciar algumas dinâmicas claramente visíveis nos espaços metropolitanos. Houve um *boom* das actividades desportivas e da restauração e do lazer, vieram os *multiplexos* e com eles as idas ao cinema dispararam, houve um crescimento da mobilidade familiar e das pessoas em geral; além disso, os centros comerciais multiplicaram-se e os bares e discotecas não param de abrir. As formas de lazer dos mais jovens estão cada vez mais assentes em práticas e hábitos de sair, à procura de experiências que a cidade possa proporcionar. Não inserimos nesta análise territorial esta componente de lazer porque não dispúnhamos de informação que a pudesse sustentar, ainda que ela seja perfeitamente visível para aqueles que residem nas cidades. Devemos, no entanto, referir que estamos ainda longe das práticas e hábitos de lazer ("culturas de saídas") dos nossos vizinhos da Europa do Sul (Espanha e Itália, sobretudo).

Uma primeira análise global dá-nos uma situação territorial organizada em três grandes áreas: as áreas com recursos escassos; as áreas com recursos relativamente fracos mas com despesas municipais altas; as áreas com recursos razoáveis face a um potencial de procura alta. Não temos propriamente aqui uma situação intermédia, como é usual.

²⁴² Percentagens das frequências ao longo de 12 meses, 1999.

Uma análise mais profunda e uma leitura mais pormenorizada permitem-nos visualizar um território mais dividido. Só um pequeno número de concelhos se evidencia com uma situação relativamente favorável. Em primeiro lugar, temos os concelhos bem posicionados no panorama nacional: Braga, Porto, Viseu, Coimbra, Lisboa, Cascais e Setúbal. Estes concelhos têm recursos e públicos razoáveis e práticas culturais muito fortes, sobretudo em torno do cinema. As galerias são relativamente comuns nestes concelhos.

Nas periferias metropolitanas e alguns concelhos dispersos pelo Continente, embora o número de habitantes proporcione uma procura potencial alta, a procura real não se evidencia como um dos factores de caracterização destes concelhos. Aparentemente o público cultural não se destaca, parecendo estar desmobilizado das práticas culturais normais. A área metropolitana de Lisboa apresenta um comportamento mais homogéneo do que a do Porto.

As cidades médias do litoral e do interior e ainda um número significativo de concelhos (por exemplo, praticamente toda a faixa algarvia) mostram uma situação relativamente intermédia. Têm localmente uma procura potencial razoável e possuem uma oferta de equipamentos minimamente satisfatória. Há aqui um potencial de recursos que pode ser rendibilizado pelas dinâmicas culturais que as instituições conseguem polarizar.

O restante território está mal equipado. Os recursos são relativamente escassos, mesmo quando em termos municipais os poderes locais investem claramente no sector cultural. Na maioria dos concelhos das Regiões Norte e Centro os recursos são praticamente inexistentes e o poder local não investe no sector da cultura (mancha azul escuro). No Alentejo e em alguns concelhos da Região Centro a situação muda; as infra-estruturas da cultura melhoram ligeiramente, mas as autarquias investem bastante na dinamização cultural.

Em termos regionais, a situação é sobretudo favorável na Região de Lisboa e Vale do Tejo, ainda que muito diversificada; no Noroeste litoral a situação é muito diversificada, com o Porto e Braga a liderarem e Valongo, Gondomar e Paredes a evidenciarem a fragilidade das suas infra-estruturas culturais; em Trás-os-Montes e Alto Douro só as cidades médias conseguem emergir de um contexto de poucos recursos e um poder autárquico pouco activo nas políticas de dinamização cultural; na Região Centro os concelhos demonstram diferentes capacidades infra-estruturais, mas excluindo as cidades médias e alguns concelhos mais activos nas políticas de dinamização cultural (mancha azul claro) a situação é pouco favorável; o Alentejo evidencia-se, como

referimos, pela importância que atribui às actividades culturais no orçamento anual das autarquias, mesmo não dispondo de uma situação favorável em termos de equipamentos culturais; no Algarve, a grande maioria dos concelhos está numa situação relativamente satisfatória.

Algumas conclusões

- No contexto europeu Portugal mostra uma situação relativamente pouco favorável, investindo menos que a média europeia e tendo consumos culturais também inferiores aos níveis da Europa.
- A democratização da cultura ou a acessibilidade à cultura não estão territorialmente garantidas. A fragilidade das infra-estruturas culturais é evidente num grande número de concelhos e as dinâmicas autárquicas praticamente só se evidenciam nos concelhos do Alentejo e num pequeno número de concelhos da Região Centro.
- Em termos territoriais só um pequeno número de concelhos tem uma situação relativamente favorável na acessibilidade à cultura: Braga, Porto, Viseu, Coimbra, Lisboa, Cascais e Setúbal destacam-se no contexto nacional. As periferias metropolitanas possuem uma estrutura razoável de infra-estruturas para a cultura e uma procura potencial muito alta, mas com os escassos indicadores de procura que possuímos não visualizamos uma procura real muito significativa. As cidades médias e um conjunto limitado de concelhos conseguem demonstrar uma situação relativamente razoável.
- O restante território demonstra estar relativamente mal infra-estruturado. O Alentejo tem poucos recursos, mas há uma forte dinâmica do poder local; na Região Centro o comportamento municipal é diferenciado em contextos relativamente mal servidos; no Norte interior só as cidades médias conseguem emergir num contexto de recursos escassos ou praticamente inexistentes.

Quadro Síntese 3.6. Cultura e Lazer

Cod. indicador	Valor Confinante	Classe Confinante	Indicadores											
			Classe 1	Classe 2	Classe 3	Classe 4	Classe 5	Classe 6	Classe 7	Classe 8				
			Modalidades	Valor-teste										
Avaliação dos recursos existentes														
4	437 N°	-	nível 1	5	nível 2	4	nível 1	4					nível 5	3
2	267 N°	-	nível 1	3	nível 1	9	nível 1	4					nível 5	5
5	220 N°	-												
1	5992 N°	nível 4			nível 2	4	nível 1	4					nível 5	5
9	66719 N°	nível 6			nível 2	7	nível 1	3	nível 1	5			nível 7	2
8	7740 N°	nível 5			nível 1	4	nível 1	3					nível 7	5
3	33011 N°	nível 6	nível 1	3	nível 1	9	nível 1	4	nível 3	2	nível 5	6	nível 5	3
3	33011 N°	nível 6							nível 3	2			nível 5	3
3	33011 N°	nível 6							nível 3	2			nível 5	3
7	11094 N°	nível 5			nível 2	5			nível 1	5			nível 7	5
6	23804 N°	nível 5			nível 2	6			nível 1	4	nível 5	4	nível 6	4
6	23804 N°	nível 5			nível 1	7			nível 1	4	nível 5	4	nível 6	5
10	282637 N°	nível 7	nível 1	3	nível 1	7			nível 1	4			nível 7	3
Procura														
22	1459 N°	nível 6	nível 1	7	nível 1	7			nível 1	4			nível 7	4
19	0,6 N°	nível 7	nível 2	5	nível 1	5			nível 1	5			nível 7	5
20	622 N°	nível 6	nível 2	5	nível 1	5			nível 1	4			nível 6	4
21	836 N°	nível 5	nível 1	3	nível 1	9			nível 1	4			nível 6	5
Despesas municipais														
14	60,6 \$	nível 8	nível 1	8	nível 1	5	nível 6	4	nível 6	4			nível 4	3
18	11,4 \$	nível 4	nível 1	6	nível 1	5	nível 6	4	nível 6	4			nível 5	2
18	11,4 \$	nível 4	nível 1	6	nível 1	5	nível 6	4	nível 6	4			nível 5	2
11	84,2 \$	nível 3	nível 1	9	nível 1	4	nível 6	4	nível 6	4			nível 5	2
15	106,2 \$	nível 7	nível 1	5	nível 1	6	nível 6	4	nível 6	4			nível 5	2
13	10,8 \$	nível 5	nível 1	5	nível 1	4	nível 6	4	nível 6	4			nível 5	2
16	3,8 \$	nível 5	nível 1	6	nível 1	4	nível 6	4	nível 6	4			nível 5	2
Concelhos incluídos em cada classe			33	87	29	3	44	52	20	7				

Legenda:

PC

Peso no Confinante

Classe mais alta

Classe mais baixa

Zero ou sem informação

A modalidade ocorre em 50% ou mais das unidades incluídas na classe e o valor-teste é superior ou igual a 2.

A modalidade ocorre em 25 a 50% das unidades incluídas na classe e o valor-teste é superior ou igual a 4.

Nota:

A designação dos indicadores está descrita de forma mais completa na lista de indicadores.

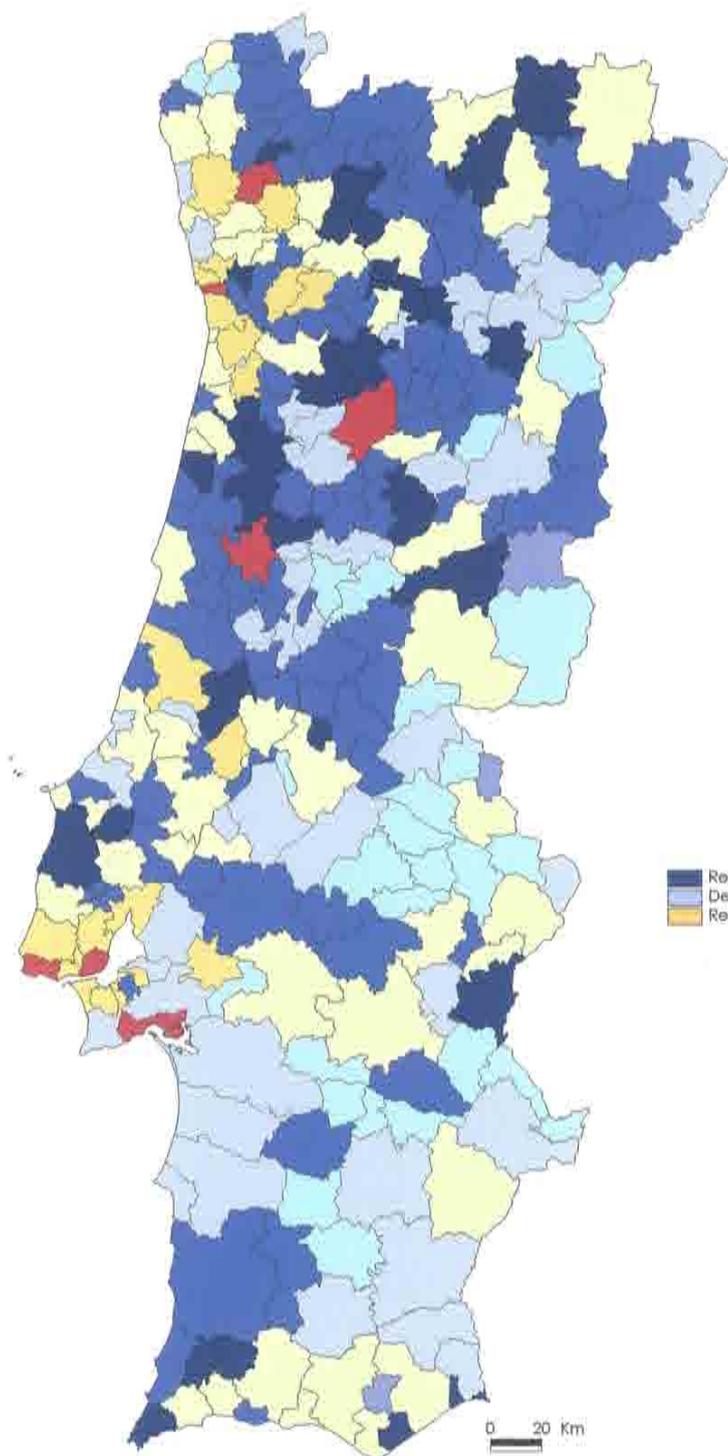
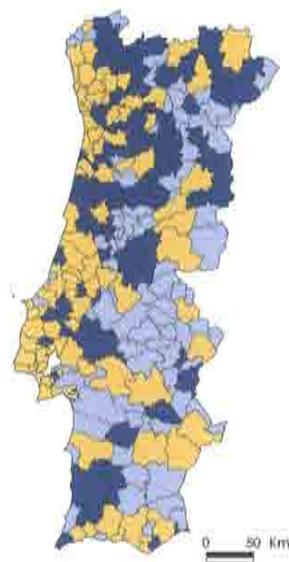


Figura 3.6.
Cultura e Lazer



- Recursos existentes escassos
- Despesas municipais altas num contexto com um escasso número de residentes
- Recursos razoáveis face a um potencial de procura alta

- Oferta e procura praticamente inexistentes num contexto de quase ausência de despesas na cultura
- Oferta e procura praticamente inexistentes
- Oferta e procura muito fracas contrastam por vezes com níveis altos de despesas
- Oferta e procura muito fracas mas museologia atractiva
- Oferta e procura fracas num contexto de alguma despesa municipal
- Oferta razoável corresponde a um potencial de utilizadores satisfatório
- Alguma oferta num contexto de procura desmobilizada
- Níveis razoáveis de oferta e procura

7. Acesso à saúde

7.1. Enquadramento

Segundo a Organização Mundial de Saúde, a saúde é um estado de completo bem-estar físico, mental e social ... e é um direito fundamental de todo o ser humano. Isto pressupõe um acesso facilitado aos recursos de saúde (hospitais, centros de saúde,...) e aos conhecimentos médicos, psicológicos e afins, e ainda a possibilidade de haver uma opinião pública esclarecida e uma cooperação activa inter-institucional em prol da promoção de uma saúde melhor para todos.

Naturalmente que o território, sobretudo a cidade, é um espaço epidemiológico de distribuição de doenças, mas também um suporte para a gestão administrativa da saúde e um espaço de inclusão e de cidadania. As correntes higienistas de final do século XIX foram repensadas no final do século XX, e agora existe uma visão mais abrangente e naturalmente não determinista das questões sanitárias. Hoje em dia as questões da saúde passam também pelas políticas de redução dos riscos, da prevenção ou dos problemas do acesso aos cuidados de saúde, enfim, são um problema de cidadania.

Nos últimos anos têm-se vindo a intensificar as redes que reúnem políticos, profissionais de saúde e associações. A rede de Cidades Saudáveis é uma ilustração de uma consciência colectiva em torno dos problemas e da prevenção da saúde. No entanto, Portugal está muito atrasado na montagem de um esquema descentralizado de prevenção da saúde, designadamente em matérias tão sensíveis como a sida e a toxicodependência.

A maior parte das medidas disponíveis para identificar um estado de saúde de uma população são indicadores de doença ou de morte, e não verdadeiramente de saúde. No entanto, segundo a Organização Mundial de Saúde (1995), estas medidas têm a vantagem de ser universais e, por isso, de fácil comparabilidade. Os estilos de vida, designadamente os hábitos tabágicos, alcoólicos, abuso de drogas ou outros, poderão ter também influência nos índices de morbilidade e mortalidade em toda a Europa. Naturalmente que outros domínios, designadamente os mais relacionados com as condições de vida (habitação, ambiente biofísico, crime e insegurança, etc.), poderão ter também reflexos nesta matéria, mas não serão aqui abordadas.

Em face disto, organizou-se este domínio em três vectores: recursos existentes; estatísticas vitais; prevenção e cuidados com a saúde. A avaliação dos recursos de

saúde existentes integra as componentes físicas (camas nos hospitais e centros de saúde, farmácias, serviços clínicos) e imateriais (médicos, farmacêuticos, consultórios médicos particulares, médicos especialistas). As medidas de prevenção e cuidados com a saúde abordam o acompanhamento à saúde em diferentes fases do ciclo de vida. As estatísticas vitais tratam questões fundamentais na avaliação da qualidade de vida que se prendem com a esperança de vida, a mortalidade infantil e a tipologia de óbitos por doença.

Em Portugal falta organizar informação sobre a qualidade dos serviços de saúde (designadamente, a credibilidade dos centros de saúde e hospitais, a dimensão das listas de espera nos serviços de saúde, o levantamento do número de crianças nascidas com baixo peso e as listas de espera de cuidados de longo prazo para os idosos). Por outro lado, as questões inerentes à prevenção e o próprio envelhecimento da população estão a arrastar novas questões para o diagnóstico dos estados de saúde da população, que não estão ainda cobertos pelos meios estatísticos.

Lista de indicadores identificados:

Recursos existentes (físicos e humanos)

- 1 Camas em hospitais por 1000 habitantes, por concelho, em 1998
- 2 Camas em Centros de Saúde por 1000 habitantes, por concelho, em 1998
- 3 Total de Camas (hospital e Centro de Saúde) por 1000 habitantes, por concelho, em 1998
- 4 Taxa de ocupação (camas hospitais e centros de saúde), por concelho, em 1998
- 5 Farmácias por 10000 habitantes, por concelho, em 1998
- 6 Consultórios médicos com serviço permanente por 1000 habitantes, por concelho, em 1998
- 7 Serviços privados de análises clínicas por 1000 habitantes, por concelho, em 1998
- 8 Consultórios médicos particulares por 1000 habitantes, por concelho, em 1998
- 9 Médicos por 1000 habitantes, por concelho, em 1998
- 10 Médicos especialistas por 1000 habitantes, por concelho, em 1998
- 11 Farmacêuticos por 10000 habitantes, por concelho, em 1998

Estatísticas vitais

- 12 Índice de esperança de vida à nascença, por concelho, em 1997
- 13 Óbitos por doença por 1000 habitantes com mais de 65 anos, por concelho, em 1998
- 14 Taxa média de mortalidade infantil, por concelho, no período de 1994 a 1998
- 15 Óbitos por doenças cerebro-vasculares por 10000 habitantes com mais de 25 anos, por concelho, em 1998
- 16 Óbitos por suicídio por 10000 habitantes com mais de 15 anos, por concelho, em 1998
- 17 Óbitos por acidentes de trânsito com veículo a motor por 1000 habitantes, por concelho, em 1998
- 18 Beneficiários do rendimento mínimo garantido, integrados na área de inserção da Saúde por 1000 habitantes (1998), por concelho, em 2000

Prevenção e cuidados com a saúde

- 19 Consultas de clínica geral em centros de saúde por habitante, por concelho, em 1998
- 20 Consultas de saúde infantil em centros de saúde por habitante menor de 15 anos, por concelho, em 1998
- 21 Consultas de saúde materna em centros de saúde por mulher de 15 a 64 anos, por concelho, em 1998
- 22 Consultas de planeamento familiar em centros de saúde por mulher de 15 a 24 anos, por concelho, em 1998

7.2. Portugal na Europa

Analisando um leque de indicadores seleccionados podemos avaliar a situação portuguesa no contexto Europeu.

As taxas de mortalidade são indicadores muito vulgarizados no diagnóstico das situações. Portugal, nos últimos vinte anos, fez estrondosos progressos nesta matéria: em 1970 a taxa de mortalidade infantil era 56‰ (óbitos de crianças com menos de 1 ano por mil nascimentos) e em 1998 passou para 6‰. Ainda não atingimos os limares mínimos Europeus, mas estamos relativamente próximos dos valores médios.

Relativamente à incidência da Sida os valores de Portugal são dramáticos no contexto europeu, reflectindo a entrada de um grande número de população oriunda dos países africanos de língua portuguesa. A média europeia é menos de um quarto dos valores registados em Portugal e nós lideramos com valores muito distanciados dos restantes países (a Espanha apresenta o valor mais próximo, mas fica muito aquém dos índices do nosso país²⁴³). Trata-se de um grave problema que ainda não está a ser convenientemente acautelado, designadamente nas áreas da prevenção e na diminuição dos riscos.

No domínio das infecto-contagiosas a tuberculose em Portugal está na dianteira da Europa. Com valores também preocupantes aparecem os óbitos em acidentes de viação. Mas são as doenças do sistema circulatório, sobretudo as doenças cérebro-vasculares, que maiores preocupações determinam no sistema de saúde. Em contrapartida, os óbitos por cancro e por suicídio estão ainda aquém dos valores médios europeus.

Relativamente aos estilos de vida, a obesidade (sobretudo nas mulheres) e o consumo de álcool (nos homens) reflectem estilos de vida prejudiciais para a saúde da população portuguesa. Os índices de consumo de tabaco são mais preocupantes no resto da Europa do que em Portugal.

Por fim, resta-nos observar à escala nacional os recursos financeiros disponibilizados pelas políticas da saúde. Nas despesas em saúde *per capita* (em PPC) Portugal é o país europeu com valores mais baixos; no entanto, em percentagem do PIB aproximamo-nos da média europeia. Em princípio isto significa que os portugueses têm um sistema de saúde insuficiente dados os baixos valores financeiros dispendidos por pessoa, ainda que Portugal esteja a investir mais ou menos o mesmo que a média dos países da União Europeia. Por outro lado, as altas taxas de fertilidade nas adolescentes

podem demonstrar o atraso em que Portugal se encontra nas políticas de prevenção da saúde.

QUADRO 3.8. Quadro comparativo de Portugal relativamente aos países da União Europeia

Indicador	Fonte	Portugal	EU-15	País - Valor Mais Baixo		País - Valor Mais Alto	
Taxa de mortalidade das pessoas até aos 5 anos por mil nados-vivos - 2000	b	7,66	6,38*	Suécia	3,90	Grécia	8,24
Taxa de mortalidade adulta (15-60 anos) por 1000 homens - 2000	b	153,00	122,14*	Suécia	91,00	Portugal	153,00
Taxa de fertilidade adolescente (nascimentos por 1000 mulheres de 15-19 anos) - 2000	b	22	12,53*	Holanda	4,00	Reino Unido	28,00
Adultos infectados com SIDA - homens (% nas idades dos 15-24 anos) - 1999	b	0,60	0,21*	Finlândia	0,0	Portugal	0,60
Taxa de incidência de SIDA por um milhão de habitantes, por ano de diagnóstico - 2000	a	104,2	22,5	Finlândia	3,5	Portugal	104,2
Incidência da tuberculose por 100 000 habitantes - 1999	b	53	19,14*	Suécia	4,00	Espanha	59,00
Indivíduos fumadores (% nas idades com mais de 15 anos) - 1999	a	28,1	33,9	Suécia	22,1	Grécia	44,9
Despesa pública em saúde (percentagem do PIB) - 1998	a	7,7	7,9	Luxemburgo	6,0	Alemanha	10,29
Despesa em saúde per capita em PPC - 1998	a	1203	1772	Portugal	1203	Alemanha	2361
Camas de hospital por 1000 habitantes - 1997	a	3,91	Portugal	3,91	Áustria	9,08

Fonte: b - World Development Indicators, 2002 (não inclui o Luxemburgo).

* - Média calculada a partir dos valores disponíveis dos países da União Europeia.

7.3. Análise territorial

Em primeiro lugar devemos salientar que os indicadores incluídos nas estatísticas vitais e nos cuidados e prevenção da saúde contribuíram muito pouco para a caracterização territorial. Assim, são sobretudo os indicadores referentes aos recursos (equipamentos e recursos humanos) que vão definir a estrutura territorial apresentada (figura 3.7).

Procurando sintetizar a situação (figura 3.7 - mapa pequeno), podemos desde já afirmar que em termos territoriais emergem algumas "ilhas" relativamente bem distribuídas pelo território nacional. Estes concelhos apresentam uma situação favorável em termos de oferta de recursos. O facto de se encontrarem relativamente bem distribuídos significa que estão, mais ou menos, garantidos a toda a população portuguesa o acesso e o direito aos cuidados essenciais de saúde. No entanto, em Trás-os-Montes e Alto Douro evidencia-se a necessidade de projectar uma nova centralidade, mais interior, de forma a reforçar o policentrismo.

²⁴³ Na taxa de incidência de SIDA por um milhão de habitantes, por ano de diagnóstico (2000), Espanha apresenta 63,0 e Portugal 104,2.

Uma análise mais aprofundada permite-nos avaliar melhor a heterogeneidade nacional. Em primeiro lugar, destacam-se claramente Coimbra e concelhos envolventes, Lisboa, Porto e Faro, com uma elevada concentração de recursos de saúde (equipamentos e recursos humanos), elementos fundamentais no apoio à prevenção e aos cuidados de saúde. São as principais centralidades de saúde nacionais. Depois emergem também, pela oferta de equipamentos e recursos humanos existentes, algumas cidades médias ou centros urbanos do país, contribuindo para reforçar os nós do sistema de saúde.

Em seguida entramos num grupo de concelhos (no mapa em tons de amarelo) menos equipados, mas com uma razoável oferta de recursos. As camas hospitalares diminuem mas os restantes recursos têm uma representatividade igual ou ligeiramente inferior ao valor de referência do Continente. Nas áreas mais densas os recursos em geral aumentam.

Passando agora para os concelhos mal posicionados na oferta de recursos (em tons de azul no mapa), verificamos que as situações são heterogéneas. Em termos de continuidade territorial sobressaem algumas manchas no país onde é necessário acautelar os serviços mínimos de saúde, pois os recursos estão praticamente ausentes, o que pode comprometer o direito e a necessidade de ter saúde.

Algumas conclusões

- Em termos comparativos com a União Europeia, Portugal apresenta uma situação globalmente desfavorável: as taxas de mortalidade são mais altas; a sida e as doenças cérebro-vasculares apresentam valores elevados; nos estilos de vida a obesidade e o consumo de álcool são preocupantes. Em termos de despesas de saúde por habitante, Portugal gasta menos que a média dos países europeus. Por outro lado, as elevadas taxas de fertilidade adolescente demonstram o atraso em que estão as políticas de prevenção da saúde em Portugal.
- As concentrações de recursos de saúde definem uma estrutura territorial policêntrica relativamente bem distribuída, garantindo um razoável acesso à população em geral. Trás-os-Montes e Alto Douro destaca-se pela necessidade de reforçar no interior uma centralidade mais equipada.
- Porto, Coimbra, Lisboa e Faro são os principais centros de nível nacional, também eles geograficamente bem posicionados ao longo do país.
- No país podem visualizar-se áreas onde os recursos, equipamentos e médicos são praticamente inexistentes, podendo colocar em causa os direitos aos cuidados mínimos de saúde.

Quadro Síntese 3.7. Acesso à Saúde

Cod. Indicador	Valor Confinante	Classe Confinante	Indicadores	Classe 1		Classe 2		Classe 3		Classe 4		Classe 5		Classe 6		Classe 7		Classe 8	
				Modalidad. des	Valor- teste														
2	0,1 Nº	nível 2	Recursos existentes	nível 1	3	nível 1	6	nível 5	7	nível 7	6	nível 3	7	nível 1	4	nível 1	3		
2	0,1 Nº	nível 2	Camas Centros de Saúde /100 hab.																
1	3,7 Nº	nível 4	Camas Centros de Saúde /100 hab.	nível 1	3	nível 1	7	nível 5	3	nível 1	4	nível 2	6	nível 3	6	nível 6	7	nível 7	5
1	3,7 Nº	nível 4	Camas hospitalares /100 hab.																
1	3,7 Nº	nível 4	Camas hospitalares /100 hab.																
4	74 %	nível 5	Taxa de ocupação das camas	nível 1	6	nível 1	13	nível 2	4	nível 5	4	nível 2	4	nível 3	6	nível 4	4	nível 7	2
3	3,8 Nº	nível 6	Total de camas existentes /100 hab.	nível 1	6	nível 1	13	nível 2	9	nível 3	4	nível 3	5	nível 4	6	nível 5	7	nível 6	4
11	7,7 Nº	nível 6	Farmacêuticos /10000 hab.	nível 1	6	nível 1	4	nível 2	4	nível 3	4	nível 3	5	nível 4	4	nível 5	9	nível 6	5
9	3,2 Nº	nível 7	Médicos /1000 hab.																
10	2,2 Nº	nível 7	Médicos especialistas /1000 hab.																
8	0,3 Nº	nível 5	Consultórios médicos particulares /1000 hab.	nível 1	6	nível 1	3	nível 2	4	nível 3	4	nível 3	4	nível 4	4	nível 5	9	nível 6	4
6	0,08 Nº	nível 4	Consultórios médicos serv. permanente /1000 hab.	nível 1	4														
5	2,6 Nº	nível 4	Farmácias /10000 hab.	nível 1	6	nível 1	4	nível 2	4	nível 3	4	nível 3	4	nível 4	4	nível 5	9	nível 6	4
7	0,14 Nº	nível 5	Serviços de análises clínicas privados /hab.	nível 1	6	nível 1	4	nível 2	4	nível 3	4	nível 3	4	nível 4	4	nível 5	9	nível 6	4
			Cuidados de saúde																
19	2,3 Nº	nível 4	Consultas de clínica geral em centros de saúde /hab.	nível 1	6	nível 1	3	nível 2	4	nível 3	4	nível 3	4	nível 4	4	nível 5	9	nível 6	4
21	0,1 Nº	nível 4	Consultas de saúde materna/mulheres 15-64 anos	nível 1	6	nível 1	4	nível 2	4	nível 3	4	nível 3	4	nível 4	4	nível 5	9	nível 6	4
			Estatísticas vitais																
17	0,2 Nº	nível 2	Óbitos por acidentes de trânsito /1000 hab.	nível 1	5	nível 1	4	nível 2	4	nível 3	4	nível 3	4	nível 4	4	nível 5	9	nível 6	4
15	32,4 Nº	nível 3	Óbitos por d. cérebro-vasculares /10000 hab. >25 anos	nível 1	4	nível 1	4	nível 2	4	nível 3	4	nível 3	4	nível 4	4	nível 5	9	nível 6	4
16	0,7 Nº	nível 3	Óbitos por suicídio /10000 hab. >15 anos	nível 1	5	nível 1	4	nível 2	4	nível 3	4	nível 3	4	nível 4	4	nível 5	9	nível 6	4
			Concelhos incluídos em cada classe	26		71		29		44		21		56		20		6	

Legenda:

Classe mais alta

Classe mais baixa

Zero ou sem informação

A modalidade ocorre em 50% ou mais das unidades incluídas na classe e o valor-teste é superior ou igual a 2

A modalidade ocorre em 25 a 50% das unidades incluídas na classe e o valor-teste é superior ou igual a 4

Nota:

A designação dos indicadores está descrita de forma mais completa na lista de indicadores

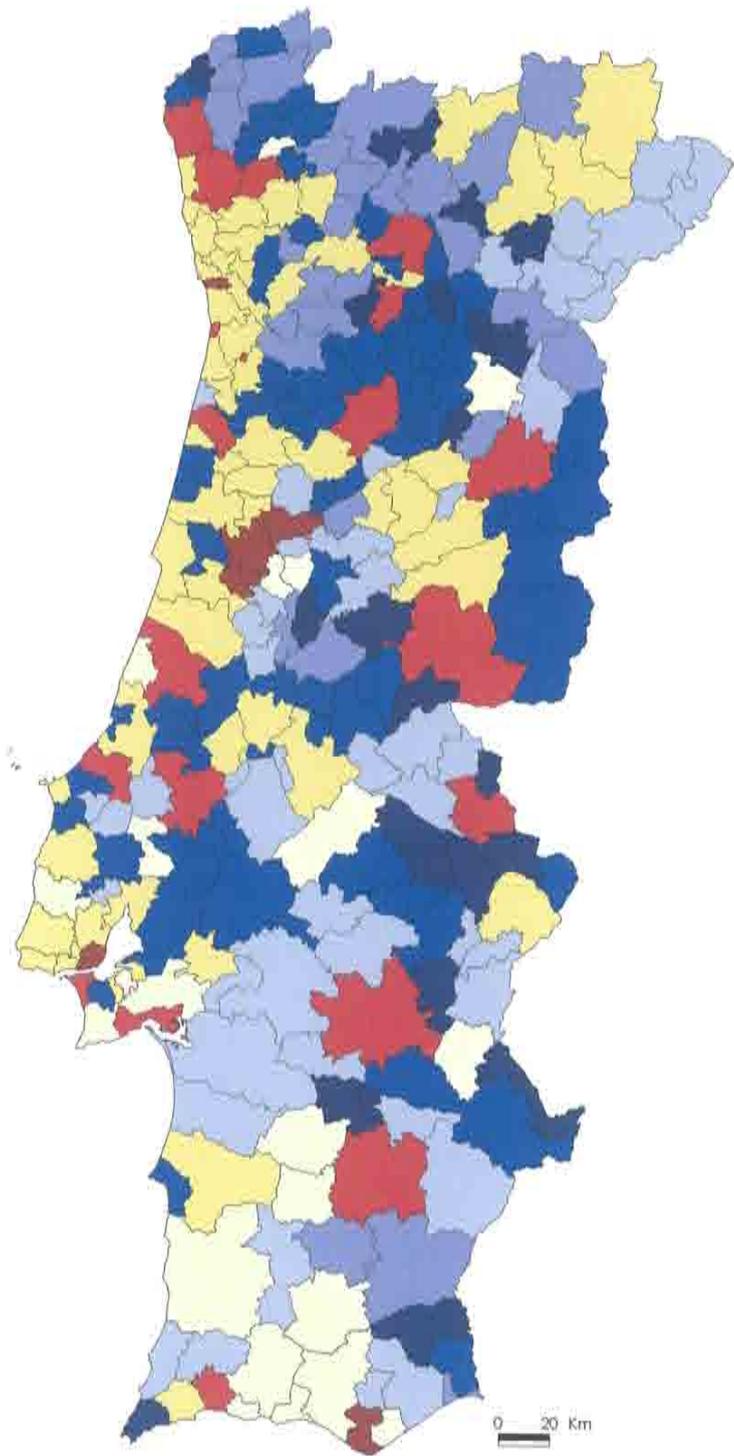
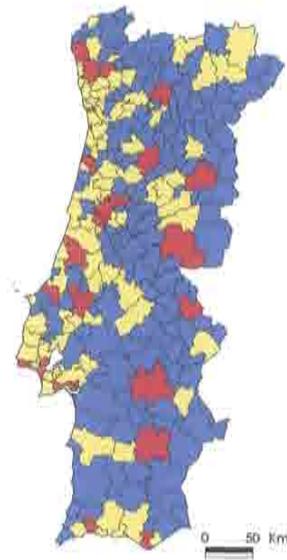


Figura 3.7.
Acesso à Saúde



■ Situações desfavoráveis a nível nacional
■ Situações razoáveis a nível nacional
■ Situações favoráveis a nível nacional

■ Oferta de recursos de saúde inexistente
■ Oferta de recursos de saúde praticamente inexistente
■ Muito fraca oferta de recursos de saúde
■ Fraca oferta de recursos de saúde
■ Situação um pouco mais favorável nos recursos de saúde
■ Razoável concentração de recursos de saúde
■ Alta concentração de recursos de saúde
■ Elevada concentração de recursos de saúde

8. Convivência social

8.1. Enquadramento

A busca de qualidade de vida assume-se como um eixo básico de dinamização social e cultural, mas a pertinência da sua análise não se esgota no que atrás foi dito, dado que nos falta ainda um factor essencial que é o da *Convivência Social*.

Hoje em dia os indivíduos deslocam-se real ou virtualmente em diferentes universos sociais. Vários autores (por exemplo, Asher, 2001) chamam-lhe a sociedade do *hipertexto*, numa analogia com as palavras que também podem pertencer a vários textos. Os indivíduos transitam entre diferentes contextos sociais, deslocando-se realmente ou virtualmente. Hoje em dia as ligações aparentam ser mais "fracas", menos estáveis, mas também muito mais numerosas, frágeis e inconstantes. São as chamadas redes múltiplas da sociedade do *hipertexto*. As pessoas trabalham num sítio, residem noutra, divertem-se em vários e os amigos e as famílias estão inseridos em diferentes contextos sociais e territoriais. Esta sociedade obriga, em certa medida, a repensar a definição dos interesses colectivos e a construção das acções públicas (Ascher, 2001). Em termos de ordenamento e desenvolvimento territorial isto é evidente, porque as pessoas desenvolvem pertenças com vários contextos territoriais: residem num concelho, passam o dia a trabalhar noutra, desenvolvem os seus tempos livres em vários locais; nos fins-de-semana deslocam-se regularmente para a casa de campo ou da praia; nas férias grandes as opções podem dirigir-se para outros sentidos. Simultaneamente, sobretudo os mais jovens, deslocam-se virtualmente para contextos sociais e territoriais que desconhecem. Esta diversidade e esta instabilidade vão ter, naturalmente, consequências na definição dos interesses colectivos.

Onde dormimos? Onde trabalhamos? Onde nos divertimos? Onde estão as nossas raízes identitárias? Afinal, qual é o contexto sócio-territorial que devemos eleger quando votamos num projecto político?

Esta questão tem também repercussões de natureza política. As estruturas tradicionais de organização política já não respondem a esta diversidade de pertenças e os valores da política não concretizam projectos de convivência e solidariedade de plena cidadania.

Por outro lado, a nossa qualidade de vida e bem-estar está cada vez mais dependente da segurança. A insegurança física, económica, social e familiar resulta

do crescimento da incerteza. As pessoas vivem com o receio de ficarem desempregadas e de não terem dinheiro suficiente para pagar a casa, com medo de serem assaltados, de chegarem tarde ao emprego, da Internet ou o telemóvel não funcionarem. De tudo isto (já tratámos das questões que afectam o direito ao emprego e à habitação) vamos agora privilegiar a segurança, na medida que ela afecta estruturalmente a forma como nos relacionamos e convivemos uns com os outros.

Por último, aparecem as infra-estruturas de apoio às camadas mais frágeis da nossa sociedade. Por um lado, as infra-estruturas sociais de apoio pré-escolar ou de apoio às actividades de tempos livres nas idades mais jovens; por outro, as infra-estruturas de apoio à terceira idade. Estas infra-estruturas são, do nosso ponto de vista, fundamentais para o desenvolvimento social dos mais jovens e para a manutenção dos espaços de convivialidade dos mais idosos, factores essenciais para o bem-estar destas populações.

Face a este contexto e tendo em consideração as limitações de informação, organizou-se este domínio em três vectores analíticos: isolamento e participação cívica; segurança e instabilidade; infra-estruturas de apoio social. Com o primeiro vector procurámos avaliar a participação cívica (abstenções nos referendos, número de fundações) e encontrar situações de isolamento individual (famílias com 1 indivíduo, famílias monoparentais, divórcios realizados, etc.) e contextos mais propiciadoras de isolamento social (desempregados, pensionistas, domésticas, incapacitados). Com o segundo vector preocupámo-nos com os níveis de segurança enquanto elementos de instabilidade da sociedade e inibidores de convivência e solidariedade social (intensidade de crimes e processos jurídicos em curso). Com o terceiro vector analisámos as infra-estruturas de apoio social à infância e à terceira idade (creches e jardins de infância e actividades de tempos livres para jovens; apoio ao domicílio, centros de dia e lares de idosos), partindo do pressuposto de que estes espaços são fundamentais para o desenvolvimento pessoal e para as práticas de convivialidade.

Lista de indicadores identificados:

Isolamento e participação cívica

- 1 Densidade populacional, por concelho, em 2001
- 2 População Residente, por área urbana, em 2001
- 3 Abstenção nas eleições autárquicas, por concelho, em 1997
- 4 Abstenção no referendo para o Aborto, por concelho, em 1998
- 5 Abstenção no referendo para a Regionalização, por concelho, em 1998
- 6 Número de Fundações por 1000 habitantes, por concelho, em 1996
- 7 Casamentos dissolvidos por divórcio ou interrompidos por separação (1995 a 1998) por família (1991), por concelho
- 8 Domésticos relativamente ao total de população residente sem actividade económica, por concelho
- 9 Famílias clássicas constituídas só por um adulto com crianças relativamente ao total de famílias, por concelho
- 10 Famílias clássicas constituídas só por um adulto com mais de 65 anos relativamente ao total de famílias, por concelho
- 11 Famílias clássicas constituídas só por 1 pessoa que não possui actividade económica relativamente ao total de famílias constituídas só por 1 pessoa, por concelho
- 12 Famílias clássicas constituídas por um adulto com mais de 65 anos ou dois adultos pelo menos um com mais de 65 anos, por concelho
- 13 Beneficiários do rendimento mínimo garantido com mais de 65 anos relativamente à população residente com mais de 65 anos (1998), por concelho, em 2000
- 14 Famílias nucleares ou monoparentais com filhos beneficiárias do Rendimento Mínimo Garantido, por 100 famílias residentes com as mesmas características (em 1991), por concelho, em 2000
- 15 Desemprego Registado - Total desemprego relativamente à população residente em idade activa (15 aos 64 anos), por concelho, entre 1998 e 2000
- 16 Pensionistas da Segurança Social por 1000 habitantes, por concelho, em 1998
- 17 Incapacitados permanentemente para o trabalho por 100 habitantes, por concelho

Segurança e crime

- 18 Total de crimes (P.J, PSP e GNR) por 1000 habitantes, por concelho, em 1999
- 19 Crimes contra as pessoas (P.J, PSP e GNR) por 1000 habitantes, por concelho, em 1999
- 20 Crimes contra o património, a paz e a Humanidade (P.J, PSP e GNR) por 1000 habitantes, por concelho, em 1999
- 21 Crimes contra a vida em sociedade (P.J, PSP e GNR) por 1000 habitantes, por concelho, em 1999
- 22 Total de crimes (P.J, PSP e GNR), peso no continente (%), por concelho, em 1999
- 23 Crimes contra as pessoas (P.J, PSP e GNR) relativamente ao total de crimes (P.J, PSP e GNR) do continente (%), por concelho, em 1999
- 24 Crimes contra o património, a paz e a Humanidade (P.J, PSP e GNR) relativamente ao total de crimes (P.J, PSP e GNR) do continente (%), por concelho, em 1999
- 25 Crimes contra a vida em sociedade (P.J, PSP e GNR) relativamente ao total de crimes (P.J, PSP e GNR) do continente (%), por concelho, em 1999
- 26 Óbitos por suicídio por 1000 habitantes com mais de 15 anos, por concelho, em 1998
- 27 Óbitos por homicídio por 1000 habitantes com mais de 15 anos, por concelho, em 1998
- 28 Acidentes de viação com vítimas (mortais ou não) por 1000 habitantes, por concelho, em 1998
- 29 Processos cíveis por 1000 habitantes com 25 ou mais anos, por concelho, em 1998
- 30 Processos penais por 1000 habitantes com 25 ou mais anos, por concelho, em 1998
- 31 Processos tutelares por 1000 habitantes com menos de 15 anos, por concelho, em 1998
- 32 Habitantes por bombeiro, por concelho, em 1998
- 33 População residente 12 aos 14 anos com actividade económica relativamente ao total de população com actividade económica, por área urbana

Dependência e Infra-estruturas de apoio social

- 34 Índice de dependência jovem, por concelho, em 1998
- 35 Índice de dependência de idosos, por concelho, em 1998
- 36 Utentes de creches e jardins de infância da Segurança Social por capacidade, por concelho, em 1998
- 37 Capacidade de creches e jardins de infância por 1000 habitantes com menos de 15 anos, por concelho, em 1998
- 38 Capacidade dos Lares de Idosos da Segurança Social por 1000 habitantes com mais de 65 anos, por concelho, em 1998
- 39 Utentes de ATL's da Segurança Social por capacidade, por concelho, em 1998
- 40 Utentes de creches e jardins de infância e ATL's da Segurança Social por 100 habitantes com menos de 15 anos, por concelho, em 1998
- 41 Utentes de Apoio Domiciliário da Segurança Social por capacidade, por concelho, em 1998
- 42 Utentes de Centros de Dia da Segurança Social por capacidade, por concelho, em 1998
- 43 Utentes de Lares de Idosos da Segurança Social por capacidade, por concelho, em 1998
- 44 Utentes de Apoio Domiciliário, Centros de Dia e Lares de Idosos por 100 habitante com 65 ou mais anos, por concelho, em 1998
- 45 Beneficiários do rendimento mínimo garantido, integrados na área de inserção da Acção Social por 1000 habitantes (1998), por concelho, em 2000

8.2. Portugal no contexto Europeu

A participação da população na vida política diminuiu e os indivíduos cada vez mais se afastam e desinteressam das "grandes" questões e dos "grandes" valores. Como prova disto podemos referir a abstenção nos referendos sobre a "interrupção voluntária da gravidez" (na ordem dos 68%) e a "regionalização" (cerca de 52%).

Em Portugal, a família continua a ser o elemento estruturador dos relacionamentos inter-pessoais e é determinante nos percursos de vida dos indivíduos. No entanto, cada vez mais há pessoas a viverem sós: a taxa de separações aumentou, as famílias monoparentais cresceram, as pessoas idosas a residir sozinhas ou com outro idoso também dispararam. Analisando e comparando as estatísticas europeias, podemos confirmar que em Portugal a família tem uma dimensão média superior: há relativamente poucas pessoas a residir sozinhas e há um número significativo de famílias constituídas por vários elementos. No contexto europeu são os países nórdicos que têm famílias mais pequenas e onde as pessoas vivem mais sós. Nos países do sul da Europa (Portugal, Espanha, Itália e Grécia) a família continua a ser o foco organizador de toda a sociedade.

QUADRO 3.9. Quadro comparativo de Portugal relativamente aos países da União Europeia

Indicador	Fonte	Portugal	EU-15	País - Valor Mais Baixo		País - Valor Mais Alto	
Divórcios por 1000 habitantes - 1999	a	1,8	...	Itália	0,6	Reino Unido Finlândia	2,7
Média de pessoas por família - 2000	a	2,9	2,4	Suécia	2	Espanha	3
Número de pessoas a residir, por tipo de família – um adulto a residir sozinho - 1997	a	4	11	Portugal e Espanha	4	Dinamarca	17
Número de pessoas a residir, por tipo de família – um adulto com crianças dependentes - 1997	a	2	3	vários	2	Suécia	5
Número de pessoas a residir, por tipo de família – dois adultos com crianças dependentes - 1997	a	35	36	Áustria e a Alemanha	31	Suécia	45
Número de pessoas a residir, por tipo de família – três ou mais adultos com crianças dependentes - 1997	a	25	14	Suécia	1	Espanha	28
Número de pessoas a residir, por tipo de família – dois ou mais adultos sem crianças dependentes - 1997	a	33	36	Suécia e Irlanda	4	Reino Unido	41
Famílias com um pensionista só (%) - 1990-1997	c	1,4	7,0	Portugal	1,4	Luxemburgo	14,4
Famílias que declararam problemas na habitação – área envolvente insegura (crimes e vandalismo) - 1996	d	22	18	Grécia	8	França	23

Fonte: a - Eurostat Yearbook 2002; b - World Development Indicators, 2002 (não inclui o Luxemburgo); c - L'Audit Urbain 2000; d - Living Conditions in Europe - Statistical pocketbook.

* - Média calculada a partir dos valores disponíveis dos países da União Europeia.

** - Os dados analisados referem-se às capitais dos diferentes países da União Europeia.

8.3. Análise territorial

A análise territorial permite-nos visualizar três contextos diferenciados, nos quais os extremos se evidenciam, respectivamente, pela insegurança e pelo isolamento. Lisboa e o Porto estão naturalmente no primeiro, enquanto uma extensa mancha interior (de que se excluem as cidades médias) se integra no segundo. Mas passemos a uma análise mais rica, de forma a visualizarmos a diversidade dos contextos territoriais de convivência social.

Por um lado, Lisboa e o Porto destacam-se pelos elevados níveis de insegurança, pelo alheamento da população relativamente às eleições autárquicas e pelo elevado número de utentes das infra-estruturas de apoio à infância. A densidade populacional e a forte localização de equipamentos, comércio, restauração e instituições de diversa ordem favorecem a sociabilidade urbana. No entanto, os níveis de insegurança podem inviabilizar as práticas de convívio urbano e usufruto dos espaços públicos. A insegurança é sentida relativamente às pessoas, ao património e à vida em sociedade, e os processos instruídos transmitem a instabilidade das vivências

familiares ou societárias (processos tutelares, cíveis e penais). A insuficiente participação cívica e o desinteresse das populações pela participação num projecto autárquico estão expressos nos elevados níveis de abstenção para as eleições locais. Em termos de infra-estruturas de apoio social, o número de crianças utentes dos equipamentos de apoio social descreve um elevado recurso por parte das famílias residentes nas periferias mas trabalhadoras nos centros. A taxa de ocupação desses equipamentos é muito elevada, demonstrando as insuficiências que se possam estar a sentir nas periferias.

À volta de Lisboa e do Porto desenha-se uma pequena coroa metropolitana - mais extensa à volta de Lisboa (Loures, Oeiras, Cascais, Sintra, Amadora, Almada e Seixal) do que do Porto (Vila Nova de Gaia e Matosinhos) - que apresenta níveis de insegurança também significativos e carências de infra-estruturas de apoio à infância e às actividades de tempos livres. O concelho de Braga também está incluído nesta classe. Em termos de participação nos actos eleitorais salienta-se uma fraca participação nas eleições autárquicas, mas forte no referendo sobre o aborto. Isto transmite um alheamento das populações das periferias urbanas pelos projectos políticos das suas áreas residenciais. Não há um sentido de pertença pelo local de residência e, por isso, a participação no projecto de desenvolvimento destas áreas não é sentido como uma necessidade e um exercício de cidadania. Pelo contrário, um referendo sobre valores fundamentais da sociedade (neste caso o direito ao exercício da interrupção voluntária da gravidez) merece destas populações toda a atenção.

Um extensa mancha no Noroeste e algumas cidades médias sobretudo do litoral (Viseu, Aveiro, Ílhavo, Coimbra, Leiria, Vila Franca de Xira, Setúbal, Évora e Faro, Loulé e Albufeira, entre outros) destacam-se com valores mais razoáveis de insegurança e uma dimensão e uma densidade populacional que favorecem a convivialidade. No interior, as cidades existentes mostram níveis de segurança mais favoráveis associados a contextos urbanos com uma dimensão intermédia.

O Vale do Sousa é uma área com uma estrutura etária muito jovem. Destaca-se pelas entradas precoces no mercado de trabalho, como já referimos anteriormente, que têm reflexos no desenvolvimento pessoal e nas práticas de convívio. São jovens que ficam inibidos de desenvolver os laços de convivialidade comuns aos ambientes escolares, sendo, por vezes, arrastados para práticas e estilos de vida prejudiciais para a saúde e o seu bem-estar (consumo de tabaco, álcool, drogas, etc.). Em termos de equipamentos de apoio às camadas mais jovens (creches e jardins de infância)

destacam-se algumas insuficiências, devido à fraca capacidade dos equipamentos face à população jovem residente, o que contribui igualmente para fragilizar o desenvolvimento pessoal e social destas crianças.

O restante território está marcado pelas baixas densidades e pelo isolamento que daí advém. A situação tem diferentes amplitudes, mas em linhas gerais vai piorando à medida que a interioridade aumenta. Dominam as famílias com um indivíduo, sem actividade económica, em geral com mais de 65 anos e pensionistas. A segurança pessoal e patrimonial é uma das características destes territórios. No entanto, em termos de infra-estruturas de apoio à terceira idade são mais ou menos evidentes algumas carências (sobretudo na mancha azul mais povoada, na faixa central do Continente).

Algumas conclusões

- As áreas metropolitanas sentem os problemas de insegurança e as áreas interiores mostram o seu isolamento.
- Nas áreas metropolitanas os níveis de insegurança podem, em certas áreas, comprometer a qualidade de vida dos residentes e o exercício de convivialidade e participação cívica.
- As populações residentes nas periferias metropolitanas mostram-se pouco empenhadas na participação e na construção de um projecto social. A competência cívica e as capacidades para deliberarem em conjunto estão em certa medida comprometidas.
- Nas áreas interiores, menos densas, o isolamento e a fraca densidade dificultam a construção de um projecto social mobilizador. Quando a convivência social está comprometida o que está em causa é o avanço social e o exercício da cidadania. Nestas áreas, as cidades médias são pilares fundamentais pela concentração de recursos sociais mobilizáveis para o desenvolvimento social que possuem.
- No Vale do Sousa estamos a comprometer o desenvolvimento do capital individual e social e, com isso, limitamos a autonomia e a confiança da base social local.

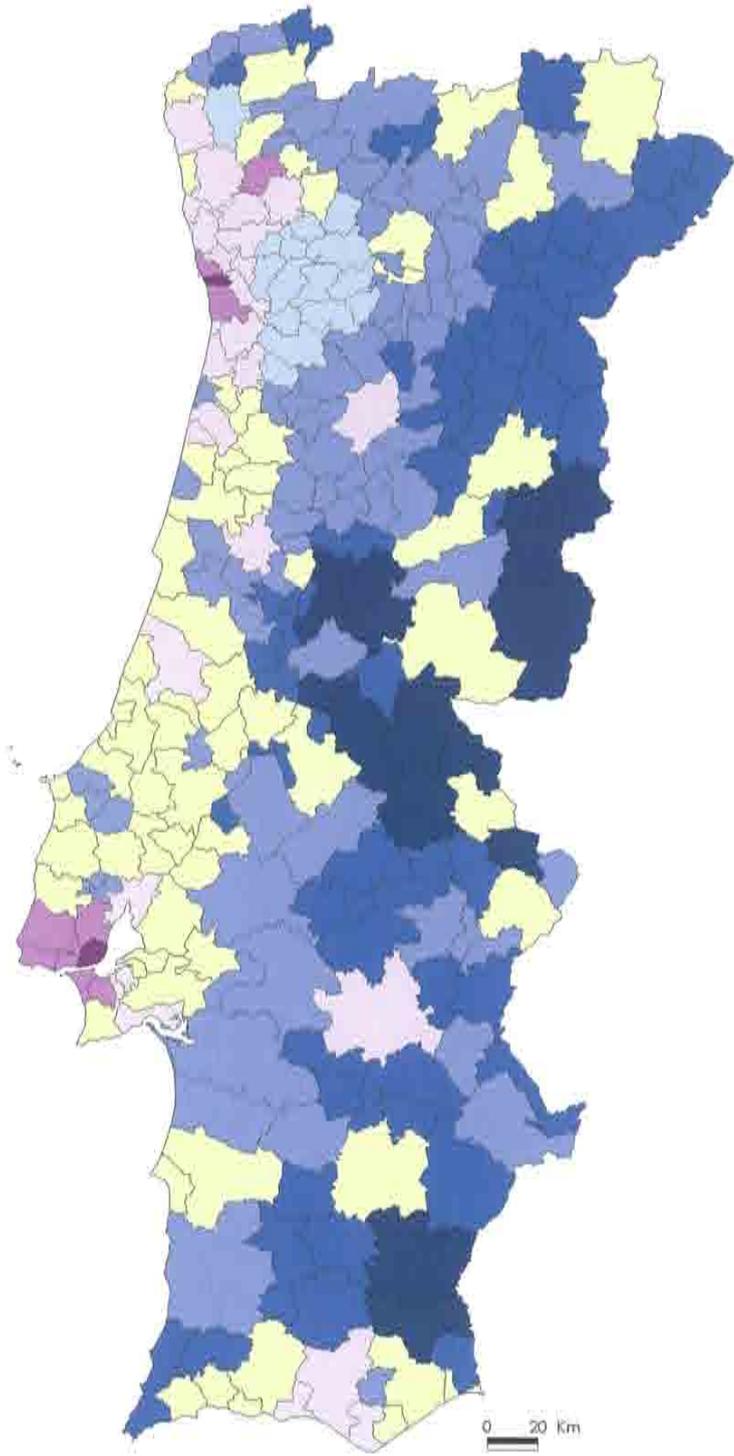


Figura 3.8.
Convivência Social



- Segurança num contexto de baixa urbanidade e insuficiente oferta de infra-estruturas de apoio à terceira idade
- Alguma insegurança em contextos urbanos de variável densidade e dimensão
- Insegurança em contextos urbanos com carências de infra-estruturas de apoio às populações mais jovens

- Níveis muito altos de isolamento num contexto de relativa segurança
- Níveis altos de isolamento num contexto de relativa segurança
- Sobreocupação das infra-estruturas sociais de apoio à terceira idade num contexto de relativa segurança e de fraca densidade populacional
- Infra-estruturas sociais de apoio à infância insuficientes num contexto de algum isolamento social
- Segurança razoável em contexto de densidade populacional razoável
- Alta densidade populacional e alguma criminalidade não comprometem os níveis de segurança relativa
- Níveis altos de insegurança num contexto em que as densidades populacionais altas são potenciadoras de sociabilidade urbana
- Níveis muito altos de insegurança num contexto em que as densidades populacionais muito altas são potenciadoras de sociabilidade urbana

9. Conclusão

O modelo de qualidade de vida e bem-estar adoptado neste trabalho promove a iniciativa, a responsabilidade e a vontade individual, e o acesso à saúde, à cultura e à educação. Além disso, tem como base de sustentação uma consciência social em que o cidadão ganha autonomia e confiança para desenvolver as suas capacidades de iniciativa e entreatajuda. O desenvolvimento do emprego, da saúde, do ambiente, da aprendizagem e da convivência está aqui especialmente vinculado a uma visão social mais participada e empenhada.

Assim, os interesses sociais, económicos e culturais dos cidadãos conquistaram uma autonomia própria. Os cidadãos são geradores de riqueza comum quando levam em frente um projecto individual e social e quando o elemento central do desenvolvimento parte de um discurso de civilidade que assenta na nossa competência cívica e nas nossas capacidades para deliberar em conjunto. Por isso, a nossa abordagem assentou no Ser, Ter e Estar. O Ser pressupõe o desenvolvimento das nossas capacidades individuais, o Ter relaciona-se com a equidade na distribuição da riqueza e o Estar sustenta-se nos nossos espaços de relacionamento social.

Tendo por base estes princípios, a coesão social passa pela diminuição das desigualdades e pela democratização do acesso a um conjunto de bens e serviços que definem a qualidade de vida moderna.

É na interacção dos oito domínios apresentados que vamos avaliar as actuais condições territoriais para a construção de uma sociedade mais capacitada e mais coesa e, assim, responder ao desafio da coesão.

Análise territorial

Um extenso território nacional poderá estar excluído dos recursos essenciais para a promoção da qualidade de vida e do bem-estar das suas populações. O despovoamento, o envelhecimento da população, o isolamento, a fraca densidade de recursos de educação, de saúde, cultura e de infra-estruturas de apoio social e, ainda, a escassez de recursos associativos fazem com que estas áreas não possuam a densidade ou a espessura institucional e social necessárias para desencadear a

construção de um projecto social. Os recursos humanos, institucionais e empresariais são escassos, o que determina que haja uma baixa densidade *relacional*.

É possível afirmar que poderá haver uma disfunção social, na medida em que as populações residentes vêm-se na eminência de residir sós, longe das suas famílias, sem usufruir dos seus espaços normais de sociabilidade comunitária (uma aldeia ou uma vila sem gente) e integrando-se num contexto em que a diversidade geracional e social estão ausentes. Como se não bastasse, localizam-se longe das infra-estruturas sociais de apoio e dos recursos de saúde essenciais. Os mais jovens, em pequeno número, não podem usufruir de um espaço escolar proporcionador do desenvolvimento humano e de um convívio social. Aos adultos é negado o direito ao trabalho, que além de poder proporcionar um nível de vida melhor é, também, um espaço de integração social.

Para quebrar esta disfunção surgem as cidades médias, que abrem "oportunidades" para uma vida mais integrada em termos societários; aparecem a *agarrar* os territórios e a sustentar algum optimismo, porque representam densidades apreciáveis de recursos humanos, infra-estruturas e convivências; são fontes de competência cívica e podem animar projectos sociais regionais. Vila Real, Viseu e Évora lideram as cidades médias do interior, seguindo-se Bragança, Chaves, Mirandela, Peso da Régua, Guarda, Covilhã e Castelo Branco, e ainda Portalegre, Elvas, Beja, Santiago do Cacém-Sines.

Um vasto território nacional está incluído na descrição realizada. Os territórios fronteiriços e alguns concelhos, sobretudo do Alentejo, apresentam os indicadores mais pronunciados de isolamento e de falta de recursos. Em Trás-os-Montes e Alto Douro a situação alivia ligeiramente, embora se mantenham resultados muito aquém dos valores de referência do Continente. A situação vai melhorando em direcção às áreas mais densamente povoadas, mas com valores ainda pouco satisfatórios, atingindo o litoral no Alentejo e na Região Centro.

Nestes territórios, a baixa densidade física e relacional inviabiliza uma oferta de equipamentos sociais fundamentais para a grande maioria da população. Discutir a coesão territorial nestas áreas passa por reflectir as condições de acesso às infra-estruturas e aos serviços essenciais. Nesse sentido, a proposta de resolução pode passar por uma oferta eficiente nas cidades médias, por apoios à mobilidade das populações mais isoladas e pela criação de infra-estruturas multiusos, capazes de sustentar com dignidade a escassa procura. Além disso, poder-se-ão organizar serviços inter-municipais ou apostar em serviços que se deslocam ao consumidor. As novas

tecnologias abrem também novas perspectivas para os residentes, sobretudo para os mais jovens.

Mas os problemas da qualidade de vida não se circunscrevem simplesmente às áreas menos densas. Assim, no Vale do Sousa e concelhos envolventes (Celorico de Basto, Felgueiras, Lousada, Paços de Ferreira, Amarante, Paredes, Penafiel, Marco de Canavezes, Baião, Resende, Cinfães e Arouca) .identificam-se um conjunto de problemas. O contexto demográfico é relativamente jovem e populoso. As entradas precoces no mercado de trabalho persistem, os níveis de instrução da população residente e dos trabalhadores são fracos e os patamares de remuneração mais baixos dominam claramente. A confirmar este diagnóstico aparecem os apoios do *rendimento mínimo garantido*, vocacionados para os indivíduos e as famílias que não possuem os limiares mínimos de rendimento necessários à sua sobrevivência. As infra-estruturas educativas demonstram algumas insuficiências e o abandono e o insucesso escolares representam uma desvalorização social da escola.

Nesta área as questões possuem uma natureza claramente diferente das que se colocam às regiões interiores. As populações têm acesso ao trabalho, mas é desqualificado e mal remunerado; têm acesso ao ensino escolar, mas desvalorizam-no e abandonam-no. A desvalorização da escola parece significar uma perda de confiança social na aprendizagem e abdicar da aprendizagem nos dias de hoje é comprometer o futuro individual e a capacidade de gerar riqueza colectiva.

Assim, se não houver uma aposta num projecto social mais qualificante, o futuro desta área poderá ser o desemprego e a pobreza.

Passemos agora às grandes aglomerações urbanas do país. Lisboa e o Porto aparecem a liderar os níveis de qualidade de vida e bem-estar porque: concentram populações com rendimentos mais elevados; os jovens mantêm-se no sistema escolar durante mais tempo e com maior aproveitamento médio; as populações podem usufruir de uma oferta cultural e de lazer mais diversificada e de um conjunto de infra-estruturas de saúde mais especializadas. Isto não significa que internamente não se adivinhem grandes e graves fracturas, mas em termos médios, e atendendo a algumas estruturas observadas, os centros das metrópoles são, em certa medida, locais privilegiados a nível nacional. Devemos, no entanto, destacar os níveis de insegurança e de poluição que já se começam a sentir nestas cidades. Estamos convencidos de que, se dispuséssemos de uma base mais precisa no levantamento da toxicodependência e dos sem-abrigo, entre outras variáveis, as fracturas urbanas iam

evidenciar-se mesmo a esta escala, tal como aconteceu com a criminalidade e a poluição.

Nas periferias envolventes desenvolve-se uma coroa à volta de Lisboa e outra do Porto com características diferentes.

As periferias do Porto têm características semelhantes a algumas cidades médias (Aveiro, Coimbra, Figueira da Foz, Leiria, Vila Real, Viseu, Évora e Faro, Loulé, Albufeira e Portimão). As remunerações neste conjunto de concelhos (periferias do Porto e cidades médias) são variáveis, pois em alguns concelhos destacam-se tecidos produtivos assentes na desvalorização do trabalho e nas remunerações relativamente baixas, enquanto outros mostram um perfil mais qualificado. Assim, o nível de vida destas populações vai reflectir-se em capacidades de consumo razoáveis ou fracas. Em termos de infra-estruturas de saúde a situação é satisfatória, tal como os recursos e o aproveitamento escolar. Por fim, devemos destacar os níveis de segurança que são, em geral, melhores do que na Região de Lisboa. A terceira coroa à volta do Porto é constituída pelos concelhos do Vale do Sousa e áreas envolventes, já referidos, ou por uma outra coroa, que se estende sobretudo para sul até Coimbra, que apresenta níveis intermédios de qualidade de vida.

As periferias de Lisboa, relativamente às do Porto, apresentam-se com remunerações médias, qualificações superiores e melhores níveis de vida. A oferta cultural e de lazer é razoável, para o contexto nacional, mas a procura fica muito aquém do volume da população residente. As dinâmicas construtivas, o reforço da densidade de ocupação do solo, os níveis de consumo de electricidade, os valores de poluição e alguma insegurança denunciam dinâmicas que, se não forem acautelados os valores ambientais, podem pôr em causa a qualidade de vida das populações residentes nestas áreas. Devemos ainda salientar que os baixos níveis de participação da população eleitora nas eleições autárquicas são demonstrativos da desmobilização, da fraca participação e do baixo envolvimento da população na construção de um projecto comum.

Depois, entre Lisboa e Coimbra e prolongando-se até Setúbal, desenvolve-se uma extensa mancha com níveis razoáveis nos domínios da qualidade de vida e do bem-estar. As densidades são intermédias e a população jovem apresenta um aproveitamento escolar razoável. O nível de vida e as capacidades de consumo são próximos dos valores de referência nacionais. Há um mínimo de infra-estruturas de cultura, lazer e saúde.

Perante esta descrição vale a pena reflectirmos acerca das tendências actuais da geografia social nas grandes aglomerações. As forças que moldaram o crescimento das cidades-região tiveram consequências sobre a geografia social interna das metrópoles, designadamente ao nível da demografia, da distribuição de rendimentos e da estratificação social. Sabemos hoje que os processos de globalização e de desenvolvimento de grandes regiões urbanas aumentam a distância entre os ricos e os pobres, em termos económicos, sociais e espaciais (Scott, 2001). A globalização e o crescimento económico (analisados no capítulo anterior) intensificam as disparidades nas grandes cidades porque promovem, por um lado, o crescimento das profissões melhor remuneradas e, por outro lado, a proliferação de empregos muito pouco qualificados.

Na década de noventa registou-se um aumento das disparidades sociais em Portugal, quer ao nível das grandes quer das pequenas cidades. No entanto, ao optarmos por uma escala municipal e não dispoñdo de informação suficientemente desagregada em termos espaciais e sociais, a análise das disparidades sociais intra-urbanas não está aqui contemplada com a profundidade desejada, pois exigiria uma análise específica só possível num outro contexto de estudo.

Assim, só foram consideradas a nível territorial as grandes divergências municipais. Mesmo assim, os territórios urbanos vão aparecer aqui sobretudo como espaços com maiores oportunidade de vida, melhor educação, mais empregos, uma oferta cultural mais diversificada, melhores recursos de saúde, mais oportunidades de convivência, um número superior de infra-estruturas de apoio social, etc. Mas, simultaneamente, são espaços de menor segurança, maior criminalidade e níveis de poluição superiores. Poderão ser territórios de conflito e, por vezes, de fractura social.

É nas grandes aglomerações que se concentra o maior potencial de recursos, de capital relacional e de capacidade de concepção de um projecto social. A diminuição das desigualdades e o aumento das acessibilidades aos recursos e às riquezas ganham aqui uma grande expressão pelo número de pessoas que podem envolver.

Entre o Porto e Lisboa está em construção um espaço estruturado por Aveiro, Coimbra, Figueira da Foz e Leiria, que mostram níveis de qualidade de vida superiores aos seus concelhos envolventes. A estruturação deste território, a partir das cidades médias, é fundamental na perspectiva do reforço da qualidade de vida e do bem-estar das populações residentes ao longo desta faixa litoral.

Por fim, resta-nos uma observação pelo Algarve. A situação nesta Região retrata, mais ou menos, o que se passa a nível nacional: Portimão, Albufeira, Loulé e Faro demonstram patamares de qualidade de vida razoáveis; à volta destes núcleos identifica-se uma degradação sucessiva dos níveis de bem-estar. A desigualdade e a diferenciação no acesso às infra-estruturas que se verificam no Algarve devem ser equacionadas a nível regional. Isto significa, que o reforço da qualidade de vida pode passar por um projecto social, cultural e económico mais integrador, assente na cooperação inter-municipal e inter-institucional. O sistema urbano regional tem condições para funcionar numa base de policentrismo e complementaridade de serviços. Por outro lado, a mobilidade inter-municipal deve ser fluida de forma a promover a coesão territorial (pode também funcionar com base em apoios à mobilidade das populações mais isoladas).

Quadro Síntese 3.9. Qualidade de Vida e Bem Estar: Síntese Global*

Domínios:	Classe 5		Classe 4		Classe 3		Classe 2		Classe 1		Classe 7		Classe 8		Classe 6	
	Classe	Valor-feste	Classe	Valor-feste												
Educação e Aprendizagem	1	7	2	4	3	7	4	4	5	4	5	5	5	7	7	3
Educação e Aprendizagem:																
Trabalho e Qualidade do Emprego	4	5	1	10	5	4	3	4	5	7	6	6	7	7	8	4
Trabalho e Qualidade do Emprego																
Qualidade e Acesso à Habitação	7	5														
Recursos Naturais e Urbanização	1	9		10	6	3	4	7	3	4	5	5	8	8	3	3
Recursos Naturais e Urbanização:																
Nível de Vida e Consumo	1	18	3	16	5	3	4	10	5	9	6	6	9	7	5	3
Nível de Vida e Consumo:																
Cultura e Lazer		7		3												
Acesso à Saúde	1	5	1	4	3	3	3	3	6	4	7	6	6	7	3	3
Acesso à Saúde:																
Convivência Social	3	9	3	3	4	8	3	11	5	14	6	6	11	7	3	4
Convivência Social:																
Nº Concelhos incluídos na classe	59		34		11		74		55		28		12		2	

Nota:

* Síntese dos domínios: Educação e Aprendizagem, Trabalho e Qualidade do Emprego, Qualidade e Acesso à Habitação, Recursos Naturais e Urbanização, Nível de Vida e Consumo, Cultura e Lazer, Acesso à Saúde e Convivência Social

Legenda:

As cores atribuídas às classes deste quadro correspondem às cores das classes dos mapas dos respectivos domínios

A modalidade ocorre em 50% ou mais das unidades incluídas na classe e o valor-feste é superior ou igual a 2

A modalidade ocorre em 25 a 50% das unidades incluídas na classe e o valor-feste é superior ou igual a 4

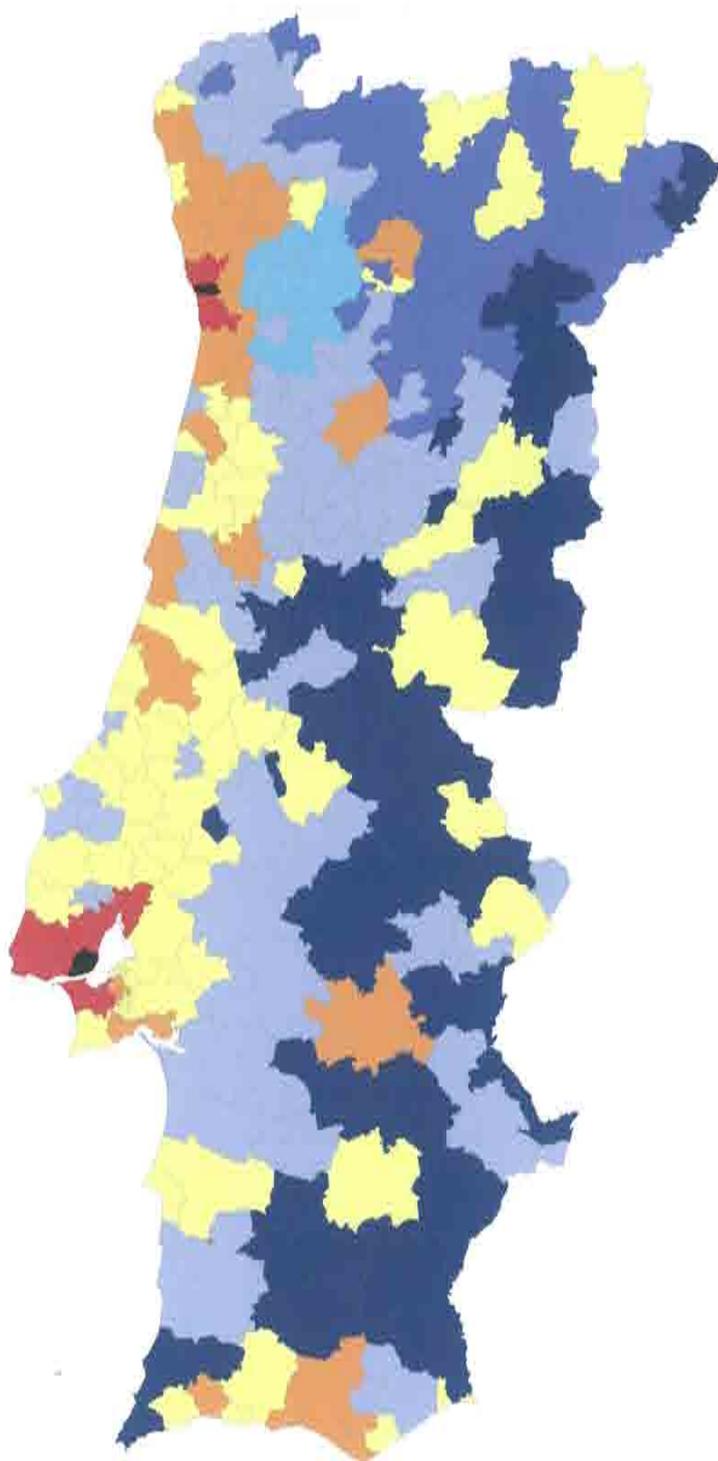


Figura 3.9.
Qualidade de Vida e Bem Estar
Síntese Global

- Níveis de qualidade de vida e bem-estar muito baixos
- Níveis de qualidade de vida e bem-estar baixos
- Níveis de qualidade de vida e bem-estar fracos
- Problemas na educação e no emprego num contexto de fraca qualidade de vida e bem-estar
- Níveis razoáveis de qualidade de vida e bem-estar
- Níveis razoáveis ou bons de qualidade de vida e bem-estar
- Bons níveis de qualidade de vida e bem-estar contrastam com alguma insegurança e poluição
- Elevados níveis de qualidade de vida e bem-estar contrastam com alguma insegurança e poluição

Conclusão global

Na introdução deste trabalho, definimos os três desafios que orientam esta abordagem analítica – os desafios da sustentabilidade, da globalização e da coesão. As análises que fomos realizando ao longo deste trabalho integraram matéria para a reflexão prospectiva do território: as três áreas temáticas (correspondem aos três capítulos deste trabalho) foram organizadas em domínios que representaram vectores de análise estratégica; nas conclusões de cada capítulo aparecem novas reflexões resultantes das intersecções das diferentes problemáticas.

As conclusões de cada capítulo ganham autonomia e constituem uma parte integrante da conclusão global, a que agora chegámos. Por isso, neste ponto final vamos procurar abordar a interacção global, reflectindo sobre o desafio da *governabilidade* e os desafios que emergem do cruzamento da sustentabilidade, globalização e coesão (esquema final):

- a *competitividade territorial* surge no cruzamento do sistema urbano e do ordenamento do território com a competitividade, o conhecimento e a inovação, ou seja na interacção entre a sustentabilidade e a globalização;

- a *coesão territorial* evidencia-se no cruzamento da qualidade de vida e do bem-estar com o sistema urbano e o ordenamento territorial, ou seja na interacção entre a sustentabilidade e a coesão;

- a *equidade* destaca-se quando cruzamos a qualidade de vida e o bem-estar com a competitividade, o conhecimento e a inovação, ou seja na interacção entre a coesão e a globalização.

Embora este trabalho possa não representar uma reflexão em torno das políticas, não se deixaram de seleccionar os indicadores considerados mais pertinentes para uma reflexão prospectiva. Os *desafios* desencadeiam construções reflexivas a partir das quais se podem pensar e identificar as políticas territoriais.

O desafio da governabilidade

O termo governança é hoje largamente utilizado para descrever os tipos multifacetados de coordenação territorial, social e económica. Concretamente, muitos dos actuais processos de governança envolvem não só os serviços da administração central, mas também organizações não governamentais, associações civis, partenariados público-privado, etc. O termo tanto pode ser aplicado à coordenação dos complexos ambientes sociais e económicos da cidade-região global como ser utilizado em relação à acção colectiva num bairro urbano. Neste contexto, a governança pode alcançar vantagens comparativas em detrimento das políticas concebidas de *cima para baixo* que procuravam alcançar a equidade regional.

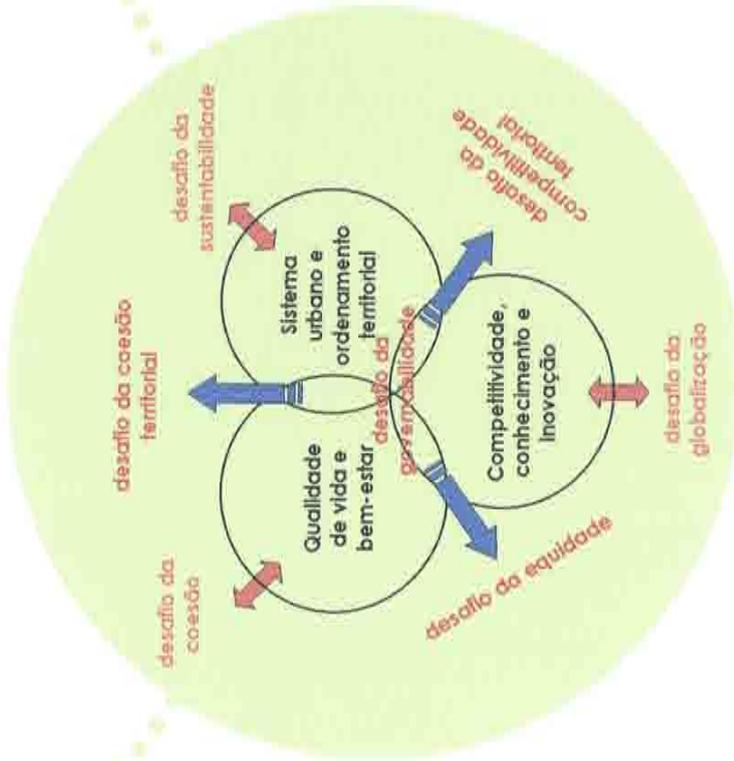
O território é um espaço de governança

Domínios analíticos:

- Educação e Aprendizagem
- Trabalho e Qualidade do Emprego
- Qualidade e Acesso à Habitação
- Recursos Naturais e Urbanização
- Nível de Vida e Consumo
- Cultura e Lazer
- Acesso à Saúde
- Convivência Social

Domínios analíticos:

- Estrutura Sócio-demográfica
- Atividades e Emprego
- Centralidades e Redes
- Acessibilidade e Mobilidade
- Edificação e Habitação
- Substrato Agro-florestal



Domínios analíticos:

- Capital Humano e Conhecimento Codificado
- Investigação e Conhecimento
- Amplitudes e Espaços de Vida
- Infra-estruturas Físicas e Redes
- Densidade Institucional
- Clusters Territoriais
- Meios Urbanos
- Estrutura de Atividades
- Qualidade do Emprego
- Estrutura e Dinâmica Empresarial
- Investimentos Produtivos
- Desempenho Econômico

O termo governança é também susceptível de ter várias conotações em relação ao papel do sector público. Na definição que aqui nos interessa, a governança envolve um conjunto complexo de reacções institucionais aos desafios e problemas derivados dos ajustamentos sociais e económicos nos sistemas local-global emergente. Do ponto de vista institucional, o conceito engloba uma multiplicidade de escalas e geometrias variáveis e é parte de um problema de coordenação global. Assim, a questão crítica está na coordenação entre diferentes escalas geográficas (entre as políticas para as várias escalas) e entre políticas sectoriais e territoriais.

O poder local multiplicou-se numa diversidade de actores públicos e privados com interesses e objectivos diferenciados. Este pluralismo é um poderoso factor de pulverização das escolhas públicas e privadas e reclama capacidade de coordenação.

Os dispositivos de cooperação intermunicipal devem evoluir para modalidades de associação ou federação leves e eficazes, capazes de dar respostas adaptadas às diferentes questões da gestão pública. Por outro lado, os espaços geográficos óptimos (áreas metropolitanas, por exemplo) devem dar lugar a opções de "estrutura institucional" variável, inspiradas em objectivos pragmáticos em detrimento de arquitecturas administrativas únicas e fixas.

É fundamental pensar na construção social de espaços de governabilidade assentes em bases institucionais variáveis, apoiados na confiança mútua, nos entendimentos tácitos e nos efeitos de aprendizagem colectiva. Trata-se de fomentar uma cooperação subordinada a uma estratégia de governança espacial.

O papel do sistema urbano

Neste contexto, vamos centrar a nossa reflexão em torno do papel do sistema urbano no ordenamento e desenvolvimento do território, partindo de um pressuposto em que claramente acreditamos: é nas aglomerações urbanas, sobretudo nas grandes, que estão localizados os recursos e a base institucional fundamentais para qualquer estratégia de desenvolvimento territorial. Não se trata de excluir algumas áreas mas, sobretudo, de criar complementaridades e uma estrutura de "amarração" do espaço geográfico.

A nova urbanidade manifesta-se como um novo modo de organização social e espacial. Em Portugal reina, como vimos, uma grande diversidade de espaços geográficos. Nas últimas décadas assistimos à passagem de uma sociedade baseada

no inter-conhecimento para outras formas de inter-relação social e de expressão colectiva. O sentimento de pertença a vários locais, a vários territórios, faz com que os residentes nas áreas urbanas ou rurais (ou qualquer outra tipologia que se queira adoptar para facilitar a comunicação) se sintam envolvidos ou implicados no desenvolvimento de múltiplos territórios. As práticas de vida, as formas de agir e pensar, as exigências em matéria de educação, saúde e consumo ou as necessidades em termos de nível de vida aproximaram-se de tal forma, que é artificial, desnecessário e irreal qualquer separação ou segmentação que se possa fazer.

Considerar o sistema urbano como um "factor" de estruturação territorial significa concebê-lo como uma estrutura dotada de capacidades de auto-organização em rede, que permite desencadear dinâmicas e processos de desenvolvimento em todo o espaço nacional. Tal processo, adoptado como sistema de referência da visão reticular do território, pode também ser encarado como estrutura ou nó de um sistema ou rede global: permite articular a estrutura urbana nacional com redes globais e, simultaneamente, com estruturas e espaços de vida locais/regionais.

É preciso compreender como é que os pequenos centros respondem às mutações e aos desafios exógenos sem perderem a própria identidade, ou como é que podem intensificar a construção de uma determinada especificidade local/regional que desencadeie novos processos de desenvolvimento regional. Estes desafios levam-nos a pensar no sistema urbano local como um conjunto de actores colectivos, um nível intermédio de organização social e territorial, onde a identidade emerge da constante construção ou reconstrução das interacções entre os processos globais e as prioridades ou opções locais.

Deste ponto de vista, o sistema territorial, e urbano em particular, não aparece como um simples espaço para a localização de determinadas funções ou actividades, mas como uma matriz com força e vontade próprias, que pode e deve operar a várias escalas. O sistema territorial é um sistema dotado de certas especificidades, de um certo carácter e de uma certa identidade. Estas características têm um papel central e influenciam a dinâmica e o desenvolvimento do sistema territorial local/regional face aos processos de globalização.

Hoje em dia, as lógicas de desenvolvimento contemporâneas assentam em estratégias de complementaridade. O objectivo é ultrapassar as "políticas de repartição para abordar as políticas de associação" (kayser,1996b). Portugal apresenta uma diversidade de paisagens, de actividades, de formas de ocupação do

solo e de culturas que fazem com que a clivagem entre o urbano e o rural não tenha sentido. A riqueza deste país está nesta diversidade.

Os posicionamentos geoestratégicos

Uma *avaliação da importância dos territórios regionais e do papel do sistema urbano* no desenvolvimento e do ordenamento territorial passa pela consideração de diferentes escalas de integração ou de posicionamento geoestratégico. Podemos considerar pelo menos três escalas ou três visões geoestratégicas em termos espaciais.

1. Em primeiro lugar, cabe a cada município gerir o seu território: desenvolver uma estratégia de afirmação das especificidades locais, resolver os seus problemas de desintegração social, contrariar processos de despovoamento do centro histórico, valorizar e articular os territórios de expansão e apostar em projectos locais, etc. Nesta escala de intervenção, deve-se fomentar estruturas de concertação entre instituições públicas e privadas, com geometrias variáveis, em função dos interesses e dos propósitos. Por outro lado, toda a intervenção local passa por uma clara avaliação dos contextos geográficos e temporais.

Entrámos na era dos "projectos" e na necessidade de criar compromissos face a um futuro incerto. No entanto, não devemos desvalorizar os valores do civismo e da cidadania abusando das vias da negociação. Os compromissos não devem substituir os objectivos (ou as políticas) guiados por valores e finalidades que pretendem incarnar um bem comum. Em Portugal, em vez de pluralismo temos assistido, muitas vezes, a procedimentos estratégicos privilegiando clientelismos. A eficácia da gestão está, muitas vezes, à frente dos objectivos. As estratégias, discutidas e participadas, são substituídas por "projectos" avulsos, onde muitas vezes temos dificuldade em conseguir ler as lógicas e os objectivos do conjunto.

2. Em segundo lugar, há um território inter-municipal. Nas últimas décadas, os intensos processos de urbanização e o despovoamento realçam a importância desta escala. São espaços de relacionamentos quotidianos, que envolvem práticas de indivíduos e instituições (pessoas, câmaras municipais, empresas, associações). A importância desta escala geoestratégica dependerá muito da capacidade institucional e de concepção de projecto que cada área vier a concretizar. Os últimos anos foram importantes, em algumas áreas, para a criação desta identidade de projecto territorial inter-municipal.

Por outro lado, nas áreas de fronteira, e considerando a fragilidade em que se encontram alguns dos territórios, há que incentivar a inter-relação transfronteiriça. A

adesão de Portugal e da Espanha à Comunidade Europeia determinou o desaparecimento de barreiras e, naturalmente, a mobilidade de pessoas, bens e capitais intensificou-se. Nesta componente desenvolveram-se os eixos ou espaços de relacionamentos transfronteiriços²⁴⁴.

3. Em terceiro lugar, surge a necessidade de as Regiões assumirem o seu papel no desenvolvimento. O reforço das acessibilidades e a extensão dos processos de urbanização e de descentralização das actividades permitem antever novos desafios. Nesta dimensão, a Região não pode deixar de ter uma função, ou melhor, um projecto integrador que lhe permita explorar espaços de complementaridade fundamentais. Nesta escala geoestratégica é crucial a afirmação de uma "cultura territorial", de uma base institucional e de uma lógica de complementaridade. Segundo Scott (2001b), a vida económica e a existência social estão cada vez mais ligadas ao destino das cidades e das suas regiões, e não ao Estado, o que significa que alguns aspectos da cidadania podem começar a associar-se às cidades-região ou ainda a regiões mais alargadas.

A justificação que determina a apresentação destes três níveis de abordagem geoestratégica reflecte a consciência de que existem *espaços cognitivos associados a práticas quotidianas de pessoas e organizações (autarquias, empresas, associações) e espaços cognitivos associados a estratégias institucionais de nível local ou regional* (Ferrão,2002:1). Estas escalas de abordagem estratégica não são contraditórias, pelo contrário, constituem uma espécie de diferentes *layers* geoestratégicos.

É preciso haver ambições mais integradoras e associativas em termos territoriais e institucionais e têm de se fazer opções que permitam a integração nas redes globais (de bens, serviços ou informação).

Renovação das lógicas de ordenamento territorial

As novas bases em que assentam actualmente o planeamento e o neo-urbanismo apoiam-se em procedimentos mais reflexivos e melhor adaptados a uma sociedade e a um território complexos e a um futuro claramente incerto. Nos anos noventa, o planeamento e ordenamento estratégico assentaram em processos lineares de: diagnósticos; identificação dos recursos e dos problemas; elaboração eventual de cenários; programação; projectos; realização e gestão. Novos procedimentos vieram substituir a antiga linearidade por processos mais iterativos, incrementais e recorrentes

²⁴⁴ Para este objectivo contribui claramente o Programa de Iniciativa Comunitária INTERREG, sobretudo para

(Ascher, 2001). Se o planeamento estratégico assentava na fixação de objectivos e dos meios para os atingir, agora privilegiam-se os objectivos e as metas a alcançar e deixa-se para os actores a responsabilidade da definição das acções a concretizar.

A aprendizagem colectiva, o desenvolvimento do "capital relacional", as interconexões sectoriais e institucionais, o "trabalho em rede" são os desafios para os anos 2000. Não se trata de abandonar o "planeamento estratégico", mas sobretudo de enriquecê-lo e alargá-lo (Camagni, 2001). O planeamento e o urbanismo passam a ser potencialmente mais "criativos", a mobilizar "inteligências múltiplas" e a criar sinergias muito diversificadas. Tem-se assistido a um reforço dos factores imateriais (como o capital humano e o conhecimento), dos factores relacionais (criação de sinergias, cooperações, partenariados, relações de proximidade) e das redes de comunicação mais evoluídas. Este novo planeamento exige mais competências técnicas e profissionais. É preciso: definir os projectos estruturantes e/ou essenciais; dominar as metodologias que operam para a integração das lógicas dos actores; avaliar as propostas e a sua eficiência colectiva; prever os efeitos e os impactos das acções.

Isto significa que as instituições devem preparar-se para a inovação, para desenvolver as suas capacidades e conseguir cooperar. Como refere Camagni (2001), é uma abordagem criativa ascendente. É co-produzida por diferentes actores, exige compromissos, o debate entre as diferentes opções, melhorar soluções propostas, produzir em conjunto um quadro de referências, etc. Neste sentido, estes novos procedimentos são muito mais exigentes em competências técnicas, nos sistemas de observação, nos procedimentos de monitorização estratégica e nas bases de informação.

Ao mesmo tempo, a governança territorial implica o fortalecimento e alargamento da democracia participativa e associativa através da criação de novos processos deliberativos e consultivos. Com isto surge um planeamento reflexivo, que significa que a informação e as análises não precedem a acção ou o projecto mas são simultâneas e permanentes (antes, durante e depois da acção).

Assim, podemos concluir que um Projecto Territorial é um instrumento de conhecimento, de negociação e de acção.

o reforço do relacionamento inter-institucional e para as parcerias nos projectos.

Síntese territorial

Em face do exposto não tem grande sentido definirmos uma síntese territorial com objectivos estratégicos. As sínteses estratégicas pressupõem objectivos concertados, reflexões partilhadas e coesões territoriais apreendidas. Este trabalho é um diagnóstico por partilhar, discutir e acertar. Em face disto, vamos construir uma síntese breve, complementar às sínteses parciais já elaboradas, procurando implementar o esquema proposto de abordagem ao território (esquema final).

A diversidade territorial constitui um recurso estratégico a potenciar e a governar (mapa síntese final²⁴⁵), tendo em consideração os desafios enunciados.

1. Ao longo deste trabalho evidenciámos, designadamente, a importância das Regiões Urbanas de Lisboa e do Porto.

As Regiões Urbanas estão actualmente no centro do debate da competitividade territorial. Tendo em vista os desafios da globalização e da competitividade, é preciso concertar uma estratégia em torno do conhecimento e da inovação do tecido produtivo, da promoção de uma formação baseada na aprendizagem e no reforço das competências estratégicas para o futuro.

Os meios urbanos são: concentrações de capital relacional, de empresas de base tecnológica e de serviços intensivos em conhecimento; locais de acolhimento de eventos e de animação de âmbito internacional; escolhas preferenciais para a localização das principais empresas e grupos nacionais e multinacionais; centros de concentração de empresas e instituições nas áreas da informação e da comunicação; locais preferenciais para a localização das sedes do poder financeiro e de uma fileira empresarial em torno desse sector; concentrações do maior número de empresas ligadas ao sector da cultura e do lazer; locais preferenciais para atractividade de recursos humanos mais qualificados; principais centros de consumo de bens e serviços finais e intermédios; espaços mais atractivos para os investimentos externos; etc. Nesta perspectiva devem afirmar-se como espaços de concertação de estratégias fundamentais para a globalização, a competitividade e a inovação.

Paralelamente, estas Regiões são locais problemáticos pela concentração de riscos. Hoje em dia a incerteza está no centro das nossas vidas, através da insegurança ambiental, económica, social e familiar. Esta incerteza é central para os actores

²⁴⁵ O Mapa Síntese do Ordenamento do Território (do 1º capítulo) está representado no mapa 1 por freguesias. Com a síntese do Sistema Urbano (do 1º Capítulo), a síntese da Competitividade, Conhecimento e Inovação (2º Capítulo) e a síntese da Qualidade de Vida e do Bem-Estar (3º capítulo) realizámos um Síntese Final. Essa síntese está retratada no mapa 2 por concelhos. Para elaborarmos um Mapa - **Síntese Final**

políticos e sociais. Os processos de globalização vêm em geral associados a dinâmicas de diferenciação social. São locais de concentração dos mais ricos e dos mais pobres, dos mais qualificados e dos menos qualificados. Assim, é fundamental responder aos desafios da coesão territorial e da equidade com um projecto social integrador. No entanto, em termos relativos, é nestas áreas que há uma maior concentração de populações com níveis de vida superiores e onde se concentram as melhores infra-estruturas de saúde, cultura, lazer e educação. Do cruzamento dos desafios da globalização e da coesão surge a equidade na distribuição da riqueza e no acesso aos recursos de apoio ao bem-estar e à qualidade de vida das populações residentes.

Os modelos metropolitanos de Lisboa e do Porto são diferentes. A primeira regista *processos de metropolização de carácter concentrado*, enquanto a outra destaca *processos de carácter difuso*. Uma é mais polarizada, enquanto na outra a polaridade está mais diluída. A governança destes territórios tem de se adaptar às estruturas morfo-funcional e à espessura institucional existentes. É necessário articular a macro-estrutura com a micro-escala, o longo prazo com o curto prazo, o estratégico com o pragmático (Ascher, 2001). Transformar estas regiões urbanas em locais de qualidade de vida, de competitividade e de ordenamento territorial é o grande desafio da governabilidade.

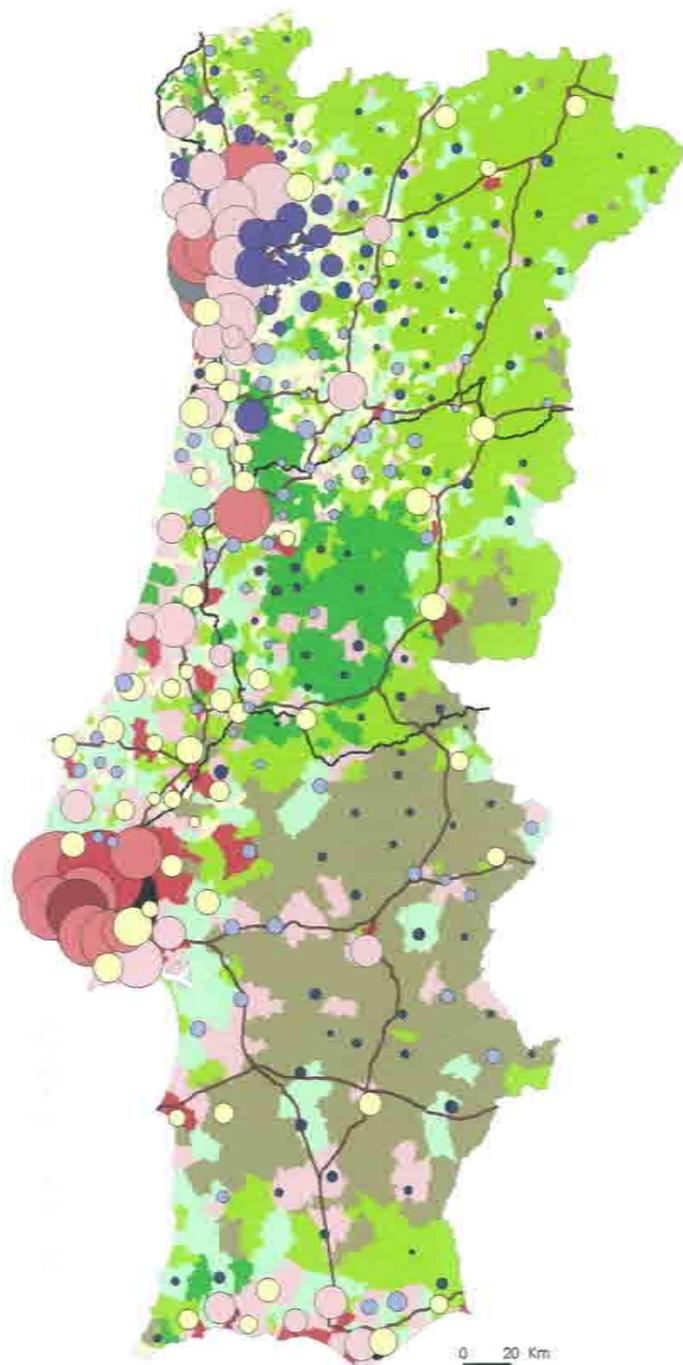
Considerando cada Região Urbana como um espaço de governabilidade a construir, devemos salientar algumas das características internas.

Na Região Urbana de Lisboa, o concelho de Lisboa destaca-se claramente em relação aos espaços periféricos envolventes pela dimensão urbana, pelas infra-estruturas de conhecimento, pela estrutura de actividades que concentra e como meio urbano proporcionador de contextos favoráveis ao relacionamento e ao desenvolvimento de capital relacional. Simultaneamente, concentra os recursos humanos mais qualificados e remunerados e as melhores infra-estruturas de saúde, educação e cultura. No contexto urbano periférico, Oeiras e Loures destacam-se pelo perfil de competitividade que têm vindo a desenvolver.

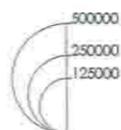
Nesta região, em termos internacionais assume-se a necessidade de desenvolver uma estratégia de autonomia competitiva face a Madrid. Este objectivo passa por uma correcta afinação do novo aeroporto, pelo desenho que vierem a adoptar as redes transeuropeias, pela afirmação da função de "transshipment" do Porto de Sines e pela construção das plataformas logísticas multimodais.

colocámos a base do mapa 1 (por freguesias) e sobreposemos a tipologia do mapa 2 nos círculos proporcionais à população residente.

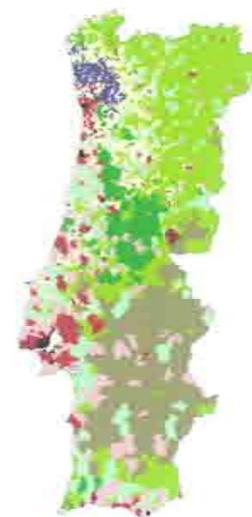
Mapa Síntese



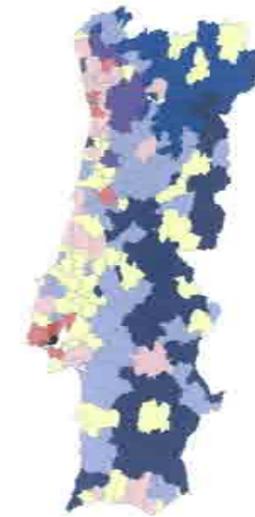
População residente na área urbana, 2001



Mapa 1



Mapa 2



0 50 Km

Legenda Mapa 1

- Culturas mediterrâneas ou prados e pastagens permanentes num contexto regressivo de baixa densidade mas grande dependências das actividades agro-florestais
- Prados e pastagens permanentes e em grandes explorações num contexto de baixa densidade populacional e actividades agrícolas em regressão
- Matas e florestas num contexto de baixa densidade populacional e actividades agrícolas em regressão
- Baixa densidade populacional e construtiva num contexto de ocupação agrícola
- Matas e florestas e policultura num contexto em que as actividades agrícolas regredem e as actividades industriais emergem
- Indústria difusa num contexto em que as actividades e a ocupação agrícola são regressivas
- Periferias metropolitanas associam-se às freguesias das áreas urbanas alentejanas
- Periferia urbana muito dinâmica evidencia uma estrutura social diversificada e uma morfologia de ocupação do solo heterogénea
- Tecido urbano relativamente consolidado onde dominam os residentes
- Altas densidades associam-se a elevada concentração no emprego terciário e a dinâmicas residenciais por vezes regressivas

Legenda Mapa 2

- Áreas urbanas de muito pequena dimensão associam-se a uma insignificante concentração de recursos fundamentais à competitividade territorial e a níveis de qualidade de vida das populações muito baixos
- Áreas urbanas de pequena dimensão associam-se a uma insignificante concentração de recursos fundamentais à competitividade territorial e a níveis de qualidade de vida das populações baixos
- Áreas urbanas de pequena dimensão associam-se a uma insignificante concentração de recursos fundamentais à competitividade territorial e a níveis de qualidade de vida das populações fracos
- Áreas urbano-industriais de dimensão intermédia assentes num modelo de povoamento disperso associam-se a uma muito fraca concentração de recursos fundamentais à competitividade territorial e a níveis de qualidade de vida das populações com problemas na educação e na qualidade do emprego
- Áreas urbanas de dimensão e dinâmicas intermédias associam-se a uma muito fraca concentração de recursos fundamentais à competitividade territorial e a níveis razoáveis de qualidade de vida das populações
- Áreas urbanas de dimensão intermédia com dinâmicas altas associam-se a uma fraca concentração de recursos fundamentais à competitividade territorial e a níveis razoáveis ou bons de qualidade de vida das populações
- Grandes áreas urbanas residenciais e de emprego com dinâmicas altas associam-se a uma razoável concentração de recursos fundamentais à competitividade territorial e a bons níveis de qualidade de vida das populações, mas alguma insegurança
- Alta concentração de factores proporcionadores de competitividade
- Elevada concentração de factores proporcionadores de competitividade
- Centro metropolitano com uma muito elevada concentração de factores proporcionadores de competitividade e altos níveis de qualidade de vida, contrastam com alguma insegurança
- Centro metropolitano, com a maior concentração de factores proporcionadores de competitividade do Continente, e altos níveis de qualidade de vida, contrastam com alguma insegurança

— Rede Viária Principal

— Rede ferroviária internacional

NOTA: O Mapa Síntese resulta do Mapa 1 (por freguesia) mais o Mapa 2 (por concelho). As tipologias concelhias foram associadas às respectivas áreas urbanas.

As perdas de população residente nas áreas urbanas centrais e alguns indicadores de insegurança, desemprego e poluição mostram a necessidade de acautelar as deseconomias urbanas, as fracturas sociais e os processos de disrupção territorial e social. As periferias urbanas cresceram nas últimas décadas e os processos de urbanização nem sempre foram acompanhados por acções de qualificação dos espaços públicos, por uma razoável oferta de infra-estruturas e por uma rede viária e de serviços eficientes.

Estando Leiria e Évora a pouco mais de uma hora de viagem desta aglomeração, é previsível e desejável que o desenvolvimento metropolitano arraste dinâmicas que vão sucessivamente envolver uma região cada vez mais alargada e policêntrica.

A Região Urbana do Porto é mais extensa e policêntrica, mas também mais heterogénea. O concelho do Porto mostra uma menor capacidade polarizadora e a nível nacional apresenta uma estrutura urbana de inferior capacidade competitiva. Além do Porto, nesta mancha só Vila Nova de Gaia, Matosinhos, Maia e Braga se destacam, mostrando características relativamente semelhantes à maioria dos concelhos da aglomeração de Lisboa. Trata-se de uma região que assenta a sua base competitiva em *clusters* territoriais baseados em sectores tradicionais fortemente exportadores. Em termos competitivos duas manchas se evidenciam, uma em torno do Porto (com Vila Nova de Gaia e Matosinhos) e outra com Braga, Guimarães e Vila Nova de Famalicão. As diferenciações sociais e a heterogeneidade em termos de qualidade de vida e bem-estar das populações são evidentes e realçam uma coroa exterior onde se detectam sinais claros de fragilidade económica, social e urbana (Vale do Sousa e concelhos envolventes). A proximidade e os laços com a Galiza podem reforçar esta região urbana, se entretanto se desencadearem processos de concertação institucional.

A Região Urbana de Lisboa mostra-se sólida, concentrada, competitiva e aparentemente com as fragilidades sociais mais "diluídas"²⁴⁶; Lisboa, Oeiras e Loures destacam-se com um perfil mais competitivo. A Região Urbana do Porto mostra uma heterogeneidade estendida, uma polaridade menor, um tecido competitivo difuso e fragilidades sociais claramente evidentes e geograficamente identificáveis.

As Regiões Urbanas devem desencadear processos internos de governabilidade com os objectivos de, designadamente:

²⁴⁶ A esta escala e com a disponibilidade de indicadores possível.

- definir estratégias concertadas de afirmação e atracção de investimentos externos;

- desencadear processos de consolidação das infra-estruturas fundamentais para a globalização destes espaços (as ligações às redes transeuropeias são determinantes – aeroportos, portos, CAV, plataformas multimodais, etc.);

- organizar um projecto social integrador, que favoreça a coesão territorial interna e a equidade;

- desencadear processos de qualificação e estruturação das malhas urbanas e de concertação urbanística;

- promover o policentrismo e a melhoria da mobilidade interna.

2. Entre Lisboa e o Porto a urbanização tem vindo progressivamente a invadir os territórios e a fragmentar a morfologia urbano-rural. Coimbra, Aveiro e Leiria destacam-se numa estrutura claramente polinucleada. Os processos de urbanização não são muito intensos, mas têm vindo sucessivamente a invadir os territórios agro-florestais. Esta área está estruturada em torno de uma rede de cidades médias e pequenos centros e de um conjunto de *clusters* industriais. Aveiro, Viseu, Coimbra, Figueira da Foz, Marinha Grande, Leiria e Ourém aparecem a polarizar esta área (concentram uma maior "massa" urbana e um dinamismo superior, possuem uma razoável concentração de factores cruciais à competitividade e as populações residentes usufruem de uma razoável qualidade de vida); depois destaca-se uma rede de pequenos centros menos dinâmicos. A competitividade e a afirmação deste território passa, designadamente, pelas lógicas e laços de concertação que vierem a ser desenvolvidos com as duas Regiões Urbanas.

3. Uma extensa mancha verde estende-se de norte a sul, nas áreas predominantemente interiores, podendo fazer algumas incursões até ao litoral (na Região Centro e no Alentejo). São territórios pouco povoados e com estruturas urbanas de pequena dimensão. As cidades médias apresentam escassas capacidades competitivas, mas procuram fazer uma adequada exploração dos seus recursos (humanos, físicos, materiais ou imateriais). No seguimento do que foi referido, a concertação inter-municipal deve se promovida em prol de uma maior complementaridade funcional, social e económica que é determinante para a qualidade de vida e o bem-estar das populações residentes. Estas áreas devem concertar entre si decisões para a organização e o reforço das suas especialidades e identidades locais e, simultaneamente, devem integrar-se em espaços mais alargados, de âmbito regional

ou no contexto de algumas estratégias a ser lideradas pelas Regiões Urbanas. As Regiões Urbanas assumem-se como "portas" de entrada para os processos de afirmação global e esta retaguarda regional activa as especialidades, as identidades locais/regionais e as complementaridades desejadas.

Como já afirmámos, estamos convencidos de que as estratégias de desenvolvimento destas áreas vão naturalmente passar pelos territórios e pelas populações de natureza urbana. Os espaços de solidariedade e de pertenças múltiplas têm-se vindo a intensificar e isso vai criar novos desafios ambientais, sociais e económicas a estas áreas.

A Região do Alentejo regista progressivamente maiores laços de articulação com a Região Urbana de Lisboa e a qualificação das redes viárias têm contribuído também para isso. No entanto, os espaços de complementaridade e de projecto comum não têm sido suficientemente alimentados em termos institucionais. Pensamos que as instituições urbanas podem ter aqui um papel fundamental na animação destes processos. Cabe às cidades médias de Évora, Portalegre, Elvas, Beja e Santiago do Cacém-Sines estruturar o sistema urbano regional e organizar os processos de concertação regional e inter-regionais. Neste sistema urbano Évora destaca-se claramente na dimensão e dinâmica urbana, na qualidade de vida da população residente e nos factores de competitividade.

A Região de Trás-os-Montes e Alto Douro também necessita de desenvolver um projecto mais associativo e potenciador com a Região Urbana do Porto. O atraso em que se encontra Trás-os-Montes e Alto Douro, a dependência do sector agrícola e a fraca densidade urbana, só contrariada pelas cidades médias, fazem adivinhar processos mais lentos de desenvolvimento territorial. Vila Real destaca-se claramente no sistema urbano local. O projecto do Douro - Património Mundial pode vir a desencadear processos complementares de internacionalização da região.

A Região Centro apresenta uma estrutura policêntrica e relativamente coesa. Esta estrutura urbana pode concertar, segundo uma geometria variável, com as duas Regiões Urbanas. No entanto, é fundamental reforçar os laços de cooperação interna, de forma a contrariar os processos centrifugadores exercidos pelas duas regiões urbanas. Neste contexto, é crucial ter cidades médias fortes e criar mecanismos que fortaleçam regionalmente um sistema urbano polinucleado.

4. Na Região do Algarve a estrutura urbana é linear e também polinucleada. Os processos de urbanização foram muito intensos nos últimos vinte anos e a qualificação urbanística tem de ser estimulada. A Região deve concertar esforços em torno do

cluster do turismo, lazer e cultura e promover dinâmicas interactivas com a Região do Alentejo e de Lisboa, de forma a alargar o seu perfil turístico. Em termos globais, nos últimos dez anos as dinâmicas urbanas e a melhoria da qualidade de vida foram evidentes.

E agora...

Acabamos este trabalho com a sensação de que passámos a fase preliminar da reflexão territorial. As metodologias seleccionadas responderam eficazmente aos objectivos pretendidos. O trabalho apostou numa base de informação sólida e colocou-a ao serviço da reflexão prospectiva do território. Queríamos "colocar cores" nos números e criar imagens que fossem o resultado das análises estatísticas, mas que integrassem também a nossa intuição geográfica. Pensamos que conseguimos.

Como os trabalhos de investigação não têm fim, estamos neste momento em condições para partir para outras abordagens, com outras metodologias, mas agora mais sólidas e com uma estrutura analítica que não é o resultado de análises intuitivas, mas a consequência de um percurso árduo mas claramente cativante e enriquecedor.

Bibliografia

A bibliografia está organizada de acordo com os capítulos deste trabalho. No entanto, há obras utilizadas em mais que um capítulo (neste caso as referências encontram-se classificadas no capítulo onde foram mais utilizadas) ou que não se enquadram especialmente em nenhum capítulo (foram classificadas num grupo final).

1. Sistema Urbano e Ordenamento do Território

A.A.V.V. (1995) Les Annales de la Recherche Urbaine, nº 67 (Densités et Espacements), 154 pp.

A.A.V.V. (1994) La France au-delà du Siècle, s.l., Éditions de l'Aube.

ABREU, Alexandre Cancela de e CORREIA, Teresa Pinto (2001) "Identificação e Caracterização da Paisagem em Portugal Continental", Seminário Internacional Landscape Heritage, Spatial Planning and Sustainable Development, Lisboa, 26-27 de Novembro, 9 pp.

ALCALÁ, Luís Cortés (1998) "Malestar urbano y cuestión residencial", Alcalá, L. C. e outros, El malestar urbano en la gran ciudad, Madrid, Talasa, pp. 79-90.

ALCALÁ, Luís Cortés (1995) La cuestión residencial. Bases para una sociología del habitar, Madrid, Fundamentos.

ALCALÁ, Luís Cortés (1995) "Bases para una sociología de la vivienda: el concepto sociológico de habitar", ALCALÁ, L. C. (coord.) Pensar la vivienda, Madrid, Talasa, pp. 121-142.

ALMEIDA, João Ferreira (Coord.) (1999) Os Portugueses e o Ambiente (Representações e Práticas dos Portugueses Sobre o Ambiente), II Inquérito Nacional (Documento de Trabalho), Lisboa, Observa.

ALMEIDA, João Ferreira (1997) "A Agricultura nos Processos de Desenvolvimento", Jornada da Interioridade: perspectivas de desenvolvimento interior, Idanha-a-Nova, 13 de Junho.

ALONSO, José Luis e MÉNDEZ, Ricardo (Coord.) (2000) Innovación, Pequeña Empresa y Desarrollo Local en España, Madrid, Civitas.

ALVES, Rui Manuel Amaro (2001) Planeamento e Ordenamento do Território e o Estado Português. Contributos para uma Intervenção Renovada, Lisboa, Dissertação apresentada ao Instituto Superior Técnico da Universidade Técnica de Lisboa para a obtenção do Grau de Doutor em Planeamento Regional e Urbano.

ANSAY, Pierre e SCHOONBRODT, René (1989) Penser la Ville. Choix de Textes Philosophiques, Bruxelles, Aux Archives d'Architecture Moderne.

ARC, Héliène Rivière d' (Dir.) (2001) Nommer les Nouveaux Territoires Urbains, Paris, UNESCO.

ASCHER, François (2001) Les Nouveaux Principes de l'Urbanisme. La Fin des Villes n'Est pas à l'Ordre du Jour, s.l., Éditions de l'Aube.

ASCHER, François (2000) Ces Événements Nous Dépassent, Feignons d'En Être les Organisateurs. Essai sur la Société Contemporaine, s.l., Éditions de l'Aube.

ASCHER, François (1999) "Une Nouvelle Révolution Urbaine?", in LACOUR, Claude e PUISSANT, Sylvette (Coord.) La Métropolisation. Croissance, Diversité, Fractures, Paris, Anthropos, pp. 183-190.

ASCHER, François (1998) La République Contre la Ville. Essai sur l'Avenir de la France Urbaine, s.l., Éditions de l'Aube.

ASCHER, François (1995) Métapolis ou l'Avenir des Villes, Paris, Éditions Odile Jacob.

ASCHER, François (Coord.) (1995) Le Logement en Questions. L'Habitat dans les Années Quatre-Vingt-Dix: Continuité et Ruptures, s.l., Éditions de l'Aube.

ASCHER, François; BRAMS, Lucien et al. (1993) Les Territoires du Futur, s.l., Éditions de l'Aube.

ASCHER, François (1996) "Dalla Pianificazione Urbana al Management Strategico: Il Caso Francese", in CURTI, Fausto e GIBELLI, Maria Cristina (Dir.), Pianificazione Strategica e Gestione dello Sviluppo Urbano, Firenze, Alinea, pp. 255-286.

ASSOCIAZIONE RUR – RETE URBANA DELLE RAPPRESENTANZE (1997) Municipia. Rapporto sulle Città Italiane, Milano, Franco Angeli.

AVILLEZ, Francisco (1997) Reforma da PAC: Evolução e Principais Implicações para a Agricultura e o Mundo Rural Português, Documento de Trabalho nº 5, Lisboa, Departamento de Economia Agrária e Sociologia Rural do Instituto Superior de Agronomia.

BAILLY, Antoine; BAUMONT, Catherine; HURIOT, Jean-Marie e SALLEZ, Alain (1995) Représenter la Ville, Paris, Economica.

BAIROCH, Paul (1985) The Jérico à Mexico. Villes et Économie dans l'Histoire, Paris, Gallimard.

BAPTISTA, A. J. Mendes (1993) "Rede Urbana Nacional: Problemas, Dinâmicas, Perspectivas", Seminário Consolidação da Rede Urbana Nacional, Julho (polic.).

BAPTISTA, Luís V. (1999) Cidade e Habitação Social, Oeiras, Celta Editora.

BEAUCHARD, Jacques (1999) La Bataille du Territoire. Mutation Spatiale et Aménagement du Territoire, Paris, L'Harmattan.

BEAUCHARD, Jacques (Dir.) (1996) La Ville-Pays. Vers une Alternative à la Métropolisation, s.l., Éditions de l'Aube / IAAT.

BEAUCHARD, Jacques (Dir.) (1995) Espaces-Projets Atlantiques. Convertir les Périphéries en Façades, s.l., Éditions de l'Aube / IAAT.

BEAUCHARD, Jacques (Dir.) (1994) Cités Atlantiques. L'invention de la Ville-Pays, s.l., Éditions de l'Aube.

BEAUCIRE, Francis (1996) "Contrainte Écologique et Développement Urbain Durable", GENESTIER, Ph. (Dir.) Vers un Nouvel Urbanisme. Faire la Ville. Comment? Pour Qui?, Paris, La Documentation Française, pp. 127-138.

BECKER, R. A., e outros (1987) "Analysis of data from the Places Rated Almanac", American Statistician, Aug, nº 41, pp. 169-186.

BOHIGAS, Oriol et al. (1994) La Ville. Six Interviews d'Architectes, Paris, Publications du Moniteur.

BÖHME, Gernot (1999) "Die Physiognomie einer Landschaft", Geographische Zeitschrift, 87, 2, pp. 98-104.

BONNEVILLE, Marc (1997) Lyon. Métropole Régionale ou Euro-Cité?, Paris, Anthropos.

BORJA, Jordi; e CASTELLS, Manuel (1997) "La Ciudad Multicultural", La Factoría, nº 2, 9 pp.

- BORJA, Jordi; CASTELLS, Manuel; DORADO, Roberto e QUINTANA, Ignacio (Eds.) (1990) Las Grandes Ciudades en la Década de los Noventa, Madrid, Editorial Sistema.
- BRETAGNOLLE, Anne; MATHIAN, Hélène; PUMAIN, Denise; e ROZENBLAT, Céline (2000) "Long-term Dynamics of European Towns and Cities: Towards a Spatial Model of Urban Growth", Cybergeo, nº 131, 17 pp. [www.cybergeo.presse.fr]
- BRETAGNOLLE, Anne; PUMAIN, Denise; e ROZENBLAT, Céline (1998) "Space-time Contraction and the Dynamics of Urban Systems", Cybergeo, nº 61, 12 pp. [www.cybergeo.presse.fr]
- BRUCKMEIER, Karl (1997) REPÚBLICA FEDERAL DA ALEMANHA "L'Espace Rural en Allemagne – Agriculture et Protection de la Nature", in JOLLIVET, Marcel Vers un Rural Postindustriel. Rural et Environnement dans Huit Pays Européens, Paris, L'Harmattan, pp. 309-350.
- BRUNET, Roger (2000) "Des villes comme Lleida. Place et perspectives des villes moyennes en Europe", BELLET, C.; LLOP, J. M. (Ed.) Ciudades Intermedias. Urbanización y sostenibilidad, Lleida, Editorial Milenio, pp. 109-124.
- BUISSON, Marie-Andrée (1999) "De la Métropole d'Équilibre à la Métropole en Réseau", in LACOUR, Claude e PUISSANT, Sylvette (Coord.) La Métropolisation. Croissance, Diversité, Fractures, Paris, Anthropos, pp. 115-151.
- BULLER, Henry (1997) GRANDE-BRETAGNE "La «Countryside» Britannique: Un Espace Symbolique", JOLLIVET, in JOLLIVET, Marcel Vers un Rural Postindustriel. Rural et Environnement dans Huit Pays Européens, Paris, L'Harmattan, pp. 127-173.
- CABRAL, João (2002) "Para uma Política de Cidades – Os Imperativos, as Novas Políticas Urbanas, as Questões Críticas", Sociedade e Território, nº 33, pp. 24-35.
- CACHINHO, Herculano (1999) O comércio retalhista português na (pós-)modernidade: sociedade, consumidores e espaço, Lisboa, F.L.U.L., pollicopiado.
- CAMAGNI, Roberto (2001) "The Economic Role and Spatial Contradictions of Global City-Regions: The Functional, Cognitive, and Evolutionary Context", in SCOTT, Allen (Ed.), Global City-Regions: Trends, Theory, Policy, Oxford, Oxford University Press, pp. 96-118.
- CAMAGNI, Roberto e LOMBARDO, Silvana (Dir.) (1999) La Città Metropolitana: Strategie per il Governo e la Pianificazione, Firenze, Alinea.
- CAMAGNI, Roberto (1996) "La Città Come Impresa, l'Impresa Come Piano, il Piano Come Rete: Tre Metafore per Intendere il Significato del Piano in Condizioni di Incertezza", in CURTI, Fausto e GIBELLI, Maria Cristina (Dir.), Pianificazione Strategica e Gestione dello Sviluppo Urbano, Firenze, Alinea, pp. 83-98.
- CAMAGNI, Roberto (Dir.) (1996) Sviluppo del Territorio Europeo, para a Presidenza del Consiglio dei Ministri – Dipartimento per il Coordinamento delle Politiche Comunitarie, Riunione dei Ministri delle Politiche Regionali e dello Sviluppo del Territorio, Venezia, 3-4 Maio 1996, Roma, Dipartimento per l'Informazione e l'Editoria.
- CAMAGNI, Roberto (1993) "Organisation Économique et Réseaux de Villes", in SALLEZ, Allain (Dir.) Les Villes, Lieux d'Europe, s.l., Éditions de l'Aube, pp. 107-128.
- CAMAGNI, Roberto (1992) Economia Urbana. Principi e Modelli Teorici, Roma, La Nuova Italia Scientifica.
- CARDOSO, Abílio (1990) De Ponte a Ponte: o Processo de Urbanização da Área Metropolitana do Porto desde os anos cinquenta, Porto, CCRN, Perspectivas nº 4.
- CAVACO, Carminda (Coord.) (2002) Repensar Portugal na Europa: perspectivas de um país Periférico, Lisboa, Centro de Estudos Geográficos.

CAVACO, Carminda (Coord.) (1999) Desenvolvimento Rural. Desafio e Utopia, Lisboa, Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa.

CAVACO, Carminda (1985) "A agricultura a tempo parcial em Portugal como "factor de estabilidade e paz social" em Portugal", in Finisterra, Vol. XX, nº 39, pp. 47-107, Lisboa.

CAVACO, Carminda (coord.) (1983 e 1984) Estudos de geografia rural de Portugal, Vol. I e II, Lisboa, CEGUL, INIC, pol.

CENCINI, C.; DEMATTEIS, G.; E MENEGATTI, B. (Dir.) (1990) L'Italia Emergente. Indagine Geo-Demografica sullo Sviluppo Periferico, Milão, Franco Angeli.

COMISSÃO EUROPEIA (2000) STUDY PROGRAMME ON EUROPEAN SPATIAL PLANNING, Luxemburgo, Comissão Europeia.

COMISSÃO EUROPEIA (1999) Esquema de Desenvolvimento do Espaço Comunitário, Luxemburgo, Comissão Europeia.

COMISSÃO EUROPEIA (1999) Europa 2000+. Coopération pour l'aménagement du territoire européen, Luxemburgo, CE-Politiques Regionales de la Communauté Européenne.

COMISSÃO EUROPEIA (1998) Desenvolvimento Urbano Sustentável na União Europeia. Um Quadro de Acção, Comunicação da Comissão ao Conselho, ao Parlamento Europeu, ao Comité Económico e Social e ao Comité das Regiões, Bruxelas, Comissão Europeia, COM, 605.

COMISSÃO EUROPEIA (1996) Plano de Acção de Lisboa: da Carta à Acção, Lisboa, 2ª Conferência das Cidades e Vilas Sustentáveis.

COMISSÃO EUROPEIA (1995) Carta da Sustentabilidade das Cidades Europeias – Carta Aalborg, Bruxelas, Campanha das Cidades Europeias Sustentáveis.

COMISSÃO EUROPEIA (1993) Um Programa da Comunidade Europeia de Política e Acção em Matéria de Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, Luxemburgo, Jornal Oficial das Comunidades Europeias, nº C-138.

COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS (1991) Livro Verde Sobre O Ambiente Urbano – Ambiente Urbano Contribuição de Peritos, Bruxelas, C.C.E. – Direcção Geral do Ambiente, Segurança Nuclear e Protecção Civil.

COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS (1990) Livro Verde Sobre O Ambiente Urbano, Bruxelas, C.C.E. – Direcção Geral do Ambiente, Segurança Nuclear e Protecção Civil.

CENTRO STUDI PIANO INTERCOMUNALE MILANESE / ISTITUTO DI GEOGRAFIA UMANA DELL'UNIVERSITÀ DEGLI STUDI DI MILANO (Dir.) (1989) ireR – Progetto Milano. Trasformazioni Territoriali e Organizzazione Urbana, Milão, Franco Angeli.

CHALAS, Yves (1996) "La Politique de la Ville ou l'Urbanisme Confronté à la Crise de la Civilisation du Travail", GENESTIER, Ph. (Dir.) Vers un Nouvel Urbanisme. Faire la Ville. Comment? Pour Qui?, Paris, La Documentation Française, pp. 91-126.

CLEMENTI, Alberto (1996) "Il Programma, le Prime Restituzioni", Urbanistica, nº 106, pp. 6-14.

CLEMENTI, A.; DEMATTEIS, G.; PALERMO, P.C. (1996) Le Forme del Territorio Italiano. I. Ambienti Insediativi e Contesti Locali, Roma, Laterza.

CLEMENTI, A.; DEMATTEIS, G.; PALERMO, P.C. (1996) Le Forme del Territorio Italiano. II. Temi e Immagini del Mutamento, Roma, Laterza.

CLUB DES MAÎTRES D'OUVRAGE D'OPÉRATIONS COMPLEXES (1996) L'Aménageur Urbain Face à la Crise de la Ville, s.l., Éditions de l'Aube.

CONSELHO ECONÓMICO E SOCIAL (1997) Colóquio "A Política das Cidades, Lisboa, Conselho Económico e Social (Lisboa, 24-25 de Fevereiro).

CONSELHO EUROPEU DE URBANISTAS (2002) Guia do Conselho Europeu de Urbanistas. Try It This Way. Desenvolvimento Sustentável ao Nível Local, s.l., CESUR – Centro de Sistemas Urbanos e Regionais do Instituto Superior Técnico / Associação dos Urbanistas Portugueses / DGOTDU - Direcção Geral do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Urbano.

CONZEN, M. P. (Dir.) (1989) L'Evoluzione dei Sistemi Urbani nel Mondo, Milão, Franco Angeli.

COOMBES, Mike e RAYBOULD, Simon (2001) "Public Policy and Population Distribution: Developing Appropriate Indicators of Settlement Patterns", Environment and Planning, Government and Policy, vol. 19, nº 2, pp. 227-248.

CORBOZ, André (2001) Le Territoire comme Palimpseste et Autres Essais, s.l., Les Éditions de l'Imprimeur.

COSTA, Bernardo (2002) "As Agriculturas Portuguesas e a Revisão Intercalar da PAC", Viver entre Cidades, Porto, APRIL (www.april.org.pt)

COSTA, Eduarda Pires (2000) Cidades Médias e Ordenamento do Território. O Caso da Beira Interior, Lisboa, Dissertação apresentada à Faculdade de Letras de Lisboa para a obtenção do Grau de Doutor em Geografia – Planeamento Regional e Local.

CUNHA, Diogo Veiga da (1988) Architecture et Urbanisme en Territoire Disperse. Étude de la Région du Moyen Ave au Portugal, s.l., Dissertação apresentada ao Instituto Supérieur d'Architecture Saint-Luc para a obtenção do grau de licenciado em Arquitectura.

CURIEN, Nicolas (2000) Économie des Réseaux, Paris, Éditions La Découverte.

CURTI, Fausto e DIAPPI, Lidia (Dir.) (1990) Gerarchie e Reti di Città: Tendenze e Politiche, Milão, Franco Angeli.

DATAR (2000) Présidence Française. Contribution au débat sur la mise en oeuvre de l'objectif polycentrique du SDEC. Elaboration d'Une Vision Polycentrique de Long Terme de L'Espace Communautaire. Tentative pour une Définition Spatiale des Zones d'Intégration Mondiale Périphérique. Rapport Final – Tome 2, s.l. Ingérop.

DAVEAU, Suzanne (1991) "Comentários e Atualização", in RIBEIRO, O., LAUTENSACH, H. e DAVEAU, S., Geografia de Portugal, vol. IV (A Vida Económica e Social), Lisboa, Edições João Sá da Costa, pp. 1035-1111.

DAVIS, Mike (2000) City of Quartz. Los Angeles, Capitale du Futur, Paris, La Découverte.

DEAR, Michael (1995) "Prolegomena to a Postmodern Urbanism", in HEALEY, Patsy et al. (Eds.), Managing Cities: The New Urban Context, Chichester, John Wiley & Sons, pp. 27-44.

DEMATTEIS, Giuseppe (1996) "Immagini del Cambiamento", Urbanistica, nº 106, pp. 14-20.

DEMATTEIS, Giuseppe e BONAVERO, Piero (Dir.) (1997) Il Sistema Urbano Italiano nello Spazio Unificato Europeo, Bolonha, Il Mulino.

DEPARTAMENTO DE GEOGRAFÍA HUMANA UNIVERSIDAD COMPLUTENSE DE MADRID (s.d.) "La Red Complementaria Del Sistema Urbano Español", in Sistema Urbano del Sudoeste Europeo, Madrid, Ministerio de Medio Ambiente.

DERYCKE, Pierre-Henri (1999) "Comprendre les Dynamiques Métropolitaines", in LACOUR, Claude e PUISSANT, Sylvette (Coord.) La Métropolisation, Croissance, Diversité, Fractures, Paris, Anthropos, pp. 1-19.

DERYCKE, Pierre-Henri (Org.) (1992) Espace et Dynamiques Territoriales, Paris, Economica.

DERYCKE, Pierre-Henri; HURIOT, Jean-Marie; e PUMAIN, Denise (Dir.) (1996) Penser la Ville. Théories et Modèles, Paris, Anthropos.

DEVY-VARETA, Nicole (1993) A floresta no espaço e no tempo em Portugal. A arborização da Serra da Cabreira 1919 - 1975, Porto, Dissertação apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto para Doutoramento.

DUBOIS-TAINE, Geneviève e CHALAS, Yves (Dir.) (1997) La Ville Émergente, s.l., Éditions de l'Aube.

DUPUY, Gabriel (1995) Les Territoires de L'Automobile, Paris, Anthropos.

DUPUY, Gabriel e BOST François (1995) L'Automobile et son Monde, s.l., Éditions de l'Aube.

EIZNER, Nicole e HERVIEU, Bertrand (1979) Anciens Paysans Nouveaux Ouvriers, Paris, Éditions l'Harmattan.

ELLIN, Nan (1999 Revised Edition), Postmodern Urbanism, Nova Iorque, Princeton Architectural Press.

FABRIÈS-VERFAILLIE, Maryse; JOUVE, Annie e STRAGIOTTI, Pierre (1994) La France des Villes. Le Temps des Métropoles?, Rosny, Bréal.

FAINSTEIN, Susan S. (2001) "Inequality in Global City-Regions", in SCOTT, Allen (Ed.), Global City-Regions: Trends, Theory, Policy, Oxford, Oxford University Press, pp. 285-298.

FAINSTEIN, Susan e CAMPBELL, Scott (Ed.) (1997) Readings in Urban Theory, Oxford, Blackwell Publishers (1ª edição de 1996).

FERNANDES, José Alberto V. Rio (1993) O Comércio na Cidade do Porto (Uma Abordagem Geográfica), Porto, Dissertação apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto para Doutoramento em Geografia Humana.

FERNANDES, José A. Rio, CACHINHO, Herculano e RIBEIRO, Carlos V. (Coord.) (2000) Comércio Tradicional em Contexto Urbano. Dinâmicas de Modernização e Políticas Públicas (Relatório Final 2), Porto, GEDES – Gabinete de Estudos de Desenvolvimento e Ordenamento do Território / Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

FERNANDES, Mário Gonçalves (2002) Urbanismo e Morfologia Urbana no Norte de Portugal (Viana do Castelo, Póvoa de Varzim, Guimarães, Vila Real, Chaves e Bragança) 1852/1926, Porto, Dissertação apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto para Doutoramento em Geografia.

FERRÃO, João (coord.) (2002) As Regiões Metropolitanas Portuguesas no Contexto Ibérico, Lisboa, Direcção Geral do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Urbano.

FERRÃO, João (2002) "Portugal, três geografias em recombinação – espacialidades, mapas cognitivos e identidades territoriais", Lusotopie, 2002/2, pp.151-158.

FERRÃO, João (2000) "Relações entre Mundo Rural e Mundo Urbano: Evolução Histórica, Situação Actual e Pistas para o Futuro", Sociologia, Problemas e Práticas, nº33, pp. 45-54.

FERRÃO, João (1996) "Três Décadas de Consolidação do Portugal Demográfico Moderno", BARRETO, António (Org.), A Situação Social em Portugal, 1960-1995, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais Universidade de Lisboa, pp. 165-190.

FERRÃO, João (1995) "Cidades Médias: superar a tirania da dimensão" in As Cidades Médias e o Ordenamento do Território, pp. 11-17, Coimbra, CCRC, Org. MPAT.

FERRÃO, J.; HENRIQUES, E.; NEVES, A. O. (1994) "Repensar as Cidades de Média Dimensão", Análise Social, vol. XXIX (129), pp. 1123-1147.

FERRÃO, João (coord.) (1991) Terciarização e território: Serviços às Empresas, Modernização Industrial e Desenvolvimento Regional, Lisboa, ICS - Universidade de Lisboa.

FERRÃO, João (1988) "A Indústria em Portugal: Estruturas Produtivas e Sociais em Contextos Regionais Diversificados" in Finisterra, Vol. XXIII, nº 45.

FERRÃO, João (1987) "Indústria e território: breve história de uma união feliz" in Revista Crítica de Ciências Sociais, nº 22, pp. 55-68.

FERREIRA, A. F. e LUCAS, J. (2002) "Área Metropolitana de Lisboa – Dar Vida aos Subúrbios", Sociedade e Território, nº 33, pp. 36-45.

FIGUEIREDO A. e MARQUES T. (coord.) (1999) Revitalização da Baixa Portuense – Habitação, Porto, Sociedade Porto 2001 (Quatenaire Portugal).

FONSECA, M. L. (2002) "Repensar Portugal no sistema das migrações internacionais na Europa: tendências recentes e perspectivas futuras", in CAVACO, C. (coord.) Repensar Portugal na Europa: perspectivas de um país Periférico, Lisboa, Centro de Estudos Geográficos.

FOUCHIER, Vincent (1997) Les Densités Urbaines et le Développement Durable. Le Cas de l'Île-de-France et des Villes Nouvelles, Paris, Éditions du SGVN Secrétariat Général du Groupe Central des Villes Nouvelles.

FRÉMONT, Armand (1980) A Região, Espaço Vivido, Coimbra, Livraria Almedina.

FRIEDMANN, John (2001) "Intercity Networks in a Globalizing Era", in SCOTT, Allen (Ed.), Global City-Regions: Trends, Theory, Policy, Oxford, Oxford University Press, pp. 119-136.

GARREAU, Joel (1991) Edge City, Life on the New Frontier, Nova Iorque, Anchor Books.

GASPAR, Jorge (2000) "Cidades Médias e Cidades Intermédias. Novas Funções territoriais e Novas Formas Urbanas em Portugal", in BELLET, C, LLOP, J. (ed) - Ciudades Intermedias, Urbanización y Sostenibilidad, Lleida, Ed. Milenio, pp. 125-140.

GASPAR, Jorge (1998), "O Novo Urbanismo: Convergências em Diferentes Matrizes Culturais", Cadernos de Geografia, nº 17, pp. 179-185.

GASPAR, Jorge, BRITO HENRIQUES, E., VALE, M. (1998) "Economic restructuring, social recomposition and recent urban changes in Portugal", Geo Journal, 46, pp. 63-76.

GASPAR, Jorge et al (1998) Cidades Médias: Imagem, Quotidiano e Novas Urbanidades, Lisboa, EPRU, Relatório nº 47, Centro de Estudos Geográficos.

GASPAR, Jorge (1997) "Comentário ao Painel "Dimensão e Função dos Centros. As Cidades Pequenas e as Cidades Intermédias", A Política das Cidades, pp. 105-108, Lisboa, Conselho Económico e Social.

GASPAR, Jorge (1996) "O Novo Ordenamento do Território: geografia e valores", Dinamismos Sócio-económicos e (re)organização territorial: processos de urbanização e de reestruturação produtiva, pp. 707-718, Coimbra, IEG.

GASPAR, Jorge (1993) "Geografia e Ordenamento do Território – dos Paradigmas aos Novos Mapas", Colóquio Ciências, nº 13 (Set.), pp. 51-66.

GASPAR, Jorge (1993b) "Reordenamento Urbano em Portugal", in Actas do Seminário Internacional Serviços e Desenvolvimento numa Região em Mudança, pp. 415-421, Coimbra, C.C.R. Centro.

GASPAR, Jorge (1990) "The new map of Portugal", in HEBBERT, M., HANSEN, Jens C. (ed.) Unfamiliar Territory. The reshaping of European geography, pp. 101-117, Avebury, Aldershot.

GASPAR, Jorge (1988) "Réseau Urbain et Régionalisation", Annales de Géographie, nº 97, pp. 541.

GASPAR, Jorge (1984) "Urbanization, growth problems and policies" in WILLIAMS, A. (ed.) Southern Europe Transformed, Londres, Harper and Row.

GASPAR, Jorge (1980) Urban growth trends in Portugal, Lisboa, EPRU, Relatório nº 17, Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa.

GASPAR, Jorge (1975) "Estudo geográfico das aglomerações urbanas em Portugal Continental", Finisterra, Vol. X, nº 19, pp. 107-152.

GASPAR, Jorge (1972) Estudo geográfico das aglomerações urbanas em Portugal Continental, Lisboa, Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa.

GAULT, Michel (1989) Villes Intermédiaires pour l'Europe?, s.l., Syros Alternatives.

GIBELLI, Maria Cristina (1996) "Tre Famiglie di Piani Strategici: Uno Sguardo d'Assieme alle Vicende Internazionali", Urbanistica, nº 106, pp. 92-96.

GIBELLI, Maria Cristina (1996) "Tre Famiglie di Piani Strategici: Verso un Modello «Reticolare» e «Visionario»", in CURTI, Fausto e GIBELLI, Maria Cristina (Dir.), Planificazione Strategica e Gestione dello Sviluppo Urbano, Firenze, Alinea, pp. 15-54.

GIRARD, Luigi Fusco e NIJKAMP, Peter (1997) Le Valutazioni per lo Sviluppo Sostenibile della Città e del Territorio, Milão, Franco Angeli.

GONÇALVES, Jorge Manuel (1995) "Usos e Absurdos do Urbanismo Contemporâneo", Sociedade e Território, nº 21, pp. 49-56

GONZÁLEZ, Luis Moya (Ed.) (1999) La Práctica del Planeamiento Urbanístico, Madrid, Editorial Síntesis.

GRAVAGNUOLO, Benedetto (1998) Historia del Urbanismo en Europa 1750-1960, Madrid, Ediciones Akal.

GRILLET-AUBERT, Anne (1999) "À Quelles Échelles Planifier le Territoire? La Crise du Modèle Hiérarchique de Planification en Italie", Les Annales de la Recherche Urbaine, nº 82, pp. 62-69.

GRITSAI, Olga; TREIVISH, Andrei; VANDERMOTTEN, Christian (1992) "Les Vieilles Régions Industrialisées Européennes dans la Perspective Historique Globale des Rapports «Centre-Périphérie»", Revue Belge de Géographie, 1-4, pp. 7-39.

GRUPO DE TRABALHO PANORAMA (2001) Panorama Agricultura 2000, s.l., Gabinete de Planeamento e Política Agro-Alimentar.

GRUPO DE TRABALHO PANORAMA (2000) Panorama Agricultura 1999, s.l., Gabinete de Planeamento e Política Agro-Alimentar.

GUIGOU, Jean-Louis (1993) France 2015. Recomposition du Territoire National. Contribution au Débat National, s.l., Éditions de l'Aube.

GRAHAM, Stephen e MARVIN, Simon (2001) Splintering Urbanism. Networked Infrastructures, Technological Mobilities and the Urban Condition, Londres, Routledge.

HALL, Peter (2002) Cities of Tomorrow. An Intellectual History of Urban Planning and Design in the Twentieth Century, Oxford, Blackwell Publishers (3ª edição revista).

HALL, Peter (2001) "Global City-Regions in the Twenty-First Century", in SCOTT, Allen (Ed.), Global City-Regions: Trends, Theory, Policy, Oxford, Oxford University Press, pp. 59-77.

HALL, Peter (2000) "Redefining Europe's cities", in BELLET, Carme; LLOP, Josep M. (Ed.) Cidades Intermediárias, Urbanización y sostenibilidad, Lleida, Editorial Milenio, pp. 93-108.

HARVEY, David (1999) The Condition of Postmodernity, Oxford, Blackwell Publishers (1ª edição de 1990).

HASSE, Jürgen (1999) "Das Vergessen der Menschlichen Gefühle in der Anthropogeographie", Geographische Zeitschrift, 87, 2, pp. 63-83.

HASSE, Jürgen (1999) "Zum Verhältnis von Raum und Gefühl in der Anthropogeographie", Geographische Zeitschrift, 87, 2, pp. 61-62.

HEURGON, Edith e SATHOPOULOS, Nikolas (Coord.) (1999) Les Métiers de la Ville. Les Nouveaux Territoires de l'Action Collective, s.l., Éditions de l'Aube.

HERVIEU, Bertrand e VIARD, Jean (2000) L'Archipel Paysan. La Fin de la République Agricole, s.l., Éditions de l'Aube.

HERVIEU, Bertrand e VIARD, Jean (1996) Au Bonheur des Campagnes (et des Provinces), s.l., Éditions de l'Aube.

HOUZÉ, Philippe (1998) La Vie s'Invente en Ville. Quel Commerce pour les Villes?, Paris, Economica.

ICLEI – THE INTERNATIONAL COUNCIL FOR LOCAL ENVIRONMENTAL INITIATIVES (2000) Guia Europeu de Planeamento para a Agenda 21 Local – Como Implementar o Planeamento Ambiental a Longo Prazo com Vista à Sustentabilidade, Lisboa, Direcção Geral do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Urbano / Secretaria de Estado do Ordenamento do Território e da Conservação da Natureza / Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (2000) Dinâmicas e Padrões Territoriais do Continente Português, Porto, Instituto Nacional de Estatística - Direcção Regional do Norte.

INSEE (1998) Contours et Caractères. Les Campagnes et leurs Villes, s.l. INSEE.

JACOBS, Jane (1961) The Death and Life of Great American Cities, Nova York, Random House, Inc..

JACOBS, Jane (1992) Les Villes et la Richesse des Nations. Réflexions sur la Vie Économique, s.l., Boréal.

JOLLIVET, Marcel (1997) "Introduction: Le Rural et l'Environnement: Grille pour des Analyses Comparées", in JOLLIVET, Marcel, Vers un Rural Postindustriel. Rural et Environnement dans Huit Pays Européens, Paris, L'Harmattan, pp. 11-15.

JOLLIVET, Marcel (1997) "Les Métamorphoses d'un Rural Incertain", in JOLLIVET, Marcel, Vers un Rural Postindustriel. Rural et Environnement dans Huit Pays Européens, Paris, L'Harmattan, pp. 351-371.

JOLLIVET, Marcel, FRANCE "Des Campagnes Paysannes au Rural "Vert": Naissance d'une Ruralité Postindustrielle", in JOLLIVET, Marcel, Vers un Rural Postindustriel. Rural et Environnement dans Huit Pays Européens, Paris, L'Harmattan pp. 77-125.

JOSEPH, Isaac (1998) La Villes sans Qualités, s.l., Éditions de l'Aube.

KAYSER, Bernard (Dir.) (1996a) Ils Ont Choisi la Campagne, s.l., Éditions de l'Aube.

KAYSER, Bernard (Dir.) (1996b) Naissance de Nouvelles Campagnes, s.l., Éditions de l'Aube.

KEATING, Michael (2001) "Governing Cities and Regions: Territorial Restructuring in a Global Age", in SCOTT, Allen (Ed.), Global City-Regions: Trends, Theory, Policy, Oxford, Oxford University Press, pp. 371-390.

KUNSTLER, James Howard (2001) The City in Mind. Meditations on the Urban Condition, Nova Iorque, The Free Press.

LA CALLE DOMINGUEZ, Juan José e VELASCO ARRANZ, Ana (1997) ESPAGNE "La Ruralité: un Concept Mort-Né?", in JOLLIVET, Marcel, Vers un Rural Postindustriel. Rural et Environnement dans Huit Pays Européens, Paris, L'Harmattan, pp. 45-75.

LABORDE, Pierre (Dir.) (1996) L'Ibérie Atlantique. Permanences et Mutations, s.l., Éditions de l'Aube.

LACAZE, Jean Paul (1996) "La Pianificazione Strategica in Francia: Grandeur, Decadence, Renouveau", in CURTI, Fausto e GIBELLI, Maria Cristina (Dir.), Pianificazione Strategica e Gestione dello Sviluppo Urbano, Florence, Alinea, pp. 99-110.

LACOUR, Claude (1999) "Méthodologie de Recherche et Théorisation des Villes", in LACOUR, Claude e PUISSANT, Sylvette (Coord.) La Métropolisation. Croissance, Diversité, Fractures, Paris, Anthropos, pp. 63-113.

LACOUR, Claude (1998) "Formes Urbaines et Dynamique Métropolitaine des Emplois", in LACOUR, C.; PUISSANT, S. e GASCHET, F., Formes Urbaines et Dynamique Métropolitaine des Emplois, Pueblo, 34^e Colloque Annuel de l'ASRDLF.

LANDA, José Allende (1995) "Desarrollo Sostenible. De lo Global a lo Local", Ciudad y Territorio, III, n° 104, pp. 267-281.

LAUTENSACH, Hermann (1991) "A Utilização do Solo", in RIBEIRO, O., LAUTENSACH, H. e DAVEAU, S., Geografia de Portugal, vol. IV (A Vida Económica e Social), Lisboa, Edições João Sá da Costa, pp. 947-988.

LE BRAS, Hervé (1993) La Planète au Village. Migrations et Peuplement en France, s.l., Éditions de l'Aube.

LECLERC, Romuald; PARIS, Yves e WACHTER, Serge (1996) Les Régions au Futur, s.l., Éditions de l'Aube.

LEDO, Andrés Precedo (s.d., depósito legal de 1996) Ciudad y Desarrollo Urbano, Madrid, Editorial Síntesis.

LIMA, Aida Valadas (Coord.) (2000), Agricultura e Ambiente. A Aplicação das Medidas Agro-Ambientais. Inquérito Exploratório na Região do Oeste, Lisboa, Observa.

LYNCH, Kevin (s.d.), Ed. Original de 1960, A Imagem da Cidade, Lisboa, Edições 70.

- LOGIÉ, Gérard (2000) L'Intercommunalité au Service du Projet de Territoire, Paris, Syros.
- LOINGER, Guy e NÉMERY, Jean-Claude (Dir.) (1998) Recomposition et Développement des Territoires. Enjeux Économiques, Processus, Acteurs, Paris, L'Harmattan.
- MAGNAGHI, Alberto (Dir.) (1991) Il Territorio dell'Abitare. Lo Sviluppo Locale Come Alternativa Strategica, Milão, Franco Angeli.
- MALHEIROS, J. M. (2001) Arquipélagos Migratórios: Transnacionalismo e Imigração. Dissertação de doutoramento em Geografia Humana, Universidade de Lisboa (polic.).
- MANSINHO, Maria Inês e SCHMIDT, Luísa (1997) PORTUGAL "Réinventer le Rural par l'Environnement", in JOLLIVET, Marcel, Vers un Rural Postindustriel. Rural et Environnement dans Huit Pays Européens, Paris, L'Harmattan, pp. 261-308.
- MARQUES, Helder e MENDES, Américo M. S. C. (2002) "Sector Agro-Florestal: um desafio para o Desenvolvimento Rural" in Sistema Urbano Nacional - Rede Complementar, Lisboa, Direcção Geral do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Urbano (DGOTDU), estudo inserido no projecto "Sistema Urbano del Sudoeste Europeo", Ministério de Medio Ambiente, (GEDES).
- MARQUES, Helder (2000) Modernidade e Inovação na ruralidade do Noroeste de Portugal, Porto, Dissertação de Doutoramento em Geografia Humana apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto (polic.).
- MARQUES, Helder e MARTINS, Luís Paulo (1998) "Memória, Herança, Património e Paisagem", Cadernos de Geografia, nº 17, pp. 123-129.
- MARQUES, Teresa Sá (2002) "Sistemas de informação ao serviço do desenvolvimento e do ordenamento do território: o exemplo das Cidades Médias e do Desenvolvimento Rural", comunicação apresentada no Seminário sobre Estatísticas Regionais, Informação Estatística e Coesão Territorial, Porto (7-8 de Novembro).
- MARQUES, Teresa Sá (coord.) (2002) Sistema Urbano Nacional - Rede Complementar, Lisboa, Direcção Geral do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Urbano (DGOTDU), estudo inserido no projecto "Sistema Urbano del Sudoeste Europeo", Ministério de Medio Ambiente, (GEDES).
- MARQUES, Teresa Sá (coord.) (1997) Estudo do Sistema Urbano Nacional – Cidades Médias, (Quatenaire Portugal), Lisboa, Direcção Geral do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Urbano, (Quatenaire Portugal).
- MARQUES, Teresa Sá e AZEVEDO, Rui (1995) Rede Urbana Nacional – as Regiões em perda, Lisboa, Direcção Geral do Ordenamento do Território, (Quatenaire Portugal).
- MARTINI, Alfredo (Dir.) (1993) Nuove Regole per la Crescita Urbana, s.l., Associazione Nazionale Costruttori Edili.
- MATTEI, Marie-Flore e PUMAIN, Denise (Coord.) (2000) Données Urbaines 3, Paris, Anthropos.
- MAY, Nicole; VELTZ, Pierre; LANDRIEU, Josée e SPECTOR, Thérèse (Dir.) (1998) La Ville Éclatée, s.l., Éditions de l'Aube.
- MENDES, Américo M. S. C. (1999) "Evolução do Sector Agro-florestal do Norte de Portugal nas décadas de 60 a 90", SANTOS, Luís Delfim e BESSA, Daniel (Org.), Região Norte de Portugal. Atualizar e Aprofundar o Conhecimento, Porto, Afrontamento, pp. 149-164.
- MENDES, Américo (1994) Alguns aspectos da evolução do meio rural em Portugal e na Região Norte na década de 80 e factores condicionantes da sua evolução futura, Seminário

"Economias regionais do Norte de Portugal e Galiza: convergência ou divergência de modelos de evolução", Porto, pol..

MINC, Alain (Dir.) (1994) La France de l'An 2000. Commissariat Général du Plan, Rapport au Premier Ministre de la Commission Présidée par Alain Minc, s.l., Éditions Odile Jacob.

MITCHELL, William J. (2000) E-Topia. "Urban Life, Jim – But Not as We Know It, Cambridge, The MIT Press.

MONGIN, Olivier (1995) Vers la Troisième Ville?, s.l., Hachette.

MONTFORT, Jean-Michel e VARINE, Hugues de (1995) Ville, Culture et Développement. L'Art de la Manière, Paris, Syros.

MORANDI, Corinna (Dir.) (1994) I Vantaggi Competitivi delle Città: Un Confronto in Ambito Europeo, Milão, Franco Angeli.

MOREIRA, Manuel Belo (1997) Breve Caracterização da Produção Agrícola do Continente, Documento de Trabalho nº 6, Lisboa, Departamento de Economia Agrária e Sociologia Rural do Instituto Superior de Agronomia.

MORICONI-EBRARD, F. (2000) De Babylone à Tokyo. Les Grandes Agglomérations du Monde, Gap, Édition Ophrys.

MORICONI-EBRARD, F. (1994) Geopolis. Pour Comparer les Villes du Monde, Paris, Anthropos.

MORICONI-EBRARD, F. (1993) L'Urbanisation du Monde Depuis 1950, Paris, Anthropos.

MOULAERT, Frank; SWINGEDOUW, Erik e RODRIGUEZ, Arantxa (2001), "Large Scale Urban Development Projects and Local Governance. An Introduction to the Thematic Issue", Geographische Zeitschrift, nº 80, vol. 2 e 3, pp. 69-70.

OATLEY, Nick (2001) "L'Appartion de l'Edge (of) City: Quels Mots pour les «Nouveaux» Espaces Urbains?" ARC, Hélène Rivière d' (Dir.), Nommer les Nouveaux Territoires Urbains, Paris, Éditions UNESCO, pp. 17-38.

OCDE (2001) "Importancia de las Políticas Territoriales", in OCDE, Perspectiva Territorial de la OCDE, s.l., OCDE.

OFFNER, Jean-Marc e PUMAIN, Denise (Dir.) (1996) Réseaux et Territoires. Significations Croisées, s.l., Éditions de l'Aube.

OLIVEIRA, José Manuel Pereira (Dir.) (2000) Território e Dinâmicas Urbanas: Atlas das Cidades do Norte de Portugal (ACINP), Caderno do GEDES, nº 1, Working Papers.

OLIVEIRA, Manuel Alves de (1995) O espaço urbano do Porto, condições naturais e desenvolvimento, Coimbra, Instituto de Alta Cultura.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE – GABINETE REGIONAL PARA A EUROPA (1995) Perfis de Saúde das Cidades: Como Conhecer e Avaliar a Saúde da sua Cidade, Copenhaga, Organização Mundial de Saúde – Gabinete Regional para a Europa.

PALERMO, Pier Carlo (1996) "Problemi, Orientamenti e Sperimentazioni di una Ricerca Territoriale «Complessa»", Urbanistica, nº 106, pp. 21-28.

PAQUOT, Thierry (Dir.) (1996) Le Monde des Villes. Panorama Urbain de la Planète, s.l., Éditions Complexe.

PAQUOT, Thierry (1990) Homo Urbanus. Essai sur l'Urbanisation du Monde et des Mœurs, Paris, Éditions du Félin.

PANAYOTOU, Theodore (2001) "Environmental Sustainability and Services in Developing Global City-Regions", in SCOTT, Allen (Ed.), Global City-Regions: Trends, Theory, Policy, Oxford, Oxford University Press, pp. 419-449.

PARTIDÁRIO, Maria Rosário (2002) "Contributo para uma Política de Sustentabilidade Urbana – A Problemática do Ambiente Urbano", Sociedade e Território, nº 33, pp. 87-94.

PERRIN, Évelyne e ROUSIER, Nicole (Coord.) (2000) Ville et Emploi. Le Territoire au Coeur des Nouvelles Formes du Travail, s.l., Éditions de l'Aube.

PETSIMERIS, Petros (Dir.) (1994) Le Reti Urbane Fra Decentramento e Centralità. Nuovi Aspetti di Geografia delle Città, Milão, Franco Angeli.

PINHO, Paulo e MONTEIRO, Ana (1999) "Qualidade do Ambiente e Ordenamento do Território da Região Norte", in SANTOS, Luís Delfim e BESSA, Daniel (Org.), Região Norte de Portugal. Atualizar e Aprofundar o Conhecimento, Porto, Afrontamento, pp. 13-27.

PORTAS, Carlos M. (?) Sobre a Estrutura Agrária das Regiões Mediterrânicas.

PORTAS, Nuno e FERREIRA, António Fonseca (2002) "Depoimento de Nuno Portas (Secretário de Estado da Habitação no 1º e 2º Governo Constitucionais) – Entrevista de António Fonseca Ferreira", Sociedade e Território, nº 33, pp. 8-22.

PORTAS, Nuno (coord.) (2002) Políticas Urbanas. Documento de Apoio ao Colóquio sobre Políticas Urbanas, organizado pela Fundação Calouste Gulbenkian, Junho de 2002, Centro de Estudos da Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto.

PORTAS, Nuno (2000) "L'Invité" (por Thierry Paquot), Urbanisme, nº 312, pp. 18-25.

PORTAS, Nuno (1993) Tendências do Urbanismo na Europa, Campinas, Óculum 3 (www.puccamp.br/~fau/palestras/portas/textoportas.htm).

PORTAS, Nuno (1990) "Viver na Cidade" in Colóquio Viver (na) Cidade - Comunicações, Lisboa, LNEC/ISCTE.

PORTAS, Nuno (1986) "The SAAL Program" in Cadernos do Noroeste – Actas do Colóquio – Habitar: Modos e Modelos de Arquitectura e Habitação Social, Vol. 9º, nº 1, pp. 35-54, Braga, Instituto de Ciências Sociais.

PORTAS, Nuno (1969) Funções e exigências de áreas da habitação, Lisboa, MOP, LNEC.

PORTER, Michael (2001) "Regions and the New Economics of Competition", in SCOTT, Allen (Ed.), Global City-Regions: Trends, Theory, Policy, Oxford, Oxford University Press, pp. 139-157.

PORTIER, Nicolas (2001) Les Pays, Paris, La Documentation Française.

PRECEDO LEDO, Andrés (1996) Ciudad y Desarrollo Urbano, Madrid, Editorial Síntesis.

PUISSANT, Sylvette (1999) "Un Moment de la Croissance Urbaine: Réponses des Experts", in LACOUR, Claude e PUISSANT, Sylvette (Coord.) La Métropolisation. Croissance, Diversité, Fractures, Paris, Anthropos, pp. 21-61.

PUJADAS, Romà e FONT, Jaume (1998) Ordenación y Planificación Territorial, Madrid, Editorial Síntesis.

PUMAIN, Denise e MATTEI, Marie-Flore (Coord.) (2000) Données Urbaines 2, Paris, Anthropos.

PUMAIN, Denise e MATTEI, Marie-Flore (Coord.) (1998) Données Urbaines 2, Paris, Anthropos.

- PUMAIN, Denise e MATTEI, Marie-Flore (Coord.) (1996) Données Urbaines I, Paris, Anthropos.
- PUMAIN, Denise e SAINT-JULIEN, Thérèse (Ed.) (1996) Urban Networks In Europe, Paris, John Libbey.
- PUMAIN, Denise e ROBIC, Marie-Claire, (1996) Théoriser la ville, in DERYCKE, Pierre-Henri; HURIOT, Jean-Marie; e PUMAIN, Denise (Dir.) Penser la Ville. Théories et Modèles, Paris, Anthropos, pp.107-162.
- RÉMY, Jean (1995) "As Modas, as Posições Intermediárias e as Espacializações do Social", Sociedade e Território, nº 21, pp. 132-144.
- RÉMY, Jean e VOYÉ, Lilliane (1992) "O Rural em Vias de Urbanização", in RÉMY, Jean e VOYÉ, Lilliane, A Cidade: Rumo a uma Nova Definição, Porto, Afrontamento, pp. 145-164.
- REYMOND, Henri (1998) "Approches Nouvelles de la Coalescence", in REYMOND, Henri; CAUVIN, Colette e KLEINSCHMAGER, Richard (Coord.) L'Espace Géographique des Villes. Pour une Synergie Multistrates, Paris, Anthropos, pp. 21-48.
- RIBEIRO, Orlando (1991) "A Vida Rural", in RIBEIRO, O., LAUTENSACH, H. e DAVEAU, S., Geografia de Portugal, vol. IV (A Vida Económica e Social), Lisboa, Edições João Sá da Costa, pp. 989-1033.
- RITMA – Groupe de Recherche RITMA (Maison des Sciences de l'Homme de Strasbourg) (2001) Regards Croisés sur les Territoires de Marge(s), Estrasburgo, Presses Universitaires de Strasbourg.
- RODRIGUES, Julio; CASTELLS, Manuel; NARBONA, Cristina e CURBELO, José Luís (Dir.) (1991) Las Grandes Ciudades: Debates y Propuestas, Madrid, Economistas Libros.
- ROGER, Alain (Dir.) (1995) La Théorie du Paysage en France (1974-1994), Seyssel, Champ Vallon.
- SALGUEIRO, Teresa Barata (2001) Lisboa, Periferia e Centralidades, Oeiras, Celta.
- SALGUEIRO, Teresa Barata (1999) "Das Mudanças Territoriais à da Gestão. Algumas Notas", Finisterra, vol. XXXIV, nº 67-68, pp. 153-160.
- SALGUEIRO, Teresa Barata (2000) "Fragmentação e exclusão nas metrópoles.", Sociedade e Território, nº 30, (Março), pp. 16-26.
- SALGUEIRO, Teresa Barata (1998) "Cidade Pós-Moderna. Espaço Fragmentado.", Inforgeo, nº 12/14 (Dezembro), pp.225-236.
- SALGUEIRO, Teresa Barata (coord.) (1998) Globalização e Reestruturação Urbana, Lisboa, C.E.G., Área de Investigação em Geografia Regional, D7.
- SALGUEIRO, Teresa Barata (1992) A Cidade em Portugal. Uma Geografia Urbana, Porto, Afrontamento.
- SALGUEIRO, Teresa Barata (1989) "Novas formas de Comércio", Finisterra, Vol. XXIV, nº 48, pp. 151-217.
- SALGUEIRO, Teresa Barata (1989) "Lisbonne: un centre en transformation?", in Sociedade e Território, nº especial, pp. 103-106.
- SALLARD, Odile (1998) "Making Rural Assets a Comparative Advantage. For a New Rural-Urban Partnership", Trans-national Seminar Salamanca, Outubro.
- SALLEZ, Allain (Dir.) (1993) Les Villes, Lieux d'Europe, s.l., Éditions de l'Aube.
- SALZANO, Edoardo (1997) "History, Territory, the City", in FABIETTI, Walter (Dir), La Sfida delle Città Europee / Urban Challenge in Europe, no âmbito do 1º Encontro de Urbanismo europeu,

realizado em Roma de 8 a 13 de Setembro de 1997, Roma, INU – Istituto Nazionale di Urbanistica / Ministero dei Lavori Pubblici, vol. 2, pp. 404-407.

SANTOS, José Manuel Lima (2002) "PAC e Desenvolvimento Rural: Como Atender à Diversidade dos Espaços Rurais?", comunicação apresentada no Seminário Estatísticas Regionais, Informação Estatística e Coesão Territorial, Porto (7-8 de Novembro).

SANTOS, José Manuel Lima (2002) "Tipologia de territórios rurais", comunicação apresentada no Seminário IX Jornadas de Classificação e Análise de Dados (JOCLAD), Lisboa (20-23 de Fevereiro).

SCHEID, Andreas Hildenbrand (1996) Política de Ordenación del Territorio en Europa, Sevilla, Universidad de Sevilla / Consejería de Obras Públicas y Transportes.

SCHEID, Andreas Hildenbrand (1995) "Política de Ordenación del Territorio en Alemania. Las Experiencias de los Länder y su Interés para las Comunidades Autónomas", Ciudad y Territorio, III, nº 104, pp. 297-313.

SERRA, Nuno (2002) Estado, Território e Estratégias de Habitação, Coimbra, Quarteto.

SIEBEL, Walter (1999) "Ist Urbanität eine Utopie?", Geographische Zeitschrift, 87, 2, pp. 116-124.

SILVA, Rosa F. (1998) "L'agriculture et l'élevage dans la région du Minho: Notes et remarques", in Recherches rurales, nº 2, Campagnes françaises et ibériques de l'atlantique, Geaso, Cervin, pp. 91-116.

SOJA, Edward W. (2000) Postmetropolis. Critical Studies of Cities and Regions, Oxford, Blackwell Publishers (1ª edição).

SOJA, Edward e SCOTT, Allen (1996) "Introduction to Los Angeles: City and Region", in SCOTT, Allen e SOJA, Edward (Eds.), The City, Los Angeles and Urban Theory at the End of the Twentieth Century, Berkeley, University of California Press, pp. 1-21.

SPECTOR, Thérèse e THEYS, Jacques (Dir.) (1999) Villes du XXI^e Siècle. Entre Villes et Métropoles: Rupture ou Continuité?, Synthèse du Colloque de La Rochelle, 19-21 Outubro 1998, s.l., Collections du Certu.

TAVARES, Maria José Ferro (Coord.) (1993) A Cidade. Jornadas Inter e Pluridisciplinares. Actas, Lisboa, Universidade Aberta.

TESSON, Frédéric; ROYOUX, Dominique; THOVISTE, Laurent e PIOLLE, Xavier (1996) Les Réseaux de Villes, Voiron, Éditions de "La Lettre du Cadre Territorial".

URBAN TASK FORCE (1999) Towards an Urban Renaissance, Londres, E & FN Spon (Taylor & Francis Group plc).

URRUTIA, Víctor (1999) Para Comprender Qué Es la Ciudad. Teorías Sociales, s.l., Editorial Verbo Divino.

VALE, Mário (s.d.) Dimensões Urbano-Metropolitanas e Emprego, CEDRU/INXL, Lisboa, IEFP.

VASQUEZ, Isabel Breda (1992) O Processo de Suburbanização no Grande Porto – A evolução da cidade do Porto e a estruturação territorial dos concelhos periféricos, Porto, F.E.U.P., Tese de Doutoramento.

VELTZ, Pierre (1994) Des Territoires Pour Apprendre et Innover, s.l., Éditions de l'Aube.

VERNON, R. (1962) Metropolis 1985, Cambridge, Harvard University Press.

VIARD, Jean (2000) Court Traité sur les Vacances, les Voyages et l'Hospitalité des Lieux, s.l., Éditions de l'Aube.

VIARD, Jean (1994) La Société d'Archipel ou les Territoires du Village Global, s.l., Éditions de l'Aube.

VILAGRAÇA, Joan (1991) "El Estudio de la Morfología Urbana: Una Aproximación", Geocrítica - Cuadernos Críticos de Geografía Humana, nº 92.

ZUKIN, Sharon (1996) The Cultures of Cities, Cambridge, Blackwell Publishers.

WACHTER, Serge (1998) Économie Politique de la Ville. Les Politiques Territoriales en Question, Paris, L'Harmattan.

WEBBER, Melvin M. (1996) L'Urbain sans Lieu ni Bornes, s.l., Éditions de l'Aube.

WERNER, Klaus e THOMAS, Jean-Noël (Dir.) (1994) Territoires à Construire. Observer et Agir pour le Développement Local, Paris, Les Éditions Villes et Territoires.

2. Competitividade, Conhecimento e Inovação

ALONSO, José Luis e MÉNDEZ, Ricardo (Coord.) (2000) Innovación, Pequeña Empresa y Desarrollo Local en España, Madrid, Civitas.

ALVES, Ricardo Pinheiro (2001) Portugal: As Relações Ibéricas no Âmbito da Globalização e Liberalização dos Mercados, s.l., Ordem dos Economistas / GEPE Gabinete de Estudos e Prospectiva Económica.

AMIN, Ash e THRIFT, Nigel (2002) Cities. Reimagining the Urban, Cambridge, Polity.

AMIN, Ash (2000) "Economies of Distance. Network Sites and Density of Institutions", apresentado no Congresso El Territori en la Societat de les Xarxes. Dinàmiques Territorials i Organització Territorial, UIMP, Barcelona, 2-3 Outubro 2000 (policopiado).

AMIN, Ash (1999) "An Institutional Perspective on Regional Economic Development", International Journal of Urban and Regional Research, vol. 23, nº 2, pp. 365-378.

AMIN, Ash; COHENDET, Patrick (1999) "Learning and Adaptation in Decentralised Business Networks", Environment and Planning D: Society and Space, vol. 17, nº1, pp. 87-104.

AMIN, Ash e TOMANEY, John (1995) "The Challenge of Coesion", in AMIN, Ash; TOMANEY, John (Eds.) Behind the Myth of European Union. Prospects for Cohesion, Londres, Routledge, pp. 10-47.

ANTONELLI, Cristiano e FERRÃO, João (Org.) (2001) Comunicação, Conhecimento e Inovação. As Vantagens da Aglomeração Geográfica, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.

ANTONELLI, Cristiano e QUÈRÈ, Michel (2001) "The Governance of Interactive Learning Within Innovation Systems", ESRC CITIES Competitiveness and Cohesion Programme International Workshop on Innovation and Competitive Cities in the Global Economy, Oxford University, 28-30 de Março de 2001, 14 pp.

ASHEIM, Bjørn (2001) "Localised Learning, Innovation and Regional Clusters", in MARIUSSEN, Åge (Ed.), Cluster Policies – Cluster Development? A Contribution to the Analysis of the New Learning Economy, Estocolmo, pp. 39-58.

BAILLY, Antoine S. (1997) "Geneva: Urban Policy in its Infancy", in JENSEN-BUTLER, Chris; SHACHAR, Arie; e WEESEP, Jan Van (Eds.), European Cities in Competition, Aldershot, Avebury, pp. 132-146.

BARQUERO, Antonio Vázquez (1999) Desarrollo, Redes e Innovación. Lecciones sobre Desarrollo Endógeno, Madrid, Pirámide.

BEAVERSTOCK, J. V.; SMITH, R. G.; TAYLOR, P.-J. (1999) "A Roster of World Cities", Cities, 16, nº 6, pp. 445-458.

BECATTINI, G. (1991) "Il distretto industriale marshalliano come concetto socio-economico", in Pycke, F. Becattini, G. E Sengenberger (coord.), Distretti Industriali e cooperazione tra Imprese in Italia, Firenze, Banca Toscana, Studi e Informazioni, pp. 51-65.

BEGG, Iain, (1999), "Cities and Competitiveness", Urban Studies, vol. 36, nº 5-6, pp. 795-809.

BENKO, Georges e DUNFORD, Mick (Ed.) (1991) Industrial Change & Regional Development: The Transformation of New Industrial Spaces, Londres, Belhaven Press.

BENKO, Georges e LIPIETZ, Alain (Dir.) (1992) Les Régions qui Gagnent. Districts et Réseaux: Les Nouveaux Paradigmes de la Géographie Économique, Paris, Presses Universitaires de France.

BERG, Leo Van den (2000) "Growth Clusters in European Cities: A New Policy Perspective. A Comparative Analysis of Cluster Dynamics in the Cities of Amsterdam, Eindhoven, Helsinki, Leipzig, Lyons, Manchester, Munich, Rotterdam and Vienna", Actas do Congresso El Territori en la Societat de les Xarxes. Dinàmiques Territorials i Organització Territorial – UIMP, Barcelona, 2 e 3 de Outubro de 2000, 23 pp.

BEXIGA, Ricardo Monteiro (1998/1999) O Local e o Global – Uma Nova Ordem Internacional, Lisboa, Instituto de Defesa Nacional – Curso de Auditores 1998/1999 (texto policopiado).

BODDY, Martin (1999), "Geographical Economics and Urban Competitiveness: A Critique", Urban Studies, vol. 36, nº 5-6, pp. 811-842.

BOYER, Robert (2000) "Institutional Reforms for Growth, Employment and Social Cohesion: Elements of a European and National Agenda", in Relatórios preparados para a presidência portuguesa da União Europeia, Lisboa, pp. 121-183.

BONNEVILLE, Marc (1994) "Une Revue des Recherches sur les Villes et l'Internationalisation", Revue d'Économie Régionale et Urbaine, nº2, pp. 133-157.

BORRI, Dino (1997) "New Ethics of Planning: Responses to Urban Competition", in FABIETTI, Walter (Dir.) La Sfida delle Città Europee / Urban Challenge in Europe, no âmbito do 1º Encontro de Urbanismo europeu, realizado em Roma de 8 a 13 de Setembro de 1997, Roma, INU – Istituto Nazionale di Urbanistica / Ministero del Lavori Pubblici, vol. 2, pp. 469-471.

BOSCACCI, Flavio e CAMAGNI, Roberto (1999) Verso una Nuova Partnership Urbano-Rurale in Europa, Milano, Dipartimento per i Servizi Tecnici Nazionali, Politecnico de Milano – Dipartimento Economia e Produzione, Comissão Europeia – Programa di Studi sulla Pianificazione dello Spazio Europeo – Rapporto Finale.

BOSSERELLE, Éric (2001) "Le Cycle Kondratiev: Mithe ou Réalité?", Futuribles, nº 267, pp. 63-78.

CAMAGNI, Roberto (2002) "Competitivité Territoriale, Milieux Locaux et Apprentissage Collectif: Une Contre-Réflexion Critique", Revue d'Économie Régionale et Urbaine, nº 4, pp. 553-578.

CAMAGNI, Roberto (1998) "The City as a Milieu: Applying the Gremi Approach to Urban Evolution", apresentado no Workshop sobre Le Paradigme du Milieu Innovateur dans l'Économie Spatiale Contemporaine (organizado pelo GREMI e realizado em Paris, 29-30 Junho 1998).

CAMAGNI, Roberto (Ed.) (1997) "European Cities and Global Competition: The Economic Challenge", apresentado na 2nd Biennial of Towns and Planners in Europe on "The European Urban Challenge to Global Competition" realizada em Roma de 8 a 13 de Setembro de 1997.

CAMAGNI, Roberto (1991) "Local "Milieu", Uncertainty and Innovation Networks: Towards a New Dynamic Theory of Economic Space", in CAMAGNI, Roberto (Ed.) Innovation Networks: Spatial Perspectives, Londres, Belhaven Press, pp. 121-144.

CAMAGNI, R.; GALBIATI, M. e POMPILI, T. (2000) "Urban Structural Dynamics and Innovative Environments: The Communication and the Fashion Production Systems in the Metropolitan Area of Milan", in Crevoisier, O. e Camagni ((coord.) Les milieux urbains: innovation, systèmes de production et ancrage, IRER, EDES, Neuchâtel.

CARNEIRO, Roberto (Dir. e Coord.) (2000) O Futuro da Educação em Portugal. Tendências e Oportunidades. Um Estudo de Reflexão Prospectiva, Lisboa, Ministério da Educação.

CARNEIRO, Roberto (Coord.) (2000) Aprender e Trabalhar no Século XXI. Tendências e Desafios, Lisboa, Ministério do Trabalho e da Solidariedade / Direcção-Geral do Emprego e Formação Profissional.

CARTAXO, Rui (1998) "O Rápido Desenvolvimento do Mercado Como Condição de Sucesso do Projecto do Gás Natural", Economia e Prospectiva, vol. II, nº 2, pp. 51-55.

CASTRO, Alberto and GONZÁLEZ, M. do Pilar (1999) "Mercado de Trabalho da Região Norte: Estabilidade e Evolução", (The Labour Market in the Northern Region: Stability and Evolution) in Santos L. D. and Bessa D (org.), Região Norte de Portugal. Actualizar e Aprofundar o Conhecimento, Porto, Edições Afrontamento, 1999, pp. 51-67.

CECCARELLI, Paolo (1997) "Interpretations of Urban Strategies", FABIETTI, Walter (Dir.), La Sfida delle Città Europee / Urban Challenge in Europe, no âmbito do 1º Encontro de Urbanismo europeu, realizado em Roma de 8 a 13 de Setembro de 1997, Roma, INU – Istituto Nazionale di Urbanistica / Ministero dei Lavori Pubblici, vol. 1, pp. 43-47.

CEGEA - Centro de Estudos de Gestão e Economia Aplicada (2001) As Relações Económicas entre o Norte de Portugal e a Galiza – Relatório Final, Porto, Centro de Estudos de Gestão e Economia Aplicada.

CEPCEP - Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa da Universidade Católica Portuguesa (2000) Aprender e Trabalhar no Século XXI – Tendências e Desafios, Lisboa, Ministério do Trabalho e da Solidariedade – Direcção-Geral do Emprego e Formação Profissional, 363 pp.

CESUR - Centro de Sistemas Urbanos e Regionais (1999) CODE-TEN Project. Strategic Assessment of Corridor Developments, TEN Improvements and Extensions to the CEEC/CIS. Deliverable 5. Assessment of Spatial and Socio-economic Impacts, Lisboa, CESUR, pp. 49-56.

CETE e outros (2000) Estudo sobre a Mobilidade Sectorial, Profissional e Regional: Tendências Recentes e Perspectivas Futuras, Observatório do Emprego e Formação Profissional (OEFPP), Colecção Estudos e Análises nº 28.

CHESHIRE, Paul (1999), "Cities in Competition: Articulating the Gains from Integration", Urban Studies, vol. 36, nº 5-6, pp. 843-864.

CHESHIRE, Paul; e CARBONARO, G. (1996) "Urban Economic Growth in Europe: Testing Theory and Policy Prescriptions", Urban Studies, vol. 33, nº 7, pp. 1111-1128.

CHORINCAS, Joana; MARQUES, Isabel e RIBEIRO, José Félix (2001) "'Clusters' e Políticas de Inovação – Conceitos, Experiências Europeias e Perspectivas de Aplicação a Portugal", Prospectiva e Planeamento, nº 7.

COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS (2002a) Produtividade : A Chave para a Competitividade das Economias e das Empresas Europeias, Comunicação da Comissão ao Conselho e ao Parlamento Europeu, Bruxelas [COM (2002) 262 final].

COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS (2002b) 2002 European Competitiveness Report, Commission Staff Working Paper, Bruxelas [COM (2002) 262 final].

COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS (2001) Painel da Inovação 2001, Documento de Trabalho dos Serviços da Comissão, Bruxelas [SEC (2001) 1414].

COMISSÃO EUROPEIA (2002) "Regional Clusters in Europe", Observatory of European SMEs, nº 3.

COMISSÃO INTERMINISTERIAL PARA A SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO, "Sociedade da Informação em Portugal – Indicadores de Progresso", Observatório das Ciências e das Tecnologias, Lisboa, Ministério da Ciência e Tecnologia, Observatório das Ciências e das Tecnologias.

COMUNIDADES EUROPEIAS (2001) Competitiveness, Innovation and Enterprise Performance. A Selection of Graphs and Tables from the Competitiveness Report, the Innovation Scoreboard and the Enterprise Scoreboard, s.l., Comunidades Europeias.

CONCEIÇÃO, Pedro e ÁVILA, Patrícia (2001) A Inovação em Portugal. II Inquérito Comunitário às Actividades de Inovação, Oeiras, Celta.

CONCEIÇÃO, Pedro e HEITOR, Manuel (2001) Engenharia e Tecnologia para a Inovação em Portugal: Um Estudo sobre Dinâmicas de Mudança Tecnológica, Lisboa, Centro de Estudos em Inovação, Tecnologia e Políticas de Desenvolvimento, Instituto Superior Técnico, Universidade Técnica de Lisboa.

CONFRARIA, João (2001) "Redes Transeuropeias, Liberalização e Regulação", 5ª Conferência Internacional sobre Transportes – As Redes Transeuropeias e a Integração de Portugal na Economia Europeia e Mundial, Lisboa, 21 e 22 de Junho de 2001.

CONSEJERIA DE HACIENDA – INSTITUTO DE ESTADÍSTICA DE LA COMUNIDAD DE MADRID (1998) El Futuro de la Industria en la Comunidad de Madrid, Madrid, Consejería de Hacienda – Instituto de Estadística de la Comunidad de Madrid.

CONTI, Sergio; DEMETRIO, Vincenzo e VANOLO, Alberto (s.d.) Study on the Construction of a Balanced and Polycentric Development Model for the European Periphery. Research and Development and Innovation, pollicopiado.

COOKE, Philip (2001) "Clusters as Key Determinants of Economic Growth: The Example of Biotechnology", in MARIUSSEN, Åge (Ed.), Cluster Policies – Cluster Development? A Contribution to the Analysis of the New Learning Economy, Estocolmo, s.ed., pp. 23-38.

COOKE, Philip e MORGAN, Kevin (1998) The Associational Economy. Firms, Regions, and Innovation, Oxford, Oxford University Press.

COSTA, Carlos (2000) "Desenvolvimento Económico, Educação e Formação Profissional: Que Relação?", in CARNEIRO, Roberto (Dir. e Coord.) O Futuro da Educação em Portugal. Tendências e Oportunidades. Um Estudo de Reflexão Prospectiva, Lisboa, Ministério da Educação.

COSTA, José da Silva e DELGADO, Ana Paula (2000), "Regional science in Europe and in North America: a converging or a diverging path?", Perspectivas de Desenvolvimento para as Regiões Marítimas, Actas do VII Encontro Nacional da APDR, Volume 2, Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Regional, Coimbra, pp.803-816.

CROSS, Marilyn, MARSH, Greg e JONES, Richard (2001) The Path to Collaboration: A Study of Knowledge Management in the Australian Defense Organisation, 17 pp.

CUADRADO-ROURA, Juan R. e RUBALCABA-BERMEJO, Luis (1998) "Specialization and Competition amongst European Cities: A New Approach through Fair and Exhibition Activities", Regional Studies, vol. 32, nº 2, pp. 133-147.

DEMATTEIS, Giuseppe e ROSSIGNOLO, Cristiana (1997) "Urban Networks of Small-Medium Towns", in FABIETTI, Walter (Dir.), La Sfida delle Città Europee / Urban Challenge in Europe, no âmbito do 1º Encontro de Urbanismo europeu, realizado em Roma de 8 a 13 de Setembro de 1997, Roma, INU – Istituto Nazionale di Urbanistica / Ministero dei Lavori Pubblici, vol. 1, pp. 272-273.

DEMAZIÈRE, Christophe (Ed.) (1996) Du Local au Global. Les Initiatives Locales Pour le Développement Économique en Europe et en Amérique, Paris, Harmattan.

DINIZ, Clélio Campolina (2000) Global-Local: Interdependências e Desigualdade ou Notas para uma Política Tecnológica e Industrial Regionalizada no Brasil, Rio de Janeiro, Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

DIRECÇÃO-GERAL DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL (2000) As Infra-Estruturas Produtivas e os Factores de Competitividade das Regiões e Cidades Portuguesas, Lisboa, Direcção-Geral do Desenvolvimento Regional.

DOMINGUES, Álvaro António Gomes (1993) Serviços às Empresas – Concentração Metropolitana e Desconcentração Periférica (o contraponto entre a Área Metropolitana do Porto e as áreas periféricas de industrialização difusa do Noroeste Atlântico de Portugal Continental), Porto, Dissertação apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto para Doutoramento em Geografia Humana.

EDQUIST, Charles (2001), "The Systems of Innovation Approach and Innovation Policy: An Account of the State of the Art", DRUID Conference, Aalborg, 12-15 Junho 2001.

FEIO, Paulo Areoso (1998) "Aspectos da Dinâmica Industrial na Região Oeste. A Inovação nas Estratégias Empresariais e a Construção de Meios Inovadores em Questão", Actas do Seminário Internacional Desenvolvimento Industrial e Território, pp.59-74.

FEIO, Paulo (1998) Território e Competitividade uma Perspectiva Geográfica do Processo de Internacionalização do Sector Cerâmico, Lisboa, Edições Colibri.

FERRÃO, João (2001) "Inovar para Desenvolver. Uma Abordagem a partir do Conceito de Gestão de Trajectórias Territoriais de Inovação", in Lucília Caetano (coord.) Território, Inovação e Trajectórias de Desenvolvimento, Centro de Estudos Geográficos da FLUC, Coimbra, pp. 33-46.

FERRÃO, João e FEIO, Paulo (1999) "Shall we Innovate Together? Managing Learning-by-Communicating Expectations in an Infant Science and Technology Park. The case of Tagus Park (Lisbon, Portugal)" in João Ferrão (coord.) Three contrasting case-studies on clustering, technological communication and innovation: the Alcanena industrial district, Taguspark and the Autoeuropa system, EC TSER INLOCO Project report (Portugal), Lisboa.

FERRÃO, João (1999) "Análise Estatística do Emprego «Verde»: Comparações Internacionais e o Caso de Portugal", in FERRÃO, João (Coord.), Ambiente e Emprego: Situação Actual e Perspectivas, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, pp. 65-126.

FERRÃO, João (1997) "Meios Inovadores em Cidades de Média Dimensão: uma Utopia Razoável?" in Ferrão, J. (coord.) Políticas de Inovação e Desenvolvimento Regional e Local, Instituto de Ciências Sociais, pp. 31-51.

FERRÃO, João (1996) "Educação, Sociedade Cognitiva e Regiões Inteligentes: uma articulação promissora", Inforgeo – Revista da Associação Portuguesa de Geógrafos, nº11, pp.97-104.

FERRÃO, João (1992) Serviços e Inovação. Novos Caminhos para o Desenvolvimento Regional, Oeiras, Celta.

FERRÃO, João (1988) "A Indústria em Portugal: Estruturas Produtivas e Sociais em Contextos Regionais Diversificados", Finisterra, vol. XXIII, nº 45, pp. 29-54.

FERRÃO, João (1985) Indústria e Valorização do Capital. Uma Análise Geográfica, Lisboa, Dissertação de Doutoramento em Geografia Humana apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa.

FIGUEIREDO, António Manuel (2002) "As Políticas e o Planeamento do Desenvolvimento Regional", COSTA, José, Compêndio de Economia Regional, Coimbra, APDR, Capítulo 12.

FIGUEIREDO, António Manuel (2002) Emprego, Integração no Mercado de Trabalho e o paradigma da Sociedade do Conhecimento – uma perspectiva europeia das particularidades portuguesas (policopiado).

FIGUEIREDO, António Manuel (2001) "Uma Visão Espacial da Estratégia e das Prioridades de Desenvolvimento Económico e Social para Portugal", Prospectiva e Planeamento, nº 7, pp. 13-41.

FIGUEIREDO, António Manuel (1993) Perspectivas de Evolução da Indústria da Região Norte. Desafios dos Anos 90. Política Industrial e Tecnológica, Porto, CEDRES – Centro de Economia e Desenvolvimento Regional da Faculdade de Economia do Porto.

FIGUEIREDO, António M. e DOMINGUES, Álvaro (1998) Uma Proposta de Estratégia de Internacionalização para a Região, Porto, Centro de Estudos de Gestão e de Economia Aplicada da Universidade Católica do Porto.

FIGUEIREDO, António M. e outros (1997) Labour Market Studies– Portugal, Document, Luxembourg: Office for Official Publications of the European Communities, 222 pp. (Quatenaire/Portugal and CETE).

FLORIDA, Richard (2002), The Rise of the Creative Class and How It's Transforming Work, Leisure, Community and Everyday Life, Nova Iorque, Basic Books.

FONSECA, Madalena Pires da (2001) A Indústria Têxtil Algodoeira no Norte de Portugal, Porto, Tese apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto para a obtenção do Grau de Doutor em Geografia.

FONSECA, Maria Lucinda; GASPAS, Jorge e VALE, Mário (1996) "Innovation, Territory and Industrial Development in Portugal", Finisterra, V.31, nº62, pp.29-44.

FUJITA, Masahisa; KRUGMAN, Paul e VENABLES, Anthony J. (2000) Economía Espacial. Las Ciudades, las Regiones y el Comercio Internacional, Barcelona, Ariel.

GAMA, Rui (1998) "Sistema de inovação, Indústria e Território: Reflexões tendo por base os Centros Tecnológicos", Cadernos de Geografia, 17, pp.267-272.

GAMBINO, Roberto (1997) "To Complete Circle", in FABIETTI, Walter (Dir.), La Sfida delle Città Europee / Urban Challenge in Europe, no âmbito do 1º Encontro de Urbanismo europeu, realizado em Roma de 8 a 13 de Setembro de 1997, Roma, INU – Istituto Nazionale di Urbanistica / Ministero dei Lavori Pubblici, vol. 2, pp. 334-337.

GAROFOLI (1991) Modelli Locali di Sviluppo. Milano, Franco Angeli.

GASPAS, Jorge (1999) "Economic Restructuring and New Urban Form", Finisterra, vol. XXXIV, nº 67-68, pp. 131-152.

GASPAS, Jorge (1997) "Lisbon: Metropolis Between Centre and Periphery", in JENSEN-BUTLER, Chris; SHACHAR, Arie; e WEESEP, Jan Van (Eds.), European Cities in Competition, Aldershot, Avebury, pp. 147-178.

GASPAS, Jorge; BOURA, Isabel e JACINTO, Rui (1981) "Estrutura Agrária e Inovação na Cova de Beira", Revista Crítica de Ciências Sociais, nº7/8, pp.513-533.

GODINHO, Manuel Mira e BARATA, José Manuel Monteiro (2002) "Determinantes da Produtividade do Trabalho a Nível Empresarial: Proposta de Sistematização", comunicação a apresentar ao 10º Encontro Nacional de Economia Industrial, 11-12 de Janeiro de 2002, 41 pp.

GRAHAM, Stephen. (2000) "Constructing Premium Network Spaces. Reflections on Infrastructure Networks and Contemporary Urban Development", International Journal of Urban and Regional Research, 24, nº 1, 2000, pp. 183-200.

GRAHAM, Stephen. (1999), "Global Grids of Glass: On Global Cities, Telecommunications and Planetary Urban Networks", Urban Studies, vol. 36, nº 5-6, pp. 929-949.

GRASLAND, Loic e JENSEN-BUTLER, Chris (1997) "The Set of Cities", in JENSEN-BUTLER, Chris; SHACHAR, Arie; e WEESEP, Jan Van (Eds.), European Cities in Competition, Aldershot, Avebury, pp. 43-75.

GUIMARÃES, Rui A. (1998) Política Industrial e Tecnológica e Sistemas de Inovação, Oeiras, Celta.

GUTIÉRREZ, Javier; GONZÁLEZ, Rafael e GÓMEZ, Gabriel (1996) "The European High-Speed Train Network", Journal of Transport Geography, vol. 4, nº 4, pp. 227-238.

GUTIÉRREZ, J.; MONZÓN, A. e PIÑERO, J.M. (1998) "Accessibility, Network Efficiency, and Transport Infrastructure Planning", Environment and Planning A, vol. 30, pp. 1337-1350.

GUTIÉRREZ, Javier e URBANO, Paloma (1996) "Accessibility in the European Union: The Impact of the Trans-European Road Network", Journal of Transport Geography, vol. 4, nº 1, pp. 15-25.

HEITOR, Manuel (2001) Investigação em Consórcio e Parcerias para a Inovação: Oportunidades e Estratégias para Portugal, Lisboa, Centro de Estudos em Inovação, Tecnologia e Políticas de Desenvolvimento, Instituto Superior Técnico, Universidade Técnica de Lisboa.

HENRIQUES, André (2001) "As Redes Transeuropeias e o Sistema Logístico Nacional", 5ª Conferência Internacional sobre Transportes – As Redes Transeuropeias e a Integração de Portugal na Economia Europeia e Mundial, Lisboa, 21 e 22 de Junho de 2001.

INDOVINA, Francesco (1997) "Competition and Decline of European Cities", in FABIETTI, Walter (Dir.), La Sfida delle Città Europee / Urban Challenge in Europe, no âmbito do 1º Encontro de Urbanismo europeu, realizado em Roma de 8 a 13 de Setembro de 1997, Roma, INU – Istituto Nazionale di Urbanistica / Ministero dei Lavori Pubblici, vol. 1, pp. 225-227.

INTERNATIONAL HEARING FOR THE PORTUGUESE PRESIDENCY OF THE EUROPEAN UNION (1999) – Action Line Employment, Economic Reforms and Social Cohesion – For a Europe of Innovation and Knowledge, Lisboa, Centro Cultural de Belém, 3-4 de Dezembro de 1999, 124 pp.

JENSEN, Ole B. e RICHARDSON, Tim (2001) "Nested Visions: New Rationalities of Space in European Spatial Planning", Regional Studies, vol. 35, nº 8, pp. 703-717.

JENSEN-BUTLER, Chris (1999), "Cities in Competition: Equity Issues", Urban Studies, vol. 36, nº 5-6, pp. 865-891.

JENSEN-BUTLER, Chris (1997) "Competition Between Cities, Urban Performance and the Role of Urban Policy: a Theoretical Framework", in JENSEN-BUTLER, Chris; SHACHAR, Arie; e WEESEP, Jan Van (Eds.), European Cities in Competition, Aldershot, Avebury, pp. 3-42.

JENSEN-BUTLER, Chris (1995) "A Theoretical Framework for Analysis of Urban Economic Policy", in LEVER, William e BAILLY, Antoine (Eds.), The Spatial Impact of Economic Changes in Europe, Aldershot, Avebury, pp. 251-293.

KEANE, Julie; ALLISON, Janelle (1999) "The Intersection of the Learning Region and Local and Regional Economic Development: Analysing the Role of Higher Education", Regional Studies, vol. 33, nº 9 pp. 896-902.

KLOOSTERMAN, R.C. e LAMBREGTS, B. (2001) "Clustering of Economic Activities in Polycentric Urban Regions: The Case of the Randstad", Urban Studies, vol. 38, nº 4, pp. 717-732.

KRESL, Peter Karl; SINGH, Balwant (1999), "Competitiveness and the Urban Economy: Twenty-Four Large USA Metropolitan Areas", Urban Studies, vol. 36, nº 5-6, pp. 1017-1027.

KRUGMAN, Paul (1996) Pop Internationalism, Cambridge/Londres, MIT Press.

KRUGMAN, Paul (1998) "What's new about the new economic geography?" Oxford Review of Economic Policy, 14, 2, Summer.

LANÇA, Isabel Salavisa (org.) (2000) A Indústria Portuguesa – Especialização Internacional e Competitividade, Oeiras, Celta Editora.

LAWSON, Clive e LORENZ, Edward (1999), "Collective Learning, Tacit Knowledge and Regional Innovative Capacity", Regional Studies, vol. 33, nº 4, pp. 305-317.

LEMA, Paula Bordalo (1996) "Tradição e Inovação do Sistema Produtivo Local da Marinha Grande", Revista da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, nº9, pp.381-390.

LEVER, William F.; TUROK, Ivan (1999), "Competitive Cities: Introduction to the Review", Urban Studies, vol. 36, nº 5-6, pp. 791-793.

LEVER, William F. (1999), "Competitive Cities in Europe", Urban Studies, vol. 36, nº 5-6, pp. 1029-1044.

LINDLEY, Robert M. (2000) "Knowledge Based Economies: the European Employment Debate in a New Context", in Relatórios preparados para a presidência portuguesa da União Europeia, Lisboa, pp. 33-83.

LINNAMAA, Reija (1998) "The Role of the City Government in the Urban Economic Development Network", artigo apresentado no XII Congresso AESOP: Planning, Professionals and Public Expectations, ocorrido de 22 a 25 de Julho de 1998, em Aveiro.

LOBO, Ângela e MELO, Margarida (2002) O Automóvel. Um Cluster (Globalmente) Inovador, Lisboa, MINISTÉRIO DA ECONOMIA – GEPE – Gabinete de Estudos e Prospectiva Económica do Ministério da Economia, 83 pp.

LOPES, Raúl (2001) Competitividade, Inovação e Territórios, Oeiras, Celta.

LOPES, José da Silva (1996) "A Economia Portuguesa desde 1960", in BARRETO, António (Org.), A Situação Social em Portugal, 1960-1995, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais Universidade de Lisboa, pp. 233-364.

LUNDVALL, Bengt-Åke (2000), Innovation Policy and Knowledge Management in the Learning Economy – the interplay between firm strategies and national systems of competence building and innovation, Mimeo, Department of Business Studies, Aalborg University, 21 pp.

LUNDVALL, Bengt-Åke; JOHNSON, Björn; ANDERSEN, Esben Sloth; DALUM, Bent (2002), "National Systems of Production, Innovation and Competence Building", Research Policy, Vol. 31, Nº 2, pp. 213-231.

MACEDO, Jorge Braga de (2002) "Comparative Development and Institutional Change", in European Society for the History of Economic Thought, Creta, 15 de Março (policopiado).

MACEDO, Jorge Braga de (2002) "Pitfalls in Historical and Geographical Determinism", Conferência Desenvolvimento Económico Português no Espaço Europeu: Determinantes e Políticas, 24 e 25 de Maio de 2002.

MARIUSSEN, Åge (2001) "Introduction", in MARIUSSEN, Åge (Ed.), Cluster Policies – Cluster Development? A Contribution to the Analysis of the New Learning Economy, Estocolmo, s.ed., pp. 9-22.

MARQUES, Teresa Sá (1993) Estudo Sócio-Económico da Área Metropolitana do Porto – Relatório Temático: Investimento Directo Estrangeiro, s.l., Planum, Assessorias e Projectos, Lda.; Centro de Estudos Aplicados da Universidade Católica Portuguesa; Inesc, Instituto Nacional de Engenharia de Sistemas e Computadores; Quatenaire Portugal – Recursos Humanos, S.A.

MARTINS, Vítor (2001) "A Interpenetração das Redes", 5ª Conferência Internacional sobre Transportes – As Redes Transeuropeias e a Integração de Portugal na Economia Europeia e Mundial, Lisboa, 21 e 22 de Junho de 2001.

MASKELL, Peter (2001) "Growth and the Territorial Configuration of Economic Activity", artigo a apresentar na DRUID – Danish Research Unit for Industrial Dynamics - Summer Conference, 12-15 de Junho de 2001, 24 pp.

MASKELL, Peter e MALMBERG, Anders (1999) "The Competitiveness of Firms and Regions. 'Ubiquitification' and the Importance of Localized Learning", European Urban and Regional Studies, vol. 6, nº1, pp. 9-25.

MATEUS, Augusto (2002) "Desenvolvimento e Competitividade Regional", Seminário sobre Estatísticas Regionais - Informação Estatística e Coesão Territorial, Porto, 7-8 Novembro.

MATEUS, Augusto; MADRUGA, Paulo e RODRIGUES, Duarte (2002) "Pirâmide de competitividade territorial das regiões portuguesas", Estudos Regionais, 2º Semestre.

MAYES, David (1995), "Introduction. Conflict and Cohesion in the Single European Market: A Reflexion", in AMIN, Ash; TOMANEY, John (Eds.) Behind the Myth of European Union. Prospects for Cohesion, Londres, Routledge, pp. 1-9.

MERLEN, Richard e UYTTERSROT, Jean-Claude (1995) "Les Spécialisations Tertiaires des Métropoles Régionales", Les Métropoles Régionales – Les Dossiers de PROFILS, nº 37, Lille, INSEE, Direction Régionale Nord Pas-de-Calais, pp. 28-39.

MIGLIORINI, Franco e PAGLIETTINI, Gianfranco (1997) "The European Town Tradition As a Social Project", in FABIETTI, Walter (Dir.), La Sfida delle Città Europee / Urban Challenge in Europe, no âmbito do 1º Encontro de Urbanismo europeu, realizado em Roma de 8 a 13 de Setembro de 1997, Roma, INU – Istituto Nazionale di Urbanistica / Ministero dei Lavori Pubblici, vol. 1, pp. 31-34.

MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA E ENERGIA (1995) O Projecto Porter. A Aplicação a Portugal - 1993/94, Lisboa, Ministério da Indústria e Energia.

MONITOR COMPANY (sob a direcção de Michael PORTER) (1994) Construir as Vantagens Competitivas de Portugal, Lisboa, Fórum para a Competitividade.

MORENO, Pedro (s.d.) The Portuguese Footwear Industry. Case Studies Report, s.l., INOFOR/CISEP.

MORGAN, Kevin (2001), "The New Territorial Politics: Rivalry and Justice in Post-devolution Britain", Regional Studies, vol. 35, nº4, pp. 343-348.

MORGAN, Kevin (1997), "The Learning Region: Institutions, Innovation and Regional Renewal", Regional Studies, vol. 31, nº 5, pp. 491-503.

MOTA, Maria Isabel e SILVA, Mário Rui (1997), "Política de Inovação em Regiões Industriais Atrasadas", Actas do IV Encontro Nacional da APDR, Universidade da Beira Interior, Covilhã.

MOULAERT, Frank e SEKIA, Farid (1999), "Innovative Region, Social Region? An Alternative View of Regional Innovation", comunicação apresentada no European Meeting on Applied Evolutionary Economics, Grenoble, 7-9 Junho, 43 pp.

NONAKA, I. e TAKEUCHI, H. (1995) The Knowledge Creating Company, Oxford University Press, Nova York.

OCDE (2001), Cities and Regions in the New Learning Economy, Paris, OCDE.

OCDE (2001) Innovative Clusters. Drivers of National Innovation Systems. Enterprise, Industry and Services, Paris, OCDE.

OCDE (2001) "Examen des Tendances et des Politiques Rurales", Perspectives Territoriales de l'OCDE, Paris, OCDE, pp. 259-270.

OCDE (2001) "Les Autorités Infranationales et l'Entrepreneuriat: Politique Relative aux Pépinières d'Entreprises et aux Agglomérations et Réseaux d'Entreprises", Perspectives Territoriales de l'OCDE, Paris, OCDE, pp. 271-289.

OCDE (2001a) Perspectives de l'Emploi de l'OCDE, Paris, OCDE.

OCDE (2001) "Politiques d'Aménagement de l'Espace", Perspectives Territoriales de l'OCDE, Paris, OCDE, pp. 149-174.

OCDE (2001b) Tableau de Bord de l'OCDE de la Science, de la Technologie et de l'Industrie. Vers une Économie Fondée sur le Savoir, Paris, OCDE.

OCDE (1999) Managing National Innovation Systems, Paris, OCDE.

PACHECO, Elsa (2001) Alteração das Acessibilidades e Dinâmicas Territoriais na Região Norte: Expectativas, Intervenções e Resultantes, Porto, Tese apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto para a obtenção do Grau de Doutor em Geografia.

PACI, Raffaele e USAI, Stefano (2000) "Technological Enclaves and Industrial Districts: An Analysis of the Regional Distribution of Innovative Activity In Europe", Regional Studies, vol. 34, n° 2, pp. 97-114.

PAVITT, K. (1984) "Sectoral Patterns of Technical Change: Towards a Taxonomy", Research Policy, vol.13, pp. 343-373.

PAVITT, K. (1998) "The Social Shape of National Science Base", Research Policy, vol.27, n°8, pp. 793-805.

PENEDOS, José (2001) "Rede Transeuropeia de Energia – Situação Actual", 5ª Conferência Internacional sobre Transportes – As Redes Transeuropeias e a Integração de Portugal na Economia Europeia e Mundial, Lisboa, 21 e 22 de Junho de 2001.

PESSOA A. e SILVA, Mário Rui (2000) Padrões de I&D: Portugal no contexto da OCDE, Coleção APDR.

POLANY, M. (1967) The Tacit Dimension, Nova Iorque, Doubleday.

PORTER, Michael E. (1998) "Clusters and the new economics of competition", Harvard Business Review, nov-dec.

PORTER, Michael E. (1993) A Vantagem Competitiva das Nações, Rio de Janeiro, Campus.

PROINOV - Programa Integrado de Apoio à Inovação - www.proinov.gov.pt

PROINOV - Programa Integrado de Apoio à Inovação (2002) Clusters e política de Inovação - www.proinov.gov.pt

- QUATERNAIRE PORTUGAL (2000) Cultura e Lazer – Caracterização e Perspectivas de Evolução do Emprego – Relatório de Progresso, Porto, Quatenaire Portugal (policopiado).
- QUATERNAIRE PORTUGAL (1999) Estudo de Oportunidades de Localização do Projecto AUTOTEXAS – Relatório Final, Porto, Quatenaire Portugal (policopiado).
- REIS, José (2000) "Industrie et Dynamique Régionales: les Problèmes d'une Économie Intermédiaire (Portugal)" in Benko, Gedorges e Lipietz, Alain (coord.), La Richesse des Régions. La Nouvelle Géographie Socio-Économique, PUF, Paris, pp.271-292.
- REIS, José (1992) Os Espaços da Indústria. A Regulação Económica e o Desenvolvimento Local em Portugal, Porto, Afrontamento.
- REIS, José e BAGANHA, Maria Ioannis (Orgs.) (2002) A Economia em Curso: Contextos e Mobilidades, Porto, Afrontamento.
- RIBEIRO, José M. Félix (2001) "'Clusters' e Políticas de Inovação – Conceitos e Relevância para Portugal", Economia e Prospectiva, nº 17, pp. 109-129.
- RIBEIRO, José M. Félix (2000), "Portugal: Cenários de Evolução de uma Pequena Economia Aberta – Breve Apontamento Metodológico", Territórios alternativos, nº 2, pp. 1-56.
- RIBEIRO, José M. Félix (1999), "Portugal – Que Inserção Geoeconómica para o Princípio do Próximo Século?", Colóquio A Democracia e a Política Externa Portuguesa, Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento, Lisboa, 12 e 13 de Maio de 1999, 39 pp.
- RIBEIRO, José M. Félix (Coord.) (1995), Portugal 2010. Posição no Espaço Europeu. Uma Reflexão Prospectiva, Lisboa, Departamento de Prospectiva e Planeamento.
- RIBEIRO, José Félix; RODRIGUES, Eduardo Ferro; FIGUEIREDO, Carlos; CORDOVIL, Francisco e FERNANDES, Lino G. (1985) "Especialização Internacional, Regulação Económica e Regulação Social – Portugal: 1973-83", Análise Social, vol. XXI, nº 87-88-89, pp. 437-471.
- RICHARDSON, Tim e JENSEN, Ole B. (2000) "Discourses of Mobility and Polycentric Development: A Contested View of European Spatial Planning", European Planning Studies, vol. 8, nº 4, pp. 503-520.
- RODRIGUES, Maria João e RIBEIRO, José Felix (2000) "Inovação, Tecnologia e Globalização: o Papel do Conhecimento e o Lugar do Trabalho na Nova Economia", in CARNEIRO, Roberto (Dir. e Coord.) O Futuro da Educação em Portugal. Tendências e Oportunidades. Um Estudo de Reflexão Prospectiva, Lisboa, Ministério da Educação, pp. 34-151.
- RODRÍGUEZ-POSE, Andrés (1998), "Social Conditions and Economic Performance: The Bond Between Social Structure and Regional Growth In Western Europe", International Journal of Urban and Regional Research, vol. 22, nº 3, pp. 443-459.
- SALAS, Robert e STORPER, Michael (1993) Les Mondes de Production. Enquete sur l'Identité Économiques de la France, Paris, Éditions de 'École des Hautes Études en Sciences Sociales.
- SANTOS, Domingos (2000) "Innovation and Territory: Which Strategies to Promote Regional Innovation Systems in Portugal?", European Urban and Regional Studies, 7 (2), pp.147-156.
- SANTOS, Domingos (1994) "Instruments de Politique Régionale pour la Promotion de l'Innovation Technologique: le cas Portugais", Cadernos de Geografia, nº13, pp.29-35.
- SANTOS, Domingos (1992) Inovação Tecnológica e Desenvolvimento Regional em Portugal: o caso das Periferias, dissertação de mestrado, Universidade Técnica, Lisboa.
- SASSEN, Saskia (2001) "Global City-Regions in the Twenty-First Century", in SCOTT, Allen (Ed.), Global City-Regions: Trends, Theory, Policy, Oxford, Oxford University Press, pp. 78-95.

SASSEN, Saskia (2000) "Postface", in PERRIN, E. e ROUSIER, N. (coord.), Ville et Emploi – le territoire au coeur des nouvelles formes du travail, Paris, Éditions de l'Aube, pp. 413-423.

SASSEN, Saskia (2000) "The Global City: The De-nationalizing of Time and Space", Actas do Congresso El Territori en la Societat de les Xarxes. Dinàmiques Territorials i Organització Territorial – UIMP, Barcelona, 2 e 3 de Outubro de 2000, 8 pp.

SASSEN, Saskia (1997) "The Global City", in FAINSTEIN, Susan e CAMPBELL, Scott (Ed.), Readings In Urban Theory, Oxford, Blackwell Publishers (1ª edição de 1996), pp. 61-71.

SASSEN, Saskia (1996) La Ville Globale, Paris, Descartes & Cie.

SASSEN, Saskia (1994) Cities in a World Economy, Thousand Oaks, Pine Forge Press.

SAVY, Michel e VELTZ, Pierre (Dir.) (1995) Économie Globale et Réinvention du Local, Paris, Datar / Éditions de l'Aube.

SAVY, Michel e VELTZ, Pierre (Dir.) (1993) Les Nouveaux Espaces de l'Entreprise, Paris, Datar / Éditions de l'Aube.

SCOTT, Allen (2001) Global City-Regions: Trends, Theory, Policy, Oxford, Oxford University Press.

SCOTT, Allen J. (2000) The Cultural Economy of Cities. Essays on the Geography of Image-Producing Industries, Londres, Sage Publications.

SCOTT, Allen (1998) Regions and the World Economy. The Coming Shape of Global Production, Competition, and Political Order, Oxford, Oxford University Press.

SCOTT, Allen; AGNEW, John; SOJA, Edward; e STORPER, Michael (2001) "Global City-Regions", in SCOTT, Allen (Ed.), Global City-Regions: Trends, Theory, Policy, Oxford, Oxford University Press, pp. 11-30.

SILVA, Maria Isabel e SILVA, Mário Rui (2000), "Crescimento Económico nas Regiões Europeias: Uma avaliação sobre a Persistência das Disparidades Regionais no Período 1980-1995", Investigação - Working Papers da Faculdade de Economia do Porto, nº 96, Junho, Porto, Faculdade de Economia do Porto.

SIMÕES, Vitor Corado (1997) "Internacionalização das Empresas Portuguesas: Que Papel para a Cooperação?", Economia e Prospectiva, vol. 1, nº 2, pp. 17-31.

SIMÕES, Vitor Corado (1997) Inovação e Gestão em PME, Lisboa, Gabinete de Estudos e Prospectiva Económica – Ministério da Economia.

SOPAS, Leonor (2000), "Nascer em clusters regionais: estudos de caso na Marinha Grande e Oliveira de Azeméis", Perspectivas de Desenvolvimento para as Regiões Marítimas, Actas do VII Encontro Nacional da APDR, Volume 2, Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Regional, Coimbra, pp.185-203.

STENMARK, Dick (1999) "Capturing Tacit Knowledge using Recommender Systems", In Käkölä, T. (ed.), Proceedings of IRIS22, August 7-10, Department of CS/IS, University of Jyväskylä, Finland.

STORPER, Michael (1997) The Regional World. Territorial Development in a Global Economy, Nova Iorque, The Guilford Press.

TAYLOR, P. J. (2001) "Being Economical with the Geography", Environment and Planning A, 33, nº6, pp. 949-954.

TAYLOR, P. J. (2001) "Specification of the World City Network", Geographical Analysis, 33, nº2, pp. 181-194.

TAYLOR, P. J.; CATALANO, G. e GANE, N. (2002) "A Geography of Global Change: Services and Cities, 2000-01", Research Bulletin 77, Globalization and World Cities Study Group and Network.

TECMINHO – Associação Universidade-Empresa para o Desenvolvimento (2000) Criação de Spin-Off's Empresariais e Universitários. Um estudo sobre a Emergência de Novas Empresas e Empregos em Portugal, Particularmente no Minho e em Trás-os-Montes, Guimarães, TecMinho – Associação Universidade-Empresa para o Desenvolvimento.

TEIXEIRA, A. C. Fernandes (2002) "Transport Policies in Light of the New Economic Geography. The Portuguese Experience", Conferência Desenvolvimento Económico Português no Espaço Europeu: Determinantes e Políticas, 24 e 25 de Maio de 2002.

THANKI, Róisín (1999), "How Do We Know the Value of Higher Education to Regional Development?", Regional Studies, 33-1, pp. 84-89.

THE ECONOMIST (2000) "The Geography of Cool", The Economist, 15/04/2000.

THOMAS, Kevin (2000), "Creating Regional Cultures of Innovation? The Regional Innovation Strategies in England and Scotland", Regional Studies, vol. 34, nº 2, pp. 190-198.

TOLDA, João (1998) "Aprendizagem Produtiva e Inovação Tecnológica no Espaço Nacional e na Região Centro", Actas do V Encontro Nacional da APDR, Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Coimbra.

TUROK, Ivan (1999), "Urban Labour Markets: The Causes and Consequence of Change", Urban Studies, vol. 36, nº 5-6, pp. 893-915.

VALE, Mário (2001) "Sistema AutoEuropa: Inovação numa Rede Polarizada por uma Empresa Transnacional", in ANTONELLI, Cristiano e FERRÃO, João (Org.) Comunicação, Conhecimento e Inovação. As Vantagens da Aglomeração Geográfica, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, pp. 121-152.

VALE, Mário (1999) Geografia da Indústria Automóvel num Contexto de Globalização. Imbricação Espacial do Sistema AutoEuropa, Lisboa, Tese de Doutoramento em Geografia Humana apresentada na Universidade de Lisboa.

VAREJÃO, J. CARNEIRO, A. (2000) "Mobilidade do Emprego" in CETE e outros, Estudo sobre a Mobilidade Sectorial, Profissional e Regional: Tendências Recentes e Perspectivas Futuras, Observatório do Emprego e Formação Profissional (OIEFP), Coleção Estudos e Análises nº 28, pp.28-50.

VELTZ, Pierre (2000) Le Nouveau Monde Industriel, s.l., Gallimard.

VELTZ, Pierre (1998) "Territoires Innovateurs: de Quelle Innovation Parle-t-on?", contribution au Colloque GREMI: Le Paradigme du Milieu Innovateur dans l'Économie Spaciale Contemporaine, Paris, 29 e 30 Junho 1998.

VELTZ, Pierre (1996) Mondialisation. Villes et Territoires. L'Économie d'Archipel, Paris, Presses Universitaires de France.

VICKERMAN, Roger; SPIEKERMANN, Klaus; WEGENER, Michael (1999) "Accessibility and Economic Development in Europe", Regional Studies, vol. 33, nº 1 pp. 1-15.

WREN, Colin (2001), "The Industrial Policy of Competitiveness: A Review of Recent Developments in the UK", Regional Studies, vol. 35, nº 9, pp. 847-860.

3. Qualidade de Vida e Bem-Estar

A.A.V.V. (1996) Les Annales de la Recherche Urbaine, nº 73 (Ville et Santé Publique).

A.A.V.V. (1996) Les Annales de la Recherche Urbaine, nº 70 (Lieux Culturels).

ALLARDT, E. (1993) "Having, Loving, Being: An Alternative to the Swedish Model of Welfare Research", in NUSSBAUM, M. e SEN, A. (Coord.) (1993), The Quality of Life, Oxford, Clarendon Press, pp. 88-94.

ALMEIDA, Maria Henriqueta; GOMES, Maria Lucília; SANTOS, Nuno; COSTA, Ilda e FIGUEIREDO, Joana (2002) "Crescimento, Bem Estar Económico e Coesão Social", in DEPP/MSST, Portugal 1995-2000. Perspectivas da Evolução Social, Oeiras, DEPP/MSST / Celta, pp. 13-39.

ALMEIDA, J. Ferreira de (1993) "Integração Social e Exclusão Social. Algumas Questões", Análise Social, vol. XXVIII, nº 123-124.

AMARO, Rogério Roque (2000) "A Inserção Económica das Populações Desfavorecidas, Factor de Cidadania", in PRESIDÊNCIA PORTUGUESA DA UNIÃO EUROPEIA, Seminário Desenvolvimento Local, Cidadania e Economia Social. Intervenções Temáticas, 6-8 de Abril de 2000, Portugal, pp. 13-23.

ARBÒS, Ramon; PONT, M. Àngels; RODÉS, Montse (1998), "L'Enquesta de Qualitat de la Ciutat", Barcelona Societat, nº8, Barcelona, pp. 74-79.

BASTOS, Cristiana (2000) Resíduos Sólidos Urbanos. Atitudes e Representações sobre o Lixo Doméstico e Reciclagem, Lisboa, Observa.

BRAMLEY, Glen; LANCASTER, Sharon; GORDON, David (2000) "Benefit Take-Up and the Geography of Poverty in Scotland", Regional Studies, vol. 34, nº 6, pp. 507-519.

CAMAGNI, Roberto (1995) "The Form for a Sustainable City", Conferência Europeia Urban Utopia - New Tools for the Renaissance of the City in Europe, Berlin, 15-17 de Novembro de 1995.

CAPUCHA, Luís Manuel (Coord.) (1998) Rendimento Mínimo Garantido: Avaliação da Fase Experimental, Lisboa, Departamento de Estudos, Prospectiva e Planeamento do Ministério do Trabalho e da Solidariedade.

CARNEIRO, Roberto (Coord.) (2000) Aprender e Trabalhar no Século XXI. Tendências e Desafios, Lisboa, Ministério do Trabalho e da Solidariedade / Direcção-Geral do Emprego e Formação Profissional.

CASANOVA, José Luís (2001) "Ambiente Urbano - Representações Sociais e Cidadania. Concepções, Problemas e Responsabilidades Ambientais em Lisboa", Cidades- Comunidades e Territórios, nº 2, pp. 85-98.

CENTRO DE ESTUDOS GEOGRÁFICOS - FUNDAÇÃO DA UNIVERSIDADE DE LISBOA (1998), Cidades Médias. Imagem, Quotidiano e Novas Urbanidades. Relatório Final, Lisboa, Centro de Estudos Geográficos - Fundação da Universidade de Lisboa.

CHESHIRE, P. C. (1990) "Explaining the recent performance of the European Community's major urban regions" in Urban Studies, Jun, nº 27, pp. 311-333.

CHESHIRE, P. C., e outros (1986) "Problems of urban decline and growth in EEC countries: or measuring degrees of elephantness" in Urban Studies, Apr, nº 23, pp. 131-149.

CLEMENT, Keith e BACHTLER, John (2000) "European Union Perspectives on the Integration of Environmental Protection and Economic Development", in GOULDSON, Andrew e ROBERTS, Peter (Eds.), Integrating Environment and Economy: Strategies for Local and Regional Government, Londres, Routledge, pp. 25-38.

- COBB, Clifford W. (2000) Measurement Tools and the Quality of Life, São Francisco, Redefining Progress.
- COHEN, G. (1993) "Equality of What? On Welfare, Goods, and Capabilities", in NUSSBAUM, M. e SEN, A. (Coord.) (1993), The Quality of Life, Oxford, Clarendon Press, pp. 9-29.
- COMISSÃO EUROPEIA (2001) Unidade da Europa, Solidariedade dos Povos, Diversidade dos Territórios - Segundo Relatório sobre a Coesão Económica e Social, Vols. I e II, Luxemburgo, Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias.
- COMISSÃO EUROPEIA (1996) Cidades Europeias Sustentáveis - Relatório, Bruxelas, Grupo de Peritos sobre o Ambiente Urbano, Comissão Europeia.
- COMMUNITY DEVELOPMENT COUNCIL OF QUINTE, "Quality of Life Index Project. Progress and Setbacks in Quinte 1990-1999", Quinte, Community Development Council of Quinte.
- COMUNIDADES EUROPEIAS (2000) L'Audit Urbain. Vers Un Référentiel Pour Mesurer la Qualité de la Vie dans 58 Villes Européennes, vol. I: L'Annuaire, Luxemburgo, Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias.
- COMUNIDADES EUROPEIAS (2000) Living Conditions in Europe. Statistical Pocketbook, Luxemburgo, Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias.
- CONDE, Idalina (1997) "Cenários de Práticas Culturais em Portugal", Sociologia - Problemas e Práticas, n.º 23.
- CÓNIM, Custódio N. P. da Silva (1999) População e Desenvolvimento Humano. Uma Perspectiva de Quantificação, Lisboa, Ministério do Planeamento - Departamento de Prospectiva e Planeamento.
- COSTA, Pedro (2002) "The Cultural Activities Cluster in Portugal: Trends and Perspectives", Sociologia - Problemas e Práticas, n.º 38, pp. 99-114.
- COSTA, Pedro (1999) "Actividades Culturais e desenvolvimento regional: novos caminhos para a competitividade territorial", Regiões e Cidades na União Europeia, Actas do VI Encontro Nacional da APDR, Volume 2, Coimbra, Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Regional, pp.693-709.
- DIRECÇÃO-GERAL DO AMBIENTE / DIRECÇÃO DE SERVIÇOS DE INFORMAÇÃO E ACREDITAÇÃO (2000) Proposta para um Sistema de Indicadores de Desenvolvimento Sustentável, Amadora, Direcção-Geral do Ambiente.
- ERIKSON, R. (1993) "Descriptions of Inequality: the Swedish Approach to Welfare", in NUSSBAUM, M. e SEN, A. (Coord.) (1993), The Quality of Life, Oxford, Clarendon Press, pp- 84-87.
- FEATHERSTONE, Mike (1997) "Culturas Globais e Culturas Locais", in Carlos Fortuna (org.), Cidade, Cultura e Globalização, Oeiras, Celta Editora.
- FERREIRA, Leonor Vasconcelos (2000) "Distribuição do Rendimento e Pobreza. A Região Norte no Contexto Nacional entre 1990 e 1995", Estatísticas e Estudos Regionais, n.º 24, pp. 17-30.
- FERREIRA, Victor Matias; CASANOVA, José Luís; e CASTRO, Alexandra (Coord.) (2000) Condição Social, Ambiente Urbano e Qualidade de Vida na Metrópole de Lisboa, Lisboa, Observa.
- FINNISH NATIONAL FUND FOR RESEARCH AND DEVELOPMENT (1998) Quality of Life, Knowledge and Competitiveness. Premises and Objectives for Strategic Development of the Finnish Information Society, Helsinquia, Finnish National Fund for Research and Development.
- GIANNIAS, D.; LIARGOVAS, P.; MANOLAS, G. (s.d.) "Quality of Life Indices for Analysing Convergence in the European Union", Regional Studies, vol. 33, n.º 1, pp. 27-35.

GRAMKOW, Les (s.d.), "Quality of Life: Finding That Elusive Five-Star Location", Expansion Management, s.n.º.

GRAYSON, Lesley e YOUNG, Ken (1994), Quality of Life in Cities. An Overview and Guide to the Literature, Londres, The British Library / London Research Center.

GUERRA, Paula (2002) A Cidade na Encruzilhada do Urbano, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Texto Polycopiado.

GUERRA, Isabel (2001) "Intervenções Face à Exclusão Social Urbana. Uma Luta Inglória?", Cidades - Comunidades e Territórios, n.º 2, pp. 47-56.

GUERRA, Isabel (1998) "Grupos Sociais, Formas de Habitat e Estrutura do Modo de Vida", Sociedade e Território, n.º 25/26, pp.118-128.

GUERRA, Isabel (1997) "Um Olhar sociológico sobre o alojamento" *In* Sociologia – Problemas e Práticas, n.º 24, pp. 165-181.

GUERRA, Isabel (1994) "As Pessoas Não São Coisas que se Ponham em Gavetas", Sociedade e Território, n.º 20.

GUIA EUROPEU DE PLANEAMENTO PARA A AGENDA 21 LOCAL. Como Implementar o Planeamento Ambiental a Longo Prazo com Vista à Sustentabilidade. Orientação para as Autoridades Locais participantes na Campanha das Cidades e Vilas Europeias Sustentáveis (2000) Lisboa, DGOT-DU / SEOT-CN / MAOT.

HARVEY, David (1997) "Social Justice, Postmodernism, and the City", in FAINSTEIN, Susan e CAMPBELL, Scott (Ed.), Readings in Urban Theory, Oxford, Blackwell Publishers (1ª edição de 1996), pp. 415-435.

HATCHUEL, Georges e POQUET, Guy (1992) Indicateurs sur la Qualité de Vie Urbaine et sur l'Environnement, Paris, CRÉDOC.

HENDERSON, Hazel; LICKERMAN, Jon; FLYNN, Patrice (Ed.) (2000) Calvert-Henderson Quality of Life Indicators. A New Tool for Assessing National Trends, Bethesda, Calvert Group.

HIRSCHHORN, Joel S. (2000) Growing Pains: Quality of Life in the New Economy, Washington, National Governors' Association.

HOWELL, Susan E. (Dir.), (2000) 2000 Quality of Life Survey. Orleans and Jefferson Parishes, April 2000, New Orleans, University of New Orleans Survey Research Centre.

LOPES, João Teixeira (2002) Novas Questões de Sociologia Urbana, Porto, Edições Afrontamento.

MARTENS, Albert e VERVAEKE, Monique (Coord.) (1997) La Polarisation Sociale des Villes Européennes, Paris, Anthropos.

MARTINS, Isabel e SANTOS, Luís Delfim (2001) "Sistema de Monitorização da Qualidade de Vida Urbana na Cidade do Porto: Questões Metodológicas", in Câmara Municipal do Porto – Pelouro da Qualidade de Vida Urbana, A Qualidade de Vida Urbana. Perspectivas e Práticas de Intervenção, Porto, Câmara Municipal do Porto – Pelouro da Qualidade de Vida Urbana, pp. 44-51.

MELA, Alfredo (1999) A Sociologia das Cidades, Lisboa, Editorial Estampa.

MENDES, Clara (coord.) (1999) Habitat II – Plano Nacional de Acção – Habitação, Lisboa, MEPAT, Secretaria de Estado da Habitação e Comunicações.

MENDES, José (1999) Onde Viver em Portugal. Uma Análise da Qualidade de Vida nas Capitais de Distrito, s.l., Ordem dos Engenheiros – Região Centro.

MORRISON INSTITUTE FOR PUBLIC POLICY (1999) The New Economy: A Guide for Arizona, Tempe, Arizona State University.

MORRISON INSTITUTE FOR PUBLIC POLICY (1999) What Matters in Greater Phoenix. Indicators of Our Quality of Life. 1999 Edition, Tempe, Arizona State University.

MORRISON INSTITUTE FOR PUBLIC POLICY (1998) What Matters in Greater Phoenix 1998 Edition: Indicators of Our Quality of Life, Tempe, Arizona State University.

MONTALBÁN, M. José; MADERUELO, Óscar López (1995) "Jóvenes y vivienda: conceptos, estrategias y políticas" in ALCALÁ, L. C. (comp.) Pensar la vivienda, Madrid, Talasa, pp. 143-167.

NEVES, José Soares (2000) Despesas dos Municípios com Cultura, Lisboa, Observatório das Actividades Culturais.

NIJKAMP, Peter e PERRELS, Adriaan (1994) Sustainable Cities in Europe. A Comparative Analysis of Urban Energy – Environmental Policies, Londres, Earthscan Publications.

NUSSBAUM, Martha C. e SEN, Amartya (Coord.) (1993), The Quality of Life, Oxford, Clarendon Press.

NUSSBAUM, Martha C. (1993), "Non-relative Virtues: An Aristotelian Approach", in NUSSBAUM, Martha C. e SEN, Amartya (Coord.), The Quality of Life, Oxford, Clarendon Press, pp.242-269.

OCDE (2001) "Géographie de la Diversité: Un Atlas des Variations dans des Pays d'OCDE", in OCDE, Perspectives Territoriales de l'OCDE, Paris, OCDE, pp. 33-131.

PAQUOT, Thierry (1996) "La Nouvelle Nature de l'Urbanisme", PAQUOT, Thierry (Dir.), Le Monde des Villes. Panorama Urbain de la Planète, s.l., Éditions Complexe, pp. 621-627.

PARTIDÁRIO, Maria do Rosário (2000) Indicadores de Qualidade do Ambiente Urbano, Lisboa, Direcção Geral do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Urbano.

PACIONE, M. (1982) "The use of objective measures of life quality in human geography", in Progress in Human Geography, volume 6, pp. 493-514.

PACIONE, M. (1989) "The Urban crisis: poverty and deprivation in the Scottish city" in Scottish Geographical Magazine, Sep, nº 1054, pp. 101-115.

PINTO, José Madureira (1997) "Democratização e Desenvolvimento Cultural Sustentado: O papel do Estado", in Observatório das Actividades Culturais, Maio, nº 1, pp. 4-7.

PINTO, José Madureira (1997) "A Sociedade Urbana", in Colóquio A Política das Cidades, Lisboa, Conselho Económico e Social.

PINTO, Teresa Costa (2001) "Qualidade de Vida. Um Conceito de Difícil Gestão Sociológica", Câmara Municipal do Porto – Pelouro da Qualidade de Vida Urbana, A Qualidade de Vida Urbana. Perspectivas e Práticas de Intervenção, Porto, Câmara Municipal do Porto – Pelouro da Qualidade de Vida Urbana, pp. 102-111.

RAWS, J. (1999) A Theory of Justice (Revised Edition), Oxford, Oxford University Press.

REDCLIFT, Michael (Ed.) (2000) Sustainability, Life Chances and Livelihoods, Londres, Routledge.

ROGERSON, Robert J. (1999), "Quality of Life and City Competitiveness", Urban Studies, vol. 36, nº 5-6, pp. 969-985.

SANTOS, Boaventura de Sousa (1994) Pela Mão de Alice. O Social e o Político na Pós-Modernidade, Porto, Afrontamento.

SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.) (1993) Portugal: Um Retrato Singular, Porto, Afrontamento.

SANTOS, Luis Delfim e MARTINS, Isabel (2002) A Qualidade de Vida Urbana. O Caso da Cidade do Porto, Working Paper, Porto, Faculdade de Economia da Universidade do Porto, 24 pp.

SEED, Philip e Lloyd (1997) Quality of Life, Londres, Jessica Kingsley Publishers.

SEN, Amartya (2000) Un Nouveau Modèle Économique. Développement, Justice, Liberté, Paris, Éditions Odile Jacob.

SEN, Amartya (1998) Bienestar, Justicia y Mercado, Barcelona, Ediciones Paidós.

SEN, Amartya (1997) On Economic Inequality, Oxford, Oxford University Press.

SEN, Amartya (1993) "Capability and Well-Being, in NUSSBAUM, M. e SEN, A. (Coord.) (1993). The Quality of Life, Oxford, Clarendon Press, pp. 30-53.

SEN, Amartya (1992) Inequality of Reexamined, Oxford, Oxford University Press.

SEN, Amartya; MUELLBAUER, John; KANBUR, Ravi; HART, Keith e WILLIAMS, Bernard (1987) The Standard of Living, Cambridge, Cambridge University Press.

SHOOKNER, Malcolm, "The Quality of Life in Ontario – Fall 1998", Ontario Social Development Council/ Social Planning Network of Ontario.

SHOOKNER, Malcolm, "The Quality of Life in Ontario – Spring 1999", Ontario Social Development Council/ Social Planning Network of Ontario.

SILVA, Paulo R. Guimarães da (1997), "Qualidade de Vida no Meio Urbano. Aspectos Conceituais e Metodológicos numa Aproximação da Problemática Ambiental na Gestão Local", in FISCHER, Tânia (Org.), Gestão Contemporânea. Cidades estratégicas e organizações locais (2ª edição), Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, pp. 197-207.

SIRGY, M. Joseph (1998), Quality-of-Life Studies and Social Indicators Research: An Annotated Bibliography of Selected Works (1984-98), s.l., The International Society for Quality-of-Life Studies.

TALLER PIERRE GIRARDIN (s.d.) Paisaje y Desarrollo Urbano. Observe la Síntesis, s.l., El Ministerio del Equipo, del Transporte y de la Cubierta – Centro del Recurso del Planeamiento de Ciudad.

WEGENER, Michael; SPIEKERMANN, Klaus (1996) "Efficient, Equitable and Ecological Urban Structures", European Research in Regional Science, 6, pp. 114-132.

4. Geral

ALCÁNTARA, Cynthia Hewitt de (1998) "Du Bon Usage du Concept de Gouvernance", Revue Internationale des Sciences Sociales, nº 155, pp.109-118.

ATKINSON, Rob (1998) "Les Aléas de la Participation des Habitants à la Gouvernance Urbaine en Europe", Les Annales de la Recherche Urbaine, nº 80-81, pp. 75-83.

AMARO, Rogério Roque (1998) "O Desenvolvimento Local em Portugal: as Lições do Passado e as Exigências do Futuro", A Rede para o Desenvolvimento Local, edição especial 10 anos de desenvolvimento local.

- BAILLY, Jean-Paul (1999) Demain Est Déjà Là. Prospective. Débat. Décision Publique, s.l., Éditions de l'Aube.
- BERGER, Peter L. e LUCKMANN, Thomas (1997) A Construção Social da Realidade. Tratado de Sociologia do Conhecimento, Petrópolis, Vozes.
- BIRKMANN, Jörn; KOITKA, Helke; KREIBICH, Volker; e LIENENKAMP, Roger (Hg.) (1999) "Indikatoren für eine nachhaltige Raumentwicklung. Methoden und Konzepte der Indikatorenforschung", Dortmunder Beiträge zur Raumplanung, n° 96, pp. 23-47.
- BLASIUS, Joerg (2001) Correspondence Analysis, Departamento de Sociologia, FLUP (polocopiado).
- BORJA, Jordi e CASTELLS, Manuel (1999) Local y Global. La Gestión de las Ciudades en la Era de la Información, Madrid, Taurus.
- BOURDIEU, Pierre (1997) Razões Práticas, sobre a Teoria da Acção, Oeiras, Celta Editora.
- BOURDIEU, Pierre (1989) O Poder Simbólico, Lisboa, Difel.
- BURNS, Danny (2000) "Can Local Democracy Survive Governance", Urban Studies, vol. 37, n° 5-6, pp. 963-973.
- CARDOSO, Abílio (1996) Do Desenvolvimento do Planeamento ao Planeamento do Desenvolvimento, Porto, Afrontamento e Departamento de Engenharia Civil da FEUP.
- CARVALHO, Helena Maria (1998) Variáveis Qualitativas na Análise Sociológica: Exploração de Métodos Multidimensionais, Lisboa, Dissertação apresentada ao Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa para Doutoramento.
- CASTELLS, Manuel (2002, Ed. por Ida Susser) The Castells Reader on Cities and Social Theory, Oxford, Blackwell Publishers.
- CASTELLS, Manuel (1998) La Era de la Información: Economía, Sociedad y Cultura, vol. 3 (Fin de Milenio), Madrid, Alianza Editorial.
- CASTELLS, Manuel (1998) La Société en Réseaux. L'Ère de l'Information, s.l., Fayard.
- CASTELLS, Manuel (1997) "The Informational Mode of Development and the Restructuring of Capitalism", in FAINSTEIN, Susan e CAMPBELL, Scott (Ed.), Readings in Urban Theory, Oxford, Blackwell Publishers (1ª edição de 1996), pp. 72-101.
- CASTELLS, Manuel (1995) La Ciudad Informacional. Tecnologías de la Información, Reestructuración Económica y el Proceso Urbano-Regional, Madrid, Alianza Editorial.
- CASTELLS, Manuel (1983) "Crisis, planning and quality of life", Environment and Planning D, Mars, n° 1, pp. 3-21.
- CASTELLS, Manuel (1983) The City and the Grassroots. A Cross-Cultural Theory of Urban Social Movements, Londres, Edward Arnold.
- CRPM (2002) Study of the Construction of a Polycentric and Balanced Development Model for the European Territory – a point of a view of Europe's Maritime Peripheries, Peripheries Forward Studies Unit, Porto e Rennes.
- ESCOFIER, Brigitte e PAGÈS, Jérôme (1998) Analyses Factorielles Simples et Multiples. Objectifs, Méthodes et Interprétation, Paris, Dunod.
- GIDDENS, Anthony (1998) As Consequências da Modernidade, Oeiras, Celta.

GODARD, Francis (Coord.) (1997) Le Gouvernement des Villes. Territoire et Pouvoir, Paris, Descartes & Cie.

GÓMEZ, Manuel González (1999) "Medio Ambiente, Políticas Sectoriales e Instrumentos Financieros en la Unión Europea", Ciudad y Territorio, vol. XXXI, nº 121, pp. 501-519.

GOULDSON, Andrew e ROBERTS, Peter (2000) "Integrating Environment and Economy. The Evolution of Theory, Policy and Practice", In GOULDSON, Andrew e ROBERTS, Peter (Eds.), Integrating Environment and Economy: Strategies for Local and Regional Government, Londres, Routledge, pp. 3-21.

HARVEY, David (1992) Condição Pós-Moderna. Uma Pesquisa sobre as Origens da Mudança Cultural, São Paulo, Edições Loyola.

HEALEY, Patsy (1995) "Collaborative Strategy-Making for Urban Regions", Urbanistica 106.

JESSOP, Bob (1998) "L'Éssor de la Gouvernance et ses Risques d'Échec: Le Cas du Développement Économique", Revue Internationale des Sciences Sociales, nº 155, pp. 31-49.

KEARNS, Ade; PADDISON, Ronan (2000) "New Challenges for Urban Governance", Urban Studies, vol. 37, nº 5-6, pp. 845-850.

MINISTÉRIO DO EQUIPAMENTO, DO PLANEAMENTO E DA ADMINISTRAÇÃO DO TERRITÓRIO / SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL (1998) Portugal. Uma Visão Estratégica para Vencer o Séc. XXI. Plano Nacional de Desenvolvimento Económico e Social 2000-2006, Lisboa, Ministério do Equipamento, do Planeamento e da Administração do Território.

LEBART, Ludovic, MORINEAU, Alain e PIRON, Marie (2000) Statistique Exploratoire Multidimensionnelle, Paris, Dunod, 3ª edition.

MAILLAT, Denis e KÉBIR, Lella (1998) "«Learning Region», Milieu Innovateur et Apprentissages Collectifs", comunicação apresentada no colóquio Le Paradigme de Milieu Innovateur dans l'Économie Spatiale Contemporaine, Paris (29 e 30 de Junho).

MASSEY, Doreen (1999), "Philosophy and Politics of Spatiality: Some Considerations", Geographische Zeitschrift, nº 87, pp. 1-12

NÉMERY, Claude e WACHTER, Serge (Dir.) (1994) Gouverner les Territoires, s.l., Éditions de l'Aube.

ROBERTS, Peter e GOULDSON, Andrew (2000) "Retrospect and Prospect: Designing Strategies for Integrated Economic Development and Environmental Management", in GOULDSON, Andrew e ROBERTS, Peter (Eds.), Integrating Environment and Economy: Strategies for Local and Regional Government, Londres, Routledge, pp. 257-269.

STOKER, Gerry (1998) "Cinq Propositions pour une Théorie de la Gouvernance", Revue Internationale des Sciences Sociales, nº 155, pp. 19-30.

TAYLOR, Marilyn (2000) "Communities in the Lead: Power, Organisational Capacity and Social Capital", Urban Studies, vol. 37, nº 5-6, pp. 1019-1035.

Fontes de Informação

I. NACIONAIS

CAPÍTULO 1

- INSTITUTO GERAL DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (1996 e 2000)
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (1950) Recenseamento Geral da População 1950.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (1960) Recenseamento Geral da População 1960.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (1970) Recenseamento Geral da População 1970.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (1981) Recenseamento Geral da População 1981.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (1989) Recenseamento Geral da Agricultura 1989.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (1991) Recenseamento Geral da População 1991.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (1994) Estatísticas da Construção 1994.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (1995) Estatísticas da Construção 1995.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (1996) Estatísticas da Construção 1996.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (1997) Estatísticas da Construção 1997.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (1998) Estatísticas da Construção 1998.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (1999) Estatísticas da Construção 1999.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (1997) Estatísticas Demográficas 1997.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (1998) Anuário Estatístico 1998.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (1998) Inventário Municipal 1998.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (1999) Recenseamento Geral da Agricultura 1999.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (2001) Recenseamento Geral da População 2001.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (1997) Ficheiro Central de Empresas, 1997.
- DGOTDU/INE (1999) "Indicadores Urbanos do Continente", Série Estudos, nº 80.
- MINISTÉRIO DA SEGURANÇA SOCIAL E DO TRABALHO (vários anos).
- OBSERVATÓRIO DE COMÉRCIO (2000) Base de Dados - Centros Comerciais.
- PT COMUNICAÇÕES (2001) Base de Dados - Páginas Amarelas.
- RAMOS, Pedro Nogueira (1998) "Estimativas do PIB per capita para os concelhos do Continente Português", Revista de Estatística, 3º QUAD, Nº.9

CAPÍTULO 2

- ALVES, Rui Manuel Amaro (2001) Planeamento e Ordenamento do Território e o Estado Português. Contributos para uma Intervenção Renovada, Lisboa, Dissertação apresentada ao Instituto Superior Técnico da Universidade Técnica de Lisboa para a obtenção do Grau de Doutor em Planeamento Regional e Urbano.
- ASSOCIAÇÃO EMPRESARIAL PORTUGUESA (1997) Base de Dados das 2500 Maiores Empresas, 1997.
- ASSOCIAÇÃO EMPRESARIAL PORTUGUESA (2002) Base das 100 Maiores Empresas Industriais [www.aep.pt, Fevereiro 2002].
- ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS PORTUGUESES (1998 e 2002) [www.anmp.pt].
- CRPM (2001) Voos Internacionais
- DIRECÇÃO GERAL DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL (1996 A 1999) Base SIDREG
- DIRECÇÃO GERAL DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL (2000) As Infra-estruturas Produtivas e os Factores de Competitividade das Regiões e Cidades Portuguesas 2000.
- INSTITUTO DE EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL (1998) Estatísticas Trimestrais 1998.
- INSTITUTO DE EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL (1999) Estatísticas Trimestrais 1999.
- INSTITUTO DE EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL (2000) Estatísticas Trimestrais 2000.
- INSTITUTO DE SEGUROS DE PORTUGAL (1998-1999) Parque Automóvel Seguro.
- INSTITUTO DO COMÉRCIO EXTERNO DE PORTUGAL
- INSTITUTO GERAL DA ADMINISTRAÇÃO LOCAL
- INSTITUTO DE GESTÃO DE BASE DE DADOS DOS RECURSOS HUMANOS DA FUNÇÃO PÚBLICA (1996 e 2000)
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (1989) Recenseamento Geral da Agricultura 1989.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (1991) Recenseamento Geral da População 1991.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (1996) Anuário Estatístico 1996.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (1997) Anuário Estatístico 1997.
 INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (1998) Anuário Estatístico 1998.
 INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (1998) Inventário Municipal 1998.
 INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (1999) Anuário Estatístico 1999.
 INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (1999) Recenseamento Geral da Agricultura 1999.
 INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (2000) Anuário Estatístico 2000.
 INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (2000) Poder de Compra Concelhio.
 INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (2001) Recenseamento Geral da População 2001.
 INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (1997) Ficheiro Central de Empresas, 1997.
 INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (2001) Ficheiro Central de Empresas, 2001.
 JORNAL PÚBLICO, EDIÇÃO DE 27 DE AGOSTO DE 2001
 MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA (2002) Base de Dados de Doutoramentos entre 1970 e 2000
[www.mct.pt, Fevereiro 2002].
 MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA (2002) Base de Dados de Projectos de I&D Financiados entre
1999 e 2001
 MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA (2002) Base de Dados de Unidades de I&D – Programa Anual
de Financiamento Plurianual 2001 [www.mct.pt, Fevereiro 2002].
 MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA (2002) Base de Instituições Com Actividade de I&D em 1999
[www.mct.pt, Fevereiro 2002].
 MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA (2002) Relatório de Avaliação de Unidades de I&D
Financiadas pelo Programa Plurianual 1999/2000 [www.mct.pt, Fevereiro 2002].
 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO - DEPARTAMENTO DE AVALIAÇÃO PROSPECTIVA E PLANEAMENTO
 MINISTÉRIO DA JUSTIÇA (1999) Gabinete de Política Legislativa e Planeamento.
 MINISTÉRIO DA SEGURANÇA SOCIAL E DO TRABALHO - Departamento de Estatística, do Trabalho,
 Emprego e Formação Profissional (DETEFP)
 PT COMUNICAÇÕES (2001) Base de Dados - Páginas Amarelas.
 RAMOS, Pedro Nogueira (1998) "Estimativas do PIB per capita para os concelhos do Continente
 Português", Revista de Estatística, 3º QUAD, Nº.9

CAPÍTULO 3

CENTRO PORTUGUÊS DE FUNDAÇÕES (1996) Guia das Fundações Portuguesas. CPF DIRECÇÃO GERAL
 DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DO DESENVOLVIMENTO URBANO (1998) Planos
Directores Municipais: Georeferenciação de Áreas Urbanas, Turísticas e Industriais, Lisboa,
 DGOTDU.
 INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL (2000) Informação sobre o Rendimento Mínimo garantido.
 INSTITUTO DE EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL (1998) Estatísticas Trimestrais 1998.
 INSTITUTO DE EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL (1999) Estatísticas Trimestrais 1999.
 INSTITUTO DE EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL (2000) Estatísticas Trimestrais 2000.
 INSTITUTO DE SEGUROS DE PORTUGAL
 INSTITUTO GERAL DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
 INSTITUTO NACIONAL DA HABITAÇÃO
 INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (1989) Recenseamento Geral da Agricultura 1989.
 INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (1999) Recenseamento Geral da Agricultura 1999.
 INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (1991) Recenseamento Geral da População 1991.
 INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (2001) Recenseamento Geral da População 2001.
 INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (2000) Poder de Compra Concelhio.
 INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (2000) Anuário Estatístico 2000.
 INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (1996) Anuário Estatístico 1996.
 INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (1997) Anuário Estatístico 1997.
 INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (1998) Anuário Estatístico 1998.
 INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (1999) Anuário Estatístico 1999.
 INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (1994) Estatísticas da Construção 1994.
 INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (1996) Estatísticas da Construção 1996.
 INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (1995) Estatísticas da Construção 1995.
 INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (1997) Estatísticas da Construção 1997.
 INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (1998) Estatísticas da Construção 1998.
 INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (1999) Estatísticas da Construção 1999.
 INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (1994) Estatísticas da Cultura, Recreio e Lazer 1994.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (1995) Estatísticas da Cultura, Recreio e Lazer 1995.
INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (1996) Estatísticas da Cultura, Recreio e Lazer 1996.
INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (1997) Estatísticas da Cultura, Recreio e Lazer 1997.
INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (1998) Estatísticas da Cultura, Recreio e Lazer 1998.
INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (1997) Estatísticas Demográficas 1997.
INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (INE) Ficheiro Central de Empresas, 1997.
JORNAL PÚBLICO, Edição de 27 de Agosto de 2001.
MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA
MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E DO ENSINO SUPERIOR
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – DEPARTAMENTO DE AVALIAÇÃO PROSPECTIVA E PLANEAMENTO
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – DIRECÇÃO DE SERVIÇOS DE ESTATÍSTICA E INDICADORES
Ministério da Educação – DIRECÇÃO DE SERVIÇOS DE ESTUDOS E PLANEAMENTO DA EDUCAÇÃO
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA - Gabinete de Política Legislativa e Planeamento (1999).
MINISTÉRIO DA SEGURANÇA SOCIAL E DO TRABALHO - Departamento de Estatística, do Trabalho,
Emprego e Formação Profissional (DETEFP)
O PROCESSO ELEITORAL [www.stape.pt].
OBSERVATÓRIO DE COMÉRCIO (2000) Base de Dados - Centros Comerciais.
PT COMUNICAÇÕES (2001) Base de Dados - Páginas Amarelas.

II. INTERNACIONAIS

BANCO MUNDIAL (2002) 2002 World Development Indicators. Washington, The World Bank.
COMUNIDADES EUROPEIAS/EUROSTAT (2002) Eurostat Yearbook 2002. The Statistical Guide to Europe. Data 1990-2000. s.l. Eurostat/Comissão Europeia.
COMUNIDADES EUROPEIAS (2000) L'Audit Urbain. Vers Un Référenciel Pour Mesurer la Qualité de la Vie dans 58 Villes Européennes, vol. I: L'Annuaire, Luxemburgo, Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias.
OCDE (2001) Tableau de Bord de l'OCDE de la Science, de la Technologie et de l'Industrie. Vers une Économie Fondée sur le Savoir, Paris, OCDE.

Índice de figuras (mapas)

Volume 1	Pág.
1º Capítulo - Sistema Urbano e Ordenamento do Território	
FIGURA 1.1. População residente nas aglomerações urbanas da Europa	63
FIGURA 1.2. População residente nas grandes aglomerações urbanas do Mundo	66
FIGURA 1.3. Variação da população residente, por freguesia (1950-2001)	69
FIGURA 1.4. Mosaico Territorial: Dinâmicas populacionais entre 1950 e 2001	74
FIGURA 1.5. População residente por centro urbano (1950-2001)	81
FIGURA 1.6. Sistema Urbano: Dinâmicas populacionais entre 1950 e 2001	86
FIGURA 1.7. Mosaico Territorial: Estrutura sócio-demográfica dos residentes	103
FIGURA 1.8. Sistema Urbano: Estrutura sócio-demográfica dos residentes	108
FIGURA 1.9. Mosaico Territorial: Produtores e população agrícola	128
FIGURA 1. 10. Mosaico Territorial: Emprego na indústria e serviços	142
FIGURA 1. 11. Mosaico Territorial: Actividades e emprego	149
FIGURA 1. 12. Sistema Urbano: Actividades e emprego	155
FIGURA 1.13. Mosaico Territorial: Centralidades e territórios de proximidade	181
FIGURA 1.14. Sistema Urbano: Centralidades de comércio e serviços	189
FIGURA 1.15. Sistema Urbano: Síntese Centralidades de comércio e serviços	195
FIGURA 1.16. Centralidades e redes	199
FIGURA 1.17. Mobilidade e acessibilidade	210
FIGURA 1.18. Mosaico Territorial: Edificação e habitação	226
FIGURA 1.19. Sistema Urbano: Edificação e habitação	231
FIGURA 1.20. Sistemas agrícolas dominantes	240
FIGURA 1.21. Mosaico Territorial: Sistemas de culturas	253
FIGURA 1. 22. Mosaico Territorial: Explorações e sistemas agro-florestais	256
FIGURA 1.23. Mosaico Territorial: Síntese global	268
FIGURA 1.24. Sistema Urbano: Síntese global	268
Volume 2	
2º Capítulo - Competitividade, Conhecimento e Inovação	
FIGURA 2.1. Capital humano e conhecimento codificado	308
FIGURA 2.2. Investigação e conhecimento	321
FIGURA 2.3. Amenidades e espaços de vida	331
FIGURA 2.4. Infra-estruturas físicas e redes	348
FIGURA 2.5. Densidade institucional	356
FIGURA 2.6. Clusters territoriais	369
FIGURA 2.7. Meios urbanos	384
FIGURA 2.8. Estrutura de actividades	398
FIGURA 2.9. Qualidade do emprego	410
FIGURA 2.10. Estrutura e dinâmica empresarial	423
FIGURA 2.11. Investimentos produtivos	430
FIGURA 2.12. Desempenho económico	442
FIGURA 2.13. Competitividade: Síntese global	453
3º Capítulo - Qualidade de vida e bem-estar	
FIGURA 3.1. Educação e aprendizagem	486
FIGURA 3.2. Trabalho e qualidade do emprego	499
FIGURA 3.3. Qualidade e acesso à habitação	510
FIGURA 3.4. Recursos naturais e urbanização	522
FIGURA 3.5. Nível de vida e consumo	530
FIGURA 3.6. Cultura e lazer	541
FIGURA 3.7. Acesso à saúde	549
FIGURA 3.8. Convivência social	559
FIGURA 3.9. Qualidade de Vida e Bem Estar: Síntese global	568
Conclusão global	
FIGURA Síntese Final	579

Índice de quadros

Volume 1	Pág.
1º Capítulo - Sistema Urbano e Ordenamento do Território	
QUADRO 1.1. População urbana dos principais países desenvolvidos (em percentagem da população total), entre 1800 e 1980	57
QUADRO 1.2. Evolução da população nas cidades da Europa Ocidental	59
QUADRO 1.3. População residente nas áreas urbanas, entre 1950 e 2001	76
QUADRO 1.4. População residente nas áreas urbanas das áreas metropolitanas, das cidades médias e da rede complementar, entre 1950 e 2001	77
QUADRO 1.5. População residente nas áreas urbanas das áreas metropolitanas, das cidades médias e da rede complementar, percentagem do total do Continente, entre 1950 e 2001.	77
QUADRO 1.6. Evolução da população residente nas áreas urbanas das áreas metropolitanas, das cidades médias e da rede complementar, entre 1950 e 2001.	77
QUADRO 1.7. População residente nas áreas urbanas segundo a dimensão das áreas urbanas municipais, percentagem do total do Continente, entre 1950 e 2001.	79
QUADRO 1.8. População residente nas áreas urbanas segundo a dimensão das áreas urbanas municipais, entre 1950 e 2001.	79
QUADRO 1.9. Quadro comparativo: Portugal relativamente aos países da União Europeia	92
QUADRO 1.10. População residente por estrutura etária (%), 2001	95
QUADRO 1.11. População residente analfabeta e com o ensino superior (%), 2001	96
QUADRO 1.12. Quadro comparativo: Portugal relativamente aos países da União Europeia	116
QUADRO 1.13. Níveis hierárquicos, nº de áreas urbanas em que ocorrem e nº total de unidades funcionais	170
QUADRO 1.14. Quadro comparativo: Portugal relativamente aos países da União Europeia	204
QUADRO 1.15. Alojamentos clássicos segundo a forma de ocupação no Continente Português	219
QUADRO 1.16. Variação do número e da área das explorações, entre 1989 e 1999.	242
QUADRO 1.17. Superfícies ocupadas (% da superfície do Continente)	245
QUADRO 1.18. Terras agrícolas reconvertidas entre 1989 e 1999	246
QUADRO 1.19. Variação na utilização do solo nas explorações agrícolas – 1989/1999	246
Volume 2	
2º Capítulo - Competitividade, Conhecimento e Inovação	
QUADRO 2.1. Quadro comparativo: Portugal relativamente aos países da União Europeia	314
QUADRO 2.2. Número de voos nos principais aeroportos da Península Ibérica segundo os destinos	339
QUADRO 2.3. Origem e Destino dos voos intercontinentais	339
QUADRO 2.4. Indicadores de recursos para a sociedade da informação e da comunicação, para Portugal e a União Europeia	341
QUADRO 2.5. Quadro comparativo: Portugal relativamente aos países da União Europeia	390
QUADRO 2.6. Quadro comparativo da performance económica e dos níveis de Integração mundial de Portugal relativamente à União Europeia	437
3º Capítulo - Qualidade de vida e bem-estar	
QUADRO 3.1. Indicadores de bem-estar	466
QUADRO 3.2. Quadro comparativo de Portugal relativamente aos países da União Europeia	480
QUADRO 3.3. Quadro comparativo de Portugal relativamente aos países da União Europeia	492
QUADRO 3.4. Quadro comparativo de Portugal relativamente aos países da União Europeia	505
QUADRO 3.5. Quadro comparativo de Portugal relativamente aos países da União Europeia	516
QUADRO 3.6. Quadro comparativo de Portugal relativamente aos países da União Europeia	526
QUADRO 3.7. Quadro comparativo de Portugal relativamente aos países da União Europeia	535
QUADRO 3.8. Quadro comparativo de Portugal relativamente aos países da União Europeia	545
QUADRO 3.9. Quadro comparativo de Portugal relativamente aos países da União Europeia	554

Índice de gráficos

Volume 1

1º Capítulo - Sistema Urbano e Ordenamento do Território

GRÁFICO 1.1. População nas principais aglomerações urbanas da Europa (em delimitação histórica)	59
GRÁFICO 1.2. Número de habitantes nas principais aglomerações urbanas da Europa – 1950 a 2000 (População >=2 milhões de habitantes)	62
GRÁFICO 1.3. População residente nas áreas urbanas, entre 1950 e 2001	75
GRÁFICO 1.4. Estrutura da população residente por áreas, em 1991 e 2001	94
GRÁFICO 1.5. Emprego por sectores de actividade (%)	115
GRÁFICO 1.6. Estrutura etária e tempo dedicado à actividade agrícola dos produtores singulares e população agrícola familiar, 1989 e 1999	120
GRÁFICO 1.7. Origens do rendimento do agregado doméstico do produtor singular	121
GRÁFICO 1.8. Evolução do Emprego Estrutural - entre 1982 e 1998 - por actividades Económicas	131
GRÁFICO 1.9. Estrutura geográfica dos trabalhadores por conta de outrém (TPCO) – peso relativo no Continente - em 1991 e 1998	132
GRÁFICO 1.10. Variação absoluta dos trabalhadores por conta de outrém, entre 1991 e 1998	133
GRÁFICO 1.11. Níveis de instrução dos trabalhadores por conta de outrém (%), 1998	135
GRÁFICO 1.12. Variação da estrutura relativa de TPCO de 1998 e de 1991, por níveis de instrução.	135
GRÁFICO 1.13. Variação absoluta dos trabalhadores por conta de outrem (TPCO), por ramo de actividade, entre 1991 e 1998	137
GRÁFICO 1.14. Edifícios segundo o estado de conservação, 2001	221

Volume 2

2º Capítulo - Competitividade, Conhecimento e Inovação

GRÁFICO 2.1. Número de Unidades de Investigação segundo a classificação, para Lisboa, Porto e Coimbra	317
GRÁFICO 2.2. Concelhos com mais empresas em projectos de I&D, 1999	318
GRÁFICO 2.3. Variação absoluta de trabalhadores por conta de outrém, por ramo de actividade (CAE 2 dígitos), entre 1995 e 1998	378
GRÁFICO 2.4. Emprego estrutural nas actividades industriais segundo o factor de Competitividade	392
GRÁFICO 2.5. Trabalhadores por conta de outrém, por dimensão da empresa	415
GRÁFICO 2.6. Estrutura do comércio Internacional de Portugal por grupos de produtos – Saídas em 1993 e 2000	434
GRÁFICO 2.7. PIB por habitante relativamente ao PIB por hora de trabalho (E.U.A.=100)	437

